/05

REVISTA DE HISTÓRIA DA ARTE

REVISTA DE HISTÓRIA DA ARTE

HH | INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNL

DA CIDADE SACRA À CIDADE LAICA

DINÂMICAS URBANAS E NOVAS MEMÓRIAS

JOURNAL DIRECTORS (IHA/FCSH/UNL)
Raquel Henriques da Silva
Joana Cunha Leal
Pedro Flor

PUBLISHER
Instituto de História da Arte

EDITORS
Raquel Henriques da Silva
Hélia Silva
Rita Mégre

COORDINATION
Ana Paula Louro

AUTHORS
Ana Gil | Andrea Pane | Carla Sofia Ferreira Queirós | Catarina Almeida Marado | Elisabete Gama Estefanía López Salas | Francesco Novelli Giovanna Russo Krauss | Giulia Rossi Vairo Hélia Silva | Jesús Ángel Sánchez-García Joaquín Martínez Pino | José Francisco Ferreira Queiroz | María Dolores Antigüedad del Castillo-Olivares | Maria Moreira Baptista de Magalhães Ramalho | María Rivo Vázquez Micaela Branco | Paulo Oliveira Ramos Reinout Klaarenbeek | Rita Mégre | Sofia Ferreira Rodrigues | Theodosios Tsivolas Thomas Coomans | Tiago Borges Lourenço

DESIGN
José Domingues (Undo)

Cover
Lisboa [Visual gráfico]: Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal. (pormenor)
1763
Caula, Bernardo de, fl. 1763-1793

3
EDITORIAL
Raquel Henriques da Silva

12
ENTREVISTA
Thomas Coomans

12
DOSSIER

287
VARIA

318
NOTÍCIAS

EDITORIAL

RAQUEL HENRIQUES DA SILVA
Investigadora Principal
do Projecto "Lx Conventos"

Em Maio de 2012 o Instituto de História da Arte submeteu à FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) o projecto de investigação "Lx Conventos — Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX" (PTDC/CPC-HAT/4703/2012). Com início em Maio de 2013, o projeto teve a duração de dois anos que seriam depois prolongados por mais seis meses.

A candidatura assentou numa parceria entre o Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, e o NOVA LINCS — Laboratory for Computer Science and Informatics da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Em relação aos seus objectivos, refiro, muito sucintamente, a determinação de aprofundar o conhecimento sobre: os complexos processos de extinção dos conventos da capital, na sequência da promulgação da lei de 1834; a mudança de usos da maioria deles; muito especialmente, os impactos urbanos que essas profundas rupturas geraram numa cidade que, nas décadas seguintes, se abriria a crescimentos inéditos decorrentes da relativa aceleração da industrialização de Portugal. Refira-se também que a motivação deste estudo foi incentivada por uma situação extraordinária: duzentos anos depois da sua extinção e da mudança de ocupação da maioria deles, no início do século XXI, muitos dos principais ex-conventos de Lisboa estão mais uma vez a mudar de usos. Refira-se, como mero exemplo, a polémica decisão de encerrar todos os hospitais da Colina de Santana (S. José. Sta Marta, Miguel Bombarda, Capuchos e Desterro) sem que esteja definida a futura utilização dessas notáveis casas oriundas, maioritariamente, do século XVI e XVII e que reúnem patrimónios arquitectónicos e artísticos de grande relevância.

Os resultados do trabalho realizado ultrapassaram largamente os objectivos iniciais, graças a parcerias eficazes que, em relação à Torre do Tombo, permitiu restaurar e pôr à consulta pública todos os processos de extinção, ou, em relação ao CITI, elaborar o site http://lxconventos.cm-lisboa.pt/ que inscreve o estudo de cada um dos processos de extinção em contextos mais amplos que envolvem também a fundação e a história de todos eles. Mas a articulação mais profícua estabeleceu-se e mantém-se com a Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa onde o *site* do projecto está sediado, continua a ser carregado e actualizado, pondo à disposição de interesses muito diversificados (de investigadores, de proprietários, de responsáveis políticos) uma massa de informação impressionante que constantemente confirma a importância axial que os ex-conventos continuam a ter nas dinâmicas urbano-arquitectónicas e na imagem histórica, estética e simbólica de Lisboa.

A disseminação dos resultados cumpriu o cronograma de actividades proposto no Projecto. Cabe aqui destacar, em primeiro lugar, a participação no colóquio internacional "Monastic Architecture and the City", organizado por Catarina Marado no CES — Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Outubro de 2013. Neste evento, foram apresentadas quatro comunicações por

diversos membros da equipa[1] e estabeleceram-se diálogos profícuos com investigadores que, em diversos países da Europa e da América Latina, estão a desenvolver estudos no âmbito temático do projecto *Lx Conventos*.

Em Setembro de 2014, a equipa coordenadora do projecto respondeu a uma solicitação de "call for sessions" para a "12th International Conference on Urban History: Cities in Europe, Cities in the World", promovida pela EAUH — European Association for Urban History, que decorreu em Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. A sessão proposta "Convent confiscation and disposal, and its role in urban change" teve uma resposta muito positiva, o que permitiu aprofundar diálogos internacionais e, especialmente, conhecer Thomas Coomans que apresentou uma importante comunicação sobre os processos de extinção dos conventos na Bélgica.

Chegamos finalmente ao Colóquio Internacional "Da cidade sacra à cidade laica. Dinâmicas urbanas e novas memórias" (4, 5, e 6 de Novembro de 2015, no auditório do Arquivo Nacional da Torre do Tombo), que encerrou formalmente o Projecto LxConventos.

Ao" call for papers" responderam quarenta e nove propostas de comunicações, tendo-se selecionado 22 (Portugal, Espanha, Itália, Suécia e Bélgica). Houve ainda três conferências por convite: de Thomas Coomans, de Catarina Marado e da equipa dos arquitectos Pedro Domingos, Ricardo Branco e Pedro Ribeiro, autores do "Projecto de intervenção no Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro" que está a decorrer, e tem permitido revelar as estruturas daquela casa monástica que, depois da extinção, foi, durante quase dois séculos, um importante hospital de Lisboa.

O Colóquio teve cerca de duzentos participantes, muitos dos quais se distribuíram, no último dia, pela visita proposta a cinco conventos (São Francisco da Cidade, Santa Marta, São João de Deus, São Bento e Nossa Senhora da Graça).

Depois do encerramento dos trabalhos, os autores das comunicações enviaram os respectivos textos que foram submetidos a leitura crítica por parte da comissão científica do Colóquio (Catarina Marado, José Aguiar, Luís Espinha da Silveira e Raquel Henriques da Silva) e revistos, por vezes mais de uma vez, pelos autores. Tratou-se de um trabalho conjunto e empenhado. O facto de se publicarem vinte artigos, resultantes das comunicações ao Colóquio, confirma esse empenho que muito agradeço.

A ordem de publicação, neste número da *Revista de História da*

[1] Disponíveis in URL http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_vi.pdf



Arte — série W, respeita as secções temáticas do próprio Congresso. A primeira reúne os artigos que apresentam uma visão geral dos processos de extinção, permitindo verificar que em Espanha, tal como na Bélgica, os procedimentos foram idênticos, embora mais precoce neste último país, ainda no contexto do Antigo Regime, nos anos finais do século XVIII. Sucedem-se depois abordagens mais sectoriais, manifestando a imensa diversidade da reutilização dos edifícios dos antigos conventos que são apropriados pelas cidades e as suas dinâmicas, no contexto de políticas desenvolvimentistas e de reivindicação, por parte do Estado, de funções anteriormente asseguradas pela Igreja. Salienta-se, especialmente, o campo do ensino e da saúde, mas também a higiene pública (estabelecimento de cemitérios nas cercas conventuais) ou o divertimento (em vários cidades, houve conventos que se tornaram teatros, tanto em Espanha, como em Portugal).

A última secção revela uma série de casos estudo, desenvolvidos na longa duração, desde o momento da extinção, à reconversão noutras funções que ora se adaptam às existências, ora determinam demolições consideráveis, com danos patrimoniais significativos. Nestes casos, há um número crescente de estudos de carácter arqueológico que, utilizando metodologias próprias deste campo disciplinar mas também novas ferramentas digitais, permitem recriar virtualmente essas histórias acidentadas e sobrepostas. Os exemplos vêm de Itália, de várias regiões espanholas e de Portugal (Lamego, Lisboa e Faro) conduzindo a pertinentes e inovadoras biografias de edifícios e do seu entorno, e carreando dados para detectar constantes e variantes que, desejavelmente, poderão conduzir a uma maior conceptualização dos processos de extinção oitocentistas e dos modelos predominantes das reutilizações, sem ignorar as incertezas do tempo presente.

A vastidão deste campo de estudo e as suas dinâmicas conduziu-nos a aceitar para a secção “Vária” dois novos artigos que, num dos casos, investiga a reconversão palaciana do Convento de S. Francisco de Paula, e, noutro, a decisão de musealizar o Convento do Bom Sucesso, com o intuito de construir uma “museografia do sagrado”. Integra também esta secção uma abordagem geral da extinção dos conventos na Grécia, correspondente a uma proposta de comunicação que fora aceite, embora o seu autor não tenha podido depois participar no Colóquio.

A secção habitual de “Entrevista” apresenta uma conversa estimulante com Thomas Coomans que, em termos internacionais, da Bélgica ao Canadá ou a Hong Kong, é hoje um dos mais brilhantes especialistas da arquitectura dos ex-conventos e das suas reconversões. Os seus estudos propõem modelos dialogantes que podemos utilizar numa pluralidade de casos, provando que as histórias acumuladas dos ex-conventos, apagadas, sobrepostas e reconvertidas, constituem um dos mais extraordinários casos de apropriação do território e de configuração e reconfiguração das cidades.

ENTREVISTA

Thomas Coomans is an architecture historian and a building archaeologist. He holds a PhD in art history and archaeology from the Université Catholique de Louvain. Presently he is a full professor of architectural history, theory and history of heritage conservation at KU Leuven (University of Leuven), Department of Architecture, and at the Raymond Lemaire International Centre for Conservation. He is also associated researcher at the Canada Research Chair for Urban Heritage at UQAM Montréal, a member of the Brussels Royal Commission of Monuments and Sites, and a member of the ICOMOS international committee on Shared Built Heritage.

We met Thomas at the *12th International Conference on Urban History, Cities in Europe — Cities in the World*, held in Lisbon in September 2014. There he presented a paper in the session 'Convent Confiscation and Disposal, and its Role in Urban Change', organized by the team of the Project LxConventos. The quality of his participation, his sympathy, and availability were the reasons why he was invited to join the Scientific Committee of the Project´s final Conference in 2015 and to be one of the key speakers.



THOMAS COOMANS
Professor at the department of Architecture, and Raymond Lemaire International Centre for Conservation, KU Leuven, Belgium
thomas.coomans@kuleuven.be

1. How did you develop an interest in convents? Is there a personal reason for it?

As a teenager, I went to middle school at the Jesuit college in Brussels, lived near the Norbertine abbey of Tongerlo, and often visited the ruins of the Cistercian abbey of The Dunes during holidays at the Belgian seaside. Moreover my mother had taught history in a middle school of the Ursulines and we often visited an aunt who was Benedictine at the abbey

of Rixensart after having been missionary to Congo during forty years. So I was confronted with living communities of men and women with different religious vocations (contemplative, education, mission), as well as building complexes of different styles, sizes and uses (medieval, baroque, gothic revival and modern). This was in the 1970s, when Catholic religious communities still were young, alive and very present in the Belgian landscape. I did not realize, however, that they were confronted with internal tensions resulting from the Second Vatican Council as well as with recruitment problems.

Later, during my studies of art history and archaeology, I specialized in medieval monastic architecture: I wrote my PhD thesis on the famous medieval ruins of the Cistercian abbey of Villers, and visited several hundred abbey sites through Europe in order to collect comparative material.[1] In 1998-2000, my postdoctoral research at the University of Leiden (Holland) was on the 116 medieval mendicant convents in the former Low Countries.[2] Later I worked on the architecture of Belgian Beguinages (World Heritage), Cistercian nunneries, and contributed to several monographs of convents and abbeys.[3]

2. You have been studying the past, the present and the future of convents and monasteries for a long time. Have your objectives and methodologies of work changed throughout the years?

I experienced, indeed, a dramatic evolution from the comfort of my traditional education as a mediaevalist scholar and building archaeologist, to the anxious responsibility of an academic and conservationist confronted with the collapse of a religious world that I thought was eternal. From 2001 to 2004, I worked as senior researcher at the University of Leuven, at KADOC, the renowned Documentation and Research Centre on Religion, Culture and Society, directed by professor Jan De Maeyer.[4] I was asked to define a methodology for the value assessment of nineteenth-century churches in Flanders, that is to say about 1350 churches including parishes, schools, convents etc. Most of which were not yet considered heritage.

3. Have you set up teams in order to broaden the research? If yes, are they permanent or temporary teams? At the university or in other contexts? I believe you integrated at least one international project about convents, can you tell us more about it?

In 2004, I met professors Luc Noppen and Lucie K. Morisset, the previous and present titulars of the Canada research chair on urban heritage, at UQAM Montréal.[5] In the following years, I stayed ten times in Canada for research, teaching and helping organizing two international conferences in Montréal: 'What Future for Which Churches?' (2004) and 'Religious Houses: A Legacy' (2009), and later one in Leuven: 'The fate of Churches: become heritage or disappear'' (2013). All these conferences resulted in books.[6] The situation of religious built heritage in the province of Québec is rather unique: there are churches everywhere, mostly big Catholic churches, which are no more used. They are the most important built heritage of the country and their 'heritagization' is part of an identity issue at

[1] Thomas Coomans, *L'abbaye de Villers-en-Brabant. Construction, configuration et signification d'une abbaye cistercienne gothique* (*Cîteaux, Commentarii cistercienses. Studia et documenta*, 11), Brussels & Brecht : Éditions Racine & Cîteaux Commentarii cistercienses, 2000.

[2] Thomas Coomans, "L'architecture médiévale des ordres mendiants (Franciscains, Dominicains, Carmes et Augustins) en Belgique et aux Pays-Bas", *Revue Belge d'Archéologie et d'Histoire de l'Art*, 70, 2001, p. 3-111.

[3] Thomas Coomans & Anna Bergmans (eds), *In zuiverheid leven. Het Sint-Agnesbegijnhof van Sint-Truiden: het hof, de kerk, de muurschilderingen* (Relicta monografieën, 2), Brussels: Flemish Institute for Heritage, 2008; Thomas Coomans, "Cistercian Nunneries in the Low Countries: The Medieval Architectural Remains", in Meredith Parsons Lillich (ed.), *Studies in Cistercian Art and Architecture* 6 (*Cistercian Studies Series*, 194), Kalamazoo: Cistercian Publications, 2005, p. 61-131.

[4] https://kadoc.kuleuven.be

[5] https://patrimoine.uqam.ca

[6] Lucie K. Morisset, Luc Noppen & Thomas Coomans (eds.), *Quel avenir pour quelles églises ? / What Future for Which Churches* (Patrimoine urbain, 3), Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2006; Jean-Sébastien Sauvé & Thomas Coomans (eds), *Le devenir des églises. Patrimonialisation ou disparition* (collection Nouveaux patrimoines, 5), Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2014; Luc Noppen, Thomas Coomans & Martin Drouin (eds), *Des couvents en héritage / Religious Houses: A Legacy* (Patrimoine urbain, 15), Québec: Presses de l'Université du Québec, 2015.

national level. This is why Québec is both pioneering in this field and eager to learn from international experience. Moreover, because Québec's society is composed by migrants and descendants of migrants form everywhere in the world, their approach of heritage and identities includes a very important intangible component. In the young scholars' team of the research chair at Montréal, I understood that heritage conservation is not only the business of art historians, archaeologists and architects, but that sociologists, anthropologists, economists, gender studies, etc. as well as artists and other citizen bottom-up movements play an important role too. Such interdisciplinary and societal approach is gradually developing in Europe, but we have a lot to learn from Québec.

In 2010-2011, I contributed to the creation of 'Future for Religious Heritage. The European network for historic places of worship',[7] which aims to bring together all NGOs, charities, governmental, religious and academic departments that work to protect religious heritage across Europe. FRH is a non-profit and non-religious organization; it is the only one that develops a broad international approach on the issue of religious tangible and intangible heritage.[8] However, working with volunteers from so many different countries with different religious backgrounds is not always easy, but tells so much about the diversity, scale and richness of Europe's religious heritage and people involved. Convents and other religious houses are only one aspect of this challenging heritage conservation issue.

4. You offered our team a very useful book — *Des convents en heritage. Religious houses: a Legacy —,* edited by you, Luc Noppen and Martin Drouin and published in 2015. It results from the International Symposium organized by the Quebec Religious Heritage Council and other Canadian institutions, namely Concordia University and the UQAM Heritage Institute, in 2009.
In this book you published two wonderful but very different essays.[9] The first one is an extraordinary overview: 'L'ordre autour du cloître. L'architecture des abbayes et des couvents, entre tradition, réformes et réaffectations'; the second one is a case study: 'Heritagization of an Abbey Ruin. The use of Villers Abbey after the monks left'. As it is clear that these approaches are complementary and correspond to different goals, do you prefer working the micro scale, typical of the case studies, or on the synthesis level, blending various and diverse situations?

The two levels are complementary to each other. The individual cases allow to analyze a building in depth at the level of the monograph, but they need to be placed in a broad comparative perspective in order to identify their specificity. Of course, every abbey, convent or religious house has a different history, location, architecture and heritage, but all result from patterns of development in time and space, which were adapted to each generation. Why are places sacred? Why and how communities of men and women do organize space in function of a specific religious project? What are the processes of use and reuse in the 'afterlife' of religious houses? What is the essence of religious heritage that should be preserved for future generations? This is what interests me the most and always fits in the

[7] http://www.frh-europe.org/

[8] Thomas Coomans & Lilian Grootswagers, "Developing a European Network for the Future of Religious Heritage", in: Koen Van Balen & Aziliz Vandesande (eds), *Heritage Counts* (Reflections on Cultural Heritage Theories and Practices. A series by the Raymond Lemaire International Centre for Conservation, KU Leuven, 2), Antwerp-Apeldoorn: Garant, 2015, p. 221-228.

[9] Thomas Coomans, "L'ordre autour du cloître: l'architecture des abbayes et des couvents entre tradition, réformes et réaffectations", in: Luc Noppen, Thomas Coomans & Martin Drouin (eds), *Des couvents en héritage / Religious Houses: A Legacy* (Patrimoine urbain, 15), Québec: Presses de l'Université du Québec, 2015, p. 13-109; Thomas Coomans, "Heritagization of an Abbey Ruin: The Use of Villers Abbey after the Monks Left", *Ibidem*, p. 301-325.

dialogue between the local and the global. In 2007, we organized the conference 'Loci Sacri. Understanding Sacred Places' and a book in 2012, which is a bestseller worldwide.[10]

5. On your essay 'L'ordre autour du cloître…',[11] you present a very original and dynamic solution to study the diversity of convents all over the world. You define a set of 'characters': the site, the closure and the gender, the liturgy, the death, the scale, the growth, and the style'. Can you please summarize your theory, which I consider very important, especially for art historians. I do agree with you that "style" is not the most important character when studying the convents as a global theme that still marks so strongly the cities and the landscape.

Having been educated as an art historian and archaeologist, I know the shortcomings of both disciplines as long as they are limited to an aesthetic approach on style or to the materiality of the relic. Both are essential, but not sufficient. My postdoc at the University of Leiden opened me to a world of multidisciplinary questioning I had not learned before. Contextualization became the main issue of my research in order to unravel the cultural and historical meanings of objects and buildings. This is related with people, identity and memory, perception and reception, adaptation and transformation, life and death, etc. Reducing religious architecture to construction/structure and decoration/style, thus enhancing the 'genius' of the artist or the architect, is not enough. One should understand why people at a certain moment realized a specific project or art work, or decided to transform, even to restore buildings, etc. Therefore the intentions of the patrons are as important as the skills of the artists. At last the former decided (and payed), while the latter proposed and designed in function of precise commissions. The same is true with the users. In monasteries, understanding the liturgy and the successive reforms is essential. They affected the successive layers of the architecture and tell about the evolving monastic life of communities, generation after generation. This brings us back to what I said about the local and the global: for example, how did individual communities with their specific human and economic resources implement the reforms that where decided top-down? For the same reason, I fight against the so reductive (but so popular) concept of the 'Cistercian type plan', that negates the specificity of individual monastic community, economy, topography, etc.[12]

6. When you came to Lisbon, in November 2015, for the final Conference of our Project Lx Convents, you visited, with a small group, the former Convent of São Francisco da Cidade, at the historic centre of Lisbon. Currently the building is occupied by the Faculty of Fine Arts and the National Museum of Contemporary Art. What were your impressions about this visit?

I always have been warmly welcomed in Portugal and enjoyed so much the diversity of its rich religious heritage. My 'initiatory travel' to Portugal was in 1991 with Leuven professor Ignace Vandevivere, who was one of the curators of the fantastic Europalia Portugal exhibition in Brussels; we visited the country's most important monasteries (Tomar, Batalha, Alcobaça, Jeronimos, Porto, Coïmbra etc.). Later

[10] Thomas Coomans, Herman De Dijn, Jan De Maeyer, Rajesh Heynickx & Bart Verschaffel (eds.), *Loci Sacri. Understanding Sacred Places* (Kadoc Studies on Religion, Culture and Society, 9), Leuven University Press, 2012.

[11] Thomas Coomans, "L'ordre autour du cloître: l'architecture des abbayes et des couvents entre tradition, réformes et réaffectations", in: Luc Noppen, Thomas Coomans & Martin Drouin (eds), *Des couvents en héritage / Religious Houses: A Legacy* (Patrimoine urbain, 15), Québec: Presses de l'Université du Québec, 2015, p. 13-109.

[12] Thomas Coomans, "Cistercian architecture or architecture of the Cistercians?", in: Mette Birkedal Bruun (ed.), *Cambridge Companion to the Cistercian Order*, Cambridge University Press, 2013, p. 151-169.

I gave lectures at a conference on mendicant architecture organized by Virgolino Ferreira Jorge in the monastery of Arrabida (2002), at a conference on Cistercian architecture organized by Amélia Albuquerque and João Inêz Vaz at Tarouca (2006), and in Alcobaça on reuse of abbeys organized by Margarite Donas Botto (2013).

The former convent of S. Franciso in Lisbon is definitively a different story because of multiple reuses and divisions in several parts that are no more functioning together. Twenty years ago I would have been deeply shocked by such a loss of memory, but today I feel more and more attracted by such an urban 'palimpsest'. Perhaps I will surprise you, but I consider São Francisco as interesting as Alçobaça's and Batalha. This is not a question of being world heritage or not, but São Francesco is at another stage of the heritagization process and has an amazing 'use value' resulting of a two centuries long post-religious existence. I am convinced that we could learn from that long tradition of reuse.[13] One of my ongoing research project is precisely about how secularized urban convents were used and reused as schools, hospitals, prisons, barracks, housing, etc. before eventually becoming heritage.[14]

May I add two more points about São Francisco da Cidade. First, I think that information should be provided to the users and visitors about how the convent initially was, how friars lived there, why and when it was transformed, etc. Involving the present users always is the first step in the process of heritage awareness and respect. This information could be provided on smartphones and tablets thanks to QR codes spread at different points inside and outside the buildings. Second, I would suggest to make a global masterplan of the whole former convents buildings with the aim to improve some parts such as the inner courtyard of the Faculty of Fine Arts, or creating a terrace on the roofs for enjoying the unique vista on Lisbon. Both suggestions could be nice projects for students of the Faculty of Fine Arts, who certainly would learn understanding and interacting better with the spirit of the place.

[13] Thomas Coomans, "Reuse of Sacred Places: Perspectives for a Long Tradition", in: Thomas Coomans, Herman De Dijn, Jan De Maeyer, Rajesh Heynickx & Bart Verschaffel (eds.), *Loci Sacri. Understanding Sacred Places* (Kadoc Studies on Religion, Culture and Society, 9), Leuven University Press, 2012, p. 221-241.

[14] See: Reinout Klaarenbeek & Thomas Coomans, "Reusing Urban Convents as State Schools in Belgian Towns (1773-1803)", in the present issue of *Revista História da Arte.*

7. In the last few years you have traveled to China a lot, as you have been teaching at the Chinese University of Hong Kong. Are you studying convents there?

China, indeed, is a recent evolution of my research field. I went for the first time to China in May 2011 and am preparing now my sixteenth trip for teaching during two month at the School of Archaeology of Peking University. Many people consider I am crazy, but in fact this new research is perfectly in the line of what I am doing since twenty-five years. Furthermore, Chinese love their heritage and I am learning so much from their perception.

From 2012 to 2015 I was, indeed, teaching in the master of heritage program of the School of Architecture at The Chinese University of Hong Kong. With professor Ho Puay-peng, I was involved in a research on religious houses and other buildings of organized communities in Hong Kong. In China, my research deals with western-influenced architecture from the 1840s to 1949, with a special focus on churches and other buildings built by Christian missionaries. This research is not about religion but about architecture and heritage. On the one hand, I consider missionaries as 'agents of technological transfers', who introduced western

construction techniques and styles that were unknown in China and educated Chinese workers and artists. The latter further transformed what they had learned from the missionaries and adapted this knowledge to the Chinese construction tradition. This generated unique cultural and architectural exchanges, from 'acculturation' to 'inculturation', between the two great civilizations.[15] On the other hand, a better understanding of this western-influenced Chinese architecture is a condition for a better restoration and heritagization. This point includes technical or building archaeological knowledge as well as cultural-historical reflection. Many churches and convents have been demolished in China because they were considered as the tangible expression of western imperialism, what, in a certain way, they effectively were. I prefer developing the more dynamic point of view of 'shared built heritage', a concept recently developed in post-colonial context. What does this controversial architecture mean today? How can we learn from that difficult common past for building a better understanding between people and cultures, in the dynamic perspective of world heritage's criterion ii.[16] As a member of the ICOMOS scientific committee on Shared Built Heritage, I recently visited several churches in Nagasaki (Japan) that are nominated to world heritage, as well as the churches of Macao that have been 'world-heritagized' in 2005.

When visiting the former convent of São Francisco's in Lisbon, I was thinking to the generations of Franciscan friars who had lived there and had been missionary in one of the many Portuguese colonies across the world. Like many other central houses in Lisbon, São Francisco was the 'hub' of an colonial network; a place of power, decision and education. The convent certainly was full of objects, flavors and colors from Asia, Africa, and Brazil... Such narrative must be told in our present globalized world because it is bringing people together thanks to history, culture, and memory.

8. As you understand Portuguese language, I have something else I´d like to ask you: can you open our website LxConvents — http://lxconventos.cm-lisboa.pt/ — and travel a little on it? What are your first impressions?

The structure of the site is clear and its design is very attractive. I spent a lot of time on the interactive map, zooming on the places I have visited or walked along, enjoying the beautiful pictures of the 'galerias'. The structure allows the site to remain dynamic by adding information and improving content. That is a good point. Thinking again about São Francisco, I was wondering how the individual information and visual material collected by the LxConventos project could be made available on the site.

I never though Lisbon's convents heritage was so divers and rich. It is both a great challenge and a great opportunity for the city.

[15] Thomas Coomans, "Indigenizing Catholic Architecture in China: From Western-Gothic to Sino-Christian Design, 1900-1940", in: Cindy Yik-yi Chu (ed.), *Catholicism in China, 1900-Present. The Development of the Chinese Church*, New York: Palgrave and Macmillan, 2014, p. 125-144; Thomas Coomans & Xu Yitao, "Gothic Churches in Early 20th-Century China: Adapting Western Building Techniques to Chinese Construction Tradition", in: Brian Bowen, Donald Friedman, Thomas Leslie & John Ochsendorf (eds), *Proceedings of the Fifth International Congress on Construction History. June 2015, Chicago, Illinois*, Chicago: Construction History Society of America, 2015, vol. 1, p. 523-530.

[16] Criterion ii: "to exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design".

DOSSIER

13
CAMBIOS FUNCIONALES Y ESTRUCTURALES EN LOS COLEGIOS JESUÍTICOS DE GALICIA...
MARÍA RIVO VÁZQUEZ

31
REUSING URBAN CONVENTS AS STATE SCHOOLS IN BELGIAN TOWNS (1773-1803)
REINOUT KLAARENBEEK
THOMAS COOMANS

45
DESAMORTIZACIÓN EN MURCIA (ESPAÑA). DESTINO DE LOS CONVENTOS, GESTIÓN DEL PATRIMONIO...
JOAQUÍN MARTÍNEZ PINO

56
LA DESAMORTIZACIÓN Y MADRID: HACIA UN NUEVO CONCEPTO...
MARÍA DOLORES ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES

72
DA CONSTRUÇÃO À DESCONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENTUAIS...
CARLA SOFIA FERREIRA QUEIRÓS

89
DE CONVENTOS A TEATROS (Y CINES). REUTILIZACIONES Y DERRIBOS DE EDIFICIOS...
JESÚS ÁNGEL SÁNCHEZ-GARCÍA

103
CEMITÉRIOS E(M) CERCAS CONVENTUAIS
JOSÉ FRANCISCO FERREIRA QUEIROZ

119
MEMÓRIAS E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE CINCO CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA...
MARIA MOREIRA BAPTISTA DE MAGALHÃES RAMALHO

138
MEMÓRIA DIGITAL: SUBTIS PERMANÊNCIAS ARQUITETÓNICAS CONVENTUAIS
ANA GIL

160
À PROCURA DE CASA PARA O CONSERVATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS DE LISBOA
PAULO OLIVEIRA RAMOS

168
DESCUBRIENDO UN PAISAJE HISTÓRICO. EL ESPACIO CERCADO DEL MONASTERIO...
ESTEFANÍA LÓPEZ SALAS

183
SURVIVING BUILDINGS, CLOSURES AND DEMOLITIONS IN TURIN IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES...
FRANCESCO NOVELLI

197
DO CONVENTO DOS CAETANOS AO CONSERVATÓRIO NACIONAL – TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE UM VELHO...
TIAGO BORGES LOURENÇO

219
O COMPLEXO MONÁSTICO DE S. DINIS DE ODIVELAS: DA CLAUSURA A COLÉGIO MILITAR, A...?
GIULIA ROSSI VAIRO

231
O COLÉGIO E A HORTA DOS JESUÍTAS EM FARO: SECULARIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO ...
CATARINA ALMEIDA MARADO

246
O PROLONGAMENTO DA "RUA DO DUQUE DA TERCEIRA AO LARGO DAS CORTES"...
ELISABETE GAMA

261
THE FALL OF MONTEOLIVETO CONFISCATION AND TRANSFORMATION OF A WIDE CONVENTUAL...
ANDREA PANE
GIOVANNA RUSSO KRAUSS

275
LUGAR DO SAGRADO. O CONTRIBUTO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA LUZ...
MICAELA BRANCO

CAMBIOS FUNCIONALES Y ESTRUCTURALES EN LOS COLEGIOS JESUÍTICOS DE GALICIA TRAS LA EXPULSIÓN DE LOS JESUITAS DE ESPAÑA EN 1767*

MARÍA RIVO VÁZQUEZ
Grupo de Investigación '*Iacobus*. Proyectos y estudios sobre patrimonio cultural' (GI-1907). Departamento de Historia da Arte. Universidade de Santiago de Compostela
maria.rivo@usc.es

RESUMEN

La expulsión de la Compañía de Jesús del Imperio Español en 1767 tuvo importantes consecuencias. Una de ellas fue la desigual suerte que corrieron los edificios de la Orden, cuyo devenir hasta la actualidad fue generalmente complejo. Los antiguos colegios jesuíticos de Galicia no fueron una excepción. Junto con proyectos frustrados, a lo largo de los siglos XIX y XX la mayoría de estos inmuebles sufrieron varios cambios de uso que afectaron en mayor o menor medida a su estructura arquitectónica y, en algunos casos, llevaron a su total desaparición. Partiendo del encomiable trabajo sobre la historia de la Compañía de Jesús en Galicia realizado por Evaristo Rivera Vázquez SJ a finales de la década de 1980, este texto propone un recorrido por los cambios funcionales y estructurales de la arquitectura jesuítica gallega desde la traumática expulsión de 1767 hasta nuestros días.

PALABRAS CLAVE
GALICIA | COMPAÑÍA DE JESÚS | ARQUITECTURA | EXPULSIÓN | 1767

RESUMO

A expulsão da Companhia de Jesus do Imperio Espanhol no ano de 1767 teve um efeito profundo. Na sequência da referida decisão, os edifícios da Ordem foram afetados de forma muito desigual sendo que o seu percurso até a atualidade terá sido geralmente complexo. Os antigos colégios jesuíticos da Galiza não fugiram à regra. Juntamente com projetos frustrados, no decurso dos séculos XIX e XX a maioria desses imóveis sofreram várias mudanças de utilização que afetaram, em maior ou menor medida a sua estrutura arquitetónica e, nalguns casos, terão provocado mesmo o próprio desaparecimento. Partindo do empenhado trabalho sobre a história da Companhia de Jesus na Galiza realizado por Evaristo Rivera Vázquez SJ em finais da década de 1980, este texto propõe um percurso através das mudanças funcionais e estruturais da arquitetura jesuítica galega desde a traumática expulsão de 1767 até aos nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE
GALIZA | COMPANHIA DE JESUS | ARQUITETURA | EXPULSÃO | 1767

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Aunque una Real provisión del 5 de octubre de 1767 dio instrucciones para el establecimiento de instituciones educativas, el destino de los antiguos edificios de la Compañía en España tras la expulsión de los jesuitas decretada por Carlos III en 1767 fue muy variado. La mayoría de los colegios jesuíticos de Galicia, sobre cuya nueva función se dictaron en 1769 órdenes específicas, sufrieron varios cambios de uso que determinaron transformaciones arquitectónicas e incluso su total desaparición, como sucedió con parte o la totalidad de los colegios de Monterrei, Santiago y A Coruña. Además, vicisitudes históricas como la Guerra de la Independencia — durante la que algunos de estos edificios fueron empleados como cuarteles, saqueados e incluso incendiados — y novedades en la legislación educativa española a mediados del siglo XIX son factores a tener en cuenta para entender dichos cambios, sin duda también relevantes para el entorno urbano en el que se insertan la mayor parte de estos colegios (Rivera Vázquez 1989, 627-661). Con este artículo proponemos un recorrido por los cambios funcionales y estructurales de la arquitectura jesuítica gallega desde la expulsión de 1767 hasta la actualidad. Un recorrido que, basado en la sólida historia de la Compañía de Jesús en Galicia publicada por Evaristo Rivera Vázquez SJ en 1989, proporcione una imagen global y actualizada de lo que la secularización o cambios de categoría eclesiástica supusieron para este patrimonio.

1. Los colegios jesuíticos de Galicia

Durante el Antiguo Régimen los jesuitas fundaron seis colegios en Galicia: los de Monterrei, Santiago de Compostela, Monforte de Lemos, Ourense, Pontevedra, y A Coruña, a los que habría que añadir el Colegio Irlandés de Santiago, bajo su responsabilidad desde 1613 (Rivera Vázquez 1989, 427).[1]

Hechas unas primeras trazas en 1566, la construcción del Colegio de Monterrei transcurrió lentamente, aunque su primer pabellón fue inaugurado en 1576 (Rivera Vázquez 1989, 564-566).[2] En Santiago a los jesuitas les fue cedido en 1578 un monasterio medieval franciscano que empezaron a remodelar en 1587, pero la construcción del complejo se prolongó, y la torre de la iglesia y el edificio destinado a aulas de primeras letras y casa de ejercicios datan ya del s. XVIII (Rivera Vázquez 1989, 587-601).[3] El Colegio de Monforte se inició en 1593, y aunque las primeras fases de las obras finalizaron c. 1620 el inmueble siguió siendo ampliado con intervenciones ocasionales en los siglos XVII y XVIII (Rivera Vázquez 1989, 569-581).[4] En 1653 se inauguraron en Ourense una casa e iglesia provisionales y a finales de siglo se levantó un nuevo templo, pero el complejo que nos ha llegado data ya del s. XVIII (Rivera Vázquez 1989, 601-607).[5] En Pontevedra inauguraron una pequeña casa con capilla en 1654, mientras que las obras del colegio e iglesia actuales se desarrollaron entre finales del siglo XVII y principios del XVIII (Rivera Vázquez 1989, 607-609).[6] Y, por último, la edificación del Colegio de A Coruña se inició en la última década del s. XVII y a excepción de la torre sur de la iglesia en 1767 estaba terminado (Rivera Vázquez 1989, 615-624).[7]

* Este artículo fue realizado en el marco del «Programa de Consolidación e estructuración de Unidades de investigación Competitivas» (GRC2013-036) y del «Programa de Consolidación e estructuración. Redes» (R2014/024) de la Xunta de Galicia gracias a un contrato FPU del Ministerio de Educación.

[1] Sobre el Colegio Irlandés de Santiago véase también Couselo Bouzas 1935 y O'Connell 2007.

[2] Sobre el Colegio de Monterrei véase también Fernández Rodríguez 2009, Rivera Vázquez 2006, y Taboada Chivite 1951.

[3] Sobre el Colegio Compostelano véase también Folgar de la Calle 1996, Goy Diz 1995, Otero Túñez 1986, y Sánchez García 1996.

[4] Sobre el Colegio de Monforte de Lemos véase también Bonet Correa 1984, 177-188; Cotarelo Valledor 1946, Freire Tellado 1998, Guerra Pestonit 2012, Martínez González 2000, Pérez Rodríguez 1995, y Rodríguez G. de Ceballos 2000.

[5] Sobre el Colegio de Ourense véase también Cid Rodríguez 1939, Bande Rodríguez 2003, Hernández Figueiredo 2004, y de la Seca, 1930-1932.

[6] Sobre el Colegio Pontevedrés véase también Bonet Correa 1984, 519-524; Fernández Villamil 1981, Tilve Jar 2014, y Tilve Jar 2004.

[7] Sobre el Colegio de A Coruña véase también Fernández del Hoyo 1981, Folgar de la Calle 1985, 132-136; García Cortés 2001, Taín Guzmán 1998, 258-268; y Vigo Trasancos 2007, 81-91.

2. Las consecuencias de la expulsión: cambios funcionales

2.1. Monterrei

Tras la expulsión de 1767 el Colegio de Monterrei — cuya iglesia se convirtió en oratorio privado de los Condes de Monterrei, patronos del edificio — funcionó en principio como escuela de primeras letras y aulas de Gramática, pero el bajo número de alumnos y las carencias económicas hicieron que los estudios entrasen pronto en declive con el consiguiente deterioro del edificio (fig. 1). En 1789, por iniciativa del Ayuntamiento, este se cedió a los franciscanos, que se responsabilizaron de las enseñanzas previas e implantaron además Artes y Teología. Pero la desamortización de 1835 supuso su marcha y el principio del fin de antiguo complejo jesuítico, del que en 1853, tras utilizar la piedra en obras de la cercana villa de Verín, no quedaban más que unos muros. Ya en el s. XX estos fueron totalmente demolidos para construir en su solar un parador de turismo inaugurado en 1965 (Rivera Vázquez 1989, 651-652).[8]

2.2. Santiago de Compostela

El 21 de septiembre de 1769 el Claustro Universitario tomó posesión del "pabellón más antiguo del Colegio" para convertirlo en sede de la Universidad y del Colegio de San Jerónimo (Rivera Vázquez 1989, 652-653). Pero el edificio se demolió para levantar uno nuevo en su solar y antigua huerta entre 1776 y 1806, construcción que, con la adición de un nivel más entre 1894 y 1906, conforma la actual Facultad de Geografía e Historia (Rivera Vázquez 1989, 653) (Singul Lorenzo 2001, 126-130) (Folgar de la Calle 1996, 44-54) (Sánchez García 1996, 56-59) (fig. 2).

En un principio la construcción más moderna del complejo jesuítico, situada al otro lado de la iglesia, continuó funcionando como escuela de primeras letras — primero bajo la autoridad del Comisionado de Temporalidades y después bajo la del Ayuntamiento —, aulas de Gramática — desde entonces responsabilidad de la Universidad —, y Casa de Ejercitantes, que quedaba sometida a la autoridad del Arzobispo (Rivera Vázquez 1989, 652-653) (Folgar de la Calle 1996, 44). Pero en 1847 la escuela de primeras letras y los estudios de Gramática fueron sustituidos por un instituto de segunda enseñanza acorde a la entonces reciente legislación educativa española, y en 1868 dicho instituto pudo ampliarse gracias a la desaparición de la Casa de Ejercicios (Rivera Vázquez 1989, 653). En 1975 se convirtió en sede de la Facultad de Filología de la Universidad de Santiago, entre 1992 y 2000 de la de Periodismo, y desde 2006 es Facultad de Filosofía (Morenas Aydillo 2008, 12-15).[9]

La iglesia se destinó a capilla de la Universidad poco después de que esta tomase posesión del Colegio, aunque entre 1769 y 1852 su uso fue compartido con la congregación de racioneros de Sancti Spíritus, que tenía su sede en una capilla de la Catedral (Rivera Vázquez 1989, 652-653). En 1992 fue cerrada al culto y desde 1995 acoge exposiciones temporales, conciertos y otras actividades culturales organizadas por la Universidad (Goy Diz 1995, 43) (DXP, 1995, "Rehabilitación...").

2.3 Monforte de Lemos

Entre 1770 y 1846 el Colegio funcionó como *Seminario o Casa de educación* promovido y parcialmente financiado por la XII Condesa de Lemos para completar los insuficientes

[8] Para profundizar en la expulsión de los jesuitas de Monterrei véase Hernández Figueiredo 2006.

[9] En el curso 1974-75 los estudios de Filosofía ya habían ocupado provisionalmente el edificio (Morenas Aydillo 2008, 7-8).

>

FIG. 1 Miguel Moreno, Plano de Monterrei con el Colegio de la Compañía abajo a la derecha, 1762 (ARG, Colección Vaamonde Lores, Col. Icon. e Cart. 9).

Plano de la Plaza de Montaui con su Proiecto

Explicacion

A. Castillo antiguo ô Recinto Interior.

B. Segundo Recinto cuias Murallas son por la maior parte de Piedra seca.

C Tercer Recinto cortado en el terreno natural y que solo esta Revestido por la parte interior de su Parapeto con piedra seca.

D Obras que se proponen en el para mejorarle manifestadas por Lineas negras y amarillo.

E. Reducto que igualmente se propone para guardar la fuente que encierra.

F. Atalaia Existente ala que se le añade foso y Camino cubierto para su maior defensa.

G. Comunicacion de la Plaza ala citada Atalaia pasando por la Fuente para ir acubierto y con seguridad a ella.

H. Contraguarda Existente que deve Reedificarse.

Y. Combento de N.S.P. Francisco

K. Combento ô Colegio de los Jesuitas.

L. Montaña de S.n Salbador en donde se propone Construir un Fuerte Destacado

Montaui 23. de Diciembre de 1763.

D. Miguel Moreno

ARG



FIG. 2 Edificio de la actual Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Santiago, construido sobre el solar del Colegio de Santiago, antes de su ampliación entre 1894 y 1906 (ARG, Colección de fotografías, 2.596).

fondos de las Temporalidades. Las constituciones de este centro, que no estaba destinado exclusivamente a alumnos internos o a futuros sacerdotes, fueron aprobadas en 1799 por el Consejo Real, en 1811 recibió el título de "Seminario Nacional de Monforte", y en 1826 se convirtió en uno de los nueve "Colegios de Humanidades" creados por Fernando VII. No obstante, su actividad debió de verse muy afectada por la Guerra de la Independencia, pues sirvió de hospital de soldados españoles y escuela de artillería además de sufrir la rapiña de las tropas francesas a su paso por Monforte (Rivera Vázquez 1989, 654-655) (fig. 3).

Entre 1847 y 1872, sustituyedo al entonces decadente seminario por el impulso de un nuevo plan de enseñanza pública, funcionó como un instituto de enseñanza media



FIG. 3 Colegio de Monforte de Lemos en la actualidad.

que hasta 1862 fue único en la provincia. Y en 1873, por convenio del XV Duque de Alba con los Escolapios a instancias de algunos monfortinos, se transformó en Colegio calasancio, rol que sigue desempeñando, aunque en 1936 la Guerra Civil determinó momentáneamente su uso como hospital para la evacuación de heridos (Rivera Vázquez 1989, 654-655).

Tras la expulsión, la iglesia adquirió funciones de "Oratorio de la Casa de estudios" y "ayuda pastoral de la parroquia con su correspondiente vicario" (Rivera Vázquez 1989, 654).

2.4 Ourense

En 1770, apenas tres años después de la expulsión de los jesuitas, se asignaron nuevas funciones al Colegio orensano: en una parte se implantarían estudios de primeras letras, Latinidad y Retórica; mientras que otra zona se convertiría en seminario (Rivera Vázquez 1989, 656). No obstante, su inauguración se postergó hasta enero de 1804, cuando gracias al obispo Pedro de Quevedo, que había ordenado construir un pabellón igual al del antiguo Colegio como ampliación del edificio, las instalaciones y recursos estuvieron por fin preparados. Pero la Guerra de la

Independencia supuso un nuevo parón de actividad así como un duro golpe al edificio, pues las tropas francesas de Soult, que lo habían utilizado como cuartel, lo incendiaron antes de partir, y el seminario no fue reinaugurado hasta enero de 1818 (Hernández Figueiredo 2004, 164-187) (Rivera Vázquez 1989, 656).

En 1845 se instaló en parte del Colegio, incluyendo locales cedidos temporalmente y luego reclamados por el seminario, el instituto de enseñanza media, que vino a sustituir las clases de "Letras Humanas" (Hernández Figueiredo 2004, 302-306) (Rivera Vázquez 1989, 656). Además, entre 1845 y 1849 una biblioteca y un museo de pinturas procedentes de conventos desamortizados ocuparon parte del segundo piso (Barriocanal López y Fariña Busto 1989, 9-21). Pero una Real Orden puso fin tempranamente a la presencia del instituto, de modo que tras su traslado, en 1857 el seminario pasó a ocupar todo el edificio, y a finales del siglo XIX el complejo fue ampliado al oeste con un nuevo edificio por el obispo Cesáreo Rodríguez. A partir de mediados del siglo XX el antiguo Colegio jesuítico se convirtió en casa sacerdotal diocesana, función que sigue desempeñando en la actualidad, mientras que la ampliación al oeste es hoy Palacio Episcopal (Hernández Figueiredo 2004, 381-382, 390) (Rivera Vázquez 1989, 656) (fig. 4).

En el antiguo templo jesuítico, cuya cabecera permaneció inacabada hasta finales del siglo XIX, se instaló la parroquia catedralicia de Santa Eufemia, que ocupó el edificio ininterrumpidamente desde su traslación en 1770 hasta la actualidad (González García 2012) (Rivera Vázquez 1989, 656).



FIG. 4 Ampliación de Pedro de Quevedo y Colegio de Ourense en una fotografía realizada en las décadas de 1960 o 1970 (AJG, Fotos y Planos, caja 136, carpeta I, Colegio de Ourense).

2. 5. Pontevedra

En Pontevedra parte del Colegio siguió acogiendo como hasta entonces la escuela de Gramática y de niños de la ciudad (Rivera Vázquez 1989, 657), pero entre 1794 y 1828 el resto del edificio y su huerta fueron cedidos por el Consejo Real a los hermanos ingleses Benjamin y John Lees Holden para instalar una fábrica textil (Meijide Pardo 1965) (Rivera Vázquez 1989, 658). Además, en 1809 el Mariscal Ney y otros miembros del ejército francés se alojaron en el Colegio, donde pasaron la noche previa a su derrota en la batalla de Ponte Sampaio (Tilve Jar 2014, 19), una de las más célebres de la Guerra de la Independencia en Galicia.

En 1845 la aparición de una nueva ley de educación provocó la conversión de parte del edificio en instituto de enseñanza secundaria, mientras que otras dependencias siguieron funcionando como escuela de niños o bien se habilitaron para Escuela Normal. Pero en 1903 el Instituto Provincial dejó paso a un hospicio e inclusa (Rivera Vázquez 1989, 658) conocidos como Hogar Provincial desde 1955 y llevados a otro lugar en 1974. Sus antiguas dependencias acogerían a partir de entonces el Archivo Provincial, la Escuela de Enfermería, las Facultades de Bellas Artes o Ciencias Sociales y secciones del Museo Provincial, al que en 1978 fue cedido todo el inmueble que había pertenecido a los jesuitas. Abierto al público desde 1984, hoy es uno más del conjunto de edificios con fines expositivos que conforman el Museo, al que hay que sumar otro levantado *ex novo* entre 2004 y 2013 en la antigua huerta del Colegio (Tilve Jar 2014, 20-21).

En el caso de la iglesia, pese a intentos anteriores por recuperarla para el uso el edificio permaneció abandonado hasta enero de 1836, cuando la parroquia de San Bartolomé, cuyo ruinoso templo medieval ocupaba el solar del actual Liceo Casino y Teatro Principal, fue trasladada al que había sido de los jesuitas a propuesta del Gobernador Civil a la Reina (Rivera Vázquez 1989, 658) (Sánchez Cantón 1946) (Tilve Jar 2014, 18) (fig. 5).

2.6. A Coruña

En el caso coruñés el Colegio estuvo vacante hasta el 26 de agosto de 1771, cuando la petición de dos párrocos de la ciudad al ayuntamiento en agosto de 1767 junto con la solicitud de traslado a la ciudad que una comunidad de agustinos entonces instalada en Cayón había realizado un año antes determinaron la reubicación de estos últimos en el edificio. Pero la concesión del complejo de iglesia y colegio a los agustinos fue aprobada por el Consejo Real con la condición de que estos mantuviesen a su costa las enseñanzas que antes impartían en Cayón, Artes y Teología, ahora “abiertas al público”. Por otro lado, en un pabellón de la huerta permanecieron las escuelas de niños, que junto con las de Gramática — trasladadas a otro lugar — habían sobrevivido a la expulsión pese a las disensiones entre el Ayuntamiento y el comisionado Jerónimo Romero (Rivera Vázquez 1989, 658-659).

En 1835 la desamortización de Mendizábal puso un brusco punto y final al nuevo proyecto educativo dirigido por los agustinos e iglesia y colegio volvieron a quedar abandonados. Pero por poco tiempo, pues en mayo de 1837 el templo se convirtió en la nueva sede de la Parroquia de San Jorge, cuya vieja iglesia en el puerto fue derribada (García Cortés 2001, 94) (Rivera Vázquez 1989, 659) (Vigo



Trasancos 2007, 91). Y a partir de 1838 las dependencias del antiguo colegio compaginaron los variados usos de ayuntamiento, escuelas públicas de primeras letras, clases de Gramática y Escuela Normal (Rivera Vázquez 1989, 659). Además, en 1838 el ayuntamiento compró la "huerta, jardín y campón", derribó su muralla y con algunos añadidos amplió el vecino mercado público (Rivera Vázquez 1989, 660). Tras la supresión por disposición gubernamental de las clases de Gramática y el traslado de la Escuela Normal respectivamente en 1846 y 1855, el edificio también acogería el juzgado, la Academia de Medicina y Cirugía y el Registro de la Propiedad. Pero una vez trasladado el ayuntamiento a su edificio actual y pese a la concesión del ex colegio jesuítico al Museo de Bellas Artes en 1921 este fue demolido después de pasar un período vacío entre 1918 y 1921 (Rivera Vázquez 1989, 659-660) (fig. 6).

3. Las consecuencias de la expulsión: cambios estructurales

3.1. Santiago de Compostela

Una vez demolido el antiguo colegio jesuítico para construir la nueva sede de la Universidad y del Colegio de San Jerónimo, hoy Facultad de Geografía e Historia, los únicos vestigios arquitectónicos de la Orden que se conservan en Santiago son la iglesia y el edificio que albergó las aulas de primeras letras, las de Gramática y la Casa de Ejercicios. Organizado en torno a un patio cuadrangular con un semisótano y cuatro niveles de alzado jalonados por tres arcadas de cantería en cada lado del primero y ventanas con tragaluces en los restantes, aunque en principio no

FIG. 5 Iglesia del Colegio de Pontevedra en la actualidad.



FIG. 6 Iglesia del Colegio de A Coruña en la actualidad.

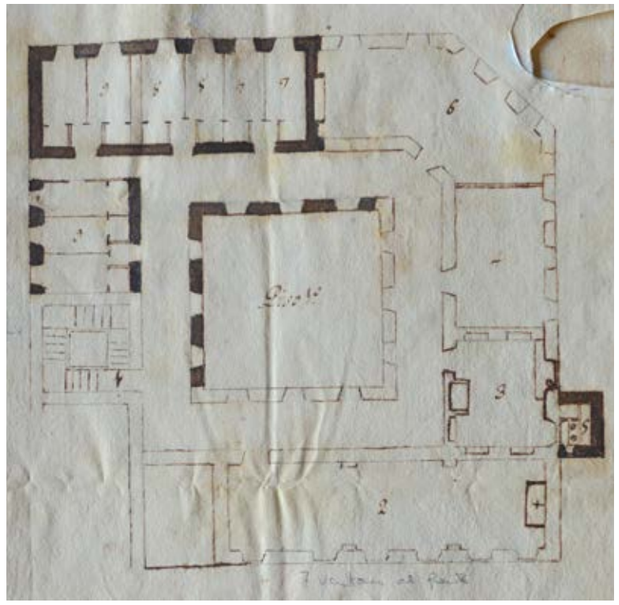


FIG. 7 Planta del primer nivel de la Casa de Ejercicios de Santiago tal como se encontraba en 1772, copia de los planos de Miguel Ferro Caaveiro probablemente posterior a 1816 (AJG, Colegio de Santiago, caja 107, carpeta I, Casa de Ejercitantes).

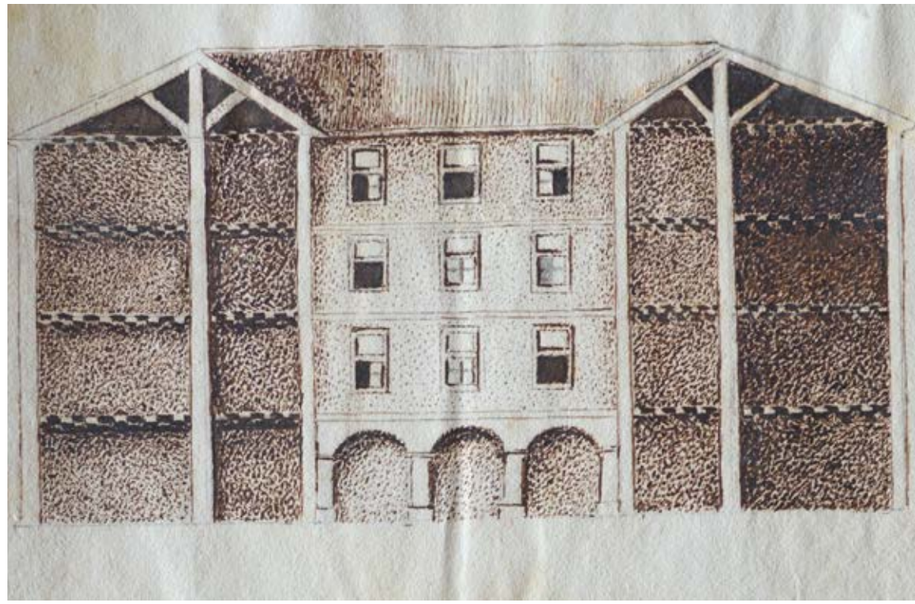


FIG. 8 Sección de la Casa de Ejercicios de Santiago tal como se encontraba en 1772, copia de los planos de Miguel Ferro Caaveiro probablemente posterior a 1816 (AJG, Colegio de Santiago, caja 107, carpeta I, Casa de Ejercitantes).

sufrió reformas (Folgar de la Calle 1996, 44) (Otero Túñez 1986, 68-69) (Rivera Vázquez 1989, 224-225, 590-591), las inacabadas crujías este y norte fueron terminadas en 1873, y la necesidad de adaptar el edificio a sus sucesivas funciones docentes acabaron por cambiar sustancialmente su estructura interna (Otero Túñez 1986, 68), modificada por última vez en la profunda rehabilitación de 2004-2005 (Morenas Aydillo 2008) (fig. 7) (fig. 8).[10]

"En la iglesia, aparte de tapiar ventanas y construir una escalera hacia la tribuna en 1772, las intervenciones fueron de restauración y mantenimiento (García Braña 1995, 76-81) (DXP, 2007, "Proxecto…") (DXP, 1998, "Proxecto…") (DXP, 1995, "Rehabilitación…").[11]

3.2. Monforte

Aunque el Colegio de Monforte fue el que mantuvo funciones más coherentes a su uso original, el edificio sufrió importantes cambios estructurales tras la expulsión, muchos con el fin de completar zonas que habían quedado inacabadas. En 1825 gran parte del patio de la comunidad debió ser reparado tras un incendio, y entre 1834 y 1841 se pavimentó el patio de las escuelas y se construyó un pasadizo pegado al testero de la iglesia para comunicar ambos patios (Rivera Vázquez 1989, 655). Pero los mayores cambios en el edificio tuvieron lugar entre 1919 y 1930, cuando se construyó la totalidad de la crujía noroeste del patio principal y la noreste desde el arranque de los arcos, pues las pilastras ya estaban hechas, y se pavimentó con piedra todo el patio. Asimismo, se alargó considerablemente la fachada que mira hacia la villa hasta alcanzar 96 m, dándole un piso más e incrementando la altura de los ya existentes. Y por último se construyó un piso más en la fachada noroeste, la que queda sobre la sacristía, de tal modo que la altura de todos los tejados en torno al patio quedó igualada (Feal Antelo 2010, 38-40) (Rivera Vázquez 1989, 655)[12] (fig. 9). Además, en 1944 se reedificó la fachada occidental (Rivera Vázquez 1989, 655).

Durante la restauración del Colegio en 1985 se realizaron unos lucernarios para permitir el paso de luz por los lunetos del lado de la Epístola de la iglesia, que habían quedado bajo la cubierta del patio (DXP, 1985, "P. B. E…."); y con el fin de adaptar mejor la antigua sacristía a su función museística ese

[10] En 1772 Miguel Ferro Caaveiro levantó unos planos que reflejan el estado en que se encontraba el edificio en 1767 y fueron copiados en un manuscrito probablemente posterior a 1816 (AJG, Colegio de Santiago, caja 107, carpeta I,…) (Morenas Aydillo 2008, 53-63). Además, recientemente se restituyó el revestimiento de mortero que había sido eliminado de todas sus fachadas dejando granito a la vista sólo alrededor de puertas y ventanas, las zonas de sillería (Consorcio de Santiago 2011) (Folgar de la Calle 1996, 48-49).

[11] La actuación más significativa fue el desmontaje de un aseo y sus tabiques que se había hecho en la planta superior (DXP, 1995, "Rehabilitación…").

[12] El proyecto para todas estas actuaciones fue redactado en 1915 por Francisco Pérez de los Cobos, arquitecto de la Casa de Alba, que ostentaba el patronato del Colegio. En él intentó imitar lo que ya estaba construido (Rivera Vázquez 1989, 655) (Feal Antelo 2010, 38-40).

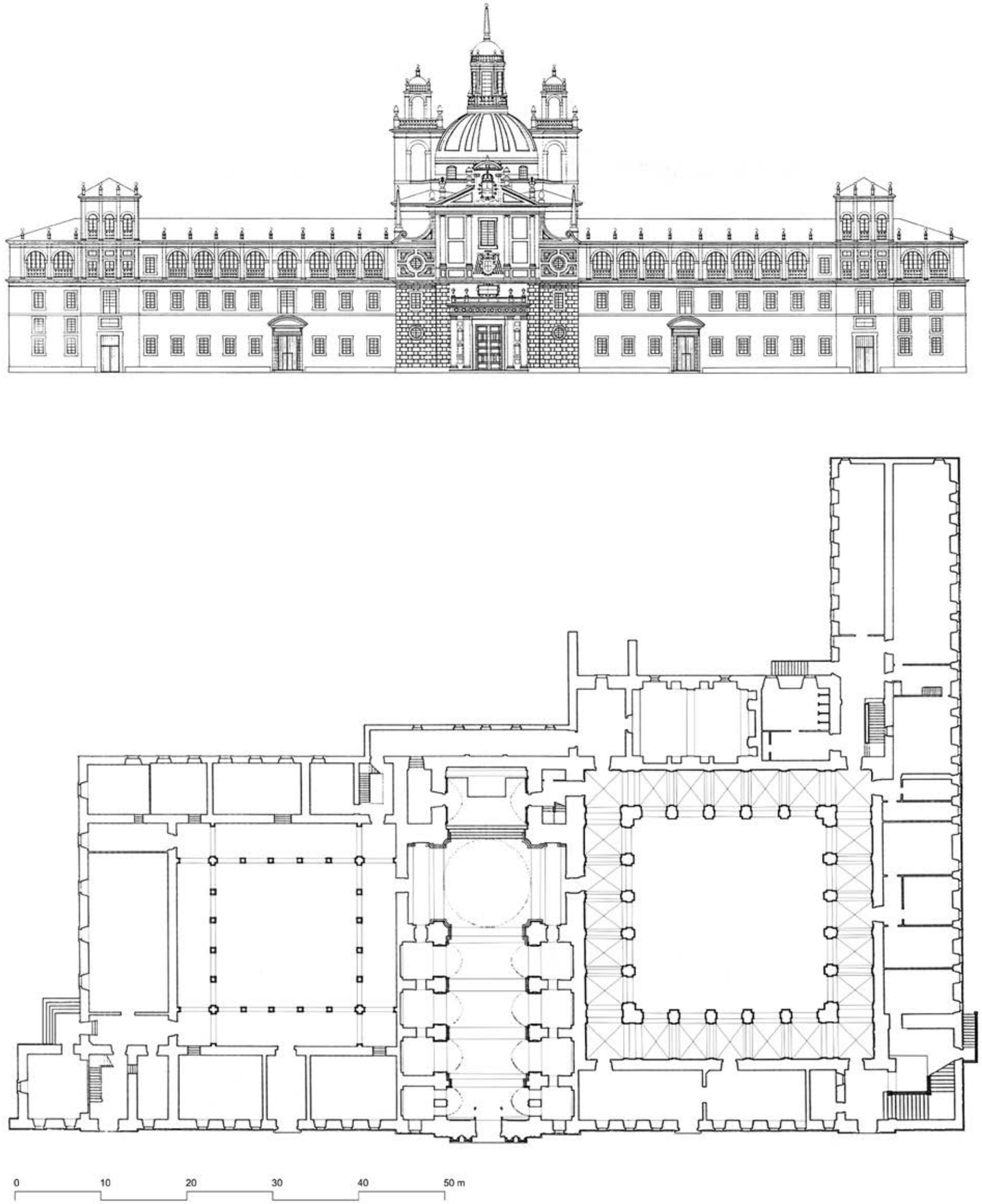


FIG. 9 Carlos Meijide Calvo, Alzado principal y planta del Colegio de Monforte de Lemos, 1984 (DXP, 1985, "P. B. E. Restauración do Colexio do Cardeal. Monforte de Lemos). Agradezco a Jorge Meijide el beneplácito para la publicación de estos planos y a Rosa Ana Guerra Pestonit el haberme proporcionado su imagen digitalizada y con escala.

mismo año se cegaron con paneles removibles dos ventanas bajo arcos rebajados y se convirtieron en vitrinas sendas puertas tapiadas que flanqueaba el acceso a la sala (Rivera Vázquez 1989, 655) (DXP, 1985, "Proxecto...").

3.3. Ourense

En Ourense, además de las ampliaciones realizadas por el obispo Pedro de Quevedo c. 1804 y por el obispo Cesáreo Rodríguez a finales del siglo XIX (Rivera Vázquez 1989, 656), los cambios más importantes en el Colegio tuvieron lugar durante su reestructuración en la primera década del s. XX (Hernández Figueiredo 2004, 165, 395-398).

El templo, por su parte, estaba aún inacabado en el momento de la expulsión. Concretamente habían quedado sin construir el crucero y el presbiterio, que permanecieron a la intemperie durante todo el siglo XIX siendo habitualmente utilizados como zona de "juego de pelota" de los seminaristas (Rivera Vázquez 1989, 656). Así, para poder usar el resto de la iglesia se tapió el arco toral que separa el crucero del cuerpo de naves con un muro de mampostería del que quedan marcas en los últimos pilares de la nave central y que además es claramente visible en una fotografía antigua de la ciudad (Gallego Domínguez 2001, 147) (AHDO, "Orense-Centro, Sta. Eufemia", carpeta 30.9.59). Esta situación cambió en 1897, cuando el obispo Pascual Carrascosa promovió la finalización del templo. El proyecto siguió escrupulosamente el estilo del resto del edificio e incluyó la adición de la tribuna central de madera. La iglesia se reinauguró el 30 de noviembre de 1899 (Rivera Vázquez 1989, 602 y 656-657) (AHDO, "Orense-Centro, Sta. Eufemia", carpeta 30.9.59).

Además, en 1846 se había creado una capilla en la tribuna de la Epístola para uso exclusivo del Seminario que debió de suponer el cierre de esa zona respecto al resto de la tribuna (Hernández Figueiredo 2004, 308), a finales del s. XIX se tapiaron algunas puertas que comunicaban la iglesia con el antiguo colegio (AHDO, "Orense-Centro, Sta. Eufemia", carpeta 30.9.59, 6v), y c. 1922 se debió de abrir una puerta lateral del costado sur del templo actualmente en desuso (AHDO, "Orense-centro, Sta. Eufemia", libro 30.9.29, 48r, 51v y 54v).

Sin embargo, después de la conclusión de la cabecera los cambios más significativos se produjeron en la fachada, que con el aliciente de la apertura y urbanización de la actual Plaza de Santa Eufemia en 1940 (AMOU, Obras públicas..., leg. 11, planos de 1925 y 1933) se decidió "completar" añadiendo un remate al gran lienzo central y dos torres-campanario sobre los cuerpos laterales. Ese mismo año se diseñó un remate a modo de crestería que debió de completarse en 1941, pero de las torres probablemente no se llegasen ni a realizar planos (AMOU, leg. 34). Así pues, en 1986 el entonces párroco encargó un proyecto de torres-campanario, y en 1989, no exento de polémica por su difícil identificación como añadido, se inauguró el campanario de la Epístola (Juan Franco 1998) (APSE, "Pérez de Juan... 1987") (APSE, Rivas Villanueva 1989). El otro nunca llegó a ejecutarse (fig. 10) (fig. 11).

3.4. Pontevedra

Durante su etapa como fábrica y después en calidad de instituto y hospicio, el Colegio de Pontevedra debió de sufrir modificaciones, pero resulta difícil determinarlas. Por otro





FIG. 10 Iglesia del Colegio de Ourense, c. 1940. Agradezco a Rafael Salgado el haberme proporcionado esta imagen (Salgado 2012).

FIG. 11 Iglesia del Colegio de Ourense en la actualidad.

lado, antes de su cesión al Museo de Pontevedra en 1978 el inmueble fue objeto de tareas de acondicionamiento, pero la ampliación del complejo museístico entre 2004 y 2013 fue la que impulsó su rehabilitación integral por Eduardo Pesquera y Jesús Ulargui, también autores del edificio que se levantó en la antigua huerta de los jesuitas tras la demolición de edificaciones anteriores sin interés (Tilve Jar 2014, 21) (DXP, 2004, "Proxecto...").

Respecto a las transformaciones del patio, por una foto de c. 1920 sabemos que en ese año ya estaba totalmente pavimentado, pero en 1982 se reformó pasando a un pavimento en cruz con una fuente central sobre un círculo pétreo y cuatro parterres alrededor, y en la última rehabilitación se eliminaron los pasillos radiales y se sustituyó el círculo pétreo bajo la fuente por un cuadrado. No obstante, el cambio más relevante en el patio tras





FIG. 12 Patio del Colegio de Pontevedra, c. 1920 (AJG, Fotos y Planos, caja 136, carpeta II, Colegio de Pontevedra).

FIG. 13 Enrique Acuña, Patio del Colegio de Pontevedra, 1983 (AMP, Claustro do colexio dos Xesuítas, R.º 55123, signatura 8.8.0).

esta intervención fue la apertura de sus arcos, entonces parcialmente cegados albergando vanos rectangulares más pequeños. La memoria de esta actuación da a entender que al abrirlos se buscaba recuperar el estado original del edificio (DXP, 2004, "Proxecto...") (Regueira 2011), pero no hemos encontrado evidencias de que la configuración previa de los arcos — que llevó a Bonet a relacionar el patio pontevedrés con el del Colegio de la Compañía en Villafranca del Bierzo (Bonet Correa 1984, 522) — fuese fruto de una modificación posterior a la expulsión de los jesuitas. De hecho basándonos en la descripción del estado del colegio en 1794 para su cesión a los hermanos Lees los arcos debían de estar cerrados en ese momento, y resulta poco verosímil que sufriesen cambios significativos entre 1767 y 1794, período en que el edificio estuvo semiabandonado.[13] (fig. 12) (fig. 13) (fig. 14) (fig. 15)

Esta reciente rehabilitación también operó cambios importantes en la distribución del colegio al demoler numerosos tabiques interiores para crear amplias salas expositivas y abrir algunos vanos en muros internos. Además, con el fin de comunicar el antiguo colegio con el edificio construído sobre su huerta mediante pasadizos acristalados se abrieron dos grandes huecos en la fachada posterior; y la decisión de ubicar la cafetería y restaurante del Museo — que en principio iban a estar en el edificio

[13] Entre los reparos necesarios en la carpintería del colegio enumerados en el auto para su entrega a los Lees están los siguinetes: "Ytem todas las ventanas que dicen al claustruo de la habitación superior existen con sus herrajes y sus maineles, con falta de algunos bidrios. Los pisos, y fayados de dicho claustro necesitan ser reparados por hallarse deteriorados, a causa de las aguas, y goteras de los temporales." (AHPP, caja 4811, carpeta 4).





nuevo — en el bajo de esta fachada del colegio obligó a realizar modificaciones importantes para adaptar la infraestructura al nuevo uso (DXP, 2004, "Proxecto...").[14]

El cambio más visible en la iglesia fue la adición de cuatro estribos de refuerzo en su lateral occidental en 1796 (Rivera Vázquez 1989, 658), aunque en la cabecera la antigua sacristía y los locales adyacentes y situados sobre ella también sufrieron importantes reformas en la década de 1970 (APSB, "Obra complejo parroquial").

3.5. A Coruña

En el momento de la expulsión la iglesia de A Coruña, único inmueble del complejo jesuítico que ha llegado a nuestros días, tenía aún por realizar el remate de la fachada, el campanario del Evangelio, y las tres esculturas que, previsiblemente, iban a ocupar sus hornacinas. La torre se completó en 1906 por iniciativa del entonces párroco, que también impulsó la realización de tres esculturas para la fachada en 1910 (Vigo Trasancos 2007, 90-91); y el actual remate, formado por motivos de filiación barroca flanqueando una cruz, vino a sustituir los dos pináculos y el escudo que se aprecian en un grabado del siglo XIX (Vedía y Goossens 1845, 252). El Colegio, por su parte, fue demolido c. 1921 tal y como se indicó previamente (Rivera Vázquez 1989, 659-660). (fig. 16)

4. Conclusiones

Así pues, el edificio colegial de Pontevedra y la casa de ejercicios de Santiago sufrieron varios procesos de rehabilitación, algunos bastante agresivos; mientras que las intervenciones en los Colegios de Monforte y

[14] El proyecto dice que "no se modifica sustancialmente el actual sistema de compartimentación del edificio [...] salvo en la planta baja donde se ejecutan las instalaciones y equipamiento de la cocina del restaurante", pero los planos adjuntos muestran la demolición de un buen número de tabiques (DXP, 2004, "Proxecto...").

FIG. 14 Patio del Colegio de Villafranca del Bierzo (AJG, Fotos y Planos, caja 136, carpeta II, Colegio de Pontevedra).

FIG. 15 Patio del Colegio de Pontevedra en la actualidad.

Ourense consistieron fundamentalmente en la finalización o ampliación de alguna parte del conjunto edilicio; conjunto también ampliado, aunque con construcciones de menor calidad, en Pontevedra. Peor suerte sufrieron el Colegio de Monterrei y los edificios principales de los Colegios de Santiago y A Coruña, que desgraciadamente han desaparecido por completo. Y, por último, hay que decir que salvo la ya perdida iglesia de Monterrei las demás no sufrieron grandes cambios, aunque el templo de la capital orensana fue objeto de la finalización en estilo de su cabecera y fachada, también completada en A Coruña.

En Galicia, tras la expulsión, los antiguos colegios jesuíticos sufrieron un agónico proceso de fracasos encadenados que, en los peores casos, terminó con la desaparición de parte o la totalidad de los complejos arquitectónicos y, en los mejores, con ampliaciones de dudosa conveniencia desde un punto de vista histórico-artístico.



FIG. 16 Grabado de la Iglesia y Colegio de A Coruña, s. XIX (Vedía y Goossens 1845, 252).

BIBLIOGRAFÍA

BARRIOCANAL López, Yolanda y Fariña Busto, Francisco. 1989. *El antiguo Museo de Pinturas de Ourense (1845-1852).* Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial.

BANDE Rodríguez, Enrique. 2003. "*El Seminario Conciliar de San Fernando de Ourense (1ª parte)*". *Auriensia*, VI: 307-330.

BONET Correa, Antonio. 1984. *La arquitectura en Galicia durante el siglo XVII.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

CID Rodríguez, Cándido. 1939. "Fundación del Colegio de Jesuitas de Orense en 1655". *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Ourense*, t. 12, n. 247: 130-141; t. 12, n. 248: 179-184; t. 12, n. 249: 203-208.

CONSORCIO de Santiago. 2011. "Recuperación Urbana. Conservación del patrimonio. Obras 2011". http://www.consorciodesantiago.org/es/rehabilitaciones-de-anos-anteriores [consultado el 20-10-2015].

COUSELO Bouzas, José. 1935. *El Colegio de Irlandeses de Santiago de Compostela.* Santiago de Compostela: Imprenta del Seminario Conciliar.

COTARELO Valledor, Armando. 1945-1946. *El Cardenal don Rodrigo de Castro y su fundación en Monforte de Lemos*, 2 v. Madrid: Magisterio Español.

FEAL Antelo, Manuel Ángel. 2010. "El Colegio del Cardenal de Monforte de Lemos. Evolución de la traza universal". Trabajo Fin de Máster dirigido por el Dr. D. J. R. Soraluce Blond, Universidade de A Coruña.

FERNÁNDEZ del Hoyo, María Antonia. 1981. "Casas y Novoa y la iglesia coruñesa de la Compañía". *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología: BSAA*, t. 47: 480-486.

FERNÁNDEZ Rodríguez, Begoña. 2008-2009. "El conjunto histórico de Monterrei: estado de la cuestión". *Boletín auriense*, n. 38-39: 91-114.

FERNÁNDEZ Villamil, Enrique. 1981. "Noticias sobre la fundación y desarrollo del Colegio de la Compañía de Jesús de Pontevedra". *El Museo de Pontevedra,* t. 35: 353-456.

FREIRE Tellado, Manuel José. 1998. "Los trazados de montea de factura renacentista del edificio de los escolapios de Monforte de Lemos (Lugo)": 173-180. En: *Actas del Segundo Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera.

FOLGAR de la Calle, María del Carmen. 1996. "El edificio de la Universidad": 44-54. En: *El patrimonio histórico de la Universidad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

FOLGAR de la Calle, María del Carmen. 1985. *Arquitectura gallega del siglo XVIII: Los Sarela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

GALLEGO Domínguez, Olga. 2001. *A cidade de Ourense: unha visión a través dos séculos.* Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial de Ourense.

GARCÍA Braña, Celestino. 1995. "Restauración na igrexa da Universidade": 76-81. En: *Gallaecia Fulget (1495-1995): cinco séculos de historia universitaria*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

GARCÍA Cortés, Carlos. 2001. *La parroquia coruñesa de San Jorge, historia de una institución y de una comunidad.* A Coruña: Parroquia de San Jorge.

GONZÁLEZ García, Miguel Ángel. 2012. *La solemne traslación de la Parroquia de Santa Eufemia de la Catedral a la Iglesia de la Compañía el año 1770: una ceremonia de afirmación monárquica y alteraciones en la fachada*. Ourense: Archivo Capitular de Ourense.

GOY Diz, Ana. 1995. "A Universidade e a súa igrexa": 40-45. En: *Gallaecia Fulget (1495-1995): cinco séculos de historia universitaria*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

GUERRA Pestonit, Rosa Ana. 2012. *Bóvedas y contrarresto del Colegio de Nuestra Señora de la Antigua de Monforte de Lemos: geometría, construcción y mecánica.* Madrid: Tesis doctoral dirigida por el Dr. D. Santiago Huerta Fernández, Universidad Politécnica de Madrid-Escuela Técnica Superior de Arquitectura.

HERNÁNDEZ Figueiredo, José Ramón. 2006. *"El Colegio jesuítico de San Juan Bautista de Monterrei-Verín: Memorial del proceso de una expulsión". Hispania Sacra*, v. 58, n. 117: 101-141.

HERNÁNDEZ Figueiredo, José Ramón. 2004. *El Seminario Conciliar de San Fernando de Ourense (1804-1952): historia de una institución de piedad y cultura*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.

JUAN Franco, Begoña. 1997-1998. "Las torres de Santa Eufemia la Real del Centro". *Porta da Aira*, n. 8: 265-276.

MARTÍNEZ González, Esteban. 2000. *Colegio Ntra. Sra. de la Antigua (Monforte de Lemos)*. León: Everest.

MEIJIDE Pardo, Antonio. 1965. "Los ingleses Lees y su fábrica de tejidos en Pontevedra". *El Museo de Pontevedra*, t. XIX: 55-86.

MORENAS Aydillo, Julián. 2008. *Espazo e luz envoltos en pedra. A rehabilitación do edificio histórico de Mazarelos como Facultade de Filosofía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

O'CONNELL, Patricia. 2007. *The Irish College at Santiago de Compostela, 1605-1769.* Dublin: Four Courts Press.

OTERO Túñez, Ramón. 1986. *El legado artístico de la Compañía de Jesús a la Universidad de Santiago.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

PÉREZ Rodríguez, Fernando. 1995. "Algunas consideraciones sobre la construcción del Colegio de Nuestra Señora de la Antigua de Monforte de Lemos (Lugo), 1592-1619": 495-521. En: *Monjes y monasterios españoles: arte, arquitectura, restauraciones, iconografía, música, hospitales y enfermerías, medicina, farmacia, mecenazgo, estudiantes*. San Lorenzo del Escorial: R. C. U. "Escorial-M.ª Cristina".

REGUEIRA, Susana. 2011. "La rehabilitación descubre el claustro del edificio Sarmiento y le devuelve su imagen de hace 3 siglos". Faro de Vigo, 9 de agosto de 2011. http://www.farodevigo.es/portada-pontevedra/2011/08/09/rehabilitacion-descubre-claustro-edificio-sarmiento-le-devuelve-imagen-3-siglos/570002.html [consultado el 8-10-2015].

RIVERA Vázquez, Evaristo. 2006. *El sorprendente colegio de Monterrei*. Madrid: Provincia de Castilla, Compañía de Jesús.

RIVERA Vázquez, Evaristo. 1989. *Galicia y los jesuitas. Sus colegios y enseñanza en los siglos XVI al XVIII.* A Coruña: Fundación Barrié.

RODRÍGUEZ Gutiérrez de Ceballos, Alfonso. 2000. "Vermondo Resta y la fundación del Cardenal de Sevilla, Don Rodrigo de Castro, en Monforte de Lemos". *Archivo hispalense: Revista histórica, literaria y artística*, t. 83, n. 252: 163-174.

SÁNCHEZ Cantón, Francisco Javier. 1946. "El derribo de iglesias en Pontevedra: el P. Sarmiento y el de San Bartolomé 'El Viejo'". *El Museo de Pontevedra*, t. 4: 7-10.

SÁNCHEZ García, Jesús Ángel. 1996. "De la reforma de Montero Ríos al Estatuto de Autonomía": 56-79. En: *El patrimonio histórico de la Universidad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

SECA, Adriano de la. 1930-1932. "Colegio de Jesuitas en Orense". *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, t. 9, n. 190 (1930): 7-17; t. 9, n. 191 (1930): 37-41; t. 9, n. 192 (1930): 66-72; t. 9, n. 193 (1930): 103-104; t. 9, n. 195 (1930): 140-150; t. 9, n. 197 (1931): 196-198; t. 9, n. 200 (1931): 259-268; t. 9, n. 202 (1932): 303-306.

SINGUL Lorenzo, Francisco Luis. 2001. *La ciudad de las luces. Arquitectura y urbanismo en Santiago de Compostela durante la Ilustración.* Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago.

TABOADA Chivite, Xesús. 1951. "Los tres conventos de Monterrey". *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Ourense*, t. 17, f. 3: 245-262.

TAÍN Guzmán, Miguel. 1998. *Domingo de Andrade, maestro de obras de la Catedral de Santiago*. Sada (A Coruña): Ediciós do Castro.

TILVE Jar, María de los Ángeles. 2014. *De templo xesuíta a parroquial de San Bartolomeu. Tricentenario da súa consagración*. Pontevedra: Museo Provincial de Pontevedra.

TILVE Jar, María de los Ángeles. 2004. "Pedro de Monteagudo": *203-232.* En: Pulido Novoa, Antón (dir.) *Séculos XVII e XVIII*, v. 5 de *Artista galegos. Arquitectos*. Vigo: Nova Galicia Edicións.

VEDÍA y Goossens, Enrique de. 1845. *Historia y descripción de la ciudad de La Coruña.* La Coruña: Imp. de Domingo Puga.

VIGO Trasancos, Alfredo. 2007. *A Coruña y el Siglo de las Luces. La construcción de una Ciudad de Comercio (1700-1808).* Santiago de Compostela-A Coruña: Universidade de Santiago de Compostela-Universidade de A Coruña.

FUENTES

ARCHIVO HISTÓRICO DIOCESANO DE OURENSE (AHDO)

AHDO, "Orense-Centro, Sta. Eufemia", carpeta 30.9.59, "Obras de la Iglesia", "1897-1900. Obras ejecutadas en la Iglesia parroquial de Sta. Eufemia del Centro, en la Ciudad de Orense. Memoria esplicativa. Director facultativo y administrativo el Ayudante de Obras públicas, D. Abelardo Moreiras".

AHDO, "Orense-centro, Sta. Eufemia", libro 30.9.29, "Diario de Fábrica de Eufemia del Centro".

ARCHIVO HISTÓRICO PROVINCIAL DE PONTEVEDRA (AHPP)

AHPP, caja 4811, carpeta 4, "Año de 1794, Temporalidades. Autos obrados en virtud de orden de la Real Dirección de Temporalidades para la entrega interina de las piezas altas y vajas del Real Colegio de esta villa, a don Benjamin y Don Juan Lees de nación ynglesa para [manufactura y ... de texidos] y declaración del estado en que se hallan dichas piezas que han de ocupar".

ARCHIVO DE LOS JESUITAS DE GALICIA (AJG)

AJG, Colegio de Santiago, caja 107, carpeta I, Casa de Ejercitantes, copia manuscrita de los planos levantados por Miguel Ferro Caaveiro en 1772.

AJG, Fotos y Planos, caja 136, carpeta I, Colegio de Ourense.

AJG, Fotos y Planos, caja 136, carpeta II, Colegio de Pontevedra.

ARQUIVO MUNICIPAL DE OURENSE (AMOU)

AMOU, leg. 34, s/n (1940) Iglesia Sta. Eufemia (carpetilla).

AMOU, Obras públicas municipais provisional, leg. 11, "Proxecto de reforma e mellora do pavimento, alcantarillado e modificación de rasante na rúa Lamas Carvajal" (1933), plano del 23-11-1933; "Proxecto de modificación da rasante da rúa do Instituto" (1912-1925), plano del 26-3-1925.

ARQUIVO DO MUSEO DE PONTEVEDRA (AMP)

AMP, Claustro do colexio dos Xesuítas, R.º 55123, signatura 8.8.0, fotografía de Enrique Acuña, 1983.

ARCHIVO PARROQUIAL DE SAN BARTOLOMÉ (APSB)

APSB, "Obra complejo parroquial".

ARCHIVO PARROQUIAL DE SANTA EUFEMIA LA REAL DEL CENTRO (APSE)

APSE, Pérez de Juan Romero, L.: Memoria del "Proyecto de ejecución de torres-campanario para Santa Eufemia la Real del Centro. Orense". Ourense, 12-1987.

APSE, Rivas Villanueva, L.: "La torre de Santa Eufemia", *La Región*, 14-9-1989.

ARQUIVO DO REINO DE GALICIA (ARG)

ARG, Colección de fotografías, 2.596.

ARG, Colección Vaamonde Lores, Col. Icon. e Cart. 9.

BLOG "OURENSE NO TEMPO"

Salgado, Rafael. 2012. "Iglesia de la Compañía de Jesús", *Blog Ourense no Tempo*, 19-11-2012. http://ourensenotempo.blogspot.com.es/2012/11/iglesia-de-la-compania-de-jesus.html [consultado el 10-10-2015].

DIRECCIÓN XERAL DE PATRIMONIO DE LA XUNTA DE GALICIA (DXP)

DXP, 2007, "Proxecto de acondicionamento térmico da nave da igrexa da Universidade. Santiago de Compostela (Oficina Técnica do Consorcio de Santiago)".

DXP, 2004, "Proxecto de execución ampliación do Museo de Pontevedra (Rueiro cultural da Deputación). Modificados 3, 4 e 5 (Arquitectos: Eduardo Pesquera González, Jesús Ulargui Agurruza)".

DXP, 1998, "Proxecto de restauración da igrexa da Compañía. Santiago de Compostela (Arquitecto: Jorge Salvador Fernández)".

DXP, 1995, "Rehabilitación da Igrexa da Universidade ou da Compañía. Santiago de Compostela (Arquitectos: Gonzalo de Pedro Quijano, Celestino García Braña)".

DXP, 1985, "P. B. E. Restauración do Colexio do Cardenal. Monforte de Lemos (Arquitecto: Carlos Meijide Calvo)".

DXP, 1985, "Proxecto de adecuación e ambientación da sala-museo do Convento dos Padres Escolapios. Monforte de Lemos".

REUSING URBAN CONVENTS AS STATE SCHOOLS IN BELGIAN TOWNS (1773-1803)

REINOUT KLAARENBEEK
PhD-candidate at the department of Architecture, KU Leuven, Belgium
reinout.klaarenbeek@kuleuven.be

THOMAS COOMANS
Professor at the department of Architecture, and Raymond Lemaire International Centre for Conservation, KU Leuven, Belgium
thomas.coomans@kuleuven.be

ABSTRACT

The suppression of the urban convents in the Southern-Netherlands occurred in three phases (1773, 1783/85, 1796) and ran parallel with a large transfer of societal functions to the new lay states. This contribution focuses on the urban and architectural consequences of the reuse of former convents to new schools for secondary education. Three case cities, Antwerp, Bruges and Brussels, are examined for the late Austrian (1777-1792/93) and early French period (1792/94-1803). The paper reveals firstly that reuse of convent buildings to educational purposes, only resulted in minor architectural changes because of its short-lived character. The Theresian College in Brussels is a notable exception. Secondly, at the level of the urban block, differences in educational programs could result in division (Royal Colleges and Royal Boarding Colleges, 1777-96) or (re)unification (Central Schools, 1796-1803). Finally, locational choices in the crucial period following suppression could heavily have stirred further development, whether former convents were assigned as state school or not.

KEYWORDS
REUSE OF CONVENTS | EDUCATION | URBAN TRANSFORMATION | JESUITS | BELGIUM

The ideas of the Enlightenment promulgated by the Austrian (1773-94) and French rulers (1794-1815) over current-day Belgium, brought about a definite change of relations between the church and the state. First, in 1773, Empress Maria Theresa of Austria suppressed the influential Society of Jesus. Second, in the years 1783-85, Emperor Joseph II of Austria suppressed all the convents considered as lacking an immediate visible societal function. These 'useless' convents included almost all the contemplative religious institutes. Third, in 1796, the French Directory suppressed all remaining convents. These gradual suppressions resulted in a major redistribution of real estate properties and a deep transformation of the urban landscapes (Coomans & Klaarenbeek 2014, 151).[1]

The availability of numerous former convents offered instant opportunities to settle the new functions of the modern lay states such as schools, hospitals, orphanages, elderly houses, museums, courts of justice and prisons, as well as military infrastructure such as barracks, arsenals etc. Such reuse of former convents occurred not only in the Austrian Empire and in the French Republic, but in most secularized states in Europe (Coomans 2015, 85-100). The case of Belgium, however, is exceptional because it combines the Austrian and French secularizations, and was followed by the Dutch anti-Catholic rule (1815-30) before the kingdom's national independence in 1830.

Along with health care and charity, education was secularized and re-established in the context of the new lay states. The regimes were aware of the crucial role of education in socializing their citizens and training the new elite. Therefore, creating a network of secondary lay schools was a priority (De Vroede 1983a; De Vroede 1983b), and finding appropriate buildings was one of the first and most urgent needs. Since time and money, the two most important requirements for erecting new buildings, were generally not met, reusing existing school building was the only pragmatic alternative. The secondary educational infrastructure in the Southern Netherlands had been developed in the context of the Counter Reformation by the Jesuits and the Augustinians who transmitted the Roman Catholic identity to the elite youth in their urban colleges. From 1548 to 1645, the Jesuits had founded 17 colleges in the Southern Netherlands (Poncelet 1927; Deneef & Rousseaux 2012) and the Augustinians 20 colleges. (Fig. 1) With regard to the number of pupils and the public's appreciation, the Augustinians were ranked second to the Jesuits, with whom they usually strongly competed.

This paper aims to provide insight in the urbanistic- and architectural aspects of the reuse of former convents for state schools in the Southern Netherlands. The phenomenon will be analyzed at three levels: the town, the block and the buildings. First, at the level of the towns, literature and archival research[2] enable to map the location of former and new schools, which will reveal aspects of continuity and discontinuity. Second, at the level of the building block, we will examine how the reuse for educational purpose stimulated the conservation of convent sites as wholes. Third, the transformation of the Jesuit complex in Brussels to a state college will offer a case study at the level of individual buildings. This paper focuses on the Austrian colleges from 1777 to 1794, and the French Central schools from 1794 to 1803 in the towns of Brussels, Antwerp, and Bruges.

[1] The article is part of the ongoing research project *Redeveloping the City: urban transformation and 'heritigization' after the secularization of religious houses in Belgian towns at the dawn of the modern age (1773/1796-1860)*, which is financed by the Research Foundation- Flanders (FWO, G.0B0912N). The promotors of this project are: Prof. Thomas Coomans (KU Leuven, department Architecture), Prof. Jan De Maeyer (KU Leuven, KADOC), Prof. Inge Bertels (Vrije Universiteit Brussel), and Prof. Tom Verschaffel (KU Leuven, KULAK).

[2] Consulted archives: State Archives of Belgium, funds of: 1) *Secretary of State and War*; 2) *Comité Jésuistique*; 3) *Commission Royale d'Études.* For the French time, funds of the Departmental administrations, that are conserved in the provincial depots of the State Archives of Belgium.

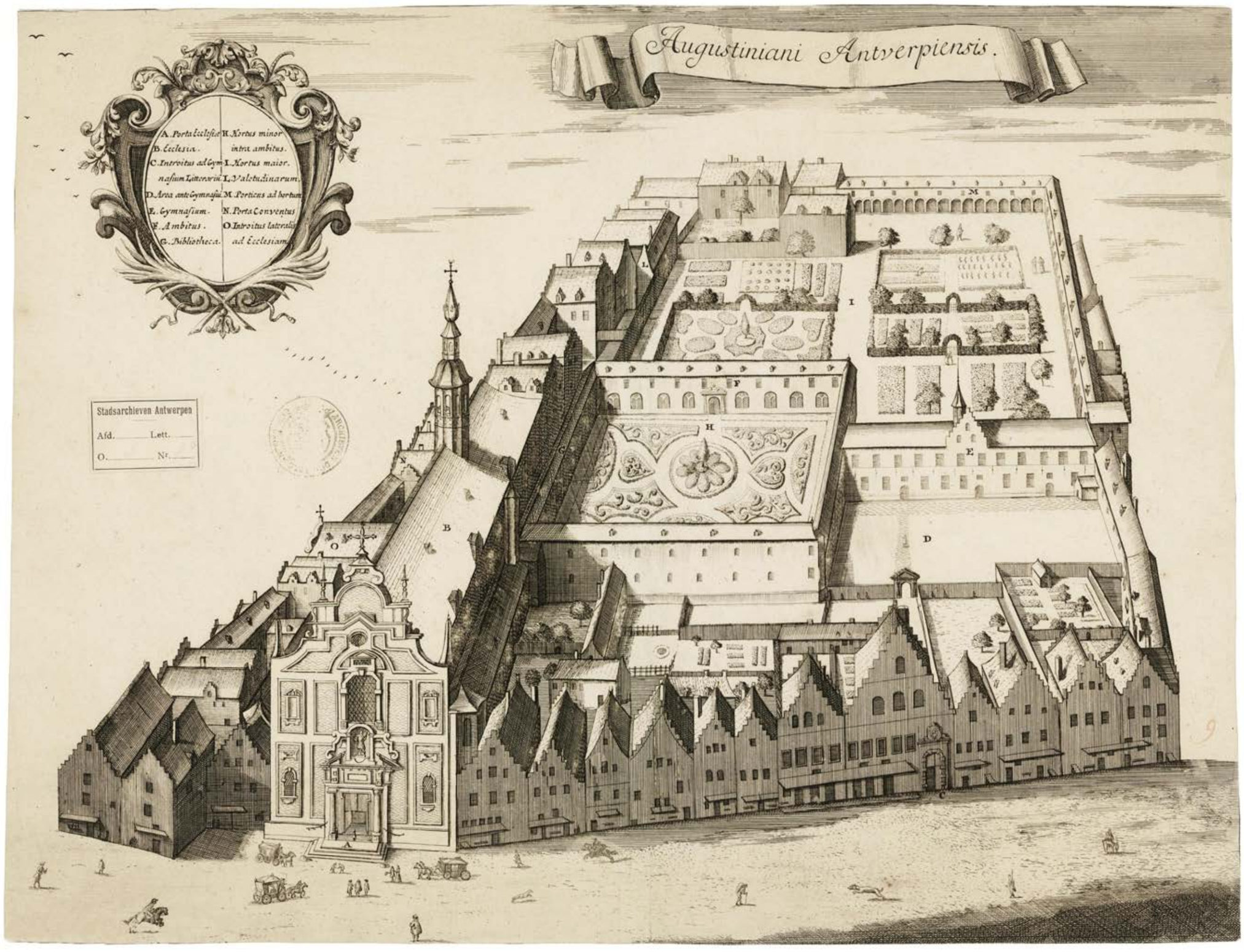


FIG. 1 Antwerp, Augustinian convent and college at the end of the seventeenth century (A. Sanderus, *Chorographia Sacra Brabantiae* / Stadsarchief Antwerpen, 12#5340).

Theresian College and Royal Colleges (1777-94)

The suppression of the Society of Jesus by Empress Maria Theresa's ratification of the papal bull *Dominus ac redemptor* in 1773, left a considerable gap in the empire's educational facilities. The empress was aware both of the potential harmful effects and the opportunity offered by this change. Therefore she commissioned the 'Committee for the suppression of the Jesuits' (*Comité Jésuitique*) to elaborate a plan for state education. In 1774, the committee proposed to demolish all former Jesuit colleges and build new state schools on the sites. This 'tabula rasa' plan was rejected on financial grounds (Weckx 1964, 22). A new plan proposed to reuse the former Jesuit college buildings; it was approved in 1777. In essence, the plan comprised the foundation of one main 'Theresian College' (*Collège Thérésien*) in Brussels and 15 'Royal Colleges' (*Collège royal*) and Royal Boarding Colleges (*Collège-pensionnat royal*), in the larger Belgian towns (Vanhoutte and Van der Eycken 2007). The Royal Commission for Education (*Commission Royale d'Études*) was responsible for the implementation of these new colleges as well as for selling all the other Jesuit properties.

Choosing the location of the Royal Colleges at Antwerp and Bruges was not straightforward, since the former Jesuit properties offered several opportunities. In Antwerp, there were three distinct Jesuits complexes: 1) the main house with the great baroque church, presently at the Conscienceplein, 2) a boarding school (*convictus*), and 3) a High College (*Grand Collège* or *gymnasium*). This important Jesuit presence in Antwerp was due to the city's location as a Catholic bulwark facing the Calvinistic Republic of the United Netherlands, and the strong need to articulate (religious) identity (De Landtsheer 1998).

Logically, the boarding school presented the most appropriate and cheap location for a Royal College with a boarding school, but the state choose the former High College because of its optimal urban location. Moreover, the state did not want to see the city claiming such prestigious buildings (Brouwers 1976, 34).[3] In Bruges, both the Flemish and the English Jesuits possessed buildings. Expelled from France in 1764, the English Jesuits had tried to restore their main continental college in Bruges and built a new 'Small College' in 1768 (architect Egidius Goddyn). The state preferred this new and well located building to the former Flemish Jesuits' buildings.[4] So, the former college of the English Jesuits became the new Royal College: the classrooms on the second floor and the storage at the attic were divided in order to create private dormitories for the boarding school.[5] (Fig. 2, Fig. 3, and Fig. 4)

After the Commission choose, the other former Jesuit sites in Antwerp and Bruges could be sold. In order to maximize profits, the complexes were divided in lots, a phenomenon that would develop in later Austrian and French suppressions as a common practice. The demarcation of the lots to be sold followed to a large extent the three components of a typical Jesuit complex: the church (*ecclesia*), the school (*gymnasium* or *collegium*) with classes and a theatre, and the house (*domus*) where the fathers lived (De Jonge 2010).[6] Sometimes ancillary buildings formed a fourth lot (Genicot and Coomans 1991). When sold to different owners, these parts evolved autonomously and received different uses. In Bruges, the Jesuits church was maintained but the neighboring convent,

[3] Protocole de la Commission Royale d'Études, 21 August 1777. State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 35.

[4] Records about this choice are lacking in the archives of the Bruges *Collège Royal Pensionnat*. State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 48A.

[5] For instance, plans by architect L. Feijs, 1777, depicting the division of the large rooms of the upper floor and the attic in smaller private dormitories. State Archives of Belgium. Maps and Plans, 1890.

[6] An example of this resemblance between the typological organization and the allotment is the Bruges Flemish Jesuit complex. The administrator J.J. Hergodts de Nieuwmunster, responsible for the division and sale of the Bruges Flemish Jesuit complex, wrote to the minister of Finance: "*J'ai divisé après l'examen et l'avis des experts, les bâtiments et terrains de ce Collège en trois parties qui à la vérité sont grandes, mais il n'est guère possible de faire une division plus multipliée par rapport que le terrain forme un carré dont l'église fait une face, et je suppose que les trois terrains, tels qu'ils sont marqués seront plus recherchés que s'ils étaient moindres".* State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 48A.

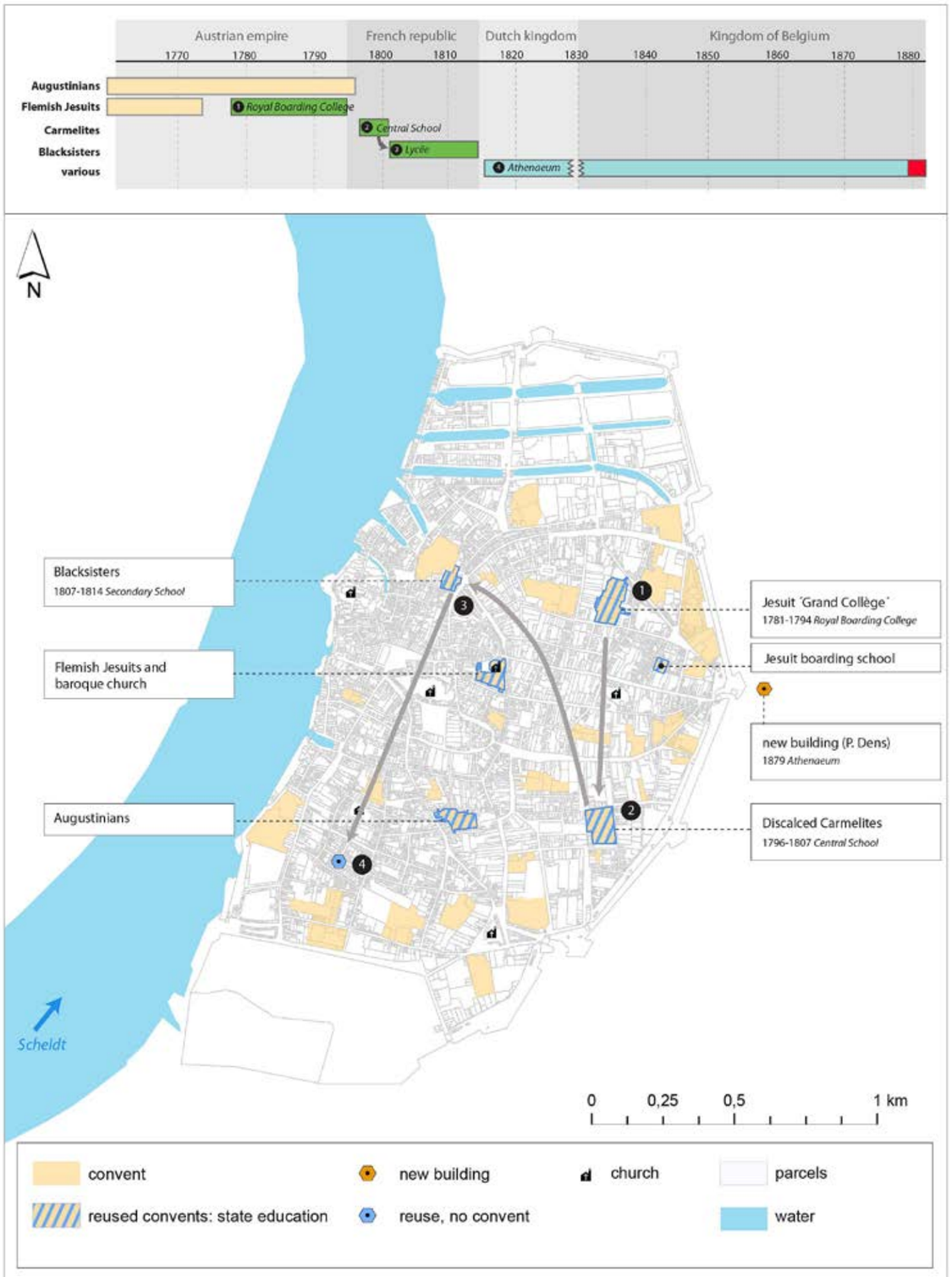


FIG. 2 Antwerp, successive locations of the schools in former convents (Reinout Klaarenbeek).

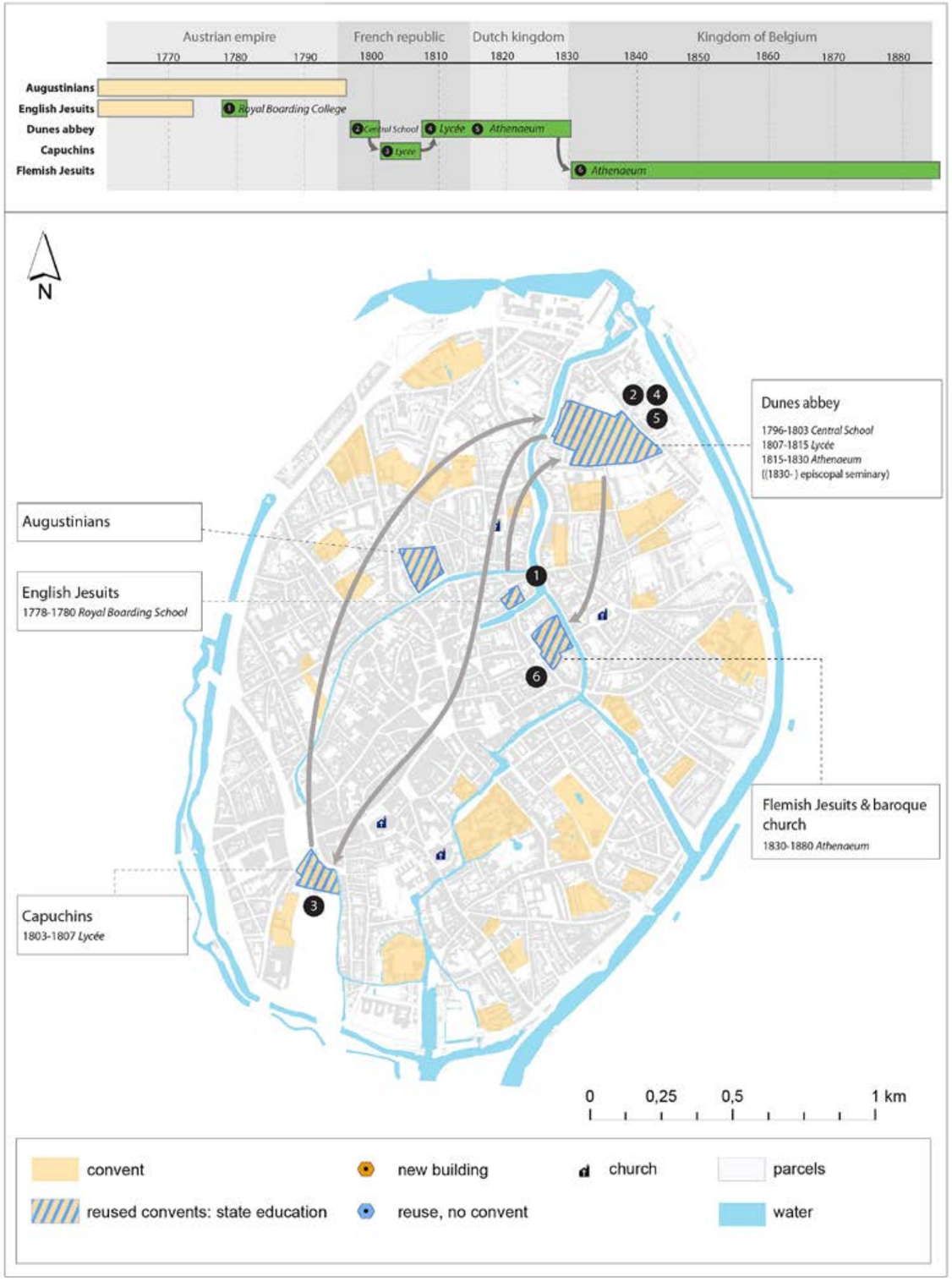


FIG. 3 Bruges, successive locations of the schools in former convents (Reinout Klaarenbeek).

owned by a rich man in 1778, was completely demolished and replaced by one of the town's most notable examples of neoclassical residences (Beernaert and Esther 1991, 19). (Fig. 5) Fortunately, the magnificent baroque Jesuit churches of Antwerp and Bruges escaped destruction, were transferred to parish churches in 1779, and further used as places of worship. These inner-city parishes proved to be sustainable since they are still existing.

When reused as state Royal Colleges, former Jesuit properties where maintained as whole complex. This was rather a paradox, when compared with the initial demolition projects of the Committee for the suppression of the Jesuits. In Antwerp, the two-courted complex of the High College offered space for a large military school side by side with a Royal College and boarding school (Brouwers 1976, 55-60). In Brussels, the proximity to the expanding administrative center of the court contributed to the establishment of a range of administrative functions, including the seat of the Royal Commission for Education, in de former Jesuit buildings between 1773 and 1777. The Royal College at Aalst is another example of new building activity. Prominent neoclassical architects such as the architect of the court Louis Montoyer and Jan-Baptist Simoens were involved in the design of a new wing (Van de Perre 2011, 68-73).

In Ghent, the Jesuit complex offered space for the Council of Flanders, while the church was used for sheltering canons (Brouwers 1980, 130-131). Maintained as state properties, the complexes of Brussels and Ghent would be redeveloped in prestigious projects during the Dutch time (1815-30): Brussels became a court of justice and Ghent a university, but both churches were demolished.



FIG. 4 Brussels, successive locations of the schools in former convents (Reinout Klaarenbeek).

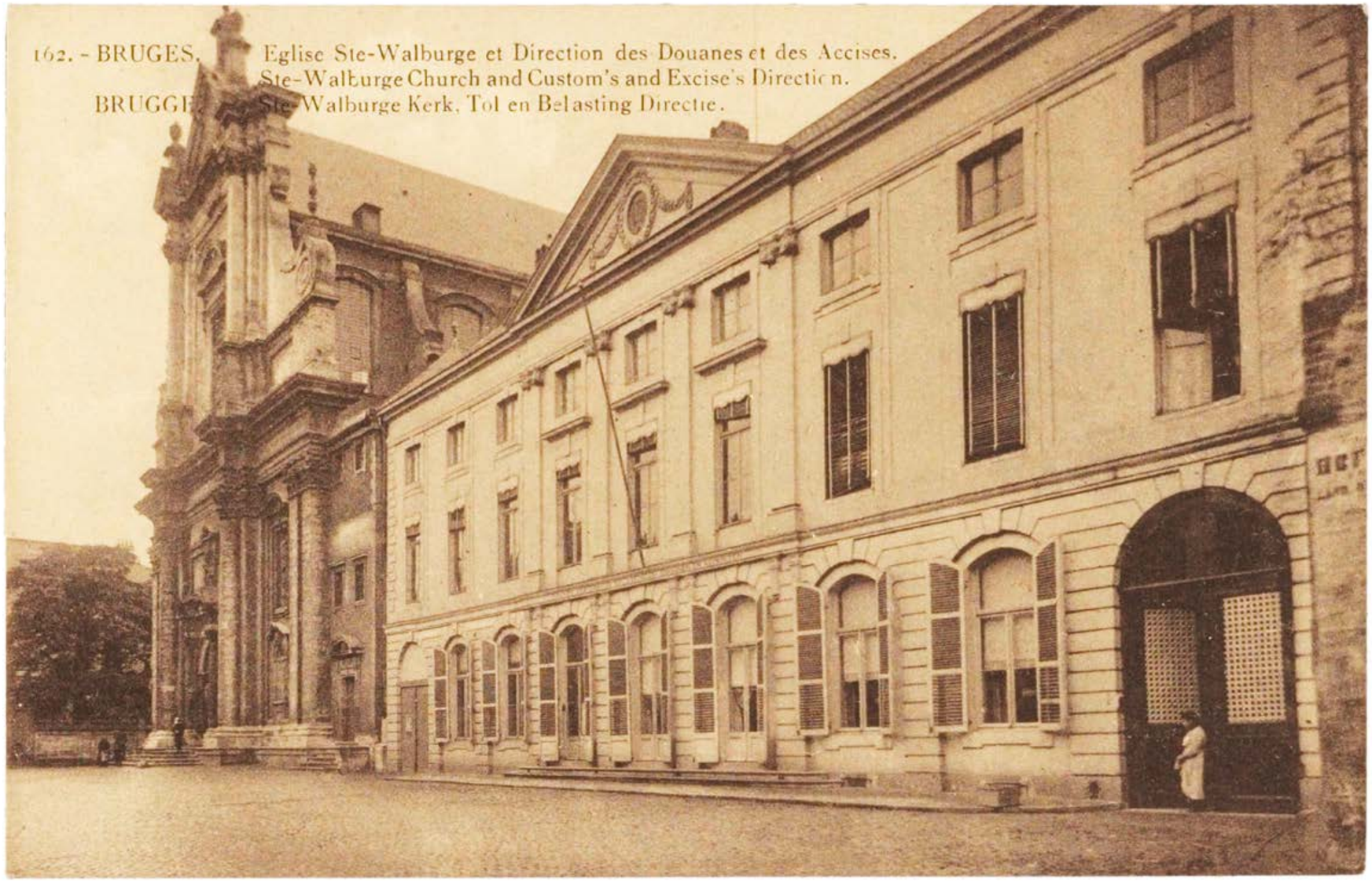


FIG. 5 Bruges, Baroque St Walburga church of the Jesuits and neoclassical residence *Van Hamme* built on the site of the former Jesuit house (postcard around 1920; Brugge Beeldbank: FO_A34128).

Reusing the Brussels Jesuits college

The Theresian College of Brussels is a noteworthy exception to the pragmatic adaption of Jesuit colleges to Royal Colleges and Royal Boarding Colleges. The complex was located on a building block enclosed by the *rue de l'Empereur* (northwest), *rue de Ruysbroeck* (northeast) and the *rue de la Paille* (southeast). Today, as a consequence of large scale transformation of the area, nothing remains of the Theresian College, once the most prestigious school of the entire country. This project received full support from the state that aspired to develop in Brussels an equally prestigious college as in Vienna. (Weckx 1964) The initial concept, designed by architect M. Marci in 1777 (Fig. 6), anticipated the demolition of the *Jesuit gymnasium* (A) and the erection of a new two-courted complex on the site of the former *Jesuit domus* (C) and library (D). The concerns for the new school, however, gradually waned and only a part was realized.[7] For financing such new constructions, selling parts of the real-estate as well as valuable movable (art) objects or building materials, contributed to the calculation of the feasibility of the project.

[7] State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 39A.

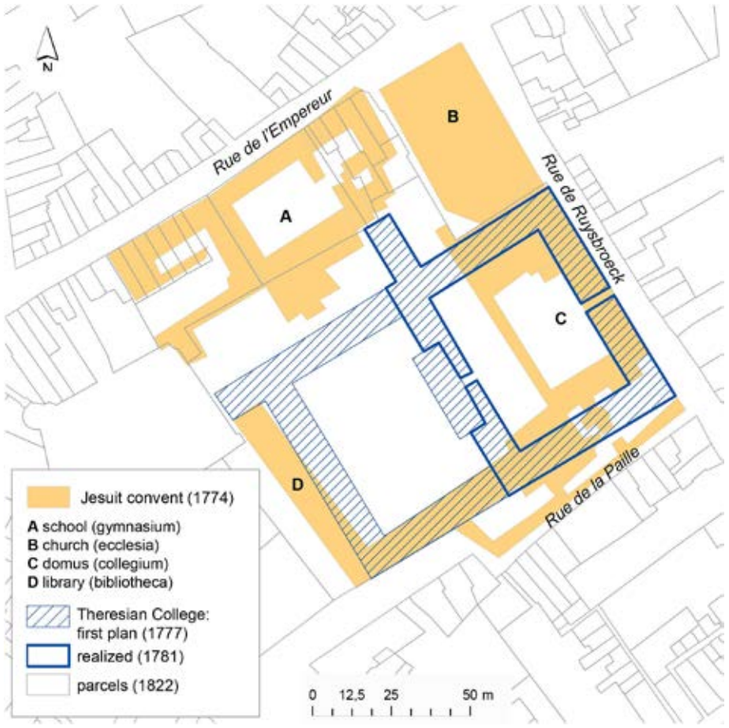


FIG. 6 Brussels, projections of plans from 1777 by Marci and Sandrier for the Theresian College on the site of the former Jesuit college (Reinout Klaarenbeek).

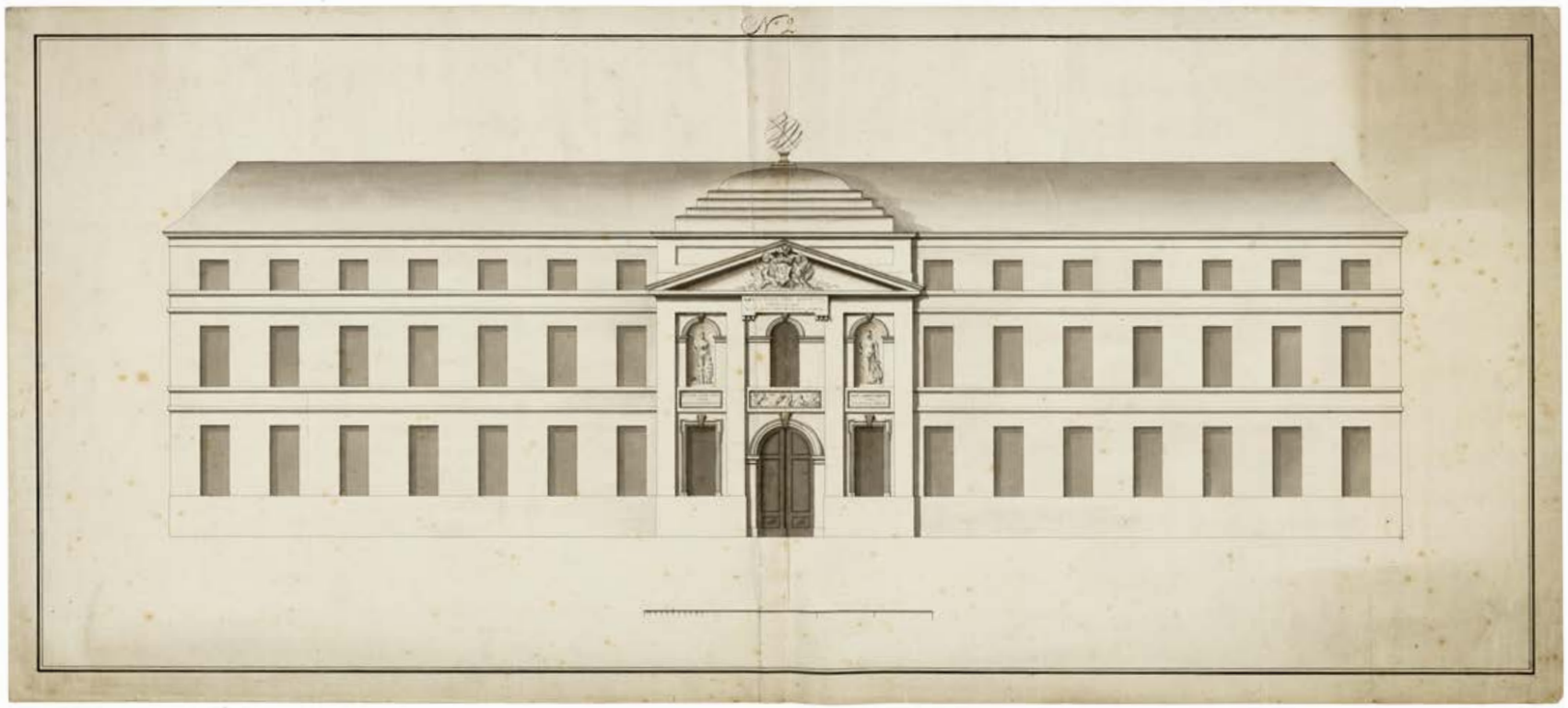


FIG. 7 Brussels, project for the main façade of the Theresian College, 1777-1781 (State Archives of Belgium, *Cartes et Plans,* 489/A).

Still in 1777, the counselor of Finances approved an alternative plan that was drawn by architect P.J. Sandrier commissioned by the college's principal canon Moulan. This plan combined a Royal Boarding College in the former *gymnasium* (A) and the Theresian College in a new building. The latter would be exclusively used by children of the court's servants.[8] The initial double court was thus reduced to a single one, that had its entrance to the *rue de Ruysbroeck*. (Fig. 6) The new northern and eastern wings were erected on the fundaments of the former *domus*. Whereas the typology of the new Theresian College resembled regular college architecture — classrooms around a court, sometimes with galleries, and additional facilities such as dormitories on the first floor — , its regularity, scale, as well as its white coated neoclassical style façade presented a notable change to the urban landscape. (Fig. 7)

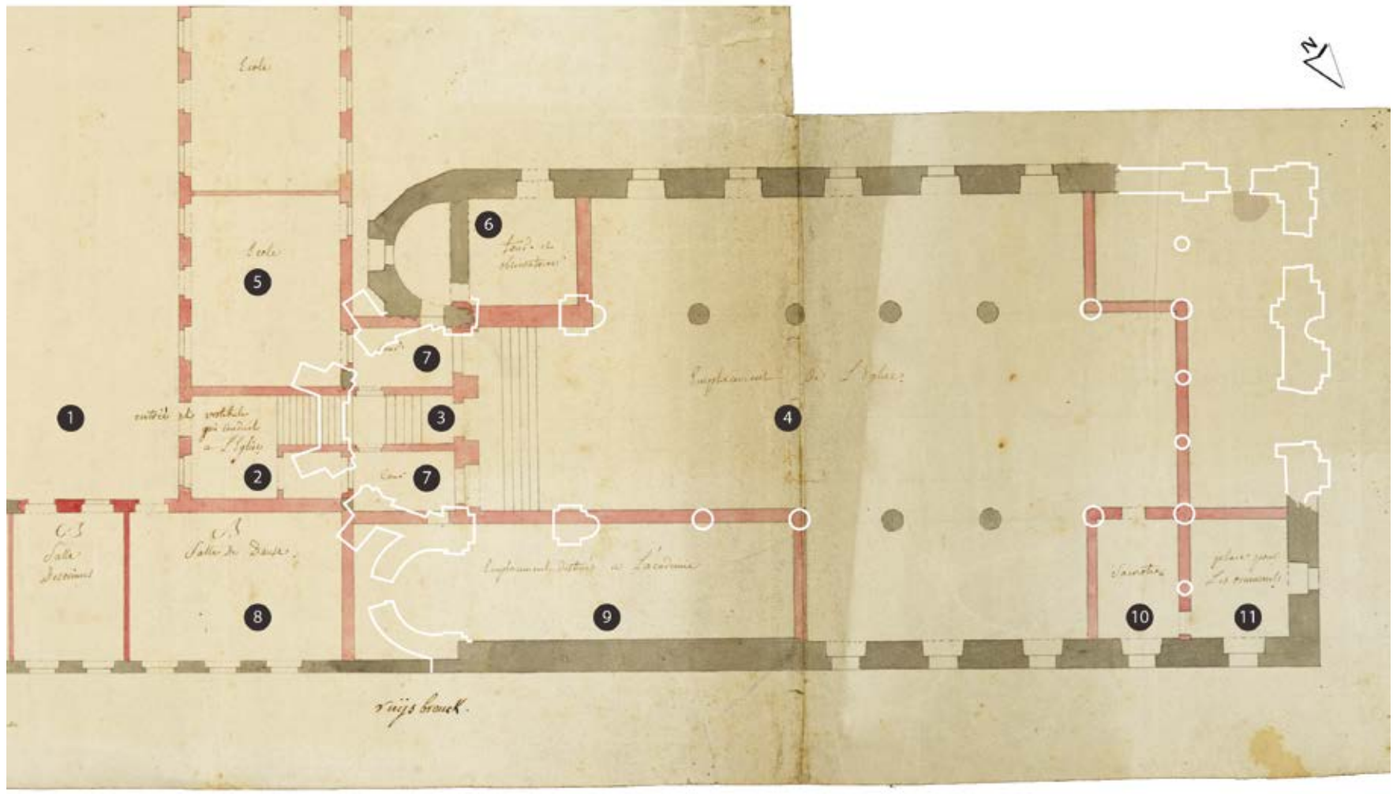
Furthermore, the monumental baroque church (architect Jacques Francart, 1627) was envisioned to become the national library. At that time, it already served as national depot for valuable books collected from the suppressed Jesuit libraries (Machiels 2000). A plan and an accompanying explanation by architect Sandrier from 1780 gives detailed information about the project.[9] (Fig. 8) Despite it was never realized, it can be considered as an interesting historical testimonial of an architect challenged to adapt an old convent building to a new purpose.

The national library's project included the partition of the church with a floor in order to double the usable surface. Such practice was not exceptional, but was mostly associated with reuse for industrial, military and storage purposes. Well illustrated examples from Belgium include the multileveled warehouse in the former St Michaels Norbertine abbey church in Antwerp and the textile factory in the Carthusian church in Ghent (Coomans 2012). In the case of the library, the ground floor of the former church was planned to display the natural history and physics collections

[8] *Réflexions présentées à la Commission par le Conseiller du Conseil des Finances Limpens*. State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 39A.

[9] *Collection de Mémoire instructif de la Nouvelle Construction de la Bibliothecque Royale dans l'Emplacement de L'Église des cy-devant jésuites,* by architect Sandrier, 10 May 1780. State Archives of Belgium, Commission Royale d'Études, 39a, and Cartes et Plans, 489.

from the former Jesuit colleges, as well as the plaster models of the Academy. The partition would use vaulting in order to prevent the library from eventual fire. The upper level aimed to obtain a maximum of light, a crucial asset for the library's main reading room. Except the large reading room with several old columns, the upper floor would be divided in several smaller spaces, one of which being used as meeting room of the Royal Academy. A number of smaller cabinets with stoves was foreseen in order to face the impossible heating of the immense building during the winter. The short apses closing the eastern side of the church resulted in a volume that lent itself to attach it to the adjacent western wing of the court. A straight and monumental staircase was foreseen to take the place of the main apse, and would connect the new library to the Theresian College. By creating such a new access, this proposal 'inverted' the church building according to its new function.



1. Big court (grande cour)
2. Entrance and hall(way) that leads to the church (entrée et vestibule qui conduit a l'église)
3. Monumental stairs
4. Location of the church (emplacement de l'église)
5. Classroom (école)
6. Tower and observation post (tour et observatoire)
7. Inner court (cour)
8. Dance hall (salle de danse)
9. Academy hall (emplacement destinés à l'académie)
10. Sacristy (sacristie)
11. Place for the ornaments (place pour les ornaments)

FIG. 8 Brussels, detail of the project of the national library in the former Jesuit church, attributed to architect Sandrier, 1780: in black, the walls and columns of the Baroque church; in red, the new partitions of the library and its staircase (State Archives of Belgium, *Cartes et Plans*, 489).

French Central Schools (1798-1803)

Until the conquest of the Austrian Low Countries to the French Republic, the educational landscape consisted in the state lay colleges as well as religious schools deserved by the Augustine and other religious institutes. Obviously, the very instable period between 1789 and 1796 was not an advantageous period for education. In 1796, the French suppressed all these institutions and launched a new program for secondary education (De Vroede 1983a, 63-64). The 'decree on public education' (*décret sur l'instruction publique*) stated that the capital of each Department should become the seat of a Central School (*École centrale*). The French administrative-territorial rearrangement placed the departemental capitals on top of the hierarchy and disturbed long established inter-urban relationships, notably in the field of education (Vanhoutte and Van der Eycken, 2007).

The Central Schools were public secondary schools aiming to prepare the best students to university level. Moreover the Central Schools introduced a definitive rupture with the prevailing humanistic-Christian tradition and presented an effort to establish an educational system that was truly grounded in the ideas of the Enlightenment (De Vroede 1983a, 63-64). Teaching included mathematics, sciences and letters. Learning by experience and observation, as well as freedom, were the educational basic ideals that also required new facilities. Next to the classrooms and places for the daily educational activities, the new architectural program

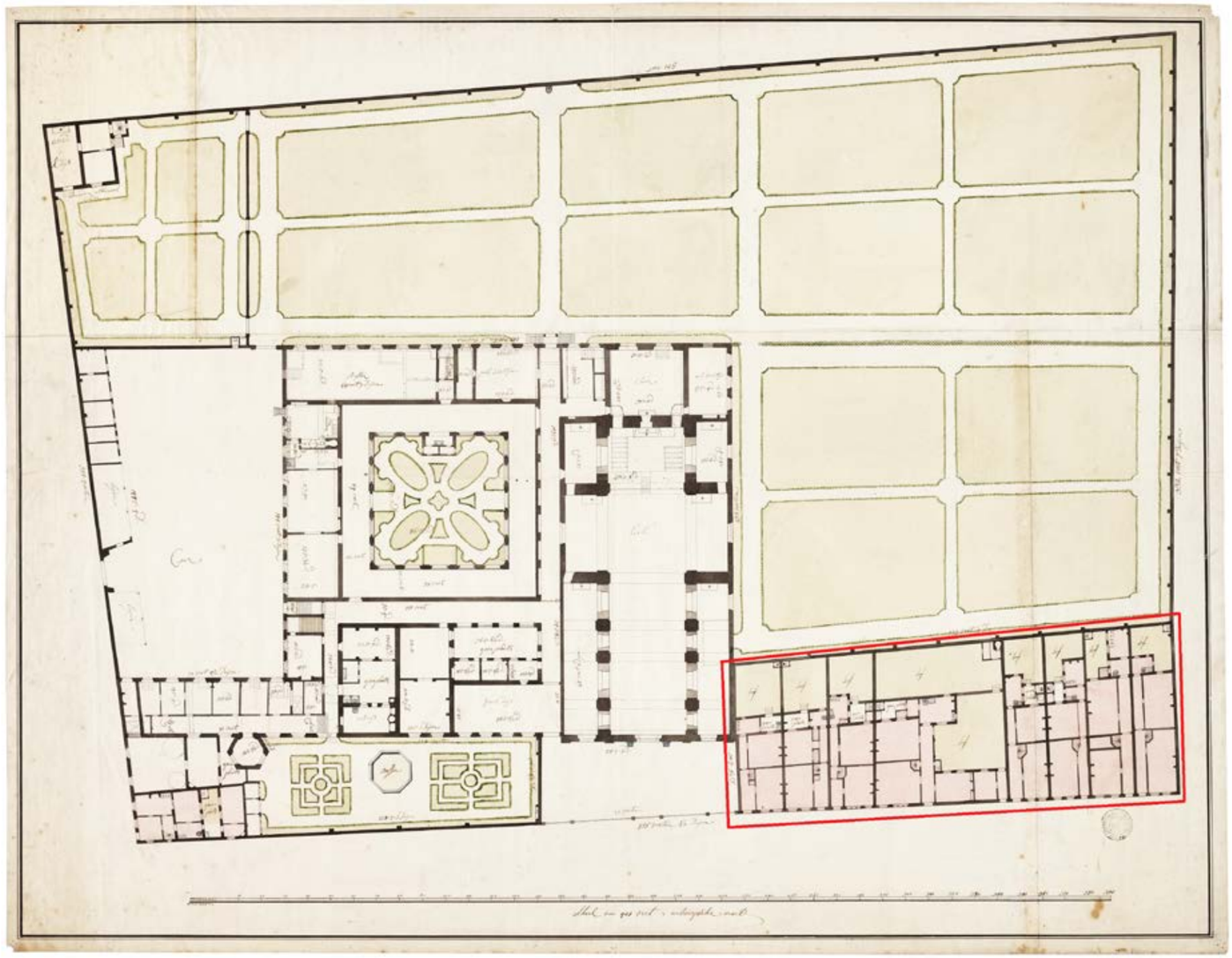


FIG. 9 Antwerp, plan of the Discalced Carmelites convent, before its suppression. The red outline indicates the repurchased parcels (Stadsarchief Antwerpen, 12#5240).

included a museum, a library, cabinets or laboratories for chemistry and physics, and a botanical garden.[10] Primarily intended for educational purposes, these additional facilities should also be accessible to a large public.

To establish these Central Schools, the legislators expressed a preference to reuse former colleges, which was in line of the French inclination to reuse existing buildings for military purpose (Sorgeloos 1981). In case the departmental administration could not find a 'suitable' former college,[11] other state properties could be designated. The law prescribed the responsible department to hand in a well-grounded and illustrated reuse proposal of another domain. These proposals were approved by the ministry of Finances. It is interesting to notice that in most Belgian towns other former convents were preferred to former colleges: the convent of the Discalced Carmelites became the Central School of Antwerp (*département de Deux Nèthes*) (Fig. 9), the abbey of the Dunes the Central School of Bruges (*département de la Lys*), the abbey of Boudeloo the Central School of Ghent (*department de l'Escaut*) and the convent of the Dominicans the Central School of Maastricht (*département de la Meuse Inférieure*). Only the Central School of Brussels (*Département de la Dyle*) was not founded into a former convent but in the Governor's Palace that had been built by Prince Charles Alexander of Lorraine from 1756.

Considering that the program that included a museum, a botanical garden etc. ideally should be on one single and spacious site (*que doit être vaste, bien aéré, et autant que possible être isolé*),[12] explains the preference for large monastic complexes rather than former schools. Because the allocation of the Central Schools coincided with an unprecedented peak of the State Domains — just after the suppression of the convents (1796) and before the financial crisis that urged large scale public auctions (from 1798) — , an ample choice was provided. Arguably, the suppressed convents from 1796 were better candidates than the suppressed convents from 1777 and from the 1780s, because they had not yet been dividing in lots. Jesuit complexes, including the former Theresian College, were in French time mainly assigned to military functions. Moreover, the theaters of the *gymnasia* proved to be a favorite location for revolutionary societies (Brouwers 1979, 97-98). With its multiple functions, the concept of the Central School stimulated the convent to be kept as a whole. Moreover,

[10] Boarding schools were not included, however a number of students as well as the teachers were to be housed in the complex.

[11] Departmental administrations were advised by local commissions populated by members of the local elite, loyal to the French regime. Commission membership could anticipate the appointment as professor once the school was established (Bruneel and Bothuyne 2002, 89-91).

[12] *Lettre de l'administration Centrale du Département de la Lys à Administrations Municipales du Département.* State Archives in Bruges. Archief van het Leie Departement, 2933.

examples show that previous purchases could be made undone. In Antwerp, for instance, a row of houses at the *Oude Vaartplaats*, a former property of the Discalced Carmelites, was re-purchased in order to provide proper accommodation to the teachers (Fig. 9).[13]

Before the Central Schools moved in, usually the suppressed convents had served as barracks or military hospitals (Antwerp, Bruges). In the context of the military campaigns that had resulted in the conquest of the Southern Netherlands, the need to facilitate the armies, as well as the need to visualize the French power, had resulted in the confiscation of a large number of advantageous convents by the army. The prioritization of Central Schools over military functions around 1798 reveals a shift implemented from the government in Paris. Piles of correspondences between the Ministry of War and the departmental administrations, indicate that military administrations obviously did not welcomed these renewed priorities.[14]

According to the sources, centrality, neighborhood, and the potential of the existing buildings in relation to the program were the main criteria for the locational choices. Another criteria was the availability of large open spaces for a botanical garden. For instance, the Ghent commission wrote to the Department: ...*my colleagues and me chose the former abbey of Boudeloo, especially because of the beauty and the size of its garden* (Voisin 1837, 36:51). Lack of open space contributed to the rejection of the Augustinian convent-colleges, which were generally occupying densely built urban blocks on central locations. (Fig. 10) Subsequently, most Augustinian *gymnasia*, for long praised ancient regime educational centers, became subject of an economic rationale, resulting in the sale of bulk materials and, eventually, to the demolition of the entire convent. The complex of the Augustinian *gymnasium* in Ghent, despite its alteration after a new street was established through the complex, seems to be exceptional (Verachten 1996; Braem and Teeuwen 1956).

The flexibility of the convent's buildings allowed many adaptions. Such arrangements, however, could vary according to the morphology of the building complexes. In this respect, the scarce sources allow us to make some observations on the attribution of the different functions of the Central Schools within former convents.[15] The larger rooms of the wings surrounding the main cloister, such as the refectory and the chapterhouse, usually satisfied the limited demand for classrooms. Subsequently, the cloister's court was naturally could serve as into a playing ground. The monastic cells located on the second floor offered space for housing professors and scholarship students. In fact, the most revolutionary architectural adaptation was the opening to public of formerly closed complexes. The formerly introverted and to a large extent inaccessible urban blocks that were dedicated to the silent rhythm of spiritual monastic life, became public places where science was available to anyone. (Fig. 11)

The Central Schools, however, did not exist for a long time. Because of their too revolutionary character, they were suppressed in 1802 and replaced by far less ambitious *Lycées* financed by the state or by colleges financed by the towns. In 1803, the libraries of the Central Schools — most books of which were coming from suppressed convents — were transferred to the municipal libraries.

[13] A memorandum from 1799 evokes the unfavorable living circumstances of the teachers and their families in the Antwerp Central School. They had to live in the monks' cells of the former convent of the Discalced Carmelites. State Archives Antwerpen, Archief van het Département van de Twee Nethen.

[14] For example, concerning the Antwerp Central School to be installed into the former Discalced Carmelites's convent. State Archives Antwerpen, Archief van het Département van de Twee Nethen, 1067.

[15] The sources in the archival records of the departments of the Lys and the Two-Nethes, are scarce. Some are limited to pragmatic renovations, other only reveal the purchase of school furniture. Interesting records have been found for the department of the Schelde (Bruneel and Bothuyne 2005).

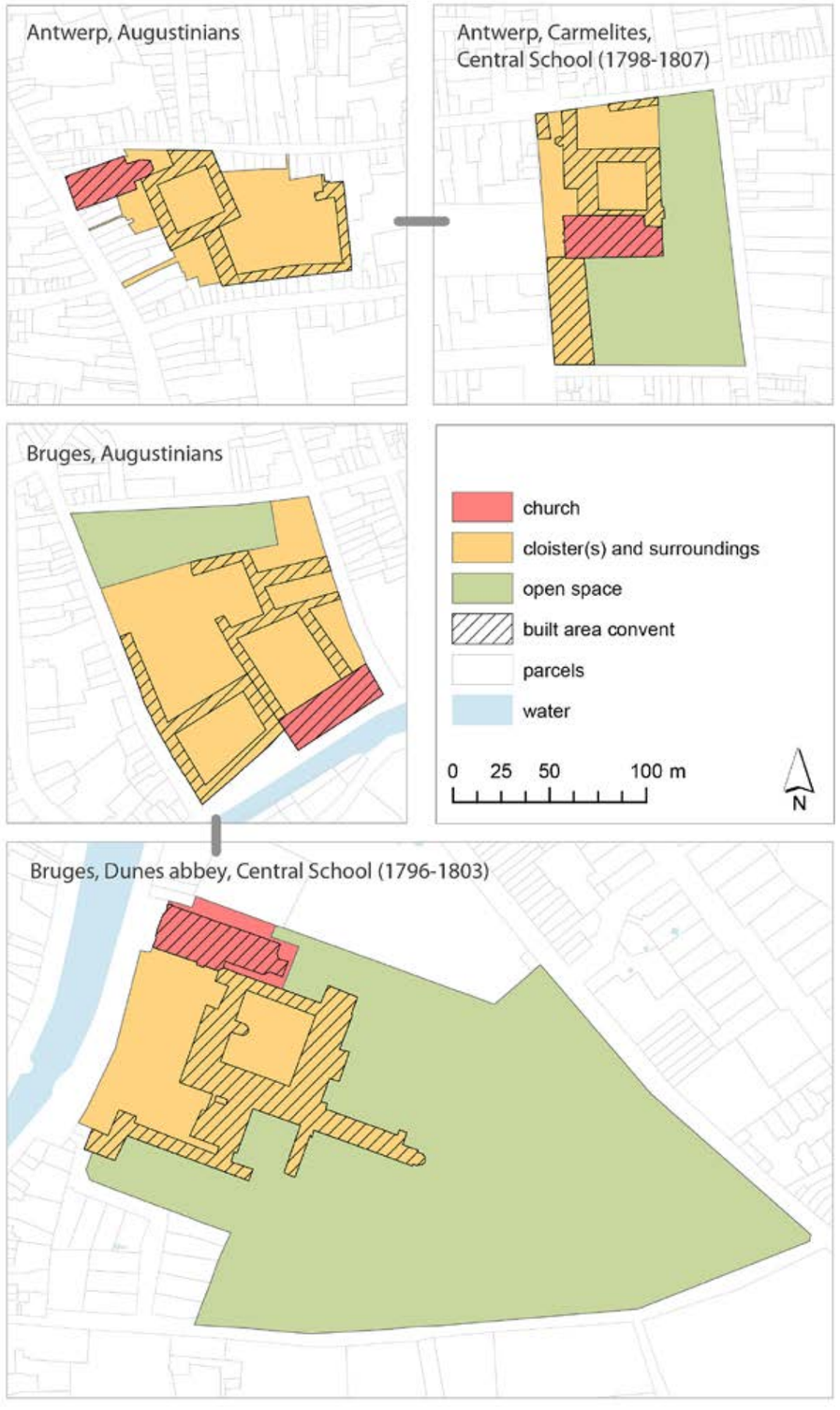


FIG. 10 Bruges and Antwerp, morphological and spatial comparison between Augustinians colleges and Central Schools (Reinout Klaarenbeek).

Conclusion

This article has highlighted the vital role former convents played in the establishment of the new lay schools from the late eighteenth century in Belgian towns. The discontinuity of the political contexts and educational ideologies, as well as the new educational priorities, resulted in changing locations. Even the former Central Schools underwent transformations: in Antwerp it was turned into an arsenal, and in Bruges and in Brussels into military hospitals. The new *Lycées* claimed other former religious houses such as the abbey of Coudenberg in Brussels, the convent of the Blacksisters in Antwerp, and the convent of the Capuchins in Bruges. During Dutch rule and from 1830 in the kingdom of Belgium, a tendency to more fixation on one location could be observed until the last quarter of the nineteenth century when a change in scale urged for new school buildings.

A continuity such as in Namur, where the former Jesuit college founded in 1610 became a Royal College from 1777 to 1789, the Central School of the *Département de Sambre-et-Meuse* from 1798 to 1803, a municipal middle school from 1804 to 1825, and an Athenaeum from 1825 up to present, is absolutely exceptional (Hiernaux 2000).

Despite the short life of several state schools that has been studied here, they can serve to gain insight in the complex processes of the gradual urban transformation as well as the phenomenon of adaptive reuse. The period just after the suppression was of crucial importance for the chances of survival of monastic architecture. The number of convents, indeed, largely exceeded the state and municipal needs and potential reuse functions. The diverse misadventures of Jesuit building complexes, as well as the loss of most



FIG. 11 Ghent, botanical garden in the former gardens of the Baudeloo Abbey in Ghent, painting by J.B. De Noter, ca. 1815 (University of Ghent, Kaartenzaal, map 'Botanische tuin').



FIG. 12 Bruges, former Jesuit complex, today College of Europe (photo Reinout Klaarenbeek).

urban references to the Augustinian legacy on secondary education, are related to locational choices during this period.

Finally, educational reuse could stimulate new (educational) functions. (Fig. 12) Everything points to the fact that convents, those studied here, as well as many others, continued to play a vital role in the rapidly expanding and diverging educational infrastructure of the nineteenth century, a subject that needs further research.

BIBLIOGRAPHY

BEERNAERT, Brigitte, and Jean-Pierre Esther. 1991. *Achttiende-eeuwse architectuur in Brugge*. Bruges: Brochure Open Monumentendag.

BRAEM, Evodius, and Norbertus Teeuwen. 1956. *Augustiniana Belgica illustrata : septimo exacto saeculo a magna Ordinis Eremitarum S. Augustini unione MCCLVI-MCMLVI, Edenda curant Evodius Braem et Norbertus Teeuwen.* Leuven: Institutum historicum Augustinianum.

BROUWERS, Louis. 1976. *Het Hof van Liere : van patriciërshuis tot universitaire instelling te Antwerpen 1516-1975.* Antwerp: Loyola-vereniging.

BROUWERS, Louis. 1979. *De Jezuïeten te Brussel : 1586 — 1773, 1833*. Mechelen: Huis van Leliëndaal .

BROUWERS, Louis. 1980. *De Jezuïeten te Gent: 1585-1773, 1823-heden*. Ghent: Sint-Barbaracollege.

BRUNEEL, Bartel, and Bert Bothuyne. 2004. *De transformaties van de Baudelo-site tussen 1792 en 1830. Een onderzoek aan de hand van vier representatieve situaties*. Unpublished master thesis, Ghent University.

COOMANS, Thomas. 2012. "Reuse of Sacred Places: Perspectives for a Long Tradition". In: Coomans, Thomas, Herman De Dijn, Jan De Maeyer, Rajesh Heynickx and Bart Verschaffel, *Loci Sacri. Understanding Sacred Places*. Leuven: Leuven University Press: 221-241.

COOMANS, Thomas. 2015. «L'ordre autour du cloître: l'architecture des abbayes et des couvents, entre tradition, réformes et réaffectations». In *Des couvents en héritage / Religious Houses: A Legacy*, ed. Luc Noppen, Thomas Coomans and Martin Drouin. Québec: Presses de l'Université du Québec: 11–110.

COOMANS, Thomas, and Reinout Klaarenbeek. 2014. "De ruimtelijke metamorfose van steden na de secularisatie van de kloosters in België vanaf 1773 tot 1860". *Stadsgeschiedenis* 9 (2): 149–65.

DENEEF, Alain, and Xavier Rousseaux 2012. Quatre siècles de présence jésuite à Bruxelles / Vier eeuwen jezuïeten te Brussel. Brussels: Prosopon.

DE LANDTSHEER, Jeannine. 1998. "Historia Domus Antverpiensis: De Jezuïeten te Antwerpen van vóór het prille begin tot het eerste kwart van de 17de eeuw". *De Zeventiende Eeuw: Cultuur in de Nederlanden in interdisciplinair perspectief* 14 (1): 15–26.

DE VROEDE, Maurits. 1983a. "Socioculturele geschiedenis 1794/1795-circa 1840: Onderwijs en opvoeding in de Zuidelijke Nederlanden, 1794-1815". In *Algemene geschiedenis der Nederlanden*, 11 — Nieuwste Tijd. Weesp: Fibula-Van Dishoeck: 60–70.

DE VROEDE, Maurits. 1983b. "Socioculturele geschiedenis 1794/1795-circa 1840: Onderwijs en opvoeding in de Zuidelijke Nederlanden, 1815-circa 1840". In *Algemene geschiedenis der Nederlanden*, 11 — Nieuwste Tijd. Weesp: Fibula-Van Dishoeck: 128–44.

GENICOT, Luc Francis, and Thomas Coomans. 1991. «Les bâtiments des Jésuites à Namur aux XVII[e] et XVIIIe siècles». In *Les Jésuites à Namur 1610-1773. Mélanges d'histoire et d'art publiés à l'occassion des anniversaires ignatiens*. Presses Universitaires de Namur: 97–174.

HIERNAUX Luc. 2000. *De l'École du Faucon à l'Athénée François Bovesse*. Namur: Union des Anciens et Amis de l'Athénée et du Lycée de Namur.

MACHIELS, Jérome. 2000. *Van religieuze naar openbare bibliotheek.* Brussels: State Archives of Belgium.

PONCELET, Alfred. 1927. *Histoire de la Compagnie de Jésus dans les anciens Pays-Bas.* Brussels, Lamertin.

SORGELOOS, Claude. 1981. « L'état du casernement à Bruxelles en 1848 et la construction du Petit Château». Bulletin du Crédit Communal de Belgique.

VAN DE PERRE, Dirk. 2011. *Architectuur van de verlichting. Jan Baptist Simoens en tijdgenoten in het land van Aalst (2de helft 18de eeuw)*. Ghent: Provincie Oost-Vlaanderen.

VANHOUTTE, Jürgen, and Johan Van der Eycken. 2007. *Latijnse Scholen in de Zuidelijke Nederlanden (16de — 18de Eeuw). Repertorium en archiefgids*. Brussels: State Archives of Belgium.

VERACHTEN, Lucie. 1996. "Het Gentse klooster 1582-1796". In *Zeven eeuwen Augustijnen : een kloostergemeenschap schrijft geschiedenis*. Wezembeek-Oppem: 83–104.

VOISIN, Charles-Joseph. 1837. «Notice sur la bibliothèque de M. Charles van Hulthem». Messager des sciences historiques de Belgique, 36.

WECKX, Marc. 1964. «Het Theresiaans College te Brussel 1777-1797». Sl, sn.

DESAMORTIZACIÓN EN MURCIA (ESPAÑA)

DESTINO DE LOS CONVENTOS, GESTIÓN DEL PATRIMONIO E INCIDENCIA URBANÍSTICA

JOAQUÍN MARTÍNEZ PINO
Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), España
joaquinmartinezpino@madrid.uned.es

RESUMEN

En este artículo se aborda el origen y desarrollo de una política desamortizadora en España a través de sus disposiciones normativas. Medidas que vinculamos también al origen de una conciencia patrimonial y, sobre todo, a la puesta en marcha de organismos dirigidos a la gestión del patrimonio histórico artístico. Los informes realizados por la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Murcia sobre el destino de los conventos desamortizados nos permiten adentrarnos en el devenir de muchos de estos conjuntos, toda vez que observamos su protagonismo en el proceso de trasformación de las ciudades de esta región.

PALABRAS CLAVE
MURCIA | DESAMORTIZACIÓN | URBANISMO | PATRIMONIO CULTURAL.

ABSTRACT

This article describes the origin and development of the disentailment legislation in Spain through its regulations. By examining these regulations, a link can be established between the growth of heritage consciousness in the society and the launch of organizations aimed at managing that artistic heritage. The reports facilitated by the Royal Economic Society of Friends of Murcia on the fate of confiscated convents enables us to explore their future by examining their role in the transformation of the cities of this region.

KEYWORDS
MURCIA | DISENTAILMENT | URBAN PLANNING | CULTURAL HERITAGE.

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

En España, las políticas desamortizadoras constituyen uno de los elementos más reconocidos del paso del Antiguo Régimen al Estado Liberal. La muerte de Fernando VII en septiembre de 1833 y la necesaria búsqueda de alianzas políticas que garantizasen la sucesión al trono de la futura Isabel II, conducirían a la Regente, M.ª Cristina, a una alianza con los grupos liberales que hiciese frente a las pretensiones al trono del infante D. Carlos, hermano del rey. Comienza así un periodo de transformación del Estado que se manifiesta en un doble proceso: político, con la implantación de una monarquía constitucional, y económico, con la adopción de una serie de medidas desamortizadoras que afectan directamente a los fundamentos heredados del Antiguo Régimen.

Las disposiciones desamortizadoras se dirigían a liberar la tierra de las llamadas manos muertas. Es frecuente señalar que tuvieron un triple objetivo: social, porque privaba a los antiguos estamentos de su fuerza económica y preparaba la sustitución de la sociedad estamental por una sociedad de clases; político, pues acercaba a la causa liberal a los beneficiarios de estas medidas; y económico, permitiendo hacer frente a la gran deuda acumulada. El propio Juan Álvarez Mendizábal, Ministro de Hacienda y figura clave del proceso desamortizador, justificaba en estos términos esta política de Estado:

> **“Vender la masa de bienes que ha venido a ser propiedad de la nación, no es tan sólo cumplir una promesa solemne y dar una garantía positiva a la deuda nacional [...], es abrir una fuente abundantísima de felicidad pública; vivificar una riqueza muerta; desobstruir los canales de la industria y de la circulación; apegar al país por el amor natural y vehemente a todo lo propio; ensanchar la patria, crear nuevos y fuertes vínculos que liguen a ella; es en fin identificar con el trono excelso de Isabel II, símbolo de orden y libertad.**
> **No es, Señora, ni una fría especulación mercantil, ni una mera operación de crédito [...] : es un elemento de animación de vida y de ventura para España. Es, si puedo explicarme así, el complemento de su resurrección política.**
> **[...] ha de producir el beneficio de minorar la fuerte suma de la duda pública,**
> **[...] se funda en la alta idea de crear una copiosa familia de propietarios, cuyos goces y cuya existencia se apoye principalmente en el triunfo completo de nuestras actuales instituciones.”**[1]

Ciertamente, hoy cabe discutir la realidad de algunos de estos objetivos, particularmente los sociales. En la práctica, por ejemplo, la nobleza no sólo no vio en peligro sus posesiones, sino que resultó ser la mayor beneficiaria de la operación mediante la compra masiva de terrenos nacionalizados. Por otro lado, el sistema de venta adoptado, la subasta pública, evidencia que la reforma agraria nunca fue un verdadero propósito. Como señalaba Tomás y Valiente, no se entiende quién iba a ser el “ser benéfico” que teniendo dinero para comprar fincas para sí mismo, fuera a prestárselo a un jornalero insolvente (Tomás y Valiente 1971, 79).

Por eso podemos afirmar que Mendizábal pensaba, sobre todo, en resolver el gravísimo problema de la deuda pública, cuestión que se remonta a la centuria anterior, y

[1] Real Decreto (R. D.) de 19 de febrero de 1836. Exposición a S.M. la Reina Gobernadora.

particularmente al gobierno de Carlos IV. Interesa destacar esto porque, en realidad, las medidas desamortizadoras no fueron un invento liberal. En España, sus orígenes se vinculan a los intentos de reforma agraria de Carlos III, cuyos ministros ya señalaban el enorme perjuicio que suponían todas estas tierras poco productivas y exentas de tributación.[2] Por eso, aunque constituyó una excepción, el caso de la Compañía de Jesús, expulsada de España en abril de 1767 y suprimida por el Papa Clemente XIV en 1773, es un importante precedente.

La apropiación unilateral por el Estado de bienes pertenecientes a manos muertas, su venta y la aplicación de las rentas a la amortización de la deuda, constituyen la esencia de un proceso que toma cuerpo de forma progresiva.[3] Fue el Gobierno Intruso de José Bonaparte el que lo dota de una nueva dimensión, al suprimir y apropiarse de los bienes de las órdenes regulares monacales, mendicantes y clericales.[4] Cuando, en 1833, M.ª Cristina asume la Regencia la deuda del Estado rondaba los 400 millones de reales, a los que había que sumar los derivados de la guerra iniciada por la cuestión sucesoria. La necesidad de ingresos le obligó a acometer, ya de forma directa y en abierta oposición a la Iglesia, la postergada desamortización eclesiástica.

Las primeras medidas retomaron objetivos anteriores — por Real Decreto (R. D.) de 15 de julio de 1834 se suprimía definitivamente la Inquisición y el R. D. de 4 de julio de 1835 hacía lo propio con la Compañía de Jesús, restaurada por Pio VII en 1814 — ; entrando poco después en una carrera sin retorno hacia la apropiación de bienes eclesiásticos. El R. D. de 25 de julio de 1835 suprimió "los monasterios y conventos de religiosos que no tengan 12 individuos profesos" — en total, más de 900 casas religiosas, casi la mitad de las existentes hasta el momento.[5] El 11 de octubre de ese mismo año se ampliaba la medida a "...todos los monasterios de órdenes monacales; los de canónigos reglares de S. Benito de la congregación claustral Tarraconense y Cesaraugustana; los de S. Agustín y los Premostratenses, cualquiera que sea el número de monjes o religiosos de que en la actualidad se compongan".[6]

En 1836 aparecen nuevas normas. El R. D. de febrero puso en venta "todos los bienes raíces de cualquier clase que hubieran pertenecido a las comunidades y corporaciones religiosas extinguidas...".[7] Por su parte, el R. D. de 9 de marzo supuso la exclaustración de la práctica totalidad de los conventos y monasterios masculinos "Art. 1.º. Quedan suprimidos todos los monasterios, conventos, colegios, congregaciones y demás casas de comunidad ó de instituto religioso de varones, inclusas las de clérigos seculares, y las de las cuatro órdenes militares y S. Juan de Jerusalén, existentes en la Península, islas adyacentes y posesiones de España en África. [...]";[8] medida que se amplía un año más tarde a "todos los monasterios, conventos, colegios, congregaciones y demás casas de religiosos de ambos sexos".[9]

Ya en 1841, por R. D. de 2 de septiembre, la política acaba por ampliarse al clero secular, sobre el que se ordena la apropiación de todas sus propiedades[10]. Finalmente, en 1855, el proceso culmina con la Ley de 1 de mayo de 1855, elaborada por Pascual Madoz, Ministro de Hacienda; la más ambiciosa y la de mayor alcance de las medidas hasta ahora emprendidas, que puso en venta

[2] En realidad las propuestas de éstos y otros ilustrados solían ceñirse a los baldíos y propios concejiles. Existía una actitud dulcificada y comprensiva ante la Iglesia, con la que en todo caso se recomendaba proceder de forma negociada, a fin de evitar que siguiese acumulando tierras.

[3] Ejemplos de lo señalado son las Reales Cédulas de 23 mayo y de 24 de agosto de 1795, que establecieron impuestos sobre las rentas de dignidades y canonjías y sobre la adquisición de nuevas propiedades, o las Reales Órdenes de 25 de septiembre de 1798, por las que se amortizaban rentas de Colegios Mayores y otros bienes de los Jesuitas expulsados, así como el producto de la enajenación de bienes pertenecientes a hospitales, hospicios, casas de misericordia, de reclusión y expósitos, cofradías, memorias y obras pías y patronato de legos.

[4] R. D. de 18 de agosto de 1809. La medida tuvo un efecto limitado, pues sólo afectaba a los territorios en los que el bonapartismo estaba asentado. Por otro lado, todas las normas desamortizadores serían derogadas al regreso de Fernando VII. Su importancia radica, sin embargo, en el precedente que supone, retomado poco después durante el Trienio Progresista y más adelante por el gobierno de M.ª Cristina.

[5] R. D. de 25 de julio de 1835.

[6] Se prohibía, además, la existencia en un mismo pueblo o término de más de un convento de una misma orden. R. D. de 11 de octubre de 1835.

[7] R. D. de 19 de febrero de 1836.

[8] R. D. de 9 de marzo de 1836. Señalaba además: «Art. 2 Se exceptúan de los dispuesto [...]1. Los colegios de misioneros para las provincias de Valladolid, Ocaña y Monteagudo, 2. Las casa de clérigos de las Escuelas Pías y los conventos de hospitalarios de S. Juan de Dios [...]; Art. 5 [...] 1. No se conservará abierto ningún convento que tenga menos de 20 religiosas profesas, 2. No se permitirán en una misma población dos o más conventos de una misma orden.»

[9] R. D. de 29 de julio de 1837.

[10] R. D. de 2 de septiembre de 1841. La norma estuvo vigente hasta julio de 1844, derogada con la llegada al poder de los moderados.

“todos los predios rústicos y urbanos, censos y foros pertenecientes: Al Estado. Al clero. A las órdenes militares de Santiago, Alcántara, Calatrava, Montesa y San Juan de Jerusalén. A cofradías, obras pías y santuarios. Al secuestro del ex-infante don Carlos. A los propios y comunes de los pueblos. A la beneficencia. A la instrucción pública. Y cualquiera otros pertenecientes a manos muertas, ya estén o no mandado vender por leyes anteriores”.[11]

Medidas y órganos para la gestión del patrimonio desamortizado

En gran medida, la puesta en marcha de una política de protección patrimonial en España tiene su razón de ser en el cambio de titularidad de los bienes que produjo la desamortización. La responsabilidad directa del Estado sobre un ingente patrimonio histórico-artístico sobrevenido, junto a los numerosos y tristes episodios de expolio, venta y salida al extranjero de obras de arte procedentes de las extintas congregaciones, obligaron al gobierno a incluir entre sus disposiciones medidas dirigidas al control y protección de estos objetos.

A modo de ejemplo, el decreto de supresión de la Compañía de Jesús, de 4 de julio de 1835, excluía de los bienes en venta “las pinturas, bibliotecas y enseres que puedan ser útiles a los institutos de ciencias y artes, así como también los colegios, residencias y casas de la Compañía, sus iglesias, ornamentos y vasos sagrados…”; fórmula repetida en el R. D. de 25 de julio de 1835, que exceptuaba “…los archivos, bibliotecas, pinturas y demás enseres que puedan ser útiles á los institutos de ciencias y artes…”. Son cláusulas que requerían de una laboriosa tarea de inspección y recolección. Para ello se mandó crear comisiones provinciales destinadas a “examinar, inventariar y recoger cuanto contengan los archivos y bibliotecas de los monasterios y conventos suprimidos, y las pinturas, objetos de escultura u otros que deban conservarse”.[12] También se procuró exceptuar de la venta “los edificios que el Gobierno destine para el servicio público, o para conservar monumentos de las artes, o para honrar la memoria de hazañas nacionales”.[13] Se contemplaba que en algunos casos las iglesias pudieran convertirse en parroquias, toda vez que se pretendía que “…los archivos, cuadros, libros y demás objetos pertenecientes a los institutos de ciencia y artes, [pasasen] a las bibliotecas provinciales, museos, academias y demás establecimientos de instrucción pública”.[14]

Lo cierto es que en muchas ciudades las dificultades para vender a particulares edificios conventuales se hicieron patentes muy pronto. El propio Mendizábal así lo reconocía, señalando que:

> **“Si estos edificios continúan como hoy se encuentran, poca utilidad puede esperarse de ellos en beneficio de los acreedores del Estado, porque las mezquinas cantidades que particulares o corporaciones ofrecen pagar por alquileres apenas bastan para satisfacer los crecidos gastos de conservación y reparos, mientras que demolidos totalmente unos y reformados otros, tendrán inmediata aplicación estos y los terrenos que resulten de aquellos para objeto de interés general y particular, al paso que proporcionan ensanches y mejoras a la población”.**[15]

[11] Ley de 1 de mayo de 1855.

[12] R. O. de 29 de julio de 1835.

[13] R. D. de 19 de febrero de 1836.

[14] R.D. de 10 de marzo de 1836.

[15] Exposición del R. D. de 25 de enero de 1836.

La solución más rápida era buscarles una utilidad pública, para lo que se mandó crear juntas cuya función era determinar el mejor destino para cada inmueble:

> **“Cuarteles cómodos y ventilados en que pueda alojarse una guarnición de 10 hombres de infantería y 20 de caballería; [...] Hospitales y cárceles; [...] Nuevas calles, y ensanches de las actuales; [...] Plazas y mercados de nueva planta; [...] La misma Junta meditará y propondrá también cuáles de las propiedades que resulten sin aplicación pueden enajenarse a particulares”.**[16]

El destino de los conventos suprimidos en Murcia

A diferencia de lo que ocurría en urbes como Madrid o Barcelona, en las que se vivía una espiral constructiva que incentivaba la compra de conventos por parte de particulares y especuladores, en la mayor parte de provincias españolas estos viejos edificios resultaban poco atractivos para los inversores, interesados fundamentalmente en la adquisición de tierras. Es lo que ocurre mayoritariamente en la provincia de Murcia, región del sureste peninsular; y particularmente en su capital, del mismo nombre.

La situación quedaría bien reflejada en una serie de informes realizados por la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Murcia, institución que juega un papel central en estos momentos. A esta corporación ilustrada se le encomendó, por R. O. de 29 de julio de 1835, la responsabilidad de “examinar, inventariar y recoger cuanto contengan los archivos y bibliotecas de los monasterios y conventos suprimidos, y las pinturas, objetos de escultura u otros que deban conservarse”.[17] Dos años más tarde, en 1837,[18] fue también la encargada de nombrar una Comisión Provincial Científico Artística de Murcia, cuyos objetivos eran la formación de inventarios y el traslado y conservación de los objetos de mérito a lugares apropiados, como museos o bibliotecas (Martínez Pino 2005-2006, 135-162).

El *Plano topográfico de Murcia de 1821*, conservado en el Archivo Municipal, nos muestra una abigarrada trama urbana de origen medieval y la existencia de diversas líneas de muralla que circundan el territorio. En la leyenda que lo acompaña, se identifican también hasta veintiún conventos y monasterios, a los que cabría sumar un importante número de parroquias y demás establecimientos religiosos. Murcia, como tantas otras ciudades su tiempo, constituiría un buen ejemplo de ciudad conventual que entra a partir de este momento en un progresivo cambio de su fisionomía para adaptarse a las necesidades de una ciudad moderna. (Fig. 1)

Por los informes señalados, el primero fechado en enero de 1837, sabemos que en un primer momento solamente los conventos de San Francisco, San Juan de Dios, la Trinidad y el Colegio de la Purísima se consideraban aprovechables para fines púbicos.[19] El resto, a juicio de la Real Sociedad Económica, debían venderse “... por ser el único medio que puede reportar más utilidad efectiva al Estado”.[20]

En agosto de ese mismo año nuevos documentos profundizaban en los argumentos. Así, se entendía que debían ser reutilizados:

- El convento de San Francisco, “por la bella arquitectura de su obra nueva, magnífica escalera de dos ramales colocada en medio de dos patios decorados [...] su orden

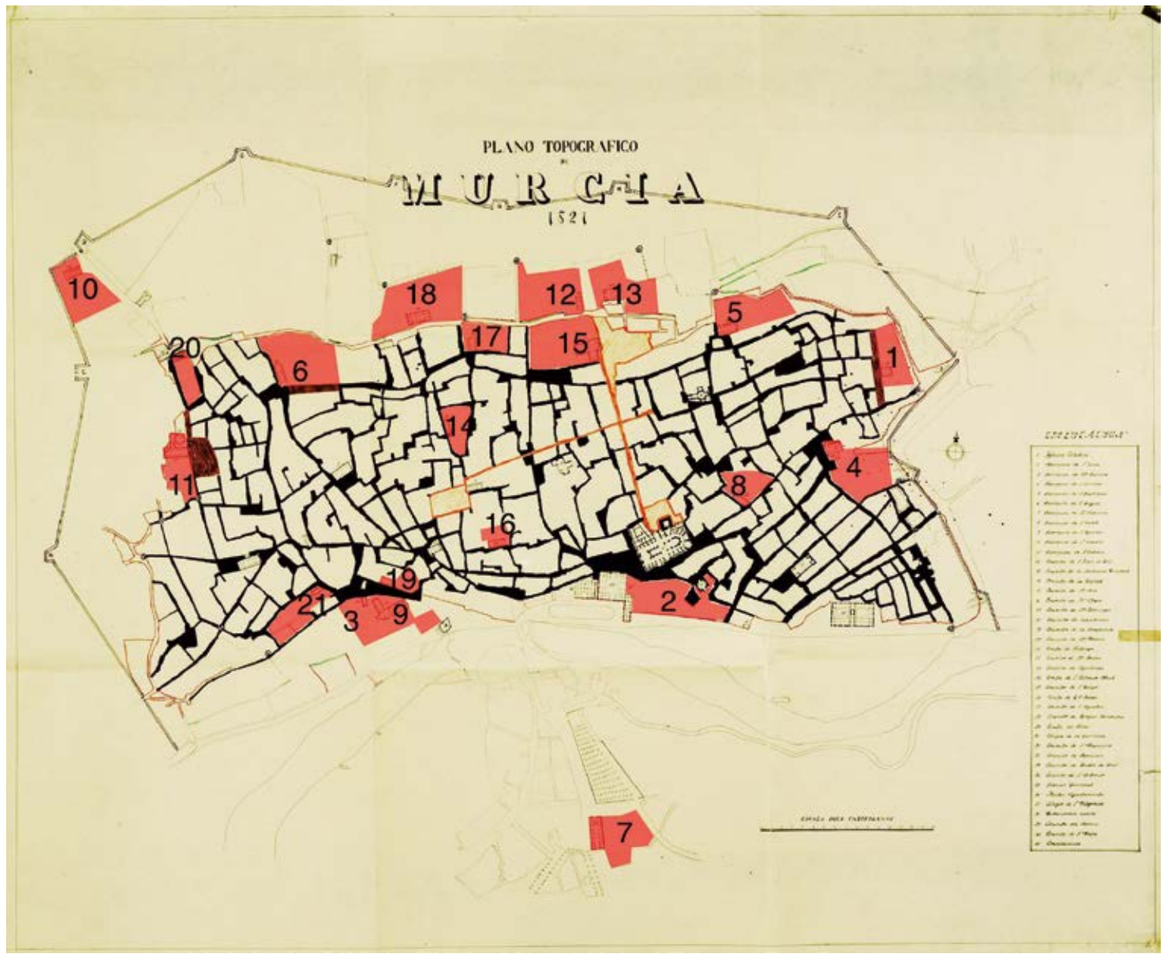
[16] R. D. de 25 de enero de 1836.

[17] R. O. de 29 de julio de 1835.

[18] R. O. de 27 de mayo de 1837.

[19] Dora Nicolás menciona un informe de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Murcia, emitido el 13 de agosto de 1837, y conservado en el Archivo Municipal de Murcia, leg. 2828 (Nicolás Gómez 1993, 229). Por otro lado, el archivo de la Real Sociedad de Amigos del País de Murcia conserva otros informes sobre el mismo asunto fechados en 19 de enero, 28 de febrero y 19 de julio de 1937. Archivo de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Murcia (ARSEAPM), Fondo Real Sociedad Económica, 1837-01-19 / 1837-07-19.

[20] ARSEAPM, Fondo Real Sociedad Económica, 1837-01-19.



1. Sta. Trinidad
2. San Juan de Dios
3. La Purísima
4. San Felipe
5. La Merced
6. Sta. Teresa
7. El Carmen
8. S. Antonio
9. S. Francisco
10. S. Diego
11. S. Agustín
12. Sta. Clara
13. Sta. Ana
14. Sta. Isabel
15. St. Domingo
16. Madre de Dios
17. Capuchinas
18. Compañía de Jesús
19. Verónicas
20. Agustinas
21. Monjas Carmelitas

FIG. 1 *Plano topográfico de Murcia*. 1821. En rojo los distintos conventos y monasterios

arquitectónico, que puede servir como de escuela a los jóvenes que se dediquen a este estudio; debe conservarse destinándolo para oficinas provinciales". Aunque también se dice de él que podía servir como "museo, donde los jóvenes puedan estudiar la construcción de toda clase de bóvedas y arcos".

> San Juan de Dios, por su solidez, capacidad y ventilación, era perfecto para el destino ya que tenía como hospital general.

> La Trinidad, con su templo a medio construir y sin otra particularidad que su patio "no puede ser aplicable más que o para cuartel, por estar muy ventilado con una gran plaza a su frente y casi en la misma huerta o para formar casas particulares en beneficio del vecindario y del Erario".

> El Colegio de la Purísima, que disfrutaba de buenas vistas a paseo del río, ya había sido cedido en 1822 a la Real Sociedad Económica de Amigos del País, por lo que su destino debía mantenerse, evidentemente.

> El convento de Santo Domingo, "por sus grandiosos salones, bellísimo patio y bóvedas, extensa capacidad y fortaleza de su obra puede destinarse para casa Coliseo".

> El convento de San Agustín, que si bien no destacaba por su arquitectura, sí lo hacía por su emplazamiento "muy ventilado, tanto por la espalda que cae a la huerta como por

la fachada que da a una anchurosa plaza, quizá la mayor de esta capital puede destinarse con bastante proposición para un cuartel", mientras que su iglesia podía ser utilizada como lugar civil de reunión pública o sustituir, como finalmente ocurrió, a la vecina parroquia de San Andrés.

Se mencionan también algunos conjuntos que podían venderse para su derribo, en concreto:

> El convento de la Merced. De éste destacaba "el orden arquitectónico de su patio [que podía] servir de modelo y estudio para los que se dedican a la arquitectura" y su iglesia, que se recomendaba reutilizar para la advocación de Ntra. Sra. de los Remedios, "careciendo lo demás de él de objeto alguno que recomiende su conservación".
> El convento de Santa Teresa, que "solo puede ser aplicable para casas particulares".
> El convento de San Felipe, cuyo mejor destino era levantar en él casas particulares, exceptuando su capilla, "utilísima si se agregase a la iglesia parroquial de Sata. Eulalia, de quien solo la divide una pared".
> El convento de Verónicas, que "no presenta belleza alguna que le haga digno de conservarse, su situación en la plaza de las verduras le constituyen en el caso de ser destinado para casas, con grande beneficio del Estado por el valor que tiene las que lindan con él".

El destino real de estos inmuebles es variado y no siempre coincidente con lo propuesto por los organismos de la época. Fueron durante largo tiempo reutilizados para fines públicos los conventos de la Trinidad, la Purísima y San Juan de Dios. El primero de ellos, efectivamente, habilitado como cuartel de infantería hasta que a principios del siglo XX se decidió su derribo para la construcción del Museo Provincial de Murcia y de unas Escuelas Graduadas. San Juan de Dios se mantuvo como hospital hasta que a mediados del pasado siglo se erigió en su solar el nuevo edificio de la Diputación Provincial. Y en cuanto a la Purísima, se mantuvo en uso de la Real Sociedad Económica hasta fecha cercana a 1850, cuando pasa a alojar un cuartel de la Guardia Civil y más adelante un cuartel de infantería.

Buena parte del resto de edificios fueron vendidos y derribados en diferentes fechas. Es el caso de los conventos de los Filipenses, de Sta. Teresa o de San Antonio. También del convento de Mercedarios, cuyo solar hoy ocupa en gran parte la Universidad de Murcia, y del que por fortuna se conserva además de la iglesia su fantástico claustro. Lo que fueron huertos de los conventos de Sta. Clara y Santa Ana fueron urbanizados dentro de un proceso de reforma interior de la ciudad que se prolonga hasta mediados del siglo XX. Igualmente se destinó a viviendas — tras un breve lapso en el que funcionó como plaza de toros — el solar del convento del Carmen. Caso parecido al del convento de San Agustín, demolido en 1852 y usado como coso taurino hasta 1872, en que se urbaniza. Distinto es lo ocurrido con el convento de San Diego, a cuyos compradores no se les permitió urbanizar, optando entonces por levantar en él una fábrica de hilaturas de seda — hoy también desaparecida, dando lugar al llamado Parque de la Seda —. Por su parte, el convento de San Francisco se mantuvo en pie pese a los acontecimientos — al incendio de 1834 se suma la caída de su iglesia en 1838, así como la venta del inmueble, dedicado a muy distintos usos — hasta 1931, cuando se convierte





en pasto de las llamas junto al vecino de la Purísima. Su ausencia no ha borrado su memoria, que hoy sigue presente en el llamado Plano de San Francisco. (Fig. 2 y Fig. 3)

Capitulo aparte es el de los derribos destinados a la reforma urbana y a la modernización de las ciudades. El caso más temprano en la capital murciana es el del convento de Sta. Isabel. Ubicado en pleno centro, su desaparición en 1836 dio lugar a una amplia plaza que pronto se convirtió en eje de la vida social murciana. Pero más interesante todavía sería el devenir del convento de Santo Domingo. Tras su incendio en 1835 fue sede provisional del Ayuntamiento entre 1846 y 1847, y oficina de Hacienda en 1850. Fue demolido finalmente en 1862 para levantar en su solar el llamado Teatro de los Infantes, construcción monumental precedida de una singular plaza — el edificio actual de D. Justo Millán, llamado Teatro Romea, se construye tras un fatal incendio en 1899 —. (Fig. 4)

La sustitución de viejos conventos por nuevos espacios y equipamientos culturales y sociales es un fenómeno que se generaliza en otras poblaciones de cierto tamaño, donde una creciente burguesía demanda espacios propios de ocio y reunión. Son varios los ejemplos que podemos señalar:

En Yecla, municipio del noreste de Murcia, el conocido como Parque de la Constitución se levanta, a partir de 1866, en parte sobre terrenos pertenecientes al extinto convento de S. Francisco. La obra, proyectada por el arquitecto Juan

FIG. 2 Claustro del Antiguo Convento de la Merced.

FIG. 3 Plano de San Francisco, con el antiguo convento todavía en pie, a la izquierda. Fotografía de época.



FIG. 4 Teatro Romea. Edificio levantado por Justo Millán. Fotografía de época

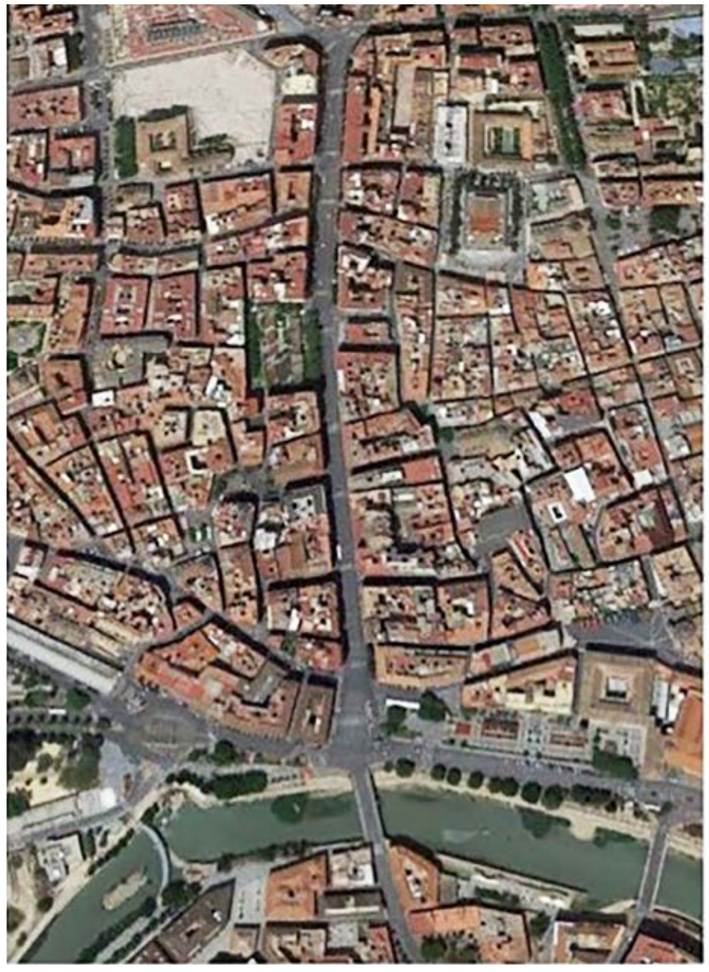
José Belmonte, vendría a subrayar un nuevo polo al norte de la ciudad, y se enriquece poco después con la construcción en el lado sur de la plaza del Teatro Concha Segura.

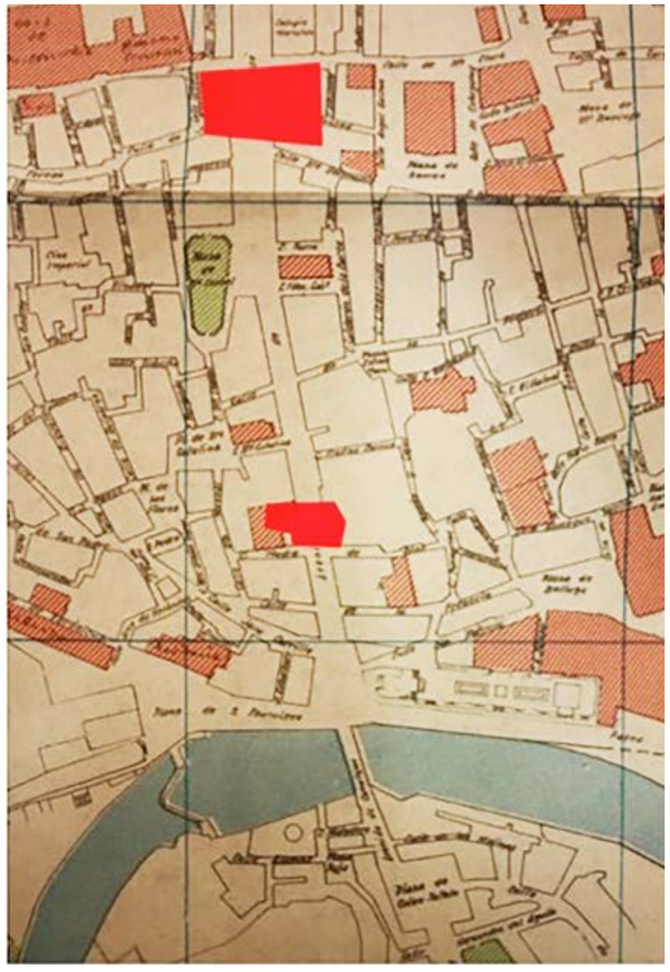
En 1866, el derribo de otro convento franciscano, el de las Llagas de San Francisco en la vecina localidad de Jumilla, da lugar a un nuevo espacio de representación de la sociedad de la época. En su lugar se construyen los Jardines de la Glorieta y un teatro, el Teatro Vico, que inicia Juan José Belmonte y que retoma a partir de 1881 Justo Millán Espinosa.

El más antiguo de los teatros murcianos, el conocido como Teatro Guerra de Lorca, se construyó también en terrenos desamortizados a la orden franciscana; obra iniciada en 1861 con proyecto de Diego Manuel Molina. En la misma ciudad encontramos otro interesante ejemplo de cambio de uso y creación de nuevos espacios de recreo. Nos referimos en este caso a la construcción, a partir de 1845, del Casino Artístico y Literario en el lugar que ocupaba el antiguo Hospital de San Juan de Dios. El edificio, que sufrió distintas remodelaciones a lo largo de su historia, se atribuye al









lorquino Manuel Martínez, y conjuga elementos clasicistas y modernistas.

En Cartagena, la desaparición de conjuntos como el de San Francisco y el de la Merced no solo dotan a la ciudad de nuevos espacios públicos en forma de plazas, sino que éstos se convierten también en el escenario de una arquitectura modernista que refleja la enorme pujanza económica de familias como los Maestre o los Aguirre. En estas residencias trabajaron arquitectos formados en el nuevo gusto, entre ellos Víctor Beltrí, cuyo origen catalán se evidencia en construcciones que remiten claramente a figuras como Antoni Gaudí. (Fig. 5 y Fig. 6)

FIG. 5 Casa Maestre. Plaza de San Francisco Marcelino Coquillat y Víctor Beltrí.

FIG. 6 Palacio Aguirre. Plaza de la Merced. Víctor Beltrí.

FIG. 7 Gran Vía de Murcia. Vista aérea y plano de construcción. Se observa, en el centro la Plaza de Santa Isabel. Marcado en rojo el espacio que ocupaban los conventos de Madre de Dios, al sur, y Capuchinas, al norte.

Como nota final, cabe señalar que la incidencia urbanística de las desamortizaciones se manifiesta, en ocasiones, a largo plazo. Es lo que sucede en la ciudad de Murcia a mediados del siglo XX, cuando las autoridades locales de la época se plantean crear una Gran Vía que atravesase el casco histórico de norte a sur. Un proyecto que estuvo siempre acompañado de polémica, fundamentalmente porque el trazado planteado supuso la destrucción de unos antiguos baños árabes que se conservaban en la manzana del antiguo convento de Madre de Dios (véase Martínez Pino 2014). Pero más allá de lo acontecido, lo que interesa destacar aquí es cómo el trazado de esta Gran Vía fue concebido, de manera nada casual, siguiendo una línea que recorre antiguos edificios desamortizados: Madre de Dios, Plaza de Santa Isabel y convento de Capuchinas. La cuestión económica, los gastos de indemnización asociados a la empresa, sin duda tuvieron mucho que ver en el triste destino del monumento medieval. (Fig. 7)

BIBLIOGRAFÍA

BELLO, J. 1997. *Frailes, intendentes y políticos.* Madrid: Taurus.

MARTÍ Gilabert, F. 2003. *La desamortización española*. Madrid: Rialp.

MARTÍNEZ Pino, J. 2005-2006. "*La Comisión Provincial de Monumentos de Murcia. Precedentes y actuaciones (1835-1865)". Espacio, Tiempo y Forma, Serie VII, Historia del arte,* n.º 18-19:135-162.

MARTÍNEZ Pino, J. 2014. "Los baños árabes de Murcia, Un bien cultural bajo la piqueta del progreso". *Biblio 3W,* Vol. XIX, n.º 1085.

NICOLÁS Gómez, D. 1993. *Arquitectura y Arquitectos del siglo XIX en Murcia.* Murcia: Ayuntamiento de Murcia, Colegio Oficial de Arquitectos de Murcia.

RIQUELME Oliva, P. 2003. "El paisaje conventual murciano: aproximaciones a la historia de los conventos murcianos (siglos XIII-XIX)". *Carthaginensia: Revista de estudios e investigación*. Vol. 19, N.º 36: 347-383

RUEDA Hernández, G. 1997. "La desamortización en España: un balance (1766-1924)". *Cuadernos de Historia*, n.º 38. Madrid: Arco libros.

SEGURA Artero. P. 1983. "La desamortización urbana en la Región Murciana". *Areas: Revista internacional de ciencias sociales*, N.º 3-4: 57-102

TOMÁS y Valiente, F. 1971. *El marco político de la desamortización en España*. Barcelona: Ariel.

VILLABONA Blanco, M.ª. 1993. *La desamortización eclesiástica en la Provincia de Murcia (1835-1855)*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio.

LA DESAMORTIZACIÓN Y MADRID: HACIA UN NUEVO CONCEPTO DE CIUDAD Y DE PATRIMONIO

MARÍA DOLORES ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES
Catedrática de Historia del Arte, Departamento de Historia del Arte, Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED, ESPAÑA.

RESUMEN

Los procesos desamortizadores que se dan en España desde mediados del siglo XVIII tuvieron una importancia decisiva en la configuración de la ciudad moderna. La desamortización entendida como una suerte de medidas económicas que permitieron la enajenación y venta de los bienes de las órdenes religiosas para sanear la Hacienda Pública, fueron el desencadenante de una serie de transformaciones en las tramas urbanas de las ciudades españolas.
Madrid y Sevilla son las ciudades españolas donde más se notaron los efectos de las medidas decretadas desde 1836 por el gobierno de Juan Álvarez Mendizábal. Las órdenes regulares eran propietarias de numerosos bienes inmuebles que ocupaban los espacios más representativos de la capital.
Todas las medidas dirigidas a las grandes masas conventuales supusieron una variación en la imagen de la ciudad.
La venta de las casas conventuales dejó espacios para el ensanche y la regularización de la ciudad y también permitió la reutilización de los edificios para funciones administrativas, cuarteles y hospitales. Las casas derribadas facilitaron la alineación de muchas calles, la apertura de plazas y la construcción de viviendas y nuevos equipamientos para la ciudad que variaron sustancialmente el paisaje de la capital y el sentido simbólico de muchos de sus enclaves.
El proceso abrió un amplio debate en las instituciones culturales encargadas de velar por la conservación del patrimonio porque afectaron a la imagen de la ciudad que se reflejó en pinturas y fotografías. La ciudad-convento devino en ciudad burguesa con el consiguiente cambio de uso de los enclaves urbanos más representativos.

PALABRAS CLAVE
MADRID | CONVENTOS | DESAMORTIZACIÓN | PATRIMONIO CULTURAL | ARQUITECTURA

ABSTRACT

The disentailing processes occurring in Spain since the mid eighteenth century had a decisive role in shaping the modern city. The confiscation understood as a kind of economic measures that allowed the transfer and sale of the property of religious orders to consolidate public finances, triggered a series of transformations in the urban fabric of the Spanish cities.
Madrid and Seville are the most Spanish cities where the effects of the measures decreed since 1836 by the government of Juan Álvarez Mendizábal were noted. Regular orders were numerous owners of property occupied by the most representative areas of the capital. All measures aimed at large monastic masses involved a change in the image of the city. The sale of the convent houses left room for expansion and regularization of the city and allow reuse of the buildings for administrative functions, barracks and hospitals. The demolished houses facilitated the alignment of many streets, open plazas and housing construction and new equipment for the city that substantially varied landscape of the capital and the symbolic meaning of many of their enclaves.
The process opened a broad debate on cultural institutions responsible for ensuring the conservation of heritage because they affected the image of the city was reflected in paintings and photographs. The city convent became in bourgeois city with a consequent change of use of the most representative urban enclaves.

KEYWORDS
MADRID | CONVENT HOUSES | CONFISCATION | CULTURAL HERITAGE | ARCHITECTURE.

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Madrid, capital del reino de España es el mejor ejemplo para analizar los efectos de la desamortización en el patrimonio arquitectónico y en consecuencia en la imagen de la ciudad; junto con Sevilla es una de las ciudades españolas que más sufrió los efectos de la desamortización por la presencia notable de órdenes religiosas propietarias de bienes cuantiosos que transformarán su fisonomía tras las medidas de enajenación.

La desamortización eclesiástica es una de las etapas de la evolución social, política y religiosa que se produce en la España de la primera mitad del siglo XIX. No se puede hablar de un hecho aislado, sino de la culminación de un proceso que inició el rey Carlos III (1716-1788), quien reinó entre los años 1759 y 1788, cuando en 1767 decretó la supresión de la Compañía de Jesús y la ocupación de sus temporalidades. El procedimiento consistió, básicamente, en aplicar los bienes de las llamadas "manos muertas" a sanear la Hacienda Pública. Estas medidas proporcionaron un modelo de actuación respecto a las órdenes religiosas que eran propietarias de gran cantidad de bienes rústicos y urbanos.

En España la desamortización debe ser considerada como un paso más en la evolución de la sociedad estamental del siglo XVIII a la sociedad de clases y dentro de ella, al establecimiento de la propiedad liberal (Rueda 1986, 12). El inicio de ese cambio podemos fijarlo en los inicios del siglo XIX. (Fig. 1)

El plano de Madrid de Fausto Martínez de la Torre de 1800 (*Plano de la Villa* … 1800, Biblioteca Regional de Madrid, Signatura: A-705) presenta la ciudad ceñida por dos propiedades reales: la Casa de Campo y el Buen Retiro. Sus posibilidades de crecimiento estaban pues condicionadas al



Fig. 1 Plano Geométrico de Madrid de Fausto Martínez de la Torre con la ubicación de las casas religiosas.



Fig. 2 Antonio Joli: Vista de la calle de Alcalá. 1754. Colección Casa de Alba.



Fig. 3 Antonio Joli: Vista de la calle de Atocha. C. 1750. Colección Casa de Alba.

norte y al sur, extensión que se materializó cuando se derribó la cerca que inauguró Felipe IV en 1625 que estuvo en pie hasta 1868. Madrid era una ciudad populosa y abigarrada que habitaban 168.000 moradores; de ellos 395 eran miembros del clero secular, integrados por curas párrocos, beneficiarios y canónigos. Contaba con 1894 frailes y monjas, de los cuales 1400 pertenecían a las órdenes mendicantes de Franciscanos y Dominicos.

En 1808 cuando comenzó la Guerra de la Independencia, la denominada por la bibliografía anglosajona Guerra de España, la ciudad contaba con un número muy elevado de edificios religiosos. Tenía 146 templos entre los que había una colegiata, 18 parroquias, dos anexos, dos parroquias castrenses (la de Palacio y el Buen Suceso), 36 conventos de varones y 32 de monjas, además de casas de Arrepentidas y Recogidas, hospitales, oratorios y ermitas (*Paseo por Madrid...* 1815, XXI). Casi todos los conventos presentaban un aspecto lamentable cuando entró en Madrid el denominado Rey Intruso, José Napoleón I. Eran edificios antiguos, la mayoría se habían levantado a partir del establecimiento de Madrid como capital del reino en 1606. En los inicios del siglo XIX estaban ocupados por un número relativamente reducido de frailes y monjas. No obstante, esas grandes masas conventuales ocupaban una buena parte del entramado urbano, manzanas enteras que integraban iglesias, casas, huertas, jardines y cementerios ceñidos por altas tapias. Los grabados y pinturas de la ciudad nos dejan la imagen de un caserío heterogéneo entre el que descuellan las cúpulas de sus templos rematados en agudos chapiteles de pizarra. (Fig. 2) (Fig. 3)

La ubicación de las casas religiosas tenía que ver con la fecha de su fundación; las más antiguas se hallaban próximas a la Plaza Mayor o al Alcázar, luego convertido en Real Palacio y a las Cavas por ser los lugares de más antiguo asentamiento de la población. Desde el establecimiento de la Corte y de todos los organismos de la Administración en la capital, las órdenes religiosas que no poseían solares en las zonas más céntricas, optaron por ocupar los ejes de expansión que señalaban los caminos de salida de la capital y levantaron sus casas en la calle de Atocha y sus alrededores hacia la puerta de Atocha, en la calle de Alcalá hacia la puerta de este nombre, en la calle de Hortaleza camino a la puerta de Santa Bárbara y también en la calle de San Bernardo y sus proximidades, lugar de paso a la puerta de Fuencarral (Tovar 1983, 239).

El patrimonio artístico de los conventos madrileños procedía principalmente del siglo XVII; son arquitectos de este siglo quienes levantan sus iglesias y pintores y escultores de este momento los que decoran sus interiores. Más escasas son las obras del siglo XVIII, como no sean intervenciones puntuales o fundaciones propiciadas por los primeros Borbones, los anteriores a Carlos III, quien siempre desconfió de la influencia del clero por su oposición a las reformas ilustradas por él impulsadas.

José Napoleón I, Rey Intruso de España

El reinado de José Napoleón I se inició con la necesidad de sufragar la deuda pública y con una Hacienda empobrecida por los gastos de la ocupación militar de España. La actitud hostil de los religiosos ante el nuevo estado de cosas, incluso su participación en el ejército angloespañol o en los grupos guerrilleros, dio paso a una radicalización de la política religiosa que culminó con un decreto de 18 de agosto de 1809 por el que se suprimieron todas las "Órdenes Regulares, Monacales, Mendicantes y Clericales existentes en los dominios de España"; también se suprimieron las Órdenes religioso–militares de Santiago, Montesa, Alcántara, Calatrava y San Juan.[1] Los bienes de las Órdenes religiosas se convirtieron en Bienes Nacionales; tierras, bienes muebles e inmuebles que se pusieron a disposición de los posibles compradores para sanear la Hacienda Pública.

Como en otros países ocupados por los ejércitos napoleónicos, José I hizo de su política urbana uno de los ejes de su gobierno. Pretendió el equipamiento de la ciudad con la creación de mercados, mataderos, cementerios, sistemas de alcantarillado, de abastecimiento de aguas, creación de museos, escuelas y hospitales. Aunque la situación de conflicto bélico y de ruina de la Hacienda no permitió demasiadas obras en apenas cuatro años, lo cierto es que los proyectos se iniciaron y se centraron en el mejoramiento de las condiciones de salubridad e higiene de la ciudad, el aligerado del entramado de las calles con la apertura de plazas propiciado por el derribo de conventos y la continuación del adorno del Real Palacio y sus alrededores siguiendo la labor de los arquitectos del siglo XVIII[2].

Se abrieron pequeñas plazas para colocar fuentes en los solares que dejó disponible el derribo de algunas casas religiosas. El convento de los Premonstratenses liberó espacio para formar una pequeña plaza con fuente para el desahogo del vecindario; mientras el convento de Monjas Carmelitas Descalzas de Santa Ana dejó su lugar para una plaza monumental con fuente que diseñó el arquitecto

[1] *Gazeta de Madrid,* 21 de Agosto de 1809. También recogido en *Prontuario de las Leyes y Decretos del Rey Nuestro Señor Don José Napoleón I, desde el año 1808*. 1810. Madrid, Imprenta Real, t. II, 258-259.

[2] Las obras durante el reinado de José I están descritas en mi libro: Antigüedad 1999, 109-155.

Silvestre Pérez y que se inauguró el 18 de marzo de 1812. El recinto estaba presidido por la escultura de Carlos V de León Leoni que con anterioridad había estado emplazada en los jardines del Buen Retiro (Fig. 4). La plaza no estuvo totalmente concluida hasta 1869 en que se derribaron las casas particulares. En 1825 se retiró la efigie de Carlos V que se depositó en el Museo Real, fue sustituida por una sencilla aguja de piedra.

Otras plazas nacieron para convertirse en lugar de mercado como la Plaza de San Miguel que sería el lugar destinado a la venta de pescado. Surgieron nuevos espacios de sucesivos derribos que la situación de inestabilidad hizo que no fueran efectivos hasta años después cuando las circunstancias ya eran otras.

El proyecto más querido para José I: la remodelación de los alrededores del Real Palacio, esperaría hasta muy avanzado el siglo XIX para convertirse en Plaza de Oriente. Los derribos decretados por José I acabaron con el convento de San Gil, el de monjas de Santa Clara, las iglesias de San Juan y Santiago además de un buen número de casas particulares, cuyos propietarios fueron indemnizados con bienes nacionales por contribuir al "ornato público" (Fig. 5). A la salida de los franceses de Madrid, quedó un solar inmenso delante de la fachada oriental del Palacio que no tuvo un diseño definitivo hasta 1844 según el proyecto de Narciso Pascual y Colomer (1808-1870). La plaza monumental pensada y proyectada por el arquitecto Juan de Villanueva, no sería ya un espacio áulico, sino un recinto propio de ciudad burguesa, presidido por la escultura del monarca Felipe IV de Prieto Tacca en la isleta central, un espacio que hasta la proclamación de la Segunda República

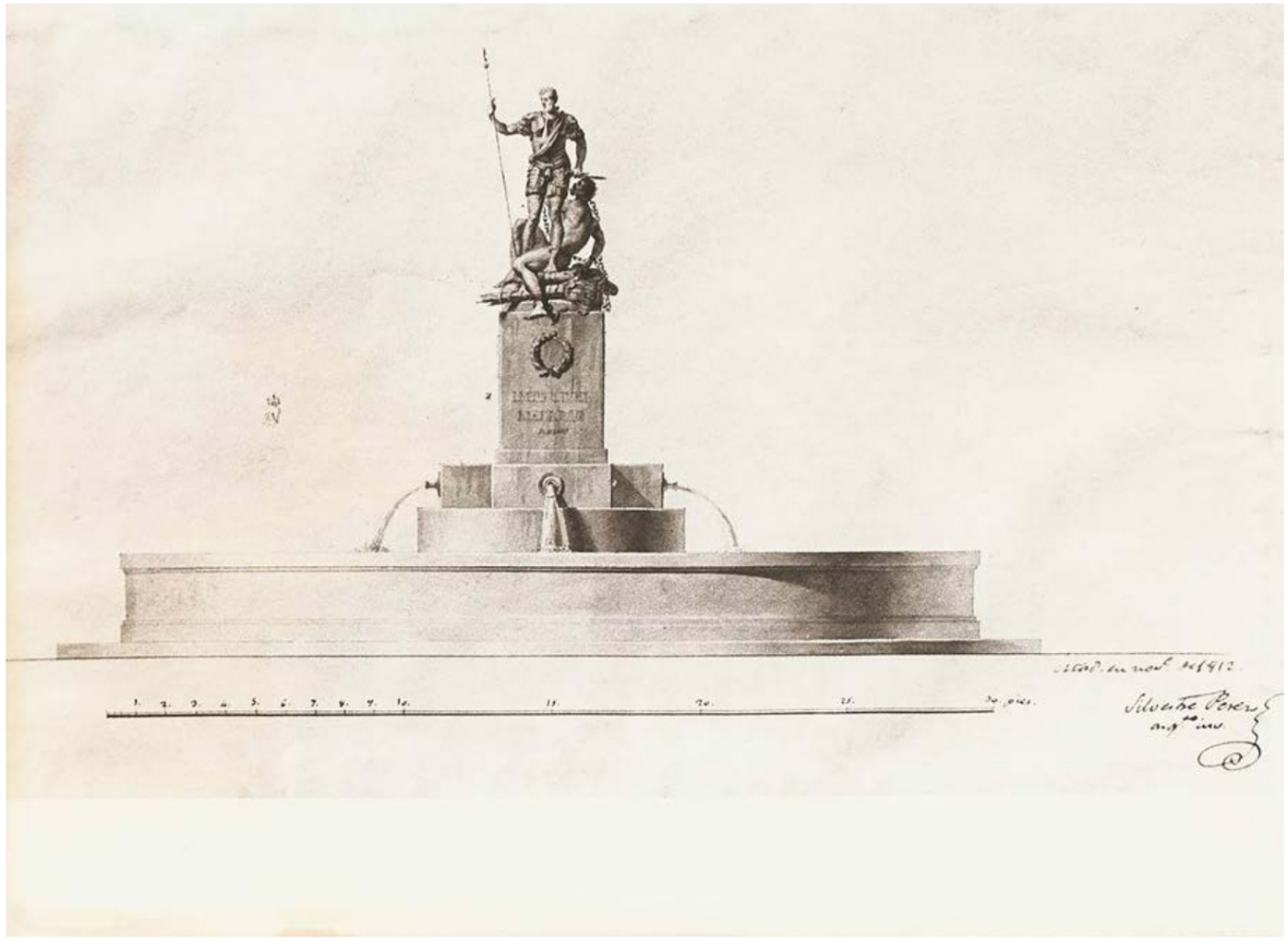


Fig. 4 *Fuente con la estatua de Carlos V que se ha de colocar en la plaza de Santa Ana*. Dibujo Biblioteca Nacional.

y la salida del rey Alfonso XIII, ya en el siglo XX, fue propiedad de la Corona (Fig. 6).

El Corpus Legislativo

Para hacernos una idea de la repercusión que la desamortización pudo tener en Madrid, no hay más que analizar los datos que proporcionan las estadísticas de D. Pascual Madoz (1806-1870) según las cuales en 1847 la capital tenía 582 calles y 67 plazas y plazuelas (Madoz 1999, 623-625). Estos datos también se recogieron en el Plano de Madrid de D. Francisco Coello de Portugal (1822-1898) y D. Pascual Madoz en su edición de 1849 cedida al Ayuntamiento de Madrid. Según las cifras que proporcionó el ya clásico trabajo de Francisco Simón Segura (Simón Segura 1969, 32), el clero poseía bienes en 256 calles y plazas; un cuarenta por ciento del espacio urbano era propiedad de las órdenes religiosas.

La legislación desamortizadora es muy abundante y compleja, aunque sólo partamos de la promulgada desde 1835 por Juan Álvarez Mendizábal (1790-1853) quien asumió el poder el 7 de septiembre de 1835 con la acuciante necesidad de recabar fondos para la guerra. Con anterioridad, el 4 de julio un Real Decreto había suprimido la Compañía de Jesús que había restablecido Fernando VII en 1815. El 25 de julio de 1835 un Real Decreto renovaba la vigencia del Decreto de 1 de octubre de 1820, según el cual se suprimían los conventos y monasterios que no tuvieran como mínimo doce individuos profesos. Como en el caso de la Compañía de Jesús, el Estado se reservaba los edificios y objetos artísticos. Así el 11 de octubre de 1835 un Real decreto ampliaba el número de instituciones religiosas



Fig. 5 Juan de Villanueva: Dibujo con las manzanas y edificios a derribar para formar la plaza junto a palacio.1810. Archivo General de Palacio, Madrid.



Fig. 6 Charles Clifford: Plaza de Oriente y Teatro Real. 1853. Biblioteca Nacional de España.

suprimidas, si bien podía haber un convento de cada orden por población (Nieva 1837).

El 25 de enero de 1836 un Real Decreto exponía que "las mezquinas cantidades que particulares y corporaciones ofrecen pagar por los alquileres de monasterios y conventos suprimidos por R. O. de 25 de julio y de 11 de octubre de 1835, apenas bastan para satisfacer los crecidos gastos de conservación y reparos, mientras que demolidos totalmente unos y reformados otros, tendrán inmediata aplicación éstos y los terrenos que resulten de aquellos para objeto de interés particular y general, al paso que proporcionan ensanches y mejoras en la población". Según estas instrucciones los edificios confiscados serían puestos a disposición de una Junta, constituida por el Gobernador Civil, el Corregidor y tres miembros más que serían designados por el Gobierno, que decidiría el destino de los edificios según su capacidad y estado de conservación. Así se lograría tener cuarteles cómodos y ensanches de los actuales, plazas y mercados de nueva planta (Simón Segura 1969, 98).

El 19 de febrero de 1836 un decreto sacaba a la venta todos los bienes que hubieran pertenecido a las corporaciones religiosas suprimidas, si bien el 8 de marzo un decreto del Ministerio de Gracia y Justicia declaraba suprimidos "todos los monasterios, conventos, colegios, congregaciones y demás casas de comunidad o de institutos religiosos de varones, incluso las de clérigos regulares y las de las cuatro Órdenes militares y la de San Juan de Jerusalén, existentes en la península, islas adyacentes y posesiones de España y África". Igual suerte sufrieron los conventos de religiosas que también fueron suprimidos mediante un decreto del 29 de julio de 1836. Hubo, sin embargo algunas excepciones permitiéndose el mantenimiento de comunidades de religiosas dedicadas a la enseñanza o al cuidado de hospitales. Algunas otras medidas apuntaron también a la posibilidad de enajenar las rentas eclesiásticas y los bienes del clero secular.

Un decreto de 2 de abril de 1844 estableció la obligación de realizar una nota con todos los edificios, monumentos y objetos artísticos, fueran del tipo que fueran. La Real Orden del 13 de Junio de 1844 creó las Comisiones de Monumentos encargadas de ordenar y formar un catálogo de objetos y realizar un inventario del patrimonio. Las Comisiones de Monumentos Histórico Artísticos deberían ocuparte de hacer una lista de todos los conventos suprimidos que "por la belleza de su construcción, por su antigüedad, los recuerdos históricos que ofrecen sean dignos de conservarse, a fin de adoptar las medidas oportunas para salvarlos de la destrucción que los amenaza" y "para conocer la gran riqueza que en esta parte posee todavía la nación, y la necesidad urgente de adoptar providencias eficaces que contengan la devastación y la pérdida de tan preciosos objetos, procurando sacar de ellos todo el partido posible en beneficio de las artes y de la Historia". Estas medidas establecerán de manera definitiva las competencias del Estado sobre el patrimonio artístico, la política de custodia y conservación y fijarán un método de actuación con criterios científicos.[3]

La alternancia en el poder de moderados y progresistas dio lugar a avances y retrocesos en la venta de los bienes del clero. En 1855 se publicó la Ley General de Desamortización, también denominada Ley Madoz, que consolidaba la venta de bienes del Estado y de las Órdenes Religiosas para

enjugar la Deuda Pública y contribuir a la financiación de las obras públicas. El 14 de octubre de 1856 un Real Decreto de Narváez, suspendió la Ley Madoz. Se había recorrido un largo camino en la valoración y cambio de uso de los bienes eclesiásticos.

Las Masas Conventuales

La suerte de los edificios religiosos tuvo una gran repercusión en la transformación de Madrid ya que las propiedades conventuales ocupaban buena parte de la superficie total de la ciudad; de tal suerte que las medidas que se aplicaron a tales conjuntos repercutieron en el aspecto general de la población. La Junta creada a partir de la Real Orden de 26 de enero de 1836 que presidía el Corregidor de la Villa, el Gobernador Civil y tres miembros más, propuso el destino de los edificios para que la ciudad pudiera tener: Cuarteles cómodos y ventilados para albergar una guarnición de 103 hombres de Infantería y 23 de Caballería, Hospitales y Cárceles, nuevas calles y ensanches de las actuales y plazas y mercados de nueva planta. El Corregidor de Madrid, D. Joaquín Vizcaíno y Martínez Moles (1790-1840), Marqués Viudo de Pontejos, fue la persona encargada de llevar a cabo las obras de ornato y mejoras públicas (Ruíz Palomeque 1976, 105).

El *Diario de Madrid* del 26 de febrero sacaba a subasta el derribo de los conventos que una orden del mismo mes mandaba demoler para hacer plazas y calles. Eran los conventos de la Merced, San Basilio, Capuchinos de la Paciencia, San Felipe el Real, de Jesús y Capuchinos del Prado. San Felipe el Real situado en la Puerta del Sol se pensó podría servir como Tribunal de Comercio y Bolsa (Fig. 7).

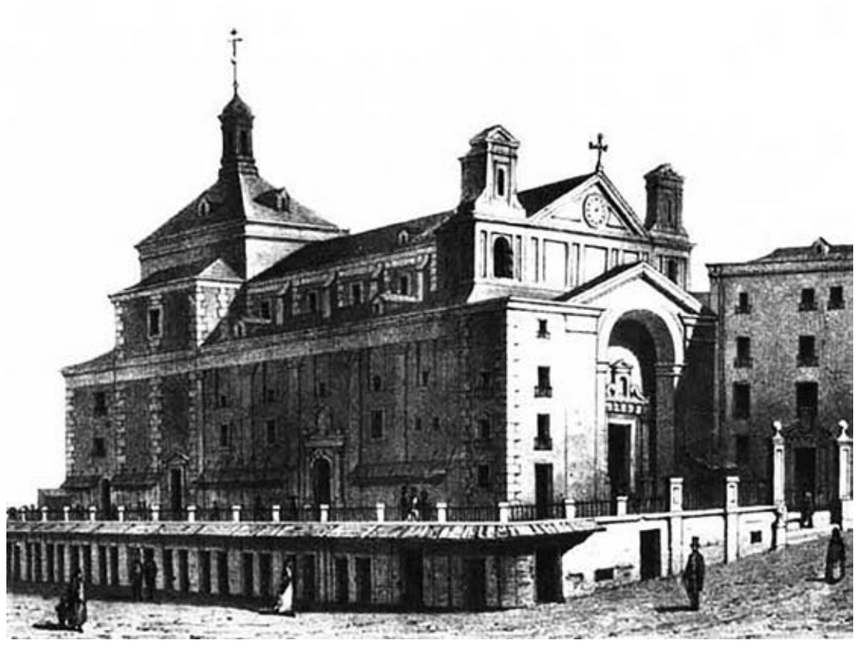


Fig. 7 Xilografía del Convento de San Felipe el Real en la Puerta del Sol. *Historia de la Villa y Corte de Madrid*. José Amador de los Ríos, 1865.

Estas medidas hicieron que la Academia de Nobles Artes de San Fernando enviara una carta a la Reina fechada el 27 de febrero de 1836 en la que alertaba de los peligros que se derivarían de la aplicación de estas medidas "...que cualesquiera obras que hayan de hacerse en la actualidad para reemplazar los edificios que existen de grande y noble arquitectura no podrán llenar dignamente el lugar de las grandes masas arquitectónicas que hoy se ven, cuya destrucción diera una baja idea de los Españoles, en una época precisamente en que no se habla de otra cosa sino de progreso...". La carta insiste en la misión que tenía encomendada la Academia de salvaguarda del patrimonio y recomendaba destinar esas grandes masas conventuales

[3] *Real Orden Circular del Ministerio de la Gobernación de la Península de 13 de junio de 1844.* Publicada en la *Gaceta de Madrid*, nº 3568, de 21 de junio de 1844.

a destinos civiles como Museos y Bibliotecas, también argumentaba con textos cargados de referencias literarias: "Habla la Academia del efecto de esas hermosas cúpulas que descuellan tan majestuosamente, presentando a la arquitectura en toda su grandeza, y la influencia del genio del cristianismo en las artes; esas cúpulas que en algunos parajes ofrecen vistas tan hermosas como las de Roma, pero que despedazadas y sirviendo quizá de pábulo a la especulación privada no ofreciesen en los edificios que se levantasen con sus dilacerados trozos, sino otros tantos patrones de infamia que se alzasen contra nosotros".[4]

La polémica sobre este particular pasó a la prensa y el escritor y crítico de arte D. Pedro de Madrazo (1816-1898) clamó desde la Revista *El Artista* contra el derribo de los conventos. A sus ojos la desaparición de estas joyas "convertirá la Corte de España en un estenso lugaron, sin una torre, sin una cúpula donde fije sus ansiosas miradas el viagero que recorra las desoladas y áridas esplanadas que la circuyen" (Madrazo 1835-36, 97-100).

La Academia inició la labor de inventario de los edificios a conservar y el 9 de mayo de 1836 remitió al secretario, D. Manuel Antonio López, una exposición redactada por el académico por la arquitectura D. Juan Miguel de Inclán Valdés (1774-1853) lamentando que la carta a la reina y a las instituciones correspondientes no hubiera tenido efecto. La exposición insiste en la conservación de los edificios más relevantes por su valor artístico por ocupar lugares importantes de la ciudad a los que dotaban de singular belleza y que merecerían conservarse.

Las quejas de la corporación artística quedaron sin respuesta y en el mes de junio se vendieron fincas desamortizadas en los lugares más céntricos de la capital, tales como la Puerta del Sol, calle de Alcalá, Angosta de San Bernardo, Príncipe, Atocha, que contaban con numerosos conventos y casas pertenecientes a los religiosos. El proceso siguió imparable y en el mes de noviembre se estaban derribando los conventos de la Magdalena en la calle de Atocha, de las Monjas Baronesas en la calle de Alcalá (Fig. 8) y San Felipe Neri en la Plaza de Herradores que contaba con una cúpula imponente que la Academia había pedido conservar. El hecho llevó a los académicos a dirigir una nueva exposición a las Cortes en la que solicitaba que se detuvieran las demoliciones y que la Academia pudiera



Fig. 8 Grabado con el convento de las Monjas Baronesas en la calle de Alcalá.

[4] Archivo Real Academia de Bellas Artes de San Fernando (A.R.A.S.F.), legajo 90-15/6. También se recoge en el legajo 35-24/1 con la carta de felicitación de la Academia de San Luca de Roma por la postura adoptada.

actuar como órgano consultivo y dictaminar sobre la procedencia de los derribos.[5]

Con estas consideraciones la Academia no hacía sino poner sobre la mesa la realidad de estas medidas desamortizadoras: la venta en saldo de los grandes edificios religiosos para especular con sus solares ya que era obligado que volvieran a edificarse. Estas ventas vienen a apoyar el argumento de que la desamortización sirvió para beneficiar y enriquecer a una clase social en ascenso, partidaria de la causa de Isabel II frente a las pretensiones del Carlismo.

Sin tratar de hacer un relato exhaustivo de los derribos, mencionar que en un primer momento se demolieron más de veinticinco conventos y casas conventuales situados en las calles más importantes de la capital o en sitios estratégicos. Tampoco se siguieron las recomendaciones de la Academia de convertir los exconventos en edificios destinados a la administración del Estado. Tan sólo sobre el solar que dejó libre el derribo del convento de Clérigos Menores del Espíritu Santo en la Carrera de San Jerónimo, Narciso Pascual y Colomer, arquitecto real, edificó el Palacio del Congreso de los Diputados entre 1842 y 1850 (Fig. 9).

Los Proyectos Urbanos

Las medidas desamortizadoras van a incidir directamente en la imagen de Madrid; la eliminación de las "grandes masas" conventuales que ofrecían un determinado ambiente a la ciudad hace que podamos afirmar que se produjo una evolución de Madrid-ciudad conventual a Madrid-ciudad comercial y de servicios. No obstante, la lenta transformación no siempre responde a un plan preconcebido. La teoría parece generarse con independencia de la mecánica urbana, que responde, en la mayoría de los casos a intereses particulares no siempre de miras elevadas. En este proceso evolutivo quizá se eche en falta el propósito claro de que la capital sea el estandarte de una sociedad renovada y poseedora de valores concretos, lo que sí podemos encontrar en capitales como París, Viena o el mismo Londres que construyeron espacios urbanos para que reflejaran el poderío de la nación.

No fueron muchos los autores que aportaron ideas para la renovación de la ciudad, los más notables D. Ramón de Mesonero Romanos y años después D. Ángel Fernández de los Ríos.[6]



Fig. 9 Charles Clifford: El Congreso de los Diputados en la Carrera de San Jerónimo. Al fondo el Buen Retiro. 1850.

[5] A.R.A.S.F., Leg. 90-15/6

[6] Mesonero Romanos, Ramón de. 1931. *Manual de Madrid*. Madrid, Imprenta de M. de Burgos. Obra reeditada en numerosas ediciones y a la que añadió *Rápida ojeada sobre el estado de la capital y los medios para mejorarla*. (Edición facsímil en 1989, revista *Alfoz* con estudio de Edward Baker).
Fernández de los Ríos, Ángel, 1868. *El futuro Madrid. Paseos mentales por la capital de España, tal cual es y tal cual debe dejarla la revolución*. Madrid, Imprenta de la Biblioteca Universal Económica. En 1989, la editorial de Barcelona, Libros de la Frontera publicó el texto original con una introducción a cargo de Antonio Bonet Correa. El trabajo de Fernández de los Ríos aborda la teoría sobre la ciudad desde la óptica moderna, superados ya los efectos de la desamortización.



Fig. 10 Charles Clifford: La calle de Alcalá. 1857. Biblioteca Nacional de España.

Básicamente lo realizado se limitó a la regularización de las vías de acceso a la capital con un nuevo caserío, la formación de plazas ajardinadas en los solares dejados libres por los conventos y la construcción de mercados cubiertos, además de operaciones de remodelación y ornato en puntos concretos como la Puerta del Sol y la Plaza de Oriente.

La calle de Alcalá sufrió una profunda transformación con la desaparición del convento de las Monjas Baronesas que pasó a servir de jardín y picadero del palacio del Marqués de Casa Riera. Frente a él, el convento del Carmen Descalzo se derribó aunque se mantuvo en pie la iglesia convertida en parroquia según una Real Orden de 20 de julio de 1842. Junto al templo se levantó el palacio y casas del financiero Mateo de Murga (1804-1857) y las casas del capitalista José Gargollo, además de dar ensanche a la calle del Barquillo. A finales de siglo se edificará en este lugar el Teatro Apolo. Desde este punto la calle hasta el cruce con la calle Peligros, mantendrá la perspectiva del convento de las Comendadoras de Calatrava, que se salvó del derribo gracias a la defensa que hizo para su mantenimiento D. Pedro de Madrazo.[7] El arquitecto Juan de Madrazo (1829-1880), hermano del anterior, recibió en 1858 el encargo de restaurar las Calatravas; es obra suya la decoración actual de la fachada con un esgrafiado que reproduce el perfil de la cruz flordelisada de Calatrava. El fotógrafo británico Charles Clifford ofreció en 1857 en su foto del arranque de la calle de Alcalá, el imponente perfil de la cúpula de la iglesia de las Calatravas (Fig. 10).

La calle de Atocha era también uno de los accesos importantes desde la Puerta de Atocha y su recorrido estaba sembrado de edificios singulares. A partir de Antón Martín se ubicaban el Convento de la Trinidad Calzada, que fue adaptado para servir como Museo Nacional, el convento de Santo Tomás que tuvo su iglesia abierta al culto hasta su derribo después del incendio que sufrió en 1872. Contigua se hallaba la parroquia de Santa Cruz y a continuación la Cárcel de Corte frente a la entrada a la plaza Mayor. Una vez

[7] A.R.A.S.F., leg. 35-19/1.

derribada la Trinidad en su solar se levantaron viviendas y un teatro, incluso se abrió una nueva calle, Doctor Cortezo.

Las demoliciones permitieron la apertura de nuevas plazas, en realidad pequeños ensanchamientos más ajustados a la necesidad de "dar desahogo al vecindario" que a diseñar un recinto monumental. La llamada plaza del Progreso, hoy denominada de Tirso de Molina, nació del derribo del convento de la Merced Calzada, un proyecto ya antiguo. Bajo el gobierno del primer alcalde constitucional, D. Salustiano de Olózoga, se plantó de árboles y se le dio un aspecto ajardinado (Fernández de los Ríos 1876, 158).

Otra plaza surgió del derribo del convento de los Capuchinos de la Paciencia, denominada en un primer momento de Bilbao y hoy llamada de Vázquez de Mella; era un recinto ajardinado rodeado de una verja; el resto permitió ensanchar las calles colindante. Una parte del solar se vendió para construir casas y entre los compradores estaban D. Ramón de Mesonero Romanos y D. José Canga Argüelles (1770-1843), político liberal y exministro de hacienda (Ruíz Palomeque 1976, 114).

Sin duda la política de mercados cubiertos fue la que dio lugar a mayores novedades a partir de los solares desamortizados. Los dos enclaves más representativos son los correspondientes a los exconventos de los Premonstratenses, la plaza inicialmente liberada en época de José I y de la Pasión en la plaza de la Cebada. Ambos eran lugares idóneos para el comercio, la de la Cebada siempre había sido lugar de mercados como testimoniaron pinturas y fotografías. En estos espacios populares se levantaron mercados a la moda en arquitectura metálica mediante contratas con una compañía inglesa que edificó sus estructuras desde 1870. En 1956 el mercado de los Mostenses se derribó para dar paso a una construcción más actual; lo mismo sucedió con el mercado de la Cebada que dejó su espacio a un establecimiento comercial modernizado. (Fig. 11 y 12)

La intervención más notable de estos momentos es sin duda la Puerta del Sol, un ensanchamiento en la trama urbana de caserío irregular presidido por la Casa del Correo. En su entorno se reunían el Hospital del Buen Suceso, el convento de Mínimos de la Victoria y el convento de San Felipe el Real, además de contar en sus alrededores con un buen número de edificios religiosos que asomaban sus torres y chapiteles. Con la agilización del proceso desamortizador durante la regencia de Espartero, en 1841 se había derribado San Felipe el Real que había sido considerado por la Real Academia como un edificio único en su clase por su monumental escalera y su espléndido claustro. Su solar fue adquirido por D. Alonso Cordero para



Fig. 11 Mercado de la Cebada, c. 1875.



Fig. 12 Mercado de los Mostenses. Mariano Calvo Pereira. 1875.

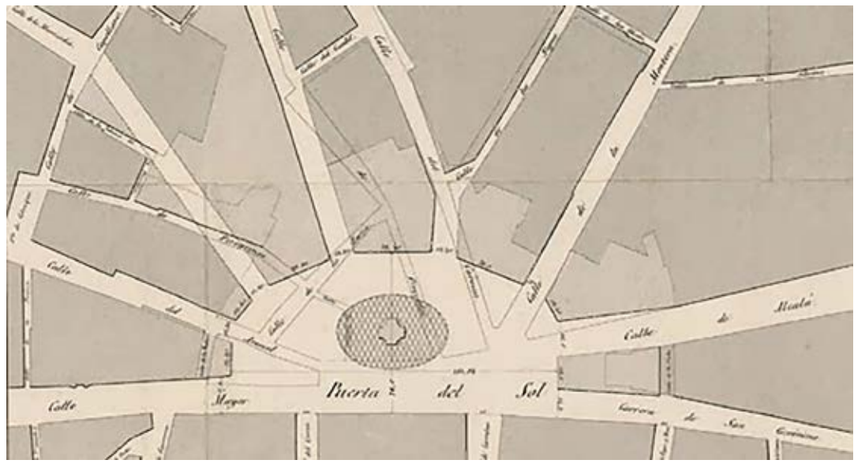
construir viviendas y locales comerciales, quedando una pequeña plaza, Pontejos.

El convento de Mínimos de la Victoria en el arranque de la Carrera de San Jerónimo fue derribado y su solar adquirido por el capitalista Mateo de Murga para la construcción de viviendas, la apertura de una calle y la inauguración de un paisaje comercial a la moda parisina que muy transformado, subsiste en la actualidad.

El Hospital del Buen Suceso, un lugar clave entre las calles de Alcalá y Carrera de San Jerónimo, fue demolido según las disposiciones de 1854 sobre utilidad pública, al quedar englobado en los inmuebles que era necesario demoler para el nuevo trazado de la plaza (Fernández de los Ríos 1876, 164-165). (Fig. 13)

El diseño de la plaza no deja de ser sorprendente, habida cuenta de las propuestas diversas que se presentaron para la remodelación de la Puerta del Sol. Se aceptó el diseño del arquitecto e ingeniero Lucio del Valle que fue aprobada por un Real decreto de 15 de agosto de 1859; estuvo terminada en 1862. El proyecto regularizaba la distribución de las calles que confluían en la plaza y distribuía de forma regular los solares para edificar. Básicamente desaparecía la arquitectura monumental y las viviendas precarias para ser sustituidas por un caserío racional y moderno que incluso se unificaba con la arquitectura clasicista de la Casa de Correos. La preferencia por el proyecto de Lucio del Valle supuso la inclusión del cuerpo de ingenieros en los trazados urbanos, merced a las competencias que la ley les había concedido como funcionarios del Ministerio de Fomento, frente a las competencias adjudicadas a los arquitectos y





a la consideración de la Academia de Nobles Artes como mero órgano asesor. (Fig. 14) (Fig. 15)

Durante la Restauración (a partir de 1874) las aguas volvieron a su cauce y las comunidades religiosas que habían sobrevivido a las mudanzas y que principalmente se ocupaban de la asistencia hospitalaria o la enseñanza, fueron a ocupar con sus casas los amplios solares del ensanche. El ensanche de Madrid propuesto por Carlos María de Castro y aprobado en 1860, recibió y acogió en sus manzanas regulares a comunidades y fundaciones que antes habían ocupado lugares privilegiados del centro urbano como el Hospital del Buen Suceso de la Puerta del Sol o el Convento

[7] El convento dominico del Rosario de Filipinas se mudó a finales del siglo XIX a una parcela del ensanche en la calle de Torrijos, hoy del Conde de Peñalver. Su residencia e iglesia neogótica se derribó en 1967 para dar paso a un conjunto que integra templo, residencia y oficinas, una obra de excelente calidad que levantó el arquitecto Cecilio Sánchez Robles.

Fig. 13 Calotipo de Edward King Tenison: la Puerta del Sol con el hospital del Buen Suceso al fondo antes del derribo. 1853.

Fig. 14 Diseño de Lucio del Valle para la Puerta del Sol. 1857. Archivo Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.



Fig. 15 Foto de época. La Puerta del Sol tras la remodelación, c. 1865.

Fig. 16 Hospital del Buen Suceso, c/ Princesa 43. Obra de Agustín Ortiz de Villajos. 1868.

de la Merced de la calle de San Bernardo[7]. El desarrollo de la ciudad en el siglo XX los ha expulsado del ensanche para salir al extrarradio de la capital. Las que se han mantenido han mudado su arquitectura hasta colmatar las amplias manzanas del ensanche con construcciones de mayor rendimiento económico (Fig. 16), (Fig. 17). Una vez más, la especulación se ha servido de las propiedades religiosas para mudar la imagen de la ciudad, las arquitecturas historicistas han dejado paso al brutalismo de la arquitectura contemporánea.



Fig. 17 Parroquia y conjunto de viviendas del Buen Suceso. 1982. Manuel del Río Martínez y otros.

BIBLIOGRAFÍA

ANTIGÜEDAD, María Dolores. 1999. *El patrimonio artístico de Madrid durante el Gobierno Intruso (1808-1813)*. Madrid, Ed. Universidad Nacional de Educación a Distancia.

ANTIGÜEDAD, María Dolores. 1998. "El Museo de la Trinidad y los orígenes del museo público en España". *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid, UNED, serie VII, nº 11: 367-396.

BELLO, Josefina: 1997. *Frailes, Intendentes y Políticos: los Bienes Nacionales*. Madrid, Ed. Taurus.

FERNÁNDEZ DE LOS RÍOS, Ángel, 1868. *El futuro Madrid. Paseos mentales por la capital de España, tal cual es y tal cual debe dejarla la revolución*. Madrid, Imprenta de la Biblioteca Universal Económica. 1989. Nueva edición, Barcelona, Libros de la Frontera.

FERNÁNDEZ DE LOS RÍOS, Ángel, 1876. *Guía de Madrid. Manual del madrileño y del forastero*. 1982. Edición facsímil, Madrid, Monterrey Ed.

MADRAZO, Pedro de. 1835-36. "Demolición de conventos", *El Artista*. Madrid, tomo III. 97-100.

MADOZ, Pascual: *Diccionario Geográfico-Estadístico de España y sus posesiones de Ultramar*. Tomo V. *Madrid, Audiencia, provincia, intendencia, vicaría, partido y villa*. Madrid, 1848. 1999. Ed. Facsímil, Madrid, Ed. Agualarga.

MESONERO ROMANOS, Ramón de. 1931. *Manual de Madrid*. Madrid, Imprenta de M. de Burgos. 1989. Edición facsímil, Madrid, revista *Alfoz*.

NIEVA, Josef María de: *Decretos de S. M. la Reina Isabel II, dados en su nombre por su Augusta Madre*. 1837. Madrid, Imprenta Nacional.

*Paseo por Madrid o Guía del Forastero en esta Corte...*1815. Madrid, Imp. De Repullés.

Plano de la Villa y Corte de Madrid en sesenta y quatro láminas, que demuestran otros tantos barrios en que está dividida...por D. Fausto Martinez de la Torre y D. Josef Asensio. (1800). Madrid, En la Imprenta de Don Joseph Doblado.

Prontuario de las Leyes y Decretos del Rey Nuestro Señor Don José Napoleón I, desde el año 1808. 1810. Madrid, Imprenta Real.

RUÍZ PALOMEQUE, Eulalia. 1976. *Ordenación y transformaciones urbanas del casco antiguo madrileño durante los siglos XIX y XX*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Estudios Madrileños.

RUEDA, Germán. 1986. *La desamortización de Mendizábal y Espartero en España*. Madrid, Ed. Cátedra.

SIMÓN SEGURA, Francisco.1969.*Contribución al estudio de la desamortización en España. La desamortización de Mendizábal en la provincia de Madrid*. Madrid, Instituto de Estudios Fiscales.

TOVAR, Virginia. 1983. *Arquitectura madrileña del siglo XVII (Datos para su estudio)*. Madrid, Ed. Instituto de Estudios Madrileños.

DA CONSTRUÇÃO À DESCONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS CONVENTUAIS DO PERÍMETRO CITADINO LAMECENSE

CARLA SOFIA FERREIRA QUEIRÓS
Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Assistente Convidada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.
carla.sofiaqueiros@gmail.com

RESUMO

Uma viagem pelo tempo e no tempo, ao compasso das gentes e ao sabor da história.
Por entre memórias, vestígios arqueológicos e edificações, propomos uma reflexão e, ao mesmo tempo, um estudo comparativo entre os conventos da cidade de Lamego, uns a que ainda o nosso olhar se prende, ainda que por entre edificações modernas, outros que passam despercebidos tal é a sua descaracterização e, ainda, aqueles que desapareceram à mercê das políticas urbanísticas da época, num século marcado pela diminuição e consequente perda da importância da religião nos diversos campos da vida social.
Símbolos de um passado, uma identidade que a todo custo pretendemos manter e preservar, estes espaços onde outrora Clarissas, Carmelitas, Franciscanos, Eremitas de Santo Agostinho e Cónegos Seculares de São João Evangelista exerceram um papel fundamental na evangelização, hoje, são espectros desses séculos onde a Fé Católica exercia um lugar preponderante no quotidiano de todos, *ad intra* e *ad extra*.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTO | PERÍMETRO | PATRIMÓNIO | URBANISMO | SECULARIZAÇÃO

ABSTRACT

A journey through time and time, at the rhythm of the people and the flavor of the history. Through memories, archaeological remains and buildings, we propose a reflection and at the same time, a comparative study of the convents of the city of Lamego, ones that even our gaze holds, even among modern buildings, others that go unnoticed such is its mischaracterization and also those who disappeared at the mercy of urban policies of the time, a century marked by the decline and loss of importance of religion in the various fields of social life.
Symbols of a past, an identity that at all costs we intend to maintain and preserve, these spaces where once Clares, Carmelites, Franciscans, Hermits of St. Augustine and the Secular Canons of St. John the Evangelist played a key role in evangelization, today are spectra of these centuries where the catholic faith played a dominant role in the daily lives of everyone, *ad intra* and *ad extra*.

KEYWORDS
CONVENT | PERIMETER | HERITAGE | URBANISM | SECULARIZATION

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introdução

Símbolos da ordem religiosa, mas também social, política e económica, desde a sua fundação, os conventos funcionaram como autênticos centros de poder. Gigantes núcleos de produção cultural, artística e científica, verdadeiros pólos de conhecimento, servindo, algumas vezes, como residência de aristocratas e burgueses, desempenharam, igualmente, um papel fundamental na expansão urbanística e na sua renovação. Por outras palavras, podemos considerar os conventos como centros dinamizadores, aglutinadores e dispersores, ocupando uma posição de destaque no traçado das cidades, constituindo marcas incontestáveis e inconfundíveis no território, muito devido à sua configuração espacial.

Em Portugal, o processo de extinção das ordens religiosas e o consequente encerramento das suas casas e secularização, resultante da nova legislação produzida pelo liberalismo nas primeiras décadas do século XIX, tiveram repercussões dramáticas não só ao nível destes espaços conventuais, mas também na própria configuração territorial e leitura das paisagens das cidades. Fruto das transformações ocorridas nas cidades do século XIX que impuseram uma nova dinâmica urbana, novos ritmos e novas formas de pensar e sentir, nos séculos XX e XXI assistimos ao nascimento de uma mentalidade coletiva que se preocupa, cada vez mais, com as suas origens e a sua história, numa ânsia sem precedentes de encontrar elementos de referência e referenciadores da sua existência, regressando a um passado longínquo, fruto da falta de identidade que todos nós sentimos num mundo cada vez mais global. Todos os dias somos confrontados com uma classificação exagerada e exaustiva de tudo o que nos rodeia, apelidando estes bens de património. Assistimos, na sociedade contemporânea, a este regresso ao passado, quer pela intensa atividade e programação cultural que se nos depara diariamente, a "festa contínua da anamnese" (Lacroix 1997, 18), em que tudo se festeja e tudo se procura, de forma a esclarecer o sentido das coisas que as constantes transformações acabaram por desfigurar e matar, quer pelo regresso às raízes, às nossas origens que todos nós procuramos, com a esperança de encontrar um pouco de paz, isolamento e meditação, longe do frenesim das grandes metrópoles.

O modelo citadino criado a partir de meados do século XIX, fruto da legislação liberal, é, muitas vezes, incompatível com a organização da cidade antiga, conduzindo, quase sempre, à sua destruição, já que muitos dos edifícios históricos não se coadunam com as novas infra-estruturas das cidades contemporâneas. Sobre esta questão, Leonardo Benevolo levanta algumas questões pertinentes: a primeira, saber qual é o equivalente, em dinheiro, de uma recordação; e a segunda, até que ponto se pode e deve sacrificar a funcionalidade ou o rendimento de uma cidade contemporânea para conservar um edifício ou parte de uma cidade que herdámos do passado (Benevolo 2011, 74).

Porém, a relação do ser humano com o património nem sempre se manifesta de forma coerente. A história tem-nos ensinado que as boas ações, muitas vezes, são acompanhadas de más intenções. A este propósito Michel Lacroix estabelece, neste relacionamento, três tipos de pessoas: aquelas que destroem só por destruir, por gozo,

por vandalismo, ao que chama o Homem Destruidor; aquelas que são negligentes, que não se preocupam com o que faz parte da sua história, que são indiferentes a tudo o que as rodeia, a que apelida de Homem Negligente; e aquelas que são as responsáveis pela modernização, que apregoam que tudo está em constante mudança e que a mudança, qualquer que seja, é benéfica, e, por isso mesmo, este é o maior dos inimigos que a sociedade hoje enfrenta, o Homem Modernizador (Lacroix 1997, 65-75).

Os conventos da cidade (fig. 1)

A cidade de Lamego não ficou alheia a esta modernização e às mudanças.

Após a extinção das ordens religiosas, por decreto assinado a 28 de maio de 1834 e publicado a 30 de maio, inventariados os seus bens e à semelhança do que acontece por todo o país, os conventos sofrem destinos diferentes, permitindo que outras soluções sejam apresentadas para estes espaços, de forma a poderem continuar a ter um papel importante na nova paisagem que se ia projetando, ainda que sem a importância de outros tempos, passando muitas destas soluções, infelizmente, pela sua total aniquilação. Sobrepondo-se, agora, o século à clausura, encontramos uma diversidade de situações bem distintas: desde espaços conventuais que desapareceram sem deixar qualquer tipo de vestígio, exceto alguns bens móveis que se encontram à guarda do Museu de Lamego; a espaços que, fruto dos novos traçados urbanos e das novas exigências de urbanização, foram sendo mutilados até à sua total aniquilação; e outros que sobreviveram, mantendo parte das suas estruturas ou a totalidade, ainda que transformadas e adaptadas a novas funcionalidades (Pereira 2007; Rebelo 2001). Exceção feita ao Recolhimento de Santa Teresa, os restantes quatro conventos mantêm uma característica em comum, a igreja, que subsiste. Ora, se atentarmos ao sucedido em todo o país, percebemos que a história dos destinos destas casas se repete. Os antigos espaços religiosos convertem-se em espaços lúdicos e públicos. Onde antigamente freiras e monges rezavam, agora diverte-se e trabalha o povo em feiras, mercados e jogos ou aquartelam-se os batalhões na defesa da pátria.

Uma nova mentalidade surge, fruto do liberalismo e dos seus ideais. Uma nova dinâmica urbana é imposta às cidades, e Lamego não foge à regra. A cidade vai crescendo à custa destes espaços e, sobretudo, das suas cercas.

Segundo Carvalho da Costa na sua *Corografia* (Costa 1708, 155-177), em 1708, Lamego, além de inúmeras capelas, possuía três conventos de frades e mais um de freiras. Estranho é que não faça qualquer menção ao Recolhimento de Santa Teresa que andaria a ser construído desde 1702, como é referido nas *Memórias Paroquiais de 1758*.

Seguindo o raciocínio de Pinho Leal, no dealbar do último quartel do século XIX "a cidade é pequena e triste e as ruas (como as das nossas povoações antigas) são estreitas, tortas, immundas e mal calçadas. Todavia as camaras n´estes últimos annos, alguma cousa têem feito para melhorarem a cidade; mas, ainda assim, precisa muita cousa, para se collocar nas comdições que o actual desenvolvimento da civilisação reclama" (Leal 1874, 36).

Foi, pois, graças a este desenvolvimento, à ação desenfreada da Câmara de Lamego e de alguns notáveis, que as antigas, estreitas e mal cheirosas ruas da cidade

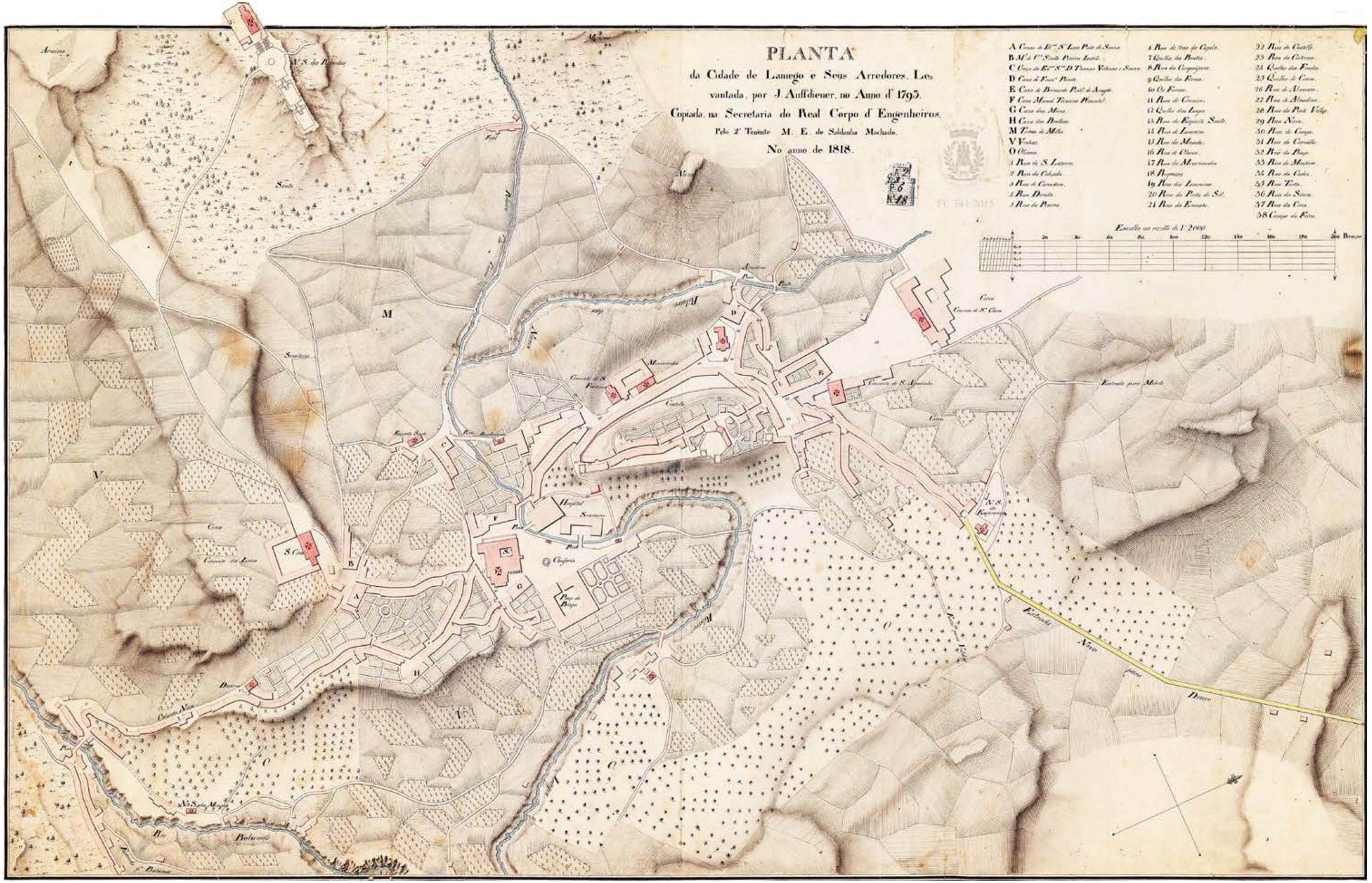


FIG. 1 Planta da cidade de Lamego e seus arredores, levantada por J. Auffdiener, em 1793 e copiada por Manuel Epifânio de Saldanha Machado, em 1818. (GEAEM/DIE).

deram lugar a novas e largas avenidas, onde tílias e acácias trataram de repor o ambiente perfumado que outrora era frequentemente interrompido pelas imundices dos rios que passavam pela cidade e que transportavam todas as descargas.

Considerado o maior renovador de Lamego, na segunda metade do século XIX, o Visconde Guedes Teixeira, homem bastante influente, tendo estado à frente dos desígnios da cidade durante alguns anos, "transformou Lamego, fazendo desaparecer ruas tortuosas, apertadas travessas, becos sujos, e quebrando o isolamento pela míngua de estradas" (Laranjo 1993, 63). Porém, esta renovação fez-se à custa de muita destruição do património, sobretudo, eclesiástico, aliás, como em grande parte das localidades, fruto da política da época. O Visconde foi "o homem modernizador" de que fala Michel Lacroix, que, à custa da modernização e escudado pelo brasão do progresso, tudo fez porque é legítimo, possível, e, por isso mesmo, prejudicial à salvaguarda do património, recorrendo muitas vezes à destruição e demolição deste para substituir tudo isto por bairros modernos, mais rentáveis, símbolos da modernidade e prosperidade.

As primeiras notícias referentes aos conventos de Lamego, neste período conturbado dos inícios do século XIX, remontam a 1813. Neste ano, face às queixas do Bispo de Lamego sobre as condições em que se encontravam as casas religiosas e as diversas capelas, perante os frequentes aquartelamentos, servindo estes espaços inúmeras funções das tropas, como armazém de pólvora, de víveres e açougue, é trocada diversa correspondência com as várias autoridades locais. Entre a correspondência trocada, encontra-se uma *Relaçam dos Conventos, e Capellas, que nesta Cidade de Lamego se achão occupadas, e que se tem occupado com tropa, e com munições de bocca, e de Guerra*, realizada pelo juiz de fora de Lamego e datada de 8 de Abril,[1] com informações preciosas sobre estes espaços.

Convento das Chagas

Pertencente à Ordem de Santa Clara, a primeira pedra foi lançada no ano de 1588. Com o tempo, as religiosas empenharam-se no seu adorno, muitas delas com as próprias mãos, e o mosteiro foi crescendo fruto dos dotes de muitas das freiras e doações, praticando-se, em tudo, os mesmos modos de viver do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique, de onde vieram as primeiras religiosas (Esperança 1656, 234-238). Situado na saída da cidade e num campo, segundo Frei Manoel da Esperança, o convento é descrito em 1758 como "[...] muy exemplar, com religiozas de muyta virtude [...]".[2]

Nos Processos de Extinção dos Conventos encontram-se três inventários referentes a este, realizados em 1858, 1897 e 1906.[3] O primeiro descreve-nos o convento e edifícios anexos, mencionando a excelente qualidade da igreja e dando-nos com precisão a localização do espaço conventual e respetiva cerca.[4] O segundo inventário[5] refere o péssimo estado em que se encontram muitas das dependências do convento. Finalmente, o terceiro inventário[6] é realizado logo após a morte da última abadessa, ocorrida em 10 de maio de 1906, e coincide com o segundo. A partir desta data extingue-se o convento, e multiplicam-se as entidades que solicitam os seus bens. A encabeçar esta lista, o Bispo de Lamego, que, no mesmo dia, solicita a entrega do

[1] AHM/DIV/1/14/244/01, fls. 7-8v. (As folhas, à exceção da nº 7, não se encontram numeradas, repetindo-se, por isso, a seguir à 8v uma outra com o nº 8 que já não faz parte desta relação).

[2] ANTT, Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42, fl. 358. Cfr. Queirós 2002, 607.

[3] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2058, cx. 2059 e cx. 2060.

[4] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2058, Capilha 1, fls. 1-3v. *Vide* Silva 2002.

[5] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2059, Capilha 5, fls. 1-20v.

[6] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2059, Capilha 6, fls.1-17.

convento e alfaias litúrgicas, já que lhe tinham sido cedidos, por morte da última abadessa, por decreto de 13 de julho de 1895, para nele funcionar o Seminário Diocesano.[7] Porém, esta concessão era provisória, devendo reverter à Fazenda Nacional caso os bens não fossem aplicados nas condições para que foram cedidos ou quando o estado o achasse conveniente. A 14 de maio de 1906, é a vez do presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portugueses, que sugere que no espólio dos conventos extintos havia mobília que poderia ser utilizada pela associação para a sala das suas sessões, onde, além de cumprir a sua função, ficaria em exposição como obra de arte para os visitantes nacionais e estrangeiros que visitassem o Museu Archeologico do Carmo. Ainda em 1906, um ofício da Secretaria Geral das Bibliotecas e Archivos Publicos solicita a recolha de todos os livros impressos e manuscritos existentes no convento.[8] Logo em 23 de outubro de 1907, outro ofício, agora da Repartição de Obras Públicas autoriza a entrega de algumas dependências do convento para se instalar a secretaria da 4.ª Secção de Construção da Direcção de Obras Publicas do Distrito de Viseu.[9] Através das atas das sessões de câmara e após a Implantação da República, conseguimos perceber as diversas fases do destino do convento até à sua destruição. Assim, em sessão de 13 de outubro de 1910, são pedidos o edifício e cerca para aí se instalarem as Escolas Primárias, anulando a concessão feita ao Bispo, alegando a concessão provisória e o facto de o Bispo nunca ter dado ao edifício e cerca a aplicação para o qual foram concedidos.[10] O convento foi, finalmente, cedido à câmara nos termos do decreto de 29 de outubro de 1910, e a igreja cedida à Santa Casa da Misericórdia por escritura de permuta de 1 de julho de 1913, quando esta ficou sem a sua, em 1911, em virtude de um incêndio que praticamente a destruiu (Queirós 2011, 173-175). A partir da sessão de 8 de janeiro de 1914 é proposto o arrendamento da parte cultivada da cerca,[11] e dá-se conta das diversas obras que estão a ser executadas em Lamego, sendo de particular interesse a continuação da Avenida da Alameda ao lado da Quinta de Alvorações,[12] de grande importância na definição do novo espaço envolvente deste convento. Em sessão de 13 de novembro de 1929, foi lido um ofício comunicando que, além dos 15.000 m2 oferecidos pela câmara para a construção do novo edifício do Liceu na cerca do convento, eram necessários mais 5.000 m2, tendo para isso a câmara de expropriar terrenos particulares.[13] Em sessão de 3 de janeiro de 1930, além de serem estipuladas as cláusulas de doação, refere-se que a construção deveria iniciar-se dentro de dois anos, até ao máximo de três.[14]

O *Aviso de concurso para a elaboração do projeto do edifício destinado à instalação definitiva do Liceu Latino Coelho* surge em meados do ano de 1930,[15] e, em 10 de outubro, o júri atribui o primeiro lugar ao projeto "Quivis Unus" (setembro de 1931 — dezembro de 1936), do arquiteto Cottinelli Telmo, que faz tábua rasa do Convento das Chagas.[16] Em outubro de 1931, já o edifício do convento andava a ser demolido porque tinham sido pedidos os materiais para o edifício da Sé.[17] (fig. 2)

Totalmente destruído o convento e a quase totalidade da cerca, funcionou neste espaço, desde janeiro de 1937, altura em que é inaugurado o Liceu, na parte mais a norte, a casa do reitor, mais tarde convertida na Direção do Ciclo Preparatório, espalhado por diversos pavilhões

[7] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2060, Capilha 7.

[8] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2060, Capilha 7.

[9] ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2058, Capilha 1.

[10] AHML, Lv. 46, fls. 92-92v. Cfr. ANTT, Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2059, Capilha 6.

[11] AHML, Lv. 49, fl. 53v. e 55.

[12] AHML, Lv. 48, fl. 65v e 66v.

[13] AHML, Lv. 53, fl. 274.

[14] AHML, Lv. 53, fl. 300-302.

[15] Diário do Governo, II série, n.º 144 de 25-06-1930, p. 2013.

[16] SIPA, Liceu Latino Coelho / Escola Secundária Latino Coelho, IPA.00014200.

[17] AHML, Lv. 54, fl. 75 (Sessão ordinária de 28 de outubro de 1931) e fl. 83 (Sessão ordinária de 9 de dezembro de 1931).



FIG. 2 Lamego. Igreja do Convento das Chagas (anterior a 1931). Porta sul. (http://noticiasdelamego.com/concelho-em-fotos/lamego-antigo).

pré-fabricados até ao limite do liceu, agora Direção do Agrupamento de Escolas Latino Coelho. No espaço que outrora foi a entrada do convento funciona, atualmente, o Pavilhão Desportivo Álvaro Magalhães.

Convento de Nossa Senhora da Piedade

Em 20 de novembro de 1722, é feito um relato histórico por dois frades da Ordem com tudo o que acharam no "pequeno e moderno cartorio deste convento e tão moderno que he o ultimo desta Provincia dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho de Portugal, por isso, tão destituido de muitas noticias e antiguidades".[18] Segundo este relato, em 6 de outubro de 1629 entraram em Lamego os primeiros religiosos para fundarem este convento, e, em 28 de agosto de 1630,[19] foi lançada a primeira pedra da capela-mor, junto à Rua do Carvalho e entrada para o campo do Tablado, finalizando-se em 1647, após terem caído por diversas vezes as suas paredes.

Sofrendo, desde sempre, com os aquartelamentos até ter sido queimado por tropas que aí se encontravam, entre 1810-1811, e vivendo alguns religiosos no que sobrou, mas não voltando a ser ocupado por militares, nem servindo de armazenamento por falta de capacidade,[20] segundo o inventário de extinção do convento realizado a 14 de julho de 1834,[21] os seus bens eram poucos. Do processo de extinção apenas consta um edital para quem quisesse fazer lanços nos bens móveis e frutos da cerca[22] e uma breve descrição dos altares da igreja. A partir de 1835, a Câmara, queixando-se do "vexame" que sofrem os lamecenses por terem aquartelados os soldados do Regimento de Infantaria n.º 6 há mais de cinco meses, envia uma representação à Rainha expondo que há na cidade dois conventos vagos, sendo que um já está ocupado com parte do regimento e o outro se acha devoluto por faltarem oficinas próprias para quartéis. Para isso, pede que sejam tomadas providências para se fazerem as obras para o quartel no convento vago dos frades gracianos.[23] (fig. 3)

Este convento, o primeiro a ser descrito na *Relação de Bens de Conventos Extintos no Distrito do Concelho de Lamego*, datada de julho de 1835, "comprehende Igreja, Convento quase arruinado em parte, Claustro apenas principiado, e a Cerca contigua com Vinha, arvores e Campo". Relativamente à pretensão da Câmara, esta diz que o convento tem todas as comodidades para ser um bom quartel, acrescentando que o estado incompleto e de ruína em que se encontra é uma mais-valia para qualquer utilidade e funcionalidade que vier a ter.[24]

Uma nova representação à Rainha, datada de 12 de dezembro de 1835, acrescenta que o que se pedia, agora, era o claustro do convento, de pouco valor, não só pelo local, mas também pelo estado, apenas começado, separado

[18] ANTT, Manuscritos da Livraria, n.º 673 (32): *Notícias do Convento de Nossa Senhora da Piedade da cidade de Lamego da Ordem de [...] Santo Agostinho*, in Memórias da Província de Portugal da Ordem de Santo Agostinho, fls. 174-177v.

[19] ANTT, Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42, fl. 358. Segundo esta descrição convento teria sido fundado em 23 de outubro de 1637. Cfr. Queirós 2002, 603.

[20] AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.

[21] ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Piedade de Lamego, cx. 2222.

[22] ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Piedade de Lamego, cx. 2222, fls. 20 e 24v.

[23] AHML, Lv. 8, fl. 34.

[24] AHML, Lv. 8, fls. 45-45v e 47-47v

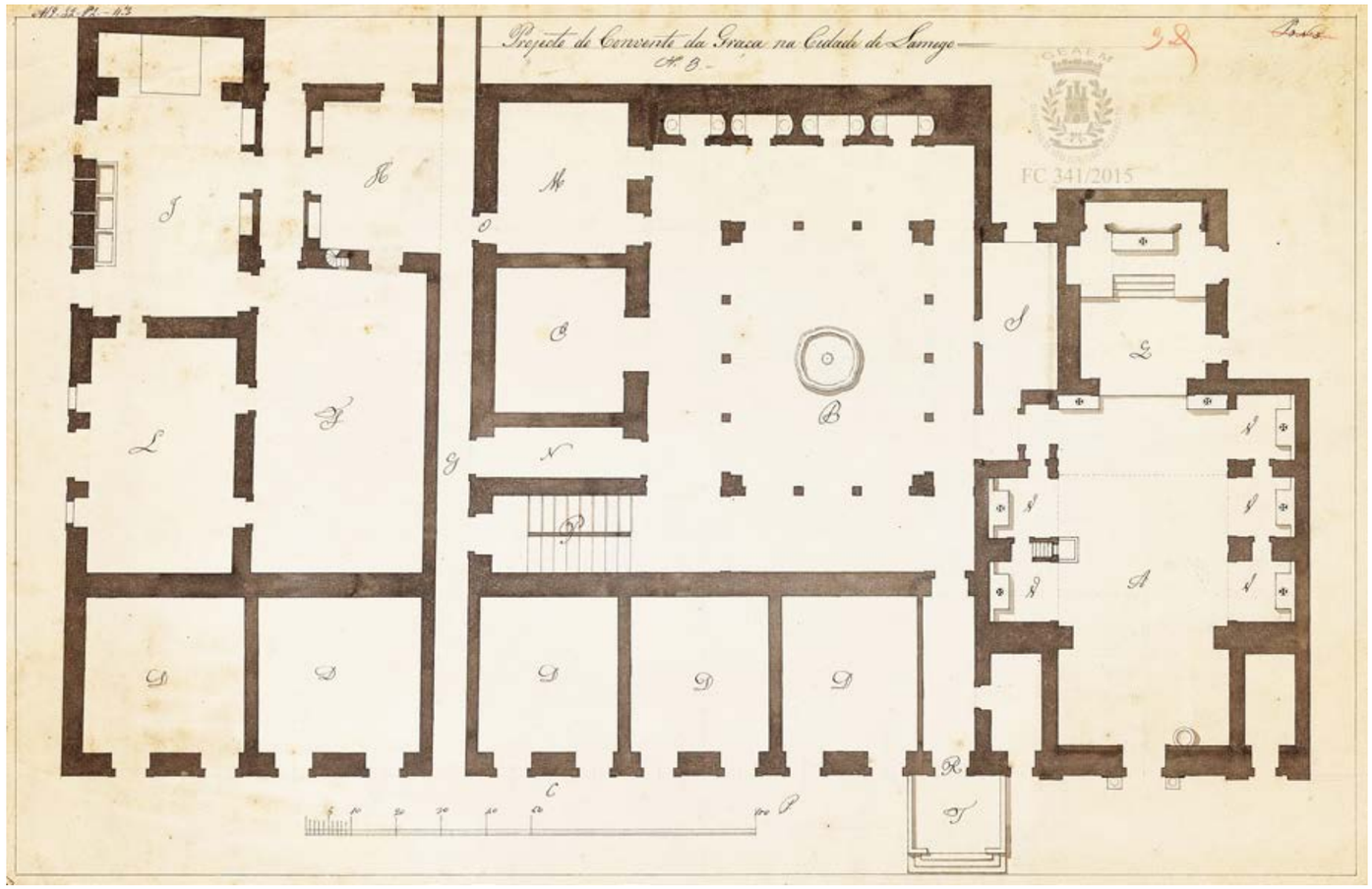


FIG. 3 Lamego. Planta do Convento de Nossa Senhora da Piedade, posterior a 1811. (GEAEM/DIE).

da cerca por um caminho público e encravado entre propriedades particulares.[25]

Em ata da sessão de 16 de outubro de 1841,[26] a Câmara fica na posse do convento para nele ser estabelecida a Roda dos Expostos e, em sessão de 23 de outubro do mesmo ano,[27] a Câmara pede a concessão da cerca para a abertura da rua que se quer fazer desde o Campo do Tablado até à Capela de Nossa Senhora da Esperança. Porém, em sessão de 3 de novembro de 1841,[28] compareceu o Coronel do Batalhão n.º 9, que disse ter recebido ordem superior para se estabelecer em Lamego um "Depozito de cento e cincoenta Emigrados Hespanhóes" e que, por isso, solicitava a permissão para alojar as praças no Convento da Graça ou noutro. No final do ano de 1841, sabemos que as pedras deste convento começaram a ser roubadas,[29] e, face ao sucedido, em ata da sessão de 6 de abril de 1842, a câmara refere que no convento se anda a reparar um local para a Administração, porque o vigário do bispado se queixava da presença da Administração no Paço Episcopal, atual Museu de Lamego, requerendo o espaço para a instalação do cartório da câmara eclesiástica.[30] Já em sessão de 6 de julho, temos conhecimento de que a transferência da Administração se está a fazer.[31] Nesta mesma sessão, é também tratado o assunto da mudança da praça dos cereais que funcionava no claustro deste convento para o Campo do Tablado. Em 17 de agosto deste ano, o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, informa-nos da necessidade da câmara em mudar para outro edifício o arquivo e também de ter uma sala onde se possam fazer as reuniões, pedindo, para isso, autorização para fazer os arranjos necessários no convento.[32] Por decreto de 21 de fevereiro de 1844, a Rainha autoriza a câmara a fazer as obras solicitadas para estabelecer na "parte restante do edifício do extinto Convento dos Gracianos d'aquella cidade os Paços do Concelho, a Caza da Administração d'elle e o Tribunal Judicial" tal como tinha pedido.[32]

[25] AHML, Lv. 8, 72v-73

[26] AHML, Lv. 30, antigo 14, fls. 26-26v.

[27] AHML, Lv. 30, antigo 14, fls. 26v-27.

[28] AHML, Lv. 30, fls. 27v-28v.

[29] AHML, Lv. 30, fl. 29.

[30] AHML, Lv. 30, fl. 48.

[31] AHML, Lv. 30, fl. 60.

[32] ANTT, Ministério do Reino, Lv. 1585, fl. 75v.

[33] ANTT, Ministério do Reino, Lv. 1585, fl. 128-128v.

Em 12 de março de 1845 ainda não tinham começado as obras,[34] e, em 23 de março, é proposta a redução das verbas.[35] Em 13 de agosto, o presidente explica o orçamento suplementar para levantar o frontispício do convento.[36] Embora conscientes da quantia exorbitante necessária para as obras, em 27 de agosto é discutido e aprovado o orçamento suplementar.[37] A obra é arrematada no dia 17 de setembro pelo mestre pedreiro do Santuário dos Remédios, Manoel Domingues Barreira,[38] que teria, mais tarde, desistido da mesma. Envolta em polémica por ser considerada sumptuosa face à miséria em que se vivia, a obra acabou por ser suspensa.[39] Contudo, em sessão de câmara de 7 de janeiro de 1852, já se fala em cobrir de telha as paredes novas do edifício da Graça.[40] Em nova sessão de 21 de novembro de 1856, a câmara pede a concessão da cerca, tendo-lhe sido concedida uma parte mais tarde, ao mesmo tempo que solicita que se impeça o roubo de árvores e sepas da mesma, deliberando a câmara, após a concessão, que as árvores existentes na cerca, "menos as que existem alinhadas ao longo da parede que confina com o campo do Tabellado e estrada que vai para Alvoraçaes, e as sepas de vinha e ramadas que se concervão na mesma cerca", fossem vendidas em hasta pública no dia 10 de dezembro.[41] Em ata da sessão de 6 de junho 1860, fala-se de 400$000 réis para a Alameda Municipal, isto é, o terreno da cerca do convento que foi concedido para feiras e mercados, e ainda permitindo a criação de um viveiro de árvores para plantar uma alameda, além da porção necessária para a estrada em continuação à de Portelo até ao Cruzeiro, acrescentando-se que este terreno se achava bastante desarranjado.[42] Dois anos mais tarde, em ata da sessão de 21 de maio, um dos vereadores apresenta a conta corrente das obras feitas no terreno que foi cerca do convento, sem qualquer encargo para o município. A mesma ata refere que "tendo a Câmara de 1854 suplicado ao Governo de Sua Magestade a concessão da cêrca do convento dos extinctos Gracianos para n'ella abrir hua estrada de communicação da cidade com a do Douro e local para feiras e mercados, se valera da protecção do Digno Par do Reino o Excellentissimo José Isidoro Guedes a cuja importante deligencia e infatigável zelo devêo aquella Câmara a concessão do terreno pedido, por Carta de Lei de 21 de Junho de 1856". Isidoro Guedes, além do dinheiro oferecido à câmara para as obras da Alameda, teria comprado nos viveiros da capital duzentas árvores que, igualmente de forma gratuita, ofereceu à câmara para serem plantadas no dito terreno.[43] Por outras palavras, teria sido o responsável pela aquisição da cerca, o mentor da obra, o encarregado da execução e o patrocinador.

Atualmente, do antigo convento só existe a igreja. Segundo Francisco Cordeiro Laranjo, este templo ainda tinha um pórtico renascentista, em 1925, entretanto também desaparecido, aquando das obras de alinhamento da Rua Marquês de Pombal (antiga Rua do Carvalho), ficando dos velhos tempos a "mutilada igreja que mais parece inestético casarão" (Laranjo 1989, 9, 93). Parte do claustro foi convertido em parque de estacionamento da Câmara Municipal de Lamego, e no local onde em tempos estiveram as dependências conventuais encontram-se os serviços da Câmara. A cerca acabou por desaparecer, quase na totalidade, conservando-se, pensamos, apenas alguns troços que servem hoje de muros de quintais privados.

34 AHML, Lv. 31, fl. 3v.

35 AHML, Lv. 31, fl. 5v

36 AHML, Lv. 31, fls. 15v-16.

37 AHML, Lv. 31, fl. 16v.

38 AHML, Lv. 31, fl. 17v.

39 AHML, Lv. 31, fl. 46-46v.

40 AHML, Lv. 31, fl. 186v.

41 AHML, Lv. 32, fls. 182 e 183.

42 AHML, Lv. 33, fl. 93v.

43 AHML, Lv. 33, fl. 151v-152.

Convento de Santa Cruz

Após cento e cinquenta e sete anos no Convento de São Jorge de Recião[44], os Cónegos foram convidados a mudar para um novo espaço mandado edificar por Lourenço Mourão Homem, que doou a sua quinta e morgado de Vila de Rei para neles se edificar o novo convento. A obra iniciou-se em 14 de setembro de 1596, "dia da Exaltação da Cruz, que havia de ser o Orago [...]" (Maria 1697, 409-410), num sítio alto, bem arejado e salutar: a norte, com vista para quase toda a cidade; a sul, com vista para o rio Balsemão, campos, montes e arvoredo. Após o entusiasmo dos primeiros dois anos, as obras continuaram lentamente, de tal forma que, passados trinta e sete anos, apenas o convento estava em condições de ser habitado. A igreja, inaugurada em 1632, passados alguns anos arruinou-se, até que no ano de 1676 foi novamente aberta ao público. Era considerada das melhores da Província da Beira, embora em 1697 ainda não estivessem todas as capelas laterais concluídas, como se prova na *Crónica* (Maria 1697, 411-414)[45] e por comparação com as *Memórias Paroquiais de 1758*. Faltando ainda parte do dormitório voltado para sul, o cronista diz-nos que em poucos anos o Convento estaria perfeito (Maria 1697, 414). Tinha mais "[...] hua grandissima cerca e varias quintas [...]".[46] A partir de 1809[47] é transformado em hospital militar e no inventário de extinção do Colégio de Santa Cruz, como é designado, iniciado em 2 de julho de 1834[48] descreve-se a igreja, os bens vindos do convento de Recião e menciona-se que a cerca é posta em arrematação juntamente com o pomar e outros bens.

No livro de registo de correspondência da Câmara de Lamego, datado entre 1834-1836[49], encontra-se um ofício, de 1834, onde se lê uma explicação da câmara sobre a conveniência de mudar o hospital civil da Misericórdia para o edifício do convento dos Lóios e da "Caza da Municipalidade" para a do hospital.

Em ato de câmara de 22 de abril de 1835, é exigida uma relação dos bens rústicos e conventos suprimidos situados no concelho de Lamego acompanhada de uma declaração da pretensão da câmara sobre qualquer um deles.[50] Sobre este assunto, a já referida *Relação de Bens de Conventos Extintos no Distrito do Concelho de Lamego*, de 1835, refere que o convento é composto de uma bela igreja, um grande convento, um terreno ajardinado contíguo ao mesmo convento e a todo o seu comprimento, e de uma grande cerca murada, cultivada de vinha e de algumas árvores e uma casa onde funciona o lagar. Possui outra quinta pegada e dividida pelo muro da cerca que se compõe de campos e leiras e soutos, denominada de Vila d' El Rey. É também pretensa da câmara a parte da cerca ajardinada junto ao convento para se cultivarem plantas medicinais e recreio dos convalescentes.[51] Em ato da câmara de 15 de julho do mesmo ano, é apresentado um ofício com a pretensão de que o Comandante do Regimento de Infantaria n.º 6, acantonado na cidade de Lamego, tem direito a uma parte deste convento para ali estabelecer o hospital regimental em consequência da ordem que recebeu do Ministério da Guerra. A câmara responde, dizendo que não está de acordo, e, em 24 de fevereiro de 1836, um ofício do Ministério do Reino dá-nos conta do pedido que a câmara faz de ficar com o edifício do convento para hospital civil e a cerca para vendê-la e aplicar o seu dinheiro no hospital. Porém, em 8 de fevereiro, são requisitados pelo Ministério da

[44] Situado a pouca distância de Lamego e mandado edificar por Dona Dordia Odoris, viúva de D. Soeyro, fidalgo ilustre, pelos anos de 1140, dedicado a São Jorge. De freiras da ordem de São Bento, onde permaneceram até 1435, altura em que este mosteiro atingiu um estado de ruína tal, que só restavam duas religiosas, sendo devoluto ao Bispo que logo remeteu os autos para o Papa, perguntando-lhe se o queria incorporar na Congregação dos Cónegos de São João Evangelista, ficando na posse, a partir de Breve de 10 de Julho de 1436, dos Cónegos de Vilar. *Vide* Maria 1697, 401-404.

[45] Sobre a igreja e respetivos altares de talha dourada *vide* Queirós 2002, 192-195, 206-207, 209-210, 240-241, 255-257 e 283. Somente a primeira capela da parte do Evangelho, dedicada a Nossa Senhora da Piedade e a primeira capela do lado da Epístola, dedicada à Nossa Senhora dos Remédios, se encontravam ornadas. Cfr. Queirós 2002, 154.

[46] ANTT, Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42, fls. 293-294. Cfr. Queirós 2002, 633.

[47] AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.

[48] ANTT, Ministério das Finanças, Colégio de Santa Cruz de Lamego, cx. 2221.

[49] AHML, Lv. 8, fls. 25-25v.

[50] AHML, Lv. 29, fls. 44-44v.

[51] Continua com a descrição dos bens que pertencem ao convento, nomeadamente, algumas quintas fora da cidade de Lamego. AHML, Lv. 8, fl. 46v.



FIG. 4 Lamego. Convento de Santa Cruz (actualmente, quartel do CTOE), 2007. (Kymagem).

Guerra para quartel do 1.º Batalhão de Infantaria e, em 22 de julho de 1839, para quartel do Batalhão de Infantaria n.º 9.[52] O edifício do convento e a parte da cerca que servia de horta acabaram por ser concedidos ao Ministério da Guerra, em 1842, para quartel e hospital do Batalhão de Infantaria n.º 9, tendo o Ministério pedido o resto da cerca, no mesmo ano, para aumento da horta, o que lhe foi negado, e, por despacho de 3 de abril de 1852, foi mandada vender o resto da cerca[53].

Atualmente, a igreja do convento mantém-se em bom estado de conservação, assim como o espaço conventual, embora alterado para adaptações a quartel, primeiro do Regimento de Infantaria n.º 9 de Lamego, que havia sido transferido para Lamego em 1839, depois como quartel do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), criado em 16 de abril de 1960. Em 9 de agosto de 1975, foi transformado em Escola de Formação de Sargentos até 1981, altura em que retorna à anterior designação até 2006 e, finalmente, como quartel do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) desde 2006.

Julgamos que parte da cerca ainda se conserva e serve de muro ao grande adro do quartel, sendo que a restante se encontra fragmentada e urbanizada. (fig. 4)

Convento de São Francisco

Apesar das muitas controvérsias, já em 1656, Frei Manoel da Esperança atesta que este convento foi sempre da Ordem de São Francisco, mas que, antes de ser dos Observantes teria sido dos Frades Claustrais (Esperança, 1656, 623-626) e, por esta razão, bem diferente, julgamos, do que agora existe, sobretudo, no que toca à sua grandeza e sumptuosidade. Em 1758, o Vigário da Sé descreve o convento "[...] de religiozos Capuchos, que consta ser o mais antigo; por quanto foy dos Templarios depois dos Claustrayes de Sam Francisco; que como se extinguirão se cedeo aos Capuchos Antoninos / que nelle existem / no anno de 1567: como consta de huma provizão do bispo Dom Symão de Sá Pereyra que está no cartório do reverendissimo cabbido feyta em 11 de Novembro do anno de 1579 [...]". Segue-se a descrição da igreja, capelas, claustro, dormitórios, casa do capítulo e cerca.[54]

Aquando da reforma da Ordem, em 1568, e uma vez extintos os claustrais, inicia-se o processo da sua reconstrução, já que grande parte das dependências estava em ruína. Os Observantes cortaram na grandeza do edifício (Maria 1697, 221), limitando, de igual forma, a cerca, uma

[52] ANTT, Livro 1.º das Requisições, fl. 234v.

[53] ANTT, Livro 1.º das Requisições, fl. 234v. Pinho Leal refere que o convento foi demolido, em 1853, e "dos seus materiaes se fez o bello edifício dos paços do concelho", acrescentando que a cerca é uma alameda pública, sendo evidente a troca de nomes entre o Convento de Santa Cruz e o Convento de Santo Agostinho, já que refere que este último é quartel de infantaria n.º 9 (quarteis de Santa Cruz). (Leal 1874, 36).

[54] ANTT, Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42, fls. 245-249. Cfr. Queirós 2002, 593-595.

das mais pequenas que os franciscanos possuem em toda a Província, sendo, porém, muito fértil para horta e pomar. As obras foram lentas, prolongando-se até 1680, altura em que o convento já estava todo reconstruído. Porém, manteve-se a igreja antiga, ainda que necessitasse de reforma para a qual contribuíram três bispos de Lamego. A nova igreja ficou no lugar da antiga, embora mais pequena.[55]

A já referida carta do Bispo de Lamego, de 1813, menciona que o Batalhão de Caçadores, que esteve outrora para ocupar o Convento das Chagas, acabou por ocupar o Convento de São Francisco, que, até ao momento, estava ocupado com tropa,[56] tendo já servido durante algum tempo como hospital militar, quando não cabiam os doentes no que funcionava no Convento de Santa Cruz, servindo, atualmente, de depósito dos militares em recuperação.

Segundo os Processos de Extinção das Casas Religiosas, a partir de 7 de junho de 1834, data de início do inventário do Convento de São Francisco,[57] a igreja encontra-se bem conservada, elencam-se as dependências do convento e a existência de uma cerca murada com portaria para carro que funcionava à parte das comunicações do convento e composta por árvores de fruto, vinha, trigo e hortaliças, onde se encontra uma fonte abrigada por uma casa com bancos à volta, também com um tanque e mais uma capela e junto a esta um bosque.

Na *Relação de Bens de Conventos Extintos no Distrito do Concelho de Lamego*, a câmara refere que, estando situado no centro da cidade, não é edifício que alguém compre, pois não pode ter outro destino a não ser aquele que sempre teve, acrescentando que uma cidade populosa como Lamego não possui um estabelecimento de educação pública, e, por esta razão, se torna necessário haver "hum Seminário de educação para Meninas pelo methodo das Urselinas de Braga ou d'outro qual mais convier"[58], e nada melhor do que este com a sua cerca para cultivo de legumes e recreio das educandas. Continua a descrição dizendo que possui um pedaço de vinha que dá com a ilharga da igreja e uma fonte pública, e a cerca, muito superior, torna-se necessária para nela se estabelecer uma praça para venda de hortaliças e fruta que não há, sendo até esta altura praticado este comércio no meio da Rua da Praça para incómodo de todos pela pouca largura da rua.[59]

Em 5 de março de 1836, o convento e o refeitório foram requisitados para servir de liceu e escola de ensino mútuo, respetivamente. Porém, em 1839, tanto o edifício como a cerca foram requisitados pelo Ministério da Guerra para servirem de quartel do Batalhão de Infantaria n.º 9 e de hospital militar.[60] Somente em ata da sessão de 13 de junho de 1874, se volta a referir a construção de uma praça que podia ser feita ou junto à Igreja de São Francisco ou no campo fronteiro ao Recolhimento, tendo sido adotado o segundo.[61] Porém, a história do mercado não se finaliza aqui, o qual, na realidade, acabou por ser construído junto da igreja do convento de São Francisco, iniciando-se as obras em 1880, com imensas paragens provocadas pelo abandono do encarregado.[62] Somente em 1882 foi batizado com o nome de Mercado do Príncipe Real D. Carlos (Laranjo 1989, 69). Fruto do incêndio que deflagrou em 1911 e que consumiu todo o lado poente da Rua de Almacave, pretendeu-se alargar a rua que era estreita. (fig. 5) A sessão de 8 de janeiro de 1914 dá-nos conta de uma proposta para continuar a reconstrução e alargamento da Rua de

55 No que toca à igreja e respetiva decoração *vide* Queirós 2002, 89.

56 AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1.

57 ANTT, Ministério das Finanças, Convento de São Francisco de Lamego, cx. 2221, Capilha 7, fls. 1-4.

58 AHML, Lv. 8, fls. 47v-49.

59 AHML, Lv. 8, fls. 45v-46.

60 ANTT, Livro 1.º das Requisições, fl. 236v.

61 AHML, Lv. 37, fl. 107.

62 AHML, Lv. 40, fl. 17v.

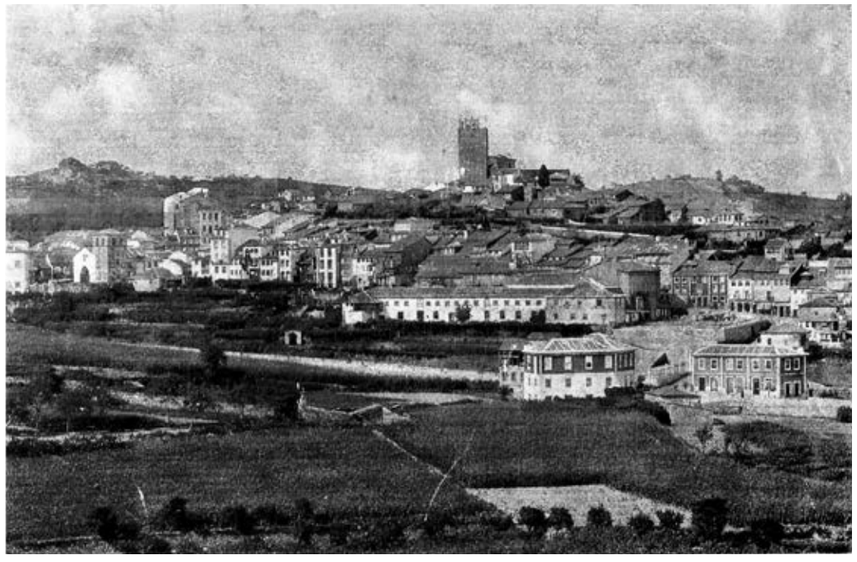


FIG. 5 Lamego. Convento de São Francisco, antes do incêndio de 1911. (José Costa).

Almacave, tendo para isso de se expropriar a entrada do hospital militar e toda a Igreja de São Francisco, cujo terreno deveria ser utilizado no alargamento e melhoramento da Praça Miguel Bombarda, antiga Praça do Príncipe Real D. Carlos.[63] Em 27 de junho de 1918, em sessão de câmara, pede-se para se poder continuar com a reconstrução da fachada do hospital militar, interrompida pelos novos estudos do perfil da Rua de Almacave[64], e, no dia 26 de fevereiro de 1919, em nova sessão de câmara, é apresentado um ofício em que se pede para ser demolida a Igreja de São Francisco com o objetivo de alargar a Praça Miguel Bombarda.[65] Em 20 de novembro do mesmo ano são postas em arrematação as árvores de fruto do terreno junto ao hospital militar, simultaneamente, com as da cerca do Recolhimento de Santa Teresa.[66] Felizmente, o projeto de modernização da rua não foi levado adiante, e o mercado não foi alargado como se pretendia, mantendo-se a funcionar no antigo espaço fronteiro à porta lateral da igreja até 1981, altura em que é construído o atual Mercado Municipal de Lamego, ocupando parte da cerca do extinto convento. No antigo espaço fronteiro à porta lateral da igreja funcionou ainda um parque infantil, a Escola de Hotelaria e Turismo de Lamego, de 2002 a 2006, e, hoje, a Universidade Sénior e a Autoridade para as Condições do Trabalho.

Atualmente, subsiste a igreja, parte do convento, o claustro e parte da cerca.

Recolhimento de Santa Teresa

O Vigário da Sé refere que "Foy este recolhimento fundado pela Madre Maria da Madre de Deos no anno de 1702 pouco mais ou menos [...]; e a mesma Madre fez delle doação ao ordinario. Tem a igreja [...]. Tem sua cerca: e encostado a ella pela parte de fora fica hua fonte [...]".[67] Esta é a primeira referência documental ao Recolhimento de Santa Teresa ou da Regueira, nome que toma da rua que lhe fica em frente, ou Convento das Recolhidas, como aparece mencionado mais tarde.

Talvez o facto de ainda se encontrar numa fase muito inicial da sua construção tenha levado Carvalho da Costa a não o ter mencionado na sua *Corografia*, que havia sido publicada há pouco, em 1708.

Em 1813, o Recolhimento teria sido escolhido para hospital militar, o que acabou por não se concretizar por ter falta de ar e luz.[68] Além do já relatado, os únicos dados sobre esta casa religiosa são os que se encontram nas atas das sessões da Câmara de Lamego, onde a primeira alusão está patente na sessão de 26 de abril de 1843, quando se refere o mau estado e ruína da calçada do Recolhimento.[69] A nova menção a este espaço aparece na sessão de 6 de junho de 1860 e prende-se com o estabelecimento de um mercado no "sitio fronteiro" ao dito Recolhimento.[70] Na já

[63] AHML, Lv. 48, fls. 66v-67.

[64] AHML, Lv. 49, fl. 78v.

[65] AHML, Lv. 49, fl. 116v

[66] AHML, Lv. 49, fls. 143v-144.

[67] ANTT, Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42, fls. 286-287. *Vide* Queirós 2002, 795.

[68] AHM/DIV/1/14/244/01, fl. 1v.

[69] AHML, Lv. 30, fl. 96v.

[70] AHML, Lv. 33, fl. 92v



FIG. 6 Lamego. Vista geral — Bairro Alto. Imagem digital (a partir de postal) oferecida por Joaquim Duarte Correia. (Museu de Lamego, DRCN). Ao centro, a igreja e Recolhimento de Santa Teresa, entre 1911-1918.

referida ata de 13 de junho de 1874, quando falamos do Convento de São Francisco, refere-se a construção de uma praça no campo fronteiro, sendo este preferencial porque o primeiro não tinha a praça de cereais.[71] Em sessão de 7 de agosto de 1890, a propósito da instalação do liceu, refere-se que havia no bairro de baixo (Sé) um terreno mais económico e apropriado para a construção do edifício, entre a Avenida D. Maria Pia, atual Avenida 5 de Outubro, e a Rua do Campo do Cavalar, situada na margem esquerda do rio Coura e paralela à Rua da Regueira, juntamente com o terreno onde se acha situado o convento e capela do Recolhimento. Por esta razão, pede-se para ser feito um exame ao local, adiantando-se que já tinha sido examinado e, por isso, rejeitado: em primeiro lugar, porque para adaptar o edifício ao terreno era necessário modificá-lo, o que acarretava problemas, uma vez que o projeto já tinha sido aprovado; em segundo lugar, era necessário adquirir o convento e capela do Recolhimento, o que era impossível, já que o Convento das Chagas não tinha capacidade para receber as recolhidas, e, caso um dia o Recolhimento viesse a pertencer à câmara, não se teria coragem de as despejar; por último, o terreno era húmido, e, por esta razão, os alicerces teriam de ser feitos sobre estacaria, já que estava situado na margem do rio Coura e exposto aos ventos.[72]

Segundo os Autos de Arrolamento dos Bens Cultuais realizados em 24 de agosto de 1911, a Capela de Santa Teresa, assim como era denominada, tinha anexo um quintal, que julgamos ser a cerca, e um casarão velho, que pensamos tratar-se do Recolhimento propriamente dito,[73] e era administrada, nesta altura, por D. Maria das Dores da Silva, leiga, que recebia os rendimentos do Recolhimento, tendo morrido em 1912. No mesmo estado de velhice e confusão se encontrava o arquivo desta Capela, como nos dá conta um ofício, sendo feita referência à falta de informações deste espaço.[74] Em 1914, os temporais acabaram por danificar o Recolhimento, tornando-se necessária a reparação urgente dos telhados.[75] (fig. 6)

A 7 de Fevereiro de 1916, o decreto n.º 2:209 da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Justiça e dos Cultos refere as várias vezes em que a câmara solicitou a cedência do Recolhimento de Santa Teresa e anexos com o objetivo de no mesmo lugar se construir uma avenida e alargar uma rua, dando-lhe igualmente outro destino, como é o caso da canalização do rio Coura, que atravessa a cidade. Por este decreto, o Recolhimento e anexos são cedidos à câmara mediante a indemnização de 600$00

[71] AHML, Lv. 33, fl. 107. No ano seguinte e na sessão da câmara de 3 de julho, o presidente propôs que se construísse uma praça no sítio do Cavalar (que ia do Recolhimento ao largo do Espírito Santo) por ser o mais central da cidade, o que foi aprovado, dando-se ordem para se tratarem das expropriações necessárias (Lv. 38, fl. 18v.). Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, de 1874, não faz qualquer referência a este Recolhimento.

[72] AHML, Lv. 42, 135v-136.

[73] ACMF, CJBC, fls. 56-56v e 59v. Mais refere que teria sido fundado por pessoa laica e não religiosa, o que contraria o que foi dito nas *Memórias Paroquiais*, e que estava sob administração do Bispo da Diocese.

[74] ACMF, Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Administração dos Bens Cultuais, Proc. Anteriores a 1915.

[75] ACMF, Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Administração dos Bens Cultuais, Proc. Anteriores a 1915.

pagos à Comissão Central.[76] Na sessão de 18 de abril de 1917,[77] é aprovado um contrato de compra de um terreno particular situado na margem esquerda do rio Coura, em frente do antigo Recolhimento, para a construção da Avenida Visconde Guedes Teixeira. A câmara deliberou, ainda, que parte do material do edifício do Recolhimento fosse vendido particularmente, de modo a render mais dinheiro, mas de forma a que sobejasse algum para ser empregue na construção das escolas que tem de fazer, e autorizou ceder e vender os altares e outros objetos e móveis dispensáveis. Ora, começa aqui o processo de desintegração, desconstrução e destruição do Recolhimento: primeiro a Capela até ao seu total aniquilamento.[78] Em sessão de 7 de fevereiro de 1918, tem lugar a arrematação do arrendamento da cerca, e dá-se conta do estado de ruína em que se encontram as paredes do Recolhimento por causa dos temporais, sendo nomeado um perito para as examinar,[79] que confirma a falta de segurança e que, por isso, as mesmas deveriam ser apeadas. Evitando-se mais uma despesa para a câmara, a solução passou por vender o material, ficando o arrematante obrigado à demolição imediata, embora com a oposição do presidente da câmara, que alegou que as pedras podiam ser necessárias para as obras da cobertura do rio Coura.[80] Em sessão de 3 de outubro de 1918, é apresentado um ofício da Irmandade do Divino Espírito Santo pedindo para lhe serem dadas as sinetas do campanário para serem colocadas no da Capela do Espírito Santo, onde se venera já a Imagem da Nossa Senhora do Carmo, que era do Recolhimento.[81] A partir da sessão de 24 de outubro deste ano, é manifestado o interesse na construção de uma Escola Primária Central para o sexo masculino, oferecendo a câmara ao Estado, em troca, o edifício do antigo hospital civil da Misericórdia e os terrenos anexos, que tinham sido devorados por um incêndio.[82] Já na sessão de 2 de agosto de 1919,[83] é proposta a criação de uma Escola Primária Superior, e, em 20 de novembro deste ano, tem lugar a arrematação das árvores de fruto existentes na cerca do Recolhimento e no terreno pertencente à câmara junto do hospital militar.[84] No ano seguinte, em sessão de 8 de janeiro, somos informados da devolução das sinetas, agora precisas para serem utilizadas na Escola Primária Superior para se chamar os alunos para as aulas.[85] Em finais de março de 1933, já a obra da Escola Central Primária está para ser concluída.[86]

Num ofício da Direcção de Finanças do Distrito de Viseu, de 22 de janeiro de 1940, a par do Convento das Chagas e outros pertencentes ao distrito de Viseu, existe uma referência ao Recolhimento que menciona que este se encontra, em parte, ocupado pela Avenida, julgamos que Visconde Guedes Teixeira, e que a Escola Primária teria sido construída no restante terreno que pensamos tratar-se da cerca.[87]

Atualmente, no lugar do Recolhimento e das respetivas capela e cerca, funciona a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do Instituto Politécnico de Viseu, antiga Escola do Magistério Primário de Lamego, a qual está a ser ampliada para o Largo dos Bancos, destruindo, uma vez mais, aquela que fora a Rua da Regueira. Segundo duas fotografias antigas, sem data, certamente uma antes de 1911 e do incêndio que deflagrou na Rua de Almacave, uma vez que se visualiza o frontispício da igreja da Misericórdia (ver fig. 5), e outra depois do incêndio de 1911 e antes de

[76] AHML, Lv. 49, fl. 89v. A 22 de agosto de 1918 foi apresentado um ofício da Comissão Concelhia da Administração dos Bens das Igrejas pedindo o pagamento dos 600$00.

[77] AHML, Lv. 47, fl. 122.

[78] AHML, Lv. 47, fl. 124. Na sessão de 1 de novembro de 1917 ficámos a saber que o altar-mor da demolida capela do Recolhimento de Santa Teresa foi vendido a um particular de Aguiar da Beira pela quantia de 200$00.

[79] AHML, Lv. 49, fl. 55v.-56v.

[80] AHML, Lv. 49, fl. 58.

[81] AHML, Lv. 49, fl. 101.

[82] AHML, Lv. 49, fls. 104-104v. O edifício é o atual Teatro Ribeiro Conceição.

[83] AHML, Lv. 47, fl. 137v.

[84] AHML, Lv. 49, fls. 143v-144.

[85] AHML, Lv. 49, fl. 149v.

[86] AHML, Lv. 54, fl. 157v.

[87] ACMF, Conventos de Freiras e Frades, Proc. 608, Lv. 3 e Proc. 3970, Lv. 6.

1918 (ver fig. 6), o Recolhimento ainda existia e completo. Apesar da má visualização, uma terceira fotografia (fig. 7) mostra-nos que o edifício do Recolhimento já não existe, embora se mantenha, ao que parece, a igreja. À exceção destas imagens pouco mais se sabe sobre este espaço.

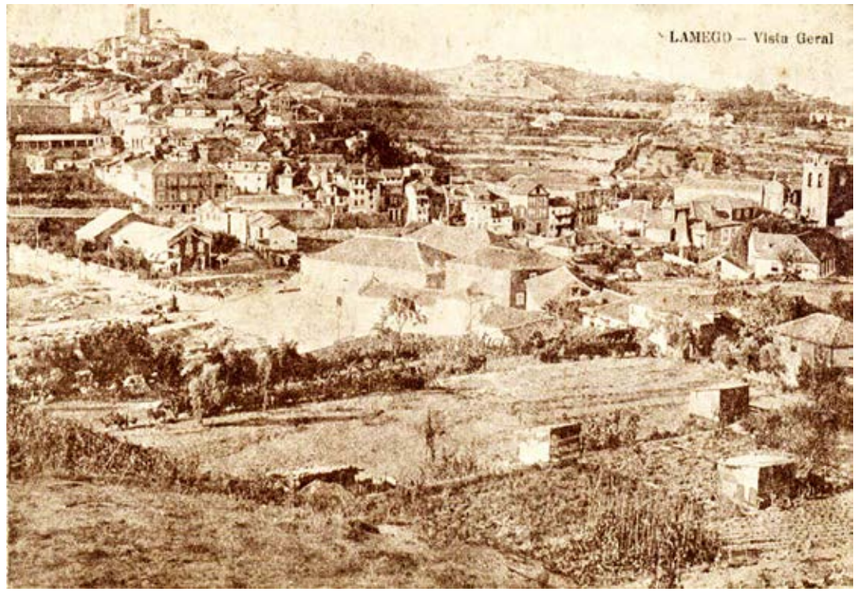


FIG. 7 Lamego. Vista geral - Bairro Alto. Imagem digital (a partir de postal). Ao centro, a igreja sem o Recolhimento de Santa Teresa, posterior a 1918. (http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2010/07/lamego-em-1903.html).

Conclusão

Em Lamego, a extinção das ordens religiosas e a consequente secularização das casas conventuais resultou numa profunda alteração da paisagem urbana, quer ao nível do traçado dos novos arruamentos, avenidas e jardins, quer ao nível da urbanização da própria cidade, revertendo no surgimento e crescimento de infraestruturas de apoio social, de grandes áreas residenciais e comerciais, fruto não só da demolição e destruição destes edifícios, mas também e, sobretudo, da devastação das cercas conventuais, que acabaram por dar à cidade uma imagem mais cosmopolita e moderna, retirando-lhe toda a traça medieval que a caracterizava.

Apesar de partilharem afinidades, tanto em vida como no momento da sua morte, os conventos de Lamego sofreram diferentes destinos. Se olharmos para trás podemos dizer, sem sombra de dúvida, que perdemos uma grande parte do nosso futuro, da história dos conventos e do seu futuro, mas também da nossa história. Para que os erros do passado não voltem a repetir-se no presente, o destino a que foram votados grande parte destes espaços que ainda hoje existem continua a merecer a nossa atenção e preocupação. Os que não foram demolidos ou simplesmente destruídos pelo abandono de mais de dois séculos foram reocupados, transformados e reutilizados para os mais diversos fins, aniquilando a sua essência. É urgente, cada vez mais, salvaguardar a sua memória, depois de tanta gente se ter preocupado com a sua fundação, construção, ocupação, ornamentação e preservação. Não precisamos de olhar para os edifícios do passado com nostalgia. Necessitamos sim que eles dialoguem connosco, que façam parte da nossa história, a de hoje, criando novas dinâmicas e novas memórias, como noutros tempos ocuparam parte vital da vida dos frades, freiras e das cidades. Novas memórias que recordem as primitivas, sensibilizando-nos para a importância que os conventos tiveram, mas também novas memórias que se sirvam das novas tecnologias para os recordar e recriar numa simbiose perfeita do passado, do presente e do futuro, numa memorização contínua da nossa identidade. Respeitar estas memórias é uma forma de criar novas memórias.

FONTES

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Arrolamento 003, Sé, Lv. 101.
Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais, Administração dos Bens Cultuais, Proc. Anteriores a 1915.
Direcção-Geral da Fazenda Pública, Conventos de Freiras e Frades, Proc. 608, Lv. 3 e Proc. 3970, Lv. 6.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

Correspondência do Bispo João de Lamego para vários indivíduos sobre as condições de aquartelamento das casas religiosas e "relação dos conventos, capelas que nesta cidade de Lamego se acham ocupadas e que se tem ocupado com tropa e com munições de boca e de guerra", PT/AHM/DIV/1/14/244/01.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAMEGO

Livro dos Editais e da Correspondência com as diferentes autoridades, Lv. 8 (1834-1836);
Actos da Câmara de Lamego, Lv. 25 (1828-1832); Lv. 29 (1834-1835);
Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lamego, Lv. 30 (1841-1845); Lv. 31 (1845-1852); Lv. 32 (1852-1857); Lv. 33 (1857-1863); Lv. 37 (1872-1875); Lv. 38 (1875-1878); Lv. 40 (1880-1883); Lv. 42 (1887-1892); Lv. 46 (1908-1912); Lv. 47 (1914-1923); Lv. 48 (1912-1916); Lv. 49 (1916-1921); Lv. 52 (1923-1926); Lv. 53 (1928-1930).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Dicionário geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais, 1758), Tomo 19, L. 1, m. 42.
Livro 1.º das Requisições.
Manuscritos da Livraria, n.º 673 (32): *Notícias do Convento de Nossa Senhora da Piedade da cidade de Lamego da Ordem de [...] Santo Agostinho*, in Memórias da Província de Portugal da Ordem de Santo Agostinho.
Ministério das Finanças, Convento de São Francisco de Lamego, cx. 2221.
Ministério das Finanças, Colégio de Santa Cruz de Lamego, cx. 2221.
Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Piedade de Lamego, cx. 2222.
Ministério das Finanças, Convento das Chagas de Lamego de Viseu, cx. 2058, cx. 2059 e cx. 2060.
Ministério do Reino, Correspondência expedida pelo Governo Civil de Lamego, Lv. 1585.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Diário do Governo, II série, n.º 144 de 25-06-1930, p. 2013.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL

SIPA, Liceu Latino Coelho / Escola Secundária Latino Coelho, IPA.00014200.

BIBLIOGRAFIA

BENEVOLO, Leonardo. 2011. *A cidade e o arquitecto*. Lisboa: Edições 70.
COSTA, Padre António Carvalho da. 1708. *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal...* . Tomo II, Livro I. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, (2.ª edição de 1868).
ESPERANÇA, Frei Manoel da. 1656. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Minores de São Francisco na Provincia de Portugal*. Primeira Parte, Livro V. Lisboa: Officina Craesbeeckiana.
JOSÉ, Frei Pedro de Jesus Maria. 1760. *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita, e regular observancia do Serafim Chagado S. Francisco*. Tomo II, Livro II. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.
LACROIX, Michel. 1997. *O Princípio de Noé ou a Ética da Salvaguarda*. Lisboa: Instituto Piaget.
LARANJO, F. J. Cordeiro. 1989. *Lamego Antiga*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
LARANJO, F.J.Cordeiro. 1993. *Vultos e Ruas de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
LEAL, A. S. A. B. Pinho. 1874. *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal...*, volume quarto. Lisboa: Livraria Editora de Mattos, Moreira & Companhia.
MARIA, Padre Francisco de Santa. 1697. *O Ceo Aberto na Terra. Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal*, Livro II. Lisboa: Officina de Manoel Lopes Ferreyra.
PEREIRA, Ana Cristina da Cunha. 2007. "Os Conventos do Porto. Descontinuidades, transformação e reutilização". Diss. de Mestrado, Universidade do Porto.
QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira. 2002. *Os Retábulos da cidade de Lamego e o seu contributo para a formação de uma escola regional. 1680-1780*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego.
QUEIRÓS, Carla Sofia Ferreira. 2011. "A primitiva e desaparecida Igreja da Misericórdia de Lamego". *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa. Actas do Seminário Internacional*: 163-176.
REBELO, Elvira Maria Almeida. 2001. "Da Clausura ao Século. O Destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património". Diss. de Mestrado, Universidade do Porto.
SILVA, José Sidónio Meneses da. 2002. *O Mosteiro das Chagas de Lamego. Vivências, espaços e espólio litúrgico (1588-1906)*. Coimbra: Quarteto Editora.

DE CONVENTOS A TEATROS (Y CINES)

REUTILIZACIONES Y DERRIBOS DE EDIFICIOS CONVENTUALES PARA ESPACIOS ESCÉNICOS EN LAS CIUDADES ESPAÑOLAS DESDE EL SIGLO XIX*

JESÚS ÁNGEL SÁNCHEZ-GARCÍA
Universidade de Santiago de Compostela
jesusangel.sanchez@usc.es

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

RESUMEN

La nacionalización de inmuebles conventuales iniciada en España con la Desamortización de Mendizábal (1836) sirvió para que muchos edificios fueran reformados o sustituidos como teatros, respondiendo a una de las aspiraciones más ambicionadas por la burguesía: disponer de lugares específicos para el ocio y la relación social. El *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* de Pascual Madoz (1846-1850) es una primera fuente para conocer lo ocurrido, puesto que sobre un total de 158 teatros existentes en España son medio centenar los casos que se comentan de reaprovechamiento o sustitución de conventos. A lo largo de la segunda mitad del XIX, e incluso hasta las primeras décadas del XX, la ruina de conventos abandonados ofreció otra oportunidad para continuar este proceso, ya incorporando las nuevas salas de cine. Al rastrear la huella de los antiguos edificios conventuales es posible analizar la reconfiguración urbanística que potenció nuevos nodos y ejes viarios, alterando el paisaje urbano de las viejas ciudades españolas.

PALABRAS CLAVE
DESAMORTIZACIÓN | CONVENTOS | TEATROS | CINES | ESPAÑA

ABSTRACT

The ecclesiastical disentailment began in Spain in 1836, promoted by Mendizabal Cabinet. The opportunity to convert or demolish the urban convents gave answer in many towns to the Spanish bourgeoisie aspiration's to enjoy new places for leisure and social relationship. A source of great interest to know what happened in the early stages of this process is *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* (Pascual Madoz, 1846-1850). Up to fifty cases of reuse or replacement of convents are analyzed here. During the second half of the nineteenth century, and even into the twentieth century, the ruin of many monasteries offered another opportunity to continue building ludic spaces, now with the new premises for picture halls. It is possible to recover the traces of the old convents and also evaluate the urban reconfiguration originated with the creation of new nodes and paths that changed the urban landscape in the old Spanish cities.

KEYWORDS
ECCLESIASTICAL DISENTAILMENT | CONVENTS | THEATERS | MOVIE THEATERS | SPAIN

Partiendo de los datos ya conocidos sobre las implicaciones de la Desamortización decimonónica para el patrimonio artístico en España (Gaya Nuño 1961; Ordieres Díez 1995; Fernández Pardo 2007), se aborda una aproximación al que fue uno de los destinos más habituales para los inmuebles de los conventos suprimidos. La conversión o sustitución de sus edificios como teatros se analiza en sus dimensiones arquitectónicas y urbanísticas, pero también en una dinámica de usos recreativos que extendió lo iniciado en el siglo XIX hasta las primeras décadas del XX, ya abarcando la construcción de locales para el nuevo espectáculo cinematográfico.

La Desamortización de Mendizábal y el aprovechamiento de los conventos para teatros

Las disposiciones gubernativas aprobadas en el año 1836, sobre todo desde el reglamento del 24 de marzo en el que se exceptuaban de la venta en subastas aquellos edificios más a propósito para "establecimientos de utilidad pública", favorecieron el crecido número de conventos destinados para alojar tanto oficinas políticas y administrativas como servicios asistenciales y educativos del tipo de hospitales, casas de beneficencia, asilos o escuelas de primeras letras (Rueda Hernanz, 1986; Quirós Linares 1991, 61-62). Obviamente cualquier obra de reforma o instalación en los conventos nacionalizados resultaba más barata que construir de nueva planta, e incluso que la alternativa al pago de locales en alquiler, condicionantes prácticos que se priorizaron desde las urgencias políticas del momento, sin olvidar el clima anticlerical dominante entre los liberales.

En el mismo año 1836, la Real Orden del 22 de julio que intentó agilizar la reutilización de los conventos suprimidos afirmaba con claridad que debían destinarse preferentemente para la recogida de menesterosos y mejora de abastos públicos. Estos usos se compatibilizaron, muchas veces en los mismos edificios, con otra necesidad como era la adecuación de cuarteles debido a la coyuntura de la guerra Carlista y el constante movimiento de tropas. En cambio, durante los años de la regencia de Espartero, el final de la guerra liberó muchas de las dependencias que habían servido para cuarteles. Junto a esta nueva situación, el decreto aprobado el 9 de diciembre de 1840 fijó un plazo de sesenta días, nuevamente reiterado en 1842, para que los ayuntamientos reclamaran aquellos edificios que todavía no tuvieran uso y que pudieran aplicarse a "establecimientos u objetos de conocida utilidad pública", poniéndose el resto a la venta, lo que contribuyó a que en poco tiempo se alcanzaran las mayores cifras de cesiones y reutilizaciones de conventos.

Una primera clave para comprender la dinámica específica de instalación o construcción de teatros en edificios conventuales tiene que ver con el precedente histórico de los recintos para espectáculos surgidos como soporte de instituciones asistenciales. La obtención de recursos a través de las representaciones escénicas contaba en España con una arraigada tradición gracias a los hospitales que ya desde los siglos XVI y XVII tenían licencia para organizar y gestionar corrales y casas de comedias (Fernández Fernández 1989; Davis and Varey 1997). En el contexto del siglo XIX, el sostenimiento de los establecimientos de beneficencia, regulados en España desde el *Reglamento General de*

* Este trabajo forma parte del proyecto de investigación financiado "Memoria, textos e imágenes. La recuperación del patrimonio perdido para la sociedad de Galicia" (HAR2014-53893-R). Investigadores principales: Jesús Ángel Sánchez García y Alfredo Vigo Trasancos.

Beneficencia Pública aprobado en 1822 y recuperado en 1836, mantuvo esta vinculación para todo el abanico de casas de beneficencia, casas de misericordia, casas de expósitos, hospicios, asilos y hospitales. Los recintos escénicos compartieron en muchos casos las propias dependencias en las que ya estaba alojado el hospital o la casa de beneficencia, aunque también dispusieron de edificios propios, como ocurrió en 1847 con el Teatro Principal de Barcelona (fig. 1), heredero de una larga sucesión de casas de comedias gestionadas por el Hospital de la Santa Cruz.

A partir de estos precedentes, las mejores expectativas tras la finalización de la guerra Carlista, con las necesidades colectivas más perentorias ya atendidas, permitieron un claro deslizamiento desde los objetivos de "utilidad pública" hacia aquellos otros orientados a satisfacer los deseos de disfrute del ocio por la burguesía que dominaba los resortes del poder local. Esta nueva prioridad de los fines lúdicos guarda estrecha conexión con la apertura en las libertades públicas, evidenciada en el reconocimiento de los derechos de reunión y asociación desde el año 1839 (Villacorta Baños 1997; Arregui 2006). En el contexto de ampliación de los espacios de sociabilidad burguesa, los teatros ofrecían otros ámbitos de ocio y relación que también podían ser abordados por promotores privados, tanto bajo la fórmula de un empresario individual como a través de las más frecuentes sociedades, desde las recreativas e instructivas a las empresariales participadas por accionistas.

Para los recintos promovidos directamente por las corporaciones locales, la legislación municipal vigente — *Ley relativa al Gobierno Político de las provincias*, aprobada el 15 de octubre de 1836 y recuperada en 1840 —, reconocía a los ayuntamientos la total competencia sobre las obras públicas de su término. Es posible relacionar este marco legal con el deseo de emulación que condujo a muchas ciudades de provincias a intentar imitar y ponerse a la altura de los proyectos edilicios y de renovación urbana que se estaban materializando en las grandes capitales, conocidos a través de menciones e ilustraciones en la prensa. La valoración de los teatros como signos visibles de la importancia de las poblaciones y su adelanto cultural vino así a superponerse a las viejas ideas acerca de su papel educativo y moralizante. Aunque en los informes y memorias elaboradas para promover los nuevos teatros

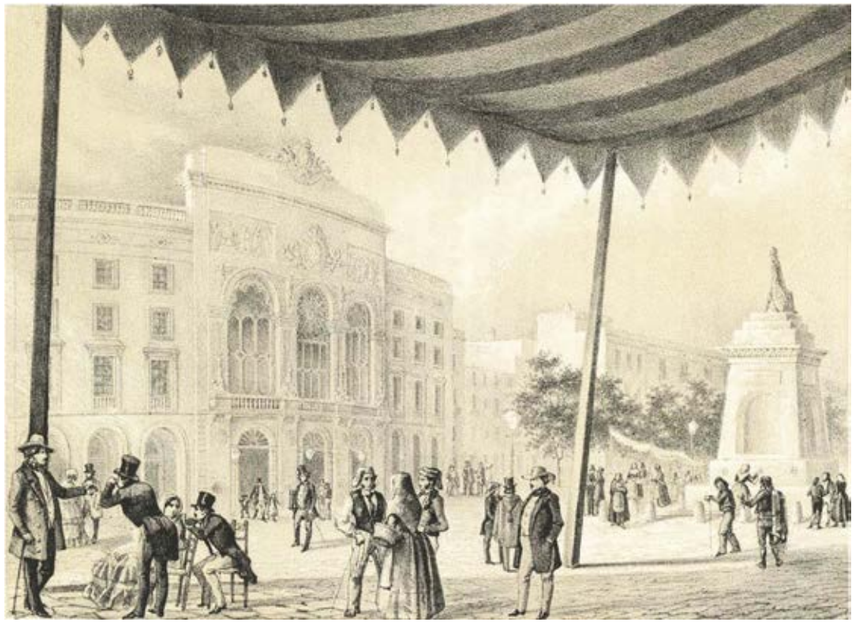


FIG. 1 Teatro Principal de Barcelona, 1847 (Parcerisa, Recuerdos y bellezas de España. Cataluña, tomo 2, Barcelona, 1839, 230)

todavía se citen las tesis de la Ilustración que habían elevado estos recintos a la categoría de escuelas para la educación del pueblo llano, lugares donde mostrar modelos morales y virtuosos (Fischer-Lichte 2008), de acuerdo con escritos de Lessing, Voltaire, Diderot, Marmontel, D'Alembert, Schiller o Fernández de Moratín entre otros, en realidad las élites locales ya no estaban sinceramente interesadas en esas prioridades. Por ello, argumentos como los que en la pequeña población de Almagro aludían en el año 1861 a "la utilidad [de un teatro] para hacer comprender a la juventud la senda de las virtudes, desviándola de las costumbres corruptoras", no esconden el verdadero interés de contar con un recinto que fuera "decoro de la ciudad" (Peláez 1992, 192-194). Así pues, las alusiones a la dimensión educativa del teatro se insertaban como una retórica cada vez más vacía con la que disfrazar los objetivos de un lugar para el ocio, la relación social y la evasión festiva a tono con los tiempos, intenciones muy evidentes al usar estos mismos locales para la celebración de bailes y banquetes.

Considerando ya los aspectos más prácticos que impulsaron el aprovechamiento de los conventos, es evidente que se tuvieron en cuenta sus amplios espacios interiores, desde los refectorios y estancias de almacenamiento a las naves de sus templos (fig. 2). Otro destacado atractivo radicaba en su céntrica ubicación, puesto que la mayoría de estos inmuebles se situaban en el corazón de las viejas ciudades, o bien, como los conventos de franciscanos y dominicos, en zonas que siglos atrás habían sido extramuros pero que desde el primer tercio del siglo XIX, con el derribo de murallas, formaban parte de sectores consolidados de expansión de la ciudad. Esta centralidad posibilitaba

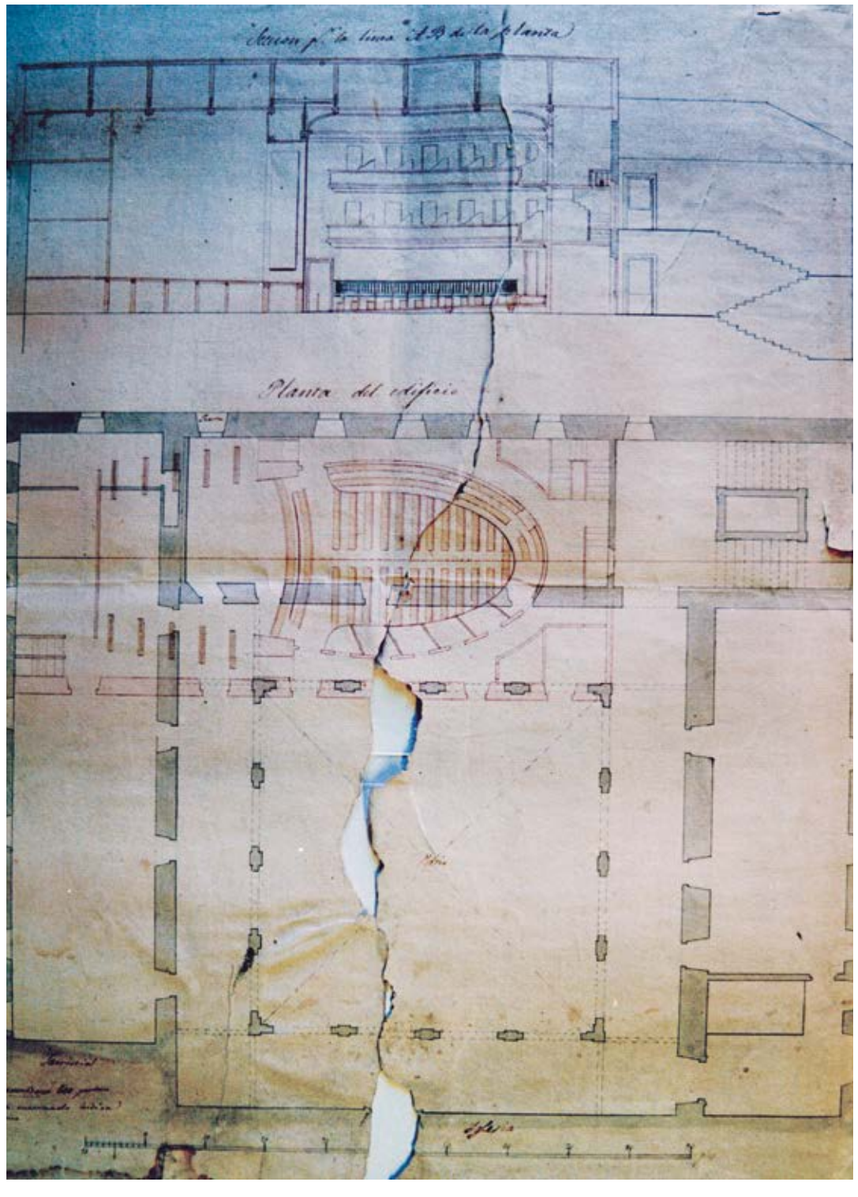


FIG. 2 Proyecto de teatro a instalar en el convento de san Bartolomé de Pontevedra, ca. 1845 (Museo de Pontevedra)

un rápido acceso del público, aunque no siempre era compatible con otros requisitos igualmente recomendados por los tratadistas (Pevsner 1979; Tamburini 1984; Braham 1980, 96-103 y 145-157; Camp 2014, 128-160), que desde el siglo XVIII aconsejaban la disposición de amplias calles y plazas para facilitar las entradas y salidas de los asistentes y sus carruajes, o, sobre todo, el emplazamiento exento exigible por los riesgos de incendio. Los teatros instalados en el interior de conventos, e incluso buena parte de los construidos durante la primera mitad del XIX en solares resultantes de su derribo, por lo general renunciaron a la "magnificencia y suntuosidad" acordes con la consideración monumental de estos recintos, optando por una presencia urbana más discreta. Esto es apreciable tanto para la inserción totalmente oculta en las fábricas conventuales como para las fachadas entre medianeras o adosadas a otros edificios, con escasa posibilidad de apertura de calles o plazas que sirvieran de desahogo. La dimensión del teatro como monumento y ornato público de la nueva ciudad burguesa, capaz de proyectar una imagen de progreso, quedaba así muy menguada, acercándose al hermetismo característico de los primeros recintos teatrales en los siglos XVI y XVII (Carlson 1995, 38-50).

Pese a estas limitaciones, la reconversión de edificios conventuales puso en marcha decisivas dinámicas de metamorfosis arquitectónica y urbanística. Los viejos inmuebles que acogieron en su seno estos nuevos espacios de sociabilidad se llenaron de animación y bullicio, atrayendo una concurrencia de público que también incidió en la reorientación de las calles adyacentes como enclaves idóneos para cafés, fondas y otros locales de ocio (Solà-Morales 1984). Con el tiempo, en no pocos casos la consolidación de estos usos derivó en el derribo y sustitución de los viejos conventos para ser reemplazados por un recinto teatral de nueva planta, ya planteado como hito urbano destinado a borrar la huella y memoria urbana del inmueble preexistente. Sin embargo, bajo los sucesivos cambios urbanísticos todavía hoy es posible detectar ubicaciones que siguen presentando muchos teatros como edificios entre medianeras o sin disposición exenta –Gran Teatro del Liceo de Barcelona, Teatro Oscense de Huéscar, Teatro Liceo de Salamanca, Teatro Bretón de Haro, Teatro Cervantes de Málaga (fig. 3), Teatro del Instituto Español de Madrid, Gran Teatro de Benavente… —, como rasgo distintivo frente a los emplazamientos más desahogados que se fueron imponiendo en el tercio final del siglo XIX — Teatro Guimerá de Tenerife, Teatro Romea de Murcia, Teatro Campoamor de Oviedo…

Con la apertura de plazas delanteras y la potenciación de ciertos ejes viarios, ensanchando y alineando calles de acceso, los teatros del siglo XIX afirmaban su rango de piezas destacadas en el programa de nuevos servicios públicos y renovación urbana al que aspiraba la burguesía en su intervención sobre los centros de las viejas ciudades. Aunque esta reordenación presidida por ideales de eficacia y ornato tardará décadas en alterar el plano y la imagen de la ciudad heredada del Antiguo Régimen, todavía presidida por patrones de sacralización espacial impuestos desde la Contrarreforma (Rodríguez de la Flor 2000), es indudable, por sus precoces fechas de construcción y por la continuidad a lo largo de toda la centuria, el pionero papel que desempeñaron los recintos teatrales.



FIG. 3 Ubicación del Teatro Cervantes de Málaga (Arquitectura teatral en España..., 162)

Primera fase en la instalación y construcción de teatros (1836-1850)

El *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar* de Pascual Madoz (1846-1850), con descripciones de todas las poblaciones de España a mediados del siglo XIX, es una valiosa fuente para recuperar lo ocurrido en la fase inicial del proceso de transformación y sustitución de edificios conventuales por teatros. En sus 16 tomos se señalan medio centenar de casos, a estimar como un registro altamente representativo teniendo en cuenta el número total de 158 teatros existentes por entonces en toda España, el 69% de los cuales se inauguraron en el período 1835-1849 (Quirós Linares 1991, 97-100).

Un primer grupo de referencias aportadas en el *Diccionario* está constituido por los teatros vinculados a hospitales, con diferenciación de los casos en los que el binomio hospital-teatro procedía ya de épocas anteriores a la Desamortización — Hospital de la Santa Cruz de Barcelona ya mencionado y otros todavía en uso en Cartagena, Chiclana de la Frontera, Logroño, Lorca, Málaga, Mataró, Medina de Rioseco, Moratalla y Valencia. Junto a estos antecedentes, los nuevos recintos teatrales administrados de forma directa por un hospital son escasos, como una situación cada vez más residual pese a que la legislación los beneficiara con la exoneración de arbitrios: Arévalo con un teatro alojado desde 1842 en el convento de san Juan de Dios, dependiente del hospital de santa Catalina; Cabra en parte del beaterío y hospital de enfermos conocido como Escuela de Cristo; Calatayud con un teatro en el antiguo Seminario de Nobles de la Compañía de Jesús, donde había funcionado desde 1767 el hospital de misericordia, completado tras la desamortización con un hospicio, casa de expósitos y teatro; Huesca tras derribar el convento de Agustinos descalzos para sustituirlo por el Teatro Nuevo, que el ayuntamiento cedió al Hospital de la Misericordia; Igualada con un teatro anexo al convento de san Agustín ocupado por los Escolapios; Naval con un teatro en el interior de la iglesia de san Miguel que formaba parte del hospital del mismo nombre; y Toro con el Teatro Latorre promovido por el hospital de Nuestra Señora de las Angustias, junto a otras dotaciones de ocio como la plaza de toros o la sede del Círculo de Labradores, todas situadas en torno al nuevo parque que sustituyó al demolido convento de san Francisco.

Los recintos teatrales dependientes de sociedades recreativas e instructivas, sobre todo liceos y ateneos, pero también sociedades dramáticas y filarmónicas, integran un segundo grupo, estrechamente conectado con la eclosión de estos nuevos ámbitos de sociabilidad en los años cuarenta del siglo XIX. Tratándose de teatros alojados en las mismas dependencias conventuales en las que también se instalaron los salones, cafés y salas de billar de estas sociedades, sólo en situaciones excepcionales se llegó a edificar recintos de nueva planta, equiparables a los promovidos por particulares y empresas de accionistas. El *Diccionario* de Madoz identifica los recintos teatrales de Almodóvar del Campo, impulsado por una sociedad dramática en el convento de Carmelitas; Barcelona por el Liceo Filodramático de Montesión con un primer teatro en el convento de Montesión, desde 1837 a 1844, que el retorno de las monjas dominicas obligó a abandonar para comprar el convento de Trinitarios descalzos sobre cuyo solar se levantó el Gran Teatro del Liceo (1847); Huéscar por la Sociedad del Teatro Oscense en la iglesia del convento de santo Domingo -local que todavía se mantiene en uso tras la última rehabilitación del año 2013; Madrid por la sociedad lírico-dramática fundada en 1838 que promovió el Teatro del Museo establecido en la iglesia del monasterio de las Bernardas o convento de Nuestra Señora de la Piedad de Vallecas, y también con el Teatro del Instituto Español en la iglesia del convento de la Trinidad Calzada desde 1841, manteniendo el culto en el crucero y cortando la altura de la nave para alojar un pequeño teatro que pronto se reformó para Museo Nacional de Pinturas, Málaga por el Liceo Artístico y Literario en el convento de san Francisco; Nava del Rey por la sociedad Liceo en el convento de Capuchinas; Salamanca por el Liceo Artístico y Literario con un teatro edificado sobre las ruinas del convento de san Antonio el Real (fig. 4) — actual Teatro Liceo que todavía conserva partes de la iglesia anexa, hoy reconvertida como tienda de ropa; Santiago de Compostela por el Liceo de san Agustín en el convento del mismo nombre; Sevilla con el Teatro del Guadalquivir (1845) costeado por un particular en el convento de san Jacinto del barrio de Triana, que también contaba con café y billar anexos; Tui por la sociedad Tertulia Patriótica en el refectorio del convento de san Francisco (1840); Utrera por la sociedad Filarmónica en el convento de san Juan de Dios; o Valencia por el Liceo Valenciano en el edificio del Temple, en origen un inmueble



FIG. 4 Teatro Liceo de Salamanca y estado actual de la anexa iglesia del convento de san Antonio el Real (Foto: Jesús A. Sánchez-García)

monástico dedicado a usos diversos como oficinas políticas y administrativas.

En cuanto al grupo más numeroso de teatros construidos por las corporaciones locales, la finalidad benéfica reaparece en aquellos recintos que destinaron el total o parte de los ingresos para mantenimiento de establecimientos asistenciales como los gestionados por las juntas municipales de beneficencia. Con respecto al marco competencial más amplio de la legislación local recuperada en 1836, la nueva Ley Municipal aprobada en 1845 impuso que las "obras de utilidad pública que se costeasen de los fondos municipales" debían ser aprobadas por el Gobernador Civil y sujetarse a fuertes limitaciones de prespuesto (Oliveras Samitier 1992). Esta prescripción, sumada a las penurias de la época, incidió en la generalización de las soluciones más económicas, habilitando teatros en los espacios interiores de antiguos edificios conventuales: Alcañiz en el convento del Carmen calzado; Alcoi en el convento de san Agustín; Alfaro en el convento de san Francisco; Calahorra en el convento de san Francisco; Cifuentes en el convento de san Francisco; Huete en el convento de la Merced, compartido con un almacén de granos; Girona en el convento de Mercedarios, aunque más bien se instaló aquí el almacén de efectos para el teatro anexo; Lugo en el convento de san Francisco; Mérida en el convento de santa Clara; Mondoñedo en el convento de Agustinos de Alcántara; Noia en el convento de san Francisco; Ocaña en el convento y colegio de Jesuitas; Osuna en el convento de san Francisco; Ponferrada en el convento de san Agustín; Pontevedra en el convento de san Bartolomé, aunque sólo desde 1836 a 1841; Ribadavia en el convento de santo Domingo; Santa Olalla en el convento de san Francisco; Santiago de Compostela en el refectorio de san Martín Pinario como teatro provisional instalado en 1840; y Sevilla en el convento de dominicas de la Pasión de la calle Sierpes, el conocido como Anfiteatro, estrenado el 19 de septiembre de 1846 con la puesta en escena de *Hernani* de Víctor Hugo y promovido por el Jefe Político José de Hezeta, quien lo usó también para invitar a observaciones astronómicas del planeta Saturno desde su terraza.

Las estrecheces económicas provocaron que los teatros instalados en inmuebles conventuales convivieran con otros usos — cuarteles, escuelas, o las casas de beneficencia y hospitales antes citados —, sin excluir siquiera la posibilidad de reutilizar sus iglesias. Los templos que alojaron entre sus paredes los nuevos locales escénicos, en principio aquellos liberados de culto o ruinosos, fueron: Albacete en la iglesia del convento de san Agustín; Algarinejo en el santuario de santa María la Mayor; Ávila en la antigua iglesia de san Joaquín reconvertida para el Teatro Principal (1848); Belchite en la iglesia de san Juan; Carabanchel Alto en una ermita abandonada; Cocentaina en la ermita de santa Ana; Cazorla en la iglesia del convento de la Merced — actual teatro municipal, rehabilitado en el año 2002; Chiva en la iglesia del convento de franciscanos; Guadalajara en la iglesia de san Nicolás; Huéscar en la ya mencionada iglesia del convento de santo Domingo; Molina de Aragón en la iglesia del convento de san Juan de Dios; Montefrío en la ermita de san Sebastián; Segovia en la iglesia del convento de Mínimos de la Victoria, construido entre los siglos XVI al XVII aprovechando el caserón de D.ª Mencía del Águila y donde se habilitó el Teatro Principal (1844-1918), conocido hasta su clausura como Teatro de la Victoria y Teatro Miñón –actual



FIG. 5 Iglesia del convento de Mínimos de la Victoria de Segovia que ocuparon diferentes teatros. Actual restaurante Convento de Mínimos (Foto: www.conventodeminimos.es)

espacio de arte y restaurante (fig. 5); Sevilla en la iglesia del convento de san Hermenegildo de la Compañía de Jesús, que tras la expulsión de los Jesuitas fue sucesivamente seminario, orfanato, sede de las Cortes desde abril a junio de 1823, y teatro de ópera desde diciembre de 1836 a abril de 1837 — ya en el siglo XX fue sede del Parlamento autonómico de Andalucía entre 1985 a 1992, y en la actualidad es sala de exposiciones municipal; también en Sevilla en la iglesia del convento de dominicas de santa María de Gracia con el Teatro de la Campana inaugurado el 22 de septiembre de 1841; y Tortosa en la iglesia del convento de Mercedarios.

Frente al predominio de las reutilizaciones, la opción del derribo y sustitución del inmueble preexistente para levantar sobre su solar un teatro fue más excepcional en los

años treinta a cuarenta del siglo XIX. En esta primera fase pueden identificarse recintos construidos en Barcelona, con el Gran Teatro del Liceo (1847) en el solar del convento de los Trinitarios descalzos (fig. 6); Cervera sustituyendo al convento de san Antonio Abad; A Coruña derribando la iglesia gótica de san Jorge; Haro reemplazando a la iglesia del convento de san Agustín con el Teatro Bretón (1841); Lleida con el nuevo teatro en el solar del convento de san Agustín; Las Palmas en el convento de santa Clara; Tenerife derribando el convento de santo Domingo para levantar el Teatro Principal (1851), actual Teatro Guimerá; Toro sustituyendo el convento de san Francisco por el Teatro Latorre (1846); o Vejer de la Frontera eliminando el convento franciscano para construir el Teatro San Francisco todavía existente.



FIG. 6 Ubicación y fachada del Gran Teatro del Liceo de Barcelona, 1847 (Laborde, Voyage Pittoresque et Historique de l'Espagne, Paris, 1806; Parcerisa, Recuerdos y bellezas de España..., 228)

La segunda mitad del siglo XIX. Continuidades y nuevo protagonismo urbano

A diferencia de lo ocurrido tras los años inmediatos a la Desamortización, los teatros proyectados durante la segunda mitad del siglo XIX desplegaron unas condiciones bastante superiores en cuanto a calidad arquitectónica, cuidado decorativo y, sobre todo, implantación urbana. El recurso preferente en la etapa anterior a las reutilizaciones de conventos fue progresivamente relegado ante la combinación de una mejor coyuntura económica, la mayor disponibilidad presupuestaria o la ambición de los promotores, aunque no siempre contaran con suficiente respaldo financiero. En este sentido resulta muy significativo considerar el escaso número de teatros preservados hasta hoy de todos los habilitados o que llegaron a funcionar en la primera mitad del XIX, lo que, en el caso concreto de los instalados en conventos, podría relacionarse con la deslocalización de aquellos primeros usos planificados en 1836 y el mal estado de los propios edificios, hasta llegar a su desaparición física. El reemplazo de los conventos por teatros, o el aprovechamiento de sus huertas, segregadas para ampliación de calles y plazas adyacentes, fue dominante en las capitales de provincia, puesto que en las poblaciones menores todavía podían habilitarse teatros a bajo coste y con la nula presencia urbana ya comentada.

Entre los casos, cada vez más excepcionales, de teatros instalados en el interior de inmuebles conventuales puede mencionarse el Teatro de la Beneficencia de Ortigueira, que ya estaba en funcionamiento en 1868 en las dependencias de la antigua despensa, granero y bodega del convento de

santo Domingo; el recinto fue reformado en 1874 y 1886, adquiriendo desde esta segunda fecha la configuración que todavía mantiene de sala en U con dos niveles de palcos y vistosas pinturas sobre tela en el techo — rehabilitado como teatro municipal en 1991 (fig. 7). Otro convento dominico de Galicia, el de Betanzos, sirvió para alojar el Teatro Alfonsetti, promovido por el militar Mariano Alfonsetti García e inaugurado el 12 de noviembre de 1882 -reformado en varias ocasiones en el siglo XX, como en 1913 y 1924 para adaptarlo a un uso preferente como cine, fue rehabilitado en 2011. En Vélez-Málaga, en el interior de la iglesia del antiguo convento carmelita de san José se inauguró en 1884 el Teatro del Carmen, en otro caso llamativo de reutilización de un templo, puesto que todavía hoy este espacio barroco y con pinturas murales del siglo XVIII es una de las partes mejor conservadas de un edificio conventual protegido como Bien de Interés Cultural.

En cambio, la desaparición completa de conventos aparece ligada a los proyectos más ambiciosos de nuevos teatros, como se puede comprobar en Alcalá de Henares con el Teatro Salón Cervantes (1888) en el solar de la huerta del convento de Capuchinos — reconstruido entre 1925 a 1928 con nueva fachada e interior, y rehabilitado en 1989; Barcelona con el Teatro Romea (1863) en el solar de la biblioteca del convento de san Agustín; Jumilla con el Teatro de la Villa o Teatro Vico (1883) reemplazando al convento de san Francisco — rehabilitado en 1991; Madrid con el Teatro del Recreo (1867) en el solar del convento dominico de Nuestra Señora del Rosario — derribado para construir el complejo de hotel, viviendas y sala de espectáculos que incluyó al nuevo Teatro Cine Lope de Vega (1949);

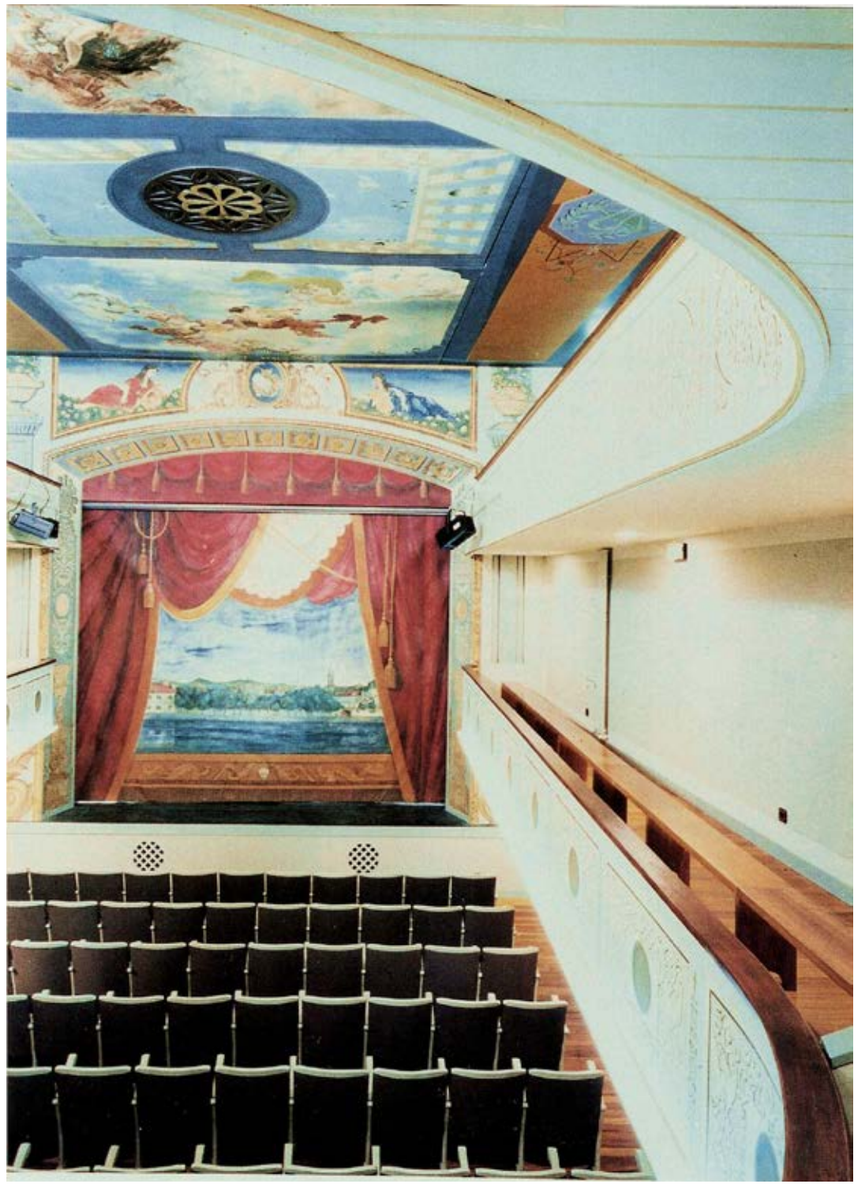


FIG. 7 Teatro de la Beneficencia de Ortigueira (La arquitectura en escena..., 58)

también en Madrid con el viejo Teatro Apolo (1873) en el solar del convento de san Hermenegildo — derribado en 1929 para construir la sede del Banco de Vizcaya en la calle Alcalá; Málaga con el Teatro del Príncipe Alfonso (1862) en la huerta del convento de la Merced — reconstruido en 1870 como Teatro Cervantes y rehabilitado en 1987; Murcia con el Teatro Romea (1862) que sustituyó al convento de santo Domingo — tras sufrir dos incendios en 1877 y 1899 se reinauguró en 1901 y fue rehabilitado en 1988; Oviedo con el Teatro Campoamor (1892) en los terrenos entre el convento de santa Clara y el parque que aprovechó el huerto y convento de san Francisco — teatro destruido en 1934, reinaugurado en 1948 y rehabilitado en 1986; Pontevedra con el Teatro del Liceo (1878) que sustituyó a la iglesia de san Bartolomé "o Vello", empleando para sus cimientos piedra procedente del derribo de la iglesia del convento de santo Domingo; Valladolid con el Teatro Zorrilla (1894) en el solar del convento de san Francisco; o Villena con el primer Teatro Chapí (1885) en los terrenos cercanos al Paseo que había ocupado el convento franciscano.

El siglo XX: de los últimos teatros a los cines

La dinámica iniciada en la segunda mitad del siglo XIX para liberar de usos asistenciales y administrativos los conventos desamortizados todavía permitió que en las primeras décadas del XX estos viejos inmuebles acogieran o se vieran reemplazados por teatros, ahora compatibles con el nuevo espectáculo del cine: Teatro del Círculo Obrero o Gran Teatro de Xátiva (1904) en el interior de la iglesia del convento de santo Domingo — actual sala de exposiciones municipal; Teatro Calderón de Madrid (1915) en el solar del convento de la Trinidad; Teatro Olympia de Valencia (1915) en el solar del convento de san Gregorio; Teatro Cine Don Juan Manuel (1918) integrado en el convento de san Pablo de Peñafiel; Teatro Lope de Vega de Valladolid (1921) en parte del solar que había ocupado el convento de la santísima Trinidad; Teatro Principal de Zamora (1924) en el solar del convento de santa Paula, donde ya había funcionado un corral de comedias en el siglo XVII; o el Gran Teatro de Benavente (1928) en la nave de la iglesia del convento de santo Domingo — hoy Teatro Reina Sofía tras la rehabilitación en 1991 que conservó su peculiar ubicación retrasada entre la sede del Casino y las viviendas que se adelantan hacia la calle (fig. 8).

Las pretenciosas fachadas de estilo ecléctico de los nuevos recintos de espectáculos, en ocasiones significadas por cuerpos torreados y remates en cúpulas, como solución predilecta para los emplazamientos en chaflán, aportaron las mayores novedades para el protagonismo urbano a partir de los años de la Gran Guerra. Frente a este eclecticismo de fuerte base clasicista, desde los años veinte en adelante el auge del cine como principal espectáculo de masas consolidó una vinculación entre la arquitectura de los cinematógrafos y las tendencias de la modernidad en la que cada vez eran más difíciles los pragmáticos aprovechamientos de edificios preexistentes. De hecho, los exigentes requisitos fijados por la normativa contra incendios, así como la búsqueda de mayores aforos, estimularon los derribos y sustituciones de los últimos edificios conventuales que todavía prolongaban situaciones originadas en el siglo XIX: Trianón Palace de Valencia (1914) reemplazando al convento de santa Clara; Salón Sport de







Cartagena (1916) sobre el convento de Mercedarios; Teatro Cine Madrid (1925) nacido como una reforma del edificio del Frontón Central construido a su vez en el solar del antiguo convento del Carmen calzado; Teatro Villamarta de Jerez (1928) sobre el claustro del convento de la Vera Cruz, de cuyo piso alto se aprovecharon varias ventanas barrocas que el arquitecto Teodoro Anasagasti insertó en el nuevo edificio, todavía subsistentes; Jerusalem Cinema de Valencia (1929) en el solar del antiguo convento del Santo Sepulcro de Jerusalén; Cine Reina Mercedes o Teatro Coliseo España de Sevilla (1929) construido con ocasión de la Exposición Iberoamericana en el solar del convento de santo Tomás; Cine Luz de Olmedo (años 30) alojado en dependencias del convento de la Santísima Trinidad y su hospital anexo, conservando la nave de la iglesia que todavía muestra hoy un ábside mudéjar (fig. 9); Cine Rex de Villanueva de la Jara (1942), instalado en el interior de la iglesia de San Francisco; Cine Capitol de Cebreros (1943) edificado con piedras procedentes del derribado convento franciscano de la localidad (fig. 10); Cine Cabrera de Écija (1945) sobre parte del convento franciscano de san Antonio de Padua; Cine San Francisco de Cifuentes (1949) en el convento franciscano de la santa Cruz; Cine Astoria de Chiva (1956) en el solar que ya ocupaba el primer teatro dispuesto en la iglesia del convento franciscano; otro cine en la antigua ermita de san Pedro en Villarrubia de Santiago en los años sesenta; e incluso, ya en fechas muy recientes, el llamativo caso del Cine Los Llanos de Estella (1971) alojado en el edificio del viejo convento de san Benito, todavía hoy en uso como complejo multisalas.

FIG. 8 Gran Teatro de Benavente
(Foto: Jesús A. Sánchez-García)

FIG. 9 Cine Luz, Olmedo
(Foto: Jesús A. Sánchez-García)

FIG. 10 Cine Capitol, Cebreros
(Foto: Jesús A. Sánchez-García)

BIBLIOGRAFÍA

ARQUITECTURA teatral en España. 1984. Madrid: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, MOPU.

ARQUITECTURA teatral y cinematográfica. Andalucía, 1800-1990. 1990. Sevilla: Junta de Andalucía.

LA arquitectura en escena. Programa de Rehabilitación de Teatros Españoles del siglo XIX. 1992. Madrid: Dirección General para la Vivienda y Arquitectura, MOPT.

ARREGUI, Juan P. 2006. "Imaginario burgués y arquitectura teatral en la España del siglo XIX". *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, Octubre 2005–Marzo 2006, 2 (1): 97–142.

BRAHAM, Allan. 1980. *The Architecture of the French Enlightenment*. London: Thames and Hudson.

CABO Villaverde, José Luis y Sánchez García, Jesús Ángel, Eds. 2012. *Cines de Galicia*. A Coruña: Fundación Barrié.

CAMP, Pannill. 2014. *The First Frame. Theatre Space in Enlightenment France*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARLSON, Marvin. 1993. *Places of Performance. The Semiotics of Theatre Architecture*. New York: Cornell Paperbacks.

GAYA Nuño, Juan Antonio. 1961. *La arquitectura española en sus monumentos desaparecidos*. Madrid: Espasa-Calpe.

DAVIS, Charles, and Varey, John E. 1997. *Los Corrales de Comedias y los Hospitales de Madrid: 1574-1615 y 1615-1849. Estudio y Documentos*. 2 vols. Madrid: Támesis.

FERNÁNDEZ Fernández, Carlos Manuel. 1989. "Espectáculos, ópera y hospitales en España". *Revista de Musicología*, XII-2 (Julio-Octubre): 567-589.

FERNÁNDEZ Muñoz, Ángel Luis. 1988. *Arquitectura teatral en Madrid. Del corral de comedias al cinematógrafo*. Madrid: El Avapiés.

FERNÁNDEZ Pardo, 2007. *Dispersión y destrucción del patrimonio artístico Español.* Vol. 2. 1815-1868. Madrid: Fundación Universitaria Española.

FISCHER-LICHTE, Erika. 2008. *The Transformative Power of Performance. A New Aesthetics*. London: Routledge.

GONZÁLEZ-BLANCH Roca, Paloma. 2004*. El teatro en Segovia (1918-1936).* Tesis Doctoral. Madrid: UNED.

MADOZ, Pascual. 1846-1850. *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar.* Madrid: Est. Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti.

OLIVERAS Samitier, Josep. 1992. "Poder municipal y urbanismo en el siglo XIX". *Ciudad y Territorio*, 94: 79-92.

ORDIERES Díez, Isabel. 1995. *Historia de la restauración monumental en España (1835-1936).* Madrid: Ministerio de Cultura.

PELÁEZ, Andrés. 1992. "El Teatro Principal de Almagro", in *La arquitectura en escena*..., 192-194.

PEVSNER, Nikolaus. 1979. *Historia de las tipologías arquitectónicas*. Barcelona: Gustavo Gili.

QUIRÓS Linares, Francisco. 1991. *Las ciudades españolas en el siglo XIX*. Valladolid: Ámbito ediciones.

RODRÍGUEZ de la Flor, Fernando. 2000. "La ciudad metafísica. Para una genealogía de la ciudad histórica en el pensamiento español", in *Ciudades Históricas: conservación y desarrollo*, ed. Miguel Ángel Castillo Oreja. Madrid: Fundación Argentaria-Visor, 111-137.

RUEDA Hernanz, Germán. 1986. *La desamortización de Mendizábal y Espartero en España.* Madrid*:* Cátedra.

SÁNCHEZ García, Jesús Ángel. 1997. *La arquitectura teatral en Galicia*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

SÁNCHEZ García, Jesús Ángel. 2015. "Las salas de cine en España. Evolución histórica, arquitectura y situación actual". *Patrimonio Cultural de España*, 10: 97-109.

SÁNCHEZ García, Jesús Ángel, Calvo Mosquera, Irene. 2015. *Inventario y selección de salas cinematográficas*. Plan Nacional de Patrimonio del siglo XX. Madrid: Instituto del Patrimonio Cultural de España [Accesible en: http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/actuaciones/siglo-xx/inventario-de-los-cines.html].

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. 1984. "Los edificios en la ciudad", in *Arquitectura teatral en España...*, 26-39.

TAMBURINI, Elena. 1984. *Il luogo teatrale nella trattatistica italiana dell'800. Dall' utopia giacobina alla prassi borghese*. Roma: Bulzoni editori.

TEATROS. Programa de rehabilitación de teatros. 2003. Madrid: Ministerio de Fomento-Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

VILLACORTA Baños, Fernando. 1997. "La vida social y sus espacios", in *Los fundamentos de la España liberal (1834-1900).* Historia de España Menéndez Pidal. Madrid: Espasa Calpe, vol. XXXIII, 661-725.

CEMITÉRIOS E(M) CERCAS CONVENTUAIS

JOSÉ FRANCISCO FERREIRA QUEIROZ
CEPESEE
correio@franciscoqueiroz.com

RESUMO

Em Portugal, um dos mais recorrentes destinos para as cercas dos conventos extintos foi a adaptação a cemitério público. Nesta comunicação, resultante de vários anos de pesquisa sobre diversas cidades e vilas portuguesas, faz-se uma análise transversal ao fenómeno dos cemitérios públicos em cercas conventuais, abordando-se: os aspectos cronológicos; as constantes na escolha dos conventos destinados a cemitério; as causas que levaram ao sucesso e, inversamente, ao falhanço de vários projectos; a influência da opção pelas cercas de antigos conventos nas plantas dos próprios cemitérios e o impacto desta opção no espaço urbano, tomando como exemplo os casos de Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz, Montemor-o-Novo, Évora, e outros.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTOS | URBANISMO | CEMITÉRIOS | SÉCULO XIX | PORTUGAL

ABSTRACT

For many reasons, in Portugal, the enclosures of suppressed convents became frequently adapted to public cemeteries. This paper presents a transversal analysis of the phenomenon, briefly approaching: its chronology; the most typical options when choosing a convent enclosure for cemetery; the causes that led to the success or failure of this kind of adaptation projects; and some consequences in the urban space, considering several examples, like Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz, Montemor-o-Novo, Évora, and others.

KEYWORDS
CONVENTS | URBANISM | CEMETERIES | 19TH CENTURY | PORTUGAL

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introdução

Em 1810, no contexto das Invasões Francesas, perante a lotação dos locais habituais de inumação, mesmo daqueles exteriores às duas igrejas da vila,[1] uma parte da cerca do Convento dos Capuchos terá sido escolhida pela Câmara da Figueira da Foz como alternativa temporária (Mendes 1938, 12). Este parece ter sido um caso isolado, embora indicie que o uso de cercas conventuais como espaços de enterramento para não religiosos seja um fenómeno algo anterior à extinção das ordens religiosas em Portugal. Aliás, um ano antes do decreto que as extinguiu, a grande mortandade resultante da combinação da cólera com a guerra civil, levou à proibição das inumações no interior de templos, decretada pelo governo provisório de D. Pedro. Cercado no Porto, o futuro monarca admitia o uso de parte dos conventos que estivessem então abandonados como solução possível para a questão dos enterramentos. Aliás, em ofício dirigido à Câmara do Porto em Março de 1833, o secretário militar do exército liberal mencionava ter sido remetida a "oppinião da Commissão de Saúde Pública e o parecer do Architecto da Cidade" à "Commissão dos Conventos abandonados".[2] Várias cercas conventuais foram efectivamente usadas para inumação durante o Cerco do Porto: S. Domingos,[3] Grilos (antigo colégio jesuíta), S. João Novo e Santo António da Cidade (Queiroz 2002, I, 94-96). Em Lisboa e também no ano de 1833, por determinação da regência de D. Pedro, foram propostas três cercas conventuais como espaços de inumação temporária: Graça, Barbadinhos, e Santa Apolónia (Vieira 1999, I, 77-78).

Durante a guerra civil de 1832-1834 e sobretudo aquando do pico de mortandade provocado pela cólera, noutras localidades portuguesas foram utilizadas cercas conventuais como espaço temporário de enterramento. Em Santarém ou em Castelo de Vide, por exemplo, cercas conventuais usadas aquando da guerra para enterrar os falecidos passaram a servir como cemitérios permanentes (Queiroz 2002, I, 104-105).

Um ano depois da nacionalização dos conventos portugueses, o médico Francisco de Assis Sousa Vaz, em obra pioneira sobre a necessidade de cemitérios modernos, demonstra a sua preferência pelas cercas conventuais, afirmando: "Nos suburbios das principaes [cidades] do Reino existem terrenos estéreis, ou cêrcas de Conventos, que convirião maravilhosamente para este fim" (Vaz 1835, 32). Ora, sensivelmente na mesma altura, surge a lei de Rodrigo da Fonseca Magalhães obrigando ao estabelecimento de cemitérios públicos, reforçando anteriores proibições de inumar cadáveres dentro das igrejas (Queiroz 2002, I, 113).

Ainda antes de esta lei ser publicada, supomos que já a Câmara de Santarém havia solicitado ao Governo a concessão da cerca do extinto Convento dos Capuchos, para tornar permanente o seu uso como espaço de inumação.[4] Curiosamente, outra cerca conventual tinha aqui servido de cemitério temporário, na sequência de uma proposta feita à Câmara por três médicos, em Maio de 1834: "seçar desde já o simeterio que o governo usurpador estabeleceo no norte desta villa, nos olivaes situados entre Santa Clara e São Bento", ficando doravante a ser o cemitério "na serca do Convento do Sítio, por ficar ao sul e fora da villa".[5] Dentro da cerca deste convento, os mortos foram sendo enterrados no laranjal.[6] Entretanto, em Agosto de 1834 há já referência a enterramentos no Cemitério dos Capuchos. O laranjal do

[1] "Notícias da Figueira", n.º 1074, 3 de Março de 1962, p. 2.

[2] Arquivo Histórico Municipal do Porto (A.H.M.P.), Próprias, L.º 27, fls. 352-352v.

[3] "Chronica Constitucional do Porto", n.º 143, 19 de Junho de 1833, p. 1299.

[4] Arquivo Municipal de Santarém (A.M.SA.), Actas, 1833-1837, fl. 113.

[5] A.M.SA., Actas, 1833-1837, fl. 26v.

[6] Arquivo Distrital de Santarém (A.D.S.), Paróquia de Santo Estevão do Milagre, Óbitos, 1802-1854, assento de 16 de Outubro de 1834.

convento franciscano do Sítio passou depois a cemitério do hospital da Misericórdia, instalado no dito convento.[7] Data de 1837 a concessão da cerca capuchinha. O Cemitério de Santarém é, pois, um dos mais antigos actualmente existentes em cerca conventual. Porém, só cerca de trinta anos depois do seu estabelecimento sofreu obras que o tornaram moderno, na completa acepção da palavra (Queiroz 2002, I, 111).

Quanto a Castelo de Vide, sabemos que em Setembro de 1836 a Câmara insistiu na representação dirigida ao Governo, requerendo para cemitério geral da vila o terreno do Pangaio e o contíguo convento franciscano para outros fins, entre os quais a utilização da igreja como capela mortuária. O pedido foi reforçado em Abril e Maio de 1837 (Queiroz 1997, 204). Note-se que já havia cadáveres inumados no Pangaio desde a época da cólera de 1833-1834. A desejada concessão não só evitaria que as sepulturas ficassem abandonadas, como a aceitação social da nova realidade seria menos difícil, embora pudesse pesar a conotação negativa do Pangaio ter sido inicialmente um cemitério para coléricos. O terreno estava quase totalmente circunscrito, não só pelos panos da muralha abaluartada, como também pelo Convento de S. Francisco. Ora, o que mais pesou na preferência das Câmaras por conventos extintos para o estabelecimento de cemitérios foi: os muros (normalmente altos e de boa construção), a proximidade a um local sagrado (a igreja conventual, que poderia ser usada como capela mortuária) e a possível adaptação de dependências conventuais a equipamentos cemiteriais (casa do guarda, arrumos, etc.), por vezes quase sem necessidade de obras. Contudo, sucessivos Governos protelaram tais concessões, sobretudo a municípios com suficientes rendimentos e terrenos próprios adequados para estabelecer cemitérios (Queiroz 2002).

As concessões de Julho de 1839

Em 1835, ano da lei dos cemitérios públicos, a Câmara de Coimbra propôs ao Governo o estabelecimento de dois cemitérios: um "na cerca dos Jesuítas reunida com cerca do extinto Collegio de São Jerónimo" e outro "na cerca do Convento de São Francisco à base da ponte".[8] Tal pedido

[7] Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (A.H.M.C.), Actas, 1833-1837, fl. 183.

[8] A.H.M.C., Títulos originais, 1835-1858, fls. 1v.-2.



FIG. 1 Cemitério de Alenquer, na cerca do Convento de S. Francisco (foto de Francisco Queiroz)

não foi atendido, pelo que, no ano seguinte, foi solicitada ao Governo a cerca do Colégio de Tomar, para um cemitério que servisse toda a cidade do Mondego. Esta cerca foi parcialmente concedida, mas somente em 19 de Julho de 1839.

Várias outras cercas conventuais foram concedidas através desta importante deliberação da Câmara dos Deputados de 19 de Julho de 1839, para cemitérios públicos e para outros equipamentos (Queiroz 2002, I, 259). As localidades beneficiadas com a concessão, parcial ou total, de cercas conventuais destinadas a cemitérios foram: Coimbra, Castelo de Vide, Caminha, Mirandela, Santa Maria da Feira, Pombal, Merceana, Setúbal, Elvas, Figueira da Foz e Évora.[9] Vejamos o que sucedeu nos vários casos.

Em Coimbra, o cemitério não foi estabelecido na parte da cerca conventual concedida em 1839. Tal como sucedeu em outras localidades, a burocracia levou a que tivesse decorrido muito tempo entre a formulação do pedido, a concessão e a efectiva tomada de posse da cerca que, em Coimbra, ocorreu somente em 1843. Com a passagem do tempo, por vezes os fundos orçamentados para a obra do cemitério eram reafectados. Outras vezes, a mudança da vereação tinha como resultado a preferência por outro local para o cemitério, ou até o abandono mais ou menos explícito da intenção em estabelecer um cemitério público. Porém, no caso de Coimbra, terá sido outro o problema: aquando de uma vistoria ao terreno, em Setembro de 1843, concluiu-se que a área cedida era insuficiente para cemitério geral da cidade. Em 1845, o Provedor de Saúde do Concelho recomendou à Câmara que pedisse ao Governo a troca do local destinado a cemitério, visto os facultativos terem julgado mais adequado o Alto da Conchada.[10] Este era terreno particular, pelo que a Câmara, após algumas hesitações, em 1848 optou antes por pedir novamente ao Governo a totalidade da cerca do Colégio de Tomar. Toda a cerca e mesmo o edifício conventual chegaram a ser concedidos, em Abril desse ano.[11] Apesar de a planta ter sido levantada, a obra do cemitério não se fez. A imprensa ecoou falta de vontade política, assim como receios relativamente a um cano que passava pela cerca e abastecia a cidade de água[12]. Outras questões foram levantadas, como a suposta grande proximidade da cerca à cidade e ao seu passeio público, ou a avultada despesa necessária para reparar a igreja conventual, que havia sido deixada à sua sorte durante vários anos. Em 1851, a Câmara de Coimbra pediu licença para vender o Colégio de Tomar e, com o produto, comprar o terreno na Conchada escolhido e demarcado para cemitério. A licença chegou em Dezembro desse ano, e a venda foi feita no primeiro trimestre de 1852.[13] Alguns anos depois, após percalços de vária ordem (negociações difíceis, plantas pouco explícitas), foi finalmente inaugurado o Cemitério da Conchada, actualmente em uso (Portela e Queiroz 1999).

Em Castelo de Vide, a concessão de Julho de 1839 veio oficializar um espaço de enterramento já em uso desde a guerra civil. Contudo, o Convento de S. Francisco estava dentro das muralhas abaluartadas e, perante a adaptação do mesmo a asilo para cegos, com o espaço fronteiro destinado a passeio público, entendeu-se preferível estabelecer um novo cemitério, em local mais afastado, aproveitando um terreno por detrás de uma ermida (Queiroz 1997).

[9] "A Vedeta da Liberdade", n.º 177, Porto, 9 de Agosto de 1839.

[10] A.H.M.C., Actas, 1842-1845, sessão de 30 de Outubro de 1845, fl. 244v.

[11] A.H.M.C., Títulos originais, 1835-1858, fl. 70.

[12] "O Observador", n.º 334, 21 de Setembro de 1850.

[13] A.H.M.C., Actas, 1849-1853, sessão de 17 de Janeiro de 1852, fl. 117.

No caso de Caminha, em Julho de 1839 foi cedido o terreno da cerca de Santo António dos Capuchos, situada no ponto mais alto da vila e em local retirado. Era o sítio ideal para o cemitério, mas este demorou a ser aberto. Em Setembro de 1848, ainda não se faziam ali enterramentos. Não havia portal, nem grades, nem o cruzeiro considerado necessário para conferir decência ao espaço. O muramento começado em 1845 ficara por acabar, alegadamente devido ao contexto político da *Maria da Fonte*.[14] Em 1851, devido à invocada falta de meios e à "grande anthipatia" dos povos, o único cemitério do concelho de Caminha a funcionar, e que ainda hoje serve a vila, era aquele estabelecido em parte da cerca do extinto convento de Santo António. Porém, o respectivo portal só viria a ser construído algum tempo depois.

Em relação a Mirandela, a concessão feita em Julho de 1839 referia-se à parte da cerca do extinto Convento dos Trinos Descalços considerada suficiente para o cemitério. Contudo, só em 1865 a questão foi retomada, com os facultativos a opinarem que o terreno do Outeiro, escolhido pela Câmara, não era muito adequado, embora não houvesse melhor alternativa junto à vila. Nesse ano, já havia planta elaborada e foi orçamentada a construção de parte dos muros.[15] No orçamento suplementar para 1866-1867, foi prevista a finalização dos muros e apenas em Dezembro de 1868 se orçamentou a construção do portal de cantaria e as portas de ferro.[16] Em Outubro de 1869, arrematou-se a obra do portal.[17] O cemitério acabou por ficar num sítio bem próximo da vila, mas ainda hoje em local relativamente retirado.



FIG. 2 Portal do Cemitério de Caminha (foto de Francisco Queiroz)

Quanto a Santa Maria da Feira, a concessão feita em Julho de 1839 reportava-se ao único convento existente — o dos Lóios —, situado num dos extremos da vila e com a cerca em local alto. Foi apenas concedido o espaço considerado suficiente e o cemitério viria efectivamente a ser ali estabelecido. Porém, as benfeitorias tardaram. O portal ostenta a data de 1853 e, no cemitério, não subsistem sequer monumentos de época próxima à do portal.

À Merceana, em Julho de 1839 foi concedida para cemitério a cerca do Convento de Santo António de Charnais. Efectivamente, o cemitério actual encontra-se nos terrenos da cerca, situada fora da povoação. Porém,

[14] Arquivo Distrital de Viana Do Castelo (A.D.V.C.), Governo Civil, Correspondência vária sobre cemitérios de Viana do Castelo, Valença e Caminha.

[15] Arquivo Histórico Municipal de Mirandela (A.H.M.MIR.), Actas, 1861-1866, fls. 159v.-161v.

[16] A.H.M.MIR., Actas, 1866-1869, fls. 47v. e 157.

[17] A.H.M.MIR., Actas, 1869-1872, fls. 12-13.

o cemitério não acusa estruturas arquitectónicas ou monumentos da década de 1840. Aliás, no portal pode ler-se a data de 1892.

Quanto a Setúbal, em Julho de 1839 foi concedida a cerca do extinto Convento de S. Domingos. A escolha desta cerca justificava-se, não só por estar na periferia (embora ainda dentro da última cintura de muralhas), mas também por já ali existir bem perto o Cemitério da Misericórdia, para o qual foi depois aberta uma ligação. No caso de Setúbal, no final da década de 1840 foram realizadas obras na cerca conventual, estando ainda hoje o cemitério neste local.

O caso de Elvas foi semelhante ao de Caminha. Em Julho de 1839 aprovou-se a concessão da tapada, jardim e igreja do extinto convento capuchinho de S. Francisco, situado numa elevação fora do núcleo urbano. Ainda hoje o cemitério aproveita o aqueduto como parte do muro, a igreja do convento como capela mortuária, e quase todas as dependências conventuais que restaram são arrumos.

Quanto a Pombal, em Julho de 1839 foi concedida a cerca do Convento de Santo António. Dois anos depois, a Câmara informava não ter ainda "podido construir [o cemitério] em consequência d'não haver meios para aquella obra", embora admitisse que o custo até não seria elevado.[18] Em Janeiro de 1843 foi finalmente benzido o cemitério público, construído com o apoio de contribuições voluntárias de algum povo, ocupando apenas parte da cerca conventual concedida.[19] Porém, nos anos seguintes, sucederam-se as excepções à inumação obrigatória no cemitério. Primeiro, foram os adros de capelas fora da vila. Em Julho de 1856, o adro da Igreja de S. Pedro voltou a receber inumações e passou a ser espaço preferencial de enterramento até, pelo menos, 1857, com algumas excepções nos referidos adros de capelas, desaparecendo as referências a inumações no cemitério público. Este viria a ser abandonado: o actual Cemitério de Pombal situa-se na estrada de acesso ao castelo, ostentando a data de 1867 à entrada.

Quanto à Figueira da Foz, a concessão feita em Julho de 1839 veio somente legitimar o uso cemiterial de parte da cerca do convento capuchinho. Efectivamente, em Dezembro de 1835, por pressão do Vigário Interino, a Câmara escolhera para cemitério público a parte da cerca dos Capuchos onde já tinham sido feitos enterramentos aquando da epidemia de cólera de 1833.[20] Eximindo-se das suas responsabilidades, a Câmara declarava público um cemitério provisório já existente, ficando a coberto da lei. Em Maio de 1836, o Vigário Interino lembrou à Câmara a necessidade de prontificar o cemitério designado, pois não estava este ainda em condições de ser benzido e a sobrelotação de sepulturas nas igrejas agudizava-se. A Câmara voltou a escusar-se, propondo ao Vigário que benzesse o terreno. Este declarou que não o poderia fazer enquanto o cemitério não estivesse pronto e decente. O pequeno valado que existia na parte nascente não impedia a entrada no recinto cemiterial de animais que costumavam pastar na cerca do extinto convento.[21] A partir de Janeiro de 1837, todos os enterramentos passam a ser feitos no cemitério da cerca dos Capuchos (Mendes 1938, 16). Entretanto, a Câmara da Figueira da Foz viu-se na contingência de pedir a concessão da cerca do convento para que a situação ficasse regularizada e fosse possível ampliar o cemitério. Optou por pedir ao Governo todo o Convento dos Capuchos, incluindo a cerca e um armazém,

[18] Arquivo Distrital de Leiria (A.D.L.), Governo Civil, Correspondência de Câmaras Municipais, 1832-1866.

[19] A.D.L., Paróquia de Pombal, Óbitos, 1839-1857, fl. 31.

[20] Arquivo Municipal da Figueira da Foz (A.M.F.F.), Pastas com documentos avulsos sobre os cemitérios do concelho da Figueira da Foz, p. 16.

[21] A.M.F.F., Pastas com documentos avulsos sobre os cemitérios do concelho da Figueira da Foz.



FIG. 3 Portal do Cemitério dos Remédios, em Évora (foto de Francisco Queiroz)

invocando a necessidade de possuir uma casa para as sessões, escolas públicas, um tribunal e um hospital, além do cemitério. O pedido foi integralmente concedido, sem que tenha sido formalmente levantada qualquer objecção quanto à prevista instalação de todos estes serviços junto ao cemitério, que permaneceu no local até hoje. O mesmo não sucedeu com as valências previstas para os edifícios do extinto convento. De facto, quando no início de 1840 a Câmara da Figueira da Foz nomeou uma comissão para a conclusão da obra do cemitério, surge-nos a Misericórdia como entidade detentora do convento extinto, provavelmente devido ao hospital que viria ali a funcionar. Assim, em Fevereiro de 1840, o então Provedor acedeu ao pedido da Câmara para que, na obra do cemitério, fosse utilizada pedra extraída da própria cerca do extinto convento. O mesmo Provedor concordou com a abertura de uma porta que, da igreja do extinto convento, servisse directamente o cemitério, para transporte dos cadáveres. Não apurámos ainda se esta porta se rasgou ou não. Existe actualmente um portal entaipado ao fundo do cemitério, encostado às paredes do antigo convento. Este portal pode, no entanto, referir-se a uma casa de depósito construída em 1856 no cemitério,[22] pois insere-se num pequeno anexo. Curiosamente, o Cemitério da Figueira da Foz teve uma secção privativa, concedida em Fevereiro de 1841 à Ordem Terceira de S. Francisco. A secção foi estabelecida no antigo jardim dos frades, separada do cemitério público por um tapume de madeira que, em 1841, a Câmara pretendia ver transformado em muro definitivo (Mendes 1938, 16 e 28). Este cemitério privativo ficaria talvez na parte inferior do cemitério actual, provavelmente contíguo à igreja. Talvez este facto ajude a explicar a existência de um segundo portal, mais pequeno, de entrada para o cemitério.

Dos vários municípios contemplados com a deliberação de 19 de Julho de 1839, deixámos para o fim o interessante caso de Évora. A lei de 1835 dos cemitérios públicos foi cumprida com relativa celeridade pois, em 1836, já a cidade tinha um cemitério provisório, no baluarte do Assa, em terreno próximo ao Hospital da Misericórdia. Este cemitério provisório funcionou até 1839 (Carolino 1996, 279). Entretanto, o cemitério definitivo foi planeado para a cerca do extinto Convento dos Remédios, situado junto a uma das principais entradas na cidade. O pedido de concessão

[22] A.M.F.F., Pastas com documentos avulsos sobre os cemitérios do concelho da Figueira da Foz.



da cerca foi dirigido ao Governo em Maio de 1839, embora possam ter existido outros pedidos anteriores no mesmo sentido (Carolino 1996, 282). Em 1840, o portal renascentista da igreja do extinto Convento de S. Domingos foi reerguido no muro da cerca dos Remédios como portal do novo cemitério público. Aproveitou-se pedra já lavrada, para tornar mais barata a obra e dar-lhe dignidade e carácter religioso. Foram atribuídos nomes de santos aos talhões do novo cemitério, tendo sido colocadas no meio dos talhões umas colunas encimadas por imagens pétreas dos santos respectivos, quase como que entidades tutelares: Senhora dos Remédios, Senhora do Leite, S. José, S. João Baptista, S. Francisco Xavier e S. Bruno. As imagens eram provenientes de alguns conventos eborenses extintos, como o de S. Domingos, o da Graça e o da Cartuxa (Carolino 1996, 279). Curiosamente, as colunas em que ainda hoje assentam estas imagens foram também reaproveitadas, provavelmente de algum desses extintos conventos, pois são desiguais no estilo e dimensão.

Outras concessões de cercas conventuais para cemitérios

Várias outras cercas conventuais portuguesas foram concedidas para cemitério. Em Viana do Castelo, já em Maio de 1834 se previa a cerca dos Agostinhos como sítio para um dos dois cemitérios paroquiais de Viana. Porém, por portaria de Outubro de 1835, foi colocada à disposição da Câmara a mata do extinto convento franciscano para o cemitério público que servisse as duas freguesias urbanas (Queiroz 2002, I, 271). A Câmara não aproveitou a concessão, mesmo sendo relativamente fácil e barato ali estabelecer o cemitério. Em 1839, quando a Câmara pede novamente a mata conventual, clarifica-se: "A cerca concedida é inteiramente própria para o cemitério, consistindo em um paralelogramo quasi regular, com ruas de altas árvores de buxo (próprias em tal lugar pelo escuro, e conservação da folhagem), pequenas capelas, algumas cruzes de pedra, e circundado de muro, de maneira que, para ser um formoso cemitério, nada mais é preciso de que cortem os carvalhos que há nos quatro quarteirões de que se compoem, e principiem a inumar" (Capela 1997, 171-172). Efectivamente, a parte municipal do Cemitério de Viana ainda hoje existe neste terreno, de algum modo decalcando a sua organização anterior à extinção das ordens religiosas. Porém, o estabelecimento do cemitério foi complexo, com avanços e recuos por parte de sucessivas vereações, sendo de realçar que a Ordem Terceira de S. Francisco estabeleceria

FIG. 4 O Cemitério das Angústias, no Funchal, embora não se situando numa cerca conventual, incorporou as portas do extinto Convento de S. Francisco. Quando, em 1865, se demoliu este convento para ali ser levantado um edifício destinado a paços do concelho, foi também removida do interior do templo a lápide sepulcral que cobria os restos mortais do fundador e colocada no Cemitério das Angústias. Sob ela depositaram-se muitas ossadas, exumadas por ocasião daquela demolição ("Archivo Pittoresco", 1864, p. 240).

um cemitério mesmo ao lado. Abordaremos este processo detalhadamente, em livro a editar pela respectiva autarquia.

Em Braga, aquando da lei de 1835, a Câmara respondeu rapidamente à circular da respectiva Administração Geral do Distrito, indicando a cerca dos Gracianos, ou do Pópulo, como o espaço apropriado para estabelecer um cemitério público que servisse a cidade. O Administrador Geral do Distrito sugeriu que a Câmara comprasse à Fazenda Nacional a dita cerca, mostrando-se indisponível para intermediar um pedido de concessão gratuita. Por conseguinte, a Câmara optou por outra cerca conventual — a do Carmo, tendo dirigido um pedido ao Governo para a sua concessão, possivelmente em 1838. Porém, em Fevereiro de 1840, ainda o Ministério do Reino indagava o Administrador Geral do Distrito sobre se a cerca do Convento do Carmo era conveniente para cemitério. A concessão foi outorgada em Outubro de 1842, sendo respeitante apenas ao laranjal da cerca do Convento do Carmo, com um campo murado contíguo, uma casa que servira de botica, a casa do celeiro e a varanda com o seu terreiro ao meio. Havia em cofre uma considerável quantia oferecida por particulares para a obra. Porém, sucessivas mudanças na vereação bracarense e uma opinião pública desfavorável aos cemitérios públicos, numa cidade repleta de igrejas com espaço disponível para sepulturas, levaram a que o processo não avançasse. O terreno concedido na cerca do Carmo foi depois considerado insuficiente e pantanoso. A Câmara continuava a preferir a parte superior da cerca do extinto convento do Pópulo, ainda que admitindo falta de dinheiro para ali estabelecer um cemitério apropriado à importância da cidade. Em 1845, a imprensa ainda propôs



FIG. 5 Na segunda metade de Oitocentos, a entrada para o cemitério municipal de Viana do Castelo era feita através da igreja do extinto Convento de S. Francisco, prolongando-se axialmente até à capela mortuária, situada ao fundo do cemitério (foto de Francisco Queiroz)

alargar o cemitério do Hospital de S. Marcos, de modo a passar a ser o cemitério geral de Braga. Em 1846, a Câmara pediu mesmo permissão à Rainha para vender o terreno da cerca do Carmo e, com o produto, comprar outro terreno mais apropriado para cemitério. Em Março de 1852, o engenheiro Belchior José Garcez informou a Câmara que o terreno concedido na cerca do Carmo era muito limitado para a população de Braga, sendo necessário, não só toda a cerca, como terrenos contíguos. Perante esta constatação e atendendo a que parte da cerca fora vendida em hasta pública, em 1843,[23] a Câmara optou por uma quinta situada a nordeste da cidade, onde o cemitério viria a ser estabelecido, embora a inauguração date somente de 1870 (Queiroz 2002, I, 275-277).

Em Montemor-o-Novo, terá sido em 1837 que a Câmara pediu ao Governo a concessão de parte de uma cerca conventual para estabelecer o cemitério público. Optou-se pela de S. Domingos. A Câmara teve de insistir, dispondo-se a pagar pelo terreno na referida cerca — coisa rara em pedidos semelhantes — o que levou a uma rápida concessão, em Julho de 1838 (Portela e Queiroz 2002). Porém, poucos meses depois, perante a necessidade de se construir um quartel militar em Montemor-o-Novo, a Câmara decidiu pedir ao Governo a concessão de um edifício conventual. Não havendo unanimidade sobre se deveria ser pedido o de S. Francisco ou o de S. Domingos, foram convocados facultativos e professores de farmácia, que determinaram ser o terreno na cerca franciscana mais apropriado para cemitério. A Câmara resolveu então voltar atrás na opção feita um ano antes e, em Setembro de 1838, pediu ao Governo parte da cerca franciscana, para cemitério, iniciando logo as obras de muramento.[24] Porém, o pedido não foi atendido, certamente por não pressupor o pagamento do terreno, como se tinha sujeitado a Câmara meses antes em relação à cerca de S. Domingos. Ora, o Governo julgou certamente abusiva a troca, interpretando-a como forma de fugir a compromissos firmados. A situação manteve-se em impasse durante alguns anos (Portela e Queiroz 2002). Em 1844, foi o próprio Governador Civil de Évora quem reiterou o pedido ao Governo, de um terreno para cemitério na cerca de S. Francisco de Montemor-o-Novo. Pedia-se agora mais terreno, na direcção da capela-mor da igreja, com o objectivo claro de fazer a ligação à mesma, o que não havia sido previsto no muramento iniciado em 1838. Concedida a cerca e resolvidos alguns constrangimentos orçamentais, a Câmara iniciou as obras do cemitério em 1845, tendo sido o espaço arborizado e fechado com portão de ferro em 1846, quando se procedeu à bênção (Portela e Queiroz 2002).

Um caso com contornos semelhantes ao de Montemor-o-Novo deu-se em Viseu. Já em 1835 a Câmara tinha decidido estabelecer o cemitério na cerca do extinto Convento de Santo António, para onde também foi planeado um passeio público. O pedido que a Câmara fez ao Governo foi aceite em Abril de 1838, especificando-se que a concessão seria para cemitério, passeio público e viveiro botânico. Porém, em 1836, o edifício conventual propriamente dito havia sido também pedido pela Câmara de Viseu para servir parcialmente como quartel, paços do concelho, repartição dos expostos, biblioteca pública e oficinas. Se em 1838 a Câmara não foi contemplada com tal concessão, mas só com a que fora pedida em 1835 — como se depreende —, é certo que em 1845 o edifício e a

[23] Arquivo Municipal de Braga (A.M.B.), Pasta com documentos avulsos sobre cemitérios.

[24] Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.), Actas, 1838-1839, fl. 89.



cerca foram ambos cedidos para um quartel. A ideia do cemitério naquele local já em 1844 estava abandonada, pois a Câmara procurava então um terreno alternativo.[25] Este não foi uma cerca conventual, mas manteve-se a preocupação de associar o cemitério a um espaço sacralizado, nesse caso a Igreja da Via Sacra. Não tendo sido possível essa solução, em 1851 optou-se por um contrato entre a Câmara e a Misericórdia para a construção de um cemitério comum, na quinta que esta detinha junto ao hospital. O terreno foi aprovado sem qualquer oposição e a obra executada no ano seguinte.[26]

A cidade de Aveiro também viu o seu cemitério construído em parte da cerca de um convento extinto: o de S. Domingos. A obra foi feita a partir de Janeiro de 1836[27] e inaugurada ainda no fim dessa década, alegadamente com a presença de antigos frades dominicanos[28]. Este aspecto é interessante, até porque a capela do cemitério foi guarnecida com vários objectos provenientes da casa do capítulo do extinto convento: um altar e seu retábulo e um Cristo crucificado.



Cerca de um ano após a já referida deliberação da Câmara de Deputados de 19 de Julho de 1839, a Câmara de Gaia veio pedir a cedência do convento e cerca da Serra do Pilar, invocando o profundo simbolismo do local aquando do Cerco do Porto e a necessidade de não cair em "mãos avaras e interesseiras". A ideia era obter rendimento com a cerca, de modo a permitir o restauro da igreja e do convento, para onde se previa a instalação dos paços do concelho. O cemitério municipal ficaria em parte da cerca. O pedido frisava que Gaia não tinha recebido

[25] Arquivo Municipal de Viseu (A.M.VIS.), Actas, 1852-1856, fl. 56.

[26] A.M.VIS., Actas, 1852-1856, fl. 56.

[27] Arquivo Histórico Municipal de Aveiro (A.H.M.AV.), Actas, 1833-1840, fl. 70.

[28] *Aveiro. Apontamentos avulsos*. Manuscrito policopiado existente na Biblioteca Municipal de Aveiro, da autoria de Rangel de Quadros (1911-1916), p. 308-309.

FIG. 6 Cemitério de Arcos de Valdevez (foto de Francisco Queiroz)

FIG. 7 Cemitério de Moura (foto de Francisco Queiroz)

ainda “a mais insignificante porção na generosa e bem entendida partilha que se tem feito de grande parte dos Bens Nacionaes”, o que não era justo para um concelho que “tão eficazmente cooperou e continua a cooperar para a Regeneração Nacional” (Queiroz 2002, I, 201). A ideia de colocar o cemitério municipal em parte da cerca foi mesmo concretizada, embora só depois de um novo pedido de concessão. O cemitério foi estabelecido na Serra do Pilar em 1855, devido à epidemia de cólera desse ano. Porém, passada a epidemia, as duas freguesias da sede do concelho trataram de estabelecer cemitérios próprios. A concessão feita pelo Governo implicava um ónus monetário, pelo que o cemitério municipal na cerca da Serra do Pilar seria abandonado pela vereação seguinte e passou a ser mais tarde um campo de treino militar.

Sabemos que outros conventos extintos foram pedidos, concedidos e/ou usados como cemitérios, mas não estudámos esses casos. O Cemitério de Vila do Conde foi construído na cerca de um extinto convento franciscano. O mesmo sucedeu em Alenquer, Moura e Arraiolos. Em Estremoz, a despeito da cerca do convento de Santo António ter sido uma pedreira de mármores bastante utilizada no último quartel do século XIX (nomeadamente para túmulos), o cemitério ficou em parte da mesma. Em Cantanhede, o cemitério foi estabelecido à volta de 1837 na cerca do extinto convento de Santo António.[29] Em Lisboa, a cerca do Convento de S. Cornélio foi utilizada para estabelecer o Cemitério dos Olivais. Em Arcos de Valdevez, o cemitério foi inaugurado no Verão de 1856, junto ao convento capuchinho de S. Bento, não na cerca, mas no próprio adro que precedia o portal da igreja, o qual foi, para isso, vedado.[30] Ainda hoje a igreja conventual serve como capela mortuária, ficando numa posição axial face à rua mais antiga do cemitério.

Inversamente, em 1863, a Câmara de Leiria pediu ao Governo a concessão da igreja, do claustro e da cerca do extinto Convento de Santo António dos Capuchos para ali estabelecer o cemitério, o que não viria a ser concedido (PORTELA / QUEIROZ 2000). Em 1866, a Câmara de Amarante pediu a posse do Convento de Santa Clara, não só para um colégio feminino, na parte que restava do edifício, mas também para cemitério público, na parte mais elevada da cerca.[31] O pedido não teve o melhor seguimento. O actual Cemitério de Amarante é cerca de quinze anos posterior e encontra-se noutro local, mais afastado do núcleo urbano.

No caso de povoações que cresceram em volta de um mosteiro rural, foi também comum a colocação do cemitério na cerca, até porque, muitas vezes, a igreja conventual converteu-se em igreja paroquial. Sucedeu isso mesmo em Vairão, Paço de Sousa, Travanca, S. Cristóvão de Lafões, Cucujães, Santo António dos Olivais (Coimbra), ou Alcobaça. Em alguns destes casos, o cemitério foi colocado, não na cerca, mas no adro, posteriormente murado.

Por vezes, em contextos mais conservadores, o claustro e até espaços cobertos conventuais eram pretendidos para servir de cemitério público. Em 1838, a Junta de Paróquia de Cerdal (Valença) julgava ser conveniente a capela e claustro do extinto convento de Mosteiró para cemitério, pois já “há emensos annos aí se enterram os moradores da freguesia”, e muitos ali tinham sepulturas pagas há bastante tempo. Assim poderiam evitar-se despesas supérfluas aos moradores.[32]

Sabemos também que alguns espaços de conotação conventual não abrangidos pela extinção das ordens

[29] Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), Governo Civil, Documentos relativos a obras em cemitérios, 1852-1868.

[30] “O Ecco Popular”, n.º 202, 4 de Setembro de 1856.

[31] “O Commercio do Porto”, n.º 64, 21 de Março de 1866, p. 2.

[32] Arquivo Histórico Municipal de Valença (A.H.M.VAL.)., Correspondência acerca de cemitérios, fl. 16.



FIG. 8 Antigo cemitério de Alcobaça (foto de Francisco Queiroz)

religiosas foram usados para cemitério. Além do já mencionado caso da Ordem Terceira de S. Francisco de Viana do Castelo, em Vila Real parte da cerca do inacabado Recolhimento da Ordem Terceira do Carmo foi usada como cemitério privativo, onde chegaram a ser erigidos alguns monumentos. Este foi depois encerrado por ordem superior (Queiroz e Portela 2000).

Podemos assinalar igualmente cemitérios que, não tendo sido estabelecidos em antigas cercas conventuais, foram posicionados em terrenos do Estado com algumas das vantagens que tinham as cercas conventuais, como a preexistência de muros e de uma igreja: Santiago do Cacém e Montemor-o-Velho (onde os respectivos cemitérios foram estabelecidos no castelo, encostados a uma igreja), e Veiros (onde o antigo cemitério se situava num contexto semelhante). Os cemitérios de Sesimbra, Vila Viçosa e Torres Novas (este último, removido para outro local há muitas décadas) também apresentam semelhanças com os anteriores, em termos de posicionamento urbano.

Conclusão

As cercas conventuais não foram solução para os cemitérios municipais de Lisboa e Porto, em boa medida por não as haver com extensão suficiente para a escala das respectivas cidades. A opção foram quintas periféricas: Prazeres e Alto de S. João, em Lisboa; Prado do Bispo e Agramonte, no Porto. Muros e demais benfeitorias das quintas foram aproveitados. Em outras cidades importantes, como Braga e Coimbra, cercas conventuais foram inicialmente a solução desejada, mas os cemitérios respectivos acabaram por ser estabelecidos em quintas, com subsequentes ampliações para terrenos contíguos.

As cercas foram sobretudo a solução ideal em núcleos urbanos de média e pequena dimensão, onde existisse pelo menos um convento masculino extinto fora dos limites urbanos. Devido ao facto de os capuchinhos terem tido os seus conventos geralmente fora destes limites, foi bastante comum a adaptação das suas cercas a cemitério.

Bastantes cercas conventuais destinadas a cemitérios foram concedidas entre 1835 e 1840. Posteriormente, passaram a existir menos conventos disponíveis para tal fim. Por outro lado, quando o Estado foi começando a tomar posse dos conventos femininos, na sequência da morte da última freira, muitos núcleos urbanos onde estes conventos existiam já tinham o seu cemitério estabelecido.

A opção por cercas conventuais foi também uma das mais típicas formas de adiar a questão, por parte de vereações mais conservadoras e menos interessadas em estabelecer cemitérios públicos. Muitas Câmaras entendiam que o povo não podia ser onerado com novos serviços que não desejava. Ora, a compra de terreno apropriado, bem como o respectivo muramento e construção de capela mortuária, eram das mais dispendiosas fatias na despesa de construção de um cemitério. Sendo o poder central, frequentemente, o principal interessado na criação de cemitérios públicos, as Câmaras julgavam-se no direito de usar para esse fim uma cerca de convento nacionalizado. Assim, não só não necessitavam de gastar avultadas verbas na compra de terreno, como podiam aproveitar os muros, e as igrejas conventuais para capelas mortuárias. Por outro lado, como em quase todas as povoações importantes existia pelo menos um convento ligeiramente afastado do núcleo urbano, era possível criar cemitérios públicos consensuais: afastados de zonas populacionais mas, simultaneamente, próximos a espaços sagrados. Deste modo, a resistência social atenuava-se.

Por vezes, as cercas conventuais até possuíam arvoredo e caminhos, que podiam ser aproveitados na planta para o cemitério, invariavelmente resultando num plano geometrizante, ainda que os cemitérios estabelecidos em outro tipo de terrenos não tivessem necessariamente planos mais ondulantes e próximos do paradigma romântico.

Algumas cercas conventuais continham nichos e capelas, aproveitáveis para infundir no povo menor aversão ao novo espaço de enterramento. Por tudo isto, os cemitérios em cercas conventuais estavam propensos a mais rapidamente receber os primeiros monumentos tumulares. Em Viana do Castelo, um túmulo do extinto convento contíguo foi mesmo reutilizado no novo cemitério. Por outro lado, vários portais, imagens de santos, retábulos, sinos e outros artefactos de conventos extintos foram aproveitados para cemitérios, mesmo quando estes não se situavam em antigas cercas.



FIG. 9 Em Itália também se recorreu a cercas conventuais para estabelecer novos cemitérios (GOODY / POPPI 1994, 156). Foram escolhidas sobretudo as cartuxas que, pelas suas características, situavam-se quase sempre em local periférico. Assim sucedeu em Ferrara (na imagem) e em Bolonha (foto de Francisco Queiroz)



FIG. 10 Em Espanha, existem igualmente cemitérios oitocentistas em cercas conventuais, como o de Santiago de Compostela (foto de Francisco Queiroz)

Assim se pouparam os cofres municipais, evitando-se o desaparecimento de algumas obras de arte. Os cemitérios em cercas conventuais preveniram também a demolição de várias igrejas, embora o seu uso como capela mortuária não tenha, em muitos casos, evitado a degradação de telas, retábulos e outros aspectos decorativos, por falta de devoção associada, salvo no caso das igrejas conventuais que passaram a paroquiais.

As causas que levaram ao falhanço de alguns cemitérios em cercas conventuais extintas prenderam-se sobretudo com a proximidade ao centro urbano e também com a exiguidade da cerca.

Em Portugal, por via do crescimento urbano, os cemitérios em antigas cercas conventuais encontram-se hoje em áreas relativamente centrais, sendo espaços com grande potencial turístico, até porque congregam preexistências conventuais com o cemitério oitocentista propriamente dito.

BIBLIOGRAFIA

CAPELA, José Viriato. 1997. *A Revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos de implantação do Liberalismo*. Braga: Governo Civil de Braga.

CAROLINO, Luís Miguel Nunes. 1996. "A cidade dos mortos — um espelho da cidade dos vivos. Estratégias de afirmação social no cemitério de N.ª S.ª dos Remédios de Évora. 1840-1910". *Actas do 2.º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, Lisboa: Associação de Professores de História.

GOODY, Jack e Poppi, Cesare. 1994. "Flowers and bones: approaches to the dead in anglo-american and Italian cemeteries". *Journal of Contemporary Studies of Society and History*, 38, 1: 146-175.

MENDES, Júlio da Fonseca. 1938. "Materiais para a história do cemitério setentrional da Figueira da Foz". Figueira da Foz, separata de *O Figueirense*, ano XIX.

PORTELA, Ana Margarida e Queiroz, Francisco. 1999. "O Cemitério da Conchada. Introdução ao seu estudo". *Munda*, 37, Maio de 1999: 65-76.

PORTELA, Ana Margarida e Queiroz, Francisco. 2000. *O Cemitério de Santo António do Carrascal: Arte, História e Sociedade de Leiria no Século XIX*. Policopiado.

PORTELA, Ana Margarida e Queiroz, Francisco. 2002. "Contributos para a História da Arquitectura e do Urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX. I — O Convento de Nossa Senhora da Saudação. II — O Cemitério de S. Francisco". Montemor-o-Novo, separata de *Almansor*, 1, 2.ª série.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 1997. *Especificidades da arte funerária oitocentista na região da Serra de S. Mamede. Os Cemitérios de Portalegre, Castelo de Vide e Nisa*. Porto: Fundação da Juventude, vol. I: 168-253.

QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 2002. *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

QUEIROZ, Francisco e Portela, Ana Margarida. 2000. "O Cemitério de S. Dinis e a memória de Vila Real na época romântica". *Tellus*, 32, Maio de 2000: 3-17.

VAZ, Francisco de Assis Sousa. 1835. *Memoria sobre a inconveniencia dos enterros nas igrejas, e utilidade da construção de cemitérios.* Porto: Gandra & Filhos.

VIEIRA, Paula Cristina André dos Ramos Pinto. 1999. *Os cemitérios de Lisboa no século XIX. Pensar e construir o novo palco da memória*. Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

MEMÓRIAS E VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DE QUATRO CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO, CASA PROFESSA DE SÃO ROQUE, CASA DO ESPÍRITO SANTO DA PEDREIRA E CONVENTO DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

MARIA MOREIRA BAPTISTA DE MAGALHÃES RAMALHO
Direção-Geral do Património Cultural
mramalho@dgpc.pt

RESUMO

Integrado nas atribuições das instituições que antecederam actual Direção-Geral do Património Cultural,* foi possível desenvolver um conjunto de intervenções arqueológicas em quatro casas religiosas de Lisboa, a maior parte das vezes por ser obrigatório acompanhar as obras de reabilitação ou porque era necessário prever os impactos patrimoniais ao nível do subsolo com a realização de sondagens prévias. Apesar das condições de trabalho nem sempre terem sido as mais desejáveis e as zonas de intervenção bastante circunscritas, tendo em conta o potencial científico dos imóveis, os resultados foram importantes originando assim a necessidade de apresentar este primeiro trabalho de síntese, testemunho de como, em qualquer circunstância, a arqueologia tem sempre um papel fundamental tanto na reconstituição da história dos edifícios, como no desvendar do quotidiano daqueles que os habitaram.

PALAVRAS-CHAVE
ARQUEOLOGIA | ARQUITECTURA | CASAS RELIGIOSAS | LISBOA

ABSTRACT

Under the aegis of the institution responsible for Portuguese architectural and archaeology heritage, it was possible to do a considerable amount of archaeological work on four religious houses in Lisbon, most of the time because it was necessary to monitor restoration works or prevent impacts in the subsoil. Although the working conditions were not always the most appropriate and the work areas were quite limited, considering the scientific potential of the buildings, we present in this publication a summary of the the main results achieved, showing how in any circumstances archaeology not only plays an essential role in reconstituting a building's history, but also unveils the everyday lives of those who lived in it.

KEYWORDS
ARCHAEOLOGY | ARCHITECTURE | RELIGIOUS HOUSES | LISBON

Introdução

A oportunidade de abordar um conjunto substancial de informações dispersas sobre quatro casas religiosas de Lisboa permitiu, entre outros aspectos, detectar algumas ligações históricas interessantes entre elas, nomeadamente o papel incontornável de D. Manuel como principal promotor de grandes obras. Marcas do apogeu e declínio destes importantes conjuntos edificados e das comunidades que os habitaram ficaram selados nos vestígios arqueológicos que fomos encontrando ao longo dos trabalhos. A uma Lisboa ocupada por vastos domínios religiosos cercados e escondidos dos olhares dos cidadãos, seguem-se um sem número de calamidades e alterações políticas e sociais que, aos poucos, vão desmembrando estes vastos territórios, dando lugar a uma cidade mais cosmopolita mas também mais retalhada e empobrecida. Apesar do imenso património artístico que sabemos ter estado associado a estes impressionantes imóveis já não existir e dificilmente se acreditar que alguma vez ali esteve, tendo em conta o actual despojamento ou as alterações que entretanto foram acontecendo, nem tudo se perdeu e hoje resta-nos a imponência dos espaços arquitectónicos a carecer ainda de estudos mais aprofundados. Foi essa oportunidade que quisemos aproveitar, não sendo sempre possível ir tão longe como desejaríamos, fruto, sem dúvida, das circunstâncias em que se desenrolaram os trabalhos. Fica no entanto claro, tendo em conta os casos aqui apresentados, que é sempre fundamental associar à pesquisa documental o olhar estratigráfico do arqueólogo, um olhar que procura entender as distintas "espessuras arquitectónicas" sempre presentes nos edifícios históricos.

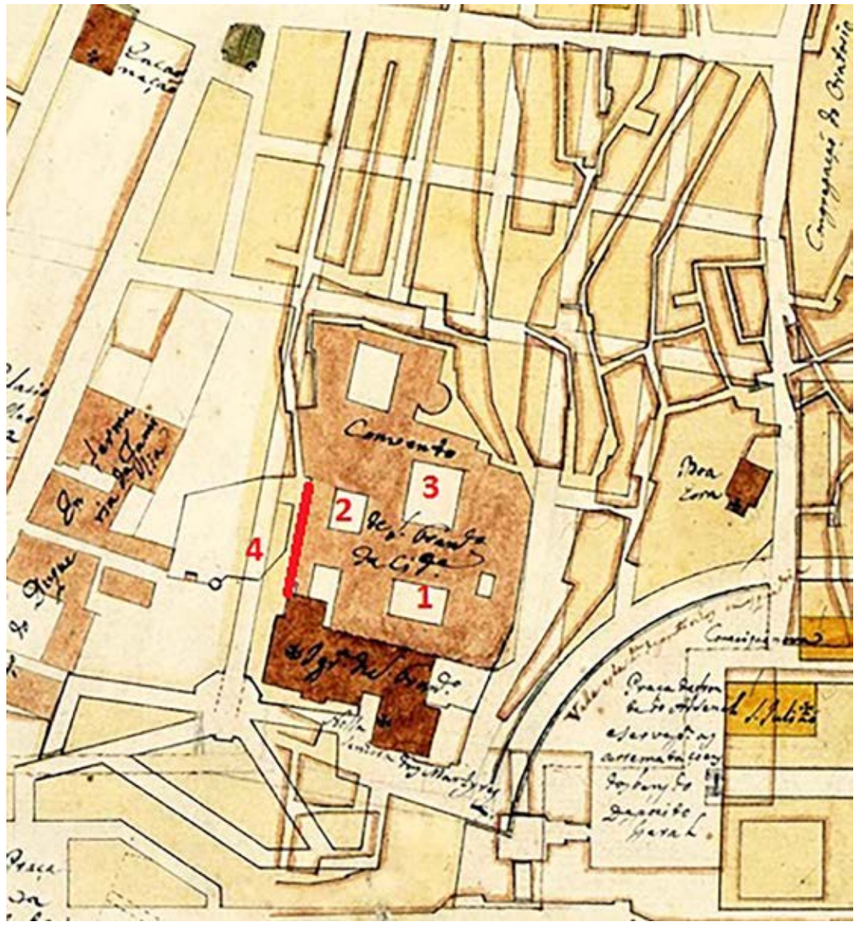


FIG. 1 Desenho do Convento de S. Francisco com registo de construções *anteriores ao sismo de 1755: n.º* 1 — Local do claustro mais antigo situado a Norte da igreja; n.º *2* — zona onde surgiram arcadas de um antigo claustro e uma cisterna; n.º *3 — cisterna grande das Belas Artes; n.º 4* — troço de fachada que foi descoberta durante os trabalhos. Desenho baseado na Carta de E. Santos, C. Mardel (1735 -1756?), DGT — IGEO.

* IPPC, IPPAR e IGESPAR IP.

1. Convento de São Francisco

1.1. Intervenção arqueológica

No ano de 1993 foi solicitado ao antigo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) o acompanhamento das obras de remodelação do MNAC, iniciativa esta que surgiu na sequência do incêndio do Chiado e do generoso apoio do Estado Francês concretizado no projecto Jean-Michel Wilmotte. Importa lembrar que não só este Museu, como a Faculdade de Belas Artes, a Polícia de Segurança Pública e o antigo Governo Civil, ocupam hoje o que resta dos espaços do extinto Convento de São Francisco, abrangendo um recinto delimitado pela Rua Vítor Córdon (antiga Rua Ferragial de Cima), Rua Serpa Pinto (antiga Rua dos Mártires), Rua Capelo e Rua Ivens.

O primeiro acompanhamento efectuou-se no espaço hoje conhecido como jardim das estátuas, onde estava a ser executado um desentulhamento em larga escala, revolvimento este que veio a revelar um conjunto de ossadas humanas que se encontravam depositadas junto ao muro-cerca que corre paralelo à rua Serpa Pinto. Após a análise da zona, concluiu-se que se tratavam de deposições secundárias, certamente resultantes de obras anteriores que implicaram a remoção de antigos locais de sepultamento. Importa ter em conta também que esta área coincidiu com o que seria a zona do adro da primitiva igreja cuja entrada se localizava a poente sendo, por isso, um local onde era habitual existirem cemitérios.

Ainda neste local detectou-se, a cerca de três metros de profundidade, uma estrutura com 1 m de largura por 2,50 m de altura (e uma fundação de 50 cm) e 24 m

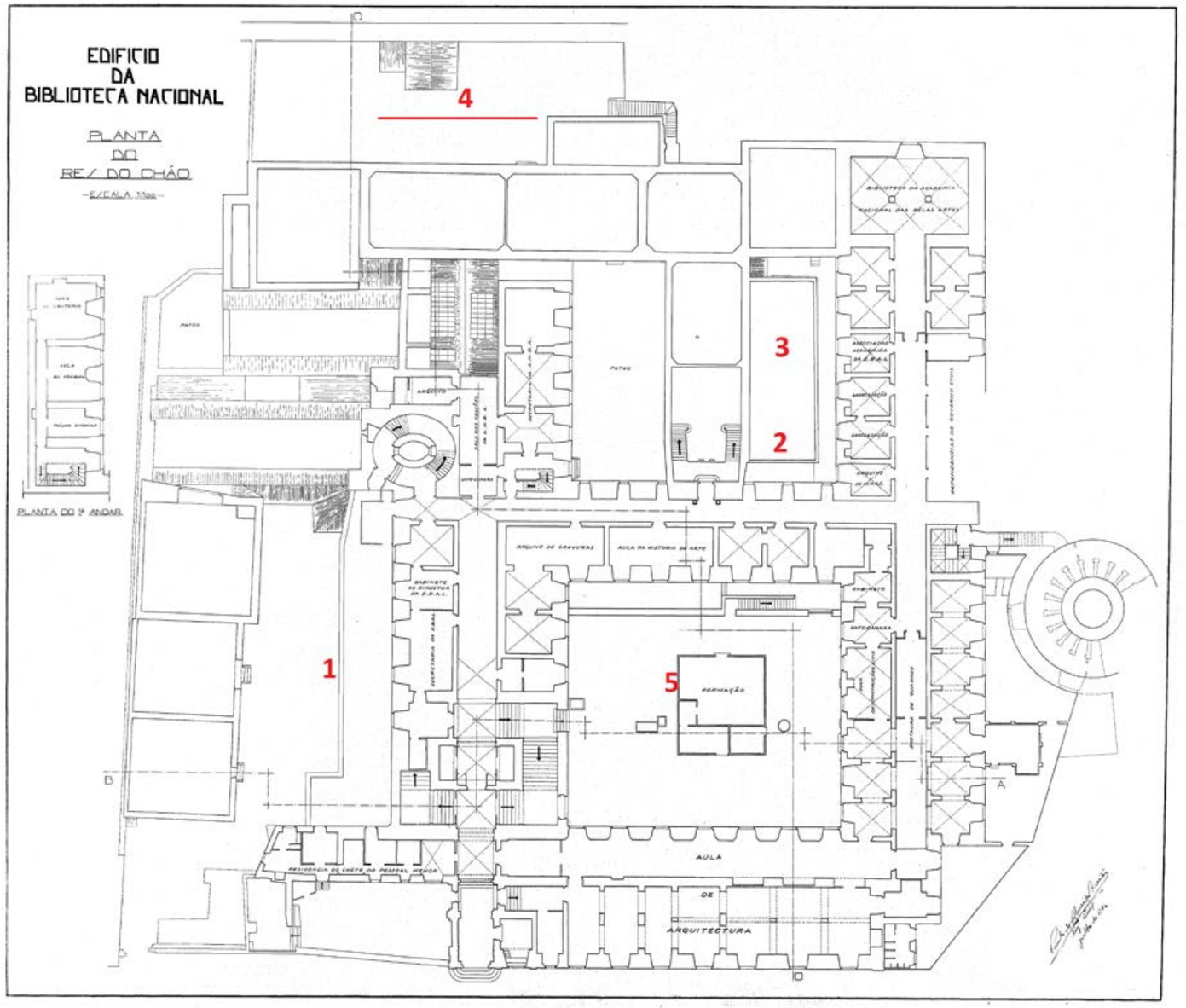


FIG. 2 Planta do antigo Convento de S. Francisco (antiga Biblioteca Nacional — rés do chão): n.º 1 — arcadas do claustro mais antigo localizado a Norte da igreja; n.º 2 — localização da arcaria descoberta durante os trabalhos; n.º 3 — localização da cisterna/lixeira encontrada durante a intervenção; n.º 4 — muro da antiga fachada conventual descoberto durante os trabalhos; n.º 5 — claustro da Fac. Belas-Artes. Arquivo SIPA (DGPC), Desenho Nº 00048190, 1936.



FIG. 3 Arcaria encontrada soterrada num pátio localizado a poente.



FIG. 4 Pequena cisterna depois transformada em lixeira. Esta estrutura foi encontrada soterrada num pátio localizado a poente.

de comprimento, sendo que, pela análise das plantas com registo das construções anteriores a 1755, parece corresponder à fachada Oeste do Convento que dava para antiga Rua dos Mártires, actual Serpa Pinto, parede esta que ligaria em linha recta com a cabeceira da igreja na sua versão manuelina (ver n.º 4 na fig. 1).

O segundo local onde se procedeu ao acompanhamento dos trabalhos de remoção das terras ocorreu num pequeno pátio onde se instalou um sistema anti-incêndio. A um nível inferior, detectaram-se subterradas uma sucessão de arcadas entaipadas (ver fig 3), constituindo, certamente, um nível de arcaria de um dos claustros existentes no convento ainda em meados do século XVII, facilmente identificado na planta apresentada na fig. 1 (ver n.º 2 da fig. 1). Pelas características construtivas que apresenta poderá, efectivamente, tratar-se de uma obra do século XVII posteriormente desactivada pelo terramoto de 1755. Refira-se que este espaço se encontra a poente do actual Claustro das Belas Artes, mas a uma cota inferior.

Simultaneamente, enquanto se procedia ao desaterro desta zona, deparou-se com uma pequena estrutura em tijolo revestido a argamassa que rapidamente identificámos como sendo uma pequena cisterna (ver fig. 4). Definida a estrutura, bem como as respectivas condutas de recolha de águas pluviais, procedeu-se ao esvaziamento do seu interior, verificando-se a presença de grande quantidade de fragmentos cerâmicos (faiança, porcelana e cerâmica comum),[1] vidro[2] e ossos de animais, confirmando que

[1] A análise completa deste conjunto de materiais pode ser encontrada em Torres 2011.

[2] As referências mais completas a este tipo de materiais podem ser consultadas em Medici 2014.

a mesma teria sido utilizada como lixeira. Assim, tendo em conta a cronologia dos materiais (terceiro quartel do século XVI até finais do século XVII), considerou-se que a cisterna teria sido construída ainda em época de D. Manuel, sendo provavelmente desactivada quando se projectaram as arcadas.

Durante o período em que decorreu a intervenção arqueológica foi ainda possível efectuar, no interior da Escola de Belas Artes, o registo do pavimento original do claustro mais antigo que se encontrava próximo da igreja (lado Norte), tendo sido detectado um número muito expressivo de sepulturas datáveis dos séculos XVI-XVII, elementos estes que, infelizmente, foram depois ocultados por um novo pavimento. Este claustro, hoje só parcialmente visível, teve originalmente dois pisos, observando-se, ainda, o que resta do varandim. Este elemento terá sido construído provavelmente na sequência da rotação da igreja, obra iniciada em 1517 por iniciativa de D. Manuel. Mais tarde, em 1741, foi atingido por um violento incêndio, cujas marcas são ainda hoje visíveis na superfície pétrea.

Ao longo do acompanhamento da obra, foram recolhidos elementos provenientes de antigas estruturas conventuais reaproveitados em muros e pavimentos, sendo de destacar os fragmentos de epígrafes de túmulos com várias cronologias, cabeceiras de sepulturas medievais, azulejos e, ainda, um conjunto de interessantes elementos arquitectónicos como colunas, bases e fustes, destacando-se os que apresentavam características estilísticas de meados do século XV, raros elementos da fase anterior às grandes obras de remodelação do primeiro quartel do século XVI.

2. De Ermida a Casa Professa de São Roque

2.1. Intervenção Arqueológica

Na sequência do projeto de conservação e restauro da Igreja de São Roque, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa solicitou ao então Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) que procedesse a uma intervenção de emergência de forma a registar convenientemente tanto as estruturas como os vestígios arqueológicos surgidos durante obras programadas, inicialmente, sem qualquer enquadramento arqueológico.[3] Quando a equipa foi chamada a intervir, os trabalhos infelizmente estavam já em curso.

A primeira vala aberta pela obra — Sondagem 1 — estendia-se ao longo da fachada, pelo exterior, surgindo, no canto Sudoeste, uma abóbada em tijolo com cerca de 1 m de largura. Apesar de danificada durante a intervenção, foi possível verificar que esta estrutura se prolongava para o interior do templo, onde foi identificada a entrada de um pequeno túnel abobadado, com os respectivos degraus de acesso feitos com recurso a pequenas lajes de calcário. Após a limpeza e análise da estrutura, foi possível identificá-la como sendo a entrada de uma cripta existente no antigo adro da igreja, estrutura esta entaipada na primeira metade do século (Ribeiro 1910, 10).

Durante a abertura da Sondagem 4, localizada sob a célebre sepultura do inglês Francisco Tergian, e a pouco mais de 20 cm abaixo do pavimento actual, detectou-se um piso em lajes de calcário que acabou por surgir em todas as sondagens efectuadas junto das paredes que delimitam a nave principal, correspondendo assim ao

[3] Os trabalhos decorreram no ano de 1997.

pavimento mais antigo da igreja. Imediatamente por baixo deste nível, foi posto a descoberto um muro com cerca de 80 cm de largura, orientado E/O e apresentando a face Norte rebocada com estuque alisado de cor esbranquiçada. Associado a este muro, igualmente do lado Norte, existia uma camada de derrube constituído por argamassas e pedras, resultado certamente de acções de demolição.

Ainda no mesmo local, foi detectado um terceiro pavimento (a cerca de 1 metro abaixo do actual), sob o qual se dispunha um conjunto de enterramentos com a mesma orientação do muro, ou seja, contrária à da actual igreja. Como resultado da análise efectuada, concluiu-se que se tratavam de indivíduos colocados no interior de um edifício que, pela posição que ocupava, interpretámos como sendo a antiga Ermida de São Roque.

A abertura da Sondagem 8 entre a Capela de São Roque e a Capela de São Francisco Xavier permitiu constatar que, neste local, existia também um muro com a mesma orientação do descoberto na sondagem 4 referida anteriormente. Detectou-se um enchimento propositado de pedras, cerâmica de construção e argamassas, certamente resultado das demolições destinadas a preparar o terreno para a construção da igreja fundada em 1566-67.

Igualmente na Capela de S. António, numa pequena sondagem (Sondagem 15) efectuada do lado Norte, foi posta a descoberto uma estrutura que, pelo tipo de argamassa, orientação e posicionamento, podemos concluir tratar-se do prolongamento dos muros que detectámos a poente.

Ainda associada à antiga Ermida encontrou-se, na Sondagem 11, um conjunto de dezoito enterramentos colocados, na sua maioria, uns sobre os outros, numa área que, pelo afastamento relativamente às estruturas que identificámos como sendo deste templo, poderá corresponder ao antigo cemitério localizado no adro (ver fig. 5). A maior parte das ossadas correspondia a indivíduos jovens de ambos os sexos e em relativo bom estado de conservação. No entanto, a maioria destes



FIG. 5 Vala comum de vítimas da peste.



FIG. 6 Altar na cripta da Capela de N.ª S.ª da Doutrina. Foto M. Ramalho.

enterramentos apresentava-se cortada pela fundação da parede Este da actual igreja, o que confirma assim que estes já existiam antes da sua fundação.

A forma como tinham sido depositados os indivíduos sobre a terra sem cuidado algum, denotando a necessidade de um aproveitamento máximo do espaço, bem como a inexistência de qualquer estrutura mortuária, oferendas ou outros objectos arqueológicos associados, parece apontar para uma vala comum, ou seja, para o cemitério das vítimas da peste que, como vimos anteriormente, esteve associado à Ermida de São Roque. No entanto, outro tipo diferenciado de enterramentos foi registado no decorrer dos trabalhos. Trata-se de um conjunto de indivíduos com orientação Norte/Sul, segundo a nova disposição do edifício jesuíta, associando-se assim à nova Igreja e Casa Professa de São Roque, provavelmente da última fase, em que ainda era possível sepultar no interior do templo.[4] Os indivíduos apresentam-se mal preservados, sobretudo devido à aplicação de cal utilizada como forma de acelerar a decomposição dos corpos, surgindo por vezes associados a diversos objetos, nomeadamente rosários, medalhas, crucifixos e, ainda, vestígios de tecidos.

Enquanto decorria o processo de levantamento das lajes do pavimento de algumas capelas foi detectado, ao nível do subsolo, um conjunto de compartimentos destinados a servir de espaços colectivos de sepultamento, que designámos como criptas e carneiros. Apesar de se saber da sua existência através de inscrições patentes no interior das capelas e de alguns registos escritos, não se tinha conhecimento efectivo do seu interior. Assim, foram detectadas criptas nas capelas de N.ª Senhora da Doutrina e de São Francisco Xavier, bem como uma cripta dupla na Capela do Menino Perdido. Nas capelas de N.ª Senhora da Piedade e de S. António registou-se um outro tipo de estrutura que denominámos "carneiro". Assim, designou-se como criptas estruturas maiores, de planta quadrangular, aplicando-se a denominação carneiro a compartimentos mais estreitos e rectangulares. Qualquer destes exemplares foi construído em alvenaria de pedra revestida a reboco

[4] Por decretos de 21 de Setembro e 8 de Outubro de 1835, torna-se proibido enterrar no interior dos espaços religiosos.

e com o tecto ligeiramente abobadado encontrando-se, todos eles, preenchidos por terra, com ossadas dispersas ou caixões violados, alguns contendo indivíduos ainda com restos de tecidos. No caso da cripta da Capela de Nª S.ª da Doutrina, espaço oferecido em 1635[5] pelos jesuítas aos membros da Congregação com o mesmo nome, observou-se que nas paredes laterais existiam um conjunto de números executados em azulejo destinados a marcar os espaços onde seriam colocados os corpos. Igualmente na parede fundeira da cripta surge um pequeno altar de pedra encimado por uma cruz em azulejo do século XVII, sobre o qual se encontrava depositado um caixão de criança em mau estado de conservação, mas ainda com tampa (ver fig. 6).

3. Casa do Espírito Santo da Pedreira

3.1. Intervenção Arqueológica

A proximidade do início dos trabalhos de remoção de terras do interior do edifício dos antigos Armazéns do Chiado em ruína depois do grande incêndio de 1988 levou o "Gabinete para a Reconstrução do Chiado" criado pela Câmara Municipal de Lisboa a solicitar o apoio do antigo IPPC, deslocando-se para o terreno uma equipa de arqueologia que ficaria encarregue do acompanhamento das obras.[6]
A intervenção teve, como objectivo, preparar a remoção de terras para consolidação das fachadas, iniciando-se a escavação no local onde se situava a igreja conventual, na sua versão pós-terramoto.

A sondagem 1, localizada no topo Este do Sector 1 (ver fig. 7), permite-nos observar um nível de entulhamento resultante das obras pós-terramoto, feitas com o objectivo de altear a cota do pavimento existente.

Na segunda sondagem aberta no mesmo sector, foram detectados alguns muretes que definiam várias sepulturas, confirmando-se a existência, por baixo de um aterro, de um pequeno cemitério em cripta, que estaria localizado logo sob a entrada na igreja, que se supõe ter estado aberta ao culto apenas entre 1792 e 1835, data em que o edifício será vendido ao negociante Manuel José de Oliveira, mais conhecido por Manuel dos Contos, titulado Barão de Barcelinhos em 1841, pela Rainha D. Maria II (Costa 1959, 131), mas também em que termina, por imposição legal, a possibilidade de enterrar no interior dos templos.[7]

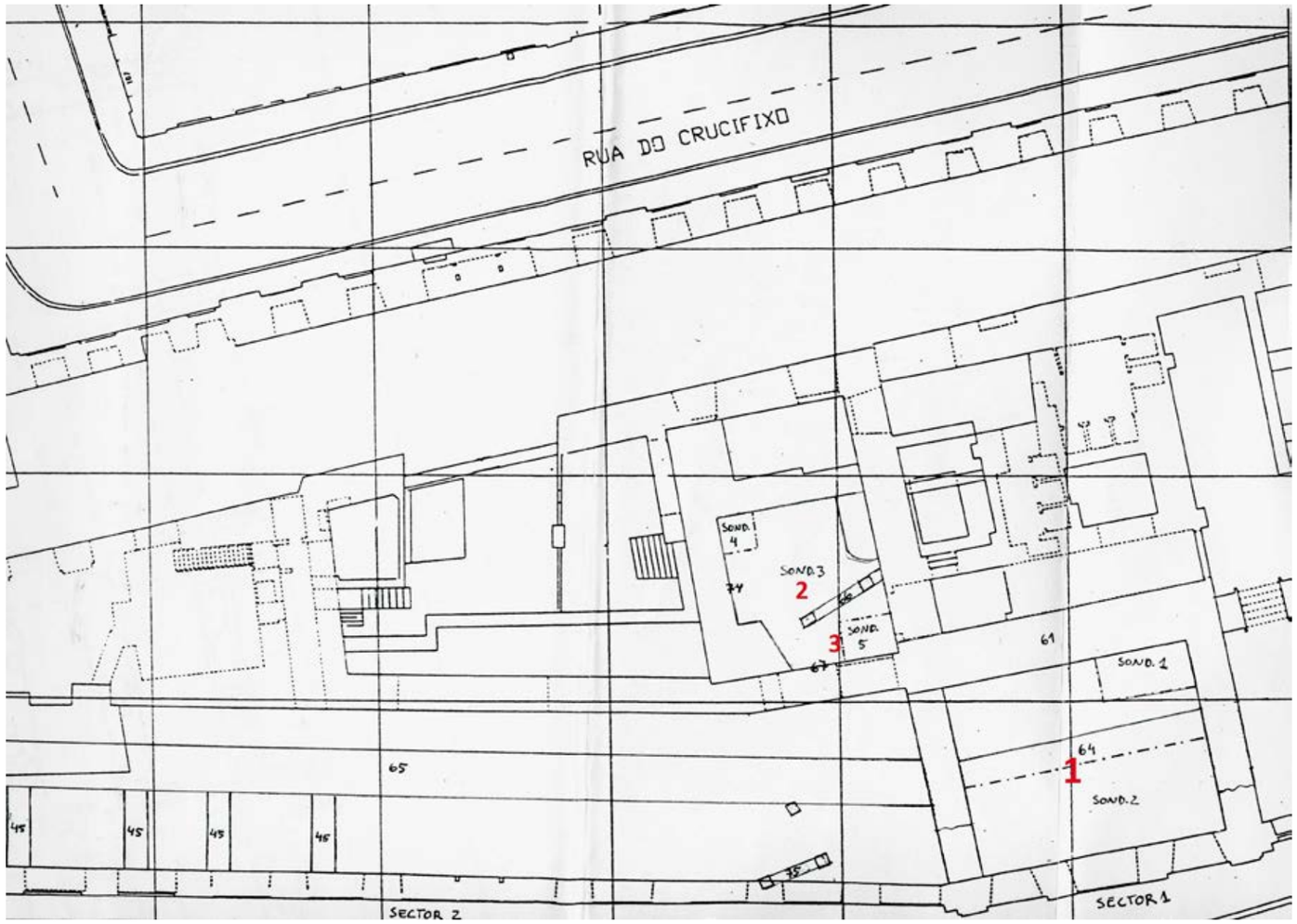


FIG. 7 Planta Geral da zona de intervenção arqueológica: n.º 1 — cemitério; n.º 2 — localização da arcaria encontrada; n.º 3 — muro com nichos e escada.

[5] Conforme inscrição inserida na decoração interior da Capela.

[6] Os trabalhos iniciaram-se em Julho de 1991 e foram coordenados por Maria de Magalhães Ramalho e Catarina Viegas.

[7] Decretos de 21 de Setembro e de 8 de Outubro de 1835.



FIG. 8 Antiga cripta com sepulturas sob a antiga entrada na igreja dos Oratorianos. No canto esquerdo observa-se o arranque de uma abóbada e, sobre os muretes das sepulturas, regista-se o nível do antigo pavimento sobre o qual corria uma faixa negra que compunha o rodapé. Foto M. Ramalho.

FIG. 9 Arcaria encontrada durante o desaterro da zona situada a Norte da antiga igreja dos Oratorianos. Do lado direito da imagem, aberto num muro, é possível observar o nicho-fontanário que foi encontrado associado a uma escadaria. Foto M. Ramalho.

O espaço funerário, outrora abobadado e de paredes interiores caiadas a branco e rodapé pintado a negro, continha vinte sepulturas delimitadas por muretes pouco espessos (c. de 27 cm) e com uma altura que poderia chegar aos 120 cm, não tendo, no entanto, sido possível recuperar qualquer vestígio dos tampos, mas apenas do nível do pavimento, devido às constantes obras de adaptação que o edifício sofreu quando se tornou propriedade do Barão (ver fig. 8).

As sepulturas subsistentes encontravam-se preenchidas por terra, sendo ainda visíveis alguns fragmentos dos caixões utilizados, bem como os indivíduos que aí foram sepultados, tanto enterramentos completos, como ossários, abundando a cal como matéria que auxiliava a decomposição dos corpos e desinfectava os espaços. A maioria dos indivíduos que aqui foram depositados eram adultos, tendo, no entanto, sido detectada a presença de um esqueleto de criança, o que nos leva a supor que o espaço não seria de uso exclusivo da comunidade religiosa. Junto aos indivíduos depositados, foram encontrados alguns objectos pessoais, tais como uma chave e uns botões de osso na sepultura n.º 13; um cinto, medalha e missangas na sepultura n.º 5 e diversas solas de sapatos.

A Sondagem 3 efectuou-se na zona de um antigo pátio exterior à parede Norte do corpo da igreja, tendo sido detectada, durante o acompanhamento da remoção das terras, uma estrutura composta de um arco de volta perfeita e dois arranques de arcos sustentados por duas colunas. Um dos arcos desaparecia debaixo da parede Norte do corpo da igreja, confirmando-se, assim, que seria anterior à mesma (ver fig. 9). Este trecho de arcaria, com cerca de

3,50 m de altura e 4,20 m de comprimento, foi construído em boa pedra calcária, aparelhada e bojardada com desenho que nos aponta para uma obra da segunda metade do século XVI, podendo ter pertencido ao claustro do convento pré-Pombalino, soterrado na sequência das várias calamidades e alterações que este imóvel sofreu.[8]

Ainda durante a abertura desta sondagem foi detectada uma parede orientada Norte/Sul que se encontrava parcialmente forrada por um painel de azulejos, painel este que possuía dois nichos com saídas de água. Estes nichos desnivelados acompanhavam uma escadaria da qual apenas se encontrou o negativo marcado na base do painel (ver fig. 9). Os azulejos encontravam-se em relativo bom estado de conservação mas intencionalmente misturados o que sugere terem sido feitos sucessivos reaproveitamentos.[9] Trata-se de azulejos de três períodos distintos da azulejaria Portuguesa: azulejos neoclássicos, azulejos rococó figurativos e azulejos pombalinos de padrão e esponjado.

4. Convento do Santíssimo Sacramento[10]

4.1. Estudo histórico e arqueológico do conjunto edificado

A investigação desenvolvida no Convento do Santíssimo Sacramento surge no âmbito do "Projecto de Reabilitação e Adaptação do Convento", levado a cabo pelo antigo IGESPAR a pedido da entidade proprietária, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pretendeu-se englobar na intervenção arqueológica de acompanhamento das obras e abertura de sondagens de diagnóstico[11] um estudo mais do âmbito da Arqueologia da Arquitectura da responsabilidade da autora deste artigo,[12] tendo sido analisados e identificados os principais espaços conventuais.[13]



A igreja: Quem hoje visita o Convento do Santíssimo Sacramento surpreende-se, em primeiro lugar, com a arquitectura e os pormenores decorativos da sua interessante igreja recentemente restaurada.[14] De nave única e planta de cruz grega, a igreja conventual construída em 1635 situa-se no extremo Este de uma das alas do antigo dormitório. A sua cabeceira corresponde a uma capela-mor de planta um tanto irregular, de perfil heptagonal, virada a Este. Os dois vãos rectangulares que

[8] Posteriormente esta estrutura foi cuidadosamente desmontada tendo sido guardada pelos serviços da autarquia de modo a ser integrada no projecto do arquitecto Siza Vieira, algo que, efectivamente nunca aconteceu.

[9] O painel foi depois cuidadosamente retirado por técnicos do Museu da Cidade onde está depositado.

[10] Um resumo dos trabalhos desenvolvidos neste convento foi apresentado no artigo "Arqueologia da Arquitectura no Convento do Santíssimo Sacramento-primeiros resultados", Ramalho 2011, 86-89.

[11] Intervenção coordenada por Luís Fontes da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM).

[12] Com a colaboração da equipa da UAUM.

[13] Para tal foi possível contar também desde o início da intervenção com uma primeira recolha histórica sobre o Convento: *Do Observantissimo Mosteyro Chamado do Sacramento de Religiosas de Sam Domingos — Monografia Histórica Artística do Convento e Igreja de Santíssimo Sacramento*", Matos 2001. Este documento, ainda inédito, foi fundamental para o enquadramento do nosso trabalho.

[14] Da primeira igreja de uma só nave concluída em 1620 nada restou, dado que foi integralmente demolida para dar lugar à actual que aqui se descreve.

FIG. 10 — Implantação do Convento do Sacramento na carta de Filipe Folque, 1856-58. CML.

ostenta, pela observação efectuada, terão sido abertos em época posterior, subsistindo um conjunto de janelas olho-de-boi que se encontram hoje entaipadas. Temos assim uma capela-mor original com menos luz do que a actual, sugerindo, também, que esta alteração deverá ter ocorrido na sequência de modificações ao nível do altar que são patentes em outros locais. Da construção original, subsistem outras duas janelas olho-de-boi e uma pequena janela rectangular que iluminava a Sacristia. Assim temos uma cabeceira que, na sua fase inicial, terá tido quatro vãos circulares e uma pequena janela rectangular. Apesar do mau estado dos rebocos, é também possível observar o revestimento mais antigo da igreja, com pigmento rosa escuro. Também os contrafortes colocados na fachada Sul tinham um remate a branco, sendo que o reboco aplicado nos cunhais da cabeceira simula silhares de pedra. De facto, os fingidos de pedra são uma das técnicas que mais se destacam na arquitectura desta igreja, visíveis tanto no interior como no exterior. Ainda nos paramentos exteriores é possível constatar a presença de agulheiros de andaimes utilizados na construção original. A sua disposição regular confirma tratar-se de uma empreitada efectuada toda na mesma época, ou seja, em 1635, alterando-se apenas com o passar dos anos o desenho dos vãos.

O pormenor decorativo com maior destaque no interior da igreja é a existência de um nível de almofadados realizados em argamassa. Pela observação efectuada, verifica-se que, originalmente, estes almofadados foram pintados com marmoreado de cor rosa sobre base caiada. A argamassa original utilizada nesta decoração é a mesma que se observa em toda a igreja, ou seja, uma argamassa de cor clara com muitos pontos negros. As zonas que foram restauradas em época indeterminada apresentam, pelo contrário, uma argamassa distinta, muito amarelada e sem pontos negros. Igualmente associado a este restauro, observa-se um barramento dos almofadados com um pigmento rosa mais vivo. Assim, podemos afirmar que não se vislumbra qualquer alteração substancial posterior ao projecto inicial de 1635, sendo que todos os elementos que compõem este espaço interior formam um todo coerente.

Junto da torre sineira, no canto de ligação do corpo da igreja com o Coro-Alto, surge uma construção projectada para o exterior, rematada por um telhado de uma água, com um pequeno arco por baixo. Trata-se de um acrescento que corresponde a um novo acesso à torre a partir do Coro-Alto e que terá sido construído em fase posterior. Sob o referido arco, conserva-se ainda um pequeno nicho/armário forrado de azulejos datáveis do século XVII que estaria relacionado com um sistema de canalização de água que abasteceria directamente um lavabo, parcialmente visível no interior de um espaço de acesso ao antigo Refeitório.

Durante o período de ocupação religiosa deste edifício o pátio virado à rua contava com uma separação entre a entrada para a igreja e a passagem para o recinto conventual através de uma portaria, sendo o acesso ao templo aberto à rua, integrando assim o denominado Largo do Sacramento (ver fig. 10), ao contrário do que se irá verificar posteriormente, com a chegada dos militares que se apropriam do espaço público, transformando-o num pátio fechado e gradeado que se mantém até aos dias de hoje.

O pequeno compartimento que se localiza a um nível inferior em relação ao piso da igreja, por baixo da

capela-mor e cujo acesso se fazia por uma porta vedada ao público por trás de um altar hoje inexistente,[15] apresenta um conjunto de características que fazem supor tratar-se de uma antiga Sacristia. Verifica-se, também, que se trata de um espaço muito reformulado, pelo menos ao nível dos rebocos, possivelmente devido à humidade que aí se observa. Neste local foi também possível estudar pelo menos duas fases de utilização distinta, antes e depois da colocação de um arcaz de que apenas se registaram os negativos.

A existência de confessionários por baixo do Coro permitia ao Padre proceder à confissão das religiosas a partir da igreja, sem entrar nos espaços de clausura. Estas, por seu lado, para aceder a este local, desciam uma escada a partir do Dormitório. De facto, no final da escada hoje entaipada encontra-se uma pequena pia de água benta do lado direito da porta que dava acesso ao piso térreo. Saindo por esta passagem existe também, do lado esquerdo, um nicho/altar forrado a azulejo que certamente concentrava a devoção das religiosas antes de entrarem nos espaços de confissão.

O Ante-Coro: Com entrada a partir do Dormitório e próximo do Claustro e da escada de acesso ao piso inferior, existe um compartimento de cerca de 47m2 que tem a curiosidade de apresentar uma profusão de vãos de antigos nichos e altares de várias dimensões. Tanto do lado Norte como do lado Sul, existem dois arcos onde se situariam face a face dois altares. Há ainda a destacar, como motivo de interesse, uma pequena pia de água benta em brecha da Arrábida do lado direito da porta que dava acesso ao Coro, bem como um revestimento azulejar azul e branco com motivos florais onde predominam as camélias.

O Coro Alto: O espaço outrora ocupado pelo Coro-Alto é, porventura, aquele que mais dificuldades apresenta em termos de interpretação, dadas as alterações construtivas que sofreu e que hoje apenas são visíveis por baixo dos rebocos retirados durante os trabalhos. Não pode deixar de ser compreensível que assim seja, pois é também este o local que, supostamente, maiores alterações terá sofrido quando se teve de adaptar à nova igreja. De facto, é em 1635 que o Vigário João de Vasconcelos, ao tomar posse do Convento do Sacramento, resolve erguer um novo templo, por achar que o anterior, com pouco mais de dezanove anos, era demasiado alto e escuro (Padre Jorge Cardoso in Matos 2001, 26). Temos então um Coro-Alto, com um total de cerca de 74 m^2, tendo ao fundo um vão largo de acesso ao compartimento onde se situava a grade e onde era dada a comunhão. Importa referir que é também neste espaço, junto à grade, do lado direito, que se observa o que resta de um painel de azulejos de datação mais recuada (século XVII), coincidente com o padrão dos azulejos que emolduram as quatro janelas altas que este espaço possuiu e que corresponde à sua fase mais antiga.

Sob o reboco, também do lado direito do portal de acesso ao compartimento da grade, depois das picagens efectuadas, foi possível observar um grande vão em meio arco alisado por dentro mas que foi posteriormente entaipado. Do lado esquerdo, a situação parece repetir-se, apesar de não ser tão visível (ver fig. 11). Por último, no topo desta fachada observa-se um antigo óculo também entaipado. Aconclusão a que foi possível chegar é que estes vãos terão sido inutilizados na sequência da construção da nova igreja em 1635.

[15] Os dois altares que ladeavam o altar-mor desapareceram, permanecendo, apesar de tudo, os negativos da sua presença.



FIG. 11 Coro-alto, parede nascente.
1 — Óculo entaipado.
2 e 3 — Antigos vãos entaipados
Foto J. Paulo Ruas, 2010.

O Dormitório: poderá dizer-se que a zona onde se situavam os dormitórios é aquela que ainda hoje confere ao que resta do conjunto o seu carácter conventual (ver fig. 12). De facto, se observarmos sobretudo a fachada virada ao rio, são bem visíveis as pequenas janelas que marcavam o ritmo das celas. Outros vãos, de maiores dimensões, abrem-se no topo dos corredores, de modo a iluminar, de uma forma mais eficaz, os espaços de circulação. Este grande corpo orientado Este/Oeste tinha, do lado nascente, a igreja. Por aqui estabelecia-se, como vimos, a ligação ao espaço do Ante-Coro e do Coro-Alto, bem como ao piso térreo através de uma escada de acesso directo aos confessionários e ao Refeitório. Do lado oposto efectuava-se a ligação ao claustro e à ala poente. É de crer que o espaço reservado a cada cela seria bastante exíguo e teria apenas uma janela apesar de hoje ser um espaço amplo pela destruição das divisórias. É isto que sugere também o relato da visita efectuada no dia em que as religiosas se instalaram neste convento em Setembro de 1616 (Frei Luís de Sousa 1622 in Matos 2001, 22).

Encostado à ala do Dormitório localizada a poente, regista-se um novo edifício que dá directamente para a rua do Sacramento a Alcântara. Este imóvel, construído nos inícios do século XX, adossa-se também ao corpo do claustro, tendo sido responsável pela amputação de parte das suas alas Norte e Este, sobretudo ao nível do piso superior. Também nessa época, as restantes áreas do claustro deverão ter sido completamente reformuladas.

Sala do Capítulo ou Casa de Lavor?: A partir do dormitório, através de um passadiço outrora em madeira, acede-se a uma ampla sala de 97 m2 com tectos de caixotão e um

pavimento em madeira com um conjunto de oito amplas janelas de sacada. Se consultarmos um relato do período da fundação do convento (Frei Luís de Sousa in Matos 2001) verificamos a ausência de qualquer referência a este espaço que, no entanto, surge em desenhos posteriores destacando-se, desde logo, na vista panorâmica executada, segundo parece, nos anos sessenta do século XVIII.[16] Do espaço interior é ainda de realçar um conjunto azulejar com albarradas igualmente datáveis do século XVIII, bem como as pinturas sobre a madeira do tecto. Estas pinturas, de desenho simples, representam elementos típicos da iconografia dominicana, com um conjunto de figuras enquadradas por brasões e motivos florais. Na parede Este, projectado para fora, existe um nicho que deveria ter correspondido a um importante altar.

Tendo por base as características construtivas que apontam para uma edificação mais tardia, coloca-se a hipótese de este grande e elegante salão ter sido utilizado como sala de lavores, onde se reuniam as religiosas num ambiente mais luminoso e descontraído. No entanto, as referências documentais existentes apontam para uma antiga Casa de Lavor no topo poente do Dormitório (Frei Luís de Sousa in Matos 2001, 24). Assim, poderá colocar-se a hipótese deste antigo espaço ter sido substituído por celas no momento em que é necessário corresponder ao aumento de ingressos no convento, sendo depois forçoso que se procedesse à construção de um novo edifício que pudesse servir de Casa de Lavor, em substituição do anterior.

O Claustro: O claustro do Convento do Santíssimo Sacramento tem, à primeira vista, o aspecto de uma construção bastante recente, notando-se, em alguns locais, que as paredes foram totalmente refeitas. De facto, quando no início do século XX se alarga a rua do Sacramento e se constrói o novo edifício paralelo a este arruamento foi, como vimos, necessário proceder a remodelações profundas nos espaços conventuais contíguos. Numa fotografia que deverá datar dos anos 40[17] observa-se que o claustro apresentava ainda uma série de medalhões em estuque colocados entre cada arco e também nos cantos, tanto nas paredes do piso térreo como do piso superior. Por outro lado, nesta imagem é também possível observar que, apesar de parcialmente tapadas, existiam grades entre os arcos do



FIG. 12 Fachada sul onde se observa, a um nível superior, uma das alas do dormitório seguindo-se o piso da sala do capítulo, cozinha e refeitório e ainda, a uma cota inferior, a zona dos antigos armazéns.

[16] Desenho da Academia Nacional de Belas Artes in Matos 2001, 75.

[17] Arquivo Histórico da ex DGEMN, cota 6-6-EM5.



FIG. 13 Sala do capítulo, observando-se o nível dos bancos corridos e as sepulturas de lajes anepígrafas no pavimento. Foto Henrique Ruas, 2008.

claustro, levando-nos a supor que, originalmente, se trataria de um claustro com um primeiro piso aberto com varandins. Numa sondagem parietal efectuada junto a um destes arcos, foi possível constatar a alteração que acabámos de referir. Conclui-se assim que, na sequência das diversas obras efectuadas no local, já no século XX, os vãos sob os arcos foram reformulados, bem como substituídos os azulejos azuis e brancos que estariam em mau estado por outros semelhantes.

Sala do Capítulo: Na ala Sul, com acesso directo a partir do claustro, existe um espaço de cerca de 58 m2 que julgamos ter servido como Sala do Capítulo (ver fig. 13). Trata-se de um compartimento com duas janelas, forrado até meia altura com azulejos azuis e brancos de albarradas e onde se pode observar o intervalo que corresponderia à zona onde encaixavam os bancos corridos. Por baixo deste encaixe, numa área que não ficaria tão visível, surgem colocados uma série de azulejos de figura avulsa datáveis igualmente do século XVIII. O pavimento deste espaço é composto de lajes rectangulares e molduras em pedra, verificando-se que cada moldura demarca um conjunto de três lajes que serviriam de tampa a sepulturas sem qualquer tipo de inscrição identificadora.



FIG. 14 Antigo refeitório, observando-se do lado esquerdo da imagem o passa-pratos entaipado e, do lado direito por baixo da janela, um pequeno armário forrado de azulejos. Foto J. Paulo Ruas, 2010.

O Refeitório: Partindo do espaço onde se encontram os confessionários, existe um pequeno compartimento onde subsiste o negativo do que teria sido um lavabo. A água seria encaminhada a partir do pequeno cubículo forrado a azulejo que se encontra no exterior, virado ao pátio. Neste lavabo ainda é visível o resto de um tubo em chumbo. Saindo deste local por uma pequena porta, temos acesso a uma divisão de 72 m^2, de planta rectangular, com duas janelas viradas ao rio e uma virada ao pátio. Cobrindo parcialmente as paredes, subsistem ainda um conjunto de azulejos de figura avulsa que terminam num nível que poderá corresponder ao encaixe para um banco corrido, tal como é possível verificar na Sala do Capítulo. Além deste pormenor, observa-se um outro interessante elemento, que parece corresponder a um "passa-pratos", hoje entaipado (ver fig. 14). A sua presença destaca-se pela moldura em azulejo sendo que, do outro lado, onde se situaria a cozinha, subsistem umas portas de madeira. Ainda no espaço que deverá corresponder ao Refeitório, existe um antigo armário forrado com um bonito padrão de azulejo azul e branco de camélias dispostas em tapete.

A Cozinha: Na lógica da disposição habitual dos espaços, junto ao Refeitório situava-se a cozinha. Se observarmos o compartimento que se segue ao que acabámos de descrever, espaço amplo com cerca de 90 m², podemos verificar algumas características que nos levam a concluir ter sido aqui que se situaria a cozinha conventual. Vimos, anteriormente, a existência de uma ligação entre os dois compartimentos, através do que se poderia designar por "passa-pratos". Por outro lado, se atentarmos no pavimento que cobre o chão deste compartimento, verificamos que, ao contrário do que temos vindo a observar noutros locais onde predomina a tijoleira, aqui existem lajes em pedra. Esta solução, bastante comum em pavimentos que requeriam constantes limpezas, seria a mais adequada no caso de se tratar de uma cozinha. Se tivermos em consideração que o grande portão aberto na época dos militares que dá para o pátio exterior não existia no período conventual, verificamos que este espaço comunicava não só directamente com o refeitório, como com o claustro. Encontrava-se ainda ligado a um edifício comprido que se prolongava até ao muro da cerca e que surge representado em todas as plantas a partir de meados do século XIX (ver fig. 10). Este edifício ainda subsistiu pelo menos até aos anos 40 do século XX, tal como é possível confirmar no levantamento arquitectónico efectuado pelos militares.[18] De facto, não existindo referências concretas ao que teria sido este corpo, julgamos poder tratar-se de uma passagem para o exterior, de modo a facilitar o abastecimento directo da cozinha. Importa ainda ter em conta que esse acesso ligava com o rio que se encontrava na época muito próximo do convento, tal como se observa na figura 10, desenho datado de 1856, e que era o Tejo, como se sabe, a melhor via de transporte de mercadorias.

A Casa do Vigário: Junto do altar lateral Norte e próximo da cripta, acede-se a um pequeno compartimento que, por sua vez, dava acesso a uma porta hoje entaipada. Por esta porta acedia-se a um corredor abobadado que ligava à Casa do Vigário. Na picagem da parede do fundo, que hoje delimita a propriedade, tivemos a confirmação desta passagem. A Casa do Vigário, hoje ocupada por uma pequena comunidade de religiosas, corresponde, sensivelmente, ao que nos é descrito em documento contemporâneo da fundação do convento: "Esta mesma tem com aposento o Vigário e Capellões, que fabricou para quietação por detraz da capella-mór, com suas janellas e varandas de Sol sobre o rio" (Frei Luís de Sousa in Matos 2001). Trata-se de um edifício de planta rectangular de dois pisos, e onde se destaca um pequeno varandim virado ao rio com colunas. Ainda na fachada Sul é visível um conjunto de janelas, sendo que duas delas (do lado direito do varandim) surgem enobrecidas por um pequeno frontão, podendo talvez indicar o local dos aposentos do Vigário. Curiosamente, parte da área que rodeia a antiga Casa do Vigário é ainda hoje ocupada por um pequeno jardim onde se observam um conjunto de conversadeiras forradas a azulejo do século XVIII, estruturas estas que foram abertas no muro da antiga cerca sobranceira à rua Tenente Valadim.

Outros espaços conventuais: Na análise do conjunto edificado falta ainda referir um conjunto importante de caves, ao todo quatro, que este convento possuía, à cota do que teria sido o espaço de horta ou jardim, e onde

[18] Levantamento arquitectónico do Depósito de Material de Aquartelamento, 1944, Arquivo DGEMN. In Matos 2001, 85.



FIG. 15 Planta geral do antigo Convento do Sacramento: n.º 1 — igreja; n.º 2 — antigos confessionários; n.º 3 — refeitório; n.º 4 — cozinha; n.º 5 — sala do capítulo; n.º 6 — claustro; n.º 7 — casa de lavor; n.º 8 — casa do vigário.

certamente se armazenavam os mantimentos e as doações recebidas. Este conjunto de compartimentos, apesar de substancialmente alterado durante a ocupação dos militares, permite ainda observar um tipo de vãos estreitos com grades, típicos deste género de espaços, onde a iluminação deveria ser reduzida e o arejamento constante (ver fig. 12).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Maria Eugénio de Almeida. *Relatório da Administração da Real Casa Pia de Lisboa*, 20 de Outubro de 1859 a 30 de Abril de 1884.

AMARO, Clementino, RAMALHO, Maria de Magalhães, LOURENÇO, Fernando. 1995. "Intervenções Arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade". *Obraçon-Histórias Vistas e Contadas*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu do Chiado.

CASTRO, João Baptista de. 1870. *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Tomo III, 3ª ed. Lisboa: Typografia do Panorama.

COSTA, Padre António Carvalho da. 1706-1712. *Corografia Portuguesa (...)*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa.

COSTA, Mário. 1965. *Chiado Pitoresco e Elegante, História, Figuras, Usos e Costumes*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

COSTA, Mário.1959-1960. "o Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira. *Olisipo — Boletim Trimestral do Grupo Amigos de Lisboa*, Ano XXII, n.º 87, Julho 1959; n. .º 86, Abril, 1959; Ano XIII, n.º 89, Janeiro 1960. Lisboa: Amigos de Lisboa.

ESPERANÇA, Frei Manuel. (s/data). *História Seráfica dos frades menores da provincia de Portugal, origem e sucesso do Real Convento de S. Francisco de Lisboa*. Livro II. Biblioteca Nacional, cota: HG-1230-V_5. Formato digital: http://purl.pt/20706/3/hg-1230-v/hg-1230-v_item3/index.html#/4

FEIJÓ, Rui Graça de Castro.1982."Mobilização Rural e Urbana na Maria da Fonte. *Colóquio: O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa: 183-193.

HISTÓRIA dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa. 1948. Autor Anónimo. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

LEITE, Ana Cristina. 1989. *O Convento do Espírito Santo da Pedreira.* Estudo inédito elaborado a pedido do Gabinete para a Reconstrução do Chiado.

LOURENÇO, Fernando S., e RODRIGUES, Filomena.1988. *Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa-Relatório de Sondagens.* Documento dactilografado.

MATOS, Rui. 2001. *Do Observantissimo Mosteyro Chamado do Sacramento de Religiosas de Sam Domingos — Monografia Histórica Artística do Convento e Igreja de Santíssimo Sacramento*. Estudo ainda inédito elaborado a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

MEDICI, Teresa. 2014. *Vidro da Terra. Vidro tardo medieval e moderno em Portugal /séculos XIV-XVII. O contributo da arqueologia.* Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, Joana Sousa. 1995. "Os espaços do Convento de S. Francisco: da progressiva desagregação ao Museu do Chiado". *Obraçon, Histórias Vistas e Contadas.* Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura-Museu do Chiado.

OLIVEIRA, E. Freire de. 1904. *Elementos para a história do município de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Typographia Universal.

PEREIRA, Denise; HESPANHOL, Pilar. 2004. "O jardim quinhentista do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos". Revista *Estudos/Património*, n.º 7, Lisboa: IPPAR, pp. 157-167.

PEREIRA, Luís Gonzaga. 1917. Monumentos Sacros de Lisboa em 1883. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

RAMALHO, Maria de Magalhães. 1995. "O Sítio e o Convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa". *Obraçon-Histórias Vistas e Contadas*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu do Chiado.

RAMALHO, Maria Magalhães. 2011. "Arqueologia da Arquitectura no Convento do Santíssimo Sacramento-primeiros resultados". *Revista Património/Estudos*, n..º 11. Lisboa: IGESPAR: 86- 89.

RAMALHO, M. de Magalhães. 1995. "O sítio e o Convento de S. Francisco da Cidade — Da Fundação ao Terramoto de 1755". *Obraçon-Histórias Vistas e Contadas*, Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Museu do Chiado: 19-26.

RAMALHO, Maria; FOLGADO, Deolinda. 2002. "Cerâmica Modelada ou o Requinte à Mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa". *3.º Encontro de Arqueologia Urbana de Almada*, Fev. 1997. Almada: Câmara Municipal de Almada: 247-268.

RAMALHO, M. de Magalhães, SOROMENHO, Miguel, [et. alt.]. 1999. "Da antiga Ermida à Igreja e Casa Professa de S. Roque — alguns vestígios arqueológicos e antropológicos". In *A Ermida Manuelina de São Roque*. Lisboa: Museu de São Roque: 17-35.

RIBEIRO, Victor. 1916. *Obituários da Igreja e Casa Professa de São Roque da Companhia de Jesus desde 1555 até 1704*. Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa.

RODRIGUES, Maria João Madeira. 1980. "A Igreja de São Roque". *Arquitectura 1. Igreja e Casa Professa de S. Roque.* Colecção Cadernos de Conservação. Lisboa: Museu de S. Roque-Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

SACRAMENTO, Frei António do. 1929. *Memórias Curiosas em que por estes anos de 1778 se acham as cousas da Corte de Lisboa*. Lisboa: Oficina do Tombo Histórico.

SILVA, A. Vieira da. 1987. *A Cerca Fernandina de Lisboa,* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed.

SOLEDADE, Fernando da. 1737. *História Seráfica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Biblioteca Nacional cota: 2073V.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de. 1928. O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico. Vol. III, Distrito de Lisboa. Lisboa: Serviços Geológicos.

TELLES, Baltazar. 1647. *Chronica da Companhia de Jesus da Provincia de Portugal (...)*. Lisboa: Paulo Craesbeck.

TORRES, Joana Bento. 2011. *Quotidianos no Convento de São Francisco de Lisboa: uma análise da cerâmica vidrada, faiança portuguesa e porcelana chinesa. Dissertação de Mestrado em Arqueologia*. Lisboa: FCSH — Universidade Nova de Lisboa.

MEMÓRIA DIGITAL
SUBTIS PERMANÊNCIAS ARQUITECTÓNICAS CONVENTUAIS*

ANA CRISTINA CHALAÇA GIL
CERIS, DECivil, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
ana.cristina.c.gil@gmail.com

RESUMO

As casas religiosas de Lisboa representam um vasto património arquitectónico que marcou e ainda marca a imagem da cidade. Com o intuito de estudar e divulgar a realidade passada e presente, foram elaborados modelos tridimensionais de três conventos representativos do universo das casas religiosas de Lisboa que subtilmente permanecem até aos dias de hoje: o Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, o Convento da Santíssima Trindade de Lisboa e o Colégio de Santo Antão-o-Velho.
As reconstruções digitais dos conventos tiveram por base a *Carta de Londres* e os *Princípios de Sevilha*, de forma a assegurar o rigor intelectual e técnico, assim como a solidez metodológica do trabalho de visualização computorizada. Deste modo, foi desenvolvida uma metodologia cíclica baseada na criação de modelos digitais com geometria associativa e paramétrica — modelos BIM —, que pretende abarcar as vertentes de estudo, conservação e divulgação deste património arquitectónico.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTOS | RECONSTRUÇÕES DIGITAIS | PATRIMÓNIO DIGITAL | PRINCÍPIOS DE SEVILHA | BIM

ABSTRACT

Religious houses of Lisbon represent a vast architectural heritage that marked and still mark the city's image. With the aim to study and disseminate the past and present reality, threedimensional models were developed for three convents representative of Lisbon's religious houses universe that subtly remain until the present day: The Nossa Senhora da Piedade da Esperança Convent, the Santíssima Trindade de Lisboa Convent and Santo Antão-o-Velho College.
Convents digital reconstruction were based on the *London Charter* and the *Principles of Seville*, in order to ensure the intellectual and technical rigor, as well as the methodological solidity of the computerized visualization work. So, it has been developed a cyclical methodology, with parametric and associative geometry — BIM models — based on digital models development, which aims to cover the study part, preservation and dissemination of this architectural heritage.

KEYWORDS
RELIGIOUS HOUSES | DIGITAL RECONSTRUCTION | DIGITAL HERITAGE | PRINCIPLES OF SEVILLE | BIM

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introdução

> *(...) Lisboa mudava radicalmente (...) de imediato visível na extinção de todos os conventos masculinos e a definitiva decadência dos femininos. Iniciou-se uma corrida desenfreada à apropriação desses espaços prestigiados que se converteram, sem regra nem controlo, em quarteis, sedes e secretarias de Estado da nova burocracia, escolas ou hospitais. O objectivo era meramente o de instalar um Poder centralizador e tentacular, sobretudo o de realizar dinheiro rápido para colmatar as exigências da Dívida Pública. (Silva 1997, 13)*

Actualmente, passados quase 200 anos da extinção das ordens religiosas,[1] por decreto de lei de 30 de Maio de 1834, inicia-se um novo ciclo de venda dos imóveis então nacionalizados. A inexistente percepção global da importância deste património torna necessário o seu estudo e consequente divulgação para que possam ser tomadas decisões de salvaguarda conscientes, tendo em conta as suas necessidades actuais: sociais, culturais e turísticas.

Neste contexto, surgiu o projecto de investigação LxConventos, com o principal objectivo de estudar, de forma sistemática e integrada, o impacto da extinção das ordens religiosas no desenvolvimento, funções e imagem da cidade de Lisboa. Para tal, o projecto teve como área de estudo os atuais limites da cidade e, como casos de estudo, os 85 conventos (Mégre e Silva 2014, 117) existentes nesta até à data da extinção (Fig. 1). Para a elaboração de modelos tridimensionais foram seleccionados três destes espaços conventuais, tendo sido escolhidos os que, por um lado, fossem menos conhecidos do público em geral e, ao mesmo tempo, representativos das casas religiosas de Lisboa e dos seus estados de conservação: o Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (vestígios), o Convento da Santíssima Trindade (parcialmente demolido) e o Colégio de Santo Antão-o-Velho (existente).

Pela dimensão e complexidade do universo de estudo, a concretização do objectivo do projecto só foi possível seguindo uma linha de investigação que abrangeu as vertentes urbanística, histórica e arquitectónica, sistematizando a informação e cruzando fontes documentais e cartográficas através de um trabalho pluridisciplinar coordenado. Por sua vez, a quantidade e diversidade de dados tornaram incontornável o recurso a tecnologias, equipamentos e programas que permitem inventariar, analisar, gerar resultados e representar informação.

O *site* LxConventos[2] apresenta-se como a principal fonte de divulgação dos resultados do projecto. Foram utilizadas duas bases de dados principais para compilar toda a informação: 1) o *Inpatrimonium*, para repositório de dados alfanuméricos, bibliográficos, gráficos e de imagem; 2) e o ArcGIS, como plataforma Desktop (ArcMap) para georreferenciação, análise espacial e geração de mapas. Informação esta divulgada através do *site* do projecto, por via de ArcGIS*server*, como plataforma integradora de armazenamento e disponibilização de dados espaciais, de *webservices*, para a construção de funcionalidades de *webmapping* e do *InWeb*, para difusão de conteúdos do *Inpatrimonium* (Fig. 2).

No que respeita à produção de dados gráficos, mais concretamente dos modelos tridimensionais dos três espaços conventuais seleccionados, teve-se como principal

* O presente artigo resultou do trabalho desenvolvido enquanto bolseira de investigação em arquitectura no projecto LxConventos — *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* —, com orientação científica da Prof.ª Doutora Raquel Henriques da Silva e com a supervisão da Arquitecta Hélia Silva, da Historiadora Rita Mégre e da Geógrafa Ana Mafalda Reis. Projecto financiado pela FCT (PTDC/CPC HAT/4703/2012).

[1] Em 1834, no âmbito da Reforma geral eclesiástica empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de Maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo (Torre do Tombo 2011).

[2] http://lxconventos.cm-lisboa.pt/

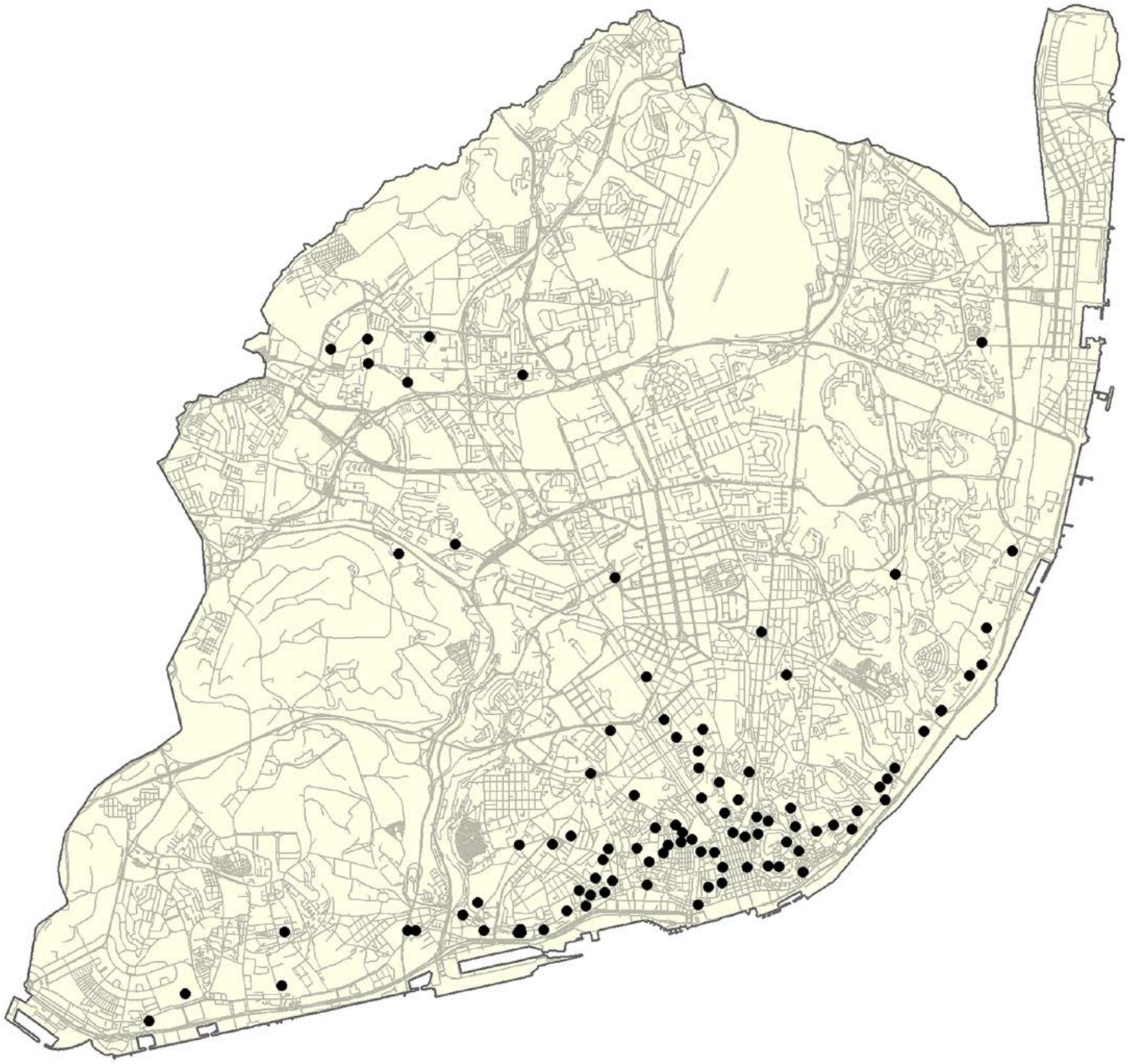


FIG. 1 Área em estudo e respetivos casos de estudo do projeto LxConventos.

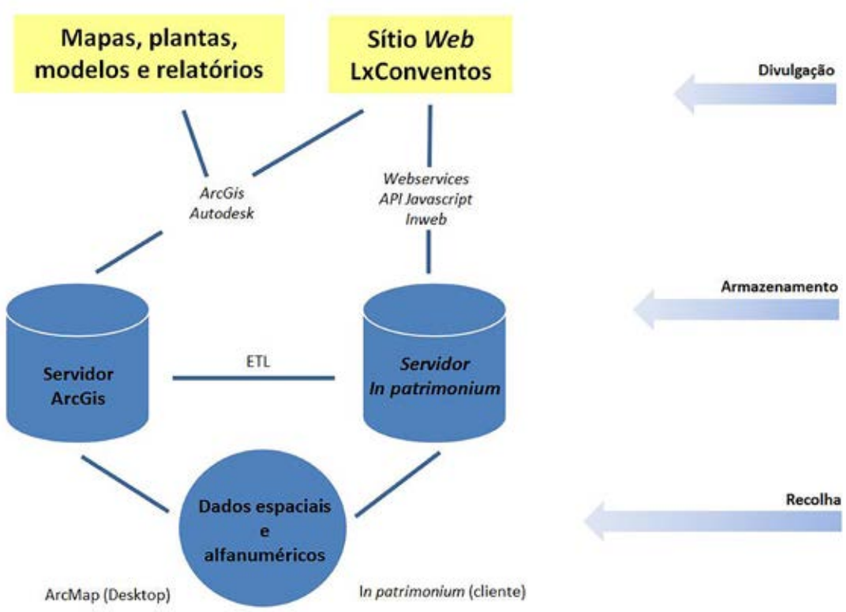


FIG. 2 Esquema do sistema de informação do projeto.

objectivo a reconstrução digital conjunta destes à data da extinção e das suas remanescências à data actual (2015). Consequentemente, pretendia-se que os modelos elaborados:

- Fossem facilmente integrados na cadeia de projecto, possibilitando o seu acesso através da plataforma de divulgação a qualquer utilizador comum;
- Tivessem a capacidade de ser corrigidos a qualquer momento, sem obrigatoriedade de refazer o modelo, possibilitando a divulgação dos resultados e sua posterior correcção sem perder o rigor técnico e sem privar o público geral do seu conhecimento prévio;
- Pudessem ser considerados modelos científicos, tendo por base fontes fidedignas, susceptíveis de conduzir a resultados rigorosos e bem documentados.

O presente artigo organiza-se, assim, em quatro partes: na primeira, é exposta a importância que o património digital adquiriu no campo do património cultural nos dias de hoje; na segunda, é apresentada a metodologia cíclica desenvolvida para elaborar as reconstruções digitais das casas religiosas seleccionadas; na terceira, são referidos e discutidos os resultados obtidos; por último, são enunciadas as conclusões finais e indicados desenvolvimentos futuros.

Do registo patrimonial à visualização computorizada

> *Entenda-se, emfim, que nenhum monumento historico pertence propriamente ao municipio em cujo ambito jaz, mas sim á nação toda. Por via de regra, nem a mão poderosa que o ergueu regía só esse municipio, nem as sommas que ahi se despenderam sairam dele só, nem a historia que transforma o monumento em documento é a historia de uma villa ou cidade, mas sim de um povo inteiro. (Herculano 1837, 51-52)*

Datam da Antiguidade as primeiras preocupações relativas aos objectos do passado, mas é com os humanistas, no Renascimento, que nasce a consciência da verdadeira distância existente em relação aos antepassados, através de recolhas literárias, investigações historiográficas e levantamentos gráficos de vestígios arquitectónicos da antiga Roma (Soromenho e Silva 1993).

Com o Iluminismo e consequente Revolução Francesa consolidam-se os princípios orientadores de políticas de salvaguarda do património francês e formam-se os primeiros organismos oficiais responsáveis por este, com as principais tarefas de elaborar um inventário sistemático e de levantar

e classificar o estado de conservação de bens. Ao encontro destas inquietações, um pouco por toda a Europa, ao longo do século XIX, começam a ser introduzidas leis nacionais de proteção patrimonial e são criados organismos responsáveis pela protecção e preservação do património arquitectónico e/ou arqueológico (Choay 1999).

Pós-primeira guerra mundial, a nível internacional, surgem preocupações dedicadas apenas ao património, com a carta de Atenas, em 1931, como primeiro ato normativo. Esta refere a necessidade de cada estado criar arquivos com os documentos dos monumentos históricos e de publicar um inventário do património. Seguem-se mais cartas e normas com objectivo específico de definir novas preocupações e/ou novos conceitos (Ferreira 1998), destacando-se: a *Convenção de Haia* (1954), a *Carta de Veneza* (1964), a *Carta do Turismo Cultural* (1976), a *Carta de Florença* (1981), a *Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico* (1990), a *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* (1999), os *Princípios a seguir na Conservação de Estruturas Históricas em Madeira* (1999) e a *Convenção para a proteção do património Cultural Subaquático* (2001). Como responsáveis pela elaboração destes documentos temos numa primeira fase a Liga das Nações e, pós-segunda guerra mundial, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a CoE (Conselho da Europa) e o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios). Paralelamente formam-se outras instituições internacionais direccionadas exclusivamente para o património: o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Propriedade Cultural), o ISPRS (Sociedade Internacional da Fotogrametria e do Controlo Remoto), o ICOM (Conselho Internacional de Museus) e o CIPA (Comité Internacional para a Documentação de Património Cultural).

Em 1998 é criado o UCLA (Universidade da Califórnia, Los Angeles) *Cultural Virtual Reality Laboratory*, com a missão de desenvolver em computador modelos 3D de alta precisão de locais culturalmente significativos. Esta iniciativa deveu-se à evolução tecnológica dos últimos trinta anos, onde as TIC (Tecnologias da informação e comunicação), aliadas ao novo meio de comunicação por excelência, a *World Wide Web*, se tornaram ferramentas insubstituíveis para a criação, distribuição e consumo da informação. O UCLA *Cultural Virtual Reality Laboratory*, juntamente com o *Virtual World Heritage Laboratory* e com as conferências *Museums and the Web*, vieram evidenciar a existência de um novo tipo de património — o património digital — que é reconhecido pela UNESCO, em 2003, através da *Carta para a preserva*ção do património digital. Deste modo, as Humanidades (História, Arqueologia e Arquitectura) tiveram a possibilidade de ampliar o estudo e divulgação do património, através da introdução de modelos tridimensionais digitais como principal forma de visualização. Surgiram, assim, inúmeros *softwares* de modelação tridimensional, conhecidos por CAD,[3] formatos de ficheiros associados a estes (.dwg, .dwf, .fbx, .stl) e metodologias de trabalho, com novas formas de modelar para além da tradicional, nomeadamente paramétrica, associativa e generativa (Frisher 2008).

Com a preocupação de "definir os princípios para o uso de métodos de visualização computorizada no que respeita a integridade intelectual, fidelidade, documentação, sustentabilidade e acesso" é elaborada a *Carta de Londres*

[3] Computer-aided design — Desenho Assistido por Computador.

em 2009. Esta "não pretende prescrever objetivos ou métodos específicos, mas sim estabelecer uma série de princípios gerais para o uso da visualização computorizada no campo da investigação e divulgação do património cultural" (UNESCO 2009). Por sua vez, em 2012, com os *Princípios de Sevilha* pretende-se aumentar a aplicabilidade da Carta de Londres num campo específico do património cultural, o arqueológico. São oito os princípios fundamentais apresentados, nomeadamente: interdisciplinaridade, finalidade, complementaridade, autenticidade, rigor histórico, eficiência, transparência científica e formação e avaliação (SEAV 2012). Os princípios vêm definir três categorias de aplicação, nas quais os modelos tridimensionais científicos criados terão de se enquadrar: divulgação, estudo e manutenção. Por sua vez, no que respeita ao rigor histórico, destacam a importância de uma sólida investigação e documentação, enunciando a fotogrametria e o *laser scanning* como técnicas que permitem aumentar a qualidade da documentação científica. Destaca-se ainda a escala de evidências (Figueiredo e Resco 2010), para distinguir os diferentes níveis de veracidade dos modelos elaborados.

Tais acontecimentos permitiram às Humanidades adotarem a metodologia BIM,[4] *building information modelling*, (Eastman et al. 2011) da indústria AEC (Arquitectura, Engenharia e Construção) na elaboração de modelos tridimensionais de património arquitectónico com base científica. Os modelos produzidos puderam, assim, passar de simples *nurbs*[5] a modelos tridimensionais paramétricos com bases de dados associadas. Por sua vez, surge o HBIM (*historical building information modelling*), como uma particularidade do BIM associada aos edifícios históricos, na tentativa de automatizar a reprodução de *canons* arquitectónicos (Murphy et al. 2011). De modo geral, o BIM veio oferecer novas formas de gestão do conhecimento relativo ao património arquitectónico no que respeita à sua documentação, conservação, manutenção (Fai et al. 2013) e divulgação, potenciadas pela criação de bibliotecas de elementos arquitectónicos históricos e pela integração de levantamentos por fotogrametria e *laser scanning* (Santagati et al. 2005) (Garagnani et al. 2013).

Em Portugal, começam agora a dar-se os primeiros passos em BIM, com grupos como BIMForum Portugal, BIMClub (BIM Forum Portugal 2014) e com a Comissão Técnica de Normalização BIM (CT 197). A nível nacional, no que respeita a visualização computorizada aplicada ao património arquitectónico, não são conhecidos exemplos que, tendo por base este tipo de ferramentas interoperáveis, se possam utilizar simultaneamente na sua conservação, divulgação e estudo. Como exemplos de modelações que têm vido a ser desenvolvidas é possível referir três casos: o projecto *Cidade e Espetáculo: uma visão da Lisboa Pré-terramoto*, que pretende recriar virtualmente a memória da cidade destruída pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755, utilizando a tecnologia de mundos virtuais Second Life[6]; o projecto *Reconstituição de Olisipo e de um navio romano do tipo corbita*, que tinha como objectivo realizar o documentário "Fundeadouro Romano em Olisipo" com base numa reconstituição e interpretação do passado, à luz dos métodos da ilustração científica para arqueologia (Figueiredo 2014); e o *Ensaio de reconstituição arquitectónica do mosteiro cisterciense medieval de S. João de Tarouca*, que procede à modelação tridimensional

[4] Processo baseado num modelo 3D inteligente que mune as diferentes especialidades (arquitectura, engenharia, e profissionais da construção) com visão e ferramentas que permitem de forma mais eficiente, projetar, construir e gerir edifícios e infraestrutura (Autodesk 2015).

[5] NURBS (Non-uniform rational basis spline), são representações matemáticas de geometria 3D que podem descrever qualquer forma a partir de uma simples linha 2D, círculo, arco ou curva até à superfície ou sólido de forma livre 3D orgânica mais complexo (Rhinoceros 2015).

[6] O Second Life é um ambiente virtual e tridimensional que simula a vida real e social do ser humano (Second Life 2015).

do complexo monástico medieval original (Bernardes e Sebastian 2013). Os modelos referidos aplicam-se à categoria de divulgação, não podendo ser transversalmente utilizados em estudos ou na conservação de estruturas existentes, uma vez que são estáticos e não apresentam elementos paramétricos e associativos com uma base de dados agregada. Contudo, é possível apontar dois trabalhos desenvolvidos pela Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A. como exemplos de boas práticas que vão ao encontro do diálogo interdisciplinar e à interoperabilidade: o levantamento *laser scanner* do palácio de Monserrate e sua utilização no restauro do monumento (Cortesão 2012) e na divulgação do mesmo através de maquete tridimensional (Parques de Sintra 2016) e a modelação em Revit[7] do Chalet da Condessa D'Edla e sua aplicação no estudo do sistema construtivo e posterior apoio ao projecto de reconstrução e restauro (Parques de Sintra 2013).

Reconstruções Digitais — uma metodologia[8]

Recentemente, tem proliferado a elaboração de modelos 3D científicos, assim como as metodologias utilizadas mediante o fim a que se destinam, como foi possível constatar pela secção anterior. A presente metodologia[9] (Fig. 3) é cíclica, baseada na criação de modelos digitais com geometria associativa e paramétrica — modelos BIM —, e pretende abarcar as vertentes de estudo, conservação e divulgação do património arquitectónico. Segundo esta, os dados passam por três etapas principais: 1) *obtenção*, composta pela *investigação* e *levantamento*, 2) *tratamento* e, por fim, 3) *comunicação*, composta pela *modelação* e *visualização*.

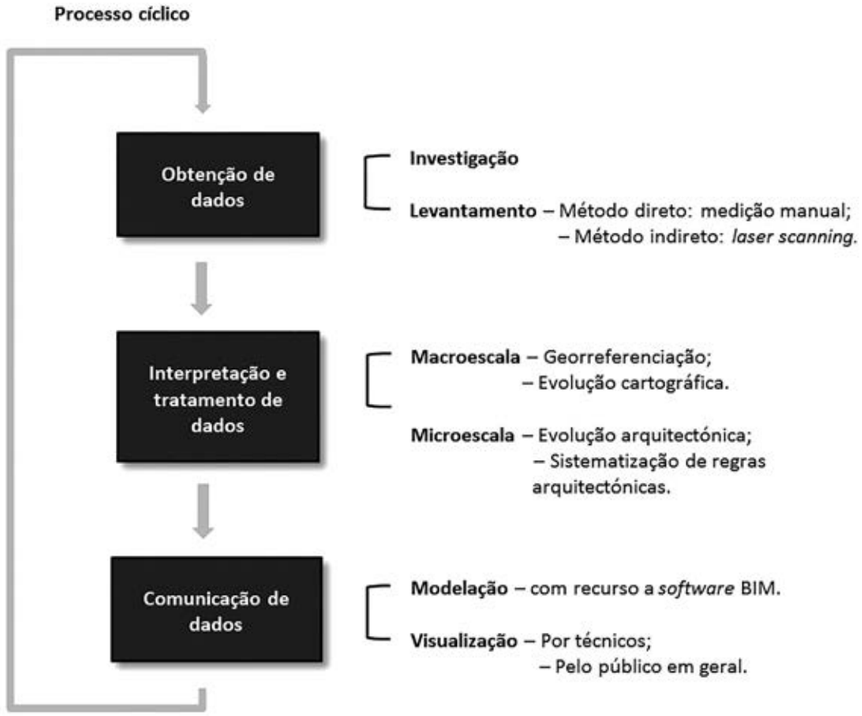


FIG. 3 Metodologia desenvolvida para a elaboração de reconstruções digitais de património arquitectónico.

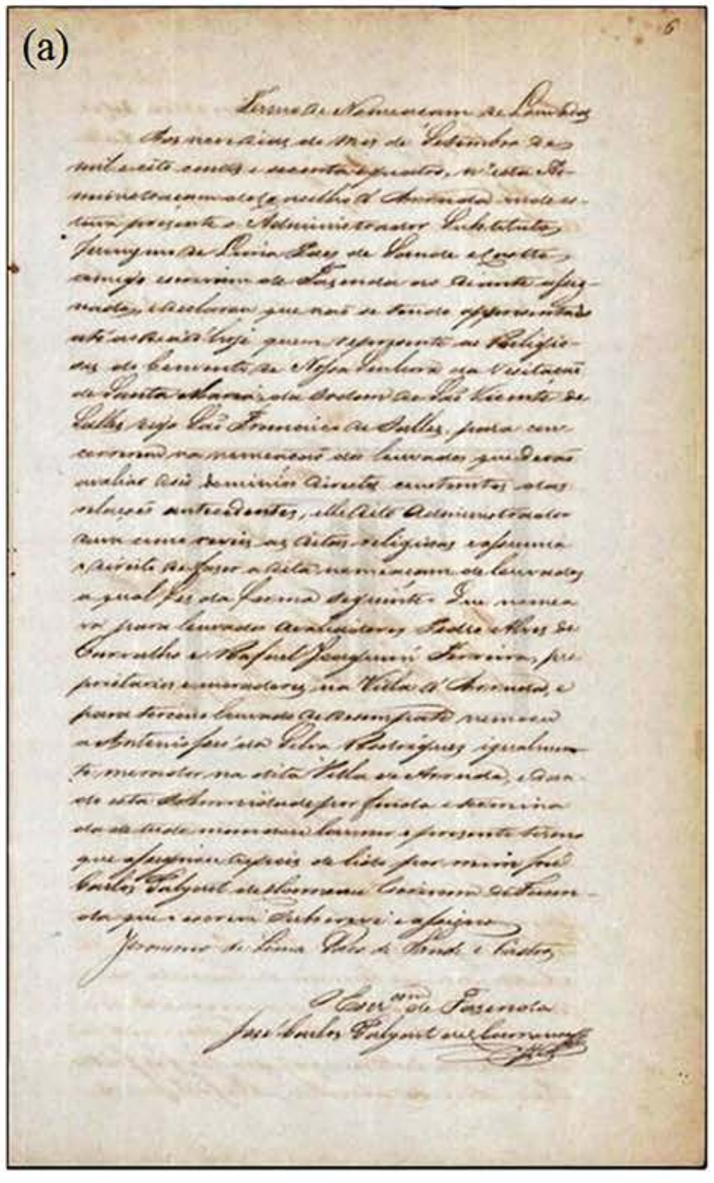
A obtenção de dados na primeira fase — investigação — consiste na pesquisa e recolha de documentos escritos, fotografias antigas, iconografia, cartografia e desenhos técnicos (Fig. 4) referentes a cada convento. Nesta fase do projecto LxConventos, os investigadores tiveram um papel preponderante na recolha de fontes primárias, assim como a Torre do Tombo no tratamento e disponibilização *online* dos processos de extinção[10] e o Arquivo Municipal de Lisboa, com a importantíssima informação fornecida pelos processos de obra. Na segunda fase — levantamento — é feito um trabalho de campo relativo à verificação do actual estado do edifício, (demolido, vestígios ou existente), onde, na presença de estruturas conventuais visíveis, é efectuado o respectivo levantamento arquitectónico e fotográfico (Fig. 5 e Fig. 6). No levantamento arquitectónico são privilegiados

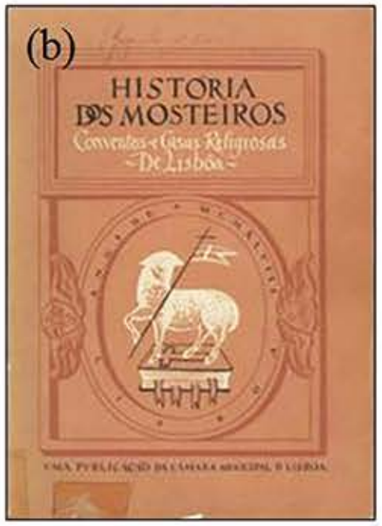
[7] *Software* da Autodesk que permite elaborar modelos BIM (Autodesk 2016).

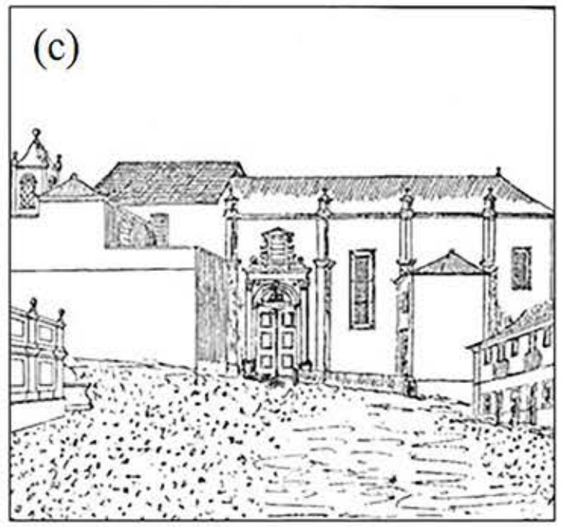
[8] Metodologia apresentada em : GIL, A, *Conventos de Lisboa — Preservação digital da memória.* Congresso de Humanidades Digitais em Portugal — Construir pontes e quebrar barreiras na era digital, 8 e 9 outubro de 2015, FCSH/UNL e descrita no *site* do projecto LxConventos na secção de *Estudos de Caso*, nomeadamente "Reconstruções Virtuais de Edifícios Conventuais de Lisboa".

[9] A metodologia apresentada é um desenvolvimento da que foi elaborada em tese de mestrado *Modelos Digitais — Geometria Associativa: Particularidade da musealização de monumentos em extensão. O Aqueduto das Águas Livres como caso de Estudo*, e posteriormente corrigida no âmbito do estágio profissional para a Ordem dos Arquitectos.

[10] O processo de extinção de cada casa religiosa contém o inventário dos seus bens móveis e imóveis. Os inventários, apesar de poderem ser muito diferentes quanto ao seu conteúdo, podem conter os autos de posse e inventário dos bens dos conventos, incluindo as cercas, a descrição e avaliação de todos os bens (Torre do Tombo 2011).











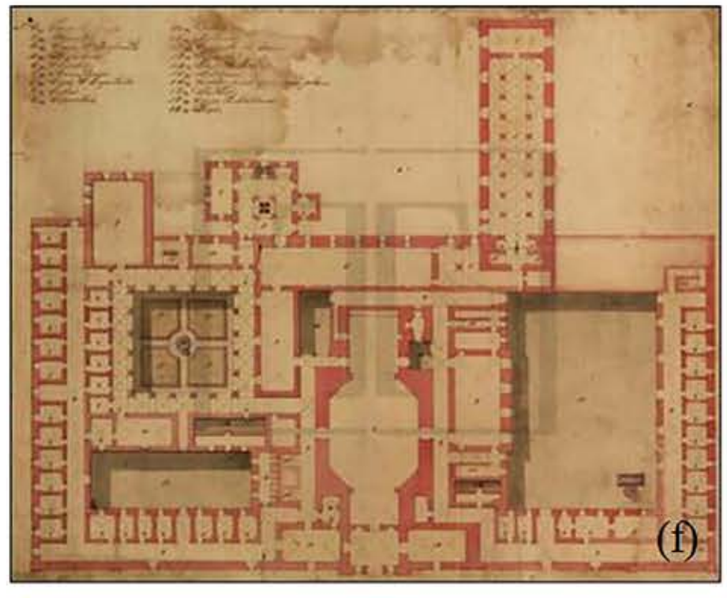


FIG.4 > Exemplo de dados recolhidos na fase de investigação:
(a) Processo de Extinção, (b) História dos Mosteiros, (c) Iconografia,
(d) Maqueta de Lisboa antes do Terramoto de 1755, (e) Cartografia histórica
de 1854 e (f) Planta de um convento.

FIG. 5 Desenho elaborado em levantamento arquitectónico através de método direto (medição manual)

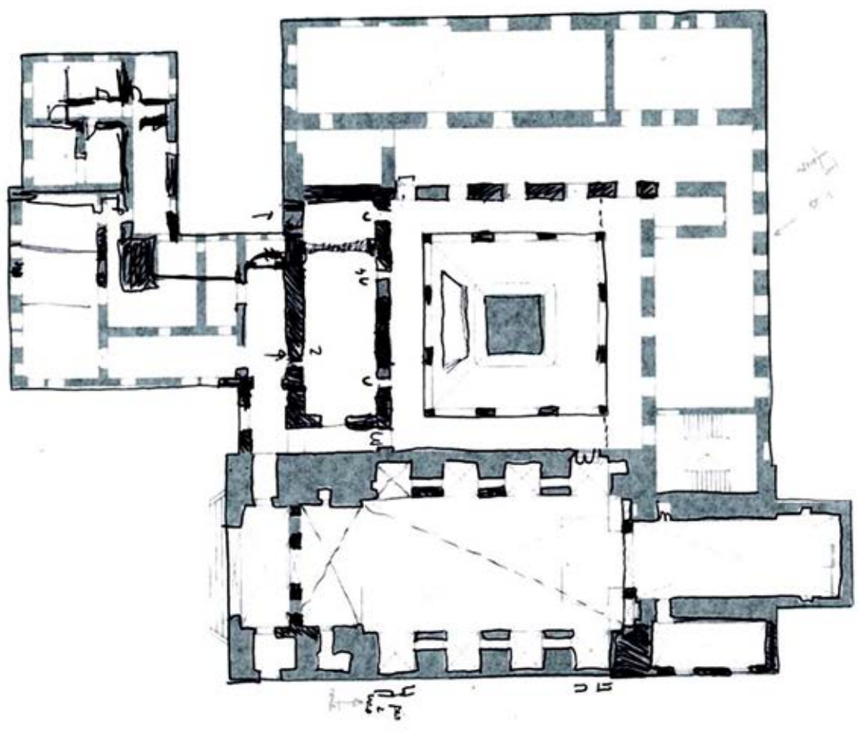
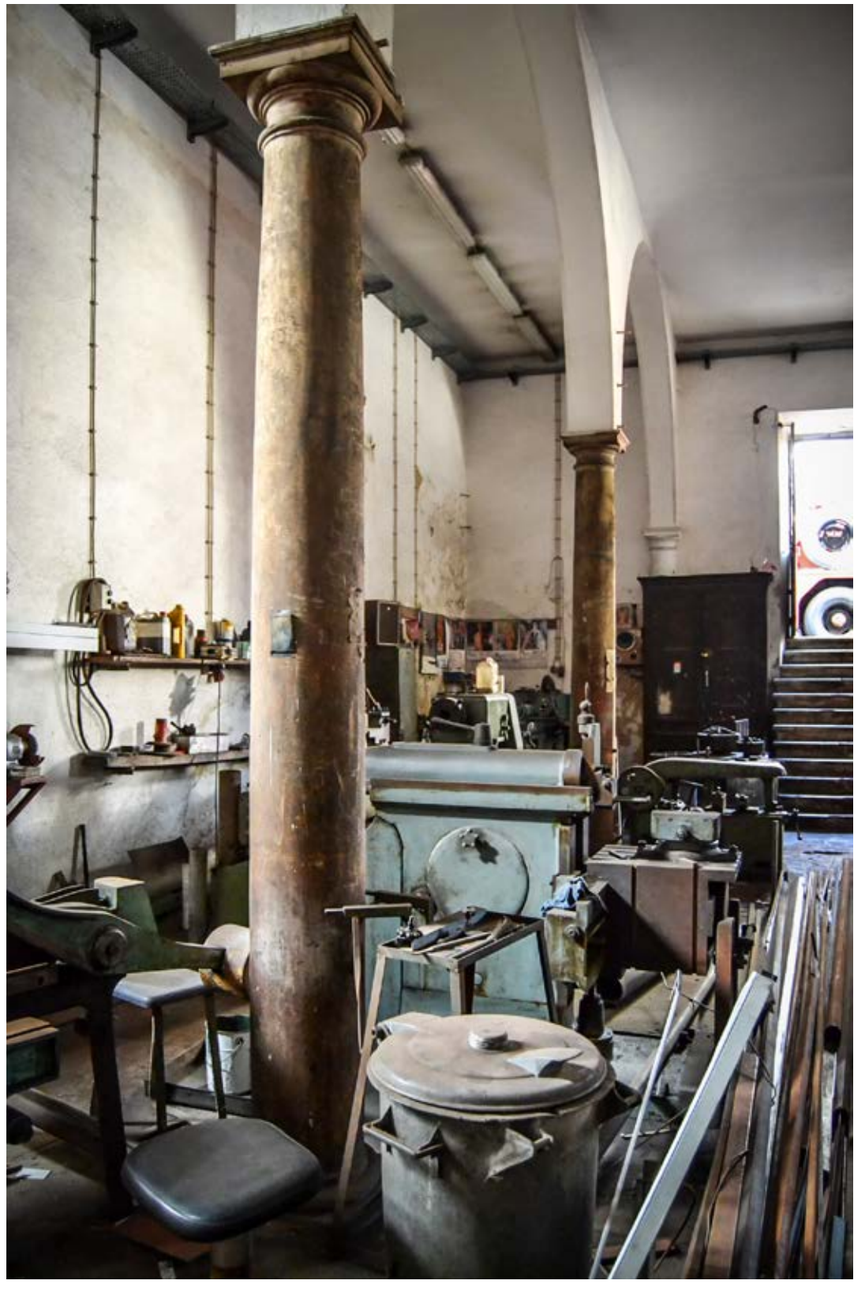


FIG. 6 Levantamento fotográfico



os métodos directos (medição manual) e apenas em alguns casos específicos são utilizados métodos indirectos (levantamento *laser scanning*[11]).

A Interpretação e tratamento de dados, etapa intermédia, permite elaborar trabalhos relevantes para a compreensão final do conjunto arquitectónico, tanto à macroescala como à microescala, e sua consequente representação final — reconstrução digital. À macroescala é efectuada uma análise à escala da cidade com a georreferenciação e evolução cartográfica, o que permite ter a correcta localização do conjunto conventual (cerca, edifício e igreja) e sua evolução ao longo do tempo. Por sua vez, à microescala é realizada uma análise à escala do edifício com a sistematização de regras arquitectónicas e com a evolução arquitectónica. No caso de terem sido efectuados levantamentos *laser scanning*, são

[11] Equipamento utilizado: LeicaScanStation P20 da LeicaGeosystems Portugal.

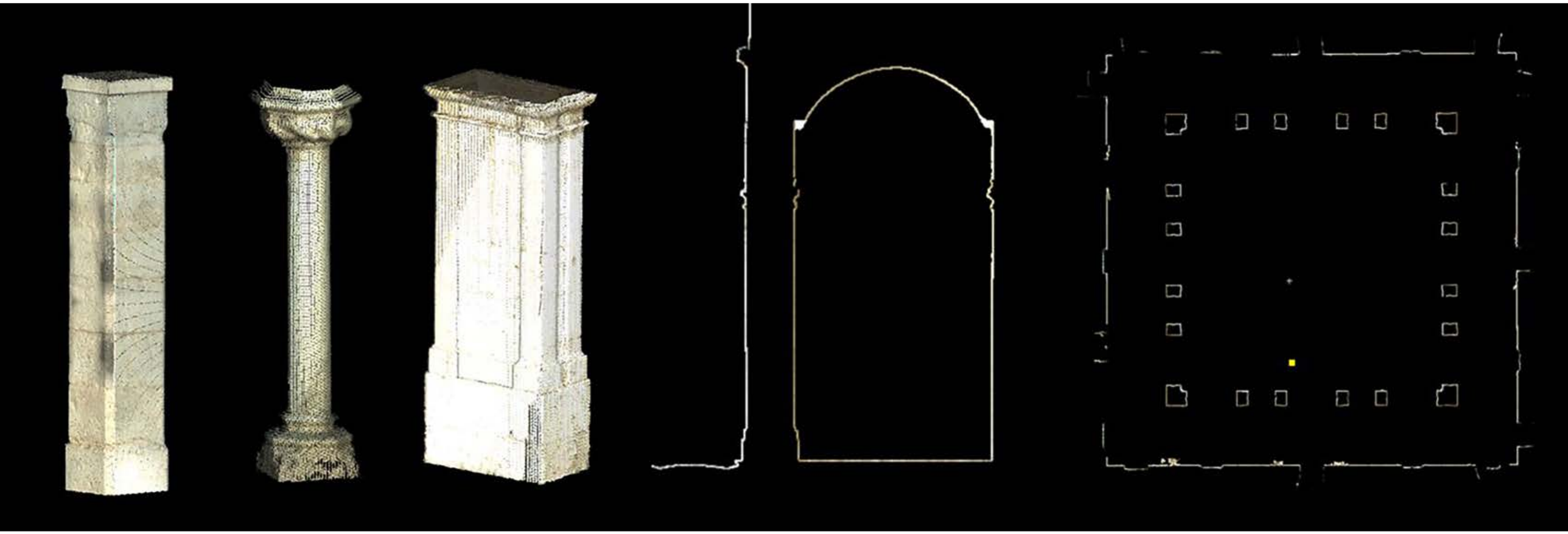


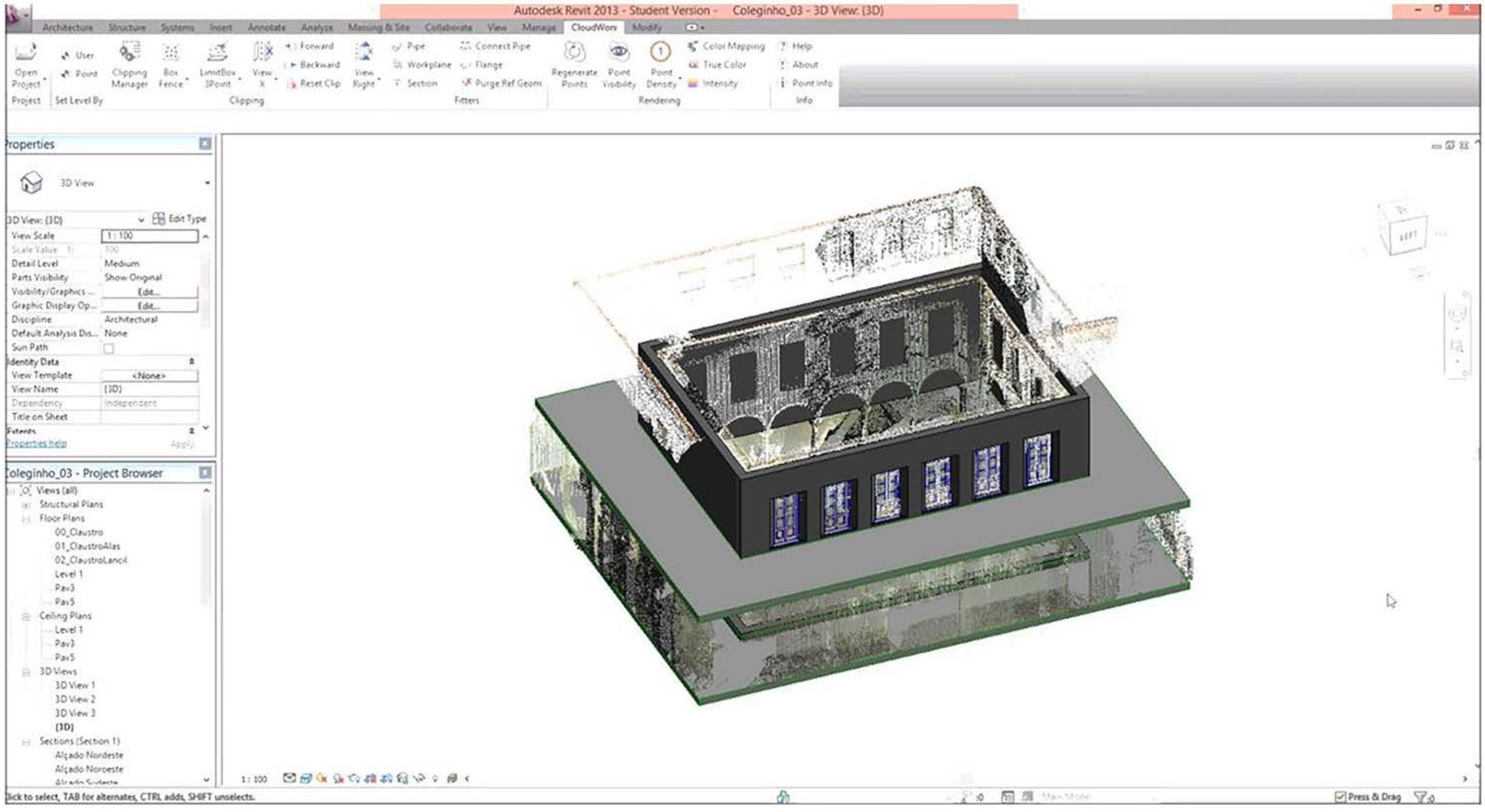
FIG. 7 Model Spaces auxiliares à elaboração de famílias Revit e de desenhos 2D (plantas e cortes).

produzidos elementos intermédios com base na nuvem de pontos (Fig. 7).

Na comunicação de dados é efectuada a modelação propriamente dita, e posteriormente são geradas as formas de visualização final a disponibilizar. A modelação corresponde à reconstrução digital realizada de modo científico com base na interpretação dos dados recolhidos. Consequentemente, o nível de detalhe (LOD — *level of detail*) de cada elemento modelado depende sempre do nível de detalhe da fonte que lhe deu origem. No que respeita ao *software* utilizado, tendo em conta as premissas iniciais, utilizou-se o Revit por ser o que mais se adequava a todos os requisitos iniciais, nomeadamente porque:

> Permite integrar levantamentos *laser scanner* (Fig. 8), de forma rápida e expedita, assim como diferentes tipos de ficheiros provenientes de *softwares* CAD e GIS, assegurando, deste modo, o rigor intelectual e técnico e o carácter científico dos modelos elaborados;

> As propriedades paramétricas e associativas deste *software*, através da possibilidade de parametrizar elementos característicos individualmente (Fig. 9) e de possuir bases de dados associadas a todos eles, permitem que estes sejam corrigidos a qualquer



momento, possibilitando a sua constante divulgação e não interferindo com o trabalho de investigação;

> Possui capacidade de geração de dados para técnicos e dados para o público em geral, permitindo que os modelos entrem facilmente na cadeia de projecto.

Os resultados finais podem ser, como observado inicialmente nos *Princípios de Sevilha*, para estudo, conservação e divulgação. Por norma, a presente metodologia não pretende excluir nenhuma dessas possibilidades, ou seja, é possível gerar formas de visualização destinadas maioritariamente a técnicos, para estudos, ou ao público em geral, como forma de divulgação. Como formas de visualização para técnicos temos: modelos BIM (com respectivas fases e tabelas associadas), nuvens de pontos e ficheiro SIG. Por outro lado, para o público em geral, podem ser produzidos diferentes tipos de ficheiros, em diferentes formatos, tais como *renders* e vídeos, que são os mais fáceis de compreender, assim

FIG. 8 Nuvem de pontos importada para Revit e modelação diretamente sobre esta.

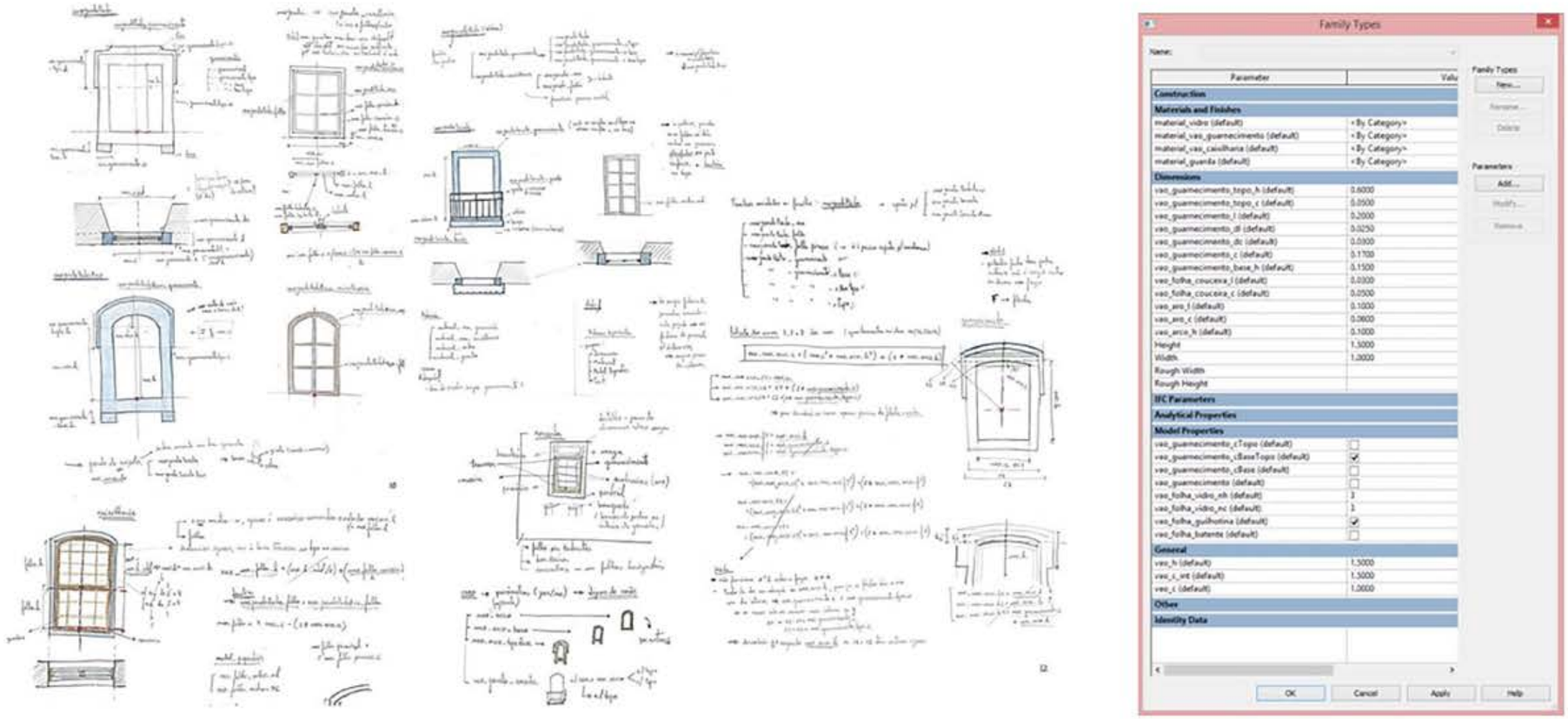


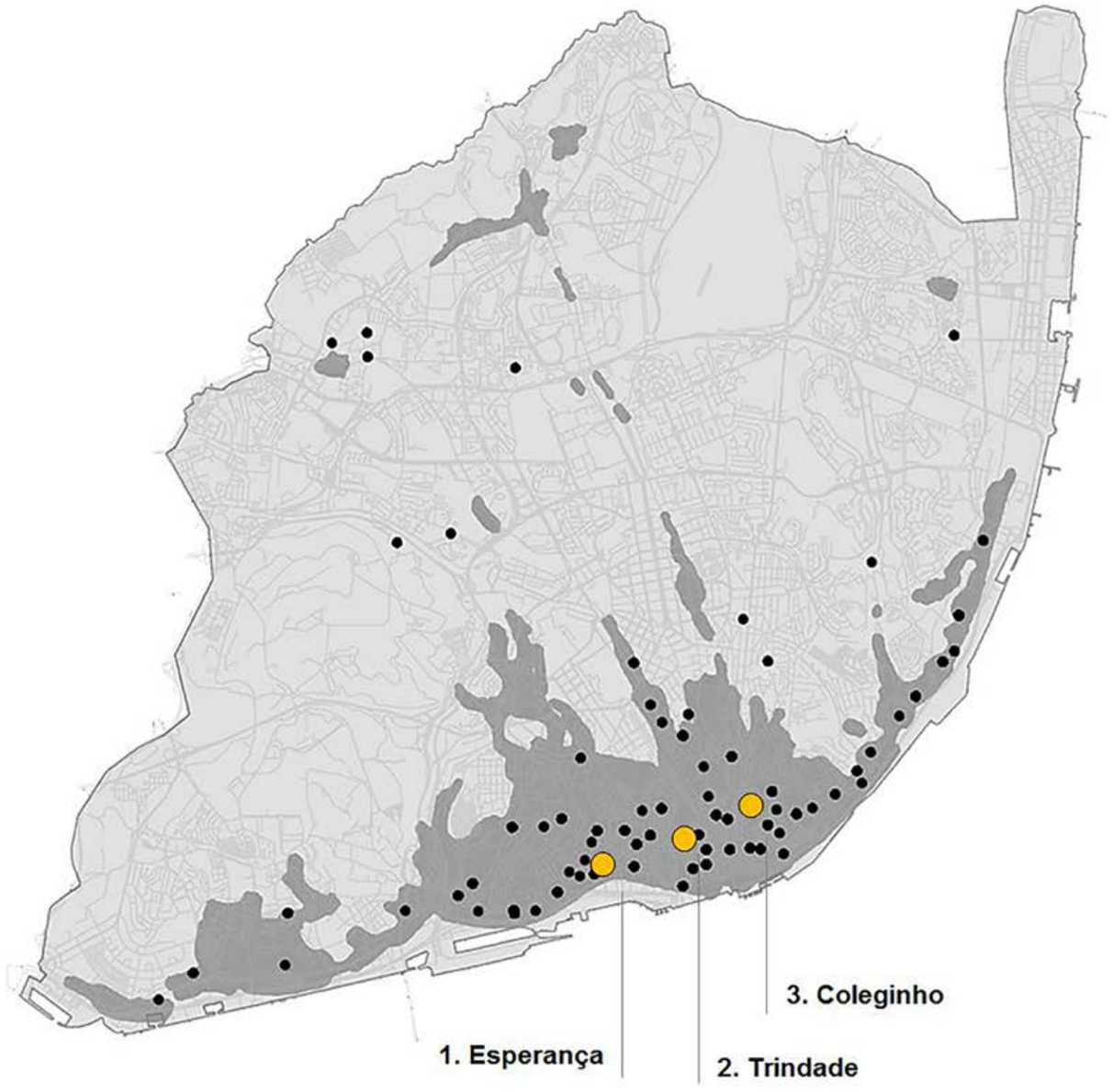
FIG. 9 Processo de criação de famílias Revit: esquiços e definição de parametros (esq), tabela de parâmetros (centro), modelo correspondente (dir).

como desenhos técnicos (plantas cortes e alçados) e PDF 3D um pouco mais complexos, mas com a vantagem de serem mais completos no seu conteúdo. Convém sublinhar que, em nenhum dos casos o utilizador comum necessita de instalar qualquer *software* específico para a sua visualização. No *site* do projecto apenas são disponibilizadas as formas de visualização destinadas ao público em geral. Contudo, caso algum técnico/investigador se interesse por um convento específico esses dados podem ser-lhe facultados.

Casos de estudo

> *Ao nível da micro-escala é possível encontrar subtis permanências arquitectónicas metamorfoseadas em locais de antigos conventos dados como demolidos.*
> (Sequeira 1930, 235)

No projecto LxConventos foram elaborados os modelos digitais de três casos de estudo representativos das casas religiosas de Lisboa: o Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança e o Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, como exemplos de conventos "desaparecidos", os quais, surpreendentemente, ainda hoje mantêm partes estruturantes do seu conjunto arquitectónico, que coexistem com as novas realidades arquitectónicas dominantes; e o Colégio de Santo Antão-o-Velho, espaço conventual pouco conhecido que permaneceu praticamente inalterado até aos dias de hoje (Fig. 10). Estes três conventos apresentam-se, assim, como exemplos de casas religiosas que subtilmente exibem permanências arquitectónicas desde a extinção das ordens religiosas até aos dias de hoje, passando despercebidos à maioria do público. Neste sentido, os casos de estudo enunciados pretendem gerar memória e



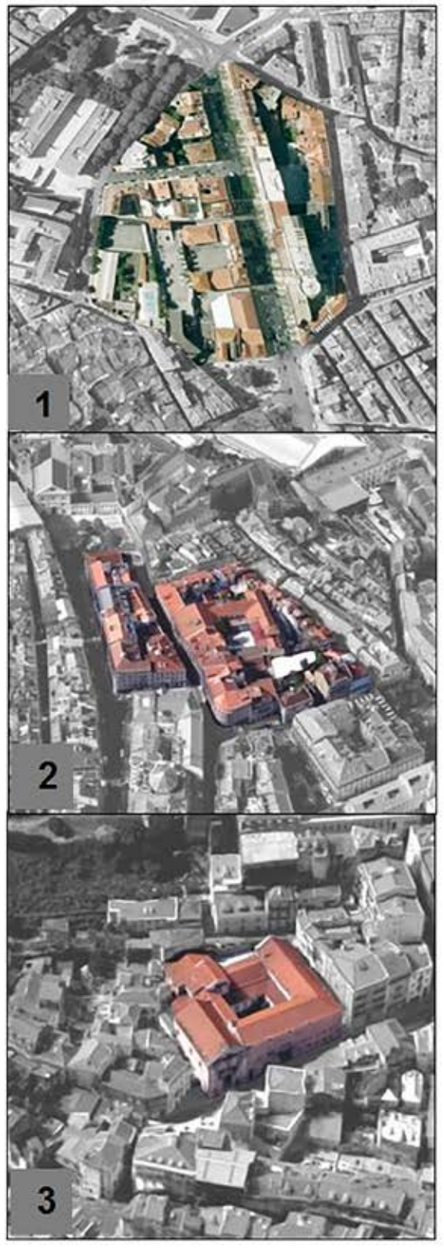


FIG. 10 Localização dos três casos de estudo sobre planta da cidade de Lisboa.

identidade através do formato digital dos seus modelos, como é possível constatar no *site* do projecto.

Os dados obtidos pelos três modelos em cada etapa da metodologia apresentam-se sintetizados na tabela 1. Seguidamente serão descritos os resultados obtidos para as reconstruções digitais de cada um dos três conventos.

Colégio de Santo Antão-o-Velho

O Colégio de Santo Antão-o-Velho, também designado por Coleginho, permaneceu praticamente intacto até aos dias de hoje, tendo sido possível obter um modelo rigoroso (Fig. 11, Fig. 12 e Fig. 13) com base nos levantamentos manual e *laser scanning* do claustro (Fig. 14). Foram assim parametrizados

TAB. 1 Tabela de dados recolhidos e elaborados referentes a cada uma das etapas da metodologia para cada um dos três casos de estudo.

Designação Comum	Coleginho	Trindade	Esperança
Cód. LxConv.	087	049	064
Estado	Existente	Parcialmente demolido	Vestígios
Investigação	- Cartografia histórica; - Cartografia atual (dwg); - Plantas parciais do edifício atual; - Pequena descrição do convento; - Iconografia representativa da fachada principal da igreja; - Fotografias antigas da fachada principal da igreja; - Representação na grande panorâmica de Lisboa em painel de azulejo; - Representação na maquete da cidade de Lisboa antes do terramoto.	- Cartografia histórica; - Cartografia atual (dwg); - Planta do 1º pavimento do edifício após extinção; - Planta parcial do 2º pavimento após extinção; - Plantas do 1º e 2º pavimento de proposta para o edifício após extinção; - Plantas, cortes e alçados parciais de alguns edifícios existentes atualmente no local da implantação inicial do convento; - Descrições do convento pré-terramoto e à data da extinção; - Fotografias antigas dos novos edifícios existentes pós-extinção, (interiores e exteriores); - Iconografia representativa da fachada principal do convento próxima da data da extinção; - Planta do loteamento efectuado sobre a cerca do convento após expropriação deste; - Representação na grande panorâmica de Lisboa em painel de azulejo; - Representação na maquete da cidade de Lisboa antes do terramoto.	- Cartografia histórica; - Cartografia atual (dwg); - Planta do 1º e 2º pavimento do edifício pós-extinção; - Alçado da torre sineira; - Plantas, cortes e alçados parciais de alguns edifícios existentes atualmente no local da implantação inicial do convento; - Descrições do convento à data da extinção; - Fotografias antigas dos novos edifícios existentes pós-extinção (interiores e exteriores); - Iconografia representativa da fachada principal do convento próxima da data da extinção; - Planta do loteamento efectuado sobre a cerca do convento após expropriação deste; - Representação na grande panorâmica de Lisboa em painel de azulejo; - Representação na maquete da cidade de Lisboa antes do terramoto.
Levantamento	- Levantamento fotográfico; - Levantamento manual com base nas plantas atuais, com auxílio de fita métrica e distanciómetro; - levantamento laser scanner do claustro com leica scanstation P20. Problemas: zonas da nuvem com falta de pontos e zonas com cores (rgb) pouco realistas.	- Levantamento fotográfico; - Levantamento manual, com auxílio de fita métrica e distanciómetro, com base nas plantas atuais e antigas, para perceção das preexistências. Incidindo o levantamento sobre estas (antigas lojas, pequena sala abobadada do segundo claustro, refeitório, claustro e parte da igreja nova e velha).	- Levantamento fotográfico; - Levantamento manual das zonas consideradas vestígios (zona do coro, parte da nave da igreja e arcaria do claustro que que foi recolocada com nova métrica enquadrada nas geometrias dos edifícios então construídos).
Interpretação e tratamento de dados	- LxConv087_plantas2015.dwg; - LxConv087_ altimetriaPlanimetria2015.dwg; - novos model spaces provenientes da nuvem geral, correspondentes a elementos característicos (Leica cyclone).	- LxConv049_plantas1856.dwg; - LxConv049_plantas2015.dwg; - LxConv049_ altimetriaPlanimetria2015.dwg.	- LxConv064_plantas1856.dwg; - LxConv064_ altimetriaPlanimetria2015.dwg .
Modelação	- LxConv087. Rvt (modelo do convento e envolvente próxima na actualidade); - Estudo e parametrização detalhada de famílias (vãos elaborados com base na nuvem de pontos e colunas do claustro diretamente modeladas a partir desta).	- LxConv049.rvt (modelo do convento e envolvente próxima pré-terramoto, à data da extinção (1856) e na atualidade com respectivos edifícios que lhe deram lugar (2015); - Estudo e parametrização de famílias.	- LxConv064.rvt (modelo do convento e envolvente próxima à data da extinção (1856); - Estudo e parametrização de famílias.
Visualização	- LxConv087. ifc; - Nuvem de pontos; - Desenhos técnicos; - *Renders*; - Vídeo do claustro; - Pdf 3D.	- LxConv049. ifc; - Desenhos técnicos; - Renders; - Pdf 3D.	- LxConv064.ifc; - Desenhos técnicos; - Renders; - Pdf 3d.

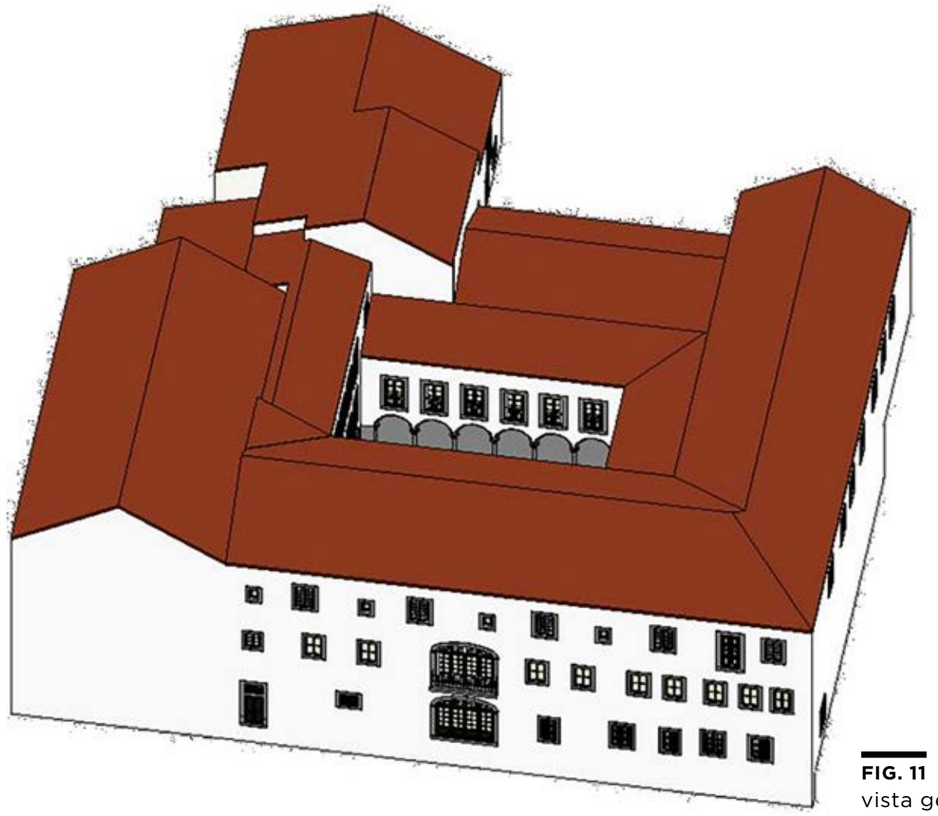


FIG. 11 Colégio de Santo Antão-o-Velho: vista geral do modelo.





FIG. 12 E FIG. 13 Renders do Colégio de Santo Antão-o-Velho: claustro (esq) e exterior (dir).

FIG. 14 Colégio de Santo Antão-o-Velho: nuvem de pontos do claustro (esq) e nuvem d pontos de uma coluna do claustro (dir).

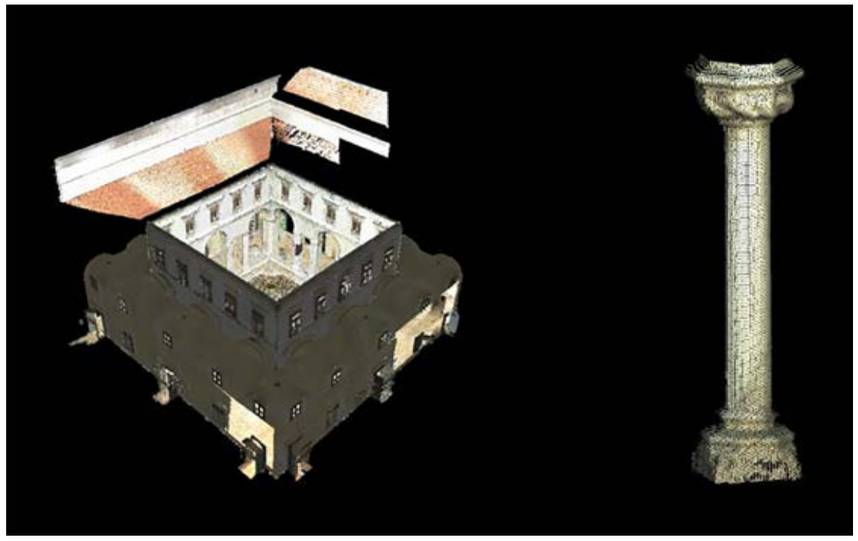
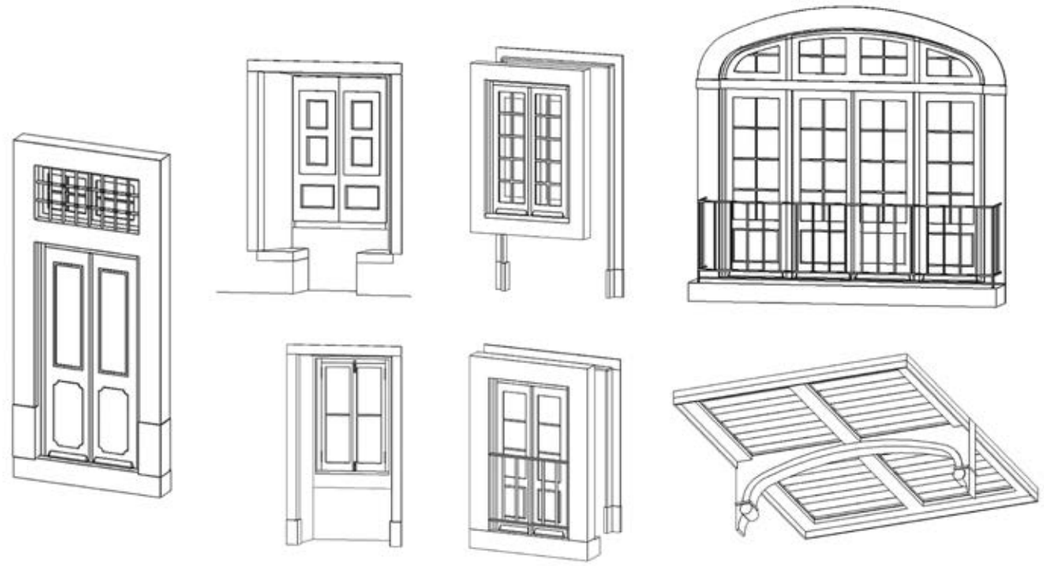


FIG. 15 Colégio de Santo Antão-o-Velho: parte significativa das famílias elaboradas.



os seus elementos característicos, através da construção de famílias Revit[12], com elevado LOD, nomeadamente: tectos, vão de janela (de sacada e de peito), vão de porta (interior e exterior), colunas e arcos (Fig. 15).

Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança

O Convento da Esperança, ao contrário do Coleginho, foi demolido praticamente na sua totalidade, tendo permanecido apenas alguns vestígios: parte da nave da igreja, paredes da fachada sul do pátio com respectiva porta do carro e, ainda, parte da arcaria do claustro, cujos elementos foram recolocados com nova métrica no actual Regimento Sapadores de Bombeiros.

A obra *Dispersos*, de Augusto Vieira da Silva, juntamente com as plantas existentes no processo de extinção (primeiro e segundo pavimento), foi de extrema relevância para a reconstrução digital do respectivo convento, uma vez que incluía descrições dos espaços conventuais, bem como dimensões rigorosas dos mesmos (Fig. 16). Por sua vez, o levantamento rigoroso da referida arcaria (Fig. 17) e das plantas existentes permitiram não só a reconstrução do alçado (Fig. 18) do claustro como a atribuição das cotas correctas aos pavimentos e, por conseguinte, a reconstituição de todo convento, com rigor planimétrico e altimétrico (Fig. 19 até Fig. 22). Contudo, é de assinalar que ainda existem algumas indefinições e baixo LOD visíveis no modelo, nomeadamente: indefinições nas zonas de piso intermédio, entre os pavimentos 1 e 2, que correspondem à zona entre a portaria e a igreja e à do claustro pequeno, pela falta da planta análoga; e baixo LOD das famílias elaboradas, pela falta de alçados e cortes.

[12] Famílias em Revit correspondem a um grupo de elementos que possuem propriedades em comum — parâmetros. As famílias proporcionam um nível de controlo sobre os elementos que são semelhantes em uso e comportamento, possibilitando que alterações em projecto sejam efectuadas com maior facilidade e os projectos sejam geridos de forma mais eficiente (Gil 2011, 48-49).

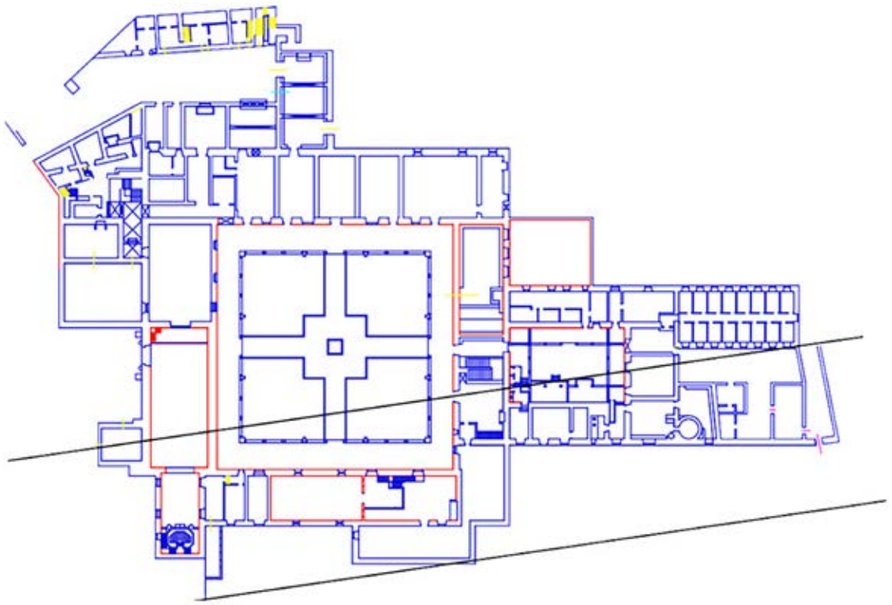


FIG. 16 Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança: planta elaborada com base na planta existente (azul) e nas dimensões descritas (encarnado), com marcação da Avenida D. Carlos I (preto).

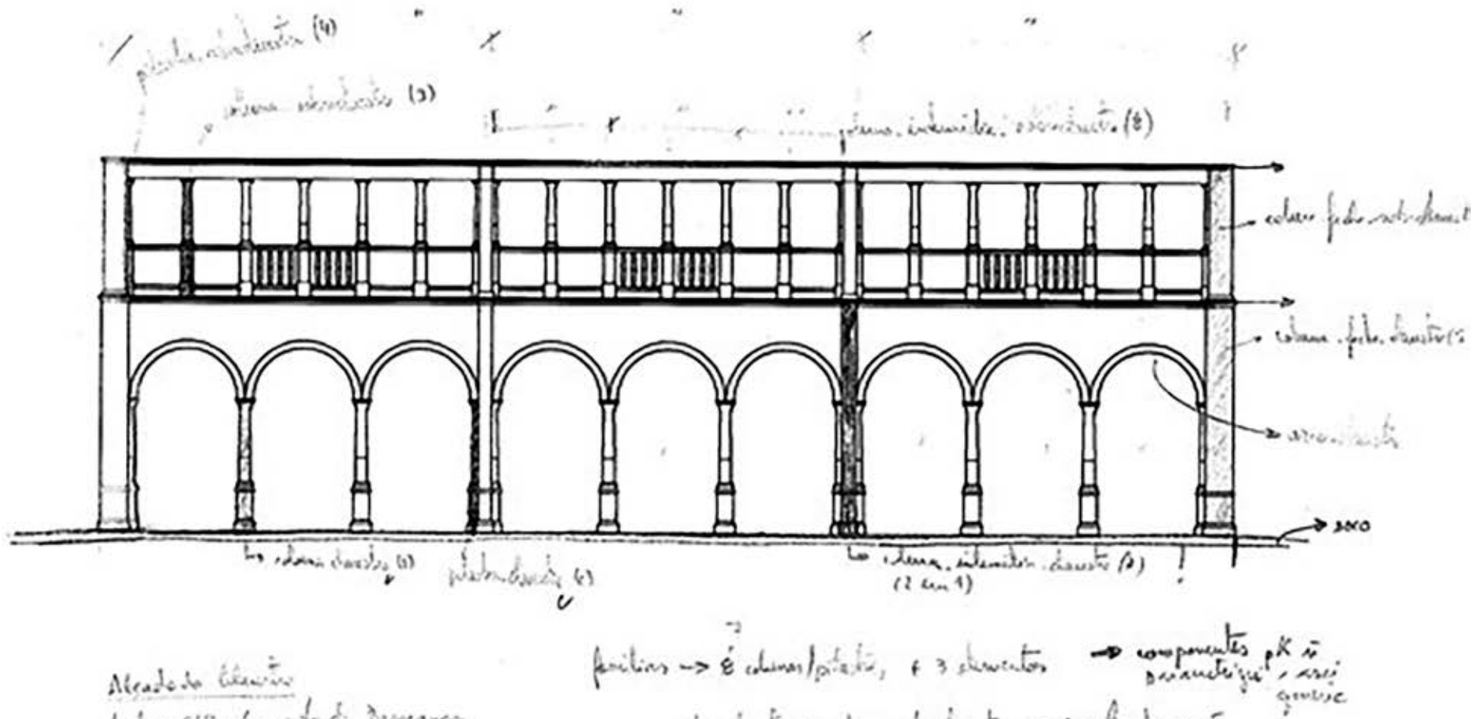


FIG. 18 Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança: reconstrução da métrica do alçado do claustro com base no levantamento das preexistências e na planta do convento.



FIG. 17 Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa: fotografia da atual localização de parte da arcaria do antigo claustro do convento da Esperança.





FIG. 19 E FIG. 20 Renders dos claustros do convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança: claustro principal (esq) e claustro pequeno (dir).

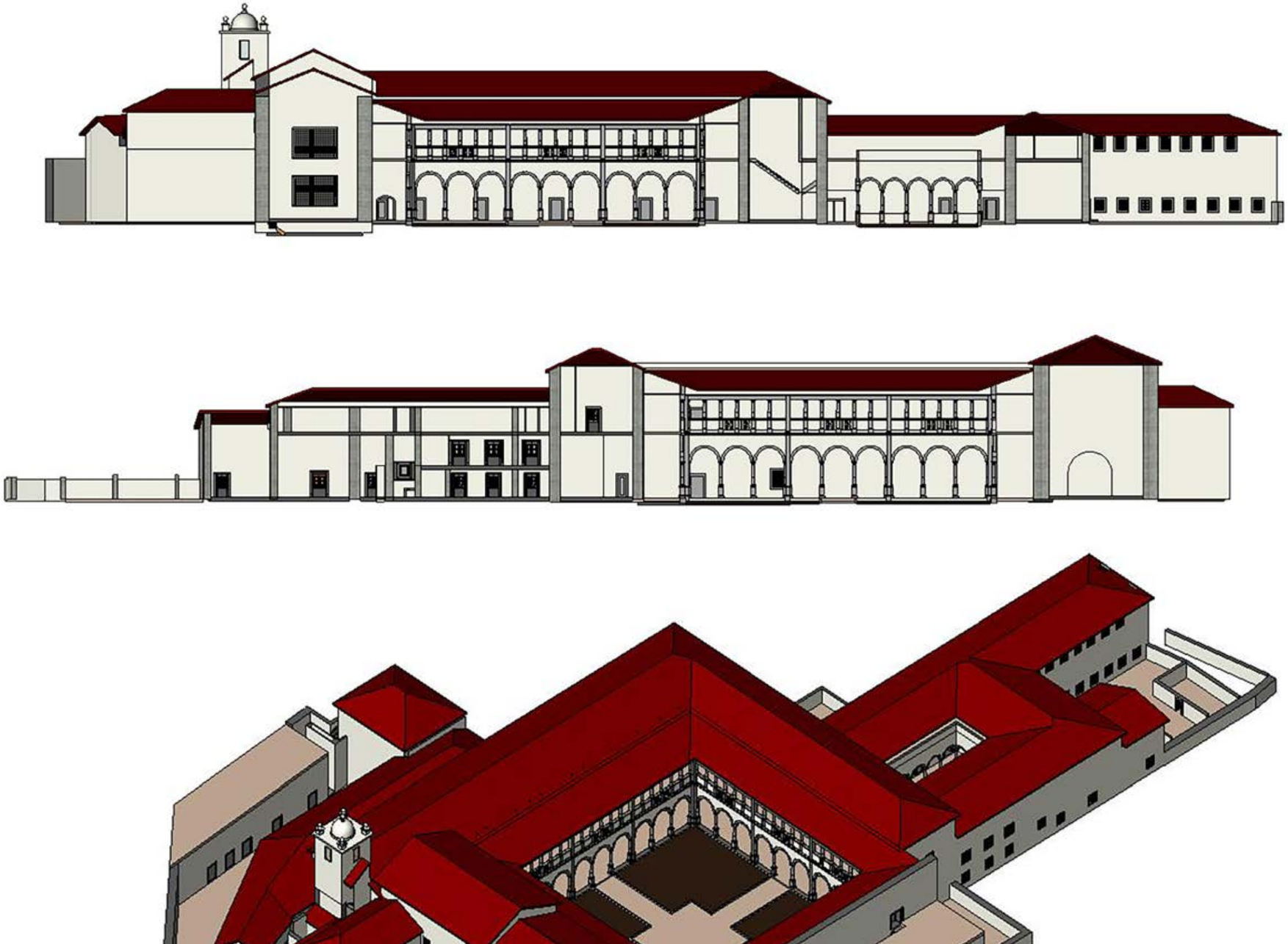


FIG. 21 Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança: seções do modelo elaborado.

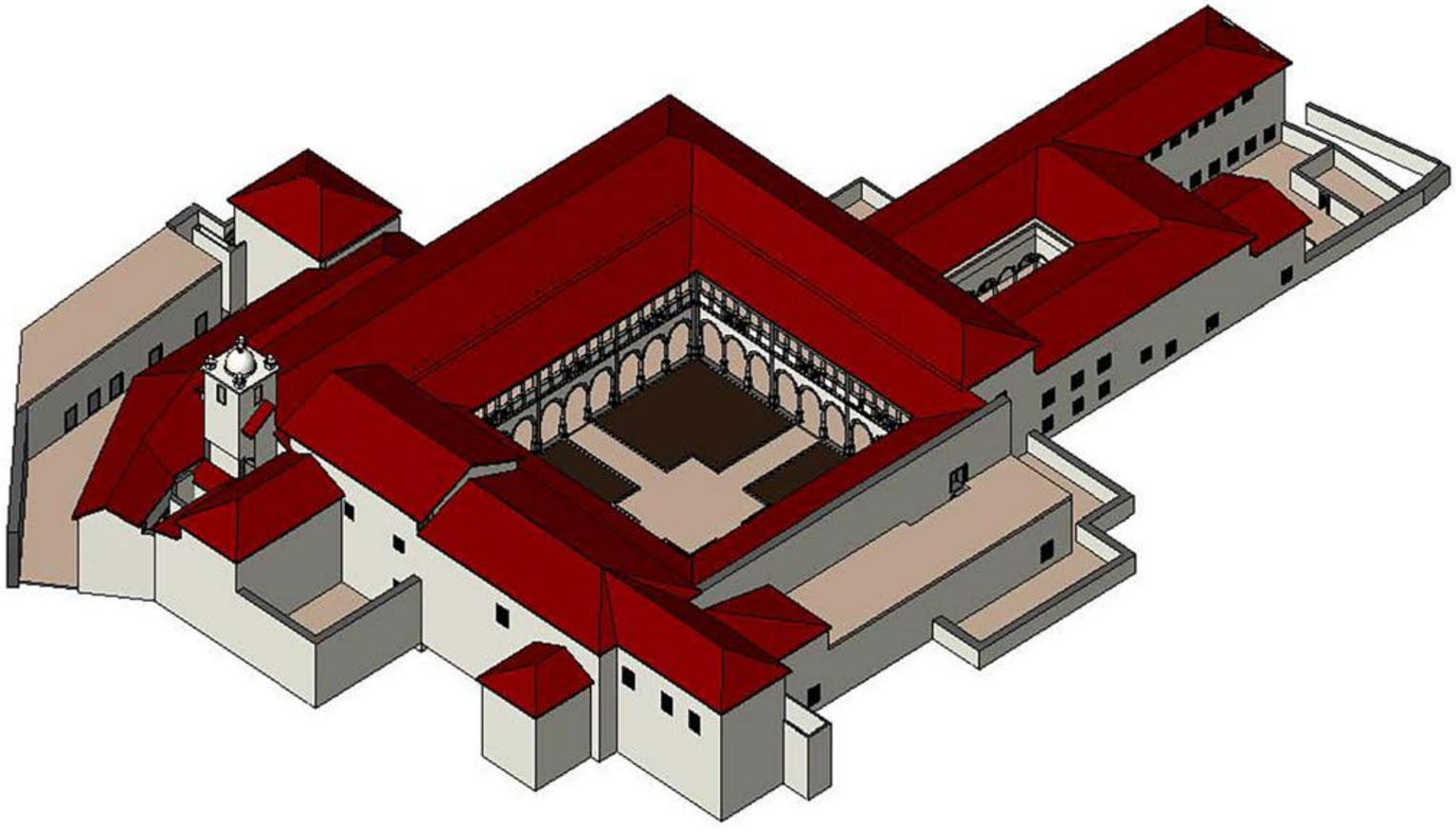


FIG. 22 Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança: vista geral do modelo.

Convento da Santíssima Trindade de Lisboa

O convento da Santíssima Trindade de Lisboa, também designado por Trindade, apresentou-se como o exemplar mais rico e mais complexo, por exibir elevada informação tanto a nível físico como documental. A maioria das suas remanescências situam-se na zona do antigo refeitório, claustro, respectivas zonas adjacentes e ainda algumas lojas a poente. Deste modo, foi possível fazer a sua reprodução pré-terramoto (embora com baixo LOD), além das representações à data da extinção e à data actual (Fig. 23).

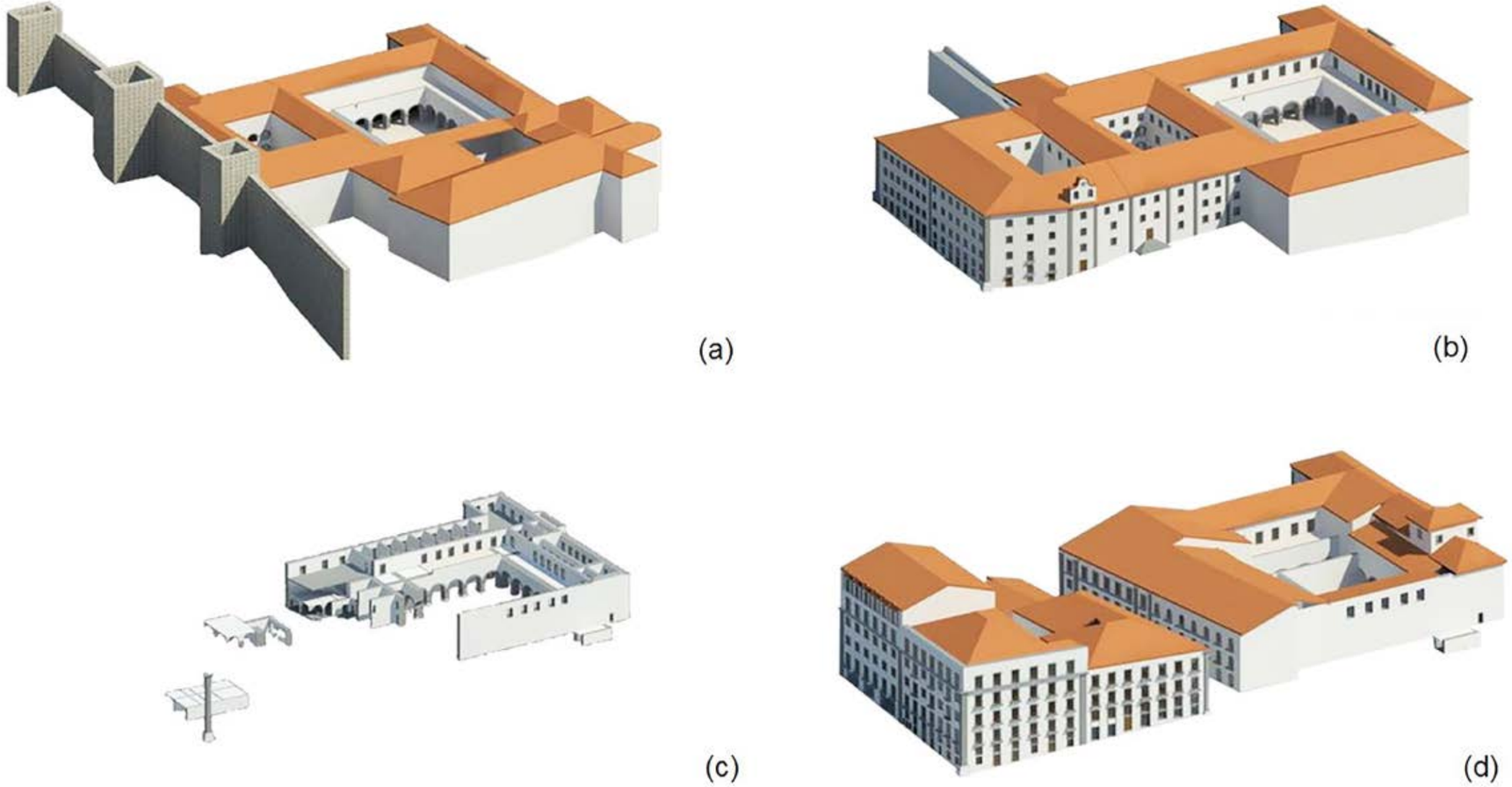


FIG. 23 Evolução arquitectónica do convento da Santíssima Trindade de Lisboa: (a) Pré-terramoto, (b) Extinção, (1834), (c) presenças arquitectónicas conventuais (2015) e (d) 2015.

Uma vez que se encontram bastantes preexistências, foi necessário tentar compreender todo o conjunto planimetrica e altimetricamente, para se poderem fazer associações do presente para o passado. Foram efectuadas várias visitas ao local e uma investigação exaustiva de todos os volumes de obra dos dois quarteirões, que corresponderiam à implantação do convento à data da extinção. Existiu reciprocidade de informação: por um lado, com base na planta do primeiro pavimento, constante do processo de extinção, foi possível descobrir preexistências junto dos edifícios atuais (refeitório, claustro, sala do capítulo, capela e sala abobadada do claustro pequeno); por outro, com base nas idas ao local e em alguns volumes de obra, foi possível tirar ilações de como seria a zona das lojas (zona poente do convento nos dois pisos por baixo do primeiro pavimento), uma vez que não existia qualquer desenho das mesmas, mas apenas descrições que corroboraram os desenhos e geometrias encontradas.

Relativamente a indefinições e baixos LOD, a situação foi semelhante à do Convento da Esperança, existindo a mesma dúvida relativamente à definição do piso intermédio, entre o primeiro e o segundo pavimento, acrescendo as incertezas existentes ao nível do segundo pavimento, uma vez que a planta existente é apenas parcial; assim como o baixo LOD nas famílias elaboradas devido a falta de cortes e alçados. Neste caso, a iconografia do alçado principal do convento e igreja foi determinante na definição dos elementos modelados.

Conclusão e desenvolvimentos futuros

> *The London Charter is not discipline specific; it aims to serve the whole range of Arts, Humanities and Cultural Heritage disciplines using 3D visualisation for research and dissemination. (...) The Charter is designed to establish principles that are sufficiently focussed that they have an impact, but sufficiently abstract that they remain current as methods and technologies evolve. (Beacham et al. 2006)*

Em trabalhos de preservação e divulgação do património é essencial seguir directrizes que permitam chegar a modelos rigorosos através de fios condutores consistentes. Deste modo, as recomendações da carta de Londres, assim como os princípios de Sevilha constituem orientações fundamentais. No que respeita a princípios gerais, a pluridisciplinaridade é um tópico fundamental para que se obtenham e divulguem mais e melhores resultados. Neste caso, o projecto LxConventos é um exemplo, cujos resultados finais se devem ao trabalho conjunto de arquitectos, historiadores, geógrafos, conservadores de restauro e informáticos.

Contudo, é possível sugerir algumas adaptações aos referidos princípios, tendo em conta as especificidades do património arquitectónico em relação ao património arqueológico. Um exemplo é a relevância da utilização da escala de cores para representar diferentes épocas construtivas (aquando da existência de mais de duas épocas identificadas), em detrimento da escala utilizada pelos

arqueólogos (Escala de Evidência Histórica/Arqueológica) para representar os diferentes níveis de veracidade, a qual não se justifica nestes casos.

No que respeita à metodologia utilizada, esta permitiu obter resultados rigorosos sendo flexível ao ponto de possibilitar a incorporação de novas técnicas sem perder o seu carácter cíclico e o compromisso com o público em geral, i.e. divulgar modelos facilmente editáveis. Um exemplo foi a incorporação de levantamento *laser scanning*, que veio colmatar a falta de documentação no caso de estruturas ainda existentes, como no Coleginho, permitindo um levantamento rápido, expedito e rigoroso dos seus principais elementos característicos, conferindo detalhe e rigor ao modelo elaborado e potenciando novas formas de visualização.

No sentido de aperfeiçoar a presente metodologia é possível indicar desenvolvimentos futuros:

> Incorporação de fotogrametria para alguns levantamentos específicos, permitindo gerar modelos não editáveis de pormenores singulares;
> Tornar os modelos mais realistas com a incorporação de cores e texturas, garantindo a integridade dos dados no processo de conversão (rvt[13], ifc[14], pdf[15]);
> Integração das escalas de cores para identificação de diferentes épocas construtivas, facilitando o acesso aos dados técnicos de forma mais fácil e intuitiva;
> Alargar a metodologia a recriações virtuais interativas através da incorporação de vivências, i.e. interacções com o utilizador no espaço virtual, de modo a divulgar os diferentes usos e apropriações do espaço de forma mais intuitiva; três categorias de aplicação nas quais os modelos tridimensionais científicos criados.
> No caso de conventos existentes, aplicação dos modelos à terceira categoria para as quais estes podem ser criados — a conservação —, os modelos elaborados tornarão o processo tradicional de conservação mais expedito e interativo.

No que respeita às reconstruções virtuais dos três casos de estudo, estas apresentam-se tecnicamente rigorosas, tendo em conta os dados existentes e a metodologia aplicada. No entanto, é possível indicar os seguintes desenvolvimentos futuros:

> Colégio de Santo Antão-o-Velho — modelação mais abrangente da sua envolvente, visando a percepção da evolução da sua cerca;
> Convento da Esperança — sugere-se o mesmo, para se compreender melhor o impacto da extinção e da apropriação da cerca pela abertura da avenida D. Carlos I, assim como o processo pelo qual o convento passou desde a extinção, expropriação, e abertura da avenida até aos dias de hoje e de como as suas preexistências se encontram recolocadas nos edifícios actuais. Por sua vez, as dúvidas enunciadas referentes à representação do convento, à data da extinção, poderão vir a ser colmatadas através de futuras descobertas ao nível da investigação, seguida de interpretação dos dados e correcção expedita do modelo;
> Convento da Trindade — como nos restantes casos, a modelação da envolvente seria importante, bem como a incorporação de novos dados que possibilitassem colmatar as dúvidas de modelação enunciadas e o baixo LOD existente. Destacando-se a importância

[13] Extensão de ficheiros Revit (ReviverSoft 2015).

[14] Industry Foundation Classes, formato universal para modelos BIM (BuildingSMART 2015).

[15] Portable Document Format (Adobe 2015).

da incorporação de mais dados, nomeadamente arqueológicos, para além da arqueologia vertical[16] já efectuada. Tal poderia ser relevante na zona da antiga igreja contribuindo com desenvolvimentos significativos no que respeita à representação pré-terramoto.

É possível concluir que os modelos elaborados expõem uma forma integrada de representação e divulgação do património a técnicos e não-técnicos, introduzindo novas dinâmicas processuais. Neste caso específico, dá-se a conhecer parte do nosso património que estava esquecido ou dado como demolido. Com o presente trabalho pretende-se, assim, generalizar a utilização da metodologia pluridisciplinar e cíclica apresentada, através da sua aplicação sistemática a estudos, divulgação e gestão do património para que surja uma noção global de identidade cultural, que gera inevitavelmente memória colectiva e consequente vontade de preservar.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a toda equipa do projecto LxConventos, assim como a toda a Direcção Municipal da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e em especial ao Departamento de Património Cultural que tão bem me acolheu. Gostaria de agradecer em especial à Prof.ª Doutora Raquel Henriques da Silva, à arquitecta Hélia Silva, à historiadora Rita Mégre e à geógrafa Ana Mafalda Reis por todo o apoio e ajuda profissional e pessoal que me deram.

BIBLIOGRAFIA

ADOBE 2015. *What is a PDF?* Disponível em: https://acrobat.adobe.com/us/en/products/about-adobe-pdf.html [18/12/2015].

AUTODESK, 2015. *What is BIM?*. Disponível em: http://www.autodesk.com/solutions/bim/overview [18/12/2015].

AUTODESK, 2016. *Revit*. Disponível em: http://www.autodesk.com/products/revit-family/overview [18/12/2015].

BEACHAM, R., Denard, H., Niccolucci, F., 2006. "An introduction to the London Charter". *The evolution of information communication and technology in cultural heritage*. Proceedings of VAST 2006. Budapest: Archaeolingua. 263-9. Disponível em: http://www.londoncharter.org/fileadmin/templates/main/docs/beacham-denard-niccolucci_intro.pdf [18/12/2015].

BERNARDES, P., Sebastian, L. 2013. "Ensaio de reconstituição arquitetónica do mosteiro cisterciense medieval de S. João de Tarouca". *Cister: por entre História e Imaginário*. Actas do IX Encontro Cultural de S. Cristóvão de Lafões,10-11 de Maio 2013. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29415/1/actasLafoes.pdf [18/12/2015].

BIMFORUM Portugal. 2014. *Building Information Modeling: A new construtionparadigma.* 1st BIM International Conference, Porto, Portugal.

BUILDINGSMART, 2015. *IFC Overview summary*. Disponível em: http://www.buildingsmart-tech.org/specifications/ifc-overview [18/12/2015].

CHOAY, F. 1999. *Alegoria do património*. Lisboa: Ed. 70.

CORTESÃO, L. 2012. "Levantamento arquitectónico do Palácio de Monserrate — varrimento laser". *DoCo 2012 — Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano*. Vol. 5, n. 10, Numero Speciale (2012). Disponível em: http://disegnarecon.unibo.it/article/view/3363/2738 [18/12/2015].

EASTMAN, C., Teicholz, P., Sacks, R., Liston, K. 2011. *BIM handbook: a guide to building information modeling for owners, managers, designers, engineers and contractors*. Second Edition. New Jersey: Wiley.

FAI, S., Filippi, M., Paliaga, S. 2013. "Parametric modelling (BIM) for the documentation of vernacular construction methods: a BIM model for the commissariat building, Ottawa, Canada". *ISPRS Annals of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*. Volume II-5/W1, XXIV International CIPA Symposium, 2 — 6 September 2013, Strasbourg, France.

FERREIRA, J. 1998. *Direito do património histórico-cultural : cartas, convenções e recomendações internacionais: atos comunitários*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.

FIGUEIREDO, C., Resco, P. 2010. *Escala de evidências*. Disponível em: http://www.mediafire.com/view/vcl26cuwc66b5m3/Escala_Evidencias.pdf [18/12/2015].

FIGUEIREDO, C. 2014. *Relatório de Projecto. Reconstituição de Olisipo e de um navio romano do tipo corbita.* Disponível em: https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_document%C3%A1rio_Fundeadouro_Romano_em_Olisipo_._

[16] Também conhecida como "Arqueologia do edificado" ou "Arqueologia da Arquitectura", apresenta-se como uma evolução no campo da Arqueologia. Campo extremamente activo, com inovações metodológicas particularmente consequentes nos últimos anos e com um contributo inequívoco para a compreensão da evolução dos centros urbanos.

Reconstitui%C3%A7%C3%A3o_de_Olisipo_e_de_um_navio_romano_do_tipo_corbita [18/12/2015].

FRISHER, B. 2008. *The Rome Reborn Project. How Technology is Helping Us to Study*

HISTORY. University of Virginia. Disponível em: http://romereborn.frischerconsulting.com/rome_reborn_2_documents/papers/Frischer_OpEd_final2.pdf [18/12/2015].

GARAGNANI, S., Manferdini, A. 2013. "Parametric accuracy: Building Information Modeling process applied to the cultural heritage preservation." *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences.* Volume XL-5/W1, 3D-ARCH 2013 — 3D Virtual Reconstruction and Visualization of Complex Architectures, 25 — 26 February 2013, Trento, Italy.

GIL, Ana. 2011. *Modelos Digitais — Geometria associativa: particularidade da musealização de monumentos em extensão. O Aqueduto das Águas Livres como caso de estudo*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior Técnico. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395143395359/Tese.pdf [18/12/2015].

HERCULANO, A. 1838. "Monumentos Patrios". *Opusculos*, Tomo II. Lisboa: Viúva Bertrand. 1-52.

MÉGRE, R., Silva, H. 2014. "Os Conventos na imagem urbana de Lisboa". *Monastic architeture and the city*. Debates, n.º6. Coimbra: cescontexto. 108-124. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_vi.pdf [18/12/2015].

MURPHY, M., McGoverna, E., Pavia, S. 2011. "Historic Building Information Modelling — adding intelligence to laser and image based surveys". *International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences*. vol.XXXVIII-5/W16. Trento, Italy.

PARQUES DE SINTRA, 2013. *Restauro do Chalet da Condessa D'Edla*. Disponível em: http://www.parquesdesintra.pt/pontos-de-atracao/restauro-do-chalet-da-condessa-d-edla/ [18/12/2015].

PARQUES DE SINTRA, 2016. *Parques de Sintra participa em diretório sobre acessibilidade em espaços culturais e artísticos.* Disponível em: http://www.parquesdesintra.pt/parques-jardins-e-monumentos/parque-e-palacio-de-monserrate/noticias/?t%C3%ADtulo=parques-de-sintra-participa-em-diretorio-sobre-acessibilidade-em-espacos-culturais-e-artisticos&id=60034 [12/02/2016].

REVIVERSOFT, 2015. *What is a .rvt file?* Disponível em: http://www.reviversoft.com/file-extensions/rvt [18/12/2015].

RHINOCEROS, 2015. *What are NURBS*? Disponível em: https://www.rhino3d.com/nurbs [18/12/2015].

SANTAGATI, C. 2005. *3D laser scanner aimed to architectural heritage survey: From the point's cloud to the geometrical genesis determination*. International Society of Photogrammetry And Remote Sensing, Volume XXXVI, Part 5/W17, 3D-ARCH: "Virtual Reconstruction and Visualization of Complex Architectures", 22-24 August 2005, Mestre-Venice, Italy.

SEAV. 2012. *Principlies of Seville*. Disponível em: http://www.arqueologiavirtual.com/carta/?page_id=189 [18/12/2015].

SECOND Life, 2015. *What is Second Life?* Disponível em: http://secondlife.com/whatis/ [18/12/2015].

SEQUEIRA, Gustavo de Matos.1939. *O Carmo e a Trindade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Volume III.

SILVA, Raquel Henriques da. 1997. *Lisboa Romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em História da Arte.

SOROMENHO, M., Silva, N. 1993. "Salvaguarda do Património — Antecedentes históricos. Da idade média ao séc. XVIII." *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. p. 22-34.

Torre do Tombo. 2011. *Processos de extinção das casas religiosas masculinas em Portugal.* Disponível em: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224337 [18/12/2015].

UNESCO. 2009. *The London Charter. For the computer-based visualisation of cultural heritage*. Disponível em: http://www.londoncharter.org/ [18/12/2015].

À PROCURA DE CASA PARA O CONSERVATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS DE LISBOA

PAULO OLIVEIRA RAMOS
Universidade Aberta
Instituto de História da Arte, FCSH, NOVA
poramos@uab.pt

RESUMO

À imagem do inspirador *Conservatoire des Arts et Métiers* de Paris, em 18 de novembro de 1836 foi criado o Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa, que se queria, como se lê no artº 1.º do decreto fundador, como "um deposito geral de maquinas, modelos, utensílios, desenhos, descripções, e livros relativos ás diferentes Artes, e Officios". Sabemos que passados poucos dias "O pessoal estava completo, só faltavam machinas, modêlos, desenhos, e casa!".
Entre novembro de 1836 e junho do ano seguinte, Gaspar José Marques e o Visconde de Vilarinho S. Romão — respectivamente Director e Sub-Inspector do Conservatório — procuram pela cidade de Lisboa espaços para instalar o Conservatório de Artes e Ofícios, visitando, entre outros, o Tesouro Velho, a "caza do Muzeo no Jardim Botânico" e, sobretudo, alguns dos "Extintos Conventos". Depois de várias hesitações, a escolha oficial final acabaria por cair, em 1 de junho de 1837, no Convento dos Remédios às Janelas Verdes (Marianos). Razões diversas deram ao Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa uma penosa existência nesse local até à sua extinção por decreto em 1852.

PALAVRAS-CHAVE
CONSERVATÓRIO DE ARTES E OFÍCIOS | LISBOA | ENTINÇÃO DE CONVENTOS | CONVENTO DOS REMÉDIOS | SÉCULO XIX

ABSTRACT

Inspired by the model of the *Conservatoire des Arts et Métiers* of Paris, a Conservatory of Arts and Crafts was created in Lisbon on 18 November 1836. According to article 1 of the founding decree, this institution was to be 'a public depository of machines, tools, models, drawings, descriptions and books concerning all types of Arts and Crafts'. It is known that a few days later, 'the staff was complete, the only things missing were machines, models, drawings and home!' From November 1836 to June 1837, the director, Gaspar José Marques, and the sub-inspector, the 1st Viscount of Vilarinho de S. Romão, attempted to find a site in Lisbon. Among other places, they suggested Tesouro Velho (Old Treasure), the "house of the Museum in the Botanical Gardens" and some of the "Extinct Convents". As Fradesso da Silveira remarked, after several indecisions, the official final decision on June 1, 1837, settled for the Remédios Convent at Janelas Verdes. A plethora of reasons condemned the Conservatory of Arts and Crafts of Lisbon to a troubled existence in the old Carmelite convent, eventually leading up to the *coup de grâce* that was the decree extinguishing the Conservatory in 1852.

KEYWORDS
CONSERVATORY OF ARTS AND CRAFTS | LISBON | SUPRESSION OF CONVENTS | REMÉDIOS CONVENT | 19TH CENTURY.

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Se a industria he a origem fecunda da riqueza dos povos, todas as Instituições que tendem a melhorar e a ajudar a industria devem merecer-lhes huma especial atenção.
Cândido José Xavier (1819)

N'a-t-on pas précisément appelé "vandalisme" ce qui était simplement un déménagement?
J.-M. Leniaud (1992)

A ideia

Em 1819, nas vésperas da introdução da energia a vapor na indústria nacional,[1] Cândido José Xavier (1769-1833), então exilado em França, escreveu no tomo VI dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, publicados por uma Sociedade de Portugueses residentes em Paris, um artigo de vinte páginas intitulado *Do Conservatorio das Artes e Oficios de Paris, e da possibilidade de hum Estabelecimento semelhante em Portugal.*

> **Faltaríamos ao nosso dever, e não daríamos a este artigo todo o interesse de que elle he susceptivel, se não consagrássemos nelle o desejo de vermos estabelecida na nossa Patria huma Instituição d'este género. A industria he em todos os casos o primeiro e mais sólido recurso de huma nação, e nas circumstancias difíceis em que está hoje Portugal, he a agricultura, são as Artes quem pode sustentá-lo, e dar ao comercio os meios mais seguros de o enriquecer; pelo que, promover por todos os modos a industria no paiz, não pode deixar de entrar mui positivamente nas intenções patrióticas do Governo. Certos disto, como da influencia que tem nas artes uma collecção dos meios practicos com que ellas se ajudão e se desenvolvem, estamos persuadidos de que hum estabelecimento d'este género seria muito conveniente e não difícil de fazer-se em Portugal (Xavier 1819, 98-99).**

Três anos depois, em 1822, "em plena euforia liberal" (Serrão 1980, 92), foi fundada a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, sendo Cândido José Xavier o seu primeiro presidente. No Programa da *Sociedade* era reiterada a necessidade de:

> **Formar hum estabelecimento com o nome de *Deposito das Artes*, em que se recolhão todos os planos, desenhos, e modêlos de instrumentos, e maquinas, o qual para instrucção do publico, e muito particularmente dos artistas, seja patente a todos os dias determinados.[2]**

Decorridos treze anos, em Maio de 1835, ainda se lia nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*:

> **Nós ousamos esperar ver fundado na Capital um conservatorio das artes e officios, e uma exposição dosproductos da industria nacional. Parece-nos se aproveitará esta occasião, reservando para este destino algum dos edifícios nacionaes á venda. O quarteirão de S.Francisco da Cidade, e mesmo o grande templo por acabar, poderão preencher este magnífico destino.[3]**

[1] Ainda que por uma pequena *décalage* a introdução da máquina a vapor entre nós ter-se-á dado primeiro na navegação no Tejo, eventualmente a seguir na navegação oceânica entre Lisboa e o Porto e, só depois, na indústria fabril (Ramos 1993a, 62-66).

[2] *Diario do Governo*, N.º 93, de 22 de abril de 1822, p. 650. Programa apresentado a Sua Majestade no Paço da Bemposta em 18 de abril de 1822. A delegação da SPIN era composta por Cândido José Xavier, então ministro da Guerra, e os seguintes "negociantes": Ernesto Biester, João Baptista Ângelo da Costa, Manuel Ribeiro Guimarães e Victoriano José Ferreira Braga.

[3] *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional*. 1835. 4º Ano, N.º 37. Lisboa: Na Imp. de João Maria Rodrigues e Castro: 40.

O Decreto fundador

Foi um dos vultos mais destacados do Portugal oitocentista, Manuel da Silva Passos (1801-1862), figura destacada do Setembrismo, quem redigiu o decreto que criou o Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa. Lê-se no proémio do decreto que dirigiu à Rainha em 18 novembro de 1836:

> **O aperfeiçoamento da Industria Nacional é um elemento indispensavel da publica prosperidade, e para o conseguir convem lançar mão de todos os meios praticaveis. A criação de um Conservatório de Artes e Ofícios, para a instrução dos Artistas, que sirva a demonstração popular das preciosas aplicações das Ciencias as Artes, que excite a emulação, e que mostrando o estado actual, e comparativo da Industria nacional, influa poderosamente nos seus progressos, será um monumento duradouro de Gloria para o Reinado de Vossa Magestade, pelos incalculaveis interesses que delle provirão a Nação.**[4]

Como tivemos ocasião de escrever noutro lugar, "o artigo 1.º do decreto de fundação do Conservatório de Lisboa aproximava-se quase *ipsis verbis* do do Conservatório parisiense, criado quatro décadas antes, como se vê pela comparação que se segue:

> ***Il sera formé à Paris, sous le nom de Conservatoire des arts et métiers, un dépôt public de machines, modèles, outils, dessins, descriptions et livres de tous les genres d'arts et métiers***
>
> **Formar-se-ha em Lisboa um deposito geral de machinas, modelos, utensilios, desenhos, descripções e livros relativos ás differentes Artes, e Officios, e será denominado — Conservatorio das Artes, e Offícios" (Ramos 1993b, 33).**

O pessoal

Segundo o art.º 2.º do decreto fundador, para além do Secretário de Estado dos Negócios do Reino que seria o inspector do Conservatório, este teria um director, um sub-inspector, dois demonstradores e um desenhador, que seria um dos professores da Academia das Belas-Artes, os guardas que fossem necessários e um porteiro.

Por decreto de 19 de novembro Gaspar José Marques (?-1843), um conhecido "machinista" que havia trabalhado em Inglaterra na fábrica de Soho nascida da associação de James Watt e Matthew Boulton — a Boulton & Watt — foi nomeado director.[5] Três dias mais tarde, foi a vez do 1.º visconde de Vilarinho de S. Romão, António Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão (1785-1863), grande proprietário agrícola, administrador da Casa da Moeda e sócio da Sociedade Promotora da Industria Nacional assumir o lugar de sub-inspector. O restante pessoal seria designado nos últimos dias de novembro de 1836.

Caricaturando a aparente pressa existente nestas nomeações, Fradesso da Silveira escreverá mais tarde: "O pessoal estava completo, só faltavam machinas, modelos, desenhos, e casa!" (Silveira 1851, 336).

[4] Decreto régio de 18 de Novembro de 1836, publicado no *Diário do Governo* de 21 de Novembro de 1836.

[5] José Silvestre Ribeiro lembraria que "Gaspar José Marques dera boa conta de si, tanto no concerto e limpeza de machinas do gabinete de physica e de outras repartições do Rio de Janeiro, como na direcção do melhoramento das officinas da mesma cidade" (Ribeiro 1876, 383). Noutro local, Gaspar José Marques é referido a propósito da ocupação de outra casa conventual, o convento de Jesus: "Pelas repetidas mudanças de local, antes de se fixar definitivamente a Academia no edificio do extincto Convento de Jesus, tinhão-se inutilisado muitas das machinas do seu Gabinete de Physica, e desarranjado quasi todas. Para cuidar de seu reparo nomearão-se os Sñrs. Antonio Diniz do Couto Valente, Visconde de Villarinho S. Romão, e o Dr. Filippe Folque, e recorreu-se ao Sñr. Gaspar José Marques, que com a melhor vontade, e o mais constante esmero, lhe tem prestado os auxílios que a sua perícia nos afiançava" (*Discurso lido em 22 de Janeiro de 1843 na Sessão Publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa por Joaquim José da Costa de Macedo*, Lisboa: Na Typographia da mesma Academia, 1843: 18).

A Casa

Segundo se lia no decreto de criação, "Haverá no Conservatório o numero de Salas necessário para a exposição de todos os artefactos, que fôr possível, e conveniente conservar" (art.º 8.º) e "Haverá uma ou mais salas reservadas onde permanecerão durante um ano as maquinas ou artefactos que para o futuro se inventarem no pais" (art.º 5.º). O decreto fundacional determinava ainda que "O local [...] será um Edificio Publico apropriado" (art.º 1.º §1.º).

Ora, nas vésperas da criação do Conservatório de Artes e Ofícios, a cidade de Lisboa possuía um notável conjunto de instalações de consideráveis dimensões, espalhadas pela cidade e, sobretudo, disponíveis: eram os conventos das ordens religiosas extintas pela lei de 1834. O estudo sumário de um conjunto de manuscritos do Conservatório de Artes e Ofícios existente no Arquivo Histórico das Obras Públicas permitiu elencar os sítios que foram visitados por Gaspar José Marques e/ou pelo visconde de Vilarinho de S. Romão a pensar na sua possível reutilização pelo Conservatório. A maioria, como se verá, encontrava-se ligada à Igreja e eram conventos.[6]

> "Thesouro Velho"
> "Convento de S. João de Deus"
> "Torrião novo do Terreiro do Passo"
> "onde esteve o Mozeu no Jardim Botanico"
> "Salla que se mandara dar no Arsenal da Marinha"
> "azilo dos Clerigos Pobres"
> [Asilo] "dos Fieis de Deus"
> "Convento das Religiosas Carmelitas descalças da Rua Formosa"
> "Convento das Freiras Albertas"
> [Convento de] "S. João Nepomuceno"
> [Convento de] "S. Francisco de Paula"
> [Convento] "das Freiras do Sacramento"
> [Convento] "dos Frades Barbadinhos á Bôa Morte"
> "Convento dos Remedios ás Janellas Verdes, denominado dos Marianos".

Sabemos que o director, Gaspar José Marques, preferia instalar o Conservatório no edificio do Tesouro Velho, — curiosamente "onde tinha a sua officina"[7] —, como torna claro, por exemplo, em 1 de maio de 1837, quando escreveu:

> **A trasladação da Aula de Desenho, que à poucos dias se realizou, do Thesouro Velho para o novo Estabelecimento da Academia das Bellas Artes no Extinto Convento de S. Francisco da Cidade, parece ter acabado as difficuldades sobre o assunto do Conservatorio de Artes e Officios em hum local adequado.**
> **E com efeito, depois d'esta mudança há no local do Thesouro Velho huma Salla desempedida, e duas mais anexas que servem inteiramente para o que se há mister: huma em que estava a sobredita Aula de Dezenho e as outras duas existentes no mesmo plano da primeira sendo parte da minha Officina...**[8]

Após várias hesitações, como notaria o já mencionado Fradesso da Silveira, a escolha oficial final acabaria por cair

[7] N.B. Utilizo as designações dadas a esses locais nos manuscritos que estudámos.

[8] *Revista Popular*, 1851, Vol. IV, N.º 34: 336.

[9] AHMOP, CAO 1-1, f. 36 v.

em 1 de Junho de 1837 no convento dos Remédios às Janelas Verdes. Gaspar José Marques receberá nesse mesmo dia a respectiva portaria:

> **Ill.mo Snr Encarregame S. Exa o Snr Secretario de Estado dos Negocios do Reino de prevenir a V. Sa de que nesta data se expedio Portaria ao Administrador Geral interino do Districto de Lisboa para por a Sua disposição o Convento dos Remedios ás Janellas Verdez, denominado dos Mariannos, designado por Sua Magestade para o Conservatorio Lisbonense das Artes e Officios — D.s G.de a V.S.a — Secretaria de Estado dos Negocios do Reino em o 1º de Junho de 1837 — Barão de Telheiras.**[10]

Luís Gonzaga Pereira, o autor de *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833,* descreveu assim a situação na cidade de Lisboa desse convento: "O seu local he na rua que vae ás Janellas Verdes, procimo á beira mar, sobre o penedo alto que forma toda aquela rua athe Alcantara. A sua frente olha direitamente para o lado sul" (Pereira 1927, 85). Poucos dias depois era dada a Gaspar José Marques a posse do convento de N. Senhora dos Remédios:

> **Ill.mo e Ex.mo Snr — Levo ao conhecimento de V. Ex.a que no dia 12 do presente mêz me foi dada a posse do Convento de N. Senhora dos Remedios, pelo Provedor do 5.º Destricto de Lisboa em virtude da Portaria da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino com data do 1.º de Junho sendo nesta occazião intimadas para despejo as pessôas que ali se achão nas Céllas que ocupão o 2.º plano do Convento onde devo estabelecer as primeiras Sallas do Conservatorio — Como no resto d'aquele Edifficio se achão alguns quartos e todos os cubículos do Noviciado dezoucupados, e as devisorias feitas de simples tabiques e estes em muito mau estado, he de percizão disfazelos para largueza e melhor acomodações, precizando que pellas Obras Publicas V. Exa mande que hum dos Arquitetos com a gente preciza desmanchem, e reparem o que ali for precizo. — D.s G.de a V. Ex.a O Ill.mo e Ex.mo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino — Subdito mui reverente, Gaspar Jose Marques — Thezouro Velho 15 de Junho de 1837.**[11]



FIG. 1 Convento de Nossa Senhora dos Remédios (c. 1833), in Luís Gonzaga Pereira. 1927. *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa: Of. Gráf. da Biblioteca Nacional.

[10] AHMOP, CAO 1-1, f. 37 v.

[11] AHMOP, CAO 1-1, f. 37 v e 38.

As colecções

De acordo com o art.º 1.º do decreto que fundou o Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa, este devia reunir máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros. Segundo o mesmo decreto, estes bens deveriam ser recolhidos nos arsenais e outros estabelecimentos públicos (art.º 3.º). Depois, estes objectos seriam devidamente classificados conforme a sua natureza, guardada a ordem cronológica da invenção (art.º 4.º). Segundo o art.º 7.º do mesmo decreto "quando as maquinas de que deve constar o Conservatório forem muito dispendiosas, será suprido o seu uso por meio de desenhos ou descrições".[12]

Dos "objectos existentes no Conservatorio d'artes e officios" foi publicada em 1851 uma listagem na *Revista Popular.*[13] Eis os primeiros vinte *items* que aí constavam:

Balança para laboratório de chimica, uma.
Theodolito grande, um.
Circulo grande de passagem, um
Diversas peças de ferro fundido pertencentes a uma bomba
Ponte com engenhos de abrir e fechar os alçapões, cinco.
Engenho de serrar madeira.
Engenho de serrar madeira, movido por vento, um.
Guindaste próprio para se collocar em uma muralha para descarregar embarcações, um.
Galgas ao uso de França, duas.
Engenho que prepara o trapo para fazer papel, um.
Engenho de fazer manteiga, um.
Atafona de duas mós movida por homem, uma.
Azenha de 4 mós e 2 peneiras, movida por agoa, uma.
Agulha triangular para o largo da Estrella, uma.
Bolinete de levantar grandes pesos, um.
Cunho de bater estacas, um.
Carro para estradas, um
Escadas para acudir aos incendios, uma.
Pelourinho da capital, um.
Carro para conduzir columnas de grande peso, um.

Acresciam várias referências a "Machinas e diversos instrumentos" e a "Modêlos e Desenhos".

Na nossa pesquisa encontrámos ainda uma interessante *Rellação dos livros q.e pedi* [Gaspar José Marques] *p.a uzo do Conservatorio*, datada de 1837, com cerca de trinta títulos a adquirir para a biblioteca do Conservatório de Artes e Ofícios, entre os quais: *The experienced millwright, or, a treatise on the construction of some of the most useful machines, with the latest improvements: to which is prefixed, a short account of the general principles of mechanics, and of the mechanical powers* de Andrew Gray,[14] *A Manual of Analytical Mineralogy* de Frederick Accum,[15] *Recueil des Machines, instruments et appareils qui servent à l'economie rurale et industrielle* de V. Le Blanc[16] e *Eléments de chimie* de J. A. Chaptal.[17]

O fim do Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa

Uma infinidade de razões deu ao Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa uma existência penosa no velho convento carmelita. A saber:

> a contínua necessidade de obras,
> a falta de fundos,

[12] Decreto régio de 18 de Novembro de 1836, publicado no *Diário do Governo* de 21 de Novembro de 1836.

[13] *Revista Popular*, 1851, Vol. IV, N.º 34: 337.

[14] Edinburgh, Archibald Constable & Co. Edinburgh, and T. N. Longman & O. Rees, London: 1804.

[15] London, Kearsley, 1808.

[16] [Paris]: Renard et Treuttel et Wurtz, 1832.

[17] A Paris: chez Deterville, an V [1796].



FIG. 2 Convento de Nossa Senhora dos Remédios (c. 1872), Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.

- a ocupação de parte das instalações pelo 17.º batalhão da Guarda Nacional,
- a morte do diretor Gaspar José Marques (1843),
- a incorporação do Conservatório na Escola Politécnica e a supressão do lugar vago de diretor (1844),
- a suspensão da consignação anual de 600$000 réis (1845)

Foi neste quadro de pungentes dificuldades que, em 1849, podia ler-se na *Revista Popular*:

> **O Conservatório d'Artes e officios, creado ha onze annos, vegeta apenas, mirrado e desconhecido, em um canto da capital. Não ha uma collecção de machinas — nem colleção de modêlos — nem utensilios — nem livros — nem desenhos sufficientes para o ensino prático, para o *ensino popular das sciencias applicadas ás artes*.**
> **Não ha aulas em que os artistas aprendam — nem mestres que consultem — nem fábricas-modêlos por onde se guiem no estabelecimento das suas fábricas.**
> **Não ha exposições — não ha jornaes industriaes — nem a emulação que resulta d'aqui.**[18]

O *coup de grâce* chegaria em 30 de dezembro de 1852 com o decreto de que extinguiu o Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa, estabelecendo que todos os objectos aí existentes deveriam ser entregues ao Instituto Industrial de Lisboa criado pelo mesmo decreto.

[18] *Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria*. 1848, Vol. I, N.º 17: 131.

Num interessante relatório de 1858 produzido por uma comissão de inquérito é então dito:

> **É sem dúvida util que existam, á semelhança das galerias da Historia Natural, outras para o serviço da industria, onde se vejam reunidos e classificados e expostos ao exame do publico os differentes instrumentos de producção, machinas, modelos, utensilios aperfeiçoados, desenhos e descripções relativos ás differentes artes e officios (Ribeiro 1876, 384-385).**

No mesmo ano, um professor da Escola Politécnica, escreveu:

> ***O Conservatorio das Artes e Oficios apenas teve um simulacro de existencia*. O artista Gaspar José Marques, que foi nomeado seu director, alem de ser então homem já muito quebrado de forças para poder organisar um estabelecimento d'esta ordem, carecia, apesar da sua aptidão especial, dos conhecimentos indispensaveis para lhe dar o impulso mais conveniente**[19]

Duas décadas mais tarde, o autor da *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal* sentenciaria:

> **[...] não basta lançar no papel aparatosas providencias, mas sim que é indispensavel preparar d'ante mão os elementos pessoais e materiais, proprios para afiançarem a proveitosa realização do pensamento (Ribeiro 1876, 383).**

Terminava, assim, a ocupação por parte do Conservatório das Artes e Ofícios do convento dos Marianos, às Janelas Verdes, permitida pela lei de 1834. Assinale-se que esta, à imagem de várias outras ocupações, não passou por uma destruição vandálica de uma casa conventual,[20] mas sim pela sua reutilização temporária, neste caso durante curtos anos. Como escreveu Serge Bianchi a propósito do caso francês "[...] il n'y a pas eu de destructions d'églises [...] mais une nouvelle affectation à d'autres usages d'intérêt collectif " (Bianchi 1992, 166).

Interessantemente, o convento dos Remédios às Janelas Verdes não tardaria a voltar a um destino próximo do original, quando foi vendido em hasta pública à Igreja Presbiteriana Escocesa (1872) e, mais tarde, à Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (1898).

[19] *Revista Popular*, 1851, Vol. IV, N.º 34: 385.

[20] "Ce vandalisme révolutionnaire, s'il a incontestablement existé, a souvent été grossi à l'envie par des auteurs soucieux de stigmatiser par ce biais la Révolution dans son ensemble". Sobre esta postura ver (Bodinier et al. 2000, 415).

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Serge. 1992. "Le "vandalisme" anti-féodale et le "vandalisme" anti-réligieux dans le Sud de l'Ile-de-France de 1789 à l'an III". Bernard-Griffiths, Simone et al. *Révolution Française et "Vandalisme Révolutionnaire"*. Paris: Universitas.

BODINIER, Bernard e Teyssier, Éric. 2000. *L'événement le plus important de la Révolution. La vente de biens nationaux (1789-1867) en France et dans les territoires annexés*, Paris: Société des études robespierristes et Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques.

PEREIRA, Luís Gonzaga. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Of. Gráf. da Biblioteca Nacional.

RAMOS, Paulo Oliveira. 1993a. "Em torno de um lugar-comum: a prioridade no uso da vapor". *Arqueologia Industrial* 2.ª Série, I: 62-66.

RAMOS, Paulo Oliveira. 1993b. "Breve História do Museu em Portugal". *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

RIBEIRO, José Silvestre. 1876. *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal...*, Vol. VI. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

SERRÃO, Joel. 1980. *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da. 1851. "Conservatorio de artes e officios", in *Revista Popular. Semanario de Litteratura e Industria*. Vol. IV, N.º 34. Lisboa: Imprensa Nacional.

XAVIER, Cândido José. 1819. "Do Conservatorio das Artes e Oficios de Paris, e da possibilidade de hum Estabelecimento semelhante em Portugal". *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*. Paris: A. Robée.

DESCUBRIENDO UN PAISAJE HISTÓRICO

EL ESPACIO CERCADO DEL MONASTERIO DE SAN JULIÁN DE SAMOS EN EL SIGLO XIX

ESTEFANÍA LÓPEZ SALAS
Universidade da Coruña,
Escuela Técnica Superior
de Arquitectura, España
estefania.lsalas@udc.es

ABSTRACT

Based on an analysis of diverse archival documentation as well as on a on-site study of different historical remains, this paper seeks to understand,on the one hand, how the “Cercado” of Samos Abbey was before 1835, the date of the abolition of the religious orders in Spain. That is, we aim to show the plan of the former monastic wall which enclosed the above-mentioned space, we intend to know which elements were placed within its limits and how they were organized. On the other hand, our research has as a goal the study of the changes which were experienced by thismonastic property in order to be integrated into the surrounding rural and urban landscape after 1835; how the process of secularization was and what traces can be recognize in the contemporary town and its nearby rural surroundings. Discovering how this area was in the past is essential to value and preserve it correctly.

KEYWORDS
MONASTIC WALL | SACRED SPACE | SECULARIZATION | URBAN AND RURAL LANDSCAPE | MEMORIES AND TRACES

RESUMO

Com base na análise de diversa documentação de arquivo, assim como no estudo *in situ* de diferentes restos conservados, este artigo busca, por um lado, compreender como era o espaço sagrado do Cercado de Samos antes de 1835, data da supressão das ordens monásticas en Espanha. Deste modo, o nosso objetivo é entender por onde correu a cerca que delimitou este âmbito, saber quais os elementos que foram ubicados no seu interior e como eles foram organizados. Por outro lado, a pesquisa realizada busca compreender quais as transformações que esta propiedade monástica experimentou para ser integrada no tecido da vila despois de 1835, como foi o proceso de secularização e quais son as permanencias de aquel que ainda se recoñecen na trama do asentamento contemporáneo e o seu entorno rural imediato. Descobrir como este paisagem foi desenvolvido no pasado é essencial para a súa valorização e a súa su correta conservação.

PALAVRAS-CHAVE
CERCA MONÁSTICA | ESPAÇO SACRO | SECULARIZAÇAO | PAISAGEM URBANA E RURAL | MEMÓRIAS E VESTÍGIOS

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introducción

Hasta las primeras décadas del siglo XIX, en torno al monasterio de San Julián de Samos (Lugo-España) existía un ámbito en el que la comunidad realizaba diversas tareas y cuyos límites estaban establecidos de forma normativa. Nos referimos al denominado espacio de clausura o Cercado, inmediato a los muros de esta casa monástica, de uso exclusivo por los miembros de su comunidad y de acceso restringido a la sociedad laica.

Ese ámbito delimitado lo formaban un conjunto de terrenos que la comunidad utilizaba con fines diversos. Existían huertas en la que cultivar, prados para alimentar el ganado, montes de los que obtener madera,... En definitiva, era un espacio exterior, en el que los monjes podían llevar a cabo un conjunto de trabajos, irrealizables dentro de las dependencias monásticas. El objetivo era lograr la vida autosuficiente que la regla de San Benito exige, aunque de forma indirecta, en su capítulo 66.

Por otra parte, al igual que la regla nursiana fija la existencia de un conjunto de espacios que, necesariamente debían disponerse fuera de las dependencias monacales, también determina que los religiosos no deben salir al exterior. Para dar una respuesta adecuada a esos dos requisitos, los monjes de Samos construyeron una cerca o muralla que rodeaba todo el espacio exterior de clausura en torno al monasterio, fijando así sus límites de forma precisa, creando una frontera sólida entre el espacio de vida monástica y el exterior secularizado.

En el presente artículo nos proponemos, por un lado, dar a conocer por dónde discurría la gran cerca, qué elementos la conformaban y cómo se organizaba su espacio interior. Por otra parte, el trabajo aquí desarrollado pretende mostrar la gran transformación que este ámbito experimentó como consecuencia del proceso de supresión de las órdenes monacales que tuvo lugar en España a través de los decretos de exclaustración y desamortización de 1835 y 1836. Nuestra intención es entender cuáles fueron los cambios que sufrió el espacio sagrado para convertirse en un espacio laico y cuáles son los restos que del ámbito cercado original permanecen en nuestros días. Este estudio podría servir de base para su recuperación y puesta en valor.[1]

Antes de 1835. Documentos y restos

El proceso de aproximación al conocimiento del trazado de la cerca, que a continuación se desarrolla, se apoya en dos pasos. El primero es la recopilación y estudio de documentos históricos escritos y gráficos, que describen por donde discurría el muro, que si bien son escasos, ofrecen una información significativa. El segundo es la localización y análisis de los tramos que se conservan de la cerca, que representan un punto de partida seguro, aunque fragmentario, para el dibujo de su recorrido completo (Figs. 1 y 2).[2]

Tan sólo hemos podido localizar tres documentos que nos permiten aproximarnos al conocimiento del objetivo planteado. El primero de ellos es un fragmento del largo inventario de bienes del monasterio de Samos, realizado en el momento de su desamortización definitiva, el 28 de abril de 1836. Entre las propiedades que se describen en ese

[1] Este trabajo se basa en una parte de mi tesis doctoral titulada *San Julián de Samos — Lugo, estudio e interpretación del espacio monástico y su evolución*, defendida en la Universidade da Coruña en Junio de 2015. Mi investigación fue parcialmente financiada por la Universidade da Coruña (Ref.: Contrato pre-doctoral de la UDC 2011) y por la Consellería de Cultura, Educación y Ordenación Universitaria de la Xunta de Galicia (Ref.: Ayuda de apoyo a la etapa pre-doctoral del Plan Gallego de Investigación, Innovación y Crecimiento 2011-2015 — Plan IC2), cofinanciado por el Fondo Social Europeo (FSE-FEDER).

[2] No existen referencias a la imagen que el Cercado del monasterio de Samos poseía antes de su desamortización en la bibliografía, limitándose los autores a dar ciertos datos relativos a la construcción de su muro exterior, que pueden ser consultados en: Arias Arias 1950, 264; Arias Cuenllas 1992, 533; López Vázquez 2005, 411, 671, 901.

documento figura la finca denominada Cercado. De ella se dice lo siguiente:

> **Una pieza (…) que circunda dicha casa monasterio por tres partes de bastante extensión y compuesta de guerta, heredades, desea y monte, dentro de la cual se contienen tres casetas que sirben de cuadras y pajar y además una capilla con su retablo. Para servicio de dicha pieza se hallan tres puentes, dos de palo y una de piedra cuya finca la cierra una pared maestra.**[3]

El segundo texto es un pequeño extracto de una solicitud realizada por Ángel García en 1836, para recuperar los bienes titulados del "Cercado de Samos", que había adquirido en pública subasta en 1822. Durante el trienio de supresión de las órdenes monacales de España, por decreto de 25 de octubre de 1820, la comunidad de Samos se vio obligada, por primera vez, a abandonar el monasterio. Todos los bienes de la casa, pasaron a manos del Estado y de ellos, una pequeña parte fue vendida para solucionar los problemas de deuda pública. Entre el grupo de propiedades subastadas entre 1820 y 1823 figuraba el espacio de la clausura monástica. Lo adquirió Ángel García que, sin embargo, sólo pudo poseerlo hasta 1823, cuando el rey anuló el decreto de exclaustración y obligó a la devolución de los bienes expropiados a las comunidades monásticas. La finca del Cercado recuperó así su función primigenia hasta que, al alcanzar el año 1836, se produjo su desamortización definitiva. En ese momento, el que había comprado la finca del Cercado en 1822, solicitó por escrito a la administración

FIG. 1 La cerca monástica de Samos en el margen oeste del camino a Vila de Tres al fondo de la imagen, vista desde la villa, y parte de los antiguos terrenos que pertenecían a la propiedad del Cercado en pendiente hacia el monasterio
Estefanía López Salas, 2011

[3] AHPL: *Inventario II*. Fondo Desamortización. Signatura: 18470. Sin foliar. Este documento ha sido transcrito en Folgar de la Calle y Goy Diz 2008, Inventario II.



pública, la reintegración de la posesión de esa propiedad y le fue admitida.

De la extensa solicitud redactada por Ángel García para recobrar el Cercado, lo que nos interesa ahora es que, entre sus folios, figura una escritura de toma de razón del estado de los bienes titulados del "Cercado de Samos", con fecha de 8 de enero de 1836. En ella se describen cada una de las múltiples fincas en las que estaba dividido el espacio de clausura, así como todas y cada una de las construcciones que albergaba en su interior. El último bien descrito es precisamente la cerca, de la cual se especifica su estado de conservación y el lugar por el que discurría su trazado, de la siguiente forma:

> **Por último reconocí la pared y muro que circunda todas las piezas de que llevo dado razón, dando principio desde el puente de Samos, siguiendo el camino que va para Triacastela y otras partes hasta la presa que va citada, y en partes está de buen estado, y en otras necesita una rectificación porque está vieja, y ya en algunos puntos, baja por donde se conoce pasan, y la salvan con bastante facilidad: desde dicha presa siguiendo por la parte de Coiñas, dando vuelta por el camino que viene de san Mamed hasta la puerta titulada de los carros, que da entrada a dicho cercado también se observa, que por la parte dicha de Coiñas, está como dos brazas más o menos derribada la pared hasta el medio del cuerpo y altura que tiene, y en la que dice y está junto al camino dicho que viene de san Mamed a esta de Samos, también hay como unas ocho brazas plomantes, y que amenazan muy próxima ruina; y en cuanto a la restante está de buen servicio: por**

FIG. 2 Detalle de una parte de la cerca monástica y un cubo conservados
Estefanía López Salas, 2011

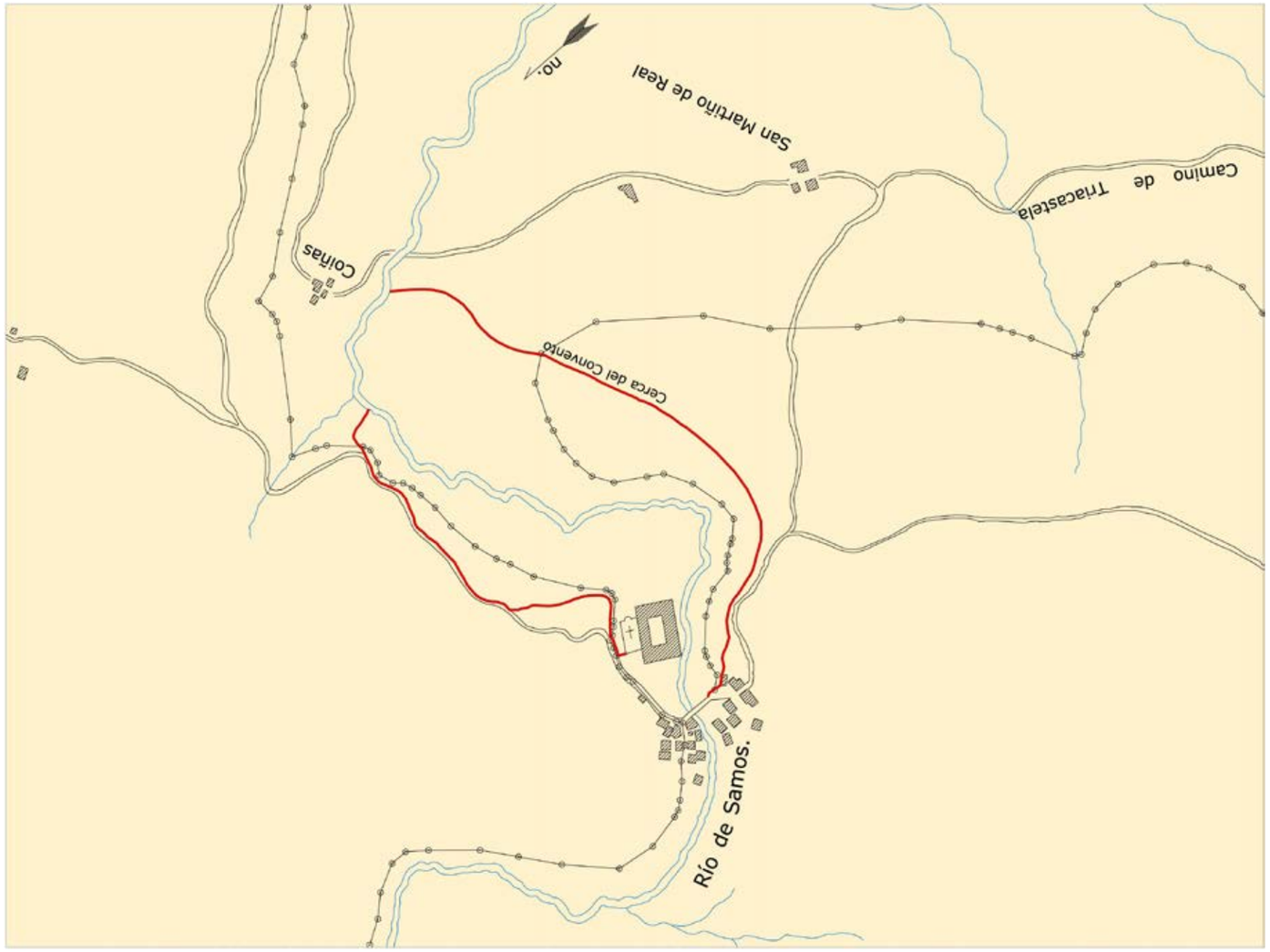


FIG. 3 Representación gráfica del Cercado de Samos en un fragmento del anteproyecto de la carretera de Sarria a Seoane por Samos
Autor desconocido, Año sin determinar, Copia digitalizada por Estefanía López Salas del original que se guarda en el Archivo Histórico Provincial de Lugo

último dicha puerta que es la única que tiene entrada para todos los predios y cercado referido a excepción de la puerta de cocina, está aquella con su cerradura y llave nueva, con sus clavijón de hierro por la trasera.[4]

El tercer y último documento es un dibujo, resultado de los primeros pasos dados para la resolución del proyecto de construcción de una nueva carretera, desde Sarria hasta el Cebreiro, pasando por Samos, en la última década del siglo XIX (Fig. 3).[5] Aunque carece de la precisión de una cartografía rigurosa, goza de valiosa información. En el dibujo están representados el monasterio, la villa de Samos, los caminos existentes, las aldeas próximas, el río y la que denominan "Cerca del Convento". A pesar de la simplicidad de lo grafiado, es el único documento en el que podemos encontrar una explicación visual del recorrido de la antigua muralla monacal, en relación con su entorno próximo, y ahí radica su importancia.

Una vez leídos y analizados los documentos anteriores, ya tenemos datos para conformar una primera imagen del recorrido de la cerca. Pero antes de trasladar esta información a una cartografía actual vamos a avanzar hacia el segundo paso de este proceso, es decir, la localización, identificación e inventariado de los fragmentos de cerca monástica que todavía permanecen en pie hoy en día.

En total, logramos identificar seis fragmentos (Fig. 4) y algunos otros elementos aislados (Fig. 5). Siempre se trata de muros ejecutados en mampostería de pizarra, con un espesor que varía entre 0'7 y 1 m, aproximadamente. En la parte superior, el muro se remataba con losas de pizarra ligeramente sobresalientes, formando una base horizontal sobre la que se desarrollaba una coronación de perfil triangular. Además, la cerca poseía cubos de planta circular a lo largo de su recorrido, aunque desconocemos de qué forma estaban distribuidos. De todos los que pudo tener, sólo se mantienen en pie ocho. Su diámetro es mayor en la base, donde alcanzan entre 2 y 2'5m, y se reduce a medida que ascienden en altura.

Si dibujamos todos estos pequeños fragmentos de la cerca sobre una cartografía actual obtenemos una imagen sesgada de su trazado original. No obstante, si a lo anterior sumamos todos los datos extraídos del análisis de la documentación histórica, podemos hacer una recreación hipotética de su recorrido completo, definiendo claramente cuál era el ámbito

[4] AHPL: *Toma de razón, y otras, de los bienes del cercado de Samos, casas de talleres, y cuadras, inclusas en aquel; bosque del Carballal, y terrenos contiguos a él, con otros particulares, correspondiente al señor D. Ángel García*. Fondo de Desamortización. Signatura: 18506. Sin foliar.

[5] AHPL: *Anteproyecto de la carretera de Sarria a Seoane por Samos. Año s.d.* Fondo de obras públicas. Signatura: 32850/6.

Tramo de la cerca	Longitud (m)	Estado de conservación
AB	53	Una parte reutilizada como muro de vivienda y otra rodeada de árboles u oculta bajo vegetación parásita
CD	580	No homogéneo, en muchos casos está en una situación ruinosa, como consecuencia del crecimiento en su superficie de vegetación parásita
EF	30	Restaurado
HI	200	Muy deficiente
JK	94	Muy deficiente, elevado grado de invasión de los restos por vegetación parásita
LM	150	Deficiente, invasión de vegetación parásita

FIG. 4 Relación de fragmentos conservados de la antigua cerca del monasterio de Samos en la actualidad
Estefanía López Salas, 2015

Elemento de la cerca	Tipo de elemento	Ubicación
G	Presa	Aislado
N	Cubo aislado	Aislado
O	Restos de la Puerta de los Carros	Exterior del muro noroeste de la iglesia
P	Puerta de la Huerta de la Cocina	Hacia el sur del pabellón sobresaliente del claustro de las Nereidas
cu1	Cubo	Integrado en el tramo AB
cu2	Cubo	Integrado en el tramo CD
cu3	Cubo	Integrado en el tramo CD
cu4	Cubo	Final del tramo EF
cu5	Cubo	Integrado en el tramo JK
cu6	Cubo	Integrado en el tramo JK
cu7	Cubo	Final del tramo LM

FIG. 5 Relación de otros elementos conservados de la antigua cerca del monasterio de Samos en la actualidad
Estefanía López Salas, 2015

destinado a la vida monástica, es decir, el antiguo espacio sagrado en torno al monasterio de Samos (Fig. 6).

Tras la desamortización. Desintegración y reconfiguración

La supresión de las órdenes monacales en España y la incautación de sus propiedades a través de los decretos de exclaustración y desamortización de 1835 y 1836, provocaron la ruptura de la vinculación secular que, hasta las primeras décadas del siglo XIX, existía entre el monasterio y su entorno. La titularidad de las propiedades monacales pasó a manos del Estado y de este, a través de su venta en pública subasta, a diferentes propietarios. Esto dio lugar al inicio de una etapa de desarrollo diferente, en la que las leyes históricas que habían regido el devenir de la ordenación del territorio monástico cambiaron, dejando de responder a los intereses dictados por los monjes y empezando a depender de unos nuevos propietarios.

En el caso del Cercado sabemos que, como propiedad monástica desamortizada, fue vendida el 11 de agosto de 1822.[6] Por tanto, y tal y como señalamos con anterioridad, fue uno de los bienes monásticos subastados durante el primer periodo de exclaustración, desarrollado entre 1820 y 1823. Con la supresión del decreto de 1820, todos los bienes vendidos en esos tres años volvieron a manos de los monjes y así se mantuvieron hasta 1835. En ese momento, las personas que habían adquirido alguna de las propiedades monacales en la segunda década del siglo XIX, tenían derecho a recuperar su posesión, previa solicitud de reposición al Estado.

Así ocurrió en el caso del Cercado. De ello tenemos noticia a través de diversos documentos que se conservan en el Archivo Histórico Provincial de Lugo, en el Fondo de Desamortización. El comprador del Cercado del monasterio en 1822 fue un vecino de la ciudad de A Coruña, vinculado con el mundo del comercio, Ángel García Fernández. En 1835, tras la aprobación de un decreto reparador, elevó una solicitud ante la Contaduría de Arbitrios de Amortización de la provincia de Lugo, para pedir que le reintegrasen en la posesión de los bienes adquiridos en 1822. Esta petición se resolvió a su favor. No obstante, en ese momento se produjeron algunos problemas con el Comisionado Principal de Arbitrios de Amortización de la Provincia de Lugo, Manuel M.ª Vázquez Cadórniga, que acabaron con la elevación de una queja por parte de los herederos de Ángel García ante la Dirección General de Amortización, para que les fuesen restituidas todas las propiedades que había comprado su padre.

Lo que más nos interesa de lo derivado de este contencioso es una escritura de toma de razón de los bienes del Cercado de Samos y otros lugares, que fue redactada por el escribano Antonio García Baamonde el 8 de Enero de 1836, con motivo de la restitución de los bienes a su

[6] Tal y como figura en el inventario elaborado en 1836. AHPL: *Inventario II*. Fondo Desamortización. Signatura: 18470. Sin foliar.

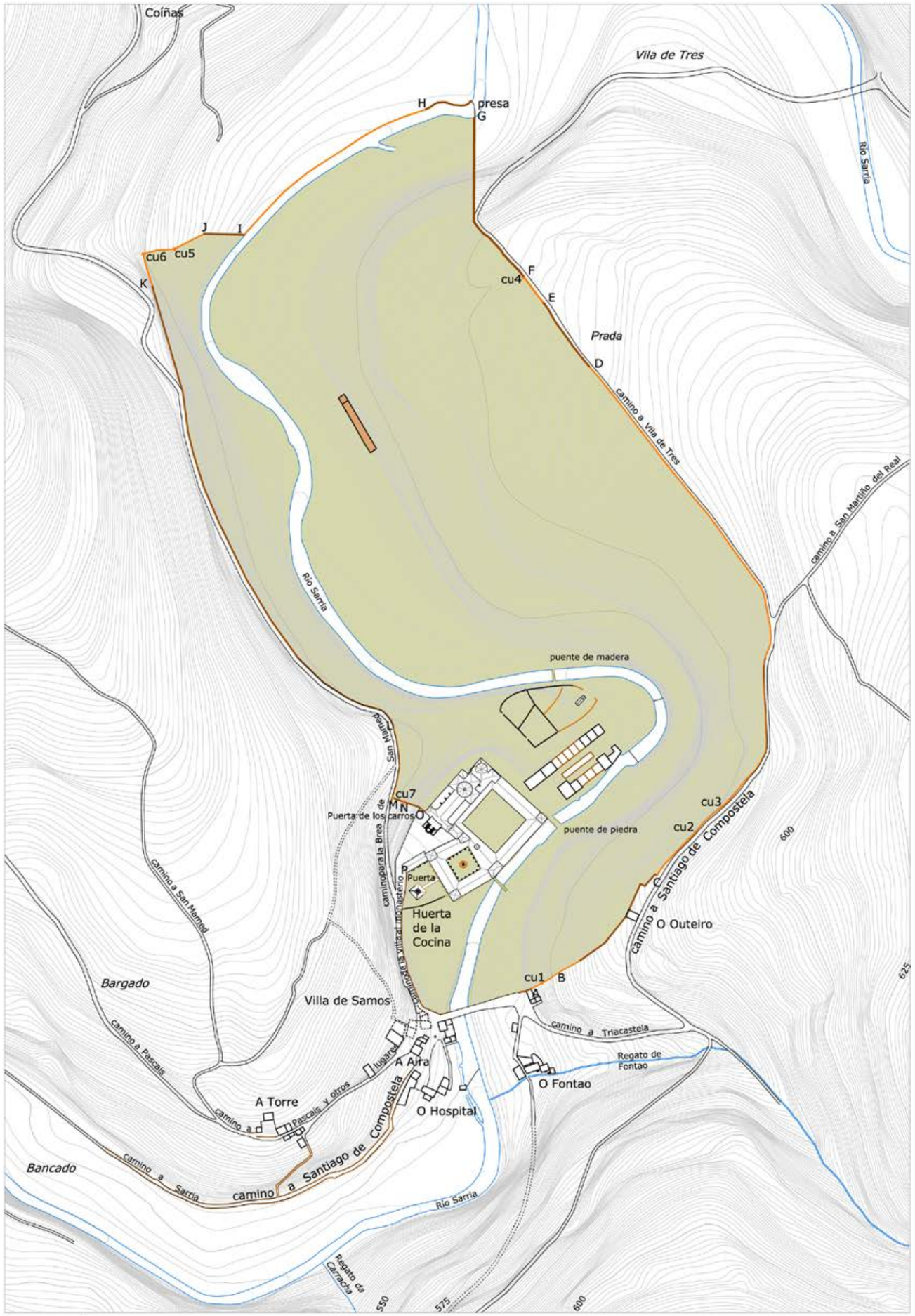


FIG. 6 Reconstrucción hipotética del ámbito del Cercado de Samos y del trazado de su cerca
Estefanía López Salas, 2015

comprador de 1822.[7] Dicho documento recogió por escrito una descripción muy detallada de todos y cada uno de los elementos que configuraban el espacio de la antigua clausura monacal, así como de su estado de conservación en el momento de la toma de posesión.

En primer lugar, el escribano se ocupó de la descripción del estado de las construcciones que existían dentro del Cercado, las llamadas «casas de caballerizas» y «casas de talleres». En total, se detalló la existencia de diez caballerizas y ocho talleres. Lo común en las descripciones de las «casas de caballerizas» fue su regular estado de conservación, sobre todo en lo que atañía a puertas, ventanas y cubierta, pero no tanto a los muros de cierre que conformaban su estructura (Fig. 7). Por el contrario, las «casas de talleres» se caracterizaban por un buen estado de conservación, con pocos elementos necesitados de una reparación (Fig. 8).

Asimismo, el documento del que estamos hablando describió todas y cada una de las propiedades agrícolas situadas dentro de los límites definidos por la cerca (Fig. 9). Aunque se trataba de una única finca, estaba subdividida en diferentes espacios, cada uno de ellos para un fin determinado. En total el escribano reconoció catorce propiedades, ocho situadas al este del río, y otras seis en el margen oeste. Con el fin de poner en comunicación una parte con otra del Cercado, existían un total de tres puentes. Dos de ellos eran de madera, uno para el paso de personas, exclusivamente, y

[7] AHPL: *Toma de razón, y otras, de los bienes del cercado de Samos, casas de talleres, y cuadras, inclusas en aquel; bosque del Carballal, y terrenos contiguos a él, con otros particulares, correspondiente al señor D. Ángel García*. Fondo Desamortización. Signatura: 18506. Sin foliar.

Nombre de la "casa de caballeriza"	Altura	Código en el plano
Caballeriza de las mulas	1 alto	CC1
Pajar de la hierba	*terrea*	CC2
Mataduría vieja	*terrea*	CC3
Cuarto de los *boyesos*	1 alto	CC4
Cuadra	*terrea*	CC5
Cuadra	*terrea*	C6
Cuadra	*terrea*	CC7
Cuadra de los carneros	*terrea*	CC8
Mataduría	*terrea*	CC9
Pajar de la paja	*terrea*	CC10

FIG. 7 Relación de “casas de caballerizas” descritas en el documento de toma de razón del Cercado de 1836
Estefanía López Salas, 2015

Nombre de la "casa de taller"	Altura	Código en el plano
Casa principal de talleres	*terrea*	CT1
Almacén de la madera	*terrea*	CT2
Cuadra de los bueyes	*terrea*	CT3
Pajar	*terrea*	CT4
Oficina de la cal	*terrea*	CT5
Alpendre	*terrea*	CT6
Gallinero	*terrea*	CT7
Molinos	*terrea*	CT8

FIG. 8 Relación de “casas de talleres” descritas en el documento de toma de razón del Cercado de 1836
Estefanía López Salas, 2015

Nombre de la finca	Uso	Posición respecto al río	Código en el plano
Terreno a labradío llamado Prada	Labradío y robles nuevos	Margen este	PA1
Extensión de terreno	Robles, árboles frutales y pinar Tres huertas y tres alpendres en su interior	Margen este	PA2
Prado a la entrada de la presa	Área para recoger pescado	Margen este	PA3
Prado	Sin especificar	Margen este	PA4
Prado	Sin especificar	Margen este	PA5
Prado de junto a la huerta nueva	Sin especificar	Margen este	PA6
Huerta nueva	Prado	Margen este	PA7
Terreno a labradío	Algunos árboles frutales	Margen oeste	PA8
Monte poblado de robles	Robles	Margen oeste	PA9
Plantío a castañales	Castaños	Margen oeste	PA10
Jardines	Cuatro huertecillas con sus alpendres y casetas, llamadas "Jardín del Boticario, otra huerta del Abad; otro del noviciado, y otra la cerería"	Margen oeste	PA11
Terreno poblado de nogales	Nogales	Margen oeste	PA12
Huerta de los pelameos	Árboles frutales, terreno a labradío y alpendre	Margen este	PA13
Huerta de la cocina	Labradío y árboles frutales	Margen oeste	PA14

FIG. 9 Relación de propiedades agrícolas descritas en el documento de toma de razón del Cercado de 1836
Estefanía López Salas, 2015

el otro preparado para personas y paso de carros. El tercer puente del Cercado era de piedra y se utilizaba para poner en comunicación el área en la que se situaban las caballerizas y los talleres con la llamada «huerta de los pelameos», en el margen este del río. Asimismo, existían algunas construcciones dispersas dentro de esas fincas, en su mayoría calificadas como alpendres, y la llamada fuente del Soto dentro del monte de robles situado a poniente.

La descripción realizada en 1836 de la propiedad del Cercado es un dibujo escrito de la estructura de un territorio heredado. La lectura y análisis de este documento nos permite comprender cuál era el aspecto y la organización de un ámbito, inmediato al monasterio, pero hasta el momento poco conocido (Fig. 10).

Desaparecida la comunidad religiosa como consecuencia de la exclaustración y en manos de un particular, este espacio inició su particular proceso de transformación. Lo que hasta 1836 se alzaba como un espacio privado y reservado al clero, durante los cuarenta y cuatro años que duró el cierre del monasterio de Samos se convirtió, poco a poco, en un ámbito abierto al asentamiento. Esta tendencia se hizo más patente en las décadas centrales del periodo de exclaustración, cuando tuvieron lugar una serie de hechos que pusieron de manifiesto, de forma muy clara, cómo la villa de Samos se adentraba definitivamente en el tradicional espacio de clausura. En otras palabras, cómo el antiguo espacio sagrado se integraba en la villa laica inmediata.

El camino hacia la ruptura de los límites tradicionales encuentra un ejemplo temprano en la construcción de una primera vivienda muy próxima al monasterio y con los materiales procedentes de unos alpendres desamortizados en 1845, que los monjes poseyeran en la plaza de la iglesia.[8]

Otro buen ejemplo de los cambios vividos en las relaciones entre el monumento y la villa durante la exclaustración, fue el acuerdo de la corporación municipal de Samos para trasladar el reloj del monasterio al centro del asentamiento, en sesión celebrada el 23 de enero de 1857.[9] Aunque puede entenderse como un hecho simbólico que representa la desaparición del poder eclesiástico en favor de la municipalidad, las razones reales del traslado quedaron explicadas en el acta municipal, en la que hacían referencia, tanto a su mal estado de conservación, como al temor de que se produjese el robo de sus piezas y con ello su pérdida.

El último gran cambio experimentado en el entorno del monasterio y la villa de Samos antes del fin de la exclaustración, con el regreso de los monjes benedictinos en 1880, tuvo lugar a raíz del foro efectuado a perpetuidad de los terrenos que conformaban la propiedad del antiguo Cercado monacal, por escritura de 17 de noviembre de 1861 (Fig. 11).[10]

A través de este documento, que se conserva en el Archivo del Monasterio de Samos, tenemos constancia de una de las decisiones que más repercusiones tuvieron en la evolución posterior de la estructura parcelaria del espacio analizado.

En el año citado, el propietario del Cercado, José Ángel García y García, junto a sus hermanos, la cuarta generación que heredaba la posesión adquirida en pública subasta en 1822, otorgaron foro perpetuo de la propiedad citada a cinco vecinos de la villa,[11] dos de los cuales constituían un único receptor. Esto provocó la necesidad de dividir la propiedad

[8] "Sobre el derribo de un gran alpendre que el Monasterio de Samos tenía en la plaza o campo que hay en la villa, en donde se celebraba la feria el 26 de cada mes" en AMS: *Papeles del siglo XIX. Exclaustración (1835-1880)*. Carpeta F8. Sin foliar.

[9] AMS: *Papeles varios del siglo XIX. Exclaustración (1835-1880)*. Carpeta F8. Sin foliar. Citado por Arias Cuenllas 1992, 392.

[10] "Foro del cercado del monasterio de Samos a cinco vecinos de la villa en 1861" en AMS: *Papeles varios del siglo XIX. Exclaustración (1835-1880)*. Carpeta F8. Sin foliar. Citado por Arias Cuenllas 1992, 358.

[11] Ídem.



FIG. 10 Representación volumétrica de la propiedad del Cercado en torno al monasterio de Samos en la tercera década del siglo XIX
Estefanía López Salas, 2015

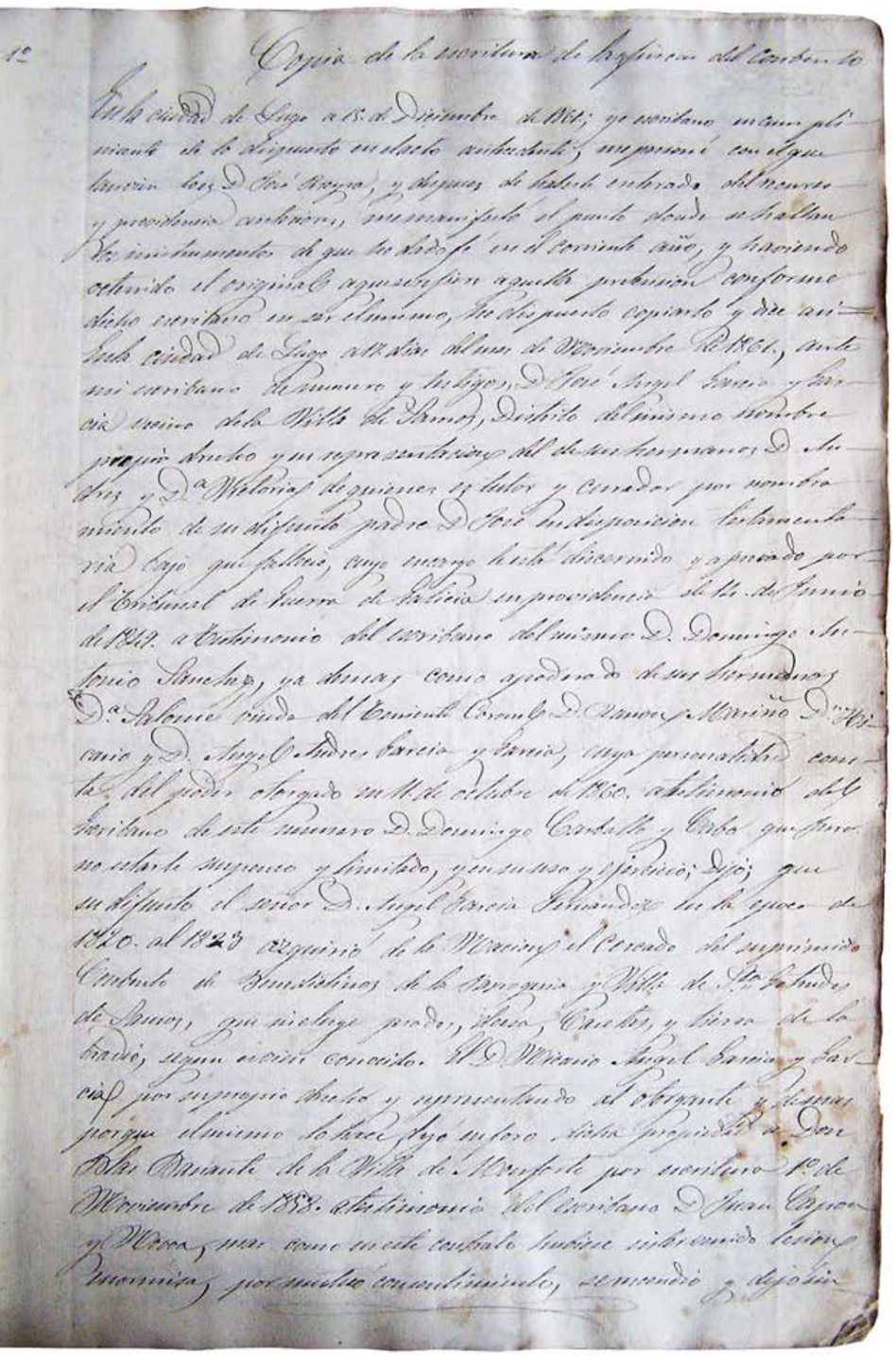


FIG. 11 Primer folio del foro del Cercado del monasterio de Samos a cinco vecinos de la villa en 1861
Archivo del Monasterio de Samos

en cuatro porciones iguales. Para ello fue elaborado un documento, adjunto a la escritura de foro, en el que un agrimensor relacionaba las parcelas y construcciones que, dentro del Cercado, le correspondían a cada uno de los receptores. La superficie total de la antigua propiedad monacal, tal y como estudiamos a través de la escritura de toma de razón de 1836, ya se encontraba dividida en diferentes parcelas de considerables dimensiones, hecho que supuso la definición de subdivisiones menores de las mismas, de forma que las grandes fincas que conformaban la propiedad pudiesen ser distribuidas en partes iguales, entre los destinatarios del foro. No ocurrió lo mismo con las construcciones que existían, que simplemente fueron distribuidas entre aquellos buscando equidad en el reparto.

Si comparamos los bienes del Cercado relacionados en este documento de 1861, con los descritos en la escritura de toma de razón de 1836, podemos reconocer fácilmente los cambios experimentados por este ámbito, no sólo a raíz del reparto, sino también algunos ocurridos durante los veinticinco años que transcurrieron entre la redacción de ambos documentos.

Para empezar es significativa la transformación sufrida por la estructura parcelaria heredada de la antigua organización monacal, aparentemente poco modificada en las primeras décadas de la desamortización, al conservarse la titularidad única. Frente a las doce propiedades inventariadas en 1836 dentro del Cercado de los monjes, en el documento de reparto adjunto a la escritura de 1861 se relacionaron un total de cuarenta fincas. Esta disparidad numérica pone claramente de manifiesto que el reparto efectuado a mediados del siglo XIX entre varios vecinos de la villa, tuvo

como principal consecuencia que el espacio sufriese una transformación caracterizada por la división en porciones más pequeñas de las grandes extensiones. Asimismo, la fragmentación de la estructura parcelaria heredada provocó la necesidad de crear nuevos caminos que diesen el adecuado servicio a todas y cada una de las propiedades agrícolas.

Por otra parte, el documento de 1861 relacionó un total de catorce construcciones situadas en los terrenos inmediatos a la fachada norte del monasterio, frente a las dieciocho que fueran descritas en 1836. Asimismo, a través de las descripciones dadas en la segunda mitad del XIX tenemos ya constancia de la pérdida, al menos, de una casa de caballeriza y otra de los antiguos talleres. Cabe destacar también la aparición de nuevas construcciones, como la caseta de la Cerería y la casa del Jardín.

Por tanto, la escritura de foro del Cercado de 1861 y el documento asociado en el que figura el reparto de bienes establecido por el agrimensor, nos permite conocer el estado en el que se encontraba el antiguo espacio de la clausura monacal, al alcanzar la segunda mitad del siglo XIX y, al mismo tiempo, nos informa de los cambios experimentados como consecuencia de su aforamiento y repartición entre cinco nuevos colonos. Pero, por encima de todo lo anterior, la verdadera importancia de este documento radica en el hecho de que contiene, de nuevo, una imagen escrita de la estructura de un antiguo espacio monacal que, por causa de su cesión y reparto, experimentó una importante transformación, en la que la villa se adentró, ya de forma irreversible, en los antiguos terrenos acotados de la comunidad monacal, conformándose un nuevo barrio al norte del monasterio de tejido claramente heredado (Fig. 12).

Al fin de la exclaustración, en mayo de 1880, la gran transformación experimentada por la villa y su entorno tuvo lugar entre 1889 y 1931, como consecuencia de la construcción de una nueva carretera entre Sarria y Pedrafita del Cebreiro, cuyo trazado pasa por el centro de la villa de Samos y sale de ella por el norte rodeando el monasterio, justo por los terrenos que antiguamente formaban parte

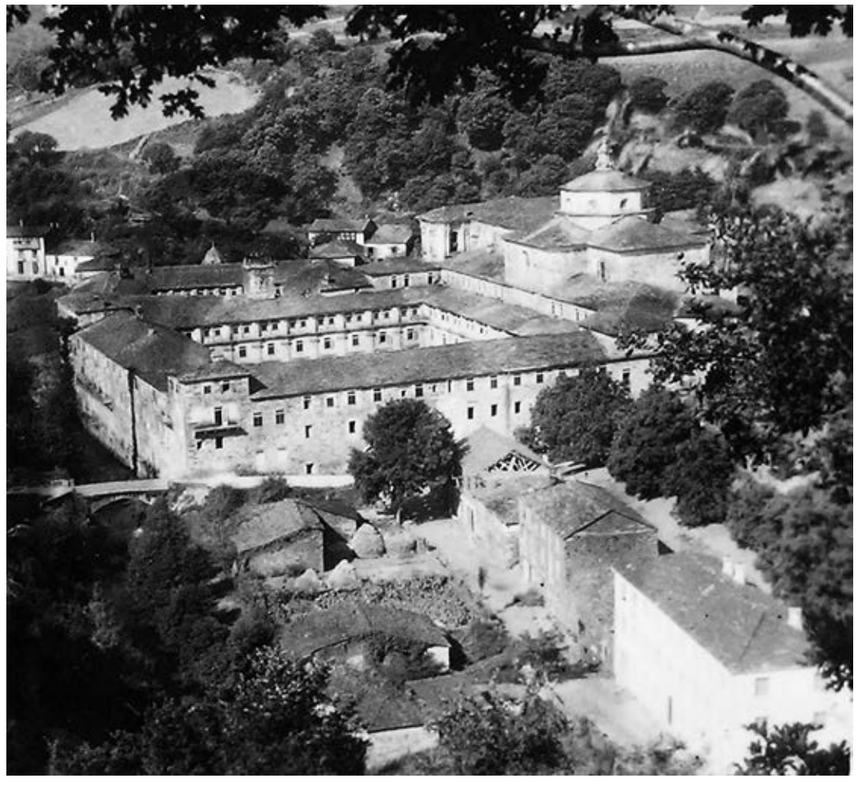


FIG. 12 Área norte del monasterio de Samos en la primera mitad del siglo XX, con una serie de construcciones, cuya disposición es heredera de las antiguas edificaciones monacales que existían dentro del Cercado: las antiguas casas de caballerizas y casas de talleres
Fondo Fotográfico del Monasterio de Samos

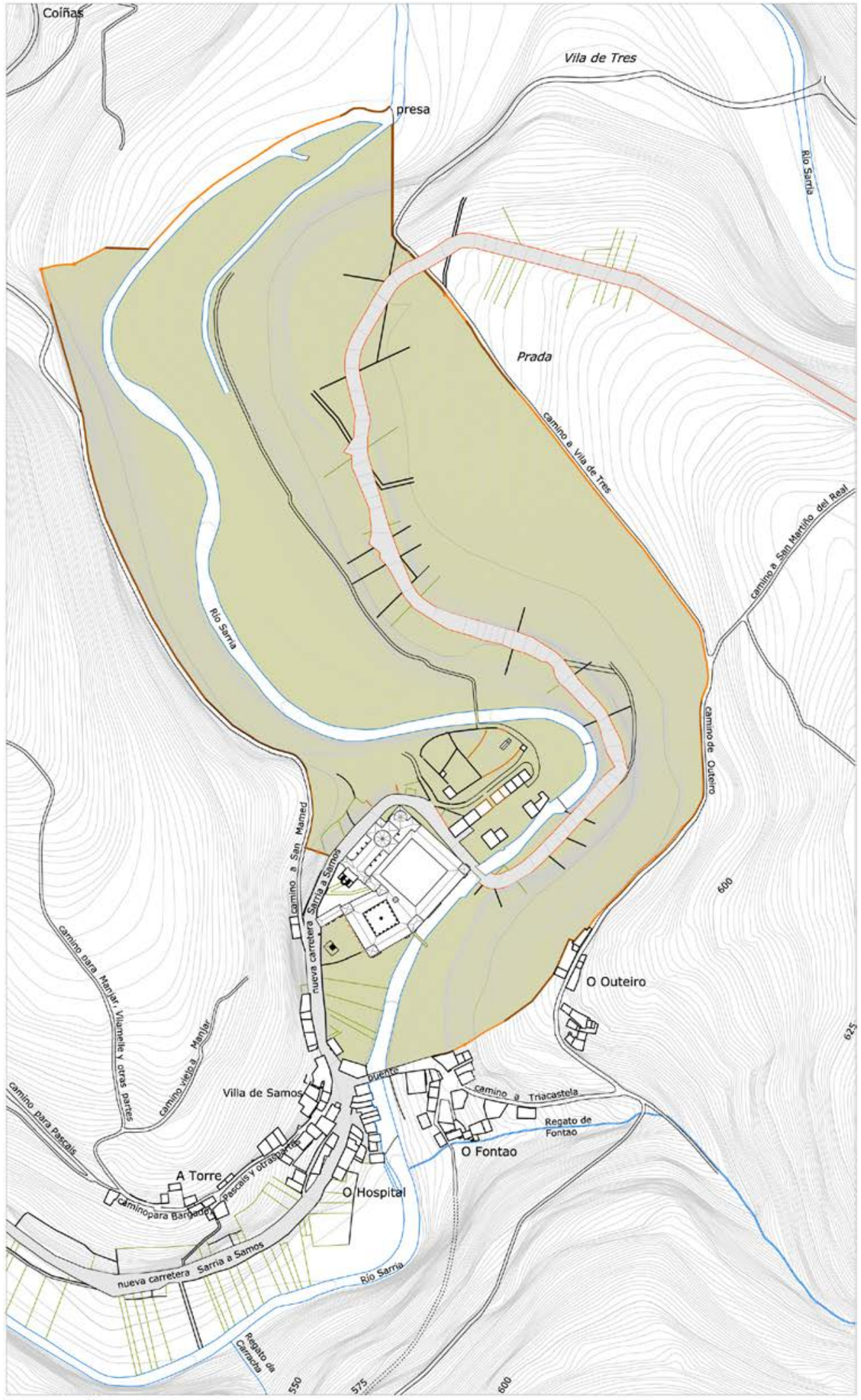


FIG. 13 Transformaciones en el antiguo Cercado del monasterio de Samos como consecuencia de la construcción de un nuevo viario entre finales del XIX y principios del XX
Estefanía López Salas, 2015

del Cercado. Al fin de estas obras, la villa inició un proceso de crecimiento hacia el norte y el sur del núcleo existente, utilizando como nuevo eje de expansión la nueva vía de comunicación.

Si comparamos el plano actual de la villa de Samos y su entorno con el resultante de la construcción de la nueva carretera, podemos reconocer que la imagen con la que hoy se muestra el centro de la villa es consecuencia directa de esa obra ejecutada entre finales del siglo XIX y principios del XX. En lo que respecta al espacio del antiguo Cercado, estas obras provocaron modificaciones en su parcelario, la pérdida de la puerta de entrada, la llamada Puerta de los Carros, y el derribo de algunas partes de la antigua cerca, ahora ocupadas por su trazado (Fig. 13).

Desde esa fecha hasta la actualidad, no se han producido cambios significativos en la organización de lo que antiguamente fue el Cercado de Samos, más allá de la pérdida de importantes tramos de su antigua cerca como consecuencia de la falta de mantenimiento o el abandono, que el trabajo de campo nos ha permitido constatar.

Conclusión

En este último apartado queremos señalar aquellos aspectos que nos han parecido los más importantes a la hora de tratar de comprender cómo era en el pasado el Cercado del monasterio de San Julián de Samos y cómo se produjo su proceso de secularización hasta quedar insertado en la trama de la villa contemporánea y su entorno rural inmediato.

En primer lugar, el trabajo aquí desarrollado pone de manifiesto que el conocimiento de un espacio histórico y la recreación paralela de su fisionomía pasada es posible a través de la suma de los datos procedentes de diversos campos. La documentación de archivo localizada y examinada de acuerdo con el objetivo planteado al inicio nos ha permitido hacer una reconstrucción hipotética, tanto del trazado de la antigua cerca, como de la organización del espacio que ésta cerraba en su interior. Sabemos que nuestra recreación dibujada es hipotética, pero la metodología y las fuentes utilizadas para su elaboración, creemos que gozan de la suficiente solidez, como para poder decir que el plano aquí presentado no debió ser muy diferente de la realidad existente a comienzos del siglo XIX, de la cual sólo algunas pocas permanencias son identificables en el paisaje contemporáneo entorno al monasterio de Samos.

En segundo lugar, nuestra investigación revela las claves del proceso de transformación sufrido por el Cercado de Samos a raíz de la exclaustración de la comunidad religiosa y la simultánea incautación de sus propiedades. En ese momento se inició una etapa de desarrollo distinta, tanto del Cercado, como de la villa y su entorno rural inmediato que, hasta la tercera década del siglo XIX, se encontraban bajo el dominio directo del monasterio, por estar ubicadas dentro de su coto jurisdiccional. Su ordenación dejó de dar una respuesta a los intereses dictados por los monjes y empezó a depender de unos nuevos propietarios y de los gobernantes municipales.

El estudio realizado revela que la pérdida del poder señorial, la implantación de la municipalidad y la construcción de una nueva vía de comunicación fueron los condicionantes fundamentales que determinaron la evolución experimentada por el espacio aquí analizado

desde la tercera década del siglo XIX en adelante. No obstante, el largo periodo de duración del señorío monástico previo ha dejado una huella tan profunda en la estructura y organización del paisaje en torno al monasterio que ni siquiera las actuaciones decimonónicas examinadas pudieron borrar. De ello son buen ejemplo las permanencias que de la antigua organización monástica todavía son perceptibles en el plano contemporáneo. Descubrir cómo este ámbito era antes de su desamortización y qué transformaciones sufrió a raíz de ella nos permite disponer de los conocimientos necesarios para su correcta valoración, su recuperación adecuada y su necesaria conservación futura.

FUENTES DE ARCHIVO

AHPL: *Toma de razón, y otras, de los bienes del cercado de Samos, casas de talleres, y cuadras, inclusas en aquel; bosque del Carballal, y terrenos contiguos a él, con otros particulares, correspondiente al señor D. Ángel García*. Fondo de Desamortización. Signatura: 18506. Sin foliar.
AHPL: *Anteproyecto de la carretera de Sarria a Seoane por Samos. Año s.d.* Fondo de obras públicas. Signatura: 32850/6.
AHPL: *Inventario II*. Fondo Desamortización. Signatura: 18470.
AMS: *Papeles varios del siglo XIX. Exclaustración (1835-1880)*. Carpeta F8. Sin foliar.

BIBLIOGRAFÍA

ARIAS Arias, Plácido. 1950. *Historia del Real Monasterio de Samos*. Santiago de Compostela: Imprenta, Lib. y Enc. Seminario Conciliar.
ARIAS Cuenllas, Maximino. 1992. *Historia del monasterio de San Julián de Samos.* Samos: Monasterio de Samos/Diputación Provincial de Lugo.
FOLGAR de la Calle, M.ª del Carmen y Goy Diz, Ana E. (dirs.). 2008. *San Xulián de Samos: Historia e arte nun mosteiro. Opus Monasticorum III.* Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
LÓPEZ Vázquez, José Manuel B. (coord.) 2005. *Opus Monasticorum. Patrimonio, arte, historia y orden*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

SURVIVING BUILDINGS, CLOSURES AND DEMOLITIONS IN TURIN IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES:

THE CASE OF THE CONVENT OF THE VISITAZIONE, FORMER CONVENT OF THE POOR CLARES

FRANCESCO NOVELLI
Politecnico di Torino/ Dipartimento di Architettura e Design, Italy
francesco.novelli@polito.it

ABSTRACT

Convent of the Visitation (XV sec.) rised up inside the city walls of Turin, in the northwest, an area full of churches, convents and important religious complexes. Demolished in the early thirties of the twentieth century, in the same place was built, in 1936, the Palace of Health and Hygiene Services designed by Giovanni Battista Ricci. The new legislative framework in ecclesiastical matters dealt with laws Siccardi (1850) for the abolition of privileges of the Catholic clergy, the significant war damage caused by the bombings of the Second World War (1942), the following drafting of reconstruction plans and town plans of the city of Turin, represent an interesting interpretation of permanences in the current city. This cultural heritage is recognizable in the contemporary city? What actions for conservation, new functions and enhancement of this heritage?

KEYWORDS
CONSERVATION | RESTORATION | RELIGIOUS HERITAGE | URBAN TRANSFORMATION | REFUNCTIONALIZATION.

RESUMO

O Convento da Visitação (Século XV) foi erigido no interior das muralhas da cidade de Turim, numa área onde predominavam igrejas, conventos e importantes complexos religiosos. Demolido no início dos anos trinta do Século XX, no mesmo lugar foi construído, em 1936, o Palácio de Saúde e Serviços de Higiene, desenhado por Giovanni Battista Ricci. O novo quadro legislativo em matéria eclesiástica tratava das leis Siccardi (1850) para a abolição dos privilégios do clero Católico, os significativos danos de guerra causados pelos bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial (1942). Os subsequentes planos de reconstrução da cidade de Turim, representam uma interessante interpretação da permanência na cidade actual. Este património cultural é reconhecível na cidade contemporânea? Que acções de conservação, novas funções e valorização deste património?

PALAVRAS-CHAVE
CONSERVAÇÃO | RESTAURO | PATRIMÓNIO RELIGIOSO | TRANSFORMAÇÃO URBANA | REFUNCIONALIZAÇÃO

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introduction

The aim of this article is to illustrate the historical events and changes in architecture, function and use that affected the convent originally owned by the Poor Clares from 1411 on, then by the Visitandines (1824) and has been the property of the Little Servants of the Sacred Heart of Jesus since 1930.

An analysis of how changes to the city of Turin from the late 1800s to the mid-1900s affected the religious establishments examined and their new roles is now a matter of study for the former Poor Clare complex.

From 'Napoleonic Suppression' to Restoration

The general suppression of religious orders that resulted from the Napoleonic Decree of 16th August 1802 should be considered the essential condition that triggered the profound changes and destruction that affected entire convents and monasteries in the city of Turin, phenomena that were particularly dramatic from the late 19th century to the first half of the 20th century.

It is worth remembering that the 'Napoleonic Suppression' generally refers to an authoritarian act of the State against the will of the Church, designed to deprive an institution, a convent or an entire religious order of legal status, confiscating its goods (Déries 1929; Boudon 2002).[1]

With the Restoration, the legal status of these orders was formally reinstated, resulting in the theoretical restitution of their property. It was between 1850 and 1860, however, that the permanent loss of assets of almost all religious orders occurred, as the Rattazzi Law of 1855 suppressed religious orders once again, except for those devoted to teaching, aiding the sick and poor and preaching.

These were the circumstances when Turin's city council found itself faced with the concrete possibility of acquiring buildings that could be used for the good of residents. Thus it launched a census of the religious orders that had been suppressed, which was done on the basis of the map drafted by the Gatti land registry (in 1822, and thus compiled during the Restoration). The city council then commissioned a special committee to draft a report on the work carried out and an initial list of the assets that the council could request. Thus an initial group of ten buildings was identified, a list that changed as the preliminary investigation went ahead with a further selection process. The town council's pressing need seems to have been to find a solution to the lack of school buildings, rather than meeting other needs such as setting up hospitals. The committee therefore identified five buildings that all shared the characteristic of belonging to complexes that often occupied an entire city block, or most of one. Out of these five blocks, it identified the block of the convent of the Visitazione, which originally had belonged to the Order of Poor Clares and included the convent and church of Santa Chiara.[2]

The Poor Clares in Turin and the foundation of a new convent designed by B. A. Vittone

The Poor Clares first settled in Turin in 1244, when the city granted them permission to use a water conduit to irrigate their land (Tamburini 2002, 411-414).

The convent, first recorded in 1411 with the foundation of the church as well, was located inside the city walls, in the

[1] *Religious Orders and Civil Society in Piedmont* (1560-1860), http://www.religious-orders-piedmont.polito.it.

[2] Archivio Storico della Città di Torino, *Ordinati*, *Verbale Giunta municipale* 7 ottobre 1856.

north-western part, in an urban area that boasted a wealth of churches, convents and large religious establishments.

One of the oldest maps of the city of Turin, drawn by Giovanni Caracha (1572, Fig. 1) shows the size of the convent adjacent to the city walls, near the Consolata complex and Porta Susina. The size of the Poor Clare's establishment is not clear, though it already included a church.

In his map of Turin of 1682, included in the well-known *Theatrum Sabaudiae* collection, Tommaso Borgonio shows the convent of the Poor Clares next to the church of the Consolata with a small bell tower (Fig. 2).

It was, however, in the 1700s that the convent saw its main phase of alterations. In 1715, historians recorded the demolition work on the city's old curtain wall, which formed the facade of the convent, noting that the nuns had begun construction work on the foundations of a new convent building.

The old church, now dilapidated, was renovated in the mid-1700s following a design by Bernardo Antonio Vittone (1704-1770). Vittone was born in Turin into a family of merchants and learnt his trade in Filippo Juvarra's studio, moving on to Rome's Accademia di San Luca, and wrote several treatises on a variety of subjects. An elegant draughtsman, he was an architect with an intense and lively career.

His passion for religious architecture and his expertise as a builder of lighter, openwork domes merged in his most famous architectural achievements, almost all of which were churches for convents or confraternities (Dardanello 2003; *Bernardo Vittone ...* 1972).

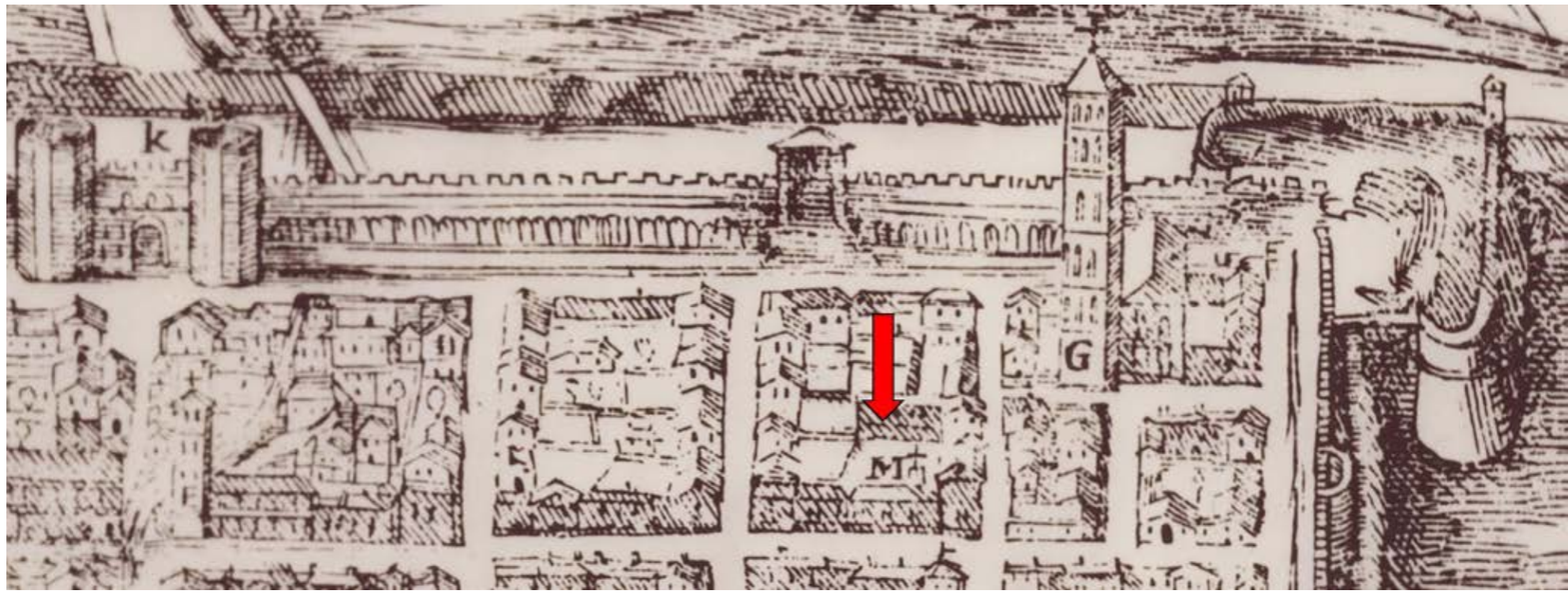




FIG. 1 *Augusta Taurinorum,* Giovanni Caracha, Giovanni Criegher, 1572. Torino, Biblioteca Reale, O.IV.61, ora Incisioni, III. 15. Detail of area Convent Poor Clares.

FIG. 2 *Augusta Taurinorum*, Tommaso Borgonio, Joannes Blaew, 1682. Torino, Biblioteca Reale, P.51.16. Detail of area Convent Poor Clares.

The Church of Santa Chiara is one of the outstanding achievements of Baroque religious architecture in 18th-century Turin. Built in 1742 to replace the church that preceded it, Vittone produced at least two different designs for the church, emphasising the complexity of the project, as the site was limited by two narrow streets and the convent building, whose gallery he connected to the choir. The resulting edifice has a central layout with an octagonal design, covered with a large dome that ends in a small cupola.

The Church of Santa Chiara is considered to be a record of a transitional phase in Vittone's architectural development, the prelude to his more mature designs. A new feature, the diagonal gallery, stands out; it interrupts the continuity of the columns and creates rays of light that cut across the building, almost eliminating the base of the great dome. The use of various shapes of glass, including reniform, in the windows at the base of the dome is the main distinctive feature of this church whose unified space — the concave recesses of its apses are linked to the dome — is punctuated by the chancels that endow it with a 'theatrical' look. The sober and slightly undulating facade was also designed by Vittone (Fig. 3, Fig. 4, Fig. 5, Fig. 6). Construction work on the church was completed in 1745 and it was consecrated on 9th August. Thus the first phase in the construction of the church, choir and adjacent rooms took from 1742 to 1745 to complete. A second phase lasting from 1767 to 1771 saw the extension of the convent, again as designed by Vittone: 1767-1769, construction work adjacent to the church up to the bell tower on Via delle Orfane; 1770-1771, continuing



FIG. 3 *Santa Chiara's church high altar.*



FIG. 4 *Santa Chiara's church dome*, detail.

construction work on Via delle Orfane up to Via San Domenico.

In Amedeo Grossi's map of Turin drawn in 1796 and Cavallari Murat's philological interpretation in 1968 (Murat 1968), the structure of the city block is outlined: four wings running parallel to the streets around a cloister, arranged as a garden. The remaining part of the block — on the side of Via della Consolata — is another grid laid out in four wings around a second courtyard (Fig. 7). The layout is still the same in the depiction shown in the land registry of the Napoleonic era, dated 1805.

After the Suppression of Religious Orders, the Poor Clares only returned to their convent in Via Santa Chiara in 1814, but they were moved to another convent on the southern outskirts of Turin, as their community had dwindled.

In fact from the information we can gather from the Gatti land registry of 1822 is interesting to demonstrate that a large part of the convent was not used by the nuns but instead rented out as accommodation (Fig. 8).

The Visitandines, 1824-1904

Following the relocation of the Poor Clares, a new order of cloistered nuns moved into the convent on 19th August 1824: the Visitandines (Lecomte 2013; Davico 1981).

The Visitandines settled in Turin in 1637 in the newly built southern end of the city, in an area lying at a tangent to the fortifications where they built a convent and a church (*Tesori di Arte e di Fede* 2012, 5-6).

In 1800, the order was suppressed but the nuns remained in the convent up until 1802 when the property was put under seal and the community was disbanded to all intents and purposes. With the Restoration, the complex was no longer returned to the Visitandines; instead, this community re-formed in the convent of the Poor Clares (Fig. 9).

The Visitandines spent approximately 80 years in the convent in Via delle Orfane up until 1904 when they left it and moved to another location. The community was aware

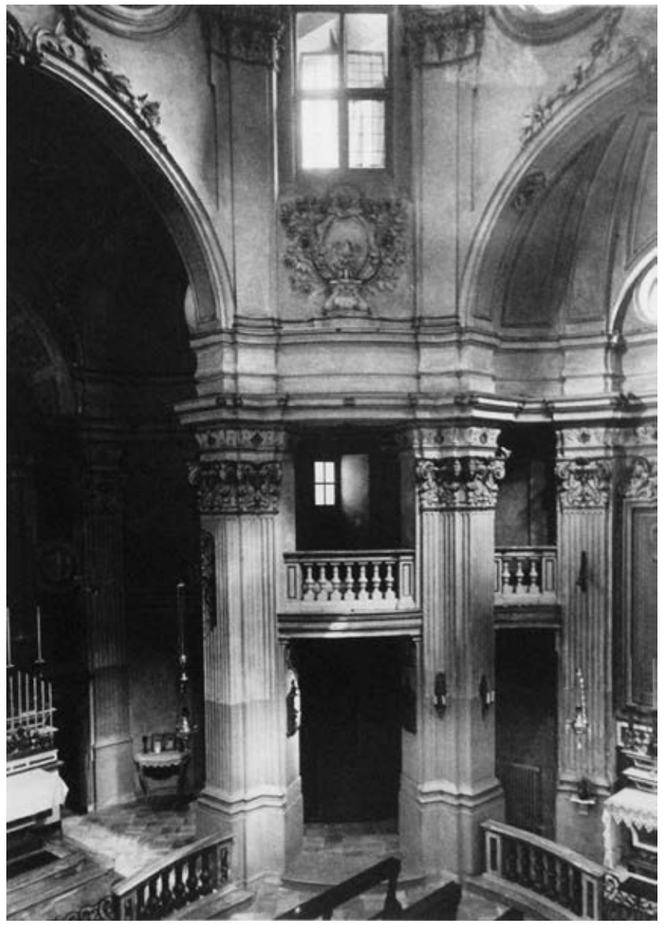
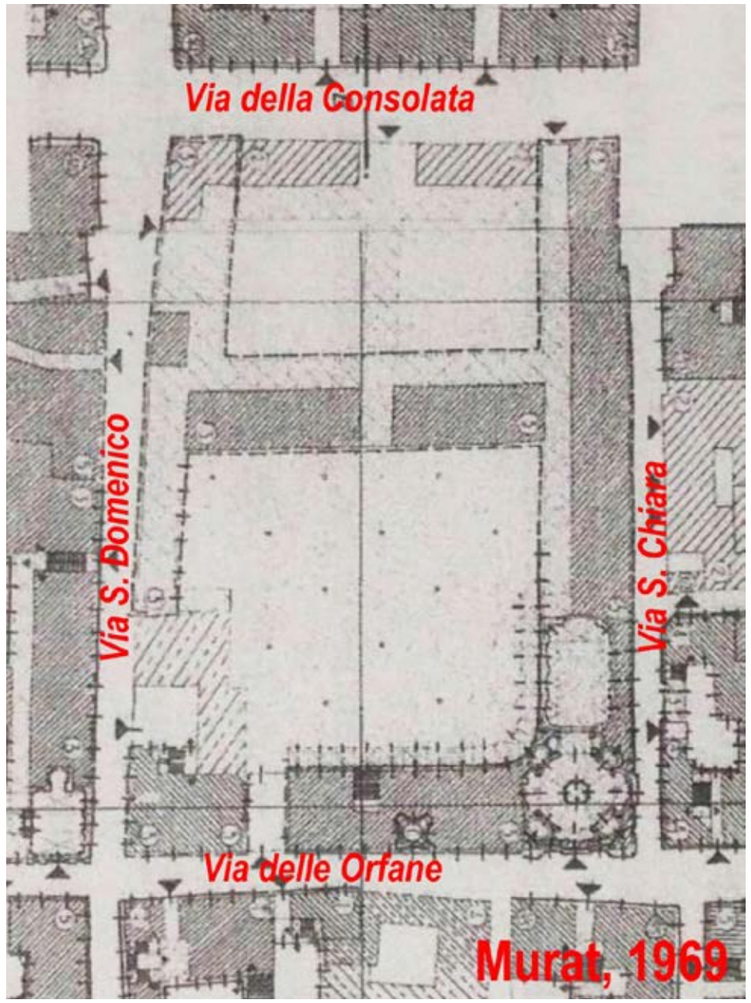
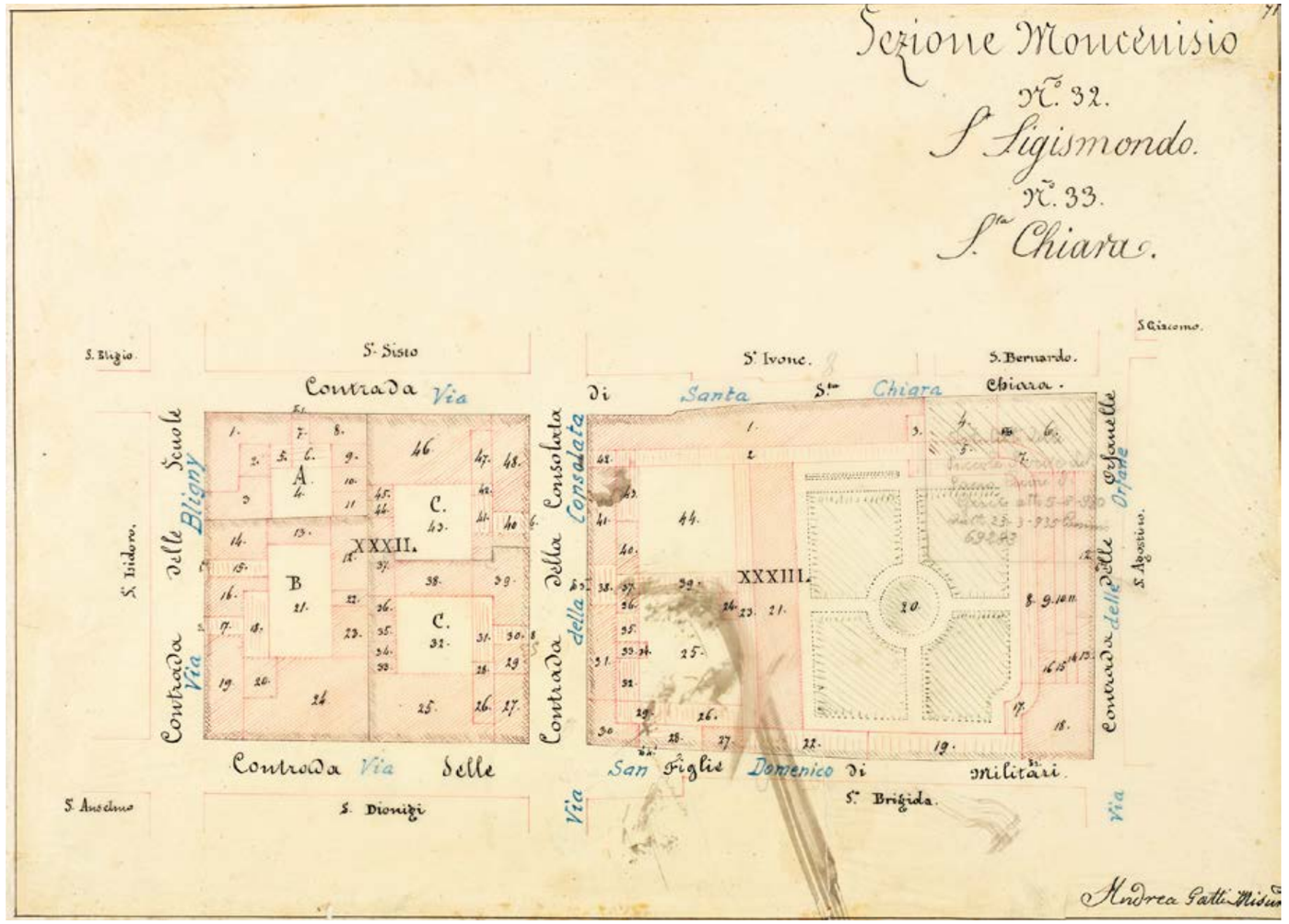




FIG. 5 *Santa Chiara's church*, interior detail.

FIG. 6 *Santa Chiara's church*.





that the city of Turin would have the right to claim the property for public use in line with the Rattazzi Law (that decreed the suppression of religious congregations).

The building plot was in a very marginal area — the 'Barriera di Francia' was still in Piazza Bernini in the early 20th century — though prestigious because it overlooked the royal road to France laid in the early 1700s to connect the capital with the royal country residence of Rivoli (Fig. 10).

Thus, the construction of a new convent designed by the architect Giovan Battista Ferrante — the Visitandine order's third Turin home — was begun on this land, bought in 1887. The convent overlooked Corso Francia with two two-storey wings and a church in the middle (Davico 1981).

To the east, the convent had its own farmland with two-storey buildings on the edge of the property. The actual convent was designed around a square cloister behind the church, dominated by an axial bell tower, and consisted of three-storey buildings. The internal facades opened out onto loggias and arches, whilst the external facades were closed and featured only a succession of windows. The church, which also has a central layout like the two previous convents in Turin, has an octagonal design with a dome. At the side of the altar room, there was a large choir for the nuns, which was eliminated in more recent renovations carried out during the early 1970s (Fig. 11).

Getting back to the old complex previously owned by the Poor Clares, in 1903 the Visitandines numbered 58 nuns; in the period leading up to their move to the new Pozzo Strada convent, an agreement was reached with Turin's city council

FIG. 7 *Isolato Santa Chiara*, plan, Augusto Cavallari Murat, 1968.

FIG. 8 *Sezione Moncenisio, n. 33, S. Chiara*, Andrea Gatti, 1823. Torino, Archivio Storico del Comune, Tipi e Disegni.

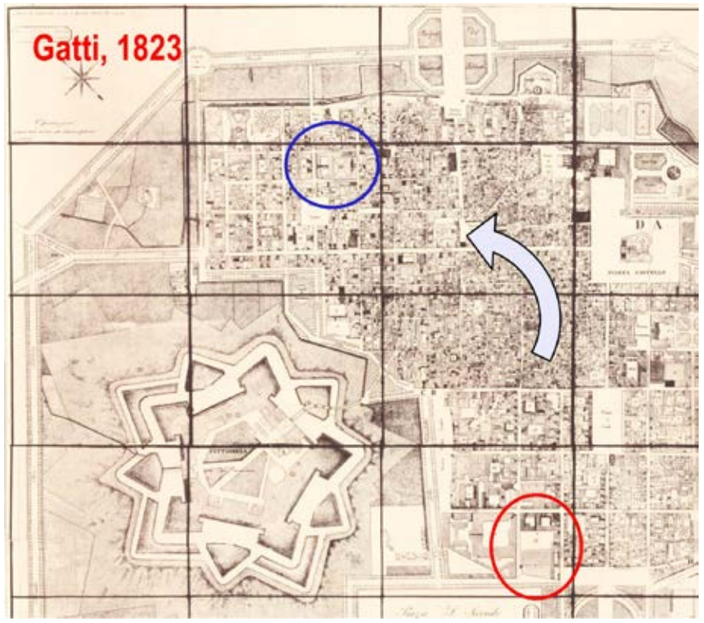


FIG. 9 *Carta Geometrica della Real Città di Torino e sue adiacenze,* Andrea Gatti, G. Arghinenti, 1823. Torino, Archivio Storico del Comune, Tipi e Disegni, Cart. 64, Fasc. 4, Dis. 4. The land registry map of 1823 shows the change of site of the Visitandines' convent.

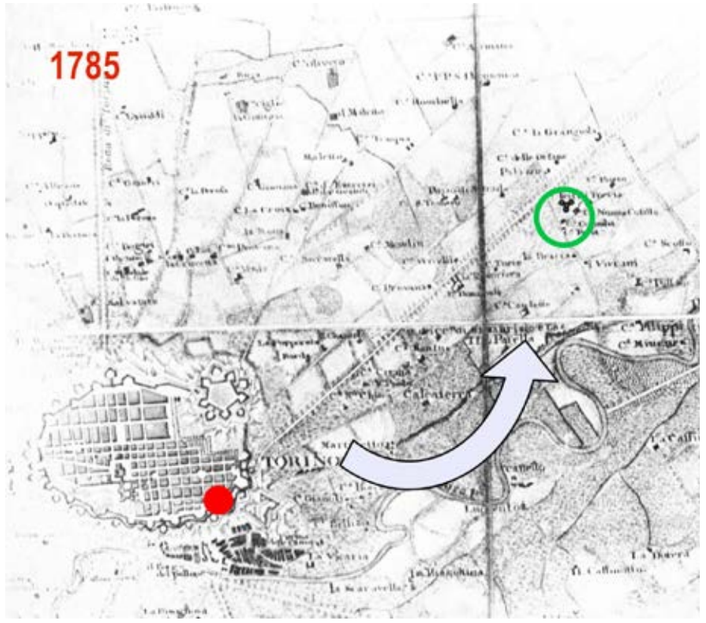


FIG. 10 *Carta di Torino e dintorni*, Francesco de Caroly, 1785. Archivio di Stato di Torino, Sez. I.



FIG. 11 *Pozzo Strada Convent*, postcard (1905)

that envisaged compensation as well as permission to strip and move materials, furnishings, altars, etc. It was probably on this occasion that the Visitandines put together a photo album before leaving the old convent, an item of enormous historical interest.

The images kept in the photo album depict a solid and well-preserved complex. Both the more private areas where the nuns lived and prayed and their boarding school, as well as more public areas such as the refectory, classrooms, cloister and garden are covered at length. We do not have photographs of the church though there are a couple of pictures of the choir, which are important because they record an area that is now completely stripped of furnishings and has suffered significant architectural damage (Fig. 12, Fig. 13, Fig. 14, Fig. 15).

The Visitandines left the convent for good in 1904. Even today, the move is recounted as a rather traumatic experience, both by older nuns and as demonstrated by the damage that the buildings still display. Indeed, in 1906 a report requested of town councillor Gherardini describes the conditions of the building when it was handed over to the council and states the following: '[...] the nuns are taking away the credible and incredible! Doors, windows, vestments, altars, etc'[3]. They also took with them the high altar of the Church of Santa Chiara (designed by Vittone) and two side altars; Santa Chiara's wooden choir (Fig. 16).

[3] Archivio Storico della Città di Torino, *Ordinati, Verbale Giunta municipale* 8 settembre 1906.









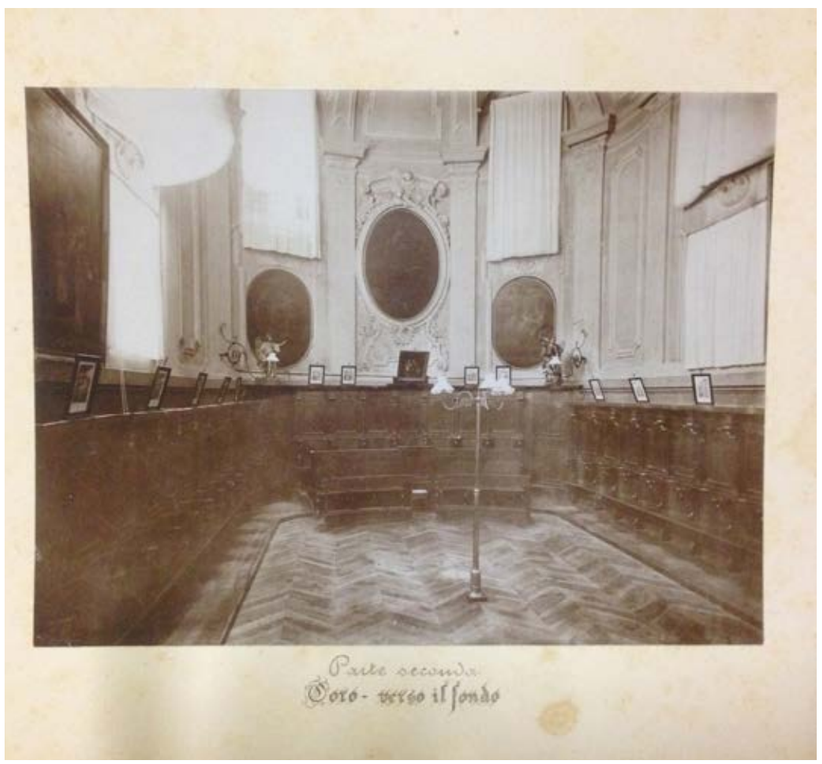


FIG. 12 Former Convent Poor Clares, *Santa Chiara, Choir*, 1902, Archive Convent of the Visitandines, Moncalieri.

FIG. 13 Former Convent Poor Clares, *Refectory*, 1902, Archive Convent of the Visitandines, Moncalieri.

FIG. 14 Former Convent Poor Clares, *Classrooms*, 1902, Archive Convent of the Visitandines, Moncalieri.

FIG. 15 Former Convent Poor Clares, *Cloister and garden*, 1902, Archive Convent of the Visitandines, Moncalieri.

FIG. 16 Former Convent Poor Clares, *Santa Chiara, Choir*, 1902, Archive Convent of the Visitandines, Moncalieri.

The altars were then repositioned in the church in Pozzo Strada as shown by a few photographs (Fig. 17) raising questions about the extent of what had been removed from the church of Santa Chiara: a photo by Gabinio (1920) (Passoni and Nori 1974) shows quite a large breach in the wall where the high altar stood that could only be explained by the removal of the altarpiece and frame. The choir was repositioned in the chancel of the new church (Fig. 18).

Closures and demolitions in the 20th century

Up to now, we have been analysing the historical events that affected these two orders of cloistered nuns: the Poor Clares followed by the Visitandines who replaced them in the old convent of S. Chiara. We have seen how the arrangements made necessary by the 19th-century suppressions of religious orders forced the Visitandines to move to another location and what the impact of this move was on the building in Via delle Orfane. What's more, it is also clear how significant these moves and in some cases the loss of moveable assets were during such events (furnishings, altars, paintings, etc).

At this point, it is interesting to examine how policies for changing and expanding the city of Turin from the early 20th century on may have influenced — for example — these two religious complexes.

The former convent of the Poor Clares

Following the departure of the Visitandines, the first law that affected the old complex of Santa Chiara was the royal decree of 15/12/1904 that confirmed the closure of the church. The property was now owned by Turin city council, which was not completely clear as to how to use it. For around 26 years, it was used as a warehouse, as the home of warehouse workers, a tool shed and municipal storage room, some rooms were used as the headquarters of the Croce Verde emergency service, while the church was also used as a storage room by the municipal street cleaning service (Fig. 19, Fig. 20).

By the late 1920s, the complex was in a bad state of repair and interest in the central position occupied by the old building drove the town council to approve its demolition



FIG. 17 Pozzo Strada Convent, *Visitazione Church, high altar*, 1905.



FIG. 18 Pozzo Strada Convent, *Visitazione Church,Choir,* 1905.





FIG. 19 Former Convent Poor Clares, *Cloister*, 1920. Mario Gabinio's photo.

FIG. 20 Former Convent Poor Clares, *Via della Consolata*, 1920. Mario Gabinio's photo.

and reconstruction, except for the church of Santa Chiara, which was declared a national monument, and adjacent rooms. In 1929 the reconstruction plan for this building was approved. It envisaged the widening of the streets surrounding it in a departure from the town plan that was then in force, in order to ensure public access and health, as well as the division of the block into three plots: the first that would eventually be ceded, a second plot where a new public health department would be built and a smaller plot consisting of the church and its adjacent rooms, to be restored and opened to the public.

It was in these circumstances that the Order of the Little Servants of the Sacred Heart of Jesus requested and obtained the free ownership of the church and the abovementioned rooms in 1930, in order to continue to carry out their work in aiding the poor by using it as a branch in the centre of the city. To this end, the order agreed to arrange the restoration of the church at its own cost, to open it for worship and to carry out reinforcement work, maintaining the entire building in order to carry out its nursing mission.

In 1931, the demolition of the religious complex began, so as to widen the crossing of Via San Domenico and Via delle Orfane, with the creation of the Piazzetta della Visitazione city square (Fig. 21).

In 1932, demolition work on the convent continued and the construction of the *Palazzo Servizi d'Igiene e Sanità* health department building began, designed by Giovanni Battista Ricci and inaugurated on 28th October 1936 (Blanchietti and Camillo 2014) (Fig. 22).

In 1933, the restoration of the church of Santa Chiara was completed and it was consecrated by Cardinal Maurilio





FIG. 21 Former Convent Poor Clares, *Piazzetta della Visitazione*, 2015.

FIG. 22 *Palazzo Servizi d'Igiene e Sanità*, 2015.

Fossati. Events linked to the Second World War (1942) caused damage to the health department building, while the church and convent were left untouched (Vinardi 1997). What remains of the old convent of the Poor Clares therefore has reached modern times without undergoing further substantial changes.

The convent of the Visitandines in Pozzo Strada

Life in the convent of the Visitandines in Pozzo Strada proved uneventful from the early 20th century on; during the First World War, part of the convent was used as a military barracks. In the years following the Second World War, the area around Corso Francia became one of the districts where most new homes were built.

Even the convent of the Visitazione — which had remained unchanged up until then — was affected by the new circumstances. In the 1960s, property dealings affected the entire convent. At first, the plots of land furthest to the north were sold as well as those along the avenue. Later, those around the convent were also sold. After the approval of a general town plan, work began with a dense construction programme around the convent. This programme ended with its demolition. In line with a culturally unacceptable choice, it was decided to preserve the church, deprived of its setting: the convent buildings that were an intrinsic part of it and the open land that endowed the site with space. What's





FIG. 23 *Visitazione Church*, 2015.

FIG. 24 *Visitazione Church*, 2015.

more, the building was brutally 'cut off' from the wings of the convent, to the point where it became necessary to build two side facades so as to close up the resulting breaches (Fig. 23, Fig. 24). In the meantime, the Visitandine order decided to move to a new location on the hills of Moncalieri (in the province of Turin), designed by Ottorino Aloisio.

Unlike what had happened to the convent of the Poor Clares, the large-scale construction work around the Pozzo Strada convent irreparably damaged the order's need for a cloistered life, as one can easily infer from photographs taken at the time.

In this case — as before — they took their possessions with them when they moved, particularly furnishings. The choir of Santa Chiara was repositioned in Moncalieri, while we do not know what happened to Vittone's high altar.

Today, the community of the Visitandines in Moncalieri (province of Turin) can count on a large, winding residence, despite the fact that the number of nuns continues to dwindle, heightening all the difficulties involved in running and maintaining a building of this kind independently.

Conclusion

In recent years, the issue of altering and adapting religious buildings to new purposes has been the subject of a great deal of research both in Italy and in the rest of Europe. This has seen scholars from both the academic and ecclesiastic fields working in partnership. A vast range of studies considers the conservation and enhancement of religious buildings through the identification of new functions for all those buildings that are no longer used for their original



FIG. 25 *Isolato Santa Chiara*, plan, 2015

purpose, studies that include both theoretical and practical examples. The fields that are interested in these issues, sometimes even just marginally, are those of restoration, the history of architecture, the history of the liturgy as well as the estimational and managerial aspects that widen the field of knowledge in order to verify the sustainability of new projects.[4]

In recent years, the large-scale departure of religious orders from convents and monasteries still found in Turin's city centre has become an issue for analysis and debate. To this end, the recent history of our convent of Santa Chiara is extremely topical.

The Little Servants of the Sacred Heart of Jesus, the current owners of the property, have drastically dwindled in number and their work is now entirely focused on the small infirmary they run on site. The lack of nuns has also created significant problems for those wishing to visit the church of Santa Chiara, which for some years now has no longer been open to the public. It is in such circumstances that the Gruppo Abele association recently requested permission to acquire the convent and church with a free concession. The Gruppo Abele non-profit organisation is an association founded in Turin in 1965 by Father Luigi Ciotti. It has always attempted to combine assistance with culture and politics.[5]

The Gruppo Abele association is also an NGO and has been running development projects in Africa for over 30 years. Recently, it has begun operating in Mexico.

The ***Giovani al Centro*** project *('focus on youth')* is the plan for the former convent of the Poor Clares in Turin. Since 16th June 2015, the Gruppo Abele association has been granted the free use of the former convent of the Order of Little Servants of the Sacred Heart of Jesus and the adjacent church of Santa Chiara in Turin's historic city centre. The association's aim is to maintain and expand the dialogue between the city and this site, with a particular focus on young people as proactive and creative players who can revive the former convent. Thanks to a group of residents who choose to spend a part of their lives in the community (sharing premises, organising common time and activities, community lunches and dinners, etc), the building can shelter young people from vulnerable social backgrounds. Moreover, with 15 single rooms, an inner courtyard and a common hall, the site can accommodate small groups (courses, school parties) that stay in the city for a few days in order to reflect and study issues of social importance (supported by peer educators or the association's own instructors and members): from poverty to addiction, from legality to supporting the alienated.

Just a few months after this new organisation was set up, important initiatives for preserving and enhancing the church and the choir of Santa Chiara have also been launched with a restoration and enhancement project. The restored choir

[4] These themes have been studied in depth in recent years, for example in Italy we can indicate the International Convention, *Religious architectural heritage. New functions and transformation processes,* occurred in Turin 11-12 December 2014, under scientific coordination of Conferenza Episcopale Italiana (CEI) and Politecnico of Turin.

[5] For more information on the social and cultural activity carried out by the "Gruppo Abele" see also http://www.gruppoabele.org.

will be used as a meeting room and youth education hall. The church, a historical record in itself, will be a reception area and meeting place whose opening and visiting hours will be run by the Gruppo Abele association in partnership with young volunteers trained on site, who will explain the history, alterations and future plans of Vittone's complex of the former convent of the Poor Clares to tourists and visitors (Fig. 25).

BIBLIOGRAPHY

BERNARDO Vittone e la disputa fra classicismo e Barocco nel Settecento, Atti del convegno internazionale promosso dall' Accademia delle Scienze di Torino nella ricorrenza del secondo centenario della morte di B (Vittone, 21-24 settembre 1970). 1972. Torino: Accademia delle Scienze.

BLANCHIETTI, Silvia and Camillo, Elena. 2014. *Il convento della Visitazione e l'Istituto d'Igiene a Torino: trasformazioni e stratificazioni di un isolato da rifunzionalizzare*, Tesi di laurea, relatore Maria Adriana Giusti. Torino.

BOUDON, Jacques Olivier. 2002. *Napoléon et le cultes. Les religions en Europe à l'aube du XIXe siècle (1800-1815)*. Paris: Fayard.

DARDANELLO, Giuseppe. 2003. *Richard Pommer, Architettura del Settecento in Piemonte: le strutture aperte di Juvarra, Alfieri e Vittone*.Torino: Allemandi.

DAVICO, Micaela Viglino. 1981. *I monasteri della Visitazione in Torino. Sedi di un ordine vicende di una città*. Torino: Scuola grafica salesiana.

DÉRIES, Léon. 1929. *Les congrégations religieuses au temps de Napoléon*. Paris: Alcan.

LECOMTE Laurent. 2013. *L'Architecture des Visitandines: Religieuses dans la Ville*. Paris: Editions du Patrimoine.

MURAT, Augusto Cavallari. 1968. *Forma urbana ed architettura nella Torino barocca : dalle premesse classiche alle conclusioni neoclassiche*. Torino: Utet.

PASSONI, Aldo and Nori, Enrico. 1974. *Torino anni '20. 104 fotografie di Mario Gabinio*. Torino: Editoriale Valentino,.

TAMBURINI, Luciano. 2002. *Le chiese di Torino dal rinascimento al barocco*. Torino: Edizioni Angolo Manzoni. 411-414.

TESORI di Arte e di Fede. Il patrimonio architettonico e artistico del Fondo Edifici di Culto. Vol. 1. Italia Nord-Centro. Piemonte, Veneto, Liguria, Emilia Romagna, Toscana, Marche, Umbria, Abruzzo. 2012. Roma: "L'erma" di Bretschneider. 5-6.

VINARDI, Maria Grazia. 1997. *Danni di guerra a Torino. Distruzione e ricostruzione dell'immagine nel centro della città*. Torino: Celid.

WEB SOURCES

http://www.gruppoabele.org

Religious Orders and Civil Society in Piedmont (1560-1860), http://www.religious-orders-piedmont.polito.it.

DO CONVENTO DOS CAETANOS AO CONSERVATÓRIO NACIONAL — TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE UM VELHO EDIFÍCIO A UM NOVO USO

AS CAMPANHAS ARQUITETÓNICAS E ARTÍSTICAS (1837-1946)

TIAGO BORGES LOURENÇO
Instituto de História da Arte, FCSH, NOVA
tborgeslourenco@gmail.com

RESUMO

Com a transferência do Conservatório Real para o extinto Convento dos Caetanos, em 1837, iniciou-se um vasto conjunto de campanhas de obras de transformação e adaptação do *velho edifício ao novo uso*. É, então, profunda e irremediavelmente alterado, sucessivamente demolido e acrescentado, num avolumar de campanhas de obras que se arrastam no tempo, algumas não se chegando a consubstanciar plenamente. Consequentemente, o que é hoje conhecido como "Conservatório Nacional" não é mais do que um edifício profundamente transformado, meros vestígios do espaço conventual original. No presente artigo, procura fazer-se uma leitura transversal das mais importantes campanhas de obras, com particular destaque para as duas que, ocorrendo na primeira metade de novecentos (1911-1934 e 1935-1946), definitavemente transformaram o "velho pardieiro dos Caetanos" (nas palavras de Júlio Dantas, então diretor da secção de teatro) num espaço escolar de referência.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTO DOS CAETANOS | CONSERVATÓRIO NACIONAL | NOVOS USOS | CAMPANHAS DE OBRAS | 1837-1946

ABSTRACT

By the Order of January 12th, 1837, the Royal Conservatory of Lisbon has established in the building of the former Convent of Caetanos at Lisbon neighbourhood of Bairro Alto, where it is still located. However, the building presently known as "The National Conservatory" has little to do with the original religious house due to the continuous campaigns of construction that occurred until 1946 and deeply changed it.
This paper aims to make a cross-reading of the most important architectonical interventions occurred since the installation of the institution in the former convent building, mainly the major renovations of the first half of the 20th century that transformed the old Caetanos house into a modern acting and music school.

KEYWORDS
CONVENT OF CAETANOS | NATIONAL CONSERVATORY | REUSE | CAMPAIGNS OF CONSTRUCTION | 1837-1946

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Se Garrett visitasse o moderno Conservatório, de certo que, daquele que com inaudito esforço e muita abnegação conseguiu instalar no Convento dos Caetanos, apenas o reconheceria por este conservar um pouco do aspecto primitivo na fachada.[1]

Com a extinção das ordens religiosas e imediata desocupação dos conventos masculinos, a partir de 1834/1835 o Estado Português toma posse de um conjunto de edifícios de grandes dimensões e em precário estado de conservação que procura rentabilizar através de uma eficiente ocupação. Assim, nos anos subsequentes, instalaram-se escolas, hospitais, quartéis e diversas repartições de serviços públicos em antigas construções conventuais.

Criado por Decreto Régio de 05 de maio de 1835 e originalmente instalado na Casa Pia, o Conservatório Real de Música é incorporado, cerca de ano e meio depois, no "Conservatorio Geral da Arte Dramatica, dividido nas tres Escólas de Declamação, de Musica, e de Dança Mimica, e Gymnastica especial" (Portaria de 16 de novembro de 1836). Por via da Portaria de 12 de janeiro de 1837 esta nova instituição passa a estar "estabelecid[a] no Edificio do extincto Convento dos Caetanos", ao Bairro Alto, onde quase 180 anos depois ainda (parcialmente) se mantém, o que se constitui num dos mais prolongados usos civis de um antigo edifício conventual em Lisboa.

Com a transferência da instituição para o antigo Convento dos Caetanos, em 1837, iniciou-se um vasto conjunto de campanhas de obras de transformação e adaptação do *velho edifício ao novo uso*. O edifício é, então, profundo e irremediavelmente alterado, sucessivamente demolido e acrescentado, num avolumar de campanhas de obras que, devido a uma crónica falta de verbas, se foram arrastando no tempo, muitas delas não se chegando a consubstanciar



FIG. 1 Atlas da carta topográfica de Lisboa: n.º 42 (pormenor), Filipe Folque, 02/1856 (AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/144)

[1] "Chefe do Estado inaugura amanhã as instalações remodeladas do Conservatório Nacional". *Vitória*, 14/06/1946.

plenamente. Consequentemente, o que é hoje conhecido como "Conservatório Nacional" não é mais que um edifício profundamente transformado, meros vestígios do espaço conventual original.

O Conservatório Real de Lisboa. Um novo uso para um velho edifício (1837-1910)

O hospício dos teatinos foi fundado em 1650, encontrando-se concluída e benzida a primitiva igreja três anos depois. Já depois da elaboração de um projeto de Guarino Guarini (1624-1683) nunca concretizado (datado de 1668), os seus padres recebem autorização régia para que o seu cenóbio passe a convento (1681), iniciando a reedificação do edifício a 7 de abril de 1698, data da colocação da primeira pedra da nova igreja pelo Arcebispo de Lisboa. No entanto, o grande projeto para o Convento de Nossa Senhora da Divina Providência (ou *dos Caetanos*) ficou por cumprir. Na planta de Guilherme Joaquim Paes de Menezes (?-1782), datada de 1748, é possível perceber um edifício truncado e adaptado. (fig. 2) O grande templo foi apenas parcialmente construído, concretizando-se pouco mais do que a mera ereção da parede lateral da epístola, desmanchada em 1812 e cuja cantaria é vendida para servir de matéria-prima para diversas construções. Assim, para instalar a igreja, foi necessário ocupar o espaço originalmente destinado à portaria, corredor e celas do noviciado.[2] Por seu turno, o facto de os padres não terem conseguido adquirir alguns quintais e casas vizinhas impediu a construção da ala sul (onde deveriam ser instalados o dormitório do piso térreo, a cozinha e o refeitório), o que obrigou a que as dependências para aí previstas fossem

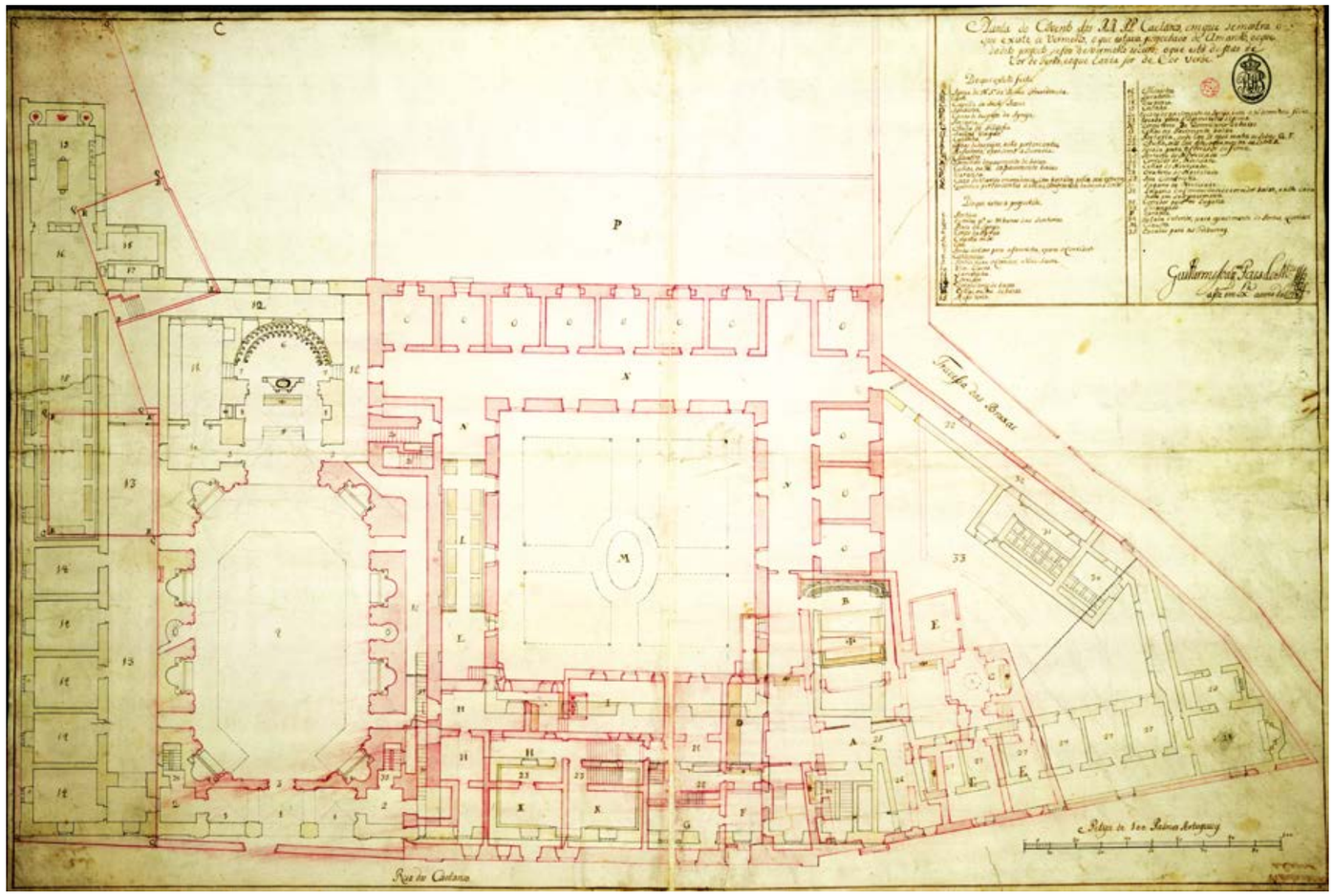


FIG. 2 Convento da Divina Providência em Lisboa: planta do piso térreo, Guilherme Joaquim Paes de Menezes, 1748 (BNP, D.12R.)

[2] Já depois da extinção, continuou nela a existir uma Irmandade, que todos os anos (até pelo menos à década de 1880) festejava o dia de S. Caetano (7 de agosto). Entre 1856 e 1867 a igreja foi reedificada sob orientação de Valentim José Correia.

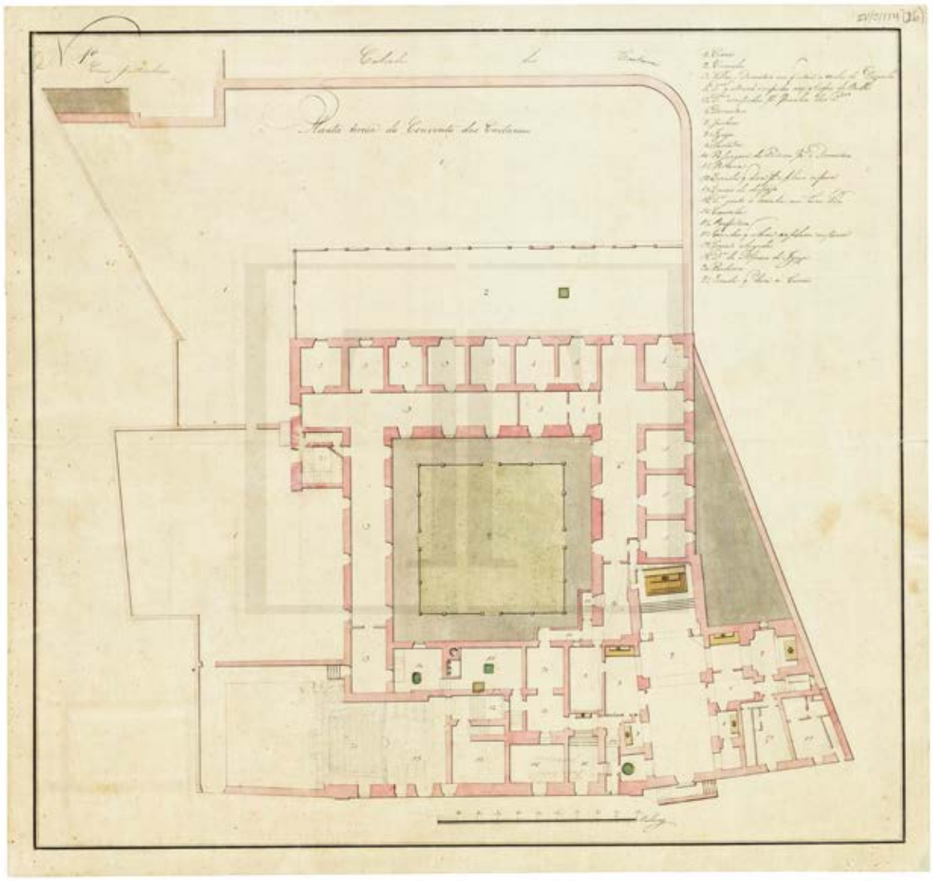


FIG. 3 *Planta do piso térreo do Convento dos Caetanos*, c.1840. (ANTT Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5270, n.º 26)

precariamente instaladas noutros espaços do edifício, a exemplo do refeitório localizado num dos corredores do antigo pátio.

Simultaneamente, a drástica diminuição do número de religiosos (sobrava apenas um aquando da supressão do convento, em 1833) e o pontual aquartelamento de tropas no edifício concorreu para a sua contínua degradação. (fig. 3) Assim, quando em 1837 Almeida Garrett (1799-1854), o *mentor* do Conservatório Dramático, o propõe para para nele acomodar a instituição,[3] o velho edifício dos Caetanos estaria longe de reunir as condições mínimas para a instalação de um estabelecimento de ensino, o que obrigou à execução inicial de um conjunto de obras urgentes que permitissem o normal funcionamento das aulas.

> **"O antigo e pequenissimo Convento dos Caetanos, em que está o Conservatorio, não tinha uma telha inteira, chovia-lhe por toda a parte, faltavam-lhe portas, janellas e sobrados como verificaram differentes vistorias das Obras Públicas e a inspecção occular de tres Ministros d'Estado que [...] o foram examinar: Em reparar estes estragos se tem gasto algum dinheiro, mas sómente n'isto, e em pôr bancos nas aulas e fazer algumas divisões de frontaes ou tabiques.**
>
> **Algumas outras pequenas obras que se fizeram foram feitas com a contribuição voluntaria de Socios e d'outros pessoas zelosas [...]; e o mesmo meio unicamente foi empregado para se adquirirem alguns moveis e utensilios que estão na parte do edificio reservada para as Conferencias.**
>
> **[...] Não tem outra cousa mais, ainda depois das obras que se fizeram, do que estreitissimos e pequenos dormitorios com dez cellas ou cubiculos no pizo baixo e quatorze no superior, póde agora servir para aquillo a que está applicado, mas para nenhuma outra cousa mais, exceptos se se fizerem novos e consideraveis gastos, que ficarão augmentados pelo desperdicio de grande parte dos que se tem feito."[4]**

Várias tentativas foram feitas para melhorar as condições higiénicas e pedagógicas do edifício em intervenções que, levadas a cabo com diferentes graus de profundidade e propósitos (invariavelmente pontuais obras de beneficiação e conservação), pouco mudaram da espacialidade e estética da velha construção conventual.

A única obra verdadeiramente relevante deste período foi a construção de um *salão nobre* (ou *sala dos atos*) que eficazmente servisse de teatro e sala de concertos, legítima aspiração de qualquer escola de teatro e música.[5] Da autoria

[3] O edifício do extinto Convento da Divina Providência não foi a primeira opção para a instalação do Conservatório, conforme é possível perceber pela carta que, em dezembro de 1836, Almeida Garrett envia a D. Maria II, instando à escolha de uma localização definitiva para a escola, argumentando que "de todos os edificios públicos de Lisboa, nenhum póde convir a este Estabelecimento, se não fôr central; além das outras condicções, e n'este caso somente se-acham: 1º a casa de Malta sido á Annunciada, que, há dias, foi alugada a um particular pela insignificante quantia de trezentos mil rés; 2º o extincto Convento do Carmo no Largo do mesmo nome, que se-acha occupado por diversas instituições; 3º o extincto Convento da Boa-hora, tambem occupado por varias instituições" (Portugal 1842, 15-16). A escolha do antigo edifício teatino ocorre no mês seguinte, tendo Garrett enviado um ofício a todos os membros das novas escolas a criar para que se dirigissem aos Caetanos a 4 de fevereiro seguinte, de modo a avaliar as condições do edifício para ali se poderem instalar (Lisboa 1988a, 14).

[4] Requerimento enviado a D. Maria II instando ao não encerramento do Conservatório. Secretaria Geral do Ministério da Educação (28/07/1841), Arquivo do Conservatório Nacional, cx. 767, mç. 2762.

[5] Não obstante o presente caso se revestir de características particulares (por se constituir num espaço necessário para o normal funcionamento da instituição), a partir da extinção das ordens religiosas sucederam-se os casos da intenção (concretizada ou não) na instalação de teatros em igrejas e edifícios de antigos conventos, num fenómeno não exclusivo de Portugal. Cf. Carneiro (2002, 371-432).

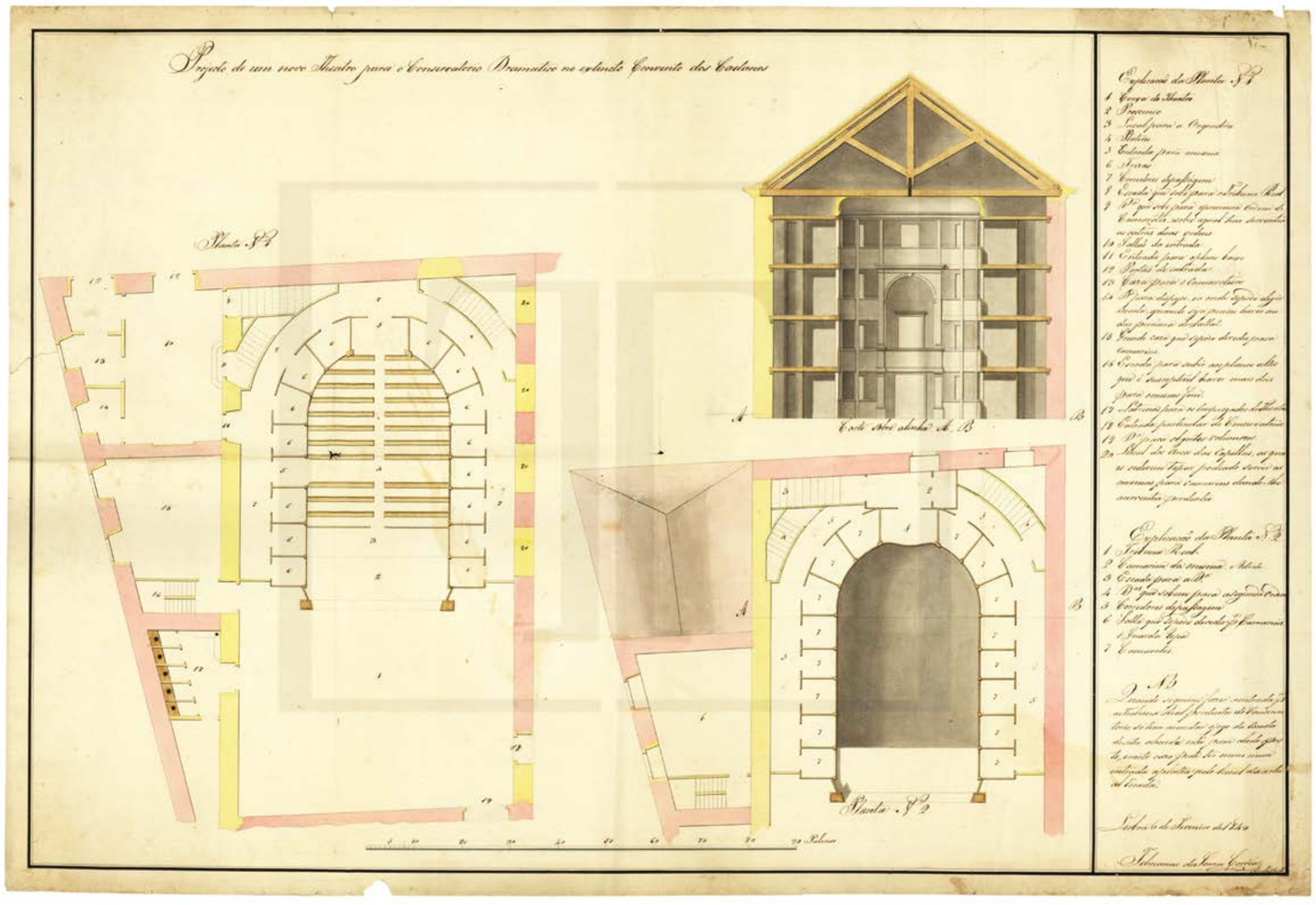


FIG. 4 *Projecto de um novo Theatro para o Conservatório Dramático no Extinto Convento dos Caetanos*, Feliciano de Souza Corrêa, 06/02/1840. (ANTT, Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5260, n.º 12)

de Feliciano de Souza Corrêa (?-1876),[6] datam de 1840 os primeiros estudos (não concretizados) da construção de um espaço performativo, os quais, nas suas diversas versões, preconizam diferentes soluções de configuração e localização [no espaço ocupado pela cerca (onde atualmente se localiza o vestíbulo de acesso ao salão nobre) ou na igreja do antigo convento].[7] (fig. 4)

Esta aspiração ganhou força depois de Joaquim Pedro Quintela, 1.º Conde de Farrobo (1801-1869), se ter tornado, em 1848, Inspector Geral dos Teatros e consequentemente

[6] Feliciano de Souza Corrêa (?– Lisboa, 26/02/1876) foi um dos principais arquitetos de obras públicas entre as décadas de 1830 e 1870, tendo sido um dos sócios fundadores da Real Associação dos Architectos e Archeológos Portugueses. Foi igualmente responsável pelo acompanhamento das obras do Teatro D. Maria II, da autoria de Fortunato Lodi.

[7] Luís Soares Carneiro considera que estes projetos revelam simultaneamente a adoção de um *modelo antiquado* e uma *escassa sabedoria teatral*: "nele se pressente a reprodução de um modelo já então antiquado. A sala em simples «U» e as escadas em «L», mais do que o compromisso com um espaço pré-existente revelam uma escassa sabedoria teatral. Sendo certo que não deveria prever-se grande orçamento para a sua realização — o que é notório na ausência de decoração que os desenhos exibem — era aqui uma excelente oportunidade de introduzir uma forma de sala mais sofisticada, instalações cénicas mais elaboradas, preocupações de segurança acrescidas. Mas não. Nada disso está presente. Pelo contrário, quer na dimensão quer no desenho, a solução proposta estava muitíssimo mais próxima de uma mistura entre a memória dos teatros reais do séc. XVIII com o Teatro da Rua dos Condes." (Carneiro 2002, 470).

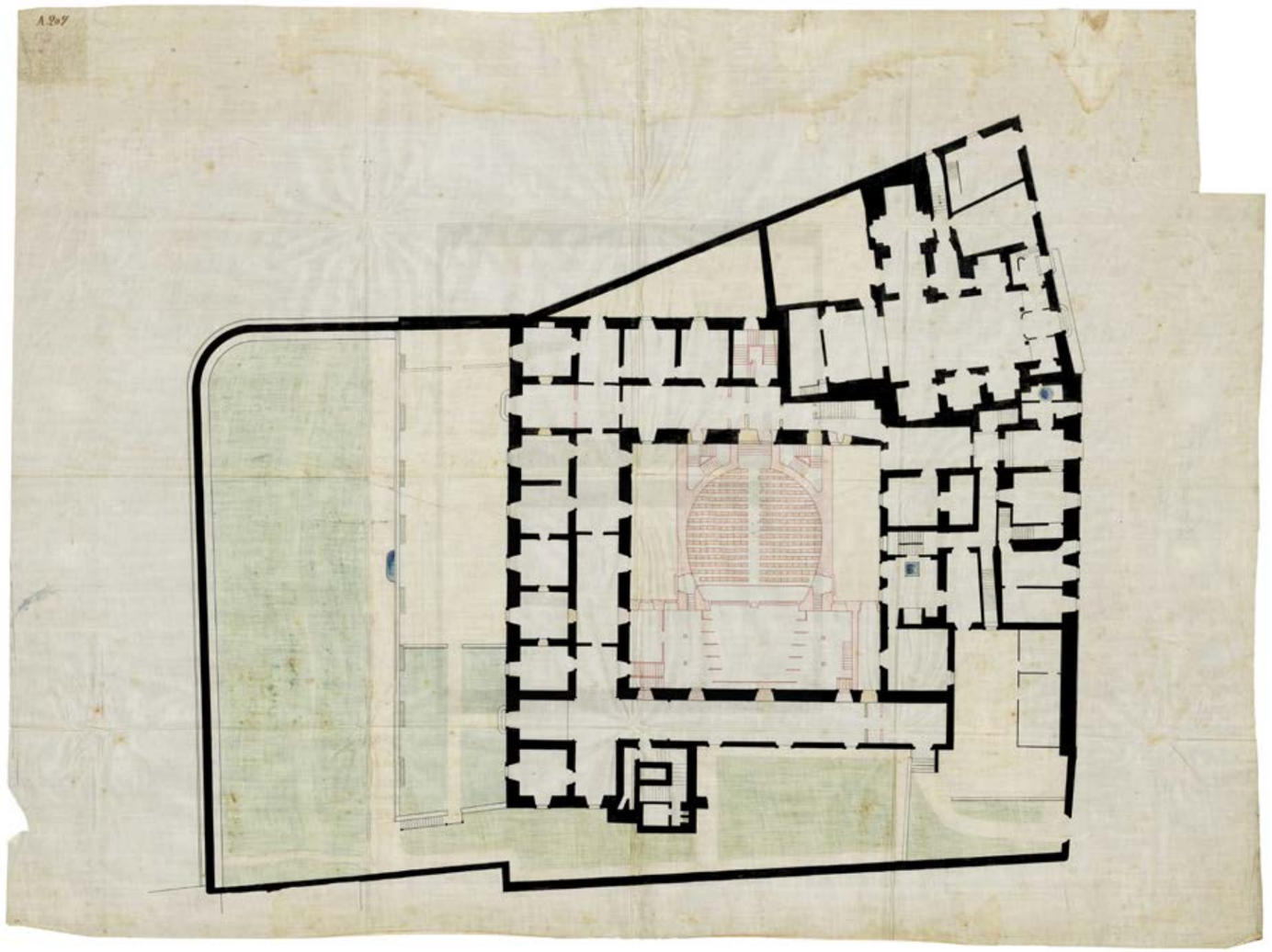


FIG. 5 Projeto para um Teatro no Conservatório Real de Lisboa (planta), c.1872 (ANTT, Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5260, n.º 14)

diretor do Conservatório. Mandou "estudar a edificação de uma sala para concertos e teatro no terreno contíguo ao edifício dos Caetanos. Procedeu-se com efeito, aos estudos necessários, orçando-se a despesa da construcção apenas em 5 contos [, que] o Conde prontificou-se a emprestar. [...] [No entanto, e] não obstante a modestia do projecto e a facilidade de o pôr em prática, as auctoridades superiores não lhe deram andamento",[8] pelo que se sucederam os projetos de construção do novo espaço, de entre os quais um muitíssimo curioso estudo (provavelmente da autoria de Valentim José Correia) do início da década de 1870, que previa a instalação do teatro no claustro do edifício. (figs. 5 e 6)

Em 1874 principiaram finalmente as obras, tendo-se optado pela construção de um novo volume adossado à face sul do edifício, no exato local onde em 1698 se havia iniciado a construção da igreja teatina e que depois da sua demolição se tornou parte integrante da cerca do convento. Este novo espaço contava com entrada independente para a rua e com uma nova fachada regular, pouco conforme com a setecentista do restante edifício. (figs. 7 e 8) Após um moroso processo que se arrasta por 18 anos (12 para a construção e 6 para ser mobilado), o salão é inaugurado a 25 de agosto de 1892. Muito mais modesto do que o projeto de 1840 da autoria do seu pai, a nova dependência desenhada por Valentim José Correia (1822-1900)[9] resulta num espaço com plateia, duas galerias e uma tribuna real com decoração em talha. A ornamentação parietal do salão fica a cargo de Eugénio Cotrim (1849-1937), que convida José Malhoa (1855-1933) para decorar o teto do espaço, naquela que se constitui como a primeira grande encomenda ao pintor. Em 1881, Malhoa executa, para o medalhão central, a alegoria "A Fama coroando Euterpe" (musa grega da música) e quatro medalhões circulares de menores dimensões, onde retrata três antigos diretores da instituição [Almeida Garrett, João Domingos Bomtempo (1775-1842), Francisco Xavier Mingoni (1811-1861)] e o político responsável pela criação do Conservatório (Passos Manuel (1801-1862) com "recurso a gravuras que circulavam na época, [representando estas pinturas] quer na sua directa transposição ou servindo de modelo [...] pouco mais [...] do que simples exercícios de academia" (Saldanha 2008, 172). (figs. 9, 10 e 11)

[8] Afonso Amor Machado, Relatório (outubro de 1921). DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN:DSARH-005/125/1680/5.

[9] Valentim José Correia (Lisboa, 14/02/1822 — Lisboa, 14/07/1900), filho de Feliciano de Souza Corrêa. Diplomado em arquitetura pela Academia de Bellas Artes, entrou para a Inspecção Geral das Obras Públicas do Reino em 1849, transitando três anos depois para o recém-criado Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria (primeiro como desenhador e a partir 1862 como arquiteto), onde esteve envolvido na execução de importantes obras (intervenção no Mosteiro dos Jerónimos e construção do Teatro D. Maria II). Foi sócio fundador da Real Associação dos Architectos e Archeológos Portugueses, chegando a ser seu vice-presidente pouco antes da sua morte.

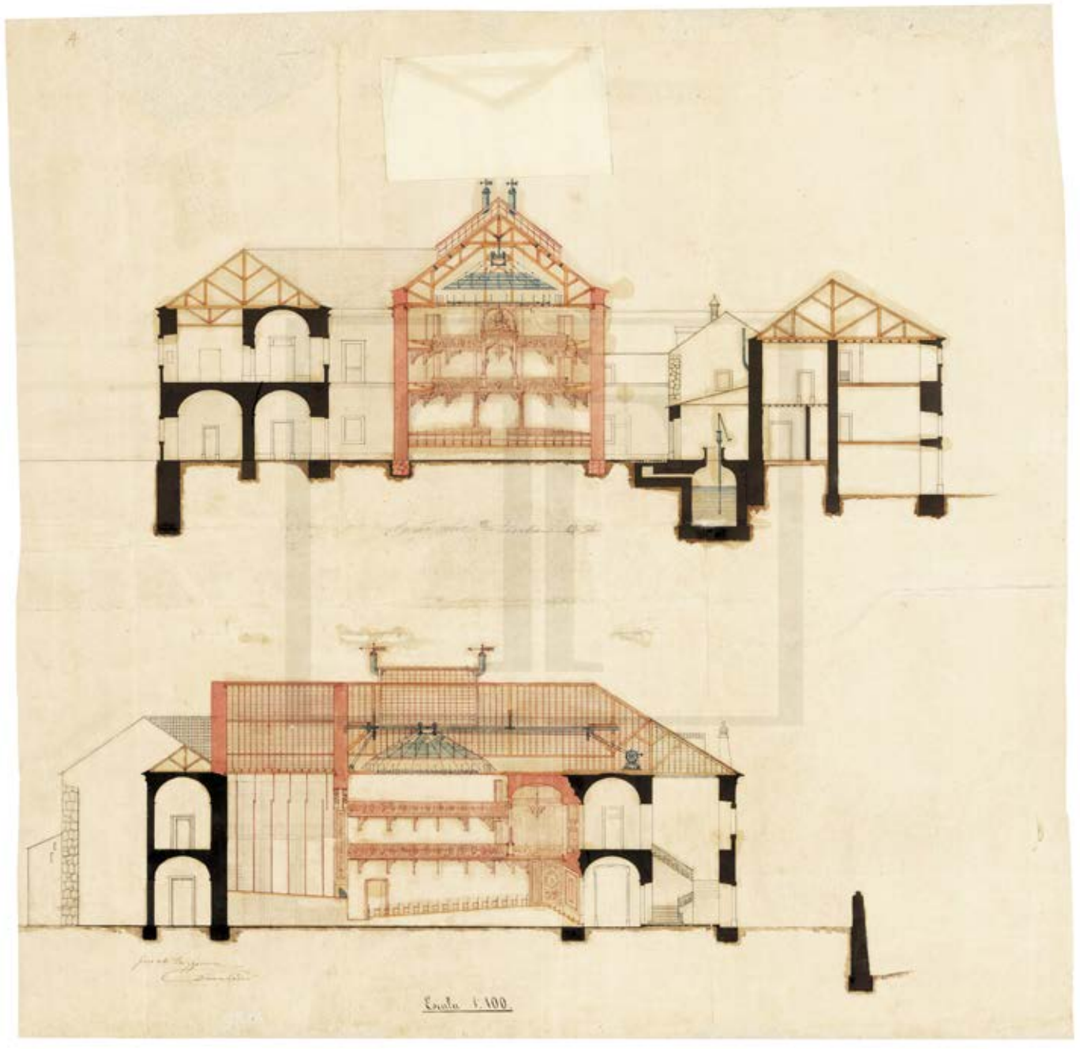


FIG. 6 Projeto para um Teatro no Conservatório Real de Lisboa (alçado e corte). desenho de José Maria Caggiani, c.1872 (ANTT Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5260, n.º 14A)

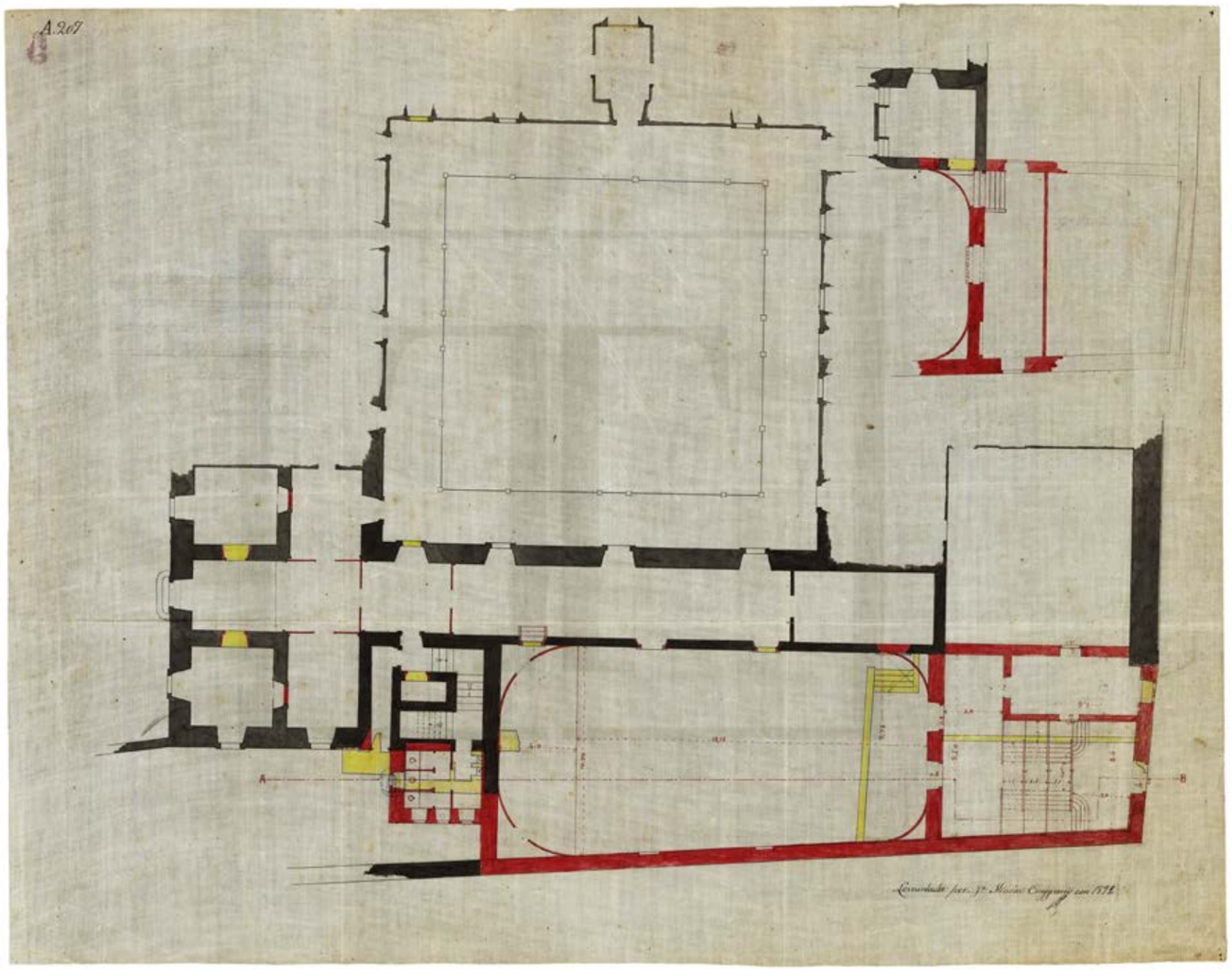


FIG. 7 Salão Nobre do Conservatório Real de Lisboa (planta). Levantada por José Maria Caggiani, 1872 (ANTT Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5260, n.º 10)

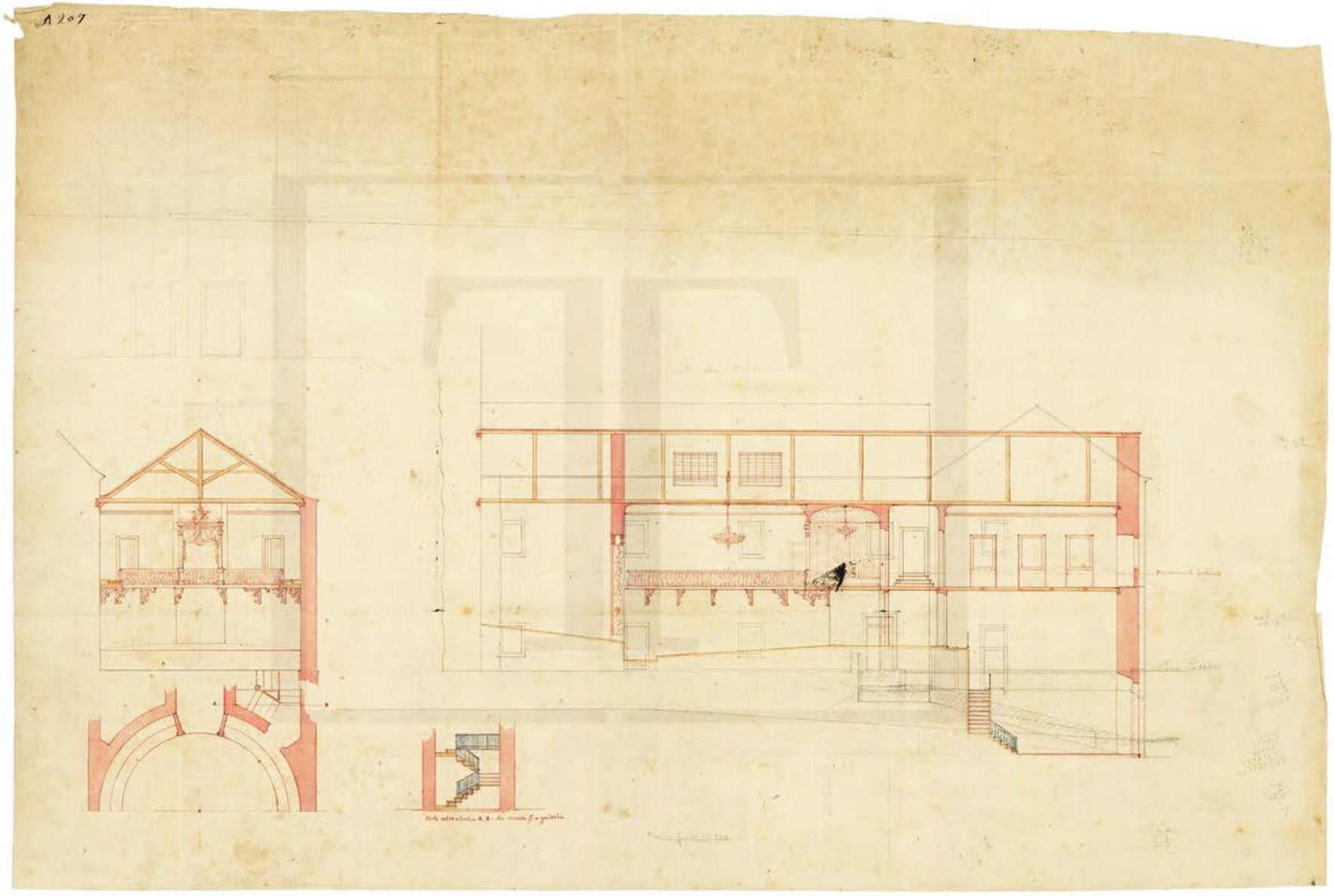


FIG. 8 Salão Nobre do Conservatório Real de Lisboa (alçado e corte). Projeto de Valentim José Correia, c.1870 (ANTT Ministério do Reino, Colecção de Plantas do ex-A.H.M.F., cx. 5260, n.º 13)



FIG. 9 Conservatório Nacional, Pintura do teto do Salão Nobre. José Malhoa, 1881 (José Vicente | DPC | CML, 2015)



FIG. 10 Conservatório Nacional, Pintura do teto do Salão Nobre, "A Fama coroando Euterpe". José Malhoa, 1881 (José Vicente | DPC | CML, 2015)



FIG. 11 Conservatório Nacional, Pintura do teto do Salão Nobre, medalhão representando Almeida Garrett. José Malhoa, 1881 (José Vicente | DPC | CML, 2015)

Demolindo o *velho pardieiro dos Teatinos* (1911-1934)

O advento da República traz diversas alterações estruturais ao Conservatório, nomeadamente a muito desejada autonomia administrativa entre as duas escolas, que também se materializou na divisão espacial do edifício, com a Escola da Arte de Representar a ocupar todo o piso térreo e a Escola de Música o primeiro andar. O segundo andar deveria ser parcialmente ocupado pelo recém-criado museu, composto por instrumentos musicais maioritariamente provenientes de doações privadas (nomeadamente das coleções Keil e Lambertini) e das extintas casas religiosas.

Este período fica igualmente marcado pelos dois mais longos mandatos da direção até então, o de Júlio Dantas (1876-1962) e o de Vianna da Mota (1868-1948), respetivamente nas secções de Teatro e Música.[10]

As precárias condições em que se encontrava instalado tinham sido a nota dominante dos primeiros 75 anos do Conservatório. Nesse sentido, ao longo de 1910 (27 de abril, 10 de novembro e 14 de dezembro), a direção da instituição enviou à Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial várias notas instando à execução de obras de fundo no edifício, que se iniciariam no ano seguinte, conforme o descreve Júlio Dantas:

> **"O velho Conservatório Dramático de Garrett, convertido em escola autónoma, aumentado no seu corpo docente, mas desprovido de instalação e de dotações, exigia, naturalmente, um desenvolvimento material que correspondesse às exuberâncias da sua organização. Foi nesse sentido que a minha acção teve imediatamente de exercer-se. O velho pardieiro dos teatinos começou a ser demolido, e de acôrdo comigo, o falecido engenheiro Sr. Veiga da Cunha [...] traçava o plano das novas instalações da Escola da Arte de Representar, hoje em construção [...] com a disposição usada nos conservatórios da Alemanha[11] e adequada às demonstrações especiais. Circunstâncias de vária ordem, entre as quais a tradicional morosidade das obras do Estado, não permitiram que as novas instalações se concluíssem ainda, o que tem obrigado a Escola, que materialmente não existe, a confinar-se nas quatro paredes da Sala do Conselho, valendo-lhe a expansão que para o ensino histriónico lhe oferece o palco scénico do Teatro Nacional." (Portugal 1913, 6)**

As obras decorrem inicialmente sob a supervisão de Francisco Venâncio Veiga da Cunha (?-c.1912), que morre pouco depois. Após a inconsequente passagem de três outros responsáveis, em outubro de 1918 o condutor de obras públicas Afonso Pereira do Amor Machado (1852-?) é encarregado das obras no Conservatório, cargo que mantém ao longo da década seguinte.

Entre 1911 e 1931, o projeto da autoria do desenhador Carlos Monção (1869-1961)[12] modifica radicalmente o edifício, apagando a quase totalidade das características do antigo espaço conventual. Em 1918 encontrava-se já completamente pronta uma nova fachada de vãos regulares (janelas de verga curva no piso térreo e de sacada no primeiro andar), embasamento de pedra e mansardas, acrescentando ao edifício uma solenidade e sobriedade estilística que nunca havia tido. (figs. 12 e 13)

Interiormente, as alterações são igualmente profundas, criando uma nova espacialidade, conseguida a partir da

[10] Júlio Dantas (Lagos, 19/05/1876 — Lisboa, 25/05/1962) foi professor do Conservatório a partir de 1909, diretor da secção dramática/Escola de Arte de Representar entre 1911 e 1930 e Inspetor da instituição entre 1930 e 1936. José Vianna da Mota (São Tomé, 22/04/1868 — Lisboa, 01/06/1948) foi diretor da secção musical/Escola de Música entre 1919 e 1938.

[11] Na diversa documentação consultada alusiva às campanhas de obras no século XX, percebe-se a intenção de seguir os modelos de outros conservatórios europeus, nomeadamente alemães e franceses.

[12] Carlos Alberto Correia Monção (ocasional e erradamente referido como "Monsão") (Lisboa, 17/01/1869 — Lisboa, 20/04/1961) estudou arquitetura em Portugal e França. Foi desenhador das Obras Públicas (para a qual entrou em 1908), transitando para a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) em 1930, onde trabalhou até à sua aposentadoria em 1933. Foi igualmente autor dos projetos do Instituto Oftalmológico de Lisboa e Dispensário de Alcântara. Colaborou no Liceu Passos Manuel, Sanatório da Parede e no Palácio Sottomayor, em Lisboa (com Ezequiel Bandeira).





FIG. 12 Rua dos Caetanos, edifício do Conservatório, Joshua Benoliel [anterior a 1912] (AML, PT/AMLSB/JBN/001353)

FIG. 13 Conservatório Nacional, Fachada Principal, 10/04/1929. (ANTT, Empresa Pública Jornal O Século 1880/1979, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0013/0412D)

demolição da igreja em 1912, consubstanciando assim uma completa e intencional rutura com o passado conventual do edifício. Com a sua eliminação e o aproveitamento do triângulo aterraçado criado aquando da abertura da Calçada dos Caetanos (atual Rua João Pereira da Rosa) no pós-terramoto de 1755, toda a área norte e nascente é profundamente reconfigurada, construindo-se uma nova portaria, um monumental átrio de entrada e as residências dos diretores da escola, concluídas em 1919. Esta opção foi, no entanto, criticada pela priorização da construção destas habitações em detrimento de novos espaços para aulas:

> **"Quando começou a execução do projecto de reconstrução do Conservatrio [sic] de Lisboa, projecto no qual o numero de aulas é qualquer cousa de insignificante comparado com o numero de moradias destinadas a serventes, Directores, Secretarios, etc, houve, segundo parece, grande preocupação em arranjar as moradias para todo o pessoal, deixando para depois os compartimentos destinados ao ensino escolar, como se estes fôssem uma consequencia da localisação das residencias [...]. Só hoje, que todo o pessoal se encontra installado, é que se começa a reparar que o Conservatorio não tem todas as aulas em boas condições para o seu funcionamento."**[13]

Apesar da manutenção do quadrado ambulatório do pátio conventual, a parte norte do mesmo é truncada pela construção de um novo corpo composto por cinco salas de aulas e um estreito corredor. Na antiga cerca é construído um pavilhão isolado, no qual inicialmente um *costumier* manteve um atelier onde eram confecionados fatos para os alunos da Escola de Arte de Representar e de alguns teatros da cidade.

Consciente da necessidade da execução de um conjunto mais alargado de salas de aulas, a principal preocupação

[13] Ofício enviado pela Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais do Sul ao Administrador Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais (23/02/1926). DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN:DSARH-005/125-1683/02.



FIG. 14 Conservatório Nacional, Planta do piso térreo com a marcação dos diversos espaços, com base em planta de 1937 (Clara Krug, 2015)

de Dantas passou a centrar-se na dotação de novas e especializadas valências que concorressem para uma plena prática do ensino teatral e assim "converter a primitiva secção dramática do Conservatório numa Escola Geral de Teatro" (Portugal 1916, 5).[14] Assim, para além dos melhoramentos no salão nobre visando a sua transformação num espaço que eficazmente servisse de teatro,[15] são projetadas as "aulas novas", a implantar no extremo poente do antigo claustro, local originalmente ocupado por dormitórios de religiosos e onde, no primeiro terço de oitocentos, haviam funcionado as Aulas Régias de Desenho de Figura e de Arquitectura Civil (Duarte 2006, 375-378). Abrindo para um antigo corredor conventual (conhecido como a *Galeria dos Passos Perdidos*), eram compostas por uma aula de caracterização, uma aula de rotunda e uma aula normal, uma biblioteca e um ginásio, devendo aí decorrer as lições práticas de representação.

[14] Esta ideia é também consubstanciada pela criação, em 1914, de novos cursos anexos para o ensino das artes subsidiárias do espetáculo dramático (pintura cénica e de indumentária prática teatral).

[15] "Não deseja a Escola da Arte de Representar que se converta o salão em Teatro, com vasto urdimento e complicada arquitetura cénica; o que deseja, tão sómente, visto que o salão é comum a ambas as Escolas, é poder servir-se d'ele para demonstrações teatraes, embora rudimentares, e não o poderá fazer emquanto, pela construção d'um arco de proscénio, embora muito simples, pela colocação de um pano de boca, e pela decoração fixa do fundo (um portico grego, um peristilo com o seu entablamento, seja o que fôr), o salão não dispozer de alguns elementos indispensaveis á execução histrionica e á ficção teatral. Isso em nada póde prejudicar as condições do recinto como salão de musica; [...] e, sob o ponto de vista arquitetonico, se exceptuarmos os medalhões e o teto, da primeira maneira de Malhôa, tenho visto salões de animatografo de provincia que lhe são superiores. Nas condições actuaes, o Salão do Conservatório só serve para a Escola de Musica." Júlio Dantas, Correspondência (26/05/1919). Secretaria Geral do Ministério da Educação, Arquivo do Conservatório Nacional, Cx. 564, Mç. 816, Lº 3, Nº 114-115-116.

Embora estas obras se tenham iniciado ainda na década de 1910, a sua execução revelar-se-ia morosa, num processo pouco linear no qual se multiplicaram os orçamentos suplementares, principalmente devido ao sucessivo aumento do custo dos materiais e das jornas dos trabalhadores.[16]

A contrastar com o "aspecto interior [...] característico dos estabelecimentos de ensino: frio, simétrico, higiénico" (Araújo 1938, 38), Dantas procurou imprimir um aspeto cénico nos *Passos Perdidos*, através da encomenda de um conjunto de "15 panneux, 7 sobreportas, 2 arcos e 3 medalhões" de azulejos (Fernandes 2010; Lourenço 2010; Novo 2010). O objetivo é claro e admitido em carta enviada pelo diretor para a Repartição de Instrução Pública em março de 1921, na qual refere que "[a Galeria dos Passos Perdidos] deve ser revestida de paineis de azulejo de cabeceiras, D. João V, representando scenas das mais celebres peças do teatro portuguez, desde Gil Vicente até Garrett, série esta que, além do seu valor como obra d'arte, contém uma lição viva e permanente para aqueles que, como os alunos desta Escola, se destinam à profissão do teatro".[17]

Percebe-se a dupla intenção (decorativa e pedagógica) desta encomenda, indo ao encontro do profundo trabalho de recuperação do teatro português que Dantas encetou enquanto diretor da instituição. Paralelamente, enquadrava-se numa tendência antiga que, aos poucos, se voltava a enraizar e seria perpetuada nas décadas seguintes, a da transposição para o azulejo de uma temática relacionada com as funcionalidades/implantação do edifício em causa (de que são exemplo o friso superior da estação de Porto-São Bento e conjuntos do Palace-Hotel

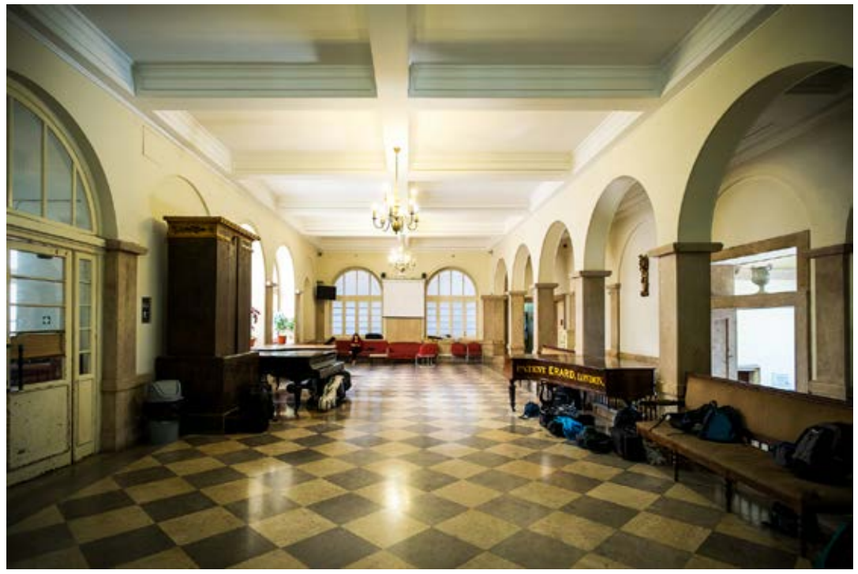


FIG. 15 Conservatório Nacional, Átrio de entrada (José Vicente | DPC | CML, 2015)



FIG. 16 Conservatório Nacional, Pavilhão exterior (esquerda) e Ginásio (direita) (José Vicente | DPC | CML, 2015)

[16] 17 de fevereiro de 1922 (263.271$00), 22 de agosto de 1923 (366.993$00), 27 de fevereiro de 1926 (250.945$00), 15 de agosto de 1927 (161.561$00), 2 de junho de 1928 (93.683$00) e 4 de abril de 1929 (90.176$00), perfazendo um total de 1.226.642$00 (DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN:DSARH-005/125-1684/01).

[17] Júlio Dantas, Correspondência (15/03/1921), Secretaria Geral do Ministério da Educação, Arquivo do Conservatório Nacional, cx 564, mç 816 , Lº 3, nº 172.

do Buçaco, da Escola Médica de Lisboa, do Museu Militar ou do Hospital Militar).

Por se tratar de uma obra não fundamental para o normal desenrolar das aulas, foi aquela que mais se arrastou no tempo, tendo os dois primeiros painéis sido executados em 1915 e os últimos apenas em 1930.[18] A sua execução é da autoria de António Quaresma (1882-1936) a partir de desenhos do aguarelista Alberto Souza (1880-1961), seu cunhado e artista próximo de Júlio Dantas, ao ponto de Almada Negreiros o apelidar de "o Dantas do desenho" no seu *Manifesto Anti-Dantas*.

No entanto, e mesmo após duas décadas de contínuas obras, era ainda assumida a existência de dois mundos opostos: à nova e monumental construção contrapunha-se o chamado *velho edifício*, que, correspondendo à parcamente intervencionada ala poente, apresentava condições deploráveis e uma fachada onde pontuava a falta de pintura de vidros nas janelas, dando *a impressão de um edifício há longos anos votados ao abandono*. O museu continuava por instalar, o ginásio e as aulas do piso térreo necessitavam de reparações (uma vez que nas intervenções recém-feitas havia sido *empregado péssimo material*). Simultaneamente, e aparte de intervenções pontuais (como a instalação do órgão cedido por Castro Guimarães em 1926 e que havia de ser substituído por um novo sete anos depois), as muito desejadas obras no salão nobre continuavam por fazer, impedindo que aí se comemorasse o centenário da instituição, conforme pretensão de Dantas.[19] De novo, uma campanha de obras ficava por cumprir no edifício dos Caetanos. (fig. 17)

À altura de uma capital europeia. A derradeira campanha de obras (1935-1946)

Coincidindo com o advento do Estado Novo, no início da década de 1930 o Governo português enceta uma campanha de remodelação e acabamento de edifícios estatais, de entre os quais o Conservatório Nacional se prefigurava como potencialmente elegível.[20] A 3 de novembro de 1934, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco (1900-1943), encarrega Cottinelli Telmo (1897-1948) de *elaborar o plano das obras necessárias e assistir à sua execução*. A 17 de abril seguinte o arquiteto assina um relatório onde tece considerações várias sobre o estado do edifício, destacando a sua falta de unidade estilística:

> **"Um edifício com uma fachada suficientemente "representativa"; com um primeiro pavimento de vestíbulos e salas aceitaveis na sua generalidade; uma sala de concertos digna de ser conservada e cuidada; um corpo moderno de lavabos a ocupar o centro de um pátio que podia ter tido melhor destino; alguns casos isolados de arranjos decentes mas discutíveis — e, quanto ao resto, aulas, diversas salas e corredores em precárias condições pelo menos de aspecto. Não sabemos até que ponto deve chegar a nossa missão, mas por muita latitude que nos fosse dada para propôr transformações, remodelações,etc. dêsde já acentuamos que esta seria completamente inútil, em face da impossibilidade de dar ao edifício uma coisa que tanta falta lhe faz: — unidade;**
>
> **[...] gostos vários em tempos vários deixaram nêle marcas tão diferentes, cheias aliás de bôas intenções, que a ter que**

[18] 1915 — "Frei Luís de Sousa" (Almeida Garrett) e "Guerras do Alecrim e da Manjerona" (António José da Silva); 1923 — "Comédia Eufrosina" (Jorge Ferreira de Vasconcelos), "Auto de El-Rei Seleuco" (Luís de Camões), "A Morgadinha de Valflor" (Pinheiro Chagas), "O Fidalgo Aprendiz" (Francisco Manuel de Melo), Tríptico Vicentino (Monólogo do Vaqueiro e representação das figuras de Maria Parda e Mofina Mendes — x Vicente); 1923/1924 — "A Castro" (António Ferreira), "O Regente" (Marcelino Mesquita); 1925 — "Os Velhos" (D. João da Câmara), "O Avarento" (Molière, adaptação de António Feliciano de Castilho), retrato de António Pedro; 1930 — "Os Vilhalpandos" (Sá de Miranda), retratos de Eduardo Brasão e José António do Vale.

[19] "O salão deste Conservatório necessita de completa reparação da sua decoração, que data de há mais de cincoenta anos; da colocação de uma platea fixa, com cadeiras mais pequenas e mais modernas, porque as actuaes estão a cair aos pedaços; de ligeiras modificações nas galerias; de obras no vestibulo, permitindo o acesso do público directamente para o salão; da construção de um rudimento do proscénio que, sem modificar sensivelmente a arquitectura da sala [...], permita a colocação de uma rotunda de veludo e, por conseguinte, a adaptação do salão a espectaculos teatraes." Júlio Dantas, correspondência enviada ao Diretor da DGEMN (31/07/1933). Secretaria Geral do Ministério da Educação, Arquivo do Conservatório Nacional, cx 748, mç 2408, Livro 17, Ofício 150.

[20] "Tendo conhecimento [...] de que vae proceder-se sistemáticamente ao acabamento dos edificios do Estado que ainda não se encontram completos, permite-me lembrar a Vª Exª que um dêsses edificios é o Conservatório Nacional.
Com efeito, parte do edificio do Conservatório — a parte antiga, para o lado sul — ainda não foi reconstruída; é manifestamente desharmonica com a fachada monumental; e as suas salas ameaçam ruina." Júlio Dantas, correspondência enviada ao Diretor da DGEMN (19/09/1932). DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN: DSARH-005/125-1682/13.



FIG. 17 *Concerto no Conservatório Nacional de Música, para Inauguração do Grande Órgão oferecido pelo Sr. Conde de Castro Guimarães*, 27/03/1926. (ANTT, Empresa Pública Jornal O Século 1880/1979, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0002/0488)

projectar melhorias, ou obras novas, perguntamos: — em qual dos "estilos"? [...] no "foyer" (?) [...] com a sua côr alucinante de damascos pintados a óleo e molduras em estuque a imitar pau santo? No do corredor conventual, com paineis de azulejo, ou no vitral "modernista" que ocupa o topo do mesmo corredor?

[...] Em nossa opinião — e já que sem profundas alterações não é possível obter essa unidade de aspectos desejada — melhor será reduzir ao mínimo as obras a fazer no Conservatório, tratando apenas do que está péssimo, e suportando aquilo que está sofrível."[21]

Preconizando uma obra que fosse simultaneamente eficaz nos seus propósitos e financeiramente contida, mais do que melhorar profundamente as instalações do edifício, este relatório sugere uma intervenção de encontro a uma estética mais contemporânea. Propõe alterações mais ou menos profundas em algumas dependências, nomeadamente no ginásio (instalação num espaço mais amplo), salão de concertos (transformação do "estrado existente num verdadeiro palco, com proscénio e rotunda" e restauro das pinturas do teto), vestíbulos e escadas de acesso ao salão de concertos ("os vestíbulos não estão, como aspecto, em condições de ser utilisados actualmente [...] e as escadas são acanhadas, escuras e pobres — inconvenientes e perigosas mesmo", sugerindo, por isso, uma profunda requalificação) e no 2.º andar ("aquele que se apresenta em piores condições e por isso requere mais obras"). Do ponto de vista decorativo, e partindo de uma sugestão de Júlio Dantas, Cottinelli propõe a colocação de painéis de azulejo decorativo (com temática alusiva à música e teatro) nos três outros corredores em torno do pátio, potenciando assim a criação de um dos maiores núcleos azulejares contemporâneos no país. Apesar de justificada com a procura de uma unidade estilística, esta proposta estaria muito mais próxima do espírito tardo-romântico de Dantas do que em conformidade com a estética das obras que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) contemporaneamente empreendia.

Traçadas as diretrizes gerais do plano de obras e após superior aprovação do mesmo, em 1937 Raul Tojal (1900-1969) é encarregado da realização do estudo das obras em conformidade com o relatório, a maioria das quais limitando-se a pontuais intervenções com vista à requalificação das dependências do edifício, nomeadamente reparar fendas, estucar, pintar e arranjo de caixilhos. Com o final da disponibilização de habitações para os funcionários, e de modo a suprimir a crónica falta de espaços para os alunos, as antigas residências foram transformadas em salas de aulas (*adaptação do corpo norte e parte do nascente a serviços escolares*), constituindo, a par da construção do novo vestíbulo de acesso ao salão nobre, a mais profunda intervenção desta campanha de obras.

No entanto, e já depois da elaboração do projeto de arquitetura, a 23 de novembro de 1938 o Conselho Central da DGEMN *recomenda com insistência várias disposições a introduzir no projecto, a estudar ou a ponderar para a obra definitiva*. Aprovadas a 30 de janeiro seguinte por Duarte Pacheco, concorreram para profundas alterações na consubstanciação de algumas áreas de atuação do projeto, nomeadamente na retirada dos azulejos já existentes e na

[21] Cottinelli Telmo, Relatório (17/04/1935). DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN:DSARH-005/125-1678/02.

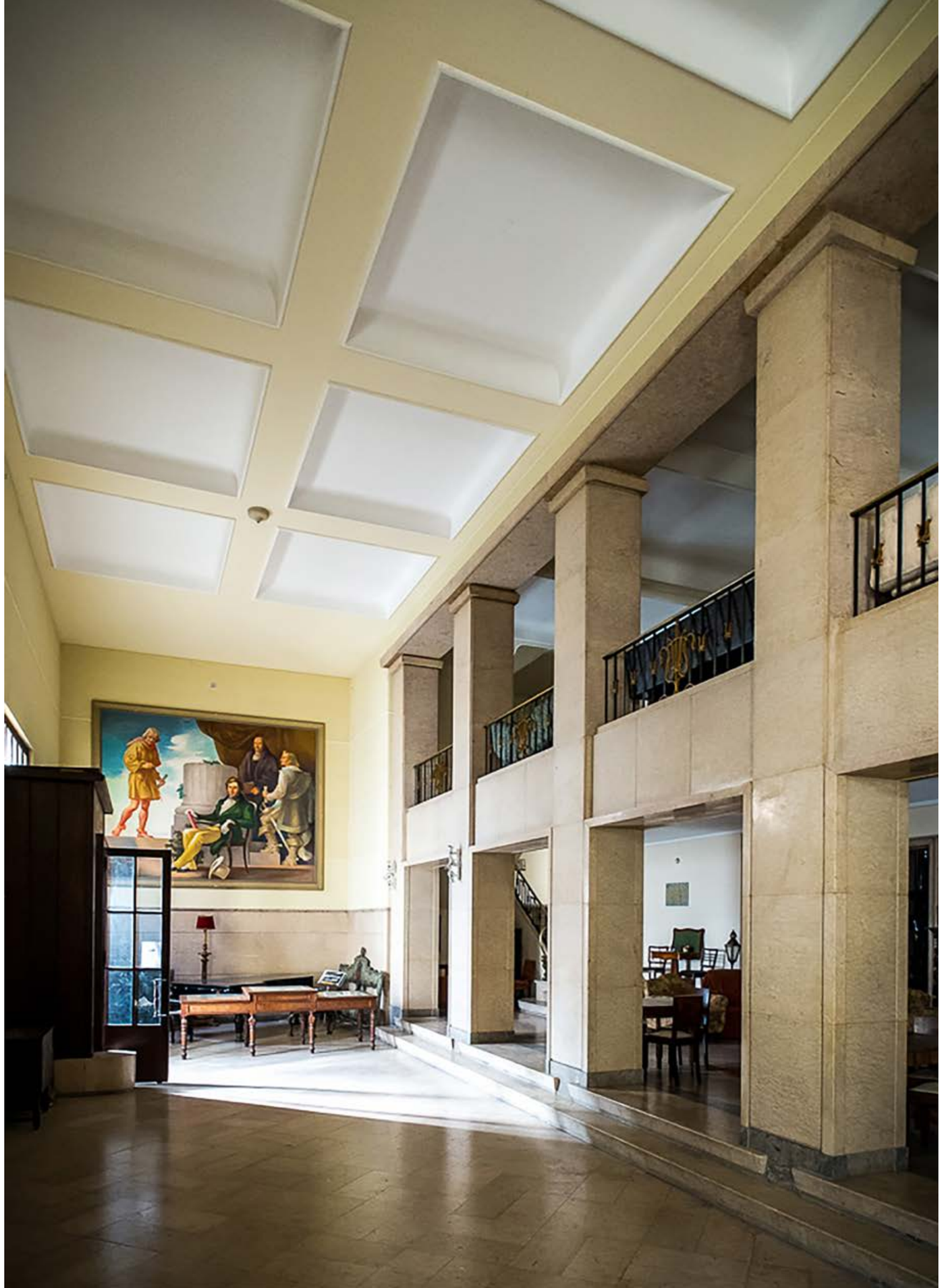


FIG. 18 Conservatório Nacional, Vestíbulo de acesso ao salão nobre (José Vicente | DPC | CML, 2015)

descontinuação do programa de decoração azulejar nos demais corredores.

Tojal acata integralmente estas considerações, reformulando o seu projeto, iniciando-se as obras em data pouco anterior à da sua adjudicação (3 de outubro de 1940). Nos anos subsequentes vê-se na contingência de o modificar algumas vezes mais, de modo a alterar/integrar novos elementos, nomeadamente para contemplar a instalação de aquecimento no edifício (uma antiga pretensão dos diretores que estranhamente não havia sido incluída no projeto inicial de arquitetura), substituição do madeiramento do pavimento dos corredores do piso térreo por pedra (ambas em 1940) e uma profunda modificação do desenho do vestíbulo de acesso ao salão nobre (1942).

Ao ser abandonada a concretização do novo conjunto azulejar, a intervenção decorativa no átrio de acesso ao salão nobre torna-se a principal em todo o projeto. Para o efeito, foram encomendados a Martins Barata (1899-1970) dois painéis murais alusivos aos fundamentos das duas escolas do Conservatório: no painel "Músicos" representou Duarte Lobo (1564-1646), Carlos Seixas (1704-1742), João de Sousa Carvalho (1745-1798), Marcos Portugal (1762-1830) e João Domingos Bomtempo, ao passo que em "Dramaturgos" surgem Gil Vicente (c.1465-c.1536), Rodrigues Lobo (1580-1622), D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) e Almeida Garrett.

Executados em 1945 a têmpera de ovo sobre tela, neles o artista opta por "não abandonar uma figuração verista e clássica, mas [antes] recorrer ao artifício que consiste em que a própria pintura se torna ali uma alusão ao teatro [...] compo[ndo] como que dois momentos cénicos em que

deliberadamente o absurdo da simultaneidade anacrónica proclama a natureza teatral" (Lisboa 1988b, [s.p]).

O romântico espírito da intervenção do primeiro terço de novecentos é frontalmente abandonado e preterido em detrimento de uma nova linguagem. Mais do que uma mera campanha de obras, procura-se fomentar uma nova ideologia ("as instalações de um edificio do Estado em nada devem subordinar-se ao gôsto pessoal de quem, num determinado momento, exerce alí funções de direcção, ou outras"[22]) que se inicia através do pontual apagamento de intervenções de um passado recente, nomeadamente dos azulejos revivalistas de molduras neo-barrocas e dos pesados móveis (imitando os) de épocas passadas. (fig. 21)

Nesse sentido, o mobiliário é onde melhor se assiste a esta mudança de paradigma. Após um conjunto de pontuais encomendas no final da década de 1930, em 1943 a DGEMN considera necessário *o estudo do problema das necessidades gerais de mobiliário* da instituição, pelo que, ao longo da década seguinte, a Comissão para a Aquisição de Mobiliário (CAM)[23] passa a ser responsável pela encomenda e aquisição de mais de uma centena de novas peças para diversas dependências do Conservatório.[24] A sua ação ficou particularmente vincada na nova biblioteca, gizada por Raul Lino (1879-1974) para o espaço do primeiro andar anteriormente ocupado pela Sala do Conselho. No início da década de 1940 foram encomendadas estantes, mesas de trabalho e cadeiras (entregues e montadas em 1944) que concorreram para tornar este um dos mais nobres espaços delineados por esta intervenção. (fig. 22)

Apesar do afastamento da estética das *cadeiras de pregaria e couro do seculo XVII e XVIII* que compunham o



FIG. 19 Conservatório Nacional, painel "Músicos", Martins Barata, 1945 (José Vicente | DPC | CML, 2015)



FIG. 20 Conservatório Nacional, painel "Dramaturgos", Martins Barata, 1945 (José Vicente | DPC | CML, 2015)

[22] Relatório do Conselho Central da DGEMN (17 de novembro de 1938). DGPC/SIPA, PT DGPC DGEMN:DSARH-005/125-1678/02.

[23] "A relativa dispersão de responsabilidades no campo do mobiliário para edifícios públicos que se verificou durante a década de 1930 foi seguida pelo esforço para centralizar projetos e encomendas. Em 1940, foi criada no Ministério das Obras Públicas a "Comissão para Aquisição de Mobiliário". Tinha como objectivo conduzir a elaboração de «estudos e aquisições de mobiliário [...] [para os] novos edifícios do Estado e outros em que tenham sido realizadas obras de transformação ou ampliação profundas.» [...] Tratava-se de encenar a imagem do Estado, na sua relação com os cidadãos: imprimir aos edifícios públicos «um mínimo de aprumo, equilíbrio e bom gôsto»" (Martins 2015, 10).

[24] De entre os quais, se destaca o concurso aberto em maio de 1944 (adjudicado à "Carpintaria Mecânica da Lapa, Lda" pela importância de 219.465$000) para a aquisição de mobiliário destinado aos átrios, vestiário, salão nobre (entrada para a plateia, balcão, galerias e foyer) e biblioteca.



FIG. 21 Conservatório Nacional, corredor do primeiro andar (José Vicente | DPC | CML, 2015)



FIG. 22 Conservatório Nacional, biblioteca (José Vicente | DPC | CML, 2015)

mobiliário que até então se encontrava no edifício, estas peças apresentavam ainda um pesado carácter historicista, coadunante com o que coevamente era encomendado para edifícios estatais do género.[25] (figs. 23 e 24)

Não obstante, a maior encomenda de mobiliário para o Conservatório ocorreu ainda antes do início da intervenção da CAM no edifício e teve um carater sobretudo utilitário: no final de 1940, e no contexto da renovação do salão nobre, foi adquirido[26] um conjunto de 374 cadeiras de fundo móvel, com movimento basculante e silencioso, estofadas no assento e nas costas e 46 cadeiras com assento fixo, igualmente estofadas, todas *em eucalipto de 1.ª qualidade, absolutamente seco*, num modelo diretamente inspirado no das cadeiras do teatro da Exposição do Mundo Português, a pedido da direção do Conservatório Nacional. Após a sua colocação, e já a poucos meses da inauguração, a configuração da sala foi alterada com a retirada de 52 cadeiras para a abertura de uma coxia central, de modo a permitir uma melhor circulação na sala.[27] (figs. 25 e 26)

Apesar de ainda não se encontrarem totalmente concluídas,[28] as dependências intervencionadas são inauguradas a 15 de junho de 1946. O Conservatório Nacional passava a ser um edifício marcadamente sóbrio e possuidor de unidade estilística que abertamente se distanciava do sucessivamente remendado Conservatório do primeiro século de funcionamento. Plenamente imbuído do espírito destas obras, o discurso então proferido pelo diretor da instituição, Ivo Cruz (1901-1985), reflete a nova era que se vivia e a forma como esta se pretendia demarcar da anterior. Não obstante ambas concordarem na importância da estética arquitetónica e decorativa do edifício para a instrução dos alunos:

> **"A faculdade de distinguir a beleza, nata que seja, não dispensa uma formação, ao contrário do que imaginavam os românticos. [...] O ambiente que nos envolve [...] exerce decidida influência em nós. [...] A arquitectura desta Escola e o seu arranjo constituem para o aluno que pela primeira**

[25] "Na década de 1940 [...] ganharam relevo as vias de afirmações nacionalista com sentido conservador. [...] Nos edifícios históricos, sobretudo quando adaptados a novas funções na área do turismo ou para a instalação e representação dos organismos do Estado, os móveis das tradições eruditas do passado, eram, geralmente considerados os mais adequados. [...] Evocam o gosto, a cultura e o poder das elites de outrora. Em alguns casos, foram desenhados modelos contemporâneos que procuravam reinterpretar os princípios de cada época [...]. Noutros casos, optou-se pela réplica fiel de modelos históricos" (Martins 2015, 23, 34).

[26] À empresa Soares de Lima & Filho, do Porto, com a qual é assinado, a 24 de dezembro de 1940, um contrato no valor de 60.000$000 (Diário de Governo II série, nº 15 de 18/01/1941).

[27] Devido às alterações de configuração implementadas na segunda metade de novecentos, a sala passou a contar com os atuais 253 lugares (218 na plateia, 32 nos camarotes e 3 na tribuna real).

[28] Faltava, sobretudo, instalar ainda a cantina, um espaço performativo para os alunos da escola de teatro (o que se procurou fazer no pavilhão exterior), bem como dotar de mobiliário a maioria das dependências.



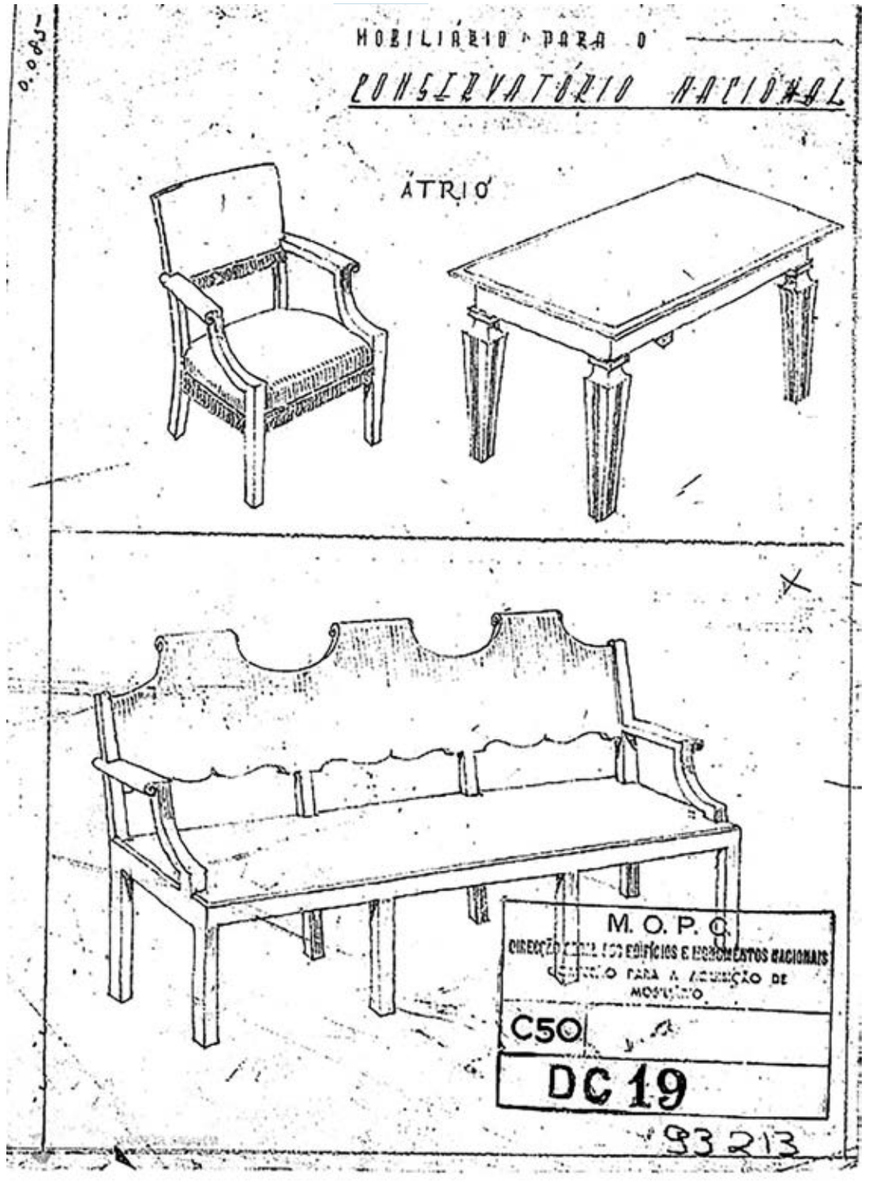


FIG. 23 Conservatório Nacional, bancos do corredor de acesso ao Salão Nobre (José Vicente | DPC | CML, 2015)

FIG. 24 *Mobiliário para o Conservatório Nacional*, década 1940 (DGPC-SIPA, SIPA. DES.00093213)

vez entra nesta casa, a sua primeira lição do formal. [...] Parece-me que numa Escola de Arte este conceito ficará completo emprestando-lhe um sentido essencialmente clássico e humanista. Além de tudo, sob o ponto de vista de arquitectura e decoração, a nossa época tem procedido com critérios muitas vezes arbitrários e pessoais e não por evolução baseada em valores éticos. [...]
Neste momento em Portugal não se procede apenas às grandes construções de carácter material, insuficientes em si mesmas, embora importantes. Cada época vive e sobrevive pela reforma moral e da mentalidade e pelas grandes construções espirituais e estéticas dos seus valores. [...] não há arte sem cultura e qualquer Escola de Arte que não esteja impregnada do espírito de cultura, poderá criar artífices mas não artistas." (Cruz 1946, 7-14)

Ao longo da semana seguinte, a imprensa foi unânime na exaltação da concretização das novas obras que, *acabando assim as velharias, as teias de aranha e poeira que envolviam tantas coisas preciosas que jaziam esquecidas nos "armazéns" do velho casarão da Calçada dos Caetanos*, haviam transformado o edifício *num dos principais estabelecimentos de ensino do país*. *À altura de uma capital europeia*.

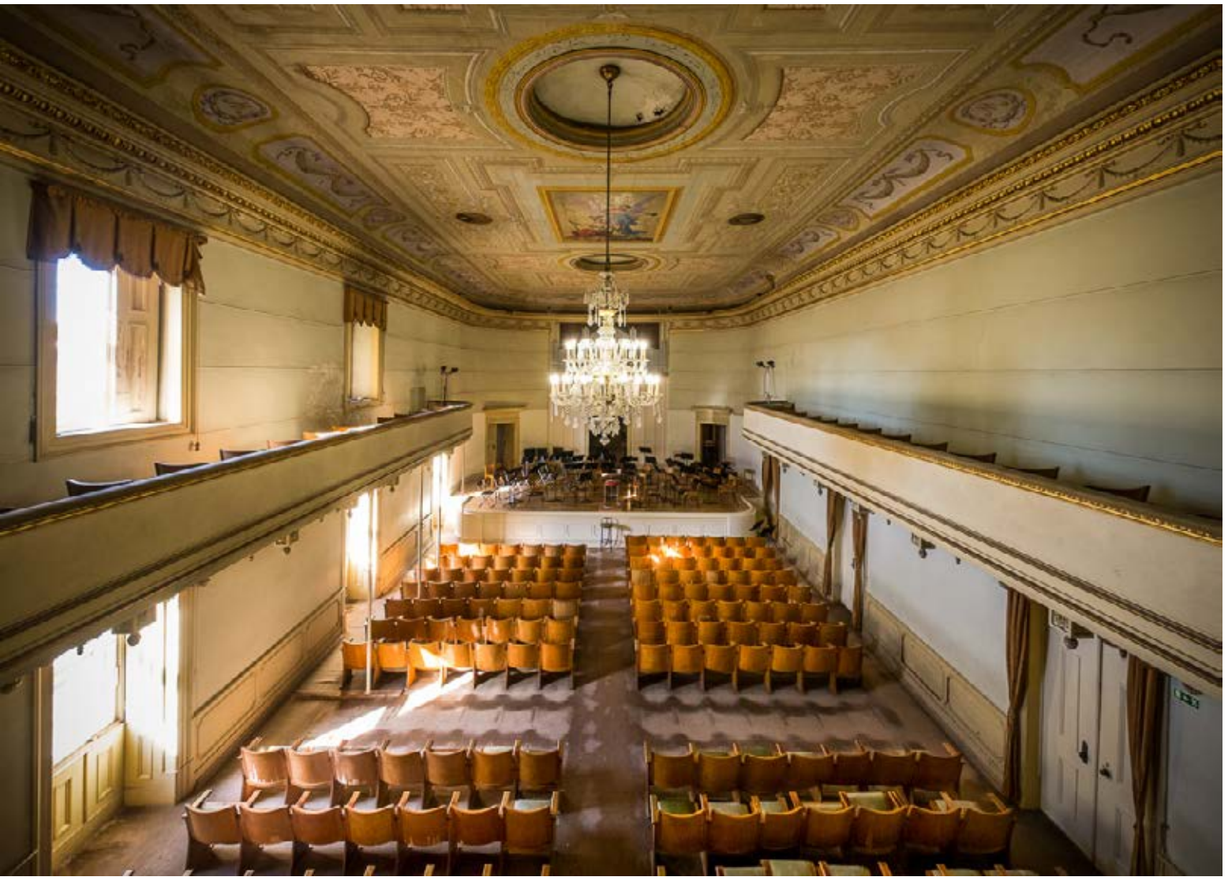




FIG. 25 Conservatório Nacional, Salão Nobre (José Vicente | DPC | CML, 2015)

FIG. 26 Conservatório Nacional, Salão Nobre (José Vicente | DPC | CML, 2015)

Notas finais

Quando em 1836 Almeida Garrett procurava uma nova casa para o recém-criado Conservatório, as suas duas primeiras escolhas encontravam-se indisponíveis por estarem já ocupadas (Conventos da Boa Hora e do Carmo). Assim, terá sido a central localização e principalmente a disponibilidade que pesaram na escolha do antigo Convento dos Caetanos para nele instalar a instituição. Se é inegável a forma como as casas religiosas alteraram o desenvolvimento e as vivências de Lisboa, não é menos verdade que foram os *novos usos* destes edifícios que criaram as suas *novas memórias*: quão diferente seria a perceção da Lisboa contemporânea, dos seus principais marcos históricos e vivências quotidianas se o Conservatório se tivesse instalado no Carmo e, ao invés, o ponto nevrálgico do 25 de abril de 1974 tivesse afinal sido o *Quartel dos Caetanos*, ao Bairro Alto?

Desde então a cidade evoluiu, transformou-se, e com ela o velho edifício dos Caetanos. Originalmente construído para o teatino Convento de Nossa Senhora da Divina Providência, chega a 2015 tendo nele funcionado durante mais tempo uma instituição de ensino do que um convento.

E foi justamente o seu novo uso que, no decorrer da primeira metade do século XX, o fez desaparecer quase



FIG. 27 *Demonstração de Dança Ritmica, pelas Alunas do Conservatório*, 13/06/1927. (ANTT, Empresa Pública Jornal O Século 1880/1979, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0005/0698B)

por completo, em consequência das campanhas de obras que resultaram da contínua necessidade de dotar o edifício setecentista com condições ideais para o ensino artístico novecentista. Nasceu um novo edifício para uma nova função, um novo marco cultural e vivencial. Uma nova memória na cidade.

Daí em diante, do antigo convento pouco mais sobrou do que a mera implantação na malha urbana da cidade e alguns dos seus alinhamentos primitivos. E a toponímia do local (*Rua dos Caetanos*), cumprindo em plena consciência o seu papel de evocadora de memórias.

“Passo e fico, como o Universo.”

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS OU NÃO PUBLICADAS

Arquivo Municipal de Lisboa, Obra n.º 9585.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino.

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Fichas individuais de arquitetos e técnicos das obras públicas.

Direcção Geral do Património Cultural / Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (DGPC/SIPA). Convento dos Caetanos/ Conservatório Nacional, IPA.00014263 — arquivos e coleções.

Secretaria Geral do Ministério da Educação. Arquivo do Conservatório Nacional.

FONTES IMPRESSAS

ARAÚJO, Norberto. 1938. *Peregrinações em Lisboa — livro VI.* Lisboa: Parceria A.M. Pereira.

CARNEIRO, Luís Soares. 2002. *Teatros Portugueses de Raíz Italiana, Volume 1.* (dissertação de doutoramento em Arquitetura) [texto policopiado], Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

CASTRO, João Bautista de. 1763. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno, Tomo Terceiro, Parte V.* Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

COSTA, António Carvalho da. 1712. *Corographia Portugueza e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal [...], Tomo III.* Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

CRUZ, Ivo. 1946. "A Inauguração das Novas Instalações do Conservatório Nacional". *Boletim do Conservatório Nacional*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

DUARTE, Eduardo Manuel Alves. 2006. *Desenho Romântico Português, Cinco Artistas Desenham em Sintra*, (tese de doutoramento em História da Arte) [texto policopiado]. Universidade de Lisboa: Faculdade de Belas Artes.

FERNANDES, Pedro Gaurim. 2010. *O Caso Específico do Tratamento e Estudo de um Conjunto Azulejar Originário do Conservatório Nacional* (relatório de bolsa de integração à investigação) [texto policopiado].

História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, Tomo II. 1972. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa, Eurico. 1988a. "Escola de Teatro, da Fundação aos Nossos Dias". *Conservatório Nacional: 150 Anos de Ensino do Teatro.* Lisboa: E.S.T.C.

Lisboa. Museu da Cidade. 1988b. *Martins Barata: Retrospectiva da Obra do Pintor.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

LOURENÇO, Tiago Borges. 2010. *"15 panneaux, 7 sobre portas, 2 arcos e 3 medalhões", o conjunto azulejar dos Passos Perdidos do Conservatório Nacional de Teatro* (relatório de bolsa de integração à investigação) [texto policopiado].

MARTINS, João Paulo (dir). 2015. *Mobiliário para Edifícios Publicos, 1934/1974.* Lisboa: Caleidoscópio.

NOVO, Andreia. 2010. *O Conjunto Azulejar do Conservatório Nacional* (relatório de bolsa de integração à investigação) [texto policopiado].

PEREIRA, Luiz Gonzaga. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833.* Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

PORTUGAL. Conservatório Real de Lisboa. 1842. *Revista do Conservatório Real de Lisboa, n.º 1 (junho 1842)*. Lisboa: Imprensa Nacional — Typographia Lusitana.

PORTUGAL. Escola da Arte de Representar. 1913. *Relatório do Director, Ano Lectivo de 1911-1912*. Lisboa: Imprensa Nacional.

PORTUGAL. Escola da Arte de Representar. 1916. *Relatório do Director, Ano Lectivo de 1914-1915*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SALDANHA, Nuno. 2008. "«Luminismo e Tenebrismo» Malhoa e o Retrato". *Revista de História da Arte n.º 5*. Lisboa: Instituto de História da Arte — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa.

VASQUES, Eugénia. 2012. *A Escola de Teatro do Conservatório (1839-1901). Contributo para uma História do Conservatório de Lisboa*. Lisboa: Gradiva.

PERIÓDICOS

"Chefe do Estado inaugura amanhã as instalações remodeladas do Conservatório Nacional". *Vitória*, 14 de junho de 1946.

"Música — Inauguração das instalações do Conservatório Nacional". *Vitória*, 16 de junho de 1946.

"À inauguração dos melhoramentos do Conservatório Nacional presidiu o Chefe do Estado". *O Século*, 16 de junho de 1946.

"Carta de Lisboa — Conservatório Nacional". *Diário do Alentejo*, 18 de junho de 1946.

"Foram inauguradas pelo Chefe de Estado as novas dependências do Conservatório Nacional". *Jornal de Notícias*, 16 de junho de 1946.

LEGISLAÇÃO

Diário de Governo II série, n.º 15, de 18/01/1941.

O COMPLEXO MONÁSTICO DE S. DINIS DE ODIVELAS

DA CLAUSURA A COLÉGIO MILITAR, A...?

GIULIA ROSSI VAIRO
Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA
Centro de Investigação e Estudos em Belas Artes, FBA/UL
grossivairo@fcsh.unl.pt

RESUMO

O Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), colégio militar feminino estatuído em 1900, foi instalado no antigo Mosteiro de D. Dinis, fundado nos finais do séc. XIII pelo rei Dinis de acordo com a rainha consorte D. Isabel. O Instituto foi criado por iniciativa da Casa real na sequência do decreto de extinção das ordens religiosas que determinou a incorporação do cenóbio na Fazenda Nacional e a sua consequente secularização.
O presente artigo foca-se na história da reconversão do complexo monástico, dos prós e contras deste processo, do seu significado ideológico e das suas recaídas práticas. Além disso, é lançada uma proposta de valorização do conjunto que tem o objectivo de restituir visibilidade e acessibilidade ao Mosteiro de Odivelas, classificado como "Monumento de interesse nacional" já em 1910, tendo em conta a importância dos vestígios materiais que ainda conserva.

PALAVRAS-CHAVE
MOSTEIRO DE S. DINIS | INSTITUTO DE ODIVELAS (INFANTE D. AFONSO) | ARQUITECTURA MONÁSTICA | MUSEALIZAÇÃO

ABSTRACT

The Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), women's military college established in 1900, was placed at the ancient Monastery of S. Dinis, founded by King Dinis, with the agreement of the Queen consort Isabel at the end of the 13th century. The Institute was created as an initiative of the Portuguese Royal House in compliance with the decree of dissolution of the religious orders that had determined the incorporation into the *Fazenda Nacional* and the consequent secularization of the monastery.
This article focuses on the history of conversion of the monastic complex, the pros and cons of this process, its ideological significance and its practical relapses. It will also be an occasion to launch a proposal of valorisation, in order to restore visibility and accessibility to the Monastery of S. Dinis of Odivelas, classified as "Monument of national interest" already in 1910, taking in account the important heritage it still preserves.

KEYWORDS
MONASTERY OF S. DINIS | INSTITUTO DE ODIVELAS (INFANTE D. AFONSO) | MONASTIC ARCHITECTURE | MUSEALIZATION

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Em cumprimento do despacho n.º 4785 de 8 de Abril de 2013 do Ministério da Defesa Nacional, o ano escolar 2014/2015 foi o último da actividade do Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), colégio sob a tutela do Exército português, destinado exclusivamente ao ensino de estudantes de sexo feminino entre o 5.º e o 12.º ano, em regime de internato ou externato, desde 1900 sediado nos locais do antigo mosteiro de S. Dinis. Encerrou-se assim a "segunda vida" do complexo monástico de Odivelas, resultado da sua reconversão após o decreto de extinção das ordens religiosas, em 1834, que determinou, depois da morte da última monja, em 1886, a sua incorporação na Fazenda Nacional e a sua consequente secularização (Fig. 1).



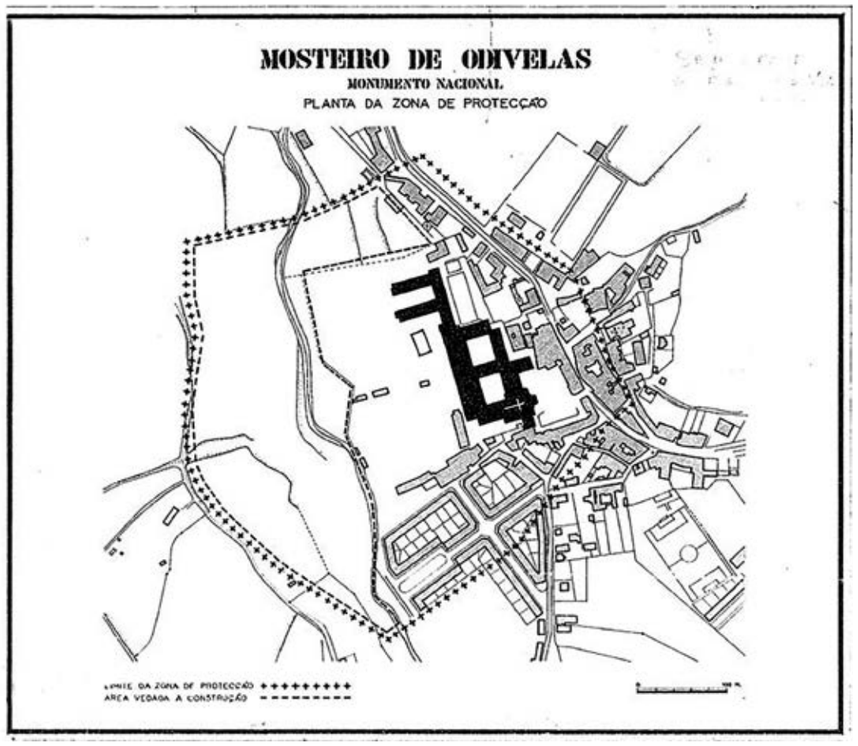
FIG. 1 Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, cabeceira, alpendre e estatua da *Rainha Santa* Isabel. SIPA FOTO.00512898

A "primeira vida" do mosteiro de S. Dinis, panteão da Coroa

A "primeira vida" do mosteiro de Odivelas, originariamente dedicado aos santos Dinis, bispo e mártir de Paris, e Bernardo, abade de Claraval, remonta aos finais do século XIII e deve-se principalmente à iniciativa de rei D. Dinis de Portugal. O soberano decidiu mandar edificar nos arredores de Lisboa, que na altura estava a tornar-se a capital do reino, sendo residência privilegiada da Coroa, um cenóbio cisterciense, confiando-o ao ramo feminino da ordem, observando-se neste, conforme a Regra, a estrita clausura.[1]

Entre as linhas da carta de fundação e dotação do cenóbio, datada de 27 de Fevereiro de 1295, depreende-se o investimento emocional e financeiro do rei na empresa e o apoio incondicional da família real, presidindo à cerimónia solene do lançamento da primeira pedra a rainha consorte Isabel e os filhos do casal, o herdeiro do trono Afonso e a infanta Constança, para além de muitos prelados e nobres. Outrossim, da leitura do documento apreendem-se as muitas prerrogativas que o monarca poderia gozar na vida da comunidade, na sua qualidade de fundador e benfeitor, mas também o projecto de longa duração que ele tinha concebido para o mosteiro. De facto, após a conclusão da majestosa fábrica de que hoje resta uma vaga sombra, devido aos terramotos que, desde o século XIV até ao século XX, atingiram a área e às campanhas de obras que se sucederam ao longo das centúrias (Fig. 2), o mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo converteu-se no panteão da Coroa em 1318 (Rossi Vairo 2012). Efectivamente, o estudo das fontes arquivísticas tem revelado que, nessa data, os reis Dinis e Isabel tinham estabelecido tumular-se juntos na igreja

[1] Sobre as origens do mosteiro de S. Dinis de Odivelas, v. Vilar e Branco 1991. Permitimo-nos remeter também para a nossa tese de Doutoramento, uma vez que as origens do cenóbio foram aí amplamente investigadas, obtendo-se novos dados para o seu conhecimento: Rossi Vairo 2014b, 66-88.



de Odivelas. Assim sendo, os soberanos abandonaram o anterior propósito de sepultura na capela-mor do templo da abadia de Sta. Maria de Alcobaça, casa-mãe da Ordem de Cister no reino de Portugal, na altura panteão *de facto* da Monarquia, não tendo sido mandada edificar, no entanto, como é sabido, *ab origine* para este fim (Rossi Vairo 2013).

Actualmente, a relação que existiu entre o mosteiro de Odivelas e a rainha Isabel, a *Rainha Santa*, como é vulgarmente conhecida Santa Isabel de Portugal no País, é-nos recordada na sua monumental imagem em bronze, obra do escultor modernista Álvaro de Brée. A estátua foi encomendada durante o Estado Novo no âmbito da campanha de requalificação do Largo de D. Dinis, fronteiro à igreja, lançada em 1959, sendo muito parecida com a que foi executada em 1954 pelo mesmo artista para ser colocada no adro do mosteiro de Sta. Clara-a-Nova, em Coimbra, após a reorganização deste espaço em 1953.[2] Contudo, a documentação de arquivo, assim como alguns importantes vestígios materiais de época medieval, confirmam o envolvimento e a participação da soberana no projecto do panteão régio, de acordo também com a sua inclinação para com a espiritualidade cisterciense, que secundou durante quase toda a sua existência (Rossi Vairo 2009 e 2014a).

De facto, embora durante poucos anos, o mosteiro de Odivelas funcionou como panteão da Monarquia (1318-1322), tendo sido pensado até, inicialmente, um mausoléu duplo para celebrar a memória do casal régio. Este mausoléu, concebido para ser partilhado pelos reis, só foi executado em parte devido às repercussões da guerra civil que, entre outras consequências, levou à separação na morte dos cônjuges. Previa a realização de dois sarcófagos individuais, conforme o ritual cisterciense de sepultura dos reais consortes, colocados um ao lado de outro, no meio da igreja, entre o coro e o altar-mor. O monumento de D. Dinis ainda se encontra *in loco*, embora não na posição originalmente indicada pelo monarca, mas sim na capela do Evangelho, depois de ter sofrido várias mudanças; o de D. Isabel foi identificado por nós na arca n.º 75 do Museu Arqueológico do Carmo, de Lisboa, tendo em conta as evidentes analogias entre os dois sepulcros (o comprimento e o programa iconográfico que se desenvolve nos quatro faciais são

[2] Sobre a utilização da estatuária monumental por parte do Estado Novo para transmitir valores e símbolos da Nação portuguesa às povoações e, desta forma, valorizar os espaços públicos, v. Elias 2006. As duas estátuas da *Rainha Santa* Isabel de Odivelas e de Coimbra enquadram-se plenamente nesta obra de requalificação promovida pelo Estado Novo localmente. São muito parecidas, mas apresentam algumas significativas diferenças: a de Coimbra, a primeira a ser realizada, é feita em mármore, enquanto a de Odivelas é de bronze; a iconografia difere, uma vez que a imagem de Odivelas retrata a piedosa soberana no acto de segurar o manto no regaço, atitude alusiva ao célebre milagre das rosas, enquanto na de Coimbra tem a mão esquerda sobre o peito e a direita estendida num gesto de generosidade. Outra diferença é que a estátua de Coimbra vira o olhar em direcção da cidade e do Mosteiro de S. Clara-a-Velha, o que indica que foi pensada justamente para aquela posição, enquanto o arranjo da estátua de Odivelas não é a favor da igreja, sendo paralela ao alpendre e parece privilegiar a sua relação com o Instituto (D. Afonso) em frente do qual, embora numa uma certa distância, foi colocada.

FIG. 2 Mosterio de Odivelas, planta da zona de proteção. SIPA DES.00016911

praticamente idênticos, celebrando este a Ordem de Cister, nos seus ramos masculino e feminino) (Ramôa, Rossi Vairo, Silva, 2010).

Não obstante, após o falecimento do rei (1325), o mosteiro de Odivelas ficou indissoluvelmente associado à figura de D. Dinis, tornando-se um lugar da exclusiva memória do soberano, uma vez que a rainha viúva, no final da sua vida, optara por se separar do marido, fazendo-se sepultar numa outra cidade, na igreja de Sta. Clara e Sta. Isabel de Coimbra. Contudo, como se verá, a recordação da *Rainha Santa* marcou, talvez de uma forma menos evidente, mas mais duradoura, a vida posterior do mosteiro.

A "segunda vida" do mosteiro de Odivelas: a criação do Instituto D. Afonso

O cenóbio de S. Dinis prosseguiu nas suas funções até à segunda metade do século XX. Desde então, na sequência da aplicação do decreto de 31 de Maio de 1862 do Ministério e da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, que regulava a execução da lei de 4 de Abril de 1861 em matéria de extinção dos conventos femininos, começou a sua "segunda vida". Em rigor, esta teve início depois de 17 de Junho de 1886, data do falecimento da última monja professa do convento, D. Bernardina da Encarnação Correia, o qual determinou a definitiva incorporação do complexo monástico na Fazenda Nacional.

Antes da criação do Instituto Infante D. Afonso, projecto educativo estruturado e durável que arrancou em 1900 por iniciativa da família real, houve ainda uma outra passagem no processo de reconversão do antigo mosteiro a que vale a pena fazer referência por ser expressão de um desejo do novo proprietário — o Estado — de manter uma ligação e uma coerência com o passado do cenóbio e, sobretudo, com as personalidades dos seus ilustres fundadores.

Desde o último quartel do século XIX o complexo monástico encontrava-se em avançado estado de ruína. Para obstar ao seu total abandono e degradação, o Ministério da Fazenda, por despacho de 13 de Maio de 1887, concedeu-o e mandou-o entregar à Associação de Santa Maria Madalena, associação de piedade e de ensino especializada na educação de estudantes do sexo feminino, originariamente sediada no convento do Grilo, naqueles tempos denominado de Nossa Senhora da Conceição. Para este fim, foi elaborado um projecto de restauro da ala leste e de algumas edificações anexas e sucessivamente aprovado o orçamento para a sua realização. Contudo, as obras vieram a parar somente um ano depois, a 7 de Junho de 1888, devido à extinção da verba orçamental, pelo que a Associação nunca chegou a tomar posse dos edifícios.[3]

De facto, logo em 1887, como refere uma testemunha bem informada dos acontecimentos, o escritor Borges de Figueiredo, autor da única monografia abrangente até hoje escrita sobre a história do mosteiro, pensou-se instalar na estrutura "um abrigo para mulheres regeneradas" (Figueiredo 1889, 22).

Esta decisão revelava uma vontade de manter viva a recordação dos fundadores e benfeitores do cenóbio, uma vez que estão documentadas as provisões tomadas quer pelo rei Dinis quer pela rainha Isabel a favor da condição feminina laica em geral, mas sobretudo de donzelas desprovidas de recursos, mulheres caídas em desgraça, entre as quais se encontravam "mulheres envergonhadas"

[3] GEAEM/DIE, *Concelho de Odivelas*, PM n.º 1, caixa 1, pasta n. 1, ff. 3-4 e doc. 3.

e “mulheres arrependidas”, como surgem apelidadas nas fontes.[4] Além disso, sabemos que a rainha Isabel, no seu primeiro testamento de 1314, mandava construir na área uma albergaria, que ela define como “a minha albergaria de Odivelas” (Sousa 1947, 146), junto da cerca, mas fora do espaço monástico, destinada a acolher os pobres da zona, que deviam ser, presumivelmente, principalmente mulheres, já que se deveria instalar no couto da abadia feminina de clausura. Embora alguns historiadores afirmem que este foi um projecto frustrado por ter sido abandonado por parte de D. Isabel (Pizarro 2008, 293; Andrade 2012, 210), uma vez que se perdeu o seu rastro nas fontes medievais, sobretudo depois da mudança da rainha para Coimbra, a documentada realidade de um Hospício de Odivelas em época moderna,[5] assim como a existência de um tombo guardando material relativo à sua administração, leva a crer que o propósito da soberana não se ficou pelas intenções, mas que, ao contrário, se concretizou, continuando a existir durante séculos.

O projecto oitocentista de criação de “um abrigo para mulheres regeneradas” implicou a realização de algumas significativas obras de remodelação na residência das monjas, ocorridas entre 1887 e 1888, como a demolição de algumas paredes e a elevação de outras, a abertura de janelas e portas nos dois pisos do convento, a construção de escadas de ligação entre a igreja e os dois andares de cima desta, a instalação dos aposentos da directora e suas assistentes e do capelão (que, evidentemente, era responsável da *cura animarum* da nova comunidade laica), a transformação da sala do Capítulo numa camarata de catorze camas e a criação de mais duas novas camaratas para alojar as hóspedes.[6] Assim sendo, foi justamente nesta altura que o complexo monástico começou a sofrer as primeiras grandes alterações para se adaptar à sua nova função. Portanto, as transformações que se seguiram foram realizadas na esteira de um processo já lançado, que, porém, ficou quase completamente esquecido.

Passados alguns anos, em 1898, um grupo de oficiais do Exército e da Armada promoveu a instituição, no mesmo local, de um colégio destinado a acolher as órfãs de oficiais mortos em combate, à imagem do que tinha sido feito com o Colégio Militar, criado em Lisboa, em 1803, para a instrução dos filhos de militares.[7] Uma especial comissão dirigiu-se ao Palácio da Ajuda para se encontrar com a rainha Maria Pia e com seu filho, o infante D. Afonso Henriques, duque do Porto e condestável do reino, e para lhes apresentar a iniciativa, procurando lograr o seu apoio. As reais pessoas, depois de uma visita *in loco*, resolveram dar o seu patrocínio e tomar todas as provisões necessárias para a fundação do novo estabelecimento, começando por sensibilizar a Fazenda Nacional para a cessão do complexo monástico para as novas funções. Um papel decisivo foi desenvolvido pelo infante D. Afonso, que aderiu entusiasticamente à proposta, chefiando a comissão executiva do projecto. Em 9 de Março de 1899, o rei Carlos I aprovava os estatutos do novo instituto, prevendo que este acolhesse as filhas de oficiais combatentes e não combatentes da Armada e dos Exércitos do Reino e do Ultramar; ao mesmo tempo, poucos dias depois, a 22 de Março, a rainha Maria Pia pedia para que, numa parte do edifício não destinada ao colégio, fosse instalado um sanatório, relançado, de certa forma, o programa assistencial da sua ilustre antecessora.[8]

A inauguração oficial do Instituto Infante D. Afonso, sendo esta a sua primeira designação, decorreu a 14 de Janeiro

[4] Este aspecto específico mereceu uma apósita reflexão no âmbito da tese: Rossi Vairo 2014b, 52-58. Contudo, para uma ocorrência nas fontes de tal terminologia, vejam-se os diversos testamentos dos soberanos. Para o rei Dinis, 1° testamento, de 8 de Abril de 1299: Brandão 1976, 329-331; 2° testamento, de 20 de Junho de 1322: Sousa 1947, 125-132; 3° testamento, de 31 de dezembro de 1324: Brandão 1980, 582-589. Para a rainha Isabel, 1° testamento, de 14 de Abril de 1314: Sousa 1947, 144-147; para o 2° testamento, de 22 de dezembro de 1327: *Idem,* 148-153.

[5] ANTT, *Convento de S. Dinis de Odivelas. Hospício de Odivelas.*

[6] Para uma síntese e registo das campanhas de obras realizadas ao longo dos séculos XIV-XX v. Tomé 2001 e a ficha sobre o Mosteiro de Odivelas de autoria de Paula Noé (1991) e Paula Figueiredo (2012) elaborada para o site do SIPA: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4067.

[7] Sobre o projecto de criação do Instituto de Odivelas e a sua concretização, v. Saraiva 1965. Para informação sobre a vida do Instituto ao longo dos seus cento e quinze anos de actividade, v. também o website: https://meninasdeodivelas.wordpress.com.

[8] GEAEM/DIE, *Concelho de Odivelas*, PM n° 1, caixa 1, pasta n. 1, doc. 2.

de 1900 e contou com a presença do rei e da família real, além de muitas personalidades eclesiásticas, civis e militares. A instalação das estudantes nos locais do mosteiro só foi possível a partir de 1902, uma vez concluídas as obras necessárias para as poder acolher, presumível continuação e acabamento dos trabalhos empreendidos ainda na década anterior. Nesta mesma data, a igreja do mosteiro, que ainda hoje conserva os vestígios materiais mais significativos da memória do lugar, passou a ser administrada pela instituição instalada no antigo cenóbio.

Ao ser proclamada a República, a 5 de Outubro de 1910, o instituto mudou de denominação, intitulando-se sucessivamente Instituto Torre e Espada, em 1911, Instituto Feminino da Educação e Trabalho, e em 1942, em pleno regime do Estado Novo, Instituto de Odivelas. A actual designação de Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), que, entre parênteses, recorda o papel exercido pelo infante D. Afonso Henriques como patrono do estabelecimento, remonta a 1988, e com este nome ficou conhecido até hoje. Convirá ainda acrescentar que, a 16 de Junho de 1910, alguns meses antes do advento da República, o mosteiro de S. Dinis fora classificado como Monumento Nacional, juntamente com os mais importantes testemunhos do património histórico, artístico e arquitectónico português, em razão também de nele se guardar o mausoléu do rei D. Dinis, como se encontra especificado no texto[9] (Fig. 3).

Quase um ano depois, em Maio de 1911, a entidade que tomava conta da igreja desde 1903 veio a integrar a Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar, reiterando e certificando desta maneira em época republicana a passagem de propriedade para o Exército.



FIG. 3 Túmulo do rei D. Dinis. SIPA FOTO.00512901

[9] "Decreto de 16 de Junho de 1910". *Diário do Governo:* I.ª série, 136: 23 de Junho de 1910.

A existência do Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso) acompanhou o desenrolar da História de Portugal e as mudanças da sociedade portuguesa: assim foi aquando da Guerra Colonial, que determinou o crescimento do número das estudantes do colégio devido à participação dos pais nas missões militares em África; ou quando, nos anos 80 e 90 do século passado, o instituto, em cumprimento dos protocolos do Governo português com os países lusófonos africanos, recebeu alunas oriundas das ex-colónias portuguesas.

Como consequência das transformações internas ao estabelecimento, temos conhecimento de diversas campanhas de obras, compreendendo, por vezes, também o espaço eclesiástico, nos anos 30, 40, 50, 60, 80 e 90, tratando-se, em alguns casos, de trabalhos de limpeza, manutenção ou conservação, em outros de intervenções mais substanciais, ditadas pela necessidade de satisfazer as novas exigências da comunidade escolar.[10]

Todavia, a verdade é que o complexo monástico que chegou até nós conserva pouco da originária faceta gótica, e independentemente das intervenções da última centúria. De facto, as diversas obras realizadas a partir do século XV secundaram o gosto das diferentes épocas, sendo motivadas pelo desejo de reforma dos governantes e também justificadas por acidentes que danificaram gravemente os edifícios, como o trágico sismo de 1 de Novembro de 1755. O resultado destas campanhas foi uma arquitectura híbrida, apagando-se, em boa parte, a memória do lugar. Basta pensar que, antigamente, a igreja tinha três naves e que, no século XVIII, na tentativa de remediar os estragos provocados pelo terramoto, passou a ter somente uma.

Ideologia de uma reconversão: as analogias entre a primeira e a segunda vida do mosteiro. Prós e contras

Se o mosteiro das origens foi, ao longo dos séculos, completamente desfigurado em termos arquitectónicos e por mandato dos próprios monarcas, o mesmo não se pode dizer em termos ideológicos. Quer o governo monárquico, quer o republicano, quer o regime do Estado Novo de Oliveira Salazar[11] mostraram grande atenção e respeito pelo conjunto monástico, investindo também economicamente na realização de melhorias e novas instalações. O inicial propósito da Monarquia, em finais do século XIX, de fazer "sobreviver" de alguma forma o mosteiro deveu-se ao seu vínculo ao fundador, o rei Dinis, e também à sua consorte, a rainha Isabel — a *Rainha Santa —,* duas figuras marcantes da História e da Cultura portuguesas que, de forma diferente, contribuíram para a definição da identidade nacional. Daí o reiterado interesse também durante o Estado Novo para com o mosteiro de Odivelas. Ao mesmo tempo, a ligação com estas ilustres personagens do passado fora sempre motivo de prestígio, antes para as *sorores* e, a seguir, para as *meninas de Odivelas,* como ainda hoje orgulhosamente se auto-intitulam as ex-alunas do colégio.

Na realidade, entre o processo fundacional *dionisino* e o re-fundacional dos finais do século XIX — início do XX foram observadas algumas analogias. Para além da circunstância já referida, isto é, de como tanto a um como ao outro projecto esteve sempre associada a família real e que a transferência das diferentes comunidades só foi possível depois da realização de obras para poder acolhê-las, encomendadas e financiadas pelos seus fundadores e patrocinadores, deve-se ainda destacar como, na sua reconversão, o

[10] V. nota 6. As diversas campanhas de obras realizadas ao longo dos séculos serão objecto de aprofundamento específico no âmbito do nosso programa de trabalhos de pós doutoramento, uma vez que se propõe indagar, através das fontes, visuais e documentais, as diferentes fases edificatórias do mosteiro de S. Dinis cujo impacto deve ser ainda hoje quantificado e cujas motivações devem ser oportunamente avaliadas.

[11] O interesse do regime pelo colégio de Odivelas manifestou-se também a nível académico uma vez que, justamente durante este período, a oferta educativa sofreu uma reforma; sobre este aspecto, v. Vilela 1998.

complexo monástico manteve a sua identidade de género.[12] De facto, o intuito permanecia o de formar crianças e raparigas, educando-as na moral e na religião católicas e fornecendo-lhes conhecimentos teóricos e práticos, aplicáveis concretamente na vida quotidiana tais que lhes pudessem garantir a sua subsistência. Ao mesmo tempo, vale a pena destacar a significativa associação entre o rigor da *forma vitae* monástica, apesar da "lenda negra" que acompanhou as religiosas a partir do século XVIII e que foi fomentada pelo espírito anticlerical do século XIX, e aquela militar que, de certa forma, marcou uma continuidade ideal entre o passado e, na altura, o presente, mas também o futuro da instituição.

Não obstante, quer antigamente quer na centúria passada, o facto de o mosteiro de Odivelas representar um lugar relevante para a História de Portugal, por ser fundação régia, ter beneficiado da proteção da Coroa e custodiar a memória do rei D. Dinis, simbólica e materialmente representada pelo seu extraordinário sarcófago da primeira metade do século XIV (Fig. 4), um *unicum* no panorama da escultura portuguesa e talvez europeia, nem sempre se traduziu em acções concretas de salvaguarda e valorização: basta olhar para o estado de conservação do mausoléu, que necessita de uma urgente intervenção de restauro. Além disso, sabemos que, na origem, o sepulcro se encontrava, por disposições testamentárias do rei, no meio da igreja, entre o coro das monjas e a capela-mor. Porém, ao longo dos séculos, a sua colocação foi muitas vezes alterada por explícito pedido, antes das professas, depois das alunas, pelo facto de, como elas afirmavam, o monumento impedir a visão do altar-mor e das cerimónias que ali se realizavam.

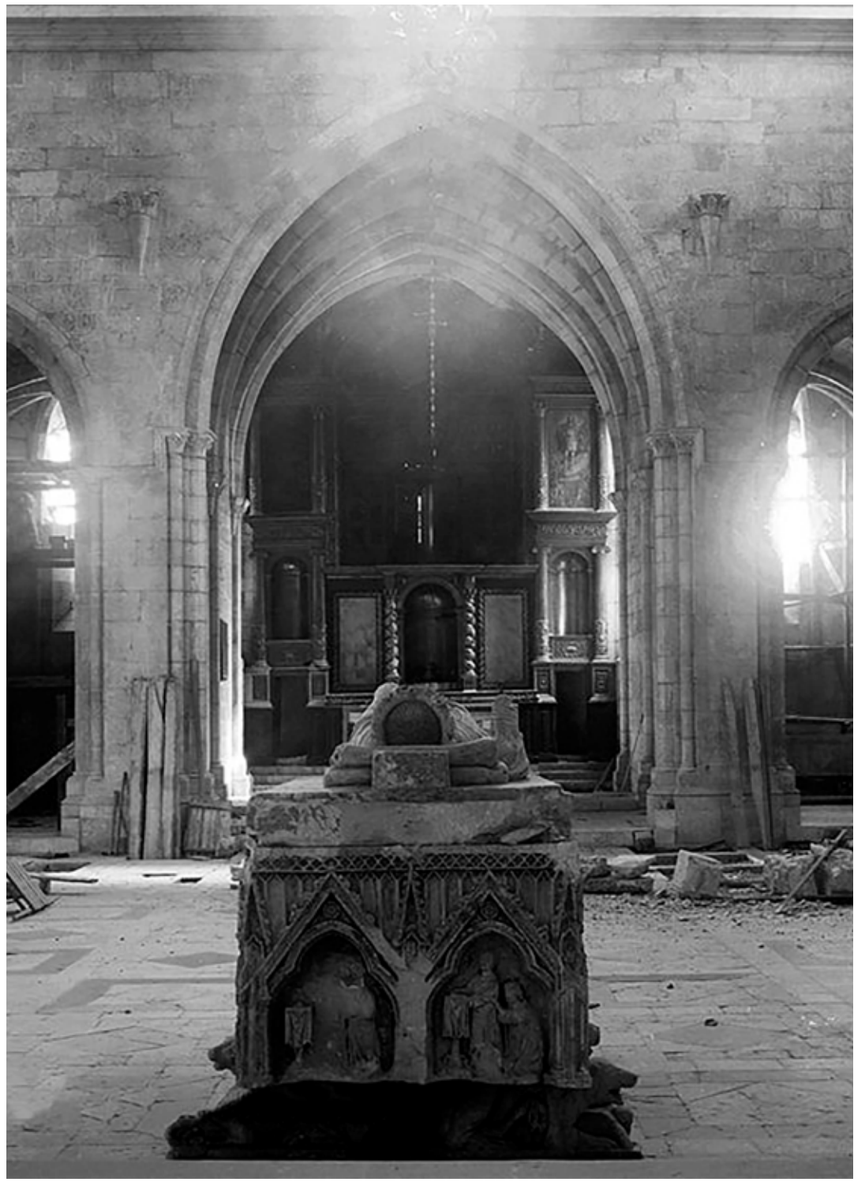


FIG. 4 Túmulo do rei D. Dinis no centro da igreja (anos 40). SIPA FOTO.00507335

[12] No próximo futuro, perante as últimas notícias acerca da nova utilização que se pretende dar ao imóvel, a identidade de género, salvaguardada durante séculos, poderia perder-se.

[13] Atualmente é permitido entrar no complexo monástico somente por ocasião das visitas organizadas bimensalmente pela Câmara Municipal de Odivelas, louvável e meritória iniciativa, mas ainda insuficiente para garantir a divulgação e a promoção a nível nacional do Monumento e do seu Património. Em alternativa, pode pedir-se uma autorização especial ao Ministério da Defesa Nacional que, mesmo não sendo já o administrador do imóvel, tendo-se concluído o processo de desafectação, continua porém a tomar conta dele aguardando-se novas decisões a esse respeito. De resto, a igreja está aberta ao culto exclusivamente ao domingo, durante a missa da manhã das 11.

A documentação fotográfica das campanhas de obras efectuadas dentro da igreja nos anos 30, 40, 50 (Fig. 5) dá testemunho das muitas transferências que sofreu o túmulo, do centro da nave principal até ao absidíolo do Evangelho, sendo antes "encaixado" em posição horizontal e, a seguir, na vertical. A esse propósito, têm de ser consideradas todas as consequências que estas operações comportaram em termos de conservação para o sarcófago, já que todas as vezes se procedeu à sua desmontagem e posterior montagem, para além do facto de, hoje em dia, ser impossível ter uma visão de conjunto do monumento ou até tirar uma fotografia a um dos lados da peça.

Por esta e outras razões, a instalação do Instituto de Odivelas no antigo complexo monástico permitiu apenas a conservação de forma parcial do precioso património móvel e imóvel aí guardado. Embora tenhamos consciência de que, provavelmente, sem a instalação do colégio e a tutela do Exército a situação se apresentaria hoje bem pior, contudo, por vezes esta mesma circunstância tem condicionado o acesso público ao conjunto e à igreja devido a motivos de ordem e segurança.[13] Igualmente, a sua pertença jurídica e o seu estatuto não devem ter favorecido acções mais concretas de salvaguarda e valorização, pois, por um lado, estas devem ser de responsabilidade do instituto vocacionado para a conservação (Direcção-Geral do Património Cultural), na realidade, empenhado em tomar conta de todo o Património do País, mas, por outro, estas devem ser articuladas e concertadas com a entidade proprietária (Ministério das Finanças), a instituição que o teve em gestão (Ministério da Defesa Nacional) e as instituições locais (a Câmara Municipal de Odivelas). Outro interlocutor



FIG. 5 Igreja de S. Dinis e Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), vista aérea. SIPA FOTO.00512897

que tem de ser ainda considerado, na perspectiva de uma qualquer intervenção, é a Igreja local a que, recentemente, foi dado em gestão o espaço sagrado e que garante a sua abertura durante o culto.

Que futuro para o complexo monástico de Odivelas?

A decisão do Ministério da Defesa Nacional relativa ao encerramento do Instituto de Odivelas tem sido fortemente criticada pela opinião pública. Altas tem-se levantadas as vozes daqueles que, por motivos pessoais, educativos ou simplesmente sentimentais, têm manifestado particular aversão em conceber uma missão ou um destino de uso diferente para o conjunto monástico, esquecendo, no entanto, o passado remoto daquela instituição e destacando somente um aspecto, embora importantíssimo, da sua história. Na imprensa, o acto do governo tem sido definido como "um crime cultural, educativo e patrimonial... antipatriótico e de vistas curtas" ("O lamentável encerramento do Instituto de Odivelas", 2015);[14] na web têm-se sucedido os apelos "à luta pela continuidade do Instituto de Odivelas" ("Para quem fica o património do Instituto de Odivelas?" 2015; "O IO foi encerrado. Continuamos a bater-nos para pela (*sic*) sua reabertura", 2016),[15] lançando-se no blog da associação das *meninas de Odivelas,* as ex-alunas do colégio, petições públicas que pudessem gerar a reanálise do caso pelo Estado.[16] Contudo, a situação não tem mudado até hoje e o governo nacional — que entretanto mudou — não prevê voltar para atrás.

Apesar de compreender e respeitar as motivações na base das reivindicações das antigas estudantes e das famílias que até há pouco tempo confiaram a educação das suas filhas ao prestigiado colégio, famoso no País pela qualidade da oferta formativa e a excelência do ensino, o encerramento do Instituto de Odivelas poderia ser lido não como o fim de uma história, mas sim como o início de um novo rumo, o começo de uma "terceira vida" para o complexo monástico. De facto, tentando olhar para os recentes acontecimentos com maior distância emocional e numa perspectiva de mais amplo fôlego, a verdade é que o termo da realidade escolar poderia representar uma extraordinária ocasião para desenvolver um novo projecto educativo, desta vez dirigido não somente à Comunidade local, que justamente quer e deve ser o motor da sua reconversão, mas também a um público mais vasto, desde a comunidade científica e académica, às escolas e ao turismo. Isto é, podia-se aproveitar a oportunidade para promover o mosteiro de S. Dinis de Odivelas no âmbito dos itinerários histórico, artístico e cultural de Portugal, considerando o seu glorioso passado e aproveitando a sua proximidade da capital, mas também da Europa. Nomeadamente, o cenóbio de S. Dinis poderia aderir à Carta europeia das Abadias e sítios cistercienses (Charte européenne des Abbayes et sites Cisterciens),[17] que reúne cento e oitenta monumentos distribuídos em onze países do continente europeu, entre os quais se contam também sete abadias portuguesas, em primeiro lugar o mosteiro de Sta. Maria de Alcobaça, Património Mundial da Unesco desde 1989.[18] A inclusão da abadia de Odivelas, que de Alcobaça foi uma filiação directa por explícita vontade do fundador e com consentimento do Capítulo Geral de Citeaux, justifica-se não só com a riqueza da sua história e os extraordinários vestígios materiais que ainda guarda, mas também pelo

[14] Ferreira. J. J. Brandão. 2015. "O lamentável encerramento do Instituto de Odivelas". *Público.* Setembro, 7. http://www.publico.pt/politica/noticia/o-lamentavel-encerramento-do-instituto-de-odivelas-1706990.

[15] Pereira-Müller. M. M. 2015. "Para quem fica o património do Instituto de Odivelas?". *OJE Digital*. Junho, 7. http://www.oje.pt/para-quem-fica-o-patrimonio-do-instituto-de-odivelas e Pereira-Müller. M.M. 2016. "O IO foi encerrado. Continuamos a bater-nos para pela sua reabertura". *OJE Digital*. Janeiro 14. http://www.oje.pt/m-margarida-pereira-muller-o-io-foi-encerrado-continuamos-a-bater-nos-para-pela-sua-reabertura/

[16] V. https://meninasdeodivelas.wordpress.com/2014/02/16/a-historia-nao-se-apaga: Prime Minister of the Government of Portugal: We call on you to save the school of Instituto de Odivelas (IO).

[17] Para mais informações sobre a Charte européenne des Abbayes et sites Cisterciens.

[18] As outras abadias cistercienses membros da Charte são: Arouca (feminina, Região do Norte), Cós (feminina, Região do Centro), Lafões (masculina, Região do Norte), Salzedas (masculina, Região do Norte), Tabosa (masculina, Região do Norte), Tarouca (masculina, Região do Norte).

facto de ter sido o primeiro panteão régio em Portugal pensado desde as origens para satisfazer justamente esta função, mesmo que depois o propósito tenha sido abandonado devido a causas de força maior.

No quadro da necessária acção de salvaguarda e valorização do sítio, preliminar a uma eventual adesão à Carta europeia das abadias cistercienses, pensamos na possibilidade de conceber um projecto museológico *ad hoc* destinado à criação de um Centro Interpretativo do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, resultado da sua parcial musealização, pelo menos do edifício eclesiástico, compativelmente com as exigências do culto, e da zona claustral, correspondendo estes espaços ao núcleo que conserva os testemunhos mais antigos da vivência monástica.

Por outro lado, a preservação e a musealização de conjuntos monásticos, tanto na Europa como também em Portugal, têm-se concretizado em casos bem sucedidos (2002. *Estudos Património*): basta pensar no que foi alcançado no mosteiro de Sta. Clara-a-Velha de Coimbra, resultado de um ambicioso programa plurianual e multidisciplinar, lançado em 2004 e concluído em 2008, que conseguiu literalmente fazer emergir das águas um monumento hoje em dia *ex libris* de uma inteira cidade, a par da antiga e renomada Universidade que acolhe (Côrte-Real 2005 e Atelier 15). O feliz caso da recuperação, salvaguarda e valorização do mosteiro de Santa Clara-a-Velha tem-se tornado um exemplo de *best practice*, um modelo a imitar, no contexto nacional, mas reconhecido também a nível internacional, tendo sido galardoado pelo prestigiado prémio Europa Nostra, em 2010.[19]

Não obstante a realidade do mosteiro de S. Dinis de Odivelas seja diferente, apresentando problemáticas distintas com respeito à de Coimbra, isto não impede de se poder formular um projecto que valorize o Monumento e o Património histórico-artístico que ainda se conserva. Por isso, num esforço sinergético das instituições municipais — em primeiro lugar a Câmara Municipal de Odivelas —, as instituições académicas agentes no território — muito especialmente, a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Lisboa — e as instituições de tutela — a Direcção-Geral do Património Cultural —, juntamente com a entidade proprietária e responsável da sua gestão, o objectivo deste projecto será reconstruir a história e a evolução dos espaços e da vivência monástica, dá-los a conhecer à comunidade local mas não só, tornar públicos e acessíveis os conteúdos da investigação desenvolvida durante estes últimos anos. Nesta perspectiva, prevê-se também atrair um turismo cultural, auspiciando-se um desejável impacto socioeconómico na região, e contribuir definitivamente para a recuperação da memória do sítio.

[19] V. http//www.santaclaraavelha.drrc.pt

LISTA DAS ABREVIATURAS

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
GEAEM/DIE: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército.
SIPA: Sistema de Informação para o Patrimonio Arquitectónico.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Filomena. 2012. *Rainha Santa mãe exemplar Isabel de Aragão*. Lisboa: Círculo de Leitores.
ATELIER 15. Costa, Alexandre Alves, Fernandes Sérgio, Urbano, Luís. 2009. "Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra". *Ecdj.* 12. http://impactum-journals.uc.pt/index.php/ecdj/article/view/388
BRANDÃO, Francisco. 1976. *Monarquia Lusitana. Parte Quinta.* Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
BRANDÃO, Francisco. 1980. *Monarquia Lusitana. Parte Sexta.* Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
CÔRTE-REAL, Artur. 2005. "Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra". *Estudos Património. Intervenções em Património.* Lisboa: IPPAR. 8: 51-54.
ELIAS, Helena C. da Silva Lebre. 2006. *Arte Pública e Instituições do Estado Novo. Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOP/MOP (1938-1960).* Tese de Doutoramento. Barcelona: Universitat de Barcelona.
2002. *Estudos Património. Conjuntos monásticos — Intervenções*. Lisboa: IPPAR.
FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de. 1889. *O Mosteiro de Odivelas. Casos de reis e memórias de freiras.* Lisboa: Livraria Ferreira.
NOÉ, Paula. 1991. FIGUEIREDO, Paula. 2012. *Mosteiro de Odivelas / Mosteiro de São Dinis e São Bernardo / Instituto de Odivelas*. SIPA
HTTP://WWW.MONUMENTOS.PT/SITE/APP_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=4067.
PIZARRO, José Augusto de Sottomayor. 2008. *D. Dinis*. Lisboa: Temas e Debates.
RAMÔA, Joana, ROSSI VAIRO, Giulia, SILVA, José Custódio Vieira da. 2010. "Escultura tumular medieval do Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa): algumas reflexões e propostas de identificação." *Chiado: efervescência urbana, artística e literária de um lugar*. Fernando Rosa Dias, José Quaresma (ed.). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa: 172-207.
ROSSI VAIRO, Giulia. 2009. "Isabella d'Aragona, *Rainha Santa de Portugal*, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas". *Actas IV Congreso Internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los caminos de Santiago y la vida monastica cisterciense*. Miguel Angel Gonzáles Garcia, José Albuquerque (orgs.). Ourense: Ediciones Monte Casino. II: 845-867.
ROSSI VAIRO, Giulia. 2012. "O Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, panteão régio (1318-1322)". *Família Espaço Património.* Carlota Santos (coord.) Braga: CITCEM: 433-448.
ROSSI VAIRO, Giulia. 2013. "Da Abadia de Santa Maria de Alcobaça ao Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas: o projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel para o novo panteão régio". *Mosteiros cistercienses — História, Arte, Espiritualidade e Património.* José Albuquerque Carreiras (dir.). Alcobaça: Jorlis. II: 281-293.
ROSSI VAIRO, Giulia. 2014a. "Isabel de Aragão e a Ordem de Cister em Portugal." *Para a História das Ordens e Congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. José Eduardo Franco, Luís Machado Abreu (coord.). Lisboa: Paulinas. II: 287-300.
ROSSI VAIRO, Giulia. 2014b. *D. Dinis del Portogallo e Isabel d'Aragona* in vita *e* in morte*. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: 66-88.
SARAIVA, Carlota. 1965. *O Instituto de Odivelas: breve notícia histórica*. Lisboa: Bertrand.
SOUSA, António Caetano de. 1947. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Coimbra: Atlântida — Livraria Editora.
TOMÉ, Marisa M. Justino. 2001. *Odivelas — um mosteiro cisterciense.* Odivelas: Comissão Património Cultural (Colecção Património, 3).
VILAR, Herminia Vasconcelos. BRANCO, Maria João Silva. 1991. "A fundação do Mosteiro de Odivelas". *Actas del Congreso Internacional sobre San Bernardo e el Cister en Galicia y Portugal.* Ourense: Xunta de Galicia. I: 589-602.
VILELA, Ana Maria de Oliveira. 1998. *O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidade e mudanças na educação, 1926-1969.* Lisboa: ISCTE.

ARTIGOS DA IMPRENSA

"Decreto de 16 de Junho de 1910". *Diário do Governo:* I.ª série,136: 23 de Junho de 1910.
Ferreira, João J. Brandão. 2015. "O lamentável encerramento do Instituto de Odivelas". *Público.* Setembro 7. http://www.publico.pt/politica/noticia/o-lamentavel-encerramento-do-instituto-de-odivelas-1706990.
Pereira-Müller, Margarida. 2015. "Para quem fica o património do Instituto de Odivelas?". *OJE Digital*. Junho 7. http://www.oje.pt/para-quem-fica-o-patrimonio-do-instituto-de-odivelas.
Pereira-Müller, Margarida. 2016. "O IO foi encerrado. Continuamos a bater-nos para pela sua reabertura".*OJE Digital*. Janeiro 14.http://www.oje.pt/m-margarida-pereira-muller-o-io-foi-encerrado-continuamos-a-bater-nos-para-pela-sua-reabertura/

WEBSITE CONSULTADOS:

http://www.cister.net
https://meninasdeodivelas.wordpress.com
http://www.santaclaraavelha.drrc.pt

O COLÉGIO E A HORTA DOS JESUÍTAS EM FARO

SECULARIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO ARQUITETÓNICA E RENOVAÇÃO URBANA

CATARINA ALMEIDA MARADO
FCHS-Universidade do Algarve
CES-Universidade de Coimbra
catarinamarado@ces.uc.pt

RESUMO

A extinção das ordens religiosas em Portugal foi um processo longo e complexo que teve um enorme impacto tanto nos edifícios monástico-conventuais como nas cidades onde estes se localizavam. Em Faro, à semelhança do que aconteceu na grande maioria das cidades portuguesas, as extintas casas religiosas proporcionaram oportunidades de renovação urbana, particularmente o antigo Colégio dos Jesuítas. Este é um dos exemplos mais significativos das diversas dimensões deste fenómeno. Em primeiro lugar, pela complexidade do seu extenso processo de secularização que se iniciou em 1759 com a expulsão da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal. Em segundo lugar, pela invulgar transformação que o seu edifício sofreu em meados do século XIX com vista à adaptação a equipamento cultural. E, finalmente, pela urbanização da enorme parcela que constituía a sua horta e que, no início do século XX, juntamente com outros espaços com as mesmas características, marcou uma nova fase na evolução urbana desta cidade.

PALAVRAS-CHAVE
COLÉGIOS JESUÍTAS | DESAMORTIZAÇÃO | REUTILIZAÇÃO | TEATROS | TRANSFORMAÇÃO URBANA (SÉC. XIX E XX)

ABSTRACT

The extinction of the religious orders in Portugal was a long and complex process that had an enormous impact on both the religious houses and on the cities where they were located. In Faro, as in most Portuguese cities, the former monasteries and convents offered opportunities for urban renewal, in particular the Jesuit College. This ancient religious house is one of the most significant examples of this phenomenon, due, firstly to the complexity of its long secularization process, which began in 1759 with the expulsion of the Company of Jesus by the Marquis of Pombal. In the mid-19th century, the building underwent an unusual transformation, when it was converted into a cultural facility; and then, in the mid-20th, the large plot of land that had formed its vegetable garden was extensively urbanized, together with other spaces with similar characteristics, marking a new phase in the urban development of this city.

KEYWORDS
JESUIT COLLEGES | DISENTAILMENT | REUSE | THEATERS | URBAN TRANSFORMATION (19TH AND 20TH CENTURIES)

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

Introdução

Na cidade de Faro a extinção das ordens religiosas teve início em 1759 com o encerramento do Colégio dos Jesuítas e terminou em 1836 com a secularização do Convento das Clarissas. Porém, o processo de gestão dos bens das comunidades regulares estendeu-se até finais do século XIX, e as consequências urbanas da desamortização dos seus edifícios e das suas hortas prolongaram-se por grande parte da centúria seguinte. Neste artigo pretendemos abordar este fenómeno e os seus impactos na estrutura urbana desta cidade, centrando-nos particularmente no Colégio e Horta dos Jesuítas. Um tema a que já nos havíamos dedicado no âmbito de anteriores trabalhos (Marado 2006; 2007; 2010) e que agora retomamos.
O regresso a este assunto insere-se num projeto de investigação de âmbito mais alargado que se dedica ao estudo dos sistemas urbanísticos formados pelos edifícios de matriz conventual nas cidades portuguesas.[1] E a escolha deste caso específico deve-se não só à importância da cidade de Faro nesta matéria, mas particularmente ao amplo significado que o exemplar da arquitetura jesuíta, que aqui nos propomos analisar, tem neste contexto, quer pelo seu invulgar processo de secularização, quer pelo novo uso que foi dado ao edifício, quer pela urbanização da sua horta.

Acresce ainda que no âmbito do aprofundar das anteriores pesquisas surgiram novos dados, tanto documentais como cartográficos, que, como veremos em seguida, vieram ajudar a esclarecer muitas das questões que haviam ficado em aberto.[2] Desta forma, este artigo pretende apresentar mais um contributo para o avanço do conhecimento da dimensão urbana da extinção das ordens religiosas em Portugal. Um tema que recentemente tem sido alvo de importantes desenvolvimentos.[3]

O Colégio de Santiago Maior e a cidade de Faro

Os Padres da Companhia de Jesus entraram em Portugal em 1540. Ao longo desse século fundaram casas e colégios por todo o território português (Franco et al. 2010, 195-206). No final dessa centúria, concordam finalmente em instalar-se em Faro. A vinda da Companhia de Jesus para o Algarve há muito que era solicitada pelos bispos da região, nomeadamente por D. João de Mello e Castro e também pelo seu sucessor D. Jerónimo Osório. No ano de 1587, as cidades de Faro e de Lagos disputavam a instalação de um colégio de jesuítas, mas a escolha acabou por recair sobre a primeira (Mesquita 1988, 12), que em 1577 se havia tornado Sede de Bispado.[4] O Colégio de Santiago Maior foi assim a primeira casa que os Jesuítas tiveram na região do Algarve.[5]

Quando, no ano de 1599, os Padres Jesuítas se fixaram em Faro, já existiam na cidade duas casas religiosas, mais precisamente um "par" de casas franciscanas: uma de Freiras Clarissas e outra de Franciscanos Observantes. A primeira foi fundada em 1519 por D. Leonor, mulher de D. João II, no interior das muralhas, no local da antiga judiaria. E a segunda, que foi fundada em 1529 pelos Capuchos da Província da Piedade e depois trocada com a comunidade de Observantes de Vila Nova de Portimão,[6] ficava junto da ria, a nascente do núcleo amuralhado, num local afastado da área urbana que se desenvolvia fora dos muros. Para a instalação dos Jesuítas, o bispo D. Fernando Martins Mascarenhas conseguiu a doação de umas casas pertencentes a Diogo Lopes, Deão da Sé, que se situavam no limite nordeste

[1] Projeto de investigação de pós-doutoramento, com o título "Sistemas urbanísticos portugueses de matriz conventual", desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2012-2018)

[2] No apoio às pesquisas realizadas agradeço ao Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar da Direção de Infra-Estruturas do Exército pela cedência de documentação cartográfica, à ACTA-A Companhia de Teatro do Algarve pelo apoio na visita ao edifício, e à Câmara Municipal de Faro (Serviço de Regeneração Urbana do Departamento de Infraestruturas e Urbanismo e Divisão de Cultura, Museus, Arqueologia e Restauro) pela cedência de documentação e em especial pelo apoio prestado pelo Dr. Tiago Barão, Arquivista Municipal.

[3] Refiro-me por exemplo aos resultados do projeto de investigação "Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX", coordenado por Raquel Henriques da Silva e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (no qual participo como consultora) e também à tese de doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto com o título "A Extinção das Ordens Religiosas e os Conventos do Porto. Transformação, Rupturas, Continuidades", apresentada por Maria José Casanova.

[4] A autorização para a transferência da sede do Bispado de Silves para Faro foi dada por Paulo III em 1539, porém, esta apenas se efetivou em 1577 no Bispado de D. Jerónimo Osório.

[5] Apesar de vários pedidos para se instalarem em Tavira, os Jesuítas apenas fundaram um outro colégio em Vila Nova de Portimão em 1660.

[6] A fundação de uma casa de Clarissas em Faro esteve na origem desta troca de conventos entre os Franciscanos (Marado 2013).

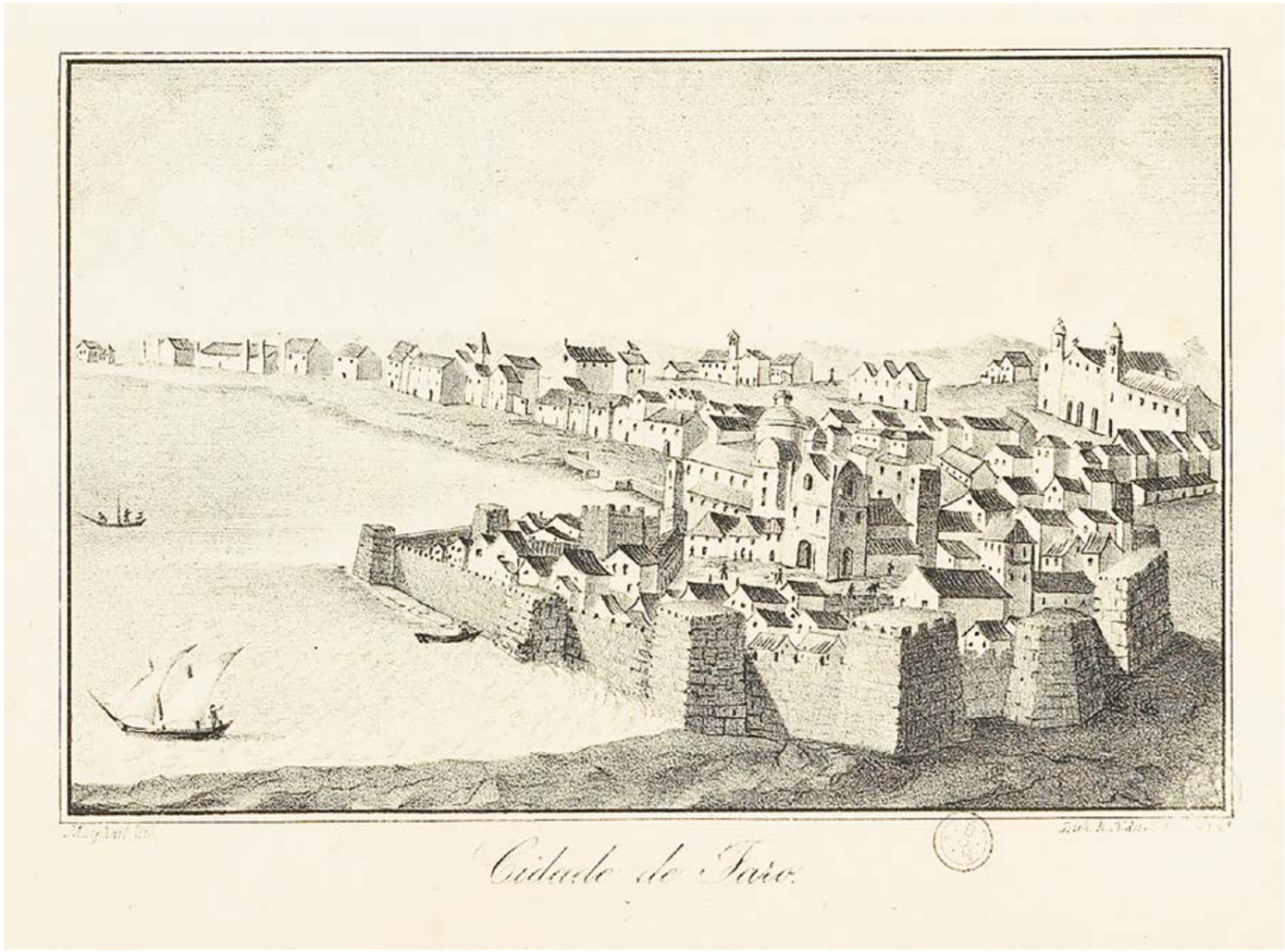


FIG. 1 Faro, século XVII (Macphail, João, Litografia da Rua Nova dos Mártires: Lisboa, ca 1842). O Colégio dos Jesuítas encontra-se no lado direito da imagem.

da área de expansão extramuros. (Fig. 15) O edifício foi fundado em 1605 como casa professa e dez anos depois foi transformado em colégio. Situava-se numa parte alta, virado para a cidade que se formava fora do primitivo núcleo de muralhas, fechando-a a nascente com a sua enorme cerca. A fachada da sua igreja ficava no enfiamento visual do eixo que, partindo do Largo da Cadeia, passava pelo Terreiro do Bispo (junto do qual estava o primitivo Paço Episcopal) e culminava no largo que se constituiu defronte do Colégio.[7] O muro da sua horta delimitou uma outra via que a partir desse largo se dirigia para a zona das Alcaçarias. Conforme se pode observar numa gravura da cidade de Faro do século XVII, o Colégio dos Jesuítas tornou-se um dos edifícios de maior destaque na paisagem urbana, quer pelas características da sua implantação, quer pela dimensão do seu edifício e imponência da sua fachada. (Fig. 1)

Depois da instalação dos Jesuítas, fundou-se ainda outra casa religiosa na cidade. No início do século XVII os Frades Capuchos regressaram a Faro para construir um novo convento. Desta vez fixaram-se no extremo oposto, a norte da área extramuros, mais precisamente na via que partia do Largo da Cadeia e se dirigia para uma das principais saídas da cidade. (Fig. 15) No século seguinte houve ainda algumas tentativas para edificar novos conventos em Faro.[8] Porém, nenhuma dessas intenções se concretizou. O processo de declínio das ordens religiosas já se havia iniciado, e o seu fim chegou em 1834, com a publicação do Decreto de 30 de maio.[9]

Processo de secularização

Embora a data de referência para a extinção das ordens religiosas em Portugal seja o ano de 1834, na verdade este processo iniciou-se muito antes, nomeadamente para os Jesuítas, e culminou algumas décadas depois com a secularização dos mosteiros e conventos femininos (Silva 1993). O encerramento das casas da Companhia de Jesus nos territórios portugueses aconteceu ainda no século XVIII, com a publicação da Carta de Lei de 3 de Setembro de 1759 que determinou "a proscrição, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios", e o Colégio de Faro não foi exceção. Porém, neste caso, como em muitos outros, o que se passou desde essa data até 1834 tem-se mantido um mistério.

[7] A antiga Rua do Colégio (atual Rua Lethes) e o antigo Largo do Colégio.

[8] Os Frades Marianos (Carmelitas Descalços), que tinham um hospício na cidade, chegaram a adquirir um terreno no Ferragial para construírem um convento (Marado 2006, 34), e os Carmelitas Calçados, que se encontravam em Lagoa, ponderaram transferir o seu convento para Faro ao abrigo da Ordem Terceira do Carmo que tinha a sua igreja na cidade (Velasco Bayón, 2001, 546).

[9] Decreto de 30 de maio de 1834. *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada até á instalação das Câmaras Legislativas, Terceira Série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.*

Apesar de já termos efetuado alguma investigação sobre este assunto, como atrás referimos, não havia sido possível esclarecer o que aconteceu a este edifício neste período de 75 anos. Sabíamos que em 1759 os bens da Companhia de Jesus tinham sido incorporados na Coroa, e que em 1774 alguns destes bens foram doados à Universidade de Coimbra, entre os quais os do Colégio de Faro (Silveira et al 1975, VIII). Tínhamos também conhecimento, de acordo com um relatório do Conde de Oeynhausen, que no edifício teria estado instalado o hospital das tropas (Callixto 1988, 12). Havia ainda notícia, através da historiografia local (Rosa 1990, 34), da presença dos Frades Marianos no antigo Colégio. Por outro lado, considerando que o edifício não surgiu em nenhuma na documentação relativa à extinção das casas religiosas do Algarve na sequência do decreto de 1834, supusemos que, pelo menos nesta data, os Marianos não se encontrariam de posse do Colégio (Marado 2006, 40). Isto porque se tal tivesse acontecido o edifício teria certamente integrado a lista das casas extintas, tal como os restantes conventos da cidade e como o hospício que estes frades detinham em Faro.[10]

Em resultado de pesquisas recentes, novos elementos documentais e cartográficos[11] vieram esclarecer as dúvidas que subsistiam, nomeadamente no que diz respeito à posse e à utilização do Colégio após a saída dos Jesuítas. O conjunto de desenhos[12] do edifício efetuados pelo capitão José Carlos Mardel[13] por volta do ano de 1775 dá-nos a indicação que os militares terão estado no Colégio, ou que, pelo menos, terá havido essa intenção. (Fig. 2, 3 e 4) Por outro lado, num desenho intitulado "Plano de terreno que circunda o armazém de pólvora construído nos subúrbios de Faro" executado entre 1786 e 1795 pelo Coronel José de Sande Vasconcelos, a área da antiga horta do Colégio vem indicada como "cerca dos marianos".[14] O que nos leva a pensar que estes frades estariam nesta data no Colégio. Paralelamente, uma outra planta,[15] que identificámos como sendo a do antigo Hospício dos Marianos, ajuda-nos a comprovar esta ideia, na medida em que nos demonstra que neste edifício funcionou o hospital militar, e como tal, estes frades estariam à data no Colégio.

Por fim, uma *Ordem das Côrtes* datada de 21 de agosto de 1821 veio finalmente clarificar o que aconteceu a este edifício desde a saída da Companhia de Jesus até à data da extinção das ordens. Neste documento refere-se que o Colégio dos Jesuítas de Faro

> **"foi pela expulsão destes incorporado na Corôa, e depois applicado para Hospital do Regimento de Artilharia N. 2, de que sérvio por muitos annos, até que os Religiosos da referida Ordem o alcançárão com suas rendas annexas por Doação da Senhora D. Maria I. em 18 de Maio de 1787, e o forão occupar, emprestando para servir de Hospital um pequeno Hospício, que habitavão, mal situado no centro da Cidade, e sem algumas proporções para similhante destino." (Colecção 1822-23, 180)**

Segundo o mesmo documento, nesta data determinou-se que

> **"attendendo a que todas as Doações dos Bens Nacionaes, antes denominados da Corôa, se entendem sempre feitas com a cláusula de reversão, quando assim o exige o**

[10] O "Resumo da quantidade de Prédios urbanos e rústicos inventariados nos extintos Conventos da sobredita Província e importância de suas avaliações" de Setembro 1835, assim como um conjunto de outros documentos relativos à extinção das casas religiosas do Algarve (Marado 2007, vol.3,12-26) apenas enumera o Convento dos Franciscanos, o Convento dos Capuchos e o Hospício dos Marianos (o Convento das Clarissas foi extinto apenas em 1836, por isso não aparece nesta documentação).

[11] Cartografia consultada no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direção de Infra-Estruturas do Exército.

[12] Conjunto de quatro desenhos de levantamento "do edifício do q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro". 4046/I-2-19A-27; 4046/II-2-19A-27; 4046/III-2-19A-27; 4046/IV-2-19-A27 — GEAEM/DIE. Deste conjunto apenas se conhecia a "Planta da Cerca" (Paula 1993, 77). (Fig.s 2, 3 e 4)

[13] O capitão José Carlos Mardel era filho de Carlos Mardel (Rossa 2002, 68). Desconhece-se a data de elaboração destes desenhos, mas julga-se que terão sido efetuados entre 1773 e 1775, datas em que este capitão realizou outros desenhos relativos a esta região: "Carta topographica das quatro legoas que jazem entre Villa Nova de Portimão, e Villa Nova de Monxique : com o alinhamento dos caminhos, que se devem abrir, para a comunicação das ditas villas..", executada pellos Sargentos Móres Romão Jozé do Rego, Jozé de Sande Vasconcellos, e o Capp.am Jozé Carlos Mardel aos 12 de Julho de 1773 (5420/I-2A-29A-107 e 5420/ II-2A-29A-107 — GEAEM/DIE) e "Descrição do alinhamento dos caminhos de Vila Nova de Portimão a Vila Nova de Monchique com o seu cálculo" realizada a 17 de Julho de 1775 (PT/AHM/DIV/4/1/14/27 — Arquivo Histórico Militar).

[14] C.Par. 51 — Biblioteca Nacional de Portugal — BND.

[15] "Planta do edifficio q. servio de hospital da tropa na praça de Faro e hoje se acha develuto, no cual se projecta o quartel para a Companhia de Vetranos na sobredita praça", 3851/XI219A27 — GEAEM/DIE.

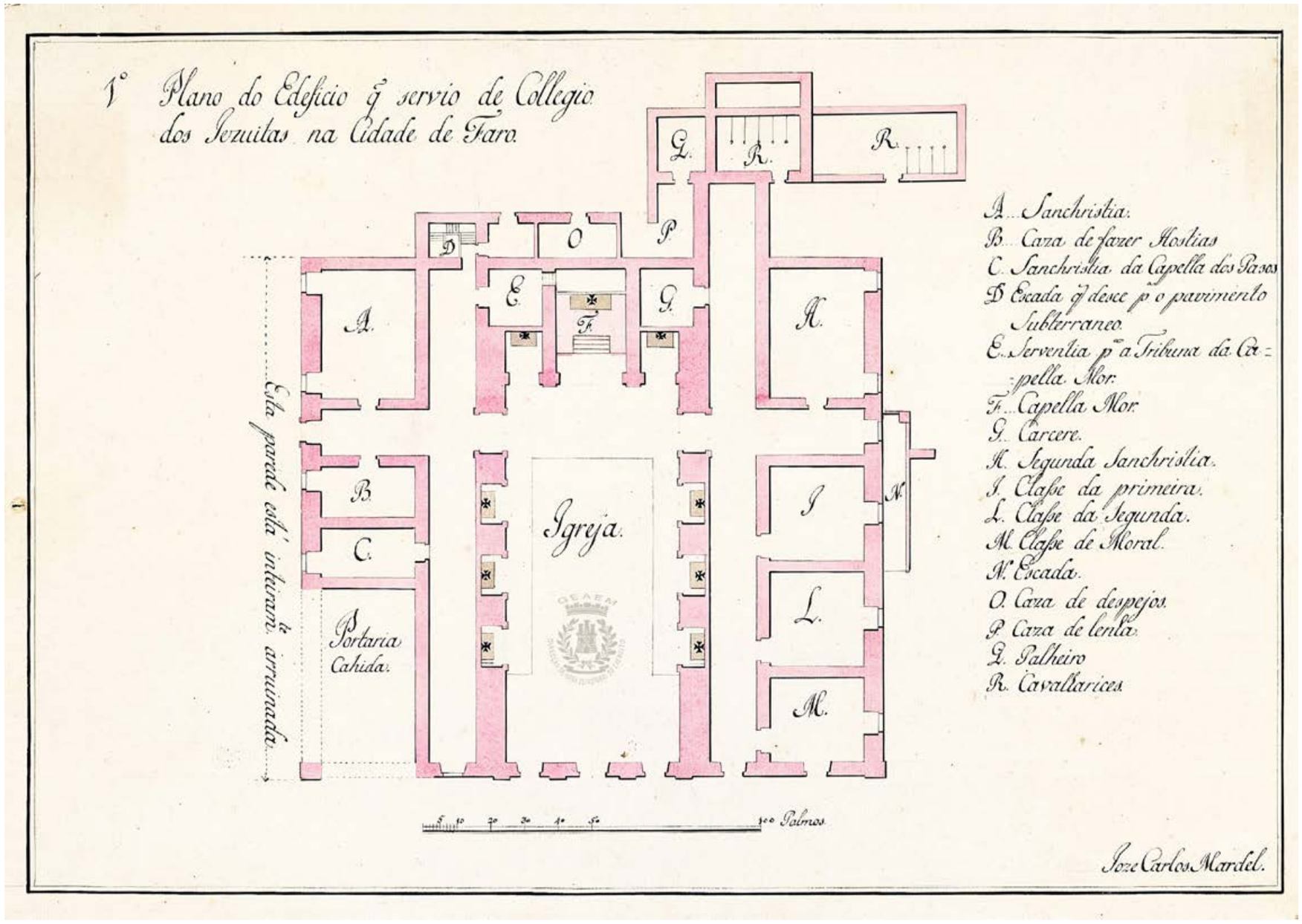


FIG. 2 *"1.° Plano do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro"*, José Carlos Mardel (4046/I-2-19A-27 — GEAEM/DIE).

> **público interesse (...) se restitua o Convento ao Regimento de Artilharia N. 2., para servir de Hospital Regimental; com declaração de que aos referidos Religiosos fica livre regressar para o mencionado Hospício, ou ir para onde lhes convier" (Colecção 1822-23,180)**

Estes relatos condizem com as conclusões que havíamos retirado da interpretação das plantas atrás mencionadas. Em resumo, depois da expulsão dos Jesuítas o Colégio foi entregue aos militares para funcionar como hospital, posteriormente foi doado ao Marianos (ficando o hospício onde estes se encontravam a servir de hospital militar), e finalmente, em cumprimento da *Ordem das Côrtes* de 1821 foi devolvido aos militares. Assim, em 1834, à data da extinção das ordens religiosas, o edifício do Colégio encontrava-se na posse do Regimento de Artilharia n.º 2,[16] e, como tal, não foi novamente extinto, como aconteceu com alguns dos seus congéneres.[17]

[16] Conhecido como Regimento de Artilharia do Algarve (que foi restabelecido em Faro em 1774) e que a partir de 1806 passou a ser designado por Regimento de Artilharia n.º 2.

[17] Por exemplo, a outra casa de Jesuítas no Algarve, situada em Vila Nova de Portimão, ao ser entregue ao Padres Camilos depois da saída da Companhia de Jesus, voltou a ser secularizada em 1834.

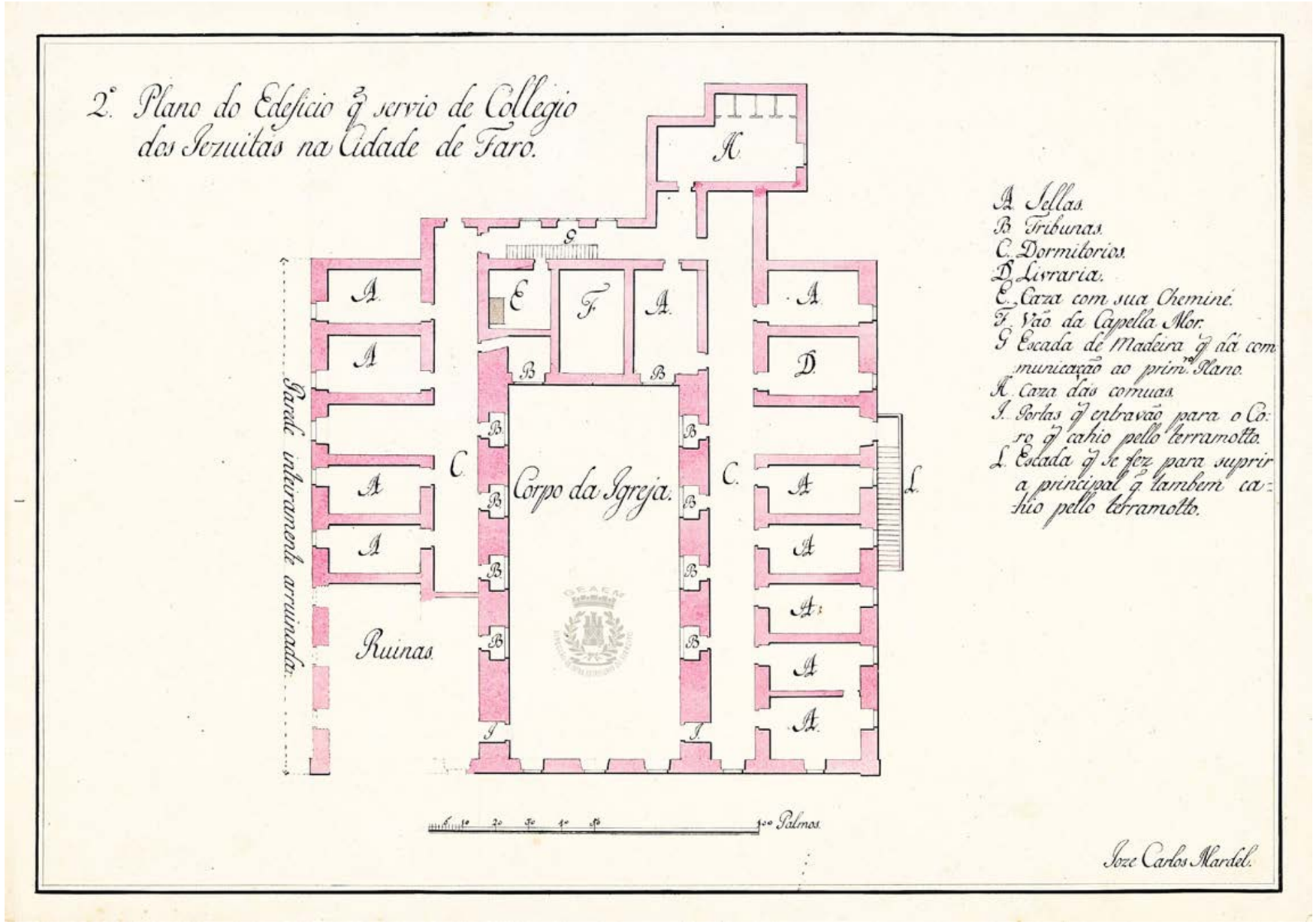


FIG. 3 *"2.° Plano do edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro"*, José Carlos Mardel (4046/II-2-19-A27 — GEAEM/DIE)

De acordo com a informação que consta de um Diário do Governo de 1839, nessa data o edifício estava entregue à repartição de Obras Militares e servia de arrecadação.[18] No entanto, e apesar de estar sob a responsabilidade dos militares, o imóvel integrou o conjunto de bens que foram levados a hasta pública, com a designação "*Collegio que foi dos Jesuítas*" e com um valor de avaliação de 2.000$000.[19]

Transformações arquitetónicas: de "igreja jesuíta" a "teatro de inspiração italiana"

O antigo Colégio acabou por ser vendido em 1843. O comprador foi Lázaro Doglioni, um médico veneziano que residia em Faro. Este terá adquirido o edifício com a intenção de o transformar em teatro. Intenção essa que foi concretizada dois anos depois, tendo o Teatro Lethes sido inaugurado a 4 de abril de 1845, no dia do aniversário

[18] "expondo os grandes incommodos que sofrem os habitantes daquella cidade, desde o ano de 1833, com os continuados aboletamentos de Tropa que por alli transita, indicando o meio por que podem ser alliviados de tão pesado onus, uma vez que se concedesse para o dito alojamento aquella parte do edifício denominado — Colégio — que está entregue à Repartição de Obras Militares, e que serve de Casa de arrecadação della, prestando-se os referidos moradores a promptificarem um outro local para o mesmo fim (...) Houve por bem annuir a cessão da parte do Edificio que se requer, para o fim que se declara, (...)." Diário do Governo, n.° 217, de 13 de Setembro de 1839.

[19] "Relação dos Bens Nacionaes. Situados no Algarve, suas avaliações, e preço dos que tem sido arrematados até ao fim de Novembro de 1840" (Lopes, 1841, doc. n.° 33). É também importante referir que, apesar de o edifício do Colégio não ter integrado a lista das casas religiosas extintas, como atrás referimos, a sua igreja surgiu na "Relação dos Conventos e Casas Religiosas extintas situadas no sobredito Distrito, com declaração das Igrejas respectivas que devem ser conservadas ou profanadas" e tal como a do Convento de São Francisco e a do Hospício dos Marianos foi considerada "desnecessária" (Marado 2006, vol.3, 24-26).

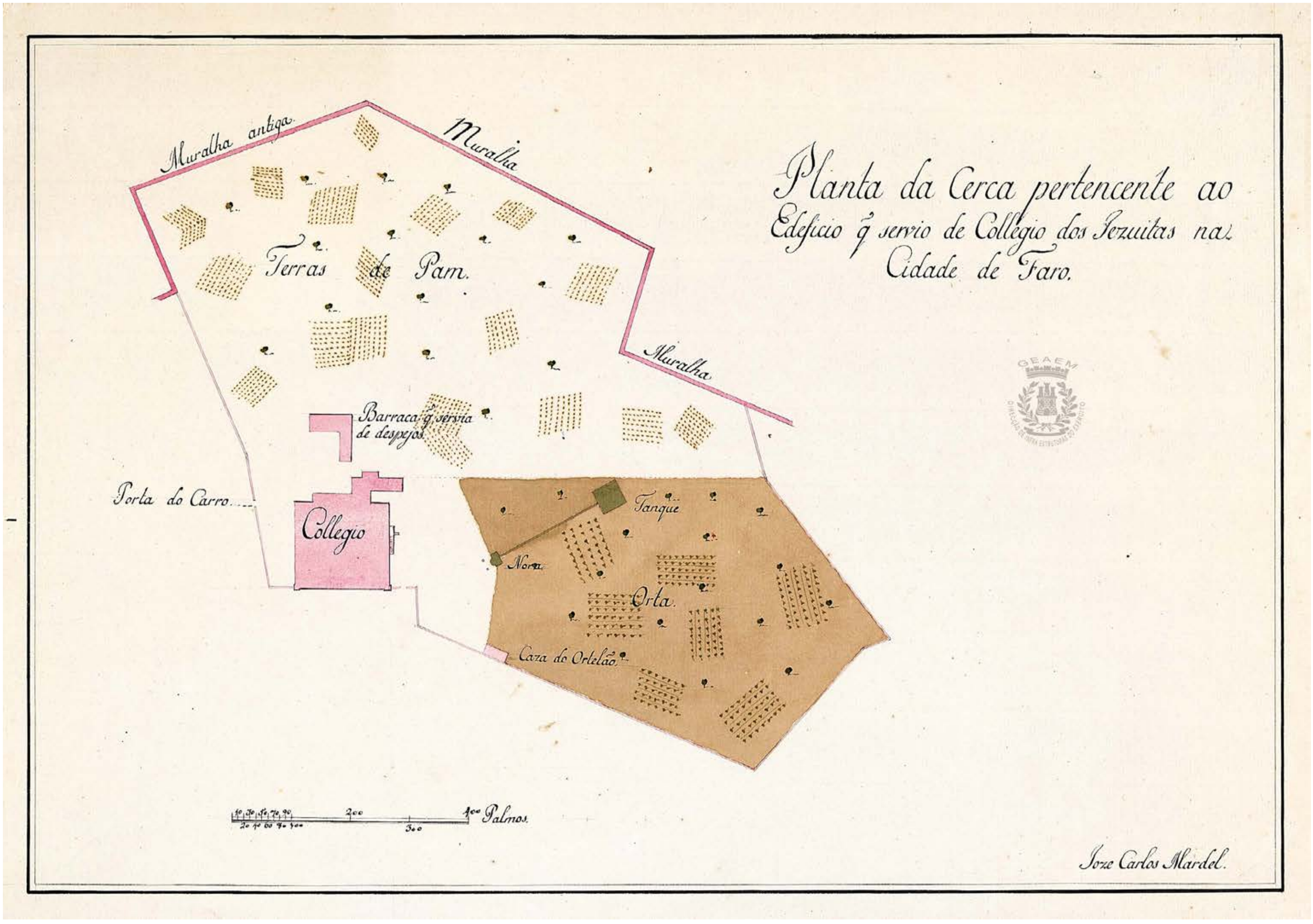


FIG. 4 *"Planta da Cerca pertencente ao Edeficio q. servio de Collegio dos Jezuitas na cidade de Faro"*, José Carlos Mardel (4046/III-2-19A-27 — GEAEM/DIE)

da rainha D. Maria II (Mesquita 1988). Tratou-se de uma hábil adaptação, de autor desconhecido, que incidiu essencialmente sobre a igreja jesuíta. Ou seja, foi dentro desse espaço que se construiu o teatro: a sala (com plateia e duas ordens de camarotes) ocupou o espaço da nave; o palco ficou aos pés da igreja, na zona do coro; e o foyer na capela-mor. (Fig. 5) Desta intervenção resultou uma alteração da orientação do espaço interior da antiga igreja. (Fig. 8) O acesso passou a fazer-se pela antiga capela-mor e a frontaria da igreja constitui o fundo do palco do teatro. A entrada desde o exterior faz-se agora pela ala direita do edifício que comunica ao fundo com as costas da antiga capela-mor. A fachada foi também alterada, nomeadamente no remate do frontão, onde se inscreveu a frase em latim "*monet oblectando*". (Fig. 6 e 7)

Foi assim que dentro da igreja jesuíta nasceu um magnífico teatro, de inspiração italiana, à semelhança de outros tantos existentes no país (Carneiro 2002). Trata-se, no entanto, de um teatro de uma reduzida escala, uma vez que tinha de caber no interior da igreja, e essa é hoje uma das suas características mais singulares. A utilização de antigos conventos como teatros não foi de todo invulgar. Conhecem-se exemplos tanto em Portugal como por toda a Europa.[20] Em alguns casos, as extintas casas regulares foram demolidas para dar lugar à construção de equipamentos culturais, noutros esta nova utilização funcionou apenas de forma provisória, muitas vezes em simultâneo com outras funções.[21]

Ao longo de mais de um século, o Teatro Lethes teve várias campanhas de obras que, entre outros melhoramentos, acrescentaram mais lugares à sala através da construção de novas ordens de camarotes. Encerrou e voltou a abrir diversas vezes, principalmente em função da mudança de proprietários. No entanto, ficou sempre na posse da mesma família. Inicialmente foi herdado por Justino Cúmano, sobrinho de Lázaro Doglioni, e depois da sua morte foi dirigido por um seu cunhado, Francisco Constantino Pereira Matos. Voltou depois à posse da viúva de Justino Cúmano, Maria Vitória Cúmano, e finalmente o seu filho Constantino cedeu o espaço à Sociedade Teatral de Faro. Em 1951, a família Cúmano vendeu o edifício à Cruz Vermelha Portuguesa que aí se instalou. A ala sul foi cedida em 1972 à escola de música do Conservatório Regional e no início da década de 80 a Cruz Vermelha cedeu o teatro à Delegação Regional do Ministério da Cultura do Algarve. Em 1991 este

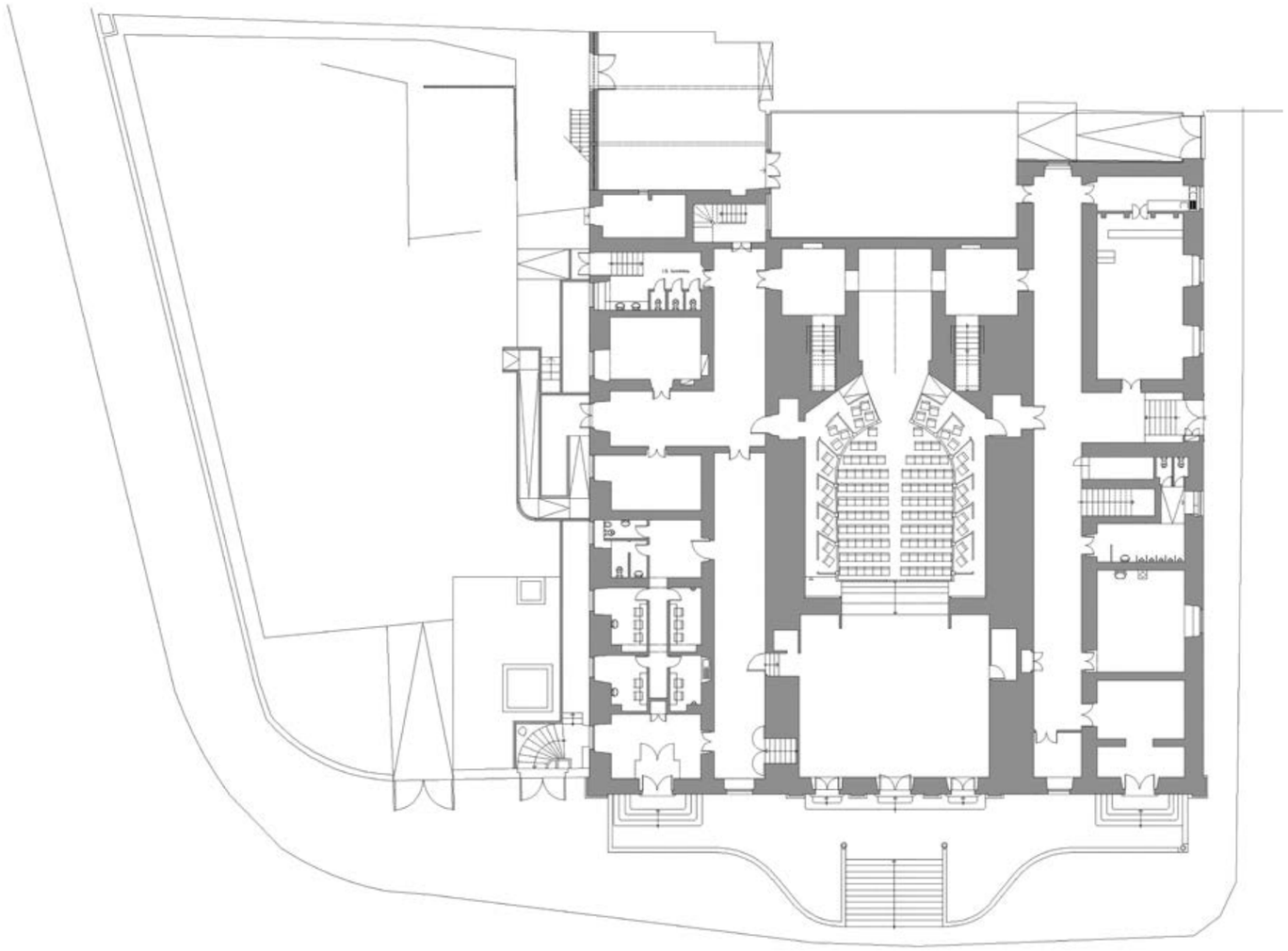


FIG. 5 Planta do piso 0 do Teatro Lethes (Câmara Municipal de Faro)

[20] Para Portugal veja-se por exemplo a tese de doutoramento de Luís Soares Carneiro (Carneiro 2002) e para Espanha o artigo de Jesús Ángel Sánchez-García, "De conventos a teatros (y cines). Reutilizaciones y derribos de edificios conventuales para espacios escénicos en las ciudades españolas desde el siglo XIX", nesta mesma revista.

[21] Na região do Algarve encontramos algumas destas situações, nomeadamente nos conventos femininos de Nossa Senhora da Conceição em Lagos e do Espírito Santo em Loulé, e também no Colégio de São Francisco Xavier em Portimão (Marado 2007, 192-193).



FIG. 6 Teatro Lethes, início do século XX.



FIG. 7 Teatro Lethes, foto atual.



FIG. 8 Teatro Lethes, interior da sala (Câmara Municipal de Faro)

instituto ocupou parte do edifício, que dois anos depois foi classificado como Imóvel de Interesse Público.[22] Em 1994 deu-se uma nova reabertura do teatro, mas encerrou logo depois por problemas de estabilidade na abóbada. Finalizadas as obras, o teatro voltou a abrir em 2001.[23] Hoje mantêm-se em funcionamento com a ACTA — A Companhia de Teatro do Algarve.

O processo de urbanização da cerca: da "Horta do Colégio" ao "Bairro do Colégio"

Em Faro a ocupação das extintas casas religiosas com novos equipamentos[24] foi acompanhada pela transformação das suas áreas envolventes. Em particular no caso do antigo Colégio dos Jesuítas, quer ao longo dos limites da sua horta, que gradualmente foram contornados com casas de habitação[25], quer no amplo espaço defronte do edifício, com a construção do *Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos.*[26] (Fig. 10) Mas onde as alterações foram mais significativas foi no espaço das antigas hortas conventuais, especialmente na enorme parcela que constituía a Horta do Colégio.

Numa planta da cidade de 1909 (Paula 1993, 98) podemos observar uma representação da ocupação da parte sul deste espaço. (Fig. 10) Porém, a julgar pelas várias fotos desse período que apresentam a horta ainda totalmente desocupada (Fig. 9), esta terá sido apenas uma intenção que não foi concretizada. Uma planta um pouco posterior (publicada no ano de 1927) mostra-nos um outro desenho.[27] (Fig. 11) Nele podemos ver uma proposta de ocupação de toda a horta. Trata-se da "creação dum novo bairro", tal como se refere no requerimento apresentado à Câmara

[22] Decreto n.º 45/93, DR, 1.ª série-B, n.º 280, de 30-11-1993.

[23] Para uma cronologia completa do Teatro Lethes veja-se o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00002854, Colégio de Santiago Maior / Teatro Lethes / Teatro Letes. Disponível em http://www.monumentos.pt/

[24] No Convento de São Francisco instalou-se o Quartel de Infantaria n.º 4 e no Convento de Santo António dos Capuchos ficou o Quartel do Batalhão da Guarda Nacional. O Hospício dos Marianos foi vendido em 1866 à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Faro, e o Convento de Nossa Senhora da Assunção (das Freiras Clarissas) foi adquirido por um particular em 1844 que nele instalou uma fábrica de cortiça. Hoje no Convento dos Franciscanos funciona a Escola de Hotelaria e Turismo, no dos Capuchos a Guarda Nacional Republicana (estando a igreja ao culto), no Hospício a Sociedade Recreativa Artística Farense e no Convento das Freiras o Museu Municipal de Faro. (Marado 2007, vol.3, 172-195).

[25] Esta ocupação terá tido início ainda no final do século XVIII (Rodrigues 2010, 91).

[26] O Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos foi construído em 1903, com projeto do Arquiteto Raúl Lino. Entre 1946 e 1966 o edifício foi alvo de obras de ampliação e alteração (Pereira 2012, vol.II, 2-4).

[27] Na realidade, mostra-nos a sobreposição dos dois desenhos de parcelamento da horta.



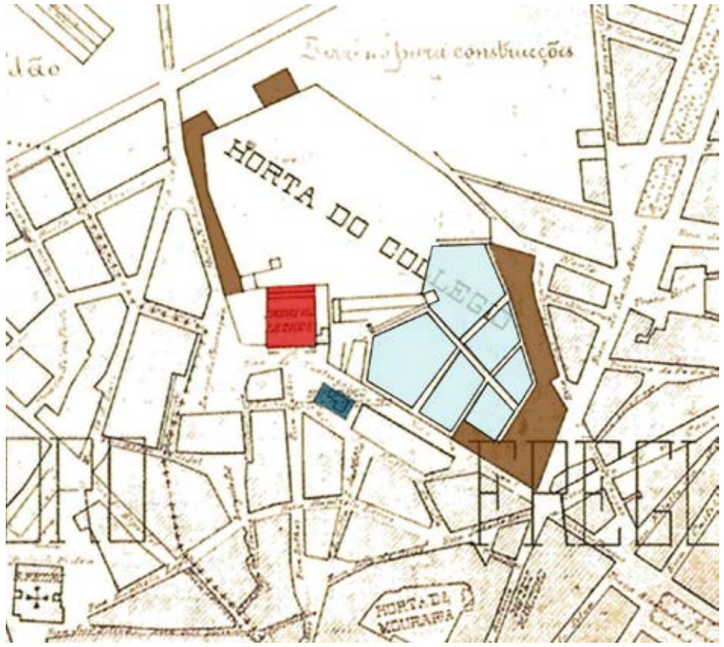


FIG. 9 Vista de Faro. Postal ilustrado (Edição A.A. Sabath). Teatro Lethes (a vermelho); Horta do Colégio (a verde).

FIG. 10 Excerto da Planta da cidade de Faro (1909) com representação das alterações do espaço envolvente da Horta do Colégio. Teatro Lethes (a vermelho); Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos (a azul escuro); construções encostadas ao muro da horta (a castanho) e proposta de ocupação da parte sul (a azul claro).

Municipal de Faro na sessão camarária de 20 de Março de 1922 pela proprietária desta parcela, Maria Vitória Cúmano.[28]

Não se conhecem as plantas que acompanharam esta proposta,[29] mas através do cruzamento da informação de alguns elementos, como as Actas das Sessões Camarárias,[30] a representação do Bairro na planta atrás referida e o desenho parcial desta ocupação que consta num dos projetos de obra,[31] podemos analisar quer as características urbanísticas do projeto quer a forma como se desenrolou o seu processo de aprovação. (Fig. 11 e 12) O "projecto para creação dum novo bairro na cidade na antiga Horta do Colégio",[32] apresentado por Maria Vitória Cúmano, proponha a urbanização da totalidade da área desta parcela com um traçado retilíneo que resultava da conjugação de duas malhas com diferentes orientações (dadas pelas principais vias adjacentes ao bairro — a Rua do Lethes e a Rua de Portugal) e cujo ponto de articulação era o local de um antigo tanque existente na horta. Este desenho tomou como referência não só alguns dos elementos pré-existentes, nomeadamente as infraestruturas de irrigação, como procurou também efetuar a articulação com a estrutura viária da cidade, cosendo o traçado mais orgânico da "cidade antiga" como a malha ortogonal da "nova cidade" que se planeava para além do limite da nova Estrada da Circunvalação. (Fig. 11)

Analisado o projeto, a Câmara deliberou "autorizar a Comissão Executiva a aprovar as plantas e mais condições em que tem que assentar o referido bairro". Porém, desconhece-se o resultado dessa deliberação, sabe-se apenas que nesse mesmo ano, a 13 de dezembro, o projeto foi de novo apresentado,[33] desta vez por Gertrudes Trindade, nora de Maria Vitória Cúmano.[34] No requerimento entregue, a nova proprietária oferecia, por cedência gratuita e de acordo com algumas condições, "o terreno compreendido no talhão P do referido bairro".[35] Alegando que se estavam "construindo prédios na área da Horta do Colégio sem que o projeto do novo bairro esteja devidamente aprovado e frisando que o requerimento apresentado não corresponde

[28] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 48 r.

[29] Nas várias sessões são feitas diversas referências à planta que acompanhava o requerimento.

[30] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923); PT-ADFAR-CMF-B/A.1-52 (1922-1924); PT-ADFAR-CMF-B/A.1-53 (1923-1926)

[31] PT-ADFAR-CMF-L/E.2-11 (PO 631/1928, 28/06/1928, António Afonso Vedes).

[32] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 48 r.

[33] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 82 r.

[34] Gertrudes Trindade foi casada com Paulo Cúmano, primeiro filho de Justino Cúmano e Maria Vitória Cúmano.

[35] "terreno que mede a superfície de 2592 m², confronta do Nascente com a rua projectada n.º 8, do Poente com a rua projectada n.º 7, do Norte com a rua projectada n.º 1, e do Sul com a rua projectada n.º3 e é alodial". PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 82 r.

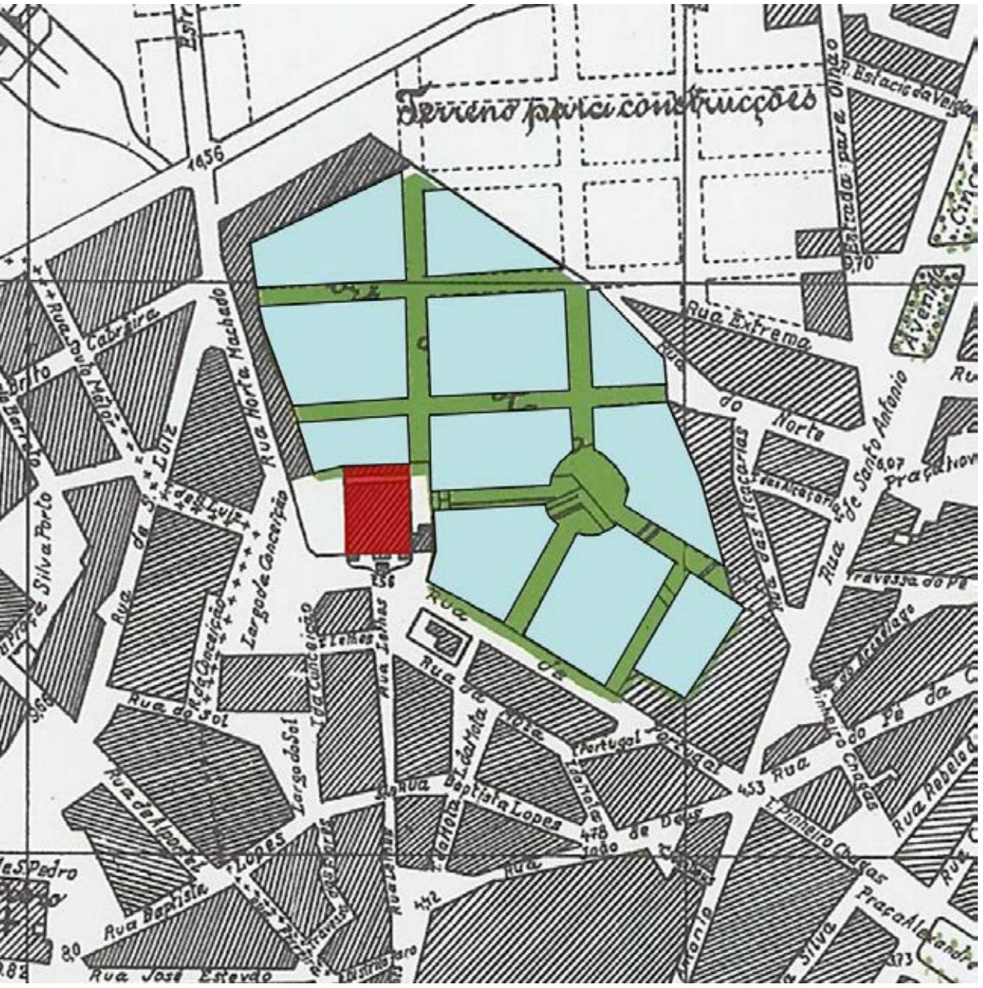


FIG. 11 Excerto da Planta da cidade de Faro (anterior a 1927) com representação da proposta de urbanização da Horta do Colégio. Teatro Lethes (a vermelho); estrutura viária proposta (a verde); quarteirões propostos (a azul).

FIG. 12 Planta parcial do Bairro do Colégio. PT-ADFAR-CMF-L/E.2-11 (PO 631/1928, 28/06/1928, António Afonso Vedes).

ao previamente combinado",[36] a Câmara deliberou, por unanimidade, o indeferimento do requerimento. No ano seguinte, na sessão de 14 de março,[37] a proprietária apresentou alterações à sua primeira proposta, que consistiam essencialmente no aumento do número de cedências.[38] Face às novas condições, a Câmara aprovou finalmente o projeto. No mês seguinte foram aprovados os nomes a dar às ruas do "Bairro do Colégio"[39] e ao longo desse ano foram efetuadas algumas das expropriações previstas.[40] No decorrer do ano de 1924 deu-se continuidade às expropriações, foram abertas três novas ruas[41] e procedeu-se à cedência do talhão C ao Estado para a construção de um edifício escolar.[42] Paralelamente diversos projetos de habitações foram aprovados pela Câmara Municipal. (Fig. 13 e 14)

Considerações finais

Cerca de 75 anos depois da inauguração do teatro no edifício do antigo Colégio dos Jesuítas teve início a urbanização da sua horta, que terá decorrido de forma gradual ao longo da primeira metade do século XX. No início da década de 20 este espaço ainda surgia referido na documentação como "Horta do Colégio", mas, com o passar do tempo, começou a ser identificado como o

[36] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 82 r-v.

[37] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-53 (1923-1926), fl. 20 v (reunião de 19 março de 1923- continuação da sessão extraordinária iniciada em 14 março de 1923).

[38] "Vem apresentar as seguintes alterações ao seu primeiro requerimento em poder desse Município o qual fica a valer a não ser na maneira aqui modificada: a) que cede gratuitamente ao Município o talhão C do referido bairro para lhe dr qualquer dos fins de utilidade indicados no seu primeiro requerimento, concordando porém que a Câmara o venda somente quando vir esgotadas as possibilidades de lhe dar qualquer dos fins desejados e quando a requerente já tiver vendido todos os terrenos da referida Horta. b) que oferece além disso ao Município a expropriação de uma casa que lhe pertence (casa do caseiro) e vinte mil escudos para auxílio das expropriações e mais despesas a fazer constante da planta, quantia que irá dando ao passo que o Município for fazendo as expropriações e na proporção dos valores dos prédios que se forem expropriando em confronto com os a expropriar." PT-ADFAR-CMF-B/A.1-53 (1923-1926), fl. 20v.

[38] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-53 (1923-1926), fl. 26r (reunião de 23 abril de 1923 — continuação da sessão de 2 abril 1923).

[40] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-53 (1923-1926), fl. 30 (sessão extraordinária de 17 junho 1923).

[41] Ruas n.º 1 (Rua Dr. Justino Cúmano), n.º 5 (Rua Afonso de Albuquerque) e n.º 8 (Rua João de Deus). PT-ADFAR-CMF-B/A.1-52 (1922-1924), fl.21 (sessão ordinária da Comissão Executiva em 10 janeiro de 1924).

[42] Atualmente a estrutura viária do Bairro mantém-se, no essencial, intacta (tem ligeiras alterações relativamente ao que terá sido projetado inicialmente), mas uma parte dos primitivos edifícios constituídos por habitações unifamiliares de um ou dois pisos (Fig. 13 e 14) foram substituídos por edifícios de habitação coletiva com vários pisos de altura.

[43] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-52 (1922-1924), fl. 55v e 57r (sessão de 22 abril 1924).

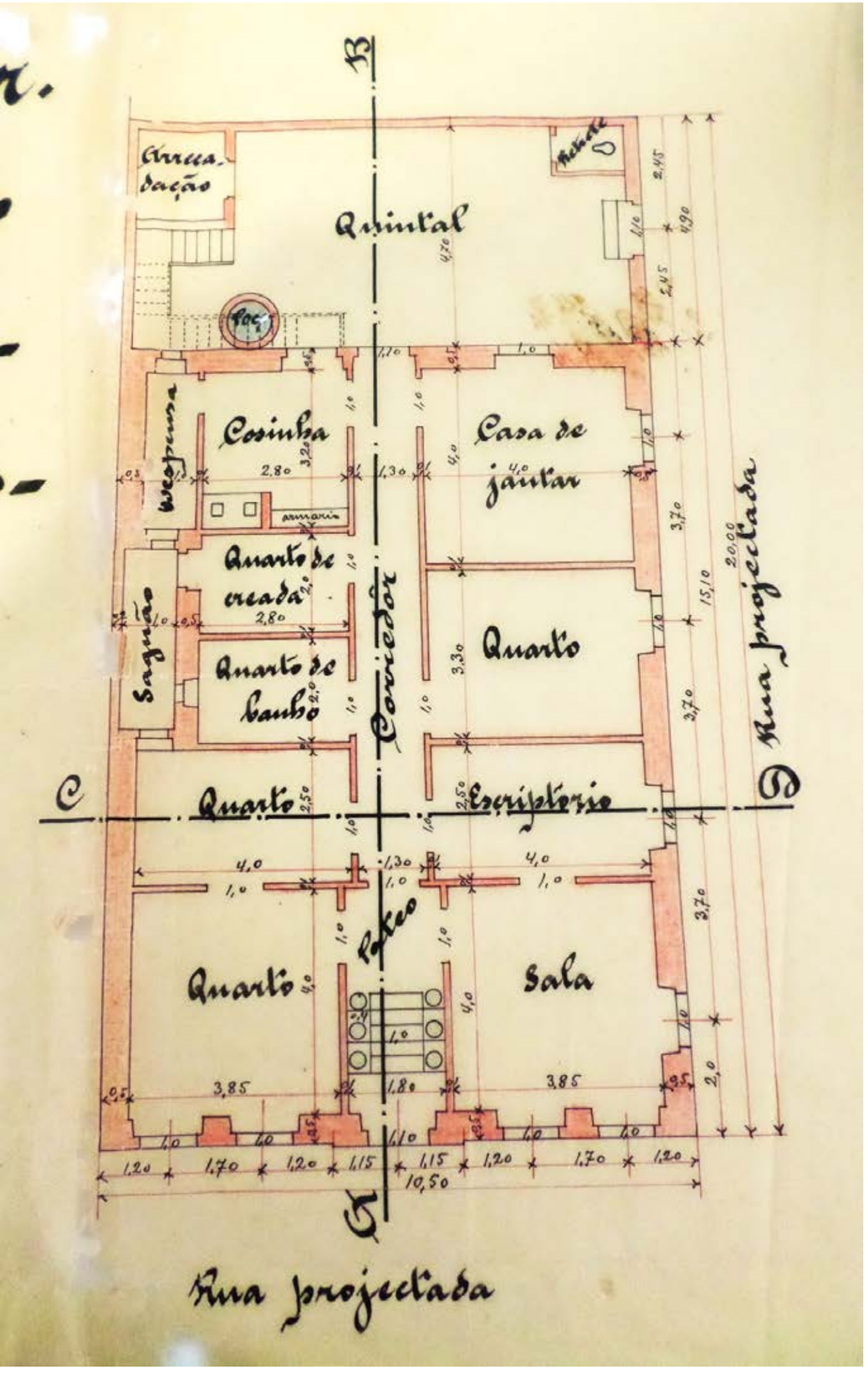


FIG. 13 *"Projecto d'uma casa n'uma rua projectada da Horta do Colégio em Faro — Planta"*. PT-ADFAR-CMF-L/E.2-6 (PO 594/1923, 28/03/1923



FIG. 14 *"Projecto d'uma casa n'uma rua projectada da Horta do Colégio em Faro — Alçado principal"*. PT-ADFAR-CMF-L/E.2-6 (PO 594/1923, 28/03/1923

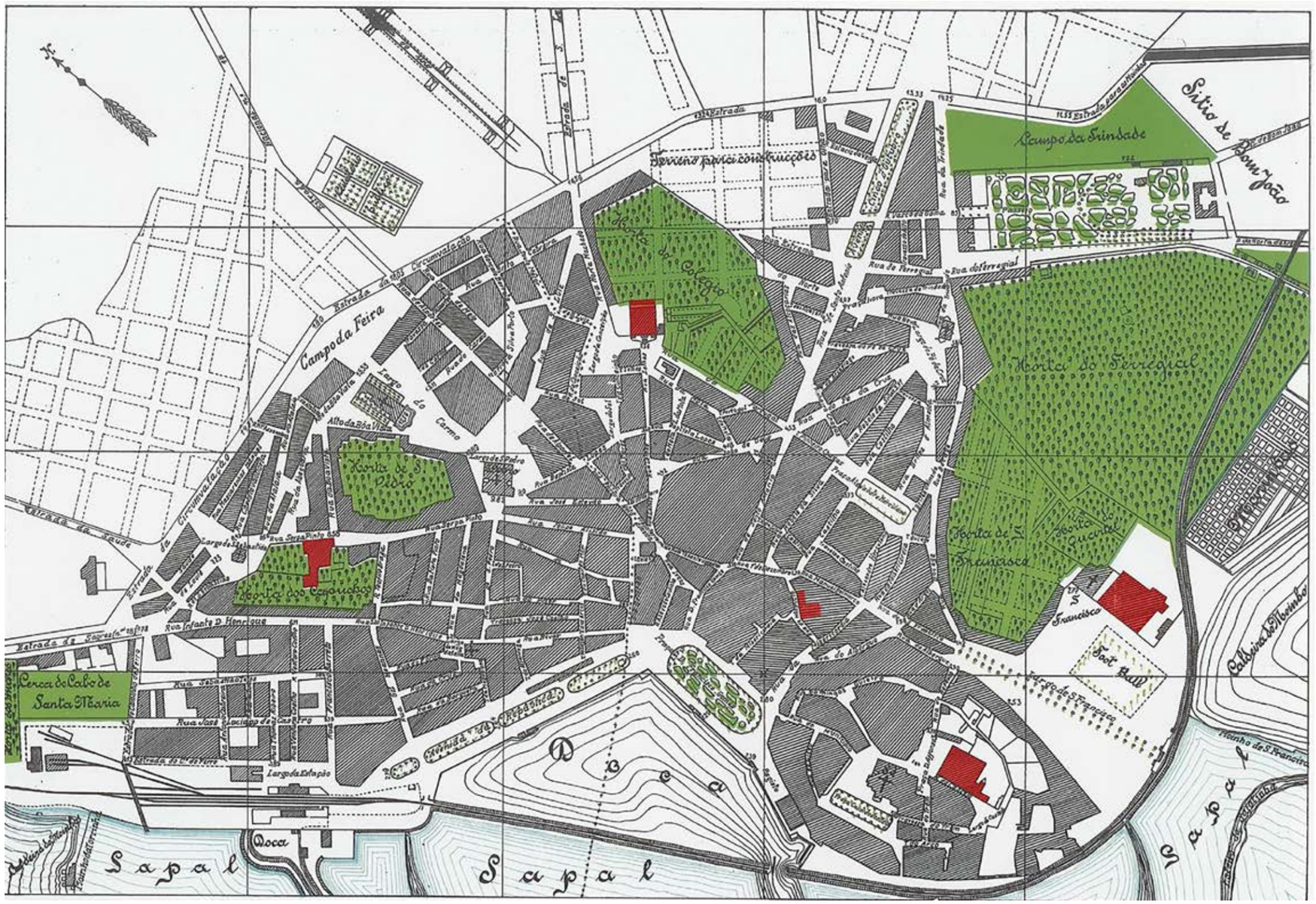


FIG. 15 Planta da cidade de Faro, anterior a 1927 (Raul Proença, *Guia de Portugal*, 1927, vol. II) com a representação das antigas casas religiosas a vermelho. Da esquerda para a direita: Convento de Santo António, Colégio dos Jesuítas, Hospício dos Marianos, Convento de Nossa Senhora da Assunção, Convento de São Francisco.

"*Bairro do Colégio*".[43] Conforme se pode ler nas Actas das Sessões que aprovaram o projeto, considerava-se que "um tal melhoramento muito beneficiará a cidade dada a circunstância da referida horta se achar situada num dos melhores locais da área urbana de Faro."[44] De facto assim era, dentro do conjunto dos novos bairros que foram projetados nesse período, o do Colégio, para além de se situar num local alto, era aquele que tinha uma localização mais central.[45]

Mas o que realmente interessa destacar é que, tal como podemos ver na planta publicada no Guia de Portugal que ficou conhecida como a "planta da urbanização das hortas" (Fig. 15), não se tratou apenas da construção de um novo bairro. Neste período procedeu-se à ocupação de todos os espaços livres existentes no interior da cidade, ou seja, das antigas hortas, parte delas pertencentes às extintas casas religiosas.[46] Este fenómeno não aconteceu apenas em Faro, mas terá ocorrido, de um modo geral, em todas as cidades e vilas portuguesas.[47] Este é um capítulo da história das

[44] PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 82r.

[45] "um dos logares mais aprazíveis e salubre da *cidade". Sessão da Câmara Municipal de Faro, 19 março 1923. PT-ADFAR-CMF-B/A.1-51 (1919-1923), fl. 20v. Nesse período foram projetados os Bairros de São Francisco (na antiga Horta de São Francisco) do lado nascente da cidade e de Nossa Senhora da Saúde (para lá da Estrada da Circunvalação) do lado poente da cidade.*

[46] Em Faro, todas as hortas das extintas casas religiosas foram total ou parcialmente ocupadas com construção.

[47] No Algarve, por exemplo, encontramos alguns exemplos: foi nas cercas dos conventos que se abriram as novas avenidas que caracterizam o urbanismo deste período (em Loulé e Tavira), que se construíram novos bairros (em Faro e Portimão), e que se localizaram novos equipamentos (Lagos).

nossas cidades que ainda está por fazer. As marcas físicas e simbólicas das transformações urbanas que ocorreram neste período permanecem e, nalguns casos, muitas das questões que antes se colocaram, como as dos novos usos para os antigos edifícios religiosos ou as da integração dos espaços das antigas hortas na estrutura urbana, voltam hoje a colocar-se.

BIBLIOGRAFIA

CALLIXTO, Carlos Pereira. 1988. *As Fortificações Marítimas do Reino do Algarve. A Praça de Guerra de Faro*. Faro: s.ed.

CARNEIRO, Luís Soares. 2002. *Teatros Portugueses de Raiz Italiana*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

COLECÇÃO dos Decretos, Resoluções e Ordens das Côrtes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portugueza, desde a sua instalação em 26 de Janeiro de 1821. 1822-1823. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FRANCO, J. E. et al. 2010. *Dicionário histórico das ordens, institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

LOPES, João Baptista da Silva. 1841. *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*. Col. Temas e Estudos Algarvios, vol. 2. s.l.: Algarve em Foco Editora.

MARADO, Catarina Almeida. 2006. "O destino dos antigos espaços conventuais da cidade". *Monumentos*, 24 (2006): 32-41.

MARADO, Catarina Almeida. 2007. *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Tese de Doutoramento. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha.

MARADO, Catarina Almeida. 2010. "Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de um uso às antigas casas regulares do Algarve". *Promontoria*, 7/8 (2010): 289-307.

MARADO, Catarina Almeida. 2013. "A formação do sistema conventual da cidade de Faro". *Promontoria*, 10 (2013): 43-54.

MESQUITA, J. C. Vilhena. 1988. *O teatro Lethes: breve apontamento histórico*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.

PAULA, Rui M. e Paula, Frederico. 1993. *Faro: Evolução Urbana e Património*. Faro: Ed. Câmara Municipal de Faro.

PEREIRA, Mariana Consciência. 2012. *Dispensários: A arquitectura da Luta Antituberculose*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Tânia. 2010. *Faro na época Moderna: do urbanismo à arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve.

ROSA, José António Pinheiro. 1990. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro.

ROSSA, Walter. 2002. *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português.* Coimbra: Almedina.

SILVA, António Martins. 1993. "A desamortização". In Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*. vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa.

SILVEIRA, Luís E., Raul Lino, e A. H. Oliveira Marques. 1975. *Colégios de Portalegre, Portimão, Faro, Angra, Ponta Delgada e Funchal (Companhia de Jesus*). *Arquivo do Tribunal de Contas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VELASCO Bayón, Balbino. 2001. *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas.

O PROJETO DE 1879, O EXTINTO CONVENTO DA ESPERANÇA E A FUTURA

"RUA DE D. CARLOS I": NOTAS DE URBANISMO*

ELISABETE GAMA
Câmara Municipal de Lisboa — Gabinete de Estudos Olisiponenses
elisabete.gama@cm-lisboa.pt

RESUMO

Em 1879, a Repartição Técnica municipal chefiada por Frederico Ressano Garcia apresentou o projeto de uma avenida do aterro de Santos ao Rato, que se dividia em dois lanços, o primeiro dos quais permitia prolongar a rua do Duque da Terceira até ao largo das Cortes. Pensado desde 1835/36, a concretização deste melhoramento público de particular relevância acabou por determinar o destino do edifício conventual quinhentista de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, a partir de 1880. O convento sucumbiu; no seu lugar abriu-se uma avenida, construiu-se um quartel para os bombeiros municipais e urbanizou-se a respetiva cerca. Das dinâmicas que envolveram este processo trataremos no presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE
MELHORAMENTOS URBANOS | ARRUAMENTOS | RUA DE D. CARLOS I | DINÂMICAS URBANAS | CONVENTO DA ESPERANÇA

ABSTRACT

In 1879, the municipal Urbanism Office, headed by the engineer Frederico Ressano Garcia, presented the project of a street between the "Aterro de Santos" and the "Largo do Rato", divided in two sections, the first considered to extend the "rua Duque da Terceira", near the "avenida Vinte e Quatro de Julho" till the "Largo das Cortes". The planning and the embellishment of the accesses to the "Palácio das Cortes", discussed since 1835/1836, were achieved by the Project of 1879, which determined the future of the "Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança" (founded in 1524), after 1888. The buildings were demolished and gave place to a main street ("rua de D. Carlos I", in 1889), a fire station and new blocks. In the present article we will consider the urban dynamics of this process.

KEYWORDS
URBAN IMPROVEMENTS | STREETS | D. CARLOS I STREET | URBAN DYNAMICS | CONVENTO OF ESPERANÇA

A Fazenda Nacional tomou posse dos bens das extintas casas das ordens religiosas regulares, legitimada pelo Decreto de 30 de Maio de 1834.[1] Uma parte do património imóvel acolheu serviços públicos (quartéis, escolas, fábricas, hospitais ou museus), outra foi alienada em hasta pública.[2] Poucos foram os edifícios demolidos, mas também os houve. O Convento da Esperança, em Lisboa, foi um deles. Sucumbiu em prol do progresso material, da modernização, da higienização e do bem-público. Do conjunto conventual quinhentista[3] (fig. 1) subsiste parte da cerca, o coro baixo, a porta da portaria, a mina de água e alguns elementos estruturais reutilizados (colunas, arcos, pilastras, colunelos e azulejos). No seu lugar rasgaram-se ruas, construiu-se um quartel para os bombeiros[4] e traçaram-se lotes, com os quais o município procurou suprir a falta de habitação na capital, motivada pelo aumento demográfico.[5] Da conceção da futura "rua de D. Carlos I" e das dinâmicas urbanas entre a Esperança e São Bento, no último quartel de Oitocentos, daremos conta neste artigo, através do projeto da Repartição Técnica municipal, de 1879.

FIG. 1 Grande Panorama de Lisboa [pormenor da zona da Esperança], c. 1700, painel em faiança. Lisboa. MNAz inv.1. Museu Nacional do Azulejo



1. Da ideia de "rua das Cortes": antecedentes da futura "rua de D. Carlos I"

A ideia de uma "rua das Cortes" nasceu quase em simultâneo com um dos projetos mais ambiciosos de D. Pedro IV (1798-1834) — o "Palácio das Cortes". O espaço de decisão parlamentar prometido aos liberais, cuja primeira sessão decorreu a 15 de Agosto de 1834, ocupou o extinto Convento de São Bento da Saúde[6] e trouxe consigo mudanças significativas na zona envolvente da Esperança, que se traduziram, entre outras, na abertura a futura "rua de D. Carlos I" (atual Avenida D. Carlos I) e na demolição do Convento de Clarissas.

Sem pretendermos alongar-nos neste capítulo, por ser matéria bem desenvolvida por Raquel Henriques da Silva, recordamos, em jeito de enquadramento, que os dois

* O presente artigo insere-se no âmbito da investigação em curso com vista à elaboração de uma dissertação de doutoramento em História, na especialidade de História Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fez parte do trabalho desenvolvido para o projeto *Lx Conventos, financiado pela FCT* (PTDC/CPC-HAT/4703/2012). O que aqui se apresenta incide especificamente no Projeto de 1879 da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa de abertura de um arruamento no prolongamento da Rua do Duque da Terceira até ao Largo da Cortes (futura "rua D. Carlos I") e nas implicações que teve no destino do extinto Convento, Igreja e Cerca da Esperança.

[1] O Decreto teve efeito imediato nas casas, institutos e colégios masculinos. A nacionalização das casas femininas regulamentou-se mais tarde, pela Lei de 4 de Abril de 1861, que determinou a posse dos edifícios à morte da última freira professa residente (Neto 1998, 46-52).

[2] Vide Bonifácio 2005; Neto 1998; Silva, A. M. 1997, Silveira 1980.

[3] O Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança teve fundação canónica pelo breve do Papa Clemente VII, de 12 de Janeiro de 1524. As obras começaram em 1527, por iniciativa de D. Isabel de Mendanha e continuaram após a sua morte, em 1532, sob o mecenato de D. Joana de Eça (f. 1571). A primeira comunidade de freiras franciscanas da Ordem de Santa Clara (Regra Urbanista) entrou em clausura em 1536. A inventariação dos bens pela Fazenda Nacional começou em 1888, depois da morte da última freira professa. O conjunto conventual e uma parte da cerca foram cedidos à Câmara Municipal de Lisboa, em 1888, para construção de uma padaria municipal, abertura de uma avenida e loteamento para edificação. Vide "Ficha de Casa conventual — LxCon064", no sítio http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/

[4] Em 1890 o Serviço de Incêndios da Câmara começou a ocupar os espaços do conjunto conventual, com armazéns de material e oficinas. A nova "Estação nº 1" ou "Caserna Augusto Ferreira", como era também conhecido o Quartel do Corpo de Bombeiros Municipais (hoje Regimento de Sapadores Bombeiros, de Lisboa), estava concluída em 1900-1901. O projeto foi concebido e/ou coordenado pelo arquiteto José Luís Monteiro, que criou um edifício de fachada simétrica, com uma torre central, onde aplicou estruturas e elementos decorativos provenientes das demolições (Ferreira et al. 1998, 192). Sobre o Serviço de Incêndios: Fernandes et al. 1994, 267-289.

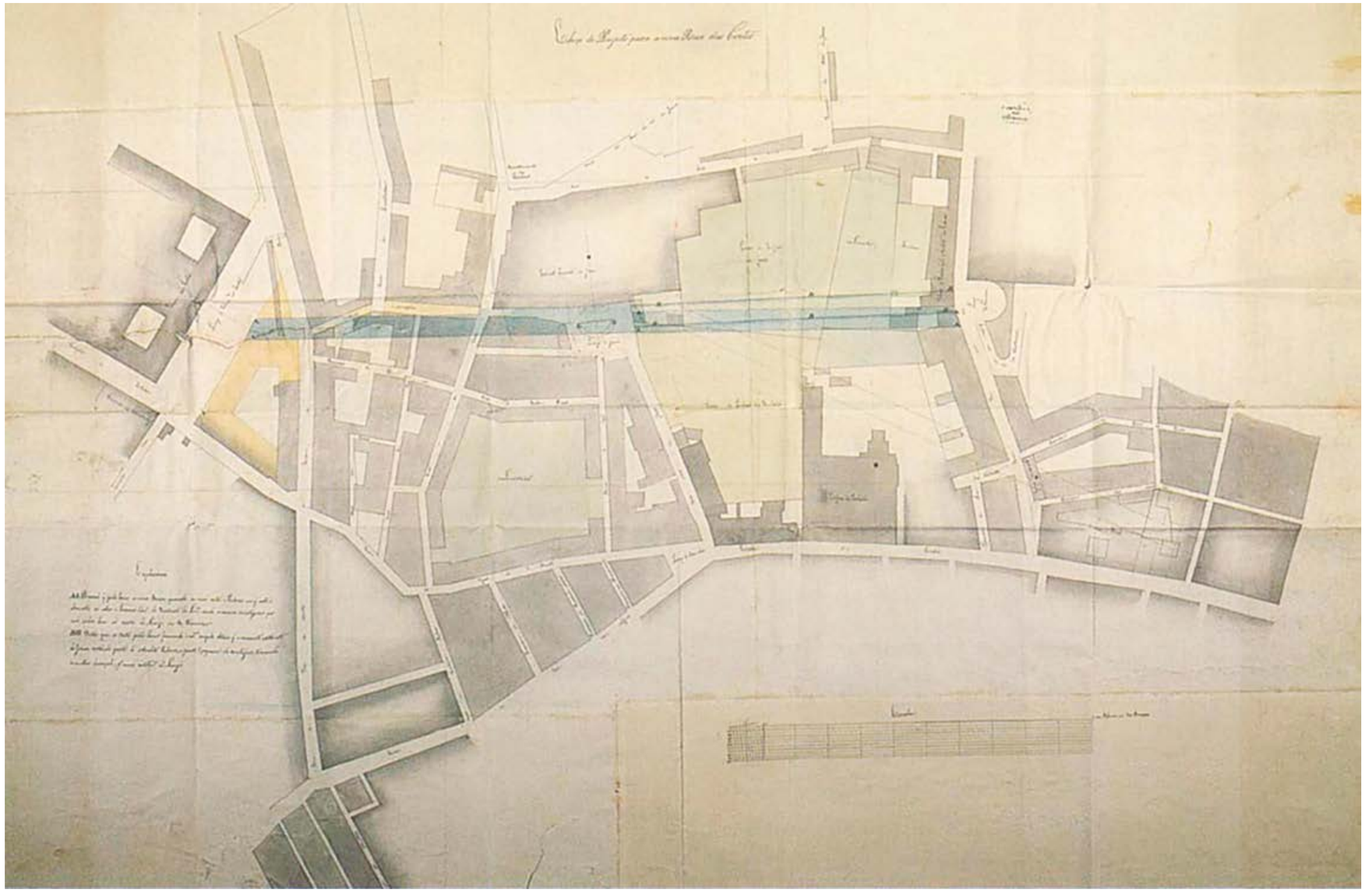


FIG. 2 Esboço do projecto para a nova rua das Cortes, c. 1835. *Ministério do Reino. Col. Plantas do ex-AHMF*, Cx. 5238, N 19. ANTT

primeiros estudos de ordenamento da zona datam de 1835-1836. Não foram concretizados[7] (fig. 2), mas a versão de 1836, ponderou, pela primeira vez, a ligação do de São Bento à zona ribeirinha, próxima da cerca da Esperança, a partir da atual Cç. do Combro.

A melhoria dos acessos ao Palácio das Cortes ganhou novos contornos na década de 1860. No âmbito das diretrizes do Decreto de 31 de Dezembro de 1864[8] surgiram novas soluções para uma circulação condigna. A Comissão técnica de 1865[9] apresentou duas versões que recuperavam, em parte, a filosofia dos projetos liberais. A primeira[10] (fig. 3) previa um eixo viário principal a unir São Bento ao centro da cidade (pelo Calhariz), com ramificações para os aterros ribeirinhos (Santos e 24 de Julho). A segunda[11] unia os largos de Santos e das Cortes, passando pela Cç. Marquês

[5] Entre 1864 e 1890 a população de Lisboa passou de 199.056 para 301.206 habitantes (Rodrigues 1995).

[6] Abandonada a hipótese de ocupar o antigo Convento de São Vicente de Fora, a Portaria de 4 de Setembro de 1833 (M. Reino) estabeleceu as duas Câmaras Legislativas em São Bento. A partir de Julho de 1834 dirigiu as obras o arquiteto Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896). Vide Mourão et al. 2003, 29-34; França 1999.

[7] O projeto de 1835, promovido pelo Ministério do Reino e incrementado pelo Governador Civil Joaquim Larcher (1797-1865), intitulava-se "Esboço do projecto para a nova rua das Cortes" e pretendia ligar a R. Formosa (hoje R. do Século) ao adro das Cortes (ANTT. MR. Col. Plantas do ex-Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Cx. 5238, N 19). O de 1836 informava o "Officio de José da Costa Sequeira para Manuel da Silva Passos, de 2 de Dezembro de 1836" (ANTT. MR. ASE. MÇ. 2036, da 3 ª Repartição Ministérios, 1835-1843). Cit. Mourão et al. 2003, 85, 96; Silva, R. H. 1997, V 1, 299.

[8] O Decreto de 31 de Dezembro de 1864 regulava a construção, exploração e fiscalização da viação pública, caminhos-de-ferro e telégrafos, mas lançava também as bases ou regras principais para a abertura de arruamentos, praças e jardins no interior das cidades e vilas, tendo em si mesmo um título para a capital; neste contexto criaram-se as figuras da "Comissão" e do "Plano Geral de Melhoramentos" (Lisboa 2002, 27).

[9] A Comissão nomeada em 1865 com objetivo de elaborar "um plano de melhoramentos da capital" integrava os engenheiros da Câmara Municipal de Lisboa Pézerat e J. J. Pereira de Carvalho, o arquiteto Possidónio da Silva e Guilherme da Silva Abrantes, vogal do Conselho de Saúde Pública (*Idem 2002, 27-28).*

[10] Com a data de Fevereiro de 1865, a "Avenida das Cortes para o Calhariz" ramificava-se em três eixos viários possíveis: a "Avenida da Rua Direita de Santos para as Cortes", a "Avenida da rua 24 de Julho para as Cortes" (que passava pela Esperança) e a "Avenida das Cortes para o Calhariz" ("Palácio das Cortes — Planta Geral". MR. Col. Plantas do ex-AHMF, Cx. 5283, N 24). Cit. Mourão et al. 2003, 88, 89, 158.

[11] Assinado por Pézerat, o estudo intitula-se: "Projecto para a rua entre a Calçada do Marquês de Abrantes e o Largo das Cortes, 10 Maio de 1865" (cota antiga AHCML-SGO/AC/ Cx 32-V). Cit. Mourão et al. 2003, 89, 170.

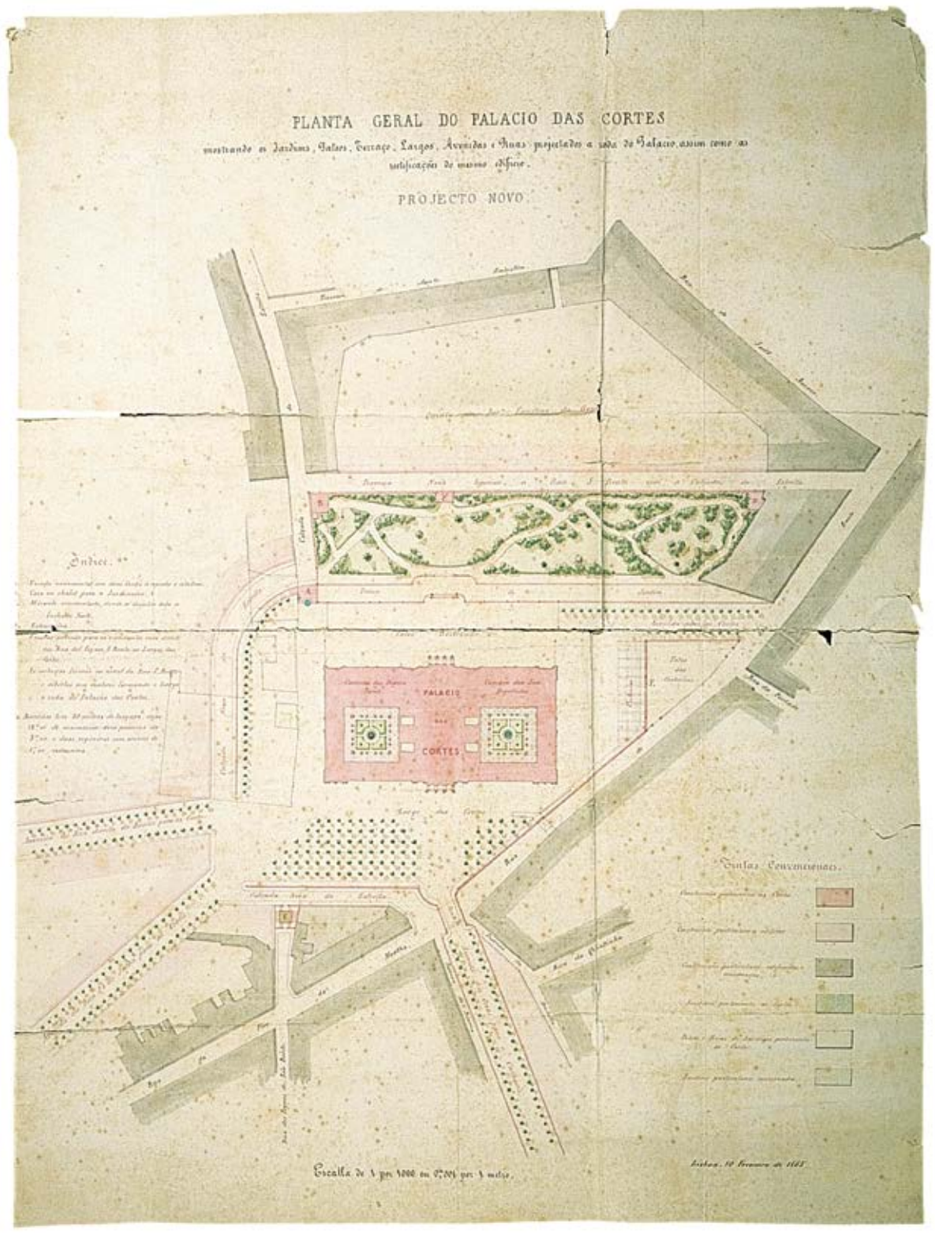


FIG. 3 Palácio das Côrtes — Planta Geral, N. ass. [P. J. Pézerat?], 10 fev. 1865. Esc. 1:1000. *Minist. Reino. Col. Plantas do ex-AHMF*, Cx 5283, n.º 24. ANTT

de Abrantes[12] (fig. 4) e pela Cerca da Esperança, salvaguardando o Convento e a Igreja.[13] Todavia, só nas décadas seguintes haveria condições políticas, técnicas, humanas, financeiras e culturais favoráveis para levar a cabo um programa tão abrangente.

2. A "Avenida do Aterro ao Rato": troço entre a "rua 24 de Julho" e o "Palácio das Cortes"

Com efeito, em 1874 Frederico Ressano Garcia (1847-1911)[14] ocupou o cargo de chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, implementando uma nova dinâmica de trabalho[15] que muito contribuiu para a modernização da capital fino-oitocentista. Entre 1878 e 1890, os destinos do município foram geridos, de forma contínua e prolongada, por dois presidentes – José Gregório da Rosa Araújo e Fernando Pereira Palha Osório Cabral – resultando numa fase de relativa estabilidade política e económica.[16] Em 1876, o Governo nomeou uma 2.ª Comissão técnica para concluir o "Plano Geral de Melhoramentos da Capital".[17] Os estudos efetuados (até 1881) traduziram-se no traçado de eixos viários amplos e retilíneos a delimitar quarteirões ortogonais para loteamento, com passeios, infraestruturas, árvores e

[12] A proposta municipal de ligar a Cç. do Marquês de Abrantes com o Lg. da Esperança remontava a 1858, em pleno contexto de combate a novos surtos de cólera e febre-amarela, e apresentava-se como um dos melhoramentos capaz de "satisfazer as condições de embelezamento e hygiene naquela parte da cidade, estabelecendo um mercado municipal e abrindo novas comunicações espaçosas e regulares" (*Annaes do Município de Lisboa, 1856-1859, N 5, Fev. 1858, 45).* Não se materializou por dificuldades financeiras e políticas do município (que motivaram a demissão da vereação em Outubro de 1858) e pela ausência de uma lei de expropriações por zonas. Vide Leal 2009, 119-136.

[13] O arruamento infletia para norte, mais ou menos na esquina da R. da Esperança com a R. da Flor da Murta (integrada na R. de São Bento desde 1859) e atravessava uma boa parte da Cerca conventual, preservando o edificado. Pelo caminho demolia-se o quarteirão entre a Cç. do Marquês de Abrantes e a R. do Merca Tudo (hoje da Boavista), que incluía o Boqueirão do Caes do Tojo e a R. dos Ferreiros, à Esperança.

[14] Frederico Ressano Garcia nasceu em Lisboa a 12 de Novembro de 1847. Em 1869 concluiu o Curso de Engenharia na École Impériale des Ponts et Chaussées, em Paris, onde permaneceu até 1871, tendo a oportunidade de observar os trabalhos de renovação urbanística levados a cabo pelo engenheiro George-Eugene Haussmann (1809-1891). Em 1874 entrou, por concurso público, nos quadros da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, para o lugar de chefia, vago desde a morte de Pézerat, em 1872. Aposentou-se em 1909 e faleceu a 27 de Agosto de 1911. Vide França 1990; Gama 2011; Lisboa de Frederico Ressano Garcia… 1989.

[15] Em Julho de 1879 redigiu o "Regulamento da Repartição Technica da Câmara Municipal de Lisboa" (*Archivo Municipal de Lisboa. Anno de 1879, 413-414).* Por sua iniciativa criou-se a "Commissão d'obras e melhoramentos municipaes" e dividiu-se a Repartição Técnica nas secções de "Construcções urbanas e trabalhos correlativos" e de "Calçadas, canalização e trabalhos correlativos". Entre 1878 e 1907 Ressano Garcia foi coadjuvado, entre outros, pelo engenheiro agrónomo António Maria de Avelar (1854-1912) e pelo arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942). Vide Viegas et al. 1999; Lisboa de Frederico Ressano Garcia… 1989; Mangorrinha 1997, 145-151.

[16] Sucedendo a José Elias Garcia, Rosa Araújo (1840-1893) foi Presidente do município entre 19 de Agosto de 1878 e 2 de Janeiro de 1886; Fernando Pereira Palha (1850-1897), entre

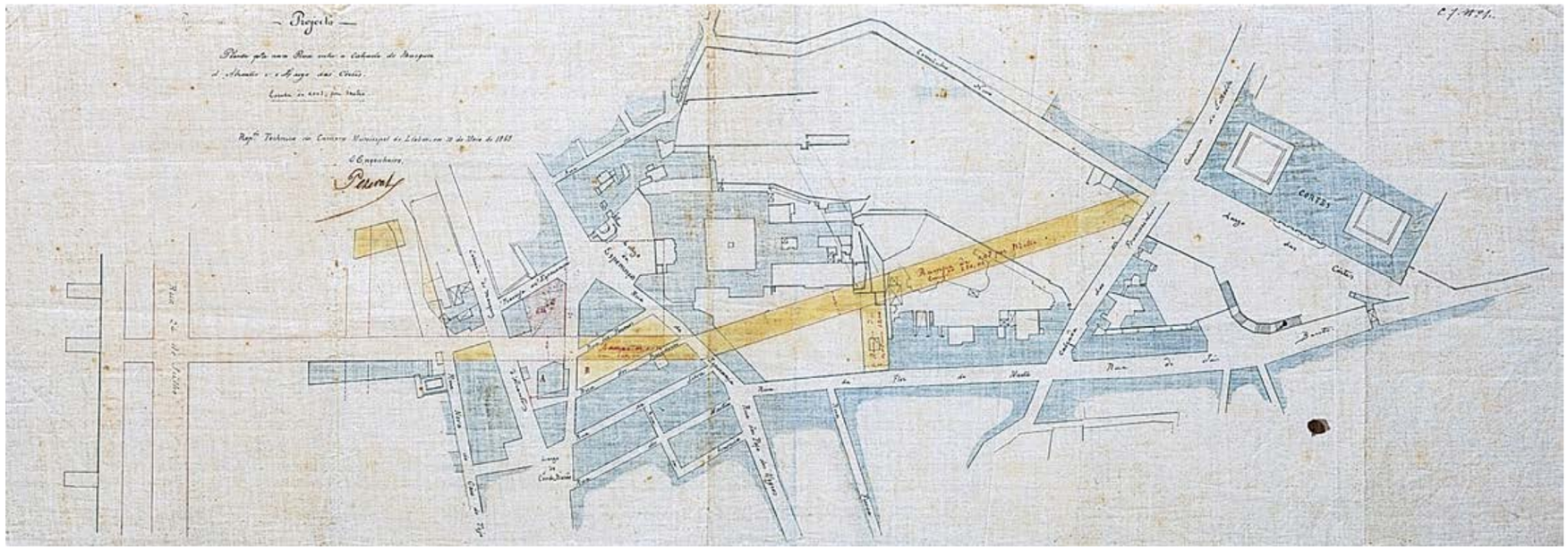


FIG. 4 Projecto — Planta pª a nova Rua entre a Calçada Marques de Abrantes e o Largo das Côrtes / Pézerat, 10 de Maio de 1865 (Mourão et al. 2003, 89).

mobiliário urbano, de que a Avenida da Liberdade, de 1879, foi o caso mais emblemático.[18]

Inseriu-se, neste contexto, a proposta de Joaquim Maria Osório (vereador e vogal da Comissão de Obras), de 30 de Junho de 1879, de quatro melhoramentos de reconhecida utilidade pública, dos quais requeria a máxima urgência, e de que destacamos os dois iniciais — os "trabalhos da rua projectada entre a do Duque da Terceira e o largo das Côrtes" e a "abertura da avenida em continuação ao Passeio Publico do Rocio".[19] Analisaremos aqui o primeiro, salientando os aspetos formais e técnicos mais significativos.

O estudo e o orçamento pedidos à Repartição Técnica, chefiada por Ressano Garcia, mereceram o aval da Comissão de Obras e Melhoramentos, seguindo para sessão de Câmara, onde foram aprovados a 18 de Novembro do corrente ano (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno 1879*, 642). Nascia assim o *Parecer n.º 621 — Planta da Avenida do Aterro ao Rato* (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0179, fl. 1-9), com a respetiva planta de pormenor "Planta 1 A — Do Aterro às Cortes (fig. 7). Este projeto dá também pelo nome de "Avenida do Aterro ao Rato, na parte compreendida entre a rua Vinte e Quatro de Julho e o Palácio das Côrtes" e "rua projectada entre a rua Duque da Terceira e o largo das Côrtes" doravante, designamo-lo de Projeto de 1879.

Começamos por ressalvar a respetiva pertinência, não só por ter sido pouco estudado, mas sobretudo por constituir a base da urbanização da futura "rua de D. Carlos I", inaugurada em 1889, do Quartel de Bombeiros e dos quarteirões adjacentes, surgindo, em contexto de época, a par da Avenida da Liberdade, o que traduz o grau de importância da zona ocidental no conjunto dos melhoramentos pensados por Ressano Garcia para a capital.

De igual forma, ambos os projetos foram concebidos em "pequenos lanços", podendo "ser construídos em simultâneo ou separadamente" (*Parecer n.º 621..., 3*). Versátil e pragmática, a opção pela progressão faseada garantia a execução futura e o cumprimento formal do Plano Geral de Melhoramentos.

À semelhança do vasto programa de expansão para norte que foi o *Passeio Público ao Campo Grande,*[20] destacamos ainda a circunstância de o Projeto de 1879 fazer parte de um plano mais vasto, que dava pelo nome de "Avenida entre Campolide e o Aterro Marginal do Tejo" (*Idem*..., 3). Este extenso arruamento aproveitava as

Janeiro de 1886 e 10 de Março de 1890. Vide Fernandes 1999.

[17] A comissão foi nomeada pela Portaria de 29 de Março de 1876, lida em sessão de Câmara de 8 de Maio. Integrava o engenheiro Luis Vítor Lecoq e o arquiteto Rafael da Silva Castro, ambos do Ministério das Obras Públicas; o engenheiro da Câmara F. Ressano Garcia e o vogal Junta Consultiva de Saúde Pública, Dr. Mateus Cesário Rodrigues Moacho (*Archivo Municipal de Lisboa, anno de 1876, 571).*

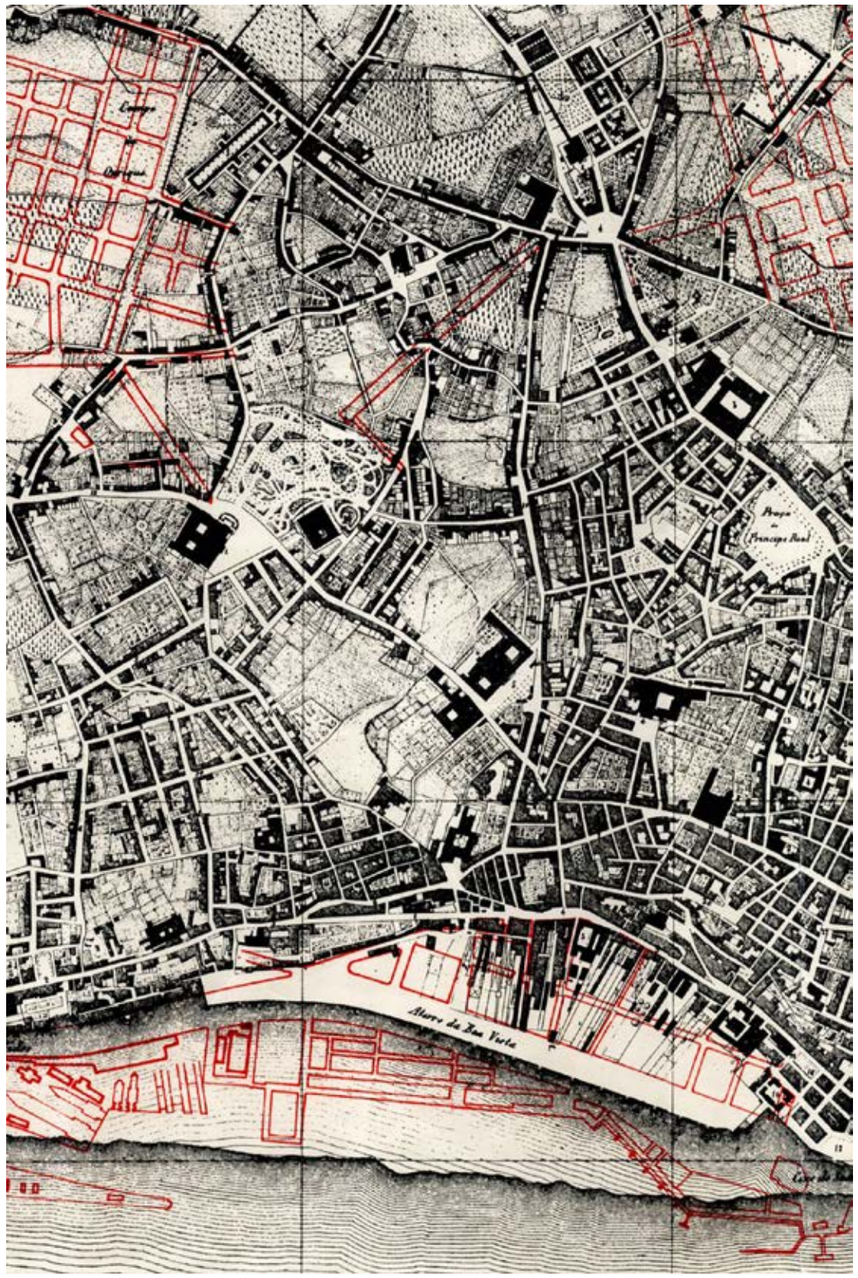
[18] O projeto do *boulevard do Passeio Público a São Sebastião da Pedreira, ramificando-se para o Campo Pequeno,* remontava a 1859 (Annaes do Municipio de Lisboa. 1856-1859, 12.06.1856); as obras da Avenida da Liberdade começaram em 1879.
Entre outros melhoramentos públicos salientamos: as obras do aterro da Boavista e a abertura da avenida 24 de Julho (1858-1865) e o prolongamento até Santos (1885); o projeto do Bairro de Campo de Ourique (1878) e a respetiva urbanização (1906-1911); a criação do Parque da Liberdade e o plano das "Avenidas Novas" (1888); o ante-projeto da Avenida dos Anjos (1881) e o plano de prolongamento da Rua da Palma (1900). Vide Lisboa de Frederico Ressano Garcia... 1989; Viegas et al. 1999.

[19] O 3º e o 4º melhoramento correspondiam, respetivamente, aos trabalhos da Companhia da Carris de Ferro de Lisboa e aos passeios da Rua do Ouro e do Rossio. O vereador acrescentava que ao conjunto das quatro obras é que a Câmara devia dar privilégio, concentrando as verbas e os empréstimos disponíveis, nomeadamente o mais recente, feito com "Casa Moura Borges & Compª" (Sessão de 30 de Junho de 1879, *Archivo Municipal de Lisboa, anno de 1879, 357).*

[20] A expansão urbana, que se desdobrava em projetos parcelares, traduziu-se, entre outros, na construção do Parque da Liberdade (hoje Eduardo VII) e bairros adjacentes, na avenida das Picoas, na rotunda do Saldanha e nas chamadas "Avenidas Novas". Vide Viegas et al. 1998; Lisboa de Frederico Ressano Garcia... 1989.



FIG. 5 Projecto de rectificação e alargamento de ruas [1859]. Cod. Referência PT/AMLSB/CMLSB/UROP-PU/29/082. CML-AML.



potencialidades da zona ampla e livre de constrangimentos de Campolide (e de Campo de Ourique, planeado em 1879) para criar um sistema de "viação rápida e económica" que permitiria "a ampliação de construções urbanas de que a cidade carece" (*Idem*..., 3) para a periferia noroeste (Sete Moinhos, Sete Rios e Benfica). Neste contexto, previa-se a ligação de Campolide à Avenida da Liberdade (e ao Marquês de Pombal), através de uma via entre a estrada da Circunvalação, ao Vale do Pereiro, e o Rato... à actual R. Braamcamp (que entronca na R. Alexandre Herculano — figs. 5, 6).

O programa de uma avenida entre Campolide e o Aterro de Santos não se concretizou, nem tão pouco o da "Avenida do Aterro ao Rato"; vingou apenas o troço do Projeto de 1879.

2.1 Memória descritiva, Orçamento e Peças desenhadas

Não sendo possível empreender, de uma só vez, um objetivo tão vasto para a Lisboa ocidental, apostou-se no lanço entre a "rua Vinte e Quatro de Julho e o Palacio das Cortes". O projeto incluía uma planta com o título manuscrito "Planta 1A — Do Aterro às Cortes"[22] (fig. 7), a "Memória descritiva", o "Mappa das Expropriações", os cálculos das "Escavações e aterros para a construção do Cano Geral", dos "Muros de encosto" e dos "Volumes das escavações", e o "Orçamento" geral (*Parecer n.º 621..., 1-9).* Destacamos aqui os aspetos técnicos e financeiros mais pertinentes.

Assim, o tipo de traçado foi pensado "n'um único alinhamento recto" com 540 metros de comprimento e 25 de largura, "sendo 12m,00 para empedrado, e 13,00m para os dous passeios" (*Idem*..., 3). Do comprimento total,

[21] Previsto desde 1859, o projeto Circunvalação-Rato, sem assinatura nem data, poderia atribuir-se a Pézerat, que se deslocou a Paris naquele ano, ou a Domingos Parente da Silva que assumia a gestão da Repartição Técnica nas ausências do engenheiro-chefe (*Annaes do Municipio de Lisboa: 1856-1859, 369). Vide Silva, R. H. 1997.*

[22] A planta não está assinada; a letra do título manuscrito, inscrito no canto superior esquerdo ("1-A Do Aterro às Cortes, Planta") poderá ser de Ressano Garcia; dificilmente seria do engenheiro Avelar, que entrou ao serviço apenas em Outubro de 1879 e só assumiu cargos de chefia depois de 1882. A estudar posteriormente.

FIG. 6 Planta da Cidade de Lisboa publicada em 1871, tendo a encarnado as alterações até 1911: pormenor / org. A. Vieira da Silva (Col. Plantas topográficas da Cidade de Lisboa, N 10, 1950). CML-GEO



FIG. 7 Planta 1A — Do Aterro às Cortes, 1879 (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0179, p. 6). CML-AML.

270,50 metros incidiam sobre o extinto Convento e a cerca da Esperança (figs. 7, 15), estando devidamente assinaladas a vermelho no levantamento dos pisos do edifício, de 1889[23] (fig. 10).

O alinhamento era perpendicular à "Rua Vinte e Quatro de Julho": começava na esquina do quarteirão industrial da "rua Duque da Terceira" (onde se instalou a Fábrica de Chocolate Iniguez, em 1906) e terminava no topo da cerca da Esperança, no cruzamento entre a Cç. da Estrela e o Caminho Novo (figs. 7, 8). Mas, se necessário, poderia seguir-se a linha "já determinada pelas edificações existentes,[24] ao poente na origem do traçado ou rua Duque da Terceira" (*Idem*..., 3), o que confirma, mais uma vez, a versatilidade das propostas. O executivo optou pela segunda hipótese (figs. 8, 9).

O estudo incluía, como dissemos, os trabalhos de escavações, fundações, terraplanagens gerais e as infraestruturas de saneamento, com a colocação de um "Cano Geral". Previa-se ainda a construção de "muros de encosto" em alvenaria, com a espessura de 1,00 m "com o fim de os aproveitar para as edificações" (*Idem*..., 8) (figs. 11, 12). O desnível entre a zona do Quelhas (Convento das Inglesinhas) e o Lg. da Esperança foi vencido por socalcos e a terra suportada por dois altos muros, um ao nível da rua (com 1,60 m de altura) e o outro da parada de instrução (Silva 1954, 448, 452).

[23] As plantas dos pisos térreo e superior do Convento da Esperança encontram-se no Museu de Lisboa-Palácio Pimenta (referência MC.DES.1618; MC.DES.1619). Foram copiadas, interpretadas e publicadas pelo engenheiro A. Vieira da Silva (Silva 1954, 427-428, 435-436, 449).

[24] As "edificações existentes" correspondiam ao quarteirão em quadrícula fechada, entre as actual Avenida 24 de Julho e o Lg. Vitorino Damásio, construído entre 1867 e 1881, depois das operações de assoreamento e terraplanagens dos aterros da Boavista (concluído em 1867) e do seu prolongamento até Santos (1885). Na planta de 1879 vemos que já estão de pé as frentes este, sul e parte da poente, faltando completar apenas a face norte. Vide Leal 2009, 119-136; Santos 2006, 369-399.



FIG. 8 Planta 1 A — Do Aterro às Cortes: [pormenor da zona do Rua do Duque da Terceira] (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06-01/0179, p. 6). CML-AML



FIG. 9 Avenida 24 de Julho e avenida D. Carlos I, post. 1900 / Joshua Benoliel (PT/AMLSB/JBN/000668). CML-AML

Calculou-se a despesa total em 95 contos de réis, dos quais 21.888$936 réis para trabalhos de "Terraplanagens geraes", "Pavimento" e "Obras de arte (e Cano)", e 4.222$064 réis para "Despezas imprevistas" (*Parecer n.º* 621..., 8). Abstraía-se o "custo da demolição porque o valor dos materiaes compensam a despeza" (*Idem*..., 8).[25]

As expropriações foram estimadas em 68.891$000 réis (*Idem*..., 4). Face à "crise actual[26]; aconselha a prudencia" que a edificação comece pela "cerca e dependências do Convento da Esperança... condemnado à demolição, em parte" (*Idem*..., 3-4). Desta forma, o município ocupava uma área a custo zero, via as despesas compensadas pela venda dos terrenos para edificações particulares e supria o deficit habitacional que resultaria da demolição de prédios no trajeto de vias (parte da Cç. do Marquês de Abrantes, a R. da Esperança, do n.º 30 ao 70, e as ruas do Merca-Tudo e dos Ferreiros — figs. 7, 15).

Mas, na verdade, o processo foi lento e dispendioso. Quando olhamos para o valor monetário dos acordos com os proprietários compreendemos as contingências do plano (Quadro 1). Para viabilizar o processo, o Governo foi autorizando algumas expropriações, sobretudo na zona industrial da Boavista. Em Novembro de 1880 tinha-se chegado a acordo com a maior parte dos proprietários;[27] entre Janeiro e Dezembro de 1881 sete aceitaram expropriações amigáveis.[28] Aguardava-se, contudo, uma "lei das expropriações" por zonas, que só haveria de chegar em 1888.[29]

3. Do "prolongamento da rua do Duque da Terceira" à "rua de D. Carlos I" (1881-1889)

A demolição dos prédios ficou agendada para o dia 1 de Julho de 1881,[30] mas as interrupções foram constantes. O município viu adiado "um empréstimo de mil contos de reis" com o qual pretendia: dar "continuação as obras da avenida da Liberdade, conclusão da rua do Duque da Terceira, alargamento da do Moinho de Vento, e construção de um mercado central".[31] Em 1882 era difícil circular na

[25] Parte do material começou a ser vendido e/ou reaproveitado logo em Julho de 1881 (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno de 1881, 419, 431).*

[26] O século XIX português ficou marcado por várias crises cíclicas, entre elas, as de 1857, 1866, 1873 e a de 1876, conhecida pela grande depressão financeira, motivada em parte pela escassez de remessas do Brasil. A recuperação iniciou-se entre 1879 e 1881, mas em 1886 o efeito sentiu-se novamente, com a quebra acentuada das trocas comerciais. Vide Justino 1988-1989; Mata 1993; Pereira 2013, 111-157.

[27] Sessão de 29 Novembro de 1880 (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno 1880, 648-649).* Tratou das expropriações Luís de Almeida e Albuquerque (1819-1906), vereador e presidente da Câmara em 1876-1877.

[28] Foram eles: Maria da Piedade (R. Esperança, 53, 55), Caetano Macário (R. Ferreiros, 1-5); António Pires da Paz (R. Esperança, 33-39; R. Ferreiros, 11-13), Ernesto de Santana Castelo Branco (R. Esperança, 63, 65, frente para R. Mercatudo, 36, 38), Agostinho José do Lago (R. Ferreiros, 7, 9), Amália Hermínia Pires Afonso (R. Esperança 41-45), José António da Veiga (R. Mercatudo, 20-28). Vide Sessões de 31 Janeiro de 1881 e de 18 de Abril de 1881 (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno de 1881, 48, 198); Sessão de 12 de Dezembro de 1881 (Ibidem, Anno de 1881, 631).*

[29] A "Lei de Expropriação por Zonas", aprovada a 9 de Agosto de 1888, agilizou os processos de expropriação por utilidade pública, garantindo o retorno financeiro para o município, ao permitir-lhe expropriar para além da faixa necessária para o leito das ruas, também faixas laterais até 50 metros, que depois de loteadas, seriam vendidas para edificações particulares (Viegas et al. 1999, 23, 30).

[30] Sessão de 27 de Junho de 1881 (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno de 1881, 307)*

[31] Sessão extraordinária de 21 de Junho de 1881 (*Ibidem, Anno de 1881, 301).* A Câmara dirigiu circulares aos "bancos de Portugal, Lisboa & Açores, Luzitano, Comercial de Lisboa, Nacional Insulano, Ultramarino, Montepio-Geral, e às casas de crédito Moura Borges & Compª, Henry Burnay & Compª e Eugénio Mendia". Para o empréstimo de mil contos de réis recebeu apenas uma proposta de Henry Burnay que não agradou ao executivo.

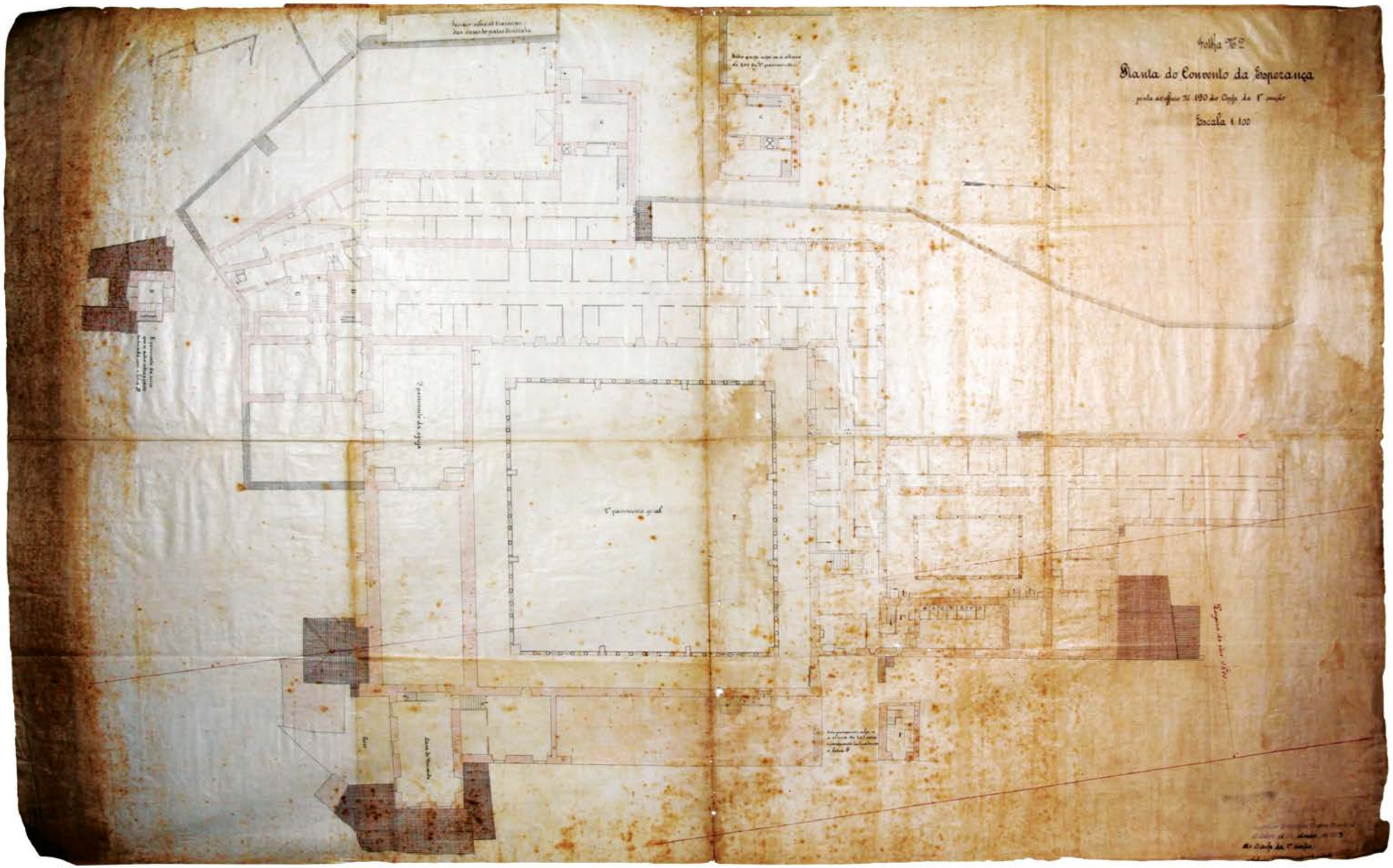


FIG. 10 Planta geral térrea do Convento da Esperança: [pormenor]. Esc. 1: 100. [1898?]. MC. DES.1618. CML-ML-Palácio Pimenta



FIG. 11 "Vista da R. D. Carlos em construção (1900), tirada do Norte para o Sul" (Silva 1954, 446-447).



FIG. 12 "Quartel de Bombeiros na avenida D. Carlos: parada de material de incêndios" / Francisco Rochini, João Francisco Camacho, *Photographias de Lisboa* (...), 5. CML-GEO

zona; os habitantes reclamavam a remoção dos "materiaes existentes no Largo da Esperança, provenientes das demolições"; o município mandou remover o entulho "para o vasadouro em Alcantara" e aproveitar a "pedra para qualquer obra municipal, se a houver pouco distantes, e onde convenha mais do que vendel-a em praça no local".[32]

Em Julho de 1883 abriu-se praça para o fornecimento "de cantaria para os passeios da rua do Duque da Terceira" e para "as caldeiras das arvores da mesma rua"[33] (figs. 12, 13). Tratava-se, no total, de "750ml de faxa de cantaria de 0,40 sendo 700ml recta e 50ml curva e 600 pedras para cem caldeiras d'arvores de 0,835 de raio".[34] A Repartição Técnica aconselhou a proposta mais barata: para os passeios, a de José Moreira Rato & Filhos no valor de 3.915 réis o m^2; para as caldeiras, a de Augusto Moreira, à razão de 567 réis o m^2.[35] O calcetamento a partir do Lg. da Esperança começou em 1884, depois de concluídos os nivelamentos.[36]

Em Agosto de 1888 faleceu Soror Joaquina Cândida de Jesus, última freira professa residente do Convento da Esperança. Só então foi possível rasgar a avenida até à Cç da Estrela, na esquina com o Caminho Novo. O impulso final para a urbanização e loteamento do Sítio da Esperança, onde nasceu a Rua dos Industriais[37] (fig. 15), foi dado em Novembro desse ano pelo contrato de concessão do conjunto conventual ao município de Lisboa.[38] A 28 de Dezembro de 1889 inaugurou-se a "rua do Duque da Terceira e o seu prolongamento athe a Calçada da Estrella", sob o topónimo oficial de "Rua de D. Carlos I"[39] (fig. 14). Concluía-se, no essencial, o Projeto de 1879.

[32] Sessão de 3 de Agosto de 1882 (*Archivo Municipal de Lisboa, Anno de 1882, 439).*

[33] Sessão de 12 de Julho de 1883 (*Archivo Municipal de Lisboa. Anno de 1883, 465).*

[34] Sessão de 19 de Julho de 1883 (*Ibidem, 482).*

[35] A Câmara concordou com o parecer, adjudicando os contratos com os fornecedores (Sessão de 19 de Julho de 1883, *Ibidem, 482).*

[36] Em 1881 a Repartição Técnica apresentou o orçamento para "reconstrução da faxa com o gres de Cascaes existente no Depósito à Rocha do Conde de Óbidos, no valor de 197$000 rs." (Sessão de 15 de Junho de 1881, *Ibidem).*

[37] O topónimo "rua dos Industriais" teve deliberação camarária a 14 de Novembro de 1891 e foi aprovado a 18 do mesmo mês. Vide sítio consultado em 13 Junho de 2016 — http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/resultados
Os primeiros talhões foram à praça pública no primeiro trimestre de 1890 (*Actas da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1890).*

[38] Pela Carta de Lei de 19 de Julho de 1888, o Governo obrigava-se, entre outros, a auxiliar as câmaras municipais a instalar padarias municipais, concedendo-lhes edifícios nacionais. Insere-se neste contexto o contrato de concessão do extinto Convento da Esperança à Câmara Municipal de Lisboa para estabelecimento de uma "padaria municipal, capaz de produzir 40.000 kg/dia de pão de boa qualidade e preço acessível", insere-se neste contexto (aprovado em Sessão de 24 de Novembro de 1888, *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no anno de 1888, 193-195).*

[39] A proposta foi apresentada em sessão de Câmara de 22 de Novembro de 1889 (*Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa no anno de 1889, 178).*
Em 1910 a "Rua de D. Carlos I" passou a "Rua das Cortes", retomando a linha liberal. Entre 1918 e 1948 chamou-se "Avenida Presidente Wilson". Por edital de 23 de Dezembro de 1948 oficializou-se o topónimo "Avenida de D. Carlos I" (sítio consultado em 4 Outubro de 2016 — http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/resultados. Vide sítio consultado em 23 Dezembro 2015 — https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/09/27/d-carlos-i-numa-avenida-e-numa-esplanada/









FIG. 13 "Vista da Rua Dom Carlos I em construção (c. 1900)", *Lisboa: fotografias, desenhos e projetos*, V 14: 15. CML-GEO

FIG. 14 Cortejo real em dia de abertura das Cortes na Av. D. Carlos [Maio de 1901] / Estúdio Mário Novaes (PT/AMLSB/MNV/S01430). CML-AML

FIG. 15 Justaposição de dois levantamentos topográficos de Lisboa: 1871 e 1911. Zona entre a Calçada da Estrela/Rua de São Bento e a Avenida 24 de Julho/Rio Tejo [pormenor] / Elisabete Gama
NOTA EXPLICATIVA:
À esquerda: Levantamento topográfico de Lisboa: 41, 49 / Repartição de Calçadas e Canalizações. Lisboa: Câmara Municipal, 1871 (MP 4415, MP 4422). CML-GEO
À direita: Levantamento da planta da de Lisboa: 1904-1911 / Júlio António da Silva Pinto, et. al. Lisboa: Câmara Municipal, 1904-1911 (9E, 9F). CML-AML

Considerações finais

Com base no projeto da "Avenida do Aterro ao Rato, na parte compreendida entre a rua Vinte e Quatro de Julho e o Palácio das Côrtes" (1879), documento da Repartição Técnica municipal até agora quase desconhecido e pouco estudado, procurámos compreender: por um lado, as dinâmicas urbanas fino-oitocentistas entre São Bento e o Aterro de Santos, de que resultaram novos arruamentos ("rua de D. Carlos I", "rua dos Industriais" e alargamento do Caminho Novo) e quarteirões para edificação por particulares; por outro, as múltiplas vertentes do processo de expropriação do Convento da Esperança, de fundação quinhentista, demolido na quase totalidade.

Intentámos, de igual forma, relevar a complexidade e a amplitude da expansão urbana (por vezes utópica, mas sempre estruturante do centro com a periferia) e o *modus operandi* da equipa de Ressano Garcia, onde sobressai o rigor do desenho no traçado das ruas, o pragmatismo, a versatilidade das soluções, mas também a capacidade de eliminar contingências e solucionar alguns problemas da cidade (habitação, saneamento e industrialização) na "construção" paulatina do Plano Geral de Melhoramentos da Capital.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Inventário da extinção do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, de Lisboa. 1845-1925. *Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança Lisboa, cx. 1957 a 1962.* http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4224411

ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA (CML-AML)

Arquivo de Obras. Obra 20460 — Av. D. Carlos I (Batalhão Sapadores Bombeiros) tornej. Rua das Francesinhas, 25 a 27.

Arquivo de Obras. Obra N 6107 — Av. D. Carlos I, 103 e 105, Tornej. Rua dos Industriais, Janelas.

Estudos e Projectos de Arruamentos. 1817/1916. Cod. Referência PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00063-00082.

Estudos e Projectos de Arruamentos. 1887/1918. Cod. Referência PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/02322-02385.

Estudos e Projectos. 1890-1922 — Terreno na Av. D. Carlos / Calçada Marquês de Abrantes. 1895/1896. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00083-00085.

Parecer n.º 621 — Planta da Avenida do Aterro ao Rato / Comissão das Obras e Melhoramentos Municipais, [1879]. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/01/0179.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

Livro da fundação, ampliação & sítio do Convento de N. Sr.ª da Piedade da Esperança [Manuscrito]. Mandado redigir em 1620, pela Abadessa Francisca dos Anjos, contem relatos de eventos desde a fundação em 1527 até 1750. Lisboa, [c. 1750]. IL. 103

FONTES IMPRESSAS

A evolução municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações. 1994. Lisboa: Camara Municipal.

ANDRADE, Ferreira de. 1969. *Lisboa e os seus serviços de incêndios*. V 1 (1395-1868). Lisboa: [s.n.].

BARATA, Ana. 2010. *Lisboa "Caes da Europa". Realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*. Lisboa: Colibri.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. 2005. *O século XIX português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BRANCO, Rui. 2009. *O Mapa de Portugal. Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Horizonte.

CAETANO, Carlos. 2004. *A ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Pandora.

CASTRO, J. Baptista de. 1763. *Mappa de Portugal*, T III. Lisboa.

CASTILHO, Júlio. 1940. *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da Margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos o Velho*, V 5. Lisboa: Câmara Municipal.

COLLEÇÃO das Providencias Municipais da Câmara Municipal de Lisboa desde 1833. [1856], V 2. Lisboa: Tip. Silva.

FERNANDES, José Manuel et al. 1994. *Lisboa em movimento: 1850-1920 = Lisbon in motion: 1850-1920.* 1994. Lisboa: Livros Horizonte.

FERNANDES, Paulo Jorge. 1999. *As faces de Proteu: as elites urbanas e o poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*. Lisboa: Câmara Municipal.

FERREIRA, Fátima et al. 1998. *José Luís Monteiro: arcos de um percurso = steps of a long journey*. Lisboa: Câmara Municipal.
FRANÇA, José Augusto. 1990. *A arte em Portugal no século XIX*. V 1-2. Venda Nova: Bertrand.
FRANÇA, José-Augusto. 2009. *Lisboa, Histórica física e moral*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
FRANÇA, José Augusto. 1999. *O Palácio de São Bento*. Lisboa: Assembleia da República.
FRANCO, José Eduardo. 2010. *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
GAMA, Elisabete. 2011. *Ressano Garcia e o crescimento da cidade (1874-1911)*. Lisboa: Câmara Municipal.
HISTÓRIA dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa. 1950-1972. T I-II. Lisboa: Câmara Municipal.
JUSTINO, David. 1988-1989. *A formação do Espaço Económico Nacional. Portugal, 1850-1913*, Vol 1-2. Lisboa: Veja.
LISBOA de Frederico Ressano Garcia. 1874-1909. 1989.Lisboa: Câmara Municipal.
LISBOA, Maria Helena. 2002. *Os engenheiros em Lisboa: urbanismo e arquitectura, 1850-1930*. Lisboa: Horizonte.
MACEDO, Luís Pastor de. 1968. *Lisboa de lés-a-lés. Subsídios para a história das vias públicas da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal.
MATA, Maria Eugénia. 1993. *As finanças públicas na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Banco de Portugal.
MOURÃO, Cátia, Luz-Afonso, Simoneta, e Silva, Raquel Henriques da, coord. 2003. *Os espaços do Parlamento — da Livraria das necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes (1821-1903)*. Lisboa: Assembleia da República.
NETO, Vítor. 1998. *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional.
PLANO de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa. Termos de Referência. 2010. Direcção Municipal de Planeamento Urbanístico. Lisboa: Câmara Municipal.
RAMOS, Rui. 2008. *D. Carlos*. Lisboa: Temas & Debates.
RODRIGUES, Teresa. 1995. *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos.
SARDICA, José Miguel. 2001. *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
SILVA, António Martins da. 1997. *Nacionalizações e privatizações em Portugal. A desamortização Oitocentista.* Coimbra: Minerva.
SILVA, Raquel Henriques da. 1997. *Lisboa Romântica: Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* [Policopiado]. Dissert. Doutoramento em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
VENTURA, António. 2008. *As Guerras Liberais (1820-1834)*. Coimbra: Quidnovi.
VIEGAS, Inês et al. 1998. *Do Passeio à Avenida: os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
VIEGAS, Inês et al. 1999. *Do Saldanha ao Campo Grande: os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Actas da Comissão Executiva da Câmara. 1890. Lisboa: Câmara Municipal.
Actas das Sessões da Comissão Administrativa. 1890. Lisboa: Câmara Municipal.
Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa. 1888. Lisboa: Imp. Democratica.
Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa, anno de 1887. Lisboa: Imp. Democrática.
Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa, anno de 1889. Lisboa: Imp. Democrática.
Annaes do Municipio de Lisboa. 1856-1859. 1859. Lisboa: Câmara Municipal.
Archivo Municipal de Lisboa: 1860-1868. 1868. Lisboa: Câmara Municipal.
Archivo Municipal de Lisboa: 1869-1885. 1885. Lisboa: Typographia do Futuro.
Boletim do M. O. P. C. I., N 2, Fev. 1858.
LEAL, Joana Cunha. 2009. "A Sanitarização do Imaginário urbano e o Crescimento de Lisboa na segunda metade do século XIX". *Arte e Poder*. Lisboa: 119-136.
MANGORRINHA, Jorge. 1997. "O desenho da arquitectura: modos de apresentação em processos de licenciamento: Lisboa séculos XIX-XX". *Actas das Sessões do I Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica urbana: século XVI-XX*. Lisboa: Câmara Municipal: 145-151.
PEREIRA, Jorge M. 2013. "O Processo económico". *A Construção Nacional 1834-1890*. V 2: 111-157.
SANTOS, Maria João. 2006. "O Largo Vitorino Damásio (Santos-o-Velho). Contributos para a história da zona ribeirinha de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, V 9, N 2: 369-399.
SILVA, Augusto Vieira da. 1954. "O Mosteiro da Esperança", *Dispersos*, V 1. Lisboa: Câmara Municipal: 415-455.
SILVEIRA, Luís Espinha da. 1980. "A venda de bens nacionais (1834-43), uma primeira abordagem", *Análise Social*, V 16 (61-62): 87-110.

FONTES GRÁFICAS

Cartografia

Esboço do projecto para a nova rua das Cortes, c. 1835. *Ministério do Reino. Col. Plantas do ex-AHMF,* Cx. 5238, N 19. ANTT
Levantamento da planta da de Lisboa: 1904-1911 / Júlio António da Silva Pinto, et. al.. Lisboa: Câmara Municipal, 1904-1911. (PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/041 — 9F; PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03/030 — 9E). CML-AML
Levantamento topográfico de Lisboa: 1871. Repartição de Calçadas e Canalizações. Lisboa: Câmara Municipal, 1871 (MP 4415 — 41, MP 4422 — 49). CML-GEO
"Planta 1 A — Do Aterro às Cortes", *Parecer n.º 621 — Planta da Avenida do Aterro ao Rato* / Comissão das Obras e Melhoramentos Municipais, [1879]. PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/06/01/0179, fl. 9. CML-AML
Planta da Cidade de Lisboa publicada em 1871, tendo a encarnado as alterações até 1911, 1950. Org. A. Vieira da Silva (Col. Plantas topográficas da Cidade de Lisboa, N 10). CML-GEO
Planta geral do segundo pavimento do Convento da Esperança, 1889. Esc. 1:100, [16 Set. 1889]. MC.DES.1619. CML-ML-Palácio Pimenta
Planta geral térrea do Convento da Esperança, 1889. Esc. 1:100, [16 Set. 1889]. MC. DES.1618. CML-ML-Palácio Pimenta
Projecto de rectificação e alargamento de ruas [1859]. PT/AMLSB/CMLSB/UROP-PU/29/082. CML-AML
Projecto — Planta pª a nova Rua entre a Calçada Marques de Abrantes e o Largo da Côrtes / Pézerat, 10 de Maio de 1865 (Mourão et al. 2003, 89).

Iconografia

Avenida 24 de Julho e avenida D. Carlos I, post. 1900 / Joshua Benoliel. PT/AMLSB/JBN/000668. CML-AML
Cortejo real em dia de abertura das Cortes na Av. D. Carlos [Maio de 1901] / Estúdio Mário Novaes. PT/AMLSB/MNV/S01430. CML-AML
Fachada do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, ou Convento da Boa Vista / Luís Gonzaga Pereira. MC.DES.1631.060. CML-ML-Palácio Pimenta
Grande panorama de Lisboa. [c. 1700]. Lisboa. Faiança a azul sobre branco. MNAz, inv.º 1.
"Quartel de Bombeiros na avenida D. Carlos I: parada de material de incêndio", *Photographias de Lisboa: Câmara Municipal, serviços públicos, festejos, coches, quadros diversos*, [1880-1900]. Clichés de Francisco Rocchini e de João Francisco Camacho. [S.l.] : [s.n.]. 1 álbum. CML-GEO
"Vista da Rua Dom Carlos I em construção (c. 1900)", *Lisboa: fotografias, desenhos, projectos*, V 14, 15. CML-GEO

ARTIGOS NA INTERNET

"Avenida Dom Carlos I". http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/resultados
"Biografia de José Vitorino Damásio". http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1010714
"Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança. LXConv064". http://lxconventos.cm-lisboa.pt/base-de-dados/
"Rua dos Industriais". http://www.cm-lisboa.pt/toponimia/resultados

ANEXOS

QUADRO 1 Mappa das expropriações. Parecer n.º 621, fl. 4.

Nº de ordem na planta	Proprietário	Avaliação (réis)	Observações
1	Cipriano José d'Abreu	1349$000 rs.	1.349$000 rs ou
2		6.000$000 rs.	Barracão que foi incendiado – avaliação da Cª M.al
3	Câmara Municipal de Lisboa	0 rs.	
4	Vítor Gonçalves da Rocha	3.506$000 rs.	Expropriado em metade
5			
6	Júlio Caldeira	4.752$000 rs.	Expropriado em metade
7	Nicolau Ribeiro da Silva	15.272$000 rs.	
8	Francisco Paulo da Veiga	6.496$000 rs.	
9	Manuel José da Silva Ribeiro	1.292$000 rs.	
10	Ernesto Sant'Ana Castelo Branco	3.056$000 rs.	
11	D. Maria da Piedade	1.824$000 rs.	
12	João António Branco	2.736$000 rs.	
13	D. Amália Pires Afonso	5.280$000 rs.	
14	D. António Pires da Paz	1.948$000 rs.	
15		1.176$000 rs.	
16	Agostinho José do Lago	1.632$000 rs.	
17	Caetano Macário	1.536$000 rs.	
18	D. Adelaide Sofia Cardoso	2.734$000 rs.	
19	D. Maria da Piedade Pinto	300$000 rs.	Expropriado em parte
20	Religiosas do Convento da Esperança		
21			
22		0 rs.	
23			
24	Convento da Esperança		
25	Jacques Mayer	8.000$000 rs.	Barracão e oficinas da Fábrica de cerveja
Total	**68.891$000 rs.**		

THE FALL OF MONTEOLIVETO

CONFISCATION AND TRANSFORMATION OF A WIDE CONVENTUAL *INSULA* IN THE HISTORIC CENTER OF NAPLES, 1799-1936

ANDREA PANE
GIOVANNA RUSSO KRAUSS
University of Naples Federico II,
Department of Architecture, DiARC,
Naples, Italy

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

ABSTRACT

The history of the convent of Monteoliveto in Naples may be divided in two phases: the first one, from its foundation in 1411 to the Neapolitan Revolution in 1799, marked by the ever-growing fortune of the monks and their headquarters, and the second one from the Restoration up to these days, which saw the expulsion of the Olivetans and the progressive transformation of their home. From 1799 the church and the monastery lived different lives: the first one was immediately preserved as a church and the second one held the most diverse functions until, in 1860, it became the barracks of the Carabinieri. Between the 19th and 20th century occurred the major transformations, when in the framework of the urban reclamation of "Rione Carità", carried out by the fascist regime, the whole area surrounding the complex was included in the project for the construction of a new "business district". This was the period in which the sacred citadel underwent the heaviest transformations: a part of the complex was demolished and the rest crippled in the modern business district.

KEYWORDS
CONFISCATION | TRANSFORMATION | NAPLES | MONTEOLIVETO | RIONE CARITÀ

Introduction

The convent of Monteoliveto, definitely one of the biggest and richest in the city at the time of its apogee, is located in the heart of the historic center of Naples, currently surrounded by a dense urban fabric that over the centuries has grown incredibly.[1] Today it is still possible to recognise its shape, even in a very altered setting, enclosed to the west by Via Toledo, to the east by Via Monteoliveto and to the south by Via Cesare Battisti and piazza Giacomo Matteotti (fig. 1).

The history of the convent has been marked by the expulsion of the monks after the Neapolitan Revolution in 1799. For four centuries after its foundation the monastery stood as a peaceful shelter inside the increasingly dense and chaotic city of Naples. Up on a small hill in the center of the city, guarded by high walls, the Olivetans monks, thanks to the patronage of the most important Neapolitan noblemen and families, had progressively built a complex whose architecture was one of the finest in the city, secured by the work of the best artists in the kingdom and outside, artists like the Tuscan brothers Giuliano and Benedetto da Maiano, Antonio Rossellino and Giorgio Vasari, the Emilian Guido Mazzoni and the local Giovanni da Nola and Girolamo Santacroce.

The monastic citadel had also embraced the spirit of the place by leaving in vast green spaces, gardens and orchards which gave the convent a particularly charming nature, attracting kings and men of letters like Alfonso II of Aragon and Torquato Tasso, who both found refuge in the silence of Monteoliveto. In fact the first one, once he had abdicated in favour of his son, chose to retire in the convent, while the second stayed in a long time composing several works including the short poem “Monteoliveto”.

The turning point for the fate of the monastery was the expulsion of the Olivetans, whose abandonment left the convent at the mercy of the ever-changing needs of the city, being used as a court, a market and a barrack, while the church was given to the Archconfraternity of Sant’Anna dei Lombardi whose venue had just been destroyed. From that moment on the church and the monastery lived different lives and though the whole area was now part of the city



FIG. 1 Naples, aerial view from the south of the *insula* of Monteoliveto today, highlighting the Post Office inaugurated in 1936 (From Cislaghi 1998).

[1] Although the present paper is the outcome of a collective work between the two authors, par. 1, 2 and 3 are written by Giovanna Russo Krauss and par. 4, 5 and 6 are written by Andrea Pane. The conclusion (par. 7) comes from a collective synthesis made by the two authors.

and open to its inhabitants, the fragmentation of the *insula* brought frequent alterations that permanently compromised the character of the place.

During the fascist period, in fact, after a century of ever growing alterations, the whole area surrounding the complex was included in the project for the construction of a new "business center" and, with the creation of Piazza Carità and the new Post Office building, the entire insula was brutally amputated.

The convent of Monteoliveto before the confiscation: historical notes

The convent of Monteoliveto was founded in Naples in 1411 as a branch of the main Monteoliveto Maggiore nearby Siena, in Tuscany.

The chosen site, on the edge of the perimeter of the French-Angevin city, was a pleasant and rural place, consisting of an isolated plateau named *Ampuro* (Celano 1692, 323-324) elevated above the city and connected to it by a flight of steps (fig. 2). Though nowadays the church is definitely in a central position, the convent remained outside the city fortifications for almost a century: despite the works of enlargement carried out by King Ferrante in 1484, it wasn't until the second extension of the Aragonese walls in 1499 that Monteoliveto was included within the city's perimeter (Strazzullo 1963*, 108)*.

Like many monastic Neapolitans orders, since their foundation, the Olivetans had "made *insula*", significantly altering the original and pleasant rural area by extending their possessions and erecting new buildings.



FIG. 2 The first nucleus of the convent of Monteoliveto in the so-called *Tavola Strozzi*, a view of Naples by anonymous, *post* 1465.

Starting from the famous view Dupérac-Lafréry (1566) the large insula is most clearly recognizable: in fact the configuration here represented shows the parcel's edges composed of buildings, dense and articulated to the south and simple scenes to the north, and the inside still predominantly rural with gardens bordered by high walls (fig. 3). Meanwhile the church is the core of the Olivetans possessions, standing still solitary free from buildings. The following topographical view of Alessandro Baratta (1629) shows a state of transition in which large, shady gardens alongside the new buildings stand next to the refined cloisters surrounding the church.

These four cloisters are clearly identified in the famous *Mappa Topografica Della Città Di Napoli E De' Suoi Contorni* by Giovanni Carafa Duke of Noja of 1775, where the complex

is depicted at the peak of its development. In this striking map, buildings, probably leased as residences, are visible along the perimeter with entrance halls that give access to the public streets.

As already mentioned four cloisters had come to characterize the monastic complex: the fifteenth-century *Chiostro della Porteria* (Celano 1692, 324) and *Chiostro delle Colonne,*[2] the latter probably designed by Giuliano da Majano, the lower *Chiostro del Pozzo*, built in the late 16th century, and the 17th century *Chiostro Maggiore*.[3]

Despite the new buildings, the complex still enjoyed the presence of four gardens, which were used as vegetable garden and orchard until the 19th century, providing for the livelihood of the monks, but also providing herbs, medicinal and soaps whose sale brought such incomes to ensure subsidies to the other eleven Olivetans monasteries in the Kingdom of Naples (Venditti 1999, 86).

The monastery and the church through Revolution and Restoration

After four centuries of fortune and splendour 1799 brought the complex to a period of sharp decline, starting from the abandonment of the powerful order of the Olivetans, which separated forever the destiny of the church from that of the monastery, the latter suffering many alterations due to an improper use.

In 1799, thanks to the sympathy existing between the monks and the Neapolitan revolutionists, the complex was able to overcome without damages the days of the Parthenopean Republic, from January to June 1799, despite

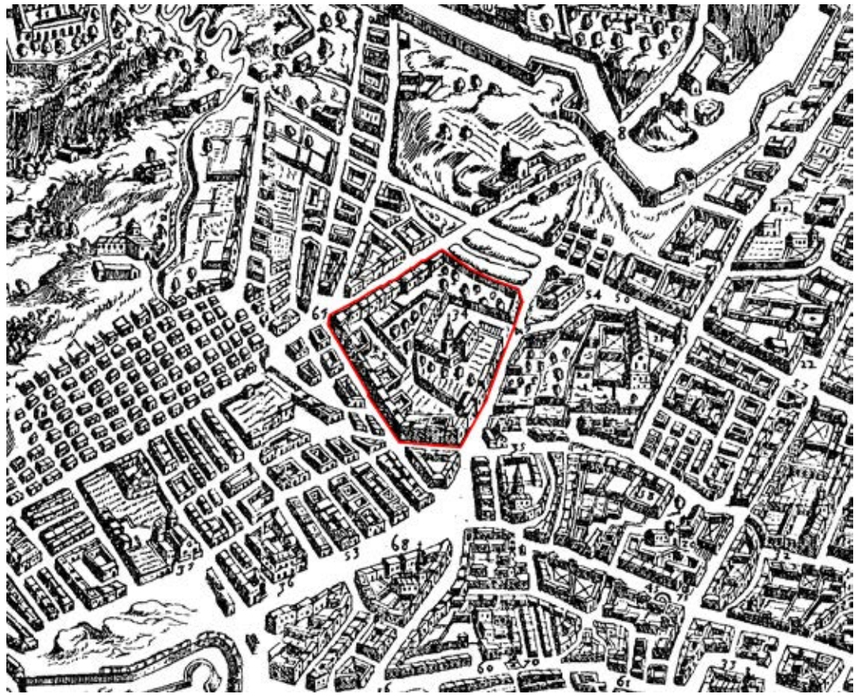


FIG. 3 Map of Naples by Dupérac-Lafrery, 1566, with the red perimeter highlighting the insula of Monteoliveto.

the Jacobins had decreed the expulsion from monasteries of the orders loyal to the former government.

However, during the Bourbon restoration, the convent was seriously sacked by the Sanfedist troops of Cardinal Fabrizio Ruffo and even the Olivetan monk Severo Caputo was executed in the Market Square (Strazzullo 1992, 75). The monastery therefore became the manifesto of the restoration, hosting in the rooms facing the churchyard of Monteoliveto the trials that the Council of State held against the revolutionaries.[4] Trials that led to the exile or the life sentence of hundreds of people and the death sentence of 99 Neapolitan intellectuals. It was the beginning of a period of great distress for the monks (Strazzullo 1992*, 198-199, 206-207)*, forced to live in poverty, and for the complex, used for a variety of functions in successive continuity according to the needs of the moment.

A different fate has marked the church of Santa Maria in Monteoliveto, because, once severed from its own convent,

[2] Clearly identified in the Theti view of 1560, reported in Della Casa, Mauro. "La documentazione fotografica e iconografica". In Cundari 1999*, 411.*

[3] Cf. G. Sigismondo 1789, *241 and Venditti, Arnaldo. "La fabbrica nel tempo". In Cundari 1999, 97.*

[4] Cf. Russo, Placido. *"La caserma 'Pastrengo' a Napoli. Da ieri ad oggi: dall'insediamento al restauro". In Cundari 1999, 364.*

it has become an isolated church, no longer in the hands of a monastic order, but of a confraternity, from which it takes its current name Sant'Anna dei Lombardi.

In fact, in 1798 the nearby church of Sant'Anna dei Lombardi (D'Aloe 1893, 129; Strazzullo 1992 and Lazzarini 2009) suffered a sudden collapse of the roof, leaving the homonymous order, during a particularly turbulent time, with no venue. This allowed the Lombards to take advantage of the convulsive historical moment. While the complex of Monteoliveto, after the suppression of the religious orders, had been the seat of the Neapolitan Republic government, the church had instead been closed without suffering any damage or desecration. These conditions allowed the Lombards to move in without hassle and in 1800 they began to transfer works of art and furnishings retrieved from the rubble of their church. This state was ratified only the following year by King Ferdinand IV (Lazzarini 2009*, 52-57)*.

While the monastery was being altered in order to be adapted to its new uses, the church, now property of the Lombards, benefited from restoration works. The Archconfraternity, in fact, immediately restored the new church, carrying out the first works in 1804-1805 (Strazzullo 1992*, 205)* by using the money gained through the sale of the paintings of the previous church and intervening again in 1825 (Venditti 1999*, 85)*, on the occasion of the new consecration, which took place on the 8th of June 1826 and caused the definitive loss of the previous title in favour of the name of Sant'Anna dei Lombardi.

The secularization of the convent: alterations and changes of use during the 19th century

After the brief restoration of the Bourbons, the city of Naples came again into the French orbit with the arrival of Giuseppe Bonaparte in 1806. During the same year, some laws that radically changed the administrative structure were enacted, assimilating it to the French state, with significant effects also on the public works (Buccaro 1985, 19-27; Casiello 2008, 311; Gravagnuolo 2012, 39-53). A year later, on February 13th 1807, Bonaparte himself promulgated the first act of suppression of the religious orders, which confirmed what had already happened a few years before for the monastery of Monteoliveto.

From this date began the radical transformations of the complex, among which the first and biggest took place in the main garden in the corner between Via Toledo and Via Corsea, which, after becoming the house of the *Giardino Botanico* was turned into a food market by Bonaparte's decree of 7th August 1807.[5] In the meantime the cloisters were divided into different offices.[6] A clear view of these multiple and changing functions is depicted in the two maps drafted by the engineer Luigi Marchese in 1804 and in 1813 (fig. 4), where the first shows the situation just before the arrival of Bonaparte, with already the *Regio Senato di Napoli* and the *Conservatore della Nobiltà* located in the Cloister of the Porteria and the *Treno di Artiglieria* in the main cloister (Cundari 1992, 122-123). The following map highlights the new public market of Monteoliveto in the place of the main garden, together with the Cloister of the Porteria as the seat of the *Regie Scuole Normali*, the Cloister of the Columns as the seat of the National Library and the Municipality of the

[5] The same decree instituted three more public markets, while another one — located in Montecalvario — was established on June 30th 1807 (Buccaro 1992, 234).

[6] The whole list of uses is reported in Strazzullo 1992, 200, 204, 211.



FIG. 4 The insula of Monteoliveto in the two plans by Luigi Marchese of 1804 (left) and 1813 (right) showing the botanic garden (left) and the market (right).

quarter and the area between the minor cloister and the church assigned to the Central Committee of Vaccination and the Supreme Court. Only in 1860 the Italian military police corps, the Carabinieri of Naples, settled in and, over time, occupied the entire monastery, which today is still the headquarters of the Carabinieri, under the name of "Pastrengo" Barracks since 1948 (Russo 1999, 363-368).

Surely the new market has been the biggest transformation occurred to the complex after the suppression. Its project was entrusted to the brothers Stefano and Luigi Gasse[7] — authors in the same period of many public markets in the city — and the works started in 1808. From the compositional point of view, the market was organized on a large rectangular space closed by a semi-circular exedra formed by columns hosting forty-two shops (Villari 1991, 210-219). The result was an enclosed space with two entrances located on Via Toledo, allowing an easy night closing for safety and sanitary reasons,[8] clearly depicted in the map drafted by the engineer Luigi Marchese in 1813.

Even before its inauguration, the market of Monteoliveto was considered as one of the most interesting buildings of this typology in Naples. Its design was published in 1828 in the handbook by Louis Bruyère, director of the *Travaux de Paris* since 1811. Bruyère appreciated the twofold character of the market, secluded from the public street but open to free circulation in the inside.[9] However, its functionality appeared weak quite soon and the former empty space, marked only by a well and a statue representing the Abundance, was occupied by some temporary rectangular pavilions, already visible in some plans held in the Archives of Municipality of Naples (Cundari 1999, 121). The situation definitively changed in 1870, when a new permanent structure was built in the large open space. The new market was designed by Camillo Ranieri for the French society Mérindol & C., according to similar structures like *Les Halles* in Paris, and was built in masonry, wood and steel. It was composed of five pavilions capable of 166 places of different extensions and described as a market «in full activity» still in 1892.[10] The new layout is clearly visible in the map by Federico Schiavoni published between 1872 and 1880 (fig. 5). Partially collapsed after the eruption of Mount Vesuvius in April 1906 — which affected mainly the northern aisle (fig. 6) — the market of Monteoliveto was definitively demolished in the 1930s, as we will highlight.

Towards the demolition: plans and proposals from 1884 to the 1910s between hygienic reasons and property speculation

Following the terrible cholera epidemic of September 1884, Naples was hit by radical urban renewal programs. The famous plan of the *Risanamento* (redevelopment) was quickly drawn up by the municipal engineer Adolfo Giambarba, who collated in one project several proposals

[7] For a short presentation of the works by Stefano Gasse see Starita Colavero 1993 and Malangone 2006, 65-66.

[8] Cf. Buccaro 1992, 238-240. Later on, two more entrances were added: one in Via Nuova Monteoliveto and one in via Corsea.

[9] Cf. Villari 1991, 214 and fig. 9. See also Malangone 2006, 100 and note 48.

[10] A full description of the market can be found in Boldi 1892, 307-308, quoted in Buccaro 1992, 258, note 105.

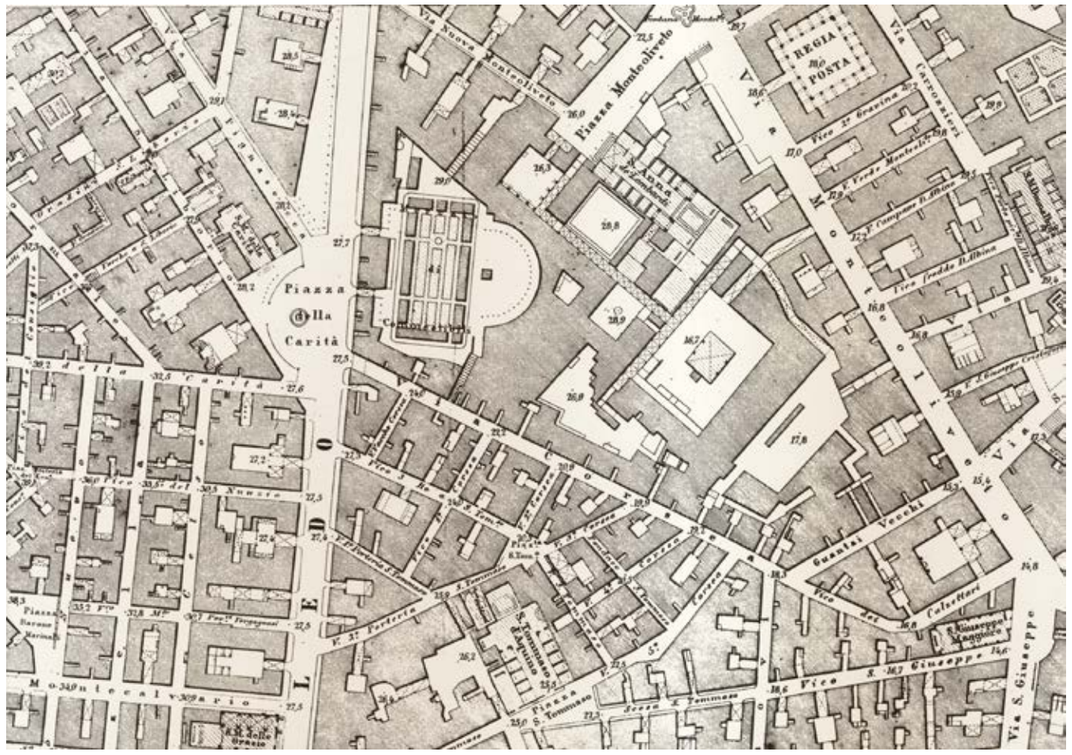


FIG. 5 Detail of the insula of Monteoliveto with the market in full activity in the map by F. Schiavoni, 1872-80.



FIG. 6 The market of Monteoliveto during the reparation works after the collapse of the roof due to the eruption of the Mount Vesuvius in April 1906 (from Buccaro 1992).

that had already been discussed in the previous years, and was soon put into effect. As it is well known, the centerpiece of the Neapolitan redevelopment was a long straight axis stretched from the railway station to the heart of the city. Here the road forked in a wye, with one of the arms oriented towards Toledo street that should have almost lapped the insula of Monteoliveto. However this solution was deferred for a long time due to the presence of the church of San Giuseppe along the route of the new road, which was stopped right in front of its facade.

Although temporarily saved from demolition, at the end of the 19th century the *insula* of Monteoliveo became the subject of radical proposals of redevelopment, drawn up in accordance with the hygienist culture of that period, in which the protection of the urban fabric found no attention. Among the proposals fortunately not achieved there were two designs drawn up in 1888, the first of which, signed by the engineers Filippo and Filomeno Botta, aimed at the construction of a new courthouse in the Largo Carità. This would have determined the complete demolition of the entire monastic *insula*, in which no one of the four cloisters was spared, with the only exception of the church. Equally destructive was the *Progetto di bonifica del Largo Carità e del Rione Montecalvario*, drawn up by the engineer

Pier Paolo Quaglia in collaboration with the architect V. Benvenuti, which provided the complete cancellation of the monastery except the church to make way for a system of new building facades overlooking the new wide streets (fig. 7) (Cislaghi 1998, 17-18, 25-27).

Similar to the aforementioned projects were some other proposals of redevelopment. The first and the most extreme was drafted by the engineer Alfonso della Rocca in 1889. It appeared like a radical demolition of the whole urban fabric extended up to the boundary of via Monteoliveto, including the destruction of all the chapels around the church and even the refectory frescoed by Vasari. A few months later the author partially modified the first solution according to the debate occurred within the municipal council,[11] and proposed a more conservative design for the church, saving the refectory and the chapels on the east side but confirming the demolition of the two relevant chapels Tolosa and d'Avalos on the west side. Another project was drafted in the same years by the three engineers Laudiero, Vinale and Galdieri in 1890.[12] The result was quite similar to the other projects in terms of conservation: surrounded by new buildings, only the church and the refectory were saved, while the entire complex with the cloisters was condemned to the complete demolition.

In the early 20th century, the issue of the Carità district's redevelopment came up again, as part of an agreement between the Government, the City of Naples and the two banks involved in the great project of the *Risanamento* of the slums, which were the Banca d'Italia and the Banco di Napoli. Thus, a reclamation project of the area between San Giuseppe and the Largo della Carità, which also included the entire *insula* of Monteoliveto, was drafted. The basic idea, discussed since 1907, was to replace the market with a new central post office.[13]

The reclamation project of the district was also included in the new general plan for the *Risanamento e Ampliamento* of the entire city of Naples, submitted to the City Council in 1910.[14] This was a significant breakthrough in conservative terms: after the destructive projects of the late 19th century, the proposal of 1910 left substantially intact the *insula* of Monteoliveto, with the exception of the market, which would have been demolished, and the buildings placed along the path of the enlarged via Corsea. In essence, the plan seemed

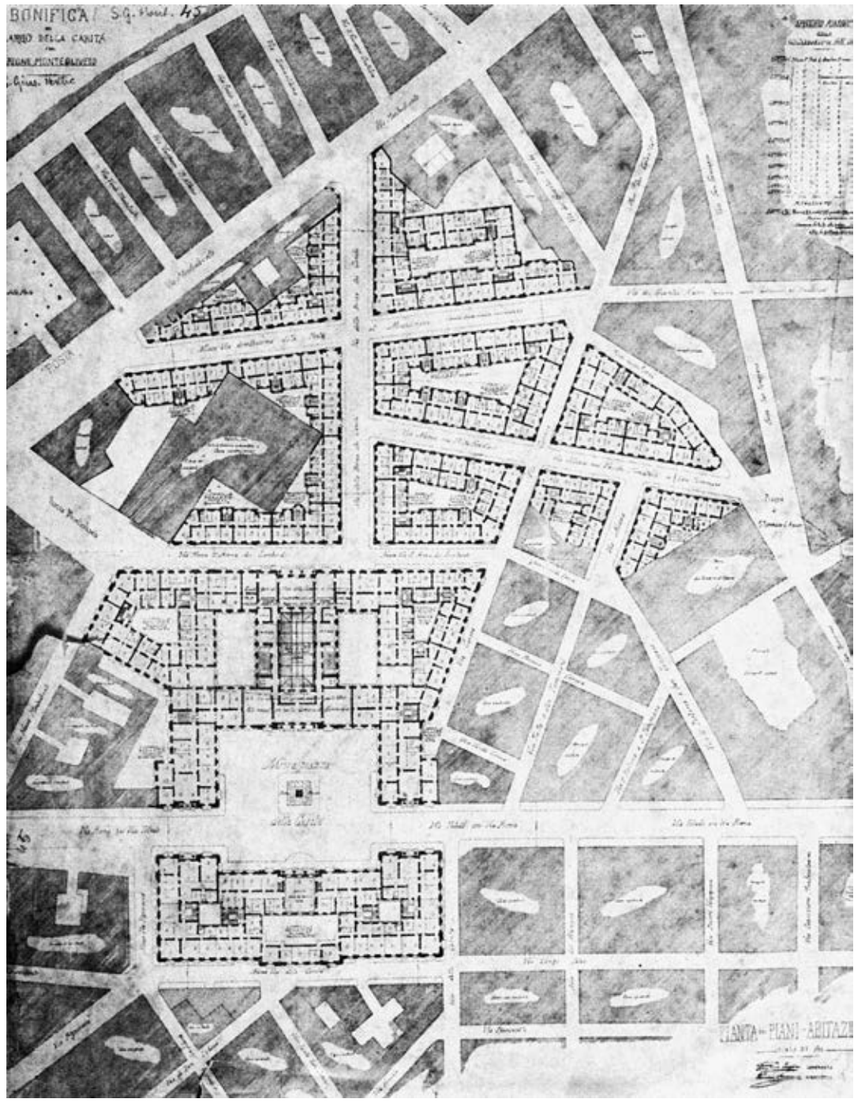


FIG. 7 P.P. Quaglia and V. Benvenuti, plan of reclamation of Largo Carità and Rione Montecalvario, 1888 (From Cislaghi 1998).

[11] Cf. Mangone 2010, 149-150. The new proposal was approved in 1891 but, fortunately, was never executed.

[12] Cf. P. Cislaghi 1998, 18 and 28-29 where is mentioned only the final project of 1890 and Mangone 2010, 143-144, 147, 150-152, with a synthetic record the three different proposals.

[13] *Ibidem*, 17 and note 37.

[14] The authors of the plan were the engineers Carlo Martinez, Pietro Pulli, Luca Di Castri and Eduardo Puoti, cf. Lepore 1994, 315-316.

to incorporate part of the debates on the urban-scale protection, which had been taking place in Italy in the last two decades. These had included the tendency to prefer enlargements roads instead of demolition, in close analogy with what happened in the city of Rome, just in the same year, with the plan of Sanjust of 1908 and the enlargement of via dei Coronari (Pane 2005, 293-302).

However, the company did not consider the project economically viable, and proposed a more radical one that had greater impact on the old urban fabrics of the San Giuseppe district, which were demolished and reconstructed (fig. 8). Nevertheless, even in this case the *insula* of Monteoliveto was substantially maintained, respecting the provisions of the 1910 plan. The change of approach on the district's redevelopment rose a lively local debate but, despite the political and technical controversy, the project was approved by the City Council on June 19th 1913, with only ten unfavorable votes.

However it seemed that the logic of redevelopment of the late 19th century was fading away: between economic difficulties and political changes the reclamation project of the Carità district will strand definitely for at least ten years, until 1924 (Cislaghi 1998, 26). It is worth highlighting that this turnabout coincided exactly with the spread of new approaches to the theme of "old town", such as those advocated by Gustavo Giovannoni in his famous articles published in 1913, and was reflected even in Rome, where in the same period the issues of the urban transformation of the historic center were intensively discussed (Pane 2005, 299-310).

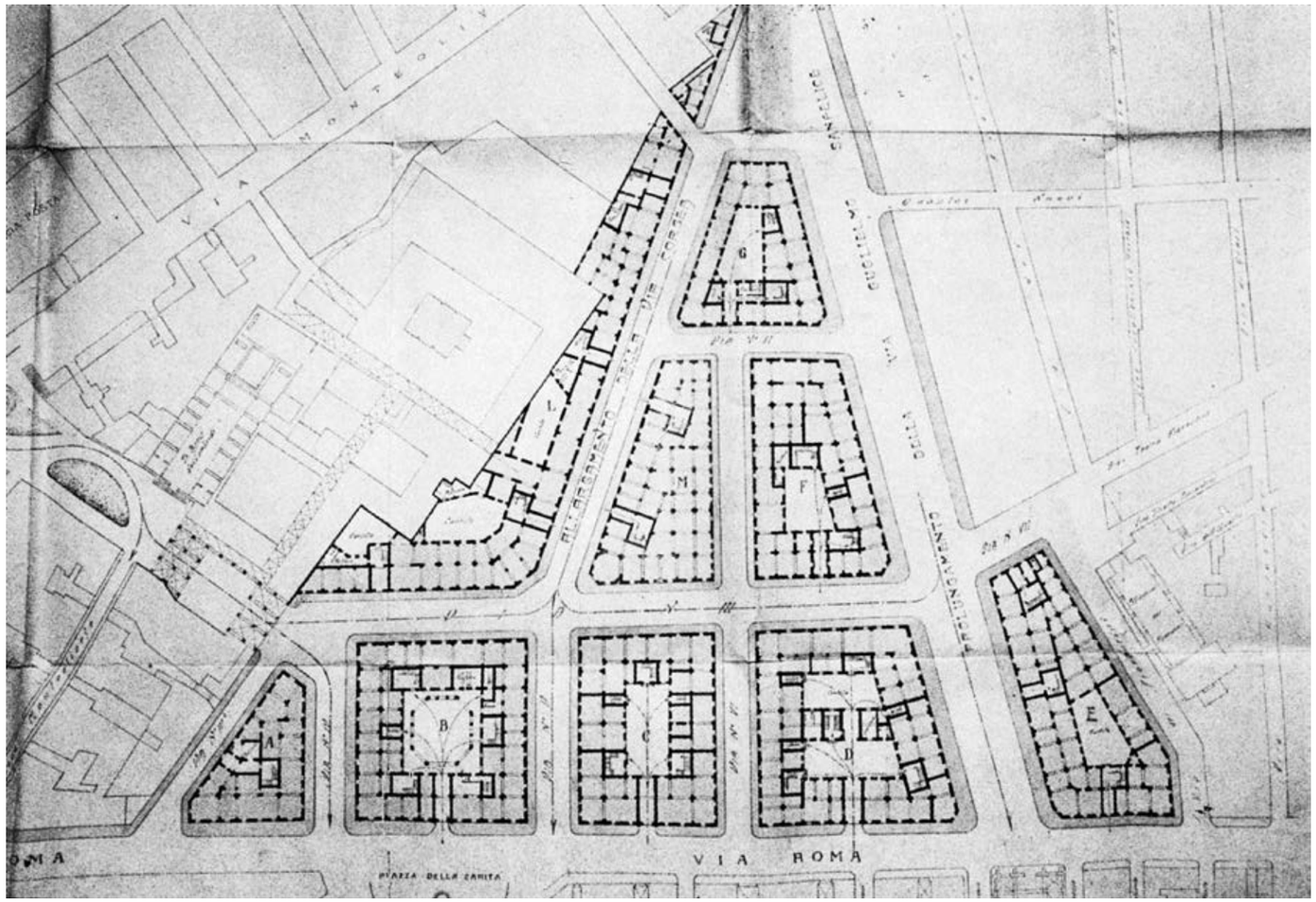


FIG. 8 Plan of reclamation of Rione Carità drafted by the *Società pel Risanamento di Napoli*, July 1912 (From Cislaghi 1998).

The final transformation of the *insula*: the fascist regime and the reclamation of San Giuseppe-Carità district

In the early 1920s Italy had passed under the fascist regime and also the city of Naples was receiving an increasing attention from the central government.

The political change took place in Naples in August 1925, in a very significant moment in the Italian history for the consolidation of the regime's authoritarian face, through the establishment of the High Commissioner for the city and the province of Naples, to which the historians have often associated the tangible sign of the advent of the fascist regime in the city. This was a plenipotentiary body, which was responsible for the "financial, technical and administrative" aspects of public works, with the purpose

of reviving the city from the economic and political point of view (Pane 2008, 16-20). Its head was the prefect Michele Castelli who in 1926 appointed the engineer Gustavo Giovannoni, the founder of the School of Architecture in Rome, to lead a committee for a new plan of Naples (*Ibidem*, 20-32).

In the plan by Giovannoni, published in 1927, the redevelopment of San Giuseppe-Carità district represented — according to the admission of the same committee's president — the only exception to the "criterion of minimum demolition", generally expected for the central areas of the city. In fact, Giovannoni tended to mediate between conflicting interests: on one hand political and economic, on the other cultural. Therefore he granted the implementation of the project already approved in 1913, accepting its general directions, but stressing the need to preserve as much as possible the most notable monuments located in the area.[15] For the *insula* of Monteoliveto this approach brought the preservation of the identity of the complex and its cloisters, the major of which was transformed into a sort of inner urban square by opening two new pedestrian accesses, one on via Corsea and the other on via Monteoliveto. Then, taking up the idea proposed in 1907 to allocate the Central Post Office in the monastic *insula*, Giovannoni decided to use for this purpose the entire urban fabric located south of the main cloister, which resulted just as a separate parcel thanks to the two new accesses before mentioned.

With these premises, the executive plan for the reclamation of the district was quickly put into effect and completed in August 1928. Meanwhile, in the same year, the definition of the new Post Office building was entrusted to an architectural competition. The area designated for this purpose, was the southern spur of the complex, which coincided with one of the main historic gardens of Monteoliveto (fig. 9).

The events of the architectural competition — being among the most important tenders carried out in those years in Italy — have been thoroughly investigated by historians.[16] The commission, in which took part the same Giovannoni, assigned no first prize, but highlighted the proposal by Giuseppe Vaccaro and Gino Franzi for the second place.

Meanwhile, the final plan for the reclamation of San Giuseppe-Carità district was definitively approved in 1930, with a radical change in a more destructive way: in fact it provided even the demolition of the few monuments that Giovannoni had tried to save. In the meantime, the primitive solution by Vaccaro and Franzi for the Post Office building, still tied to legacy academics, was reworked by the authors with a strong opening to the rationalist language, favored by the climate of the Second Exhibition of rational architecture of Rome in 1931. In order to face the remarkable hostility of the Neapolitan society towards the new "modern" version of their project, the two architects invoked even Mussolini's support for their ideas. Finally, thanks to Marcello Piacentini, they succeeded getting the project approved in October 1932 and the construction of the large Post Office building started. This will impact heavily on the ancient fabric of the complex of Monteoliveto.

Completed in a short time and opened with great fanfare on 30th September 1936, the Post Office stands out as undoubtedly one of the most remarkable "modern" buildings

[15] In the plan's report, Giovannoni specified his intention to save "the main monuments of the area, as the church of San Tommaso, the theatre and the church of Fiorentini, and a relevant 16th century courtyard in a building on via Monteoliveto (which) will be saved from demolition" (Comune di Napoli 1927, 24).

[16] Cf. Cislaghi 1998, 56-64; Carughi 2006, 13-19. For the polemics about the competition see also the letter by Raimondo d'Aronco of November 29th 1929, in D'Aronco 1982, 294-295.

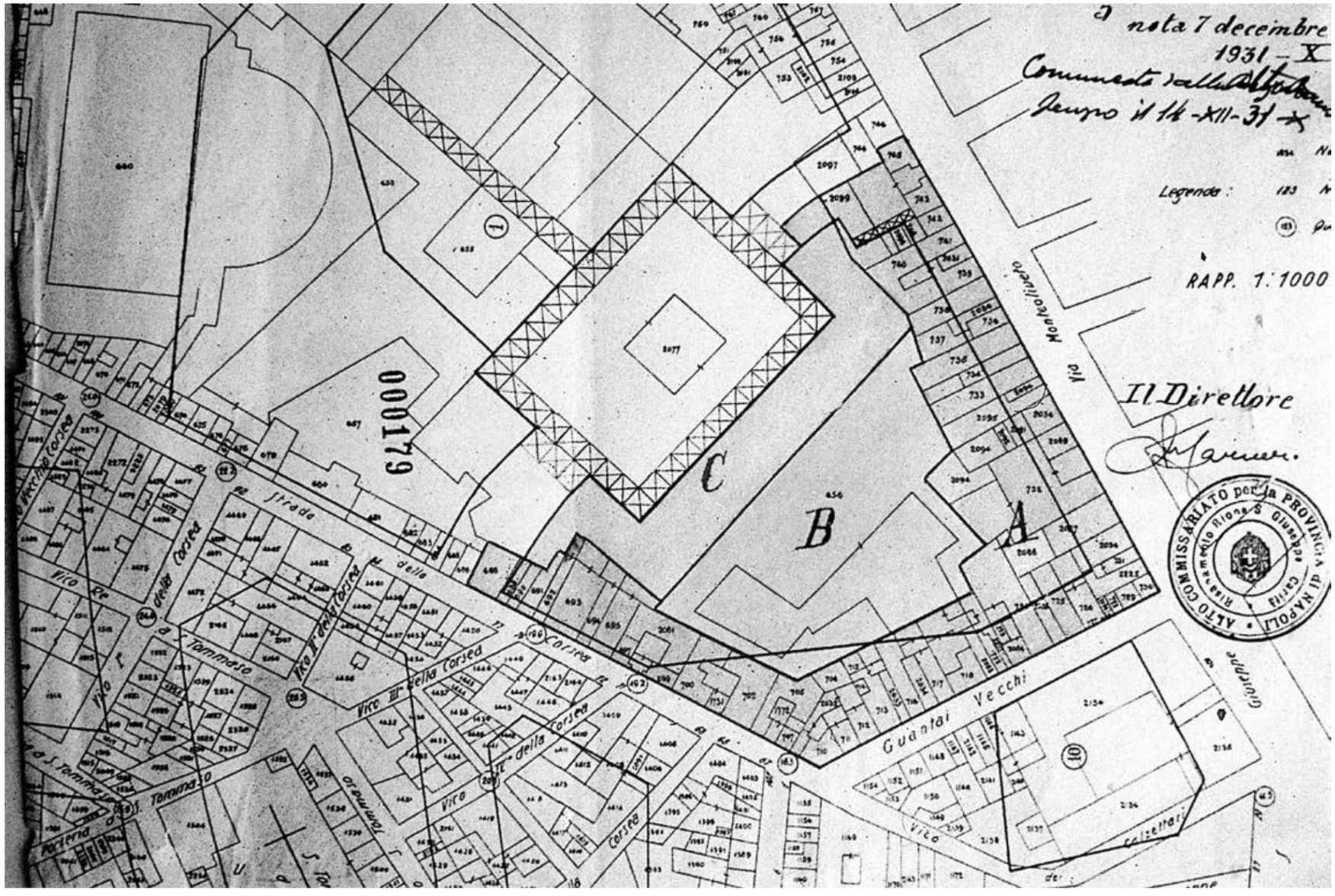


FIG. 9 Plan of the area designated for the architectural competition for the new Post Office building, 1928 (from Cislaghi 1998).

of the city.[17] Less convincing, however, is the fate of the great cloister of the complex. As a result of the different variants, in fact, the two new accesses were reduced and resized, and also the elevations were strongly varied. But, above all, large portions of the arms on the sides of the cloister adjacent to the Post Office building and via Monteoliveto were demolished, so that only the ambulatory was preserved intact. The new structures which needed to complete the cloister were rebuilt in reinforced concrete (fig. 10) (Carughi 2006, 111).

The ancient monastic space fails to integrate convincingly with the new large building and still today ends up being used as a parking area in the service of the Carabinieri station. The result is the complete estrangement of an area

[17] Cf. Gravagnuolo 1988, 71-84; Menna, Giovanni. "Palazzo delle Poste". In Belfiore and Gravagnuolo 1994, 174-177; Cislaghi 1998, 69-80; Cislaghi, Paola. "Il palazzo delle Poste di G. Vaccaro. Note a margine di una evoluzione urbana". In Cundari 1999, 503-510. Carughi 2006, passim.



FIG. 10 Demolitions on the main cloister to build the new Post Office, 1935 (from Carughi 2006).



FIG. 11 The market of Monteoliveto under demolition, 1935 (from Buccaro 1992).

of great historical and aesthetic interest, which is alien to the city and almost totally ignored by its inhabitants. Rather questionable, finally, it is also the location of the 16th century portico of the building along Via Monteoliveto that Giovannoni wanted to save from the demolitions. In fact this was removed and replaced — with the help of support structures in reinforced concrete — on the side of the Post Office building at the access to the cloister from Via Monteoliveto, resulting as a relic out of scale in relation to the new and modern building.

The northern part of the *insula* of Monteoliveto, was destined to the construction of a complex of buildings for the *Istituto Nazionale di Assicurazioni*, located in the parcel of the old market and along the perimeter of the widened road of via Corsea. Then in 1933 began the demolition of the old market, hailed by the local press exalting the "filth" and hymning to the "health faculty of the pick" (fig. 11). The plot on the broad head of the Largo Carità was assigned to the Neapolitan architect Marcello Canino, who constructed between 1933 and 1937 a building excessively high, disproportionate in its members and especially in relation to the context of the lower buildings around it (fig. 12). The final result — in addition to having one of the less successful works of Canino, as it has been noted[18] — produced a substantial estrangement of the monastic *insula* from the square and from Via Toledo, which had finally lost its topographical identity that had been instead partially preserved with the implementation of the market in the early 19th century.

[18] Menna, Giovanni. "Palazzo dell'Istituto Nazionale Assicurazioni". In Belfiore and Gravagnuolo 1994, 184.



FIG. 12 Survey of the complex of Monteoliveto, north-east elevation, showing the disproportion between the old cloister and the new building of the *Istituto Nazionale di Assicurazione* designed by M. Canino (from Cundari 1999).

Conclusion

As in many other cases of monastic suppression in Italy and in Europe, the urban transformations that affected the *insula* of Monteoliveto was not achieved immediately after its confiscation. On the contrary, the transformations were characterized by a surprising *longue durée*, embracing the period of over a century, from 1799 to 1936. The different uses and adaptations that the complex underwent during the 19th century appeared relatively consistent with the identity of its architecture, which was not irreversibly altered. At the end of the century, then, the destructive proposals that mark the hygienist wave that crosses the whole Europe stood fortunately unimplemented.

Therefore it's the final result of the urban transformation of the Monteoliveto *insula* that may well be interpreted as a "fall" — as the title of this paper — meaning a progressive loss of architectural values and identity. This is symbolically shown by the lack of integration between old and new in the graft between the Post Office building and the large cloister, but also by the estrangement of the large volumes estate built on the north side in place of the old market. At the same time, the internal cloisters end up being completely hidden by new curtains and barred to public use due to the presence of the barracks, which still makes such testimony essentially unknown to the public.

BIBLIOGRAPHY

BELFIORE, Pasquale and GRAVAGNUOLO, Benedetto. 1994. *Napoli. Architettura e urbanistica del Novecento*. Roma-Bari: Laterza.

BOLDI, Marco Aurelio. 1892. "Per i mercati coperti". *Annali della società degli Ingegneri e degli Architetti Italiani*, VII, 1-2; 4-6.

BUCCARO, Alfredo. 1985. *Istituzioni e trasformazioni urbane nella Napoli dell'Ottocento.* Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

BUCCARO, Alfredo. 1992. *Opere pubbliche e tipologie urbane nel Mezzogiorno preunitario*. Napoli: Electa.

CAPACCIO, Giulio Cesare. 1634. *Il forastiero*. Napoli.

CARUGHI, Ugo. 2006. *La qualità dell'architettura. Il cantiere delle Regie Poste e Telegrafi di Napoli*. Milano: Skira.

CASIELLO, Stella. 2008. "Trasformazioni dell'architettura e della città durante il decennio francese a Napoli". In Casiello (ed.). *Verso una storia del restauro del restauro. Dall'età classica al primo Ottocento*. Firenze: Alinea.

CELANO, Carlo. 1692. *Notizie del bello, dell'antico e del curioso della città di Napoli*. Vol. III, giornata III. Napoli: edizione a cura di G.B. Chiarini, Edizioni dell'Anticaglia (1858).

CISLAGHI, Paola. 1998. *Il Rione Carità*. Napoli: Electa.

COMUNE DI NAPOLI. 1927. *Relazione della Commissione per lo studio del piano regolatore della città*. Napoli: Giannini.

CUNDARI, Cesare (ed.). 1999. *Il complesso di Monteoliveto a Napoli, analisi, rilievi, documenti, informatizzazione degli archivi*. Roma: Gangemi.

CUNDARI, Cesare and VENDITTI, Arnaldo. 2010. *Il Complesso napoletano di Monteoliveto, restauri dal 1996 al 2008*. Roma: Aracne.

D'ALOE, Stanislao. 1893. "Catalogo di tutti gli edifici sacri della città di Napoli e suoi sobborgi tratto da un ms. autografo di S. Giorgio ad forum". *Archivio storico delle province Napoletane*, VIII.

D'AMBROSIO, Susanna and PLASTINO, Adalgisa. 1952. *Chiesa di Monteoliveto*. Napoli: L'Arte Tipografica.

D'ARONCO, Raimondo. 1982. *Lettere di un architetto*. Bologna: Del Bianco editore.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. 1988. "Il Palazzo delle Poste, Napoli, 1933-36". *Domus*, 693: 71-84.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. 2012. "Laicità e classicità nelle costruzioni logiche promosse da Murat". In Buccaro, Lenza and Mascilli Migliorini. *Il Mezzogiorno e il Decennio. Architettura, città, territorio*, Atti del quarto seminario di studi sul Decennio Francese (Napoli-Caserta, 16-17 maggio 2008). Napoli: Giannini.

LAZZARINI, Antonio. 2009. *L'Arciconfraternita dei Nazionali Lombardi eretta a Napoli nel 1492 sotto il titolo di S. Anna e S. Carlo Borromeo*. Napoli: Edizioni divulgative di cultura locale.

LEPORE, Daniela. 1994. "Nuovo piano di risanamento e ampliamento della città, 1910". In Belfiore, and Gravagnuolo. *Napoli. Architettura e urbanistica del Novecento*. Roma-Bari: Laterza.

MALANGONE, Marilena. 2006. *Architettura e urbanistica dell'età di Murat. Napoli e le province del Regno*. Napoli: Electa.

MANGONE, Fabio. 2010. *Centro storico, Marina e Quartieri Spagnoli. Progetti e ipotesi di ristrutturazione della Napoli storica, 1860-1937*. Napoli: Grimaldi.

MINISTERO PER I BENI CULTURALI E AMBIENTALI. 1997. *La caserma Pastrengo nel monastero di Monteoliveto a Napoli*, Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Soprintendenza per i BB.AA.AA. di Napoli e Regione Carabinieri Campania Comando Provinciale di Napoli.

PANE, Andrea. 2005. "Dal monumento all'ambiente urbano: la teoria del diradamento edilizio". In Casiello (ed.). *La cultura del restauro. Teorie e fondatori*. Venezia: Marsilio.

PANE, Andrea. 2008. "L'influenza di Gustavo Giovannoni a Napoli tra restauro dei monumenti e urbanistica. Il piano del 1926 e la questione della 'vecchia città'". In Amore, Pane and Vitagliano. *Restauro, monumenti e città. Teorie ed esperienze del Novecento in Italia*, Napoli: Electa Napoli.

PANE, Giulio. 2009. *La tavola Strozzi tra Napoli e Firenze. Un'immagine della città nel Quattrocento*. Napoli: Grimaldi.

PANE, Roberto. 1975-77. *Il Rinascimento nell'Italia meridionale*. Milano: Edizioni di Comunità.

SIGISMONDO, Giuseppe. 1789. *Descrizione della Città di Napoli e suoi borghi.* II. Napoli.

STARITA COLAVERO, Fortunata. 1993. *Arte e potere. Stefano Gasse, un architetto al servizio di un regno*. Napoli: Giannini.

STRAZZULLO, Franco. 1963. "La fondazione di Monteoliveto di Napoli". *Napoli nobilissima*, III: 1.

STRAZZULLO, Franco. 1992. *I Lombardi a Napoli sulla fine del '400*, Napoli: Edizioni Fondazione Pasquale Corsicato.

VILLARI, Sergio. 1991. "La piazza e i mercati. Equipement urbano e spazio pubblico a Napoli nel decennio napoleonico". In Tafuri (ed.). *La piazza, la chiesa, il parco. Saggi di storia dell'architettura (XV-XIX secolo).* Milano: Electa.

LUGAR DO SAGRADO

O CONTRIBUTO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA LUZ NO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE LISBOA E A SUA RELAÇÃO COM O HOMEM CONTEMPORÂNEO

MICAELA SOFIA ALVES BRANCO
Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design
micaela.sa.branco@gmail.com

RESUMO

O Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, em Carnide, outrora gerador de cidade, está situado entre duas realidades: uma moderna e outra medieval, que resultam de um desenvolvimento urbano desmedido, sem qualquer preocupação com a integração do património existente nas novas malhas urbanas. O facto de o edifício ter sido absorvido pela cidade e de estar próximo de uma zona expectante torna-o apetecível para novos usos.
De modo a comprovar que o Antigo Convento deve ser preservado, pois constitui um ponto de referência histórico para Carnide, participando no sentido de identidade dos indivíduos e atraindo-os até si, foi realizado um inquérito exploratório a 150 transeuntes com o objetivo de validar esta teoria. A partir deste método, foi possível confirmar a importância do Antigo Convento para a cidade e para o homem contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE
ANTIGO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA LUZ | CIDADE CONTEMPORÂNEA | IDENTIDADE

ABSTRACT

The Old Convent of Nossa Senhora da Luz, in Carnide, that was once a city generator, is located between two realities: a modern and a medieval one, resulting from an uncontrolled urban development, without any concern about the integration of the existing heritage in the new urban networks. The fact that the building has been absorbed by the city, being close to an expectant zone, makes it attractive for new uses.
In order to prove that the Old Convent should be preserved, for it is a historical reference point to Carnide, participating in the individuals' sense of identity and attracting them, an exploratory survey was conducted among 150 passers-by to check the validity of this theory. From this method on, it was possible to clarify the importance of the Old Convent for the city and for the contemporary man.

KEYWORDS
OLD CONVENT OF NOSSA SENHORA DA LUZ | CONTEMPORARY CITY | IDENTITY

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

O Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz (fig. 1) teve uma grande influência no desenvolvimento urbano e social do lugar de Carnide (fig. 2 e 3). Porém, depois do Terramoto de 1755, esse efeito diminuiu drasticamente (Araújo 1997 e 2001; Ataíde 2016; Frias 1994; Salta 1997; Silva 1943) (fig. 4 e 5). É apenas no século XX, com a especulação imobiliária, que esta zona da cidade de Lisboa cresce exponencialmente sem respeito pelas preexistências (Consiglieri et al 1993; Gonçalves et al 1992; Inácio et al 2012).

A partir dos anos 60, a aplicação do Plano Diretor Municipal na área de Expansão,[1] sem preocupações urbanísticas relativas ao património construído, levou ao rápido aumento demográfico, fazendo com que a cidade de Lisboa ramificasse em direção a Carnide sem uma hierarquia lógica (Inácio, Gonçalves, Pimentel 2012). Como consequência desse crescimento desmedido, hoje é possível a identificação de duas zonas urbanas distintas: uma que manteve as caraterísticas de aldeia e cujo tempo, de certo modo, parou no seu interior; outra que absorveu a dimensão de cidade moderna, espelhando constantemente o seu frenesim tanto pela rápida transformação da paisagem urbana, como pelas dinâmicas originadas pelas novas redes viárias.

Embora, numa fase posterior,[2] as entidades competentes tenham tomado providências na tentativa de salvaguardar o património arquitetónico existente e de o tentar relacionar com o edificado mais recente, não conseguiram, porém, solucionar a falta de ligação física entre as diferentes malhas urbanas, deixando este património em risco.

No caso do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, este encontra-se encaixado no limite das duas zonas anteriormente referidas (fig. 6). Do lado Sul vive-se uma realidade claramente citadina, principalmente a partir da década de 80 com a edificação do bairro da Quinta da Luz; do lado Norte assiste-se a uma ruralidade desvirtuada, proveniente da existência de Quintas que ainda não foram absorvidas totalmente pelo crescimento urbano, mas que correspondem a zonas expectantes, devido à proximidade do Polo Tecnológico de Lisboa e do bairro da Horta Nova. Por conseguinte, estando o Antigo Convento absorvido por uma estrutura urbana visivelmente em transformação e correndo o perigo de sofrer algum tipo de intervenção que não a da sua preservação, surge a questão: qual a



FIG. 1 Imagem atual do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz
Fotografia, 2016 (Do Autor)

[1] UNOR36, correspondente à zona de Carnide.

[2] Plano de Pormenor e Salvaguarda de Carnide/Luz que integrava o Plano Diretor Municipal de 1994.

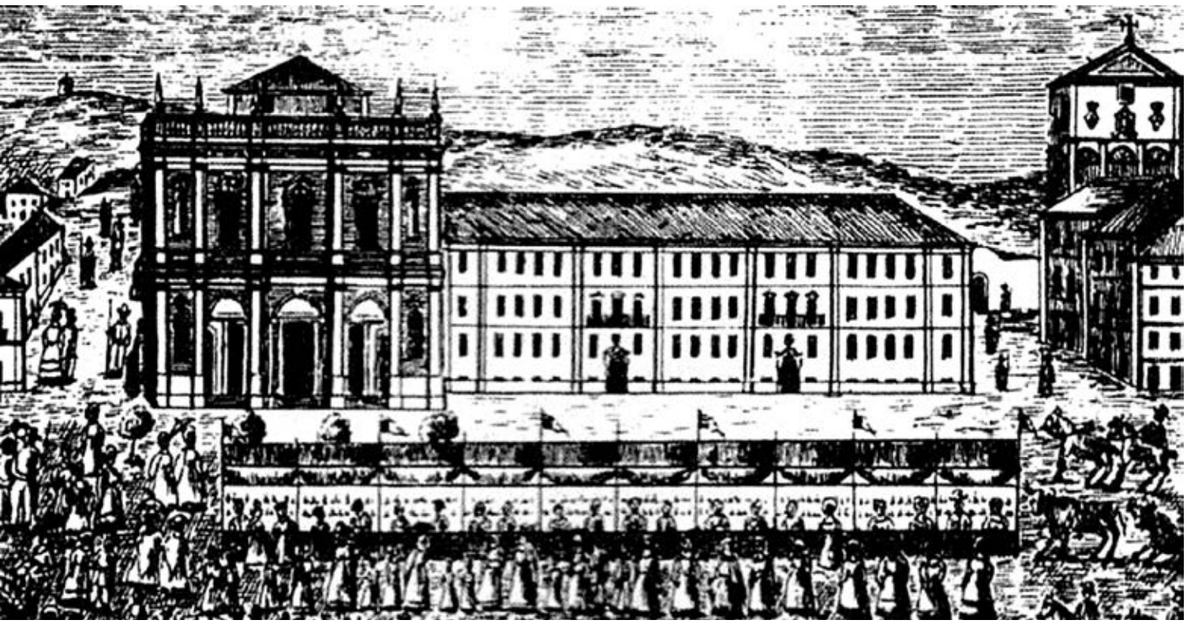


FIG. 2 Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, In: A Arquitetura Maneirista em Portugal — da capela de Santa Maria de Belém ao Real Mosteiro de São Vicente de Fora, 192 — Gravura, séc. XIX (Luiz Gonzaga Pereira).

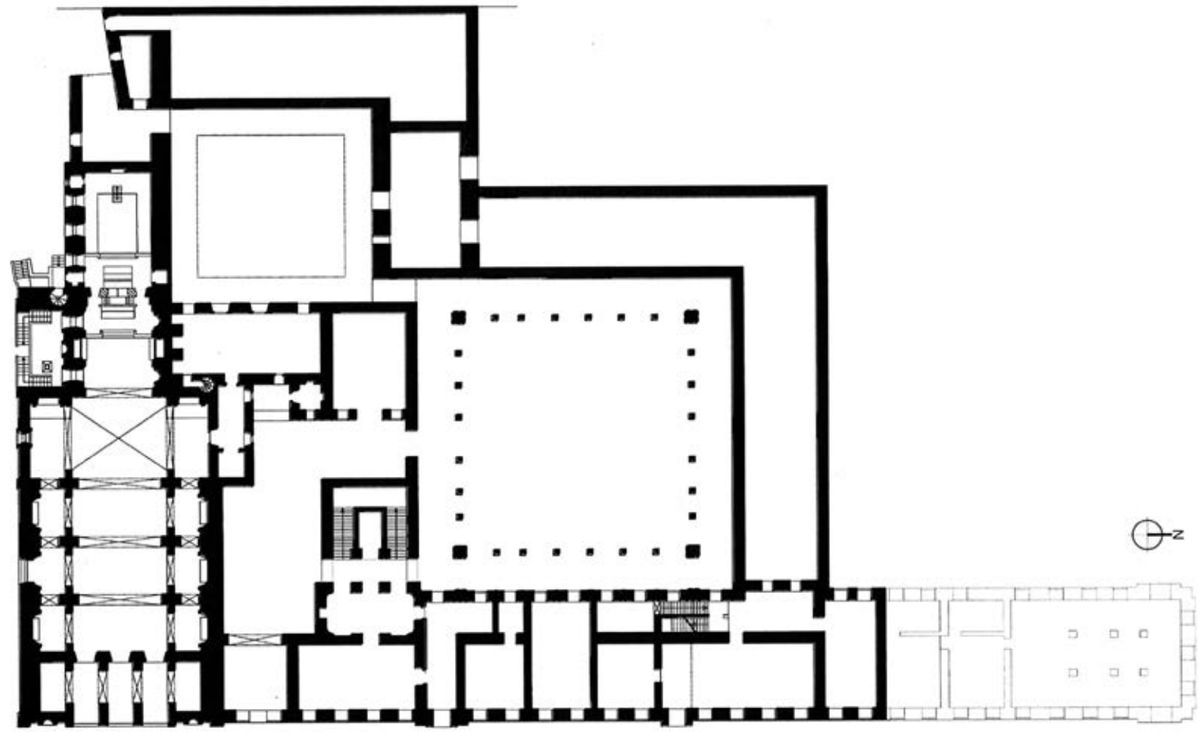


FIG. 3 Reconstituição conjetural da planta do piso térreo do projeto do século XVI/XVII do Convento de Nossa Senhora da Luz (a preto) e ampliação do século XVIII (a cinzento), sem escala — Planta, 2016 (Marta Ataíde).

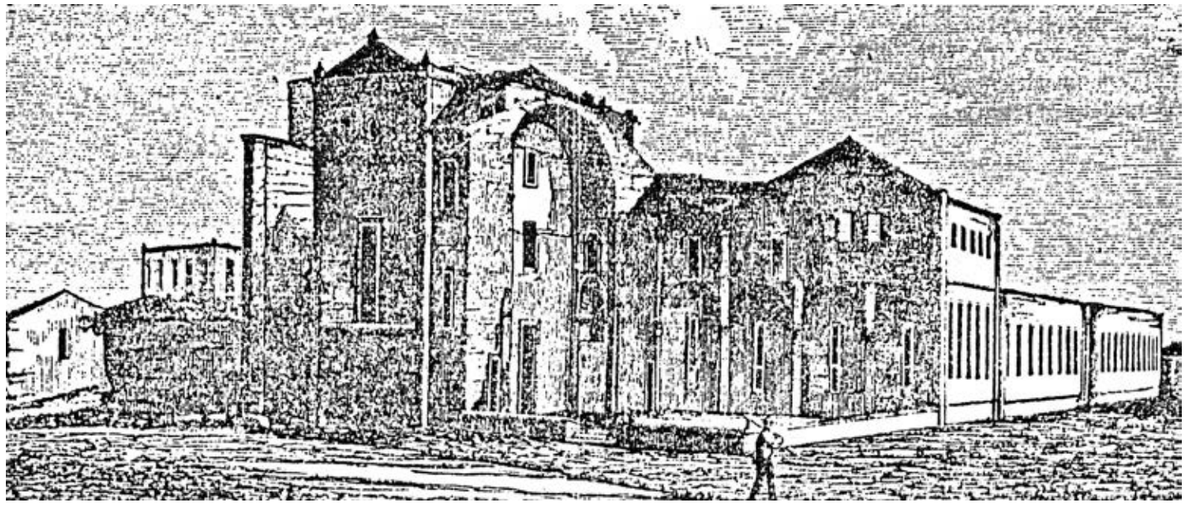


FIG. 4 Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, In: Monumentos Sacros de Lisboa em 1833 — Gravura, 1833 (Luiz Gonzaga Pereira).

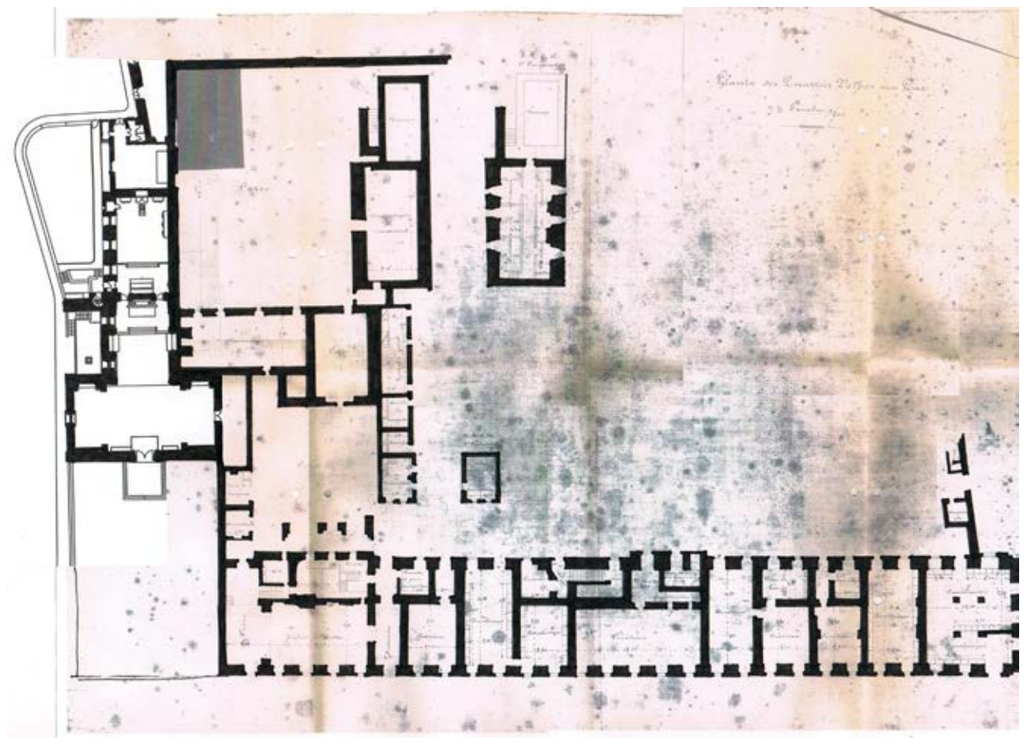


FIG. 5 Reconstituição conjetural da planta do piso térreo do Convento de Nossa Senhora da Luz no século XIX. Montagem de acordo com a planta atual do Santuário e com a planta dos Quarteis Velhos na Luz produzida pelos Engenheiros Militares no século XIX. — Planta, 2015 (do Autor)"



FIG. 6 Envolvente ao Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz — Fotografia, 2012 (do Autor)

importância da presença do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz na cidade contemporânea e a sua relação com os indivíduos que nela habitam?

Se um turista nos perguntar quais são os edifícios ou espaços mais representativos do lugar de Carnide, em princípio, referiremos o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz como um deles. E porquê?

A presença de um edifício na cidade ao longo de várias gerações não é razão suficiente para que seja considerado como referência local, pois nem todas as construções que trespassam o tempo marcam a nossa consciência e memória da mesma forma (mantendo-se vivas dentro de nós). Para que o edifício se mantenha presente na nossa mente a ponto de ser destacado como ponto de referência local tem de manifestar algo de sagrado (Eliade 2012), ou seja, tem que acolher o indivíduo, revelando-se como insubstituível e essencial à sua existência (Abreu 2010 e 2013; Heidegger 2001; Levinas 1988; Crippa 1998). Será, então, o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz insubstituível para o homem contemporâneo, a ponto de este sentir a necessidade de o preservar?

Com vista a encontrarmos respostas às questões anteriormente levantadas, apoiados na observação direta do edifício e do espaço envolvente, foi formulada a teoria de que o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz continua a ser um ponto de referência histórico no lugar de Carnide, participando no sentido de identidade dos indivíduos, atraindo-os e sendo, por essa razão, um exemplo de arquitetura a preservar. Ou seja, mesmo depois de ter perdido a monumentalidade e a força geradora de cidade, o Antigo Convento permanece como um ponto de referência insubstituível na vida do homem contemporâneo.

Como meio de validarmos a nossa teoria, optámos pela realização de um inquérito exploratório, doravante designado por IE, à população envolvente do Antigo Convento. Os resultados deste inquérito contribuiriam para a clarificação e validação da nossa teoria, abrindo novos caminhos de investigação científica.

Sustentação teórica do Inquérito Exploratório

Uma vez que se trata de um trabalho de natureza exploratória, existem duas caraterísticas fundamentais a considerar: uma amostra pouco representativa

(150 indivíduos) e a análise limitada a um caso de estudo (Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz). Contudo, estes dois fatores não constituíram razão suficiente para inviabilizar a construção e aplicação do nosso IE, meio a partir do qual validaríamos ou refutaríamos a nossa teoria.

Se pensarmos como Karl Popper (2008), o importante não consiste no número de vezes em que uma teoria é validada ou observada. Ela possui um estatuto provisório, mantendo-o até ser encontrada uma prova de falsidade. Por conseguinte, a reduzida amostra não deverá ser entendida como uma limitação à verificação da nossa teoria, pois, como preconiza Popper (2008), até que surjam novos dados que a refutem, ela permanecerá válida.

Tendo em conta o tempo e os recursos limitados para a realização das inquirições, não foi opção a introdução de outras metodologias para a validação da teoria, nem a intervenção de outros indivíduos na recolha e tratamento de dados. Assim, a estrutura de inquiridores ficou reduzida aos autores que, além da inquirição, também trataram de toda a edição da base de dados.[3]

O IE destinava-se a indivíduos com idades superiores a 15 anos (pressupõe uma maior maturidade para entendimento das questões) que podiam residir na freguesia de Carnide ou fora dela, não tendo sido desenhado um inquérito para um grupo de indivíduos específico, de modo a que a amostra fosse o mais imparcial possível.

O caso de estudo que serviu de base ao IE acabou por ser o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, tendo sido selecionado a partir de quatro critérios que serão desenvolvidos em capítulo próprio: (1) a localização no concelho de Lisboa; (2) a construção anterior ao terramoto de 1755; (3) a localização entre duas realidades urbanas, uma medieval e outra moderna; e (4) uma grande carga simbólica religiosa e identitária.

Considerando a teoria anteriormente referida como ponto de partida, foram tidas em conta algumas conjeturas que serviram de base à matriz que sustentou o IE, nomeadamente: (1) o Convento de Nossa Senhora da Luz representa historicamente a freguesia de Carnide; (2) o Convento de Nossa Senhora da Luz participa no sentido de identidade dos indivíduos; (3) os serviços atuais do corpo principal do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz constituem os mais adequados ao local.

Caso de Estudo

O Convento a analisar deveria estar localizado no concelho de Lisboa para otimização dos recursos. Partindo do princípio de que estariam envolvidos apenas os autores na execução de todas as tarefas, seria razoável trabalharmos numa zona próxima ao local de residência para facilitar o acesso a toda a informação (bibliotecas, arquivos, junta de freguesia, etc.).

Por sua vez, era intenção estudar um Convento que tivesse passado por uma quebra na relação entre o edifício/cidade/população, proveniente, por exemplo, do terramoto de 1755. Após o terramoto, em princípio, a maior preocupação dos habitantes seria a reconstrução das suas casas e das infraestruturas de primeira necessidade, passando o Convento para segundo plano, e originando-se uma nova forma de entenderem a cidade e de se relacionarem com ela.

Era ainda pretendido selecionar um Convento que tivesse sido absorvido pela cidade: um edifício que estivesse ligado

[3] O inquiridor teve formação adequada para adquirir competências que lhe facilitassem a abordagem ao inquirido. Essa formação passou pela frequência de um seminário específico e pela partilha de conhecimento de outros especialistas, conduzindo à produção de um trabalho com maior qualidade e credibilidade.

a duas realidades urbanas, uma moderna e outra antiga, pois esta particularidade poderia revelar alguma alteração na relação do indivíduo com o edifício. Ou seja, antes da cidade crescer e absorver o Convento, poderia existir um tipo de relação identitária entre ambos que podia ser posta em causa com a má consolidação posterior das malhas urbanas.

Por fim, pretendíamos observar um exemplo de arquitetura que tivesse tido um grande peso simbólico a ponto de se tornar um lugar de grande veneração. Depois da construção da Ermida a Nossa Senhora da Luz (1464),[4] muitas pessoas rumaram até Carnide para venerarem Nossa Senhora. Com a construção do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e a passagem da imagem de Nossa Senhora para o Santuário,[5] este local ganhou uma grande projeção na área do culto religioso, tornando-se um lugar de peregrinação (Frias 1994, 26).

Assim, tendo em conta os critérios anteriormente referidos, foi selecionado o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz como o exemplo de arquitetura a estudar.

Conteúdo do inquérito

O IE era constituído por onze perguntas, dez fechadas e uma aberta, organizadas ao longo de quatro grupos, sendo eles: (a) identificação e relação do indivíduo com a freguesia de Carnide; (b) sentido de identidade do indivíduo em relação à freguesia de Carnide; (c) relação do indivíduo com o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz; (d) alternativa de serviços para o edifício existente.

O grupo (a) possuía três questões fechadas que pretendiam caracterizar os inquiridos e perceber a relação destes com a zona em estudo, sendo elas: o "sexo" (feminino e masculino); a "idade" (15 a 24 anos, 25 a 64 anos ou mais de 65 anos) e o local de "residência" (na freguesia de Carnide ou fora dela).

Por sua vez, o grupo (b) era composto por duas questões, também fechadas. Cada pergunta tinha seis opções de resposta, correspondendo a edifícios ou espaços representativos da freguesia de Carnide.[6] A partir destas questões, seria verificado se o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz era entendido como o edifício historicamente mais representativo da freguesia e se correspondia à primeira imagem mental dos inquiridos em relação ao local.[7] Em ambos os casos, se o Convento fosse a opção mais escolhida, este refletiria a sua importância tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista identitário, pressupondo uma grande influência na vida dos inquiridos.

Observando que, de toda a estrutura conventual, somente o Santuário de Nossa Senhora da Luz (ou o que resta dele)[8] se encontra classificado, foi criado um grupo (c) com o objetivo de ser verificada a importância histórica e identitária apenas do corpo principal do Convento, ou seja, da volumetria que entretanto foi convertida em cavalariças, entre outros serviços, pelo Colégio Militar. A partir destas questões seria possível descobrir se este corpo principal teria relevância história e identitária suficiente para justificar a sua permanência na cidade. Assim, este grupo desenrolou-se ao longo de cinco perguntas fechadas.
A primeira tencionava clarificar a existência de contato físico entre o inquirido e o edifício, averiguando se o inquirido já entrara nele. A ocorrência deste contato evidenciaria

[4] Construção que precedeu a construção do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz.

[5] O Santuário fora mandado construir pela Infanta D. Maria no ano de 1575 sob o desenho do arquiteto Jerónimo de Ruão (Frias 1994, 29). Conhecida por Senhora Infanta, foi graças a ela que "Carnide entrou a fazer definitivamente parte da história do país pela mão branda desta sua carinhosa protetora" (Araújo 1977, 18).

[6] Exemplos escolhidos a partir de um trabalho prévio de análise ao Património existente.

[7] Ou seja, se o Convento comunica de forma intersubjetiva com o inquirido ao ponto de o edifício permanecer na sua consciência ao longo do tempo.

[8] De acordo com a Planta de Património I do Plano de Urbanização de Carnide/Luz atual, os edifícios adjacentes ao Santuário de Nossa Senhora da Luz encontram-se apenas identificados como bens de valor patrimonial relevantes, não estando classificados.

uma relação de proximidade entre a construção e o indivíduo. Caso o inquirido respondesse afirmativamente à pergunta anterior, seria realizada uma sub-questão sobre os espaços explorados no Antigo Convento, bem como uma outra sub-questão relativa à frequência de visita. Os espaços visitados com maior regularidade dentro do corpo principal do Convento denunciariam o tipo de serviços mais procurados e o número de visitas revelaria se estaríamos perante uma relação sólida ou apenas ocasional.

Todavia, no caso de a primeira resposta ser negativa, passaríamos diretamente para a quarta questão. Nesta questão pretender-se-ia descobrir se o corpo principal do Antigo Convento deveria ser preservado enquanto elemento histórico local. Ainda, através de uma quinta pergunta procurar-se-ia aferir se os indivíduos sentiriam a ausência do edifício do ponto de vista identitário, caso este fosse demolido. Se esta parte do Antigo Convento fosse considerada como um importante edifício a preservar do ponto de vista histórico e identitário ao ponto de os inquiridos sentirem a sua falta no caso de demolição, estaríamos perante um exemplo de arquitetura insubstituível, cuja presença seria essencial tanto para os indivíduos como para a cidade.

Por último, através do grupo (d), constituído apenas por uma questão, descobrir-se-ia se os serviços disponíveis no Convento corresponderiam a serviços úteis para a comunidade, ou se existiriam outros que poderiam ser mais adequados à realidade atual, através de 6 hipóteses de resposta (cinco fechadas e uma aberta). A possível menção frequente a algum serviço não apontado nas cinco opções fechadas poderia subentender a necessidade de criação de um novo serviço que aumentasse o dinamismo em torno do edifício. Daí a importância de a última questão ser aberta.

Amostra

Um conjunto de 150 inquéritos realizados num universo de mais de 19 542[9] residentes na freguesia de Carnide e de um número indeterminado de indivíduos residentes fora desta freguesia não equivale a uma amostra significativa. Contudo, esta situação não impede o desenvolvimento do trabalho, como já foi referido anteriormente.

Apesar de existir um número desconhecido de indivíduos que transitam diariamente por Carnide sem terem qualquer vínculo com o lugar e de existir a probabilidade de alguns destes serem abordados para inquirição, houve a necessidade de criação de uma base que permitisse a tomada de consciência do tipo de população a inquirir. Nomeadamente, foi necessária a elaboração de uma grelha etária com as percentagens de jovens, de adultos e de idosos da freguesia de Carnide para que a amostra pudesse aproximar-se dessa realidade. No entanto, como a recolha de dados se previa aleatória, não existiria forma de garantir o cumprimento destes valores. De qualquer forma, a partir dos dados facultados pelo Censos de 2011 relativos à freguesia de Carnide, foi possível apurar que, em média, residem no local 14% de indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos, 67% de indivíduos com idades entres os 25 e os 64 anos e 32% de indivíduos com idades superiores a 65 anos.

Inquirição

A inquirição decorreria no percurso entre o Jardim da Luz adjacente ao Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e

[9] Dados recolhidos a partir do Censos de 2011. Ao valor total de residentes foram subtraídos os indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

o núcleo histórico de Carnide, tanto a transeuntes como a clientes encontrados em estabelecimentos comerciais, para que a amostragem fosse a mais diversificada possível. Se diferentes tipos de indivíduos respondessem da mesma forma às mesmas perguntas, isso poderia contribuir para o reforço da validação ou refutação da nossa teoria de forma vincada.

Três dias úteis corresponderam ao tempo necessário para a realização da totalidade das inquirições. Entre as 10h e as 20h de cada dia útil, o inquiridor, devidamente identificado, abordava os indivíduos no sentido de perceber se teriam disponibilidade para a realização do inquérito. No caso de terem essa disponibilidade, era iniciada a inquirição.

Resultados do Inquérito Exploratório

Após a fase de tratamento de dados,[10] foi confirmada uma taxa de participação de 100% dos inquiridos, ou seja, foi realizada a totalidade dos inquéritos previstos, acontecendo o mesmo com a taxa de resposta ao IE.

No total participaram: 33 jovens (15 a 24 anos); 77 adultos (25 a 24 anos); e 40 idosos (+65 anos), perfazendo uma taxa de participação por faixas etárias de 22%, 51%, 26% respetivamente, longe de se aproximar das taxas anteriormente previstas.

A amostra era constituída por 72 inquiridos do sexo feminino e 78 do sexo masculino. Dos 150 inquiridos, 101 residiam na freguesia de Carnide e 49 fora da mesma (fig. 7).

A partir das questões do grupo (b) foi possível aferir a presença de um edifício na freguesia de Carnide que se destaca de forma clara, o que evidencia a sua função enquanto referencial histórico. Esse edifício diz respeito ao Convento de Nossa Senhora da Luz, que conseguiu a maior percentagem dos resultados obtendo 59% das opções dos inquiridos. Por sua vez, o edifício do Colégio Militar alcançou um resultado menos significativo que o edifício anterior (23%), sendo, contudo, superior às percentagens apuradas para o Seminário dos Franciscanos (7%), para o Convento de Santa Teresa (5%) e para a igreja de São Lourenço (4%) (fig. 8).

		Totais	Perc.
1.	**Sexo**		
a.	feminino	72	48%
b.	masculino	78	52%
2.	**Idade**		
a.	15-24	33	22%
b.	25-64	77	51%
c.	65 ou +	40	27%
3.	**Residência**		
a.	na freguesia de Carnide	101	67%
b.	fora da freguesia de Carnide	49	33%

FIG. 7 Quadro com os resultados das questões 1, 2 e 3 — Desenho, 2015 (do Autor)

		Totais	Perc.
4.	**Em termos Históricos, qual considera ser o edifício mais representativo da freguesia de Carnide?**		
a.	Mosteiro de Santa Teresa de Jesus	4	3%
b.	Colégio Militar	34	23%
c.	Seminário dos Franciscanos	11	7%
d.	Igreja de São Lourenço	6	4%
e.	Antigo Convento Nossa Senhora da Luz e respetivo Santuário	89	59%
f.	Nenhum dos anteriores	7	5%

FIG. 8 Quadro com o resultado da questão 4 — Desenho, 2015 (do Autor)

[10] O tratamento de dados pressupôs um trabalho inicial de descoberta e de correção de erros do IE e um trabalho de atribuição de valores às respostas para introdução de dados no sistema informático. Foram utilizadas algumas ferramentas informáticas, nomeadamente, os *softwares* Microsoft Office e IBM SPSS Statistics para a edição dos mesmos dados.

Na mesma linha de resultados, a segunda questão deste grupo revelou que 55% dos inquiridos associaram o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e respetivo Santuário à primeira imagem que lhes surgia na mente a propósito da freguesia de Carnide. Este resultado indica que a imagem do Antigo Convento está consolidada na memória dos inquiridos, revelando a existência de uma relação entre o edifício e os indivíduos. Mais uma vez, o Colégio Militar correspondeu ao segundo edifício com estas características, tendo obtido um resultado de 26%, seguindo-se o Seminário dos Franciscanos com 10%, a igreja de São Lourenço com 5% e o Convento de Santa Teresa com 1% (fig. 9).

		Totais	Perc.
5.	**Quando pensa em Carnide, qual das cinco opções corresponde à imagem que lhe vem à cabeça?**		
a.	Mosteiro de Santa Teresa de Jesus	2	1%
b.	Colégio Militar	39	26%
c.	Seminário dos Franciscanos	15	10%
d.	Igreja de São Lourenço	4	3%
e.	Antigo Convento Nossa Senhora da Luz e respetivo Santuário	83	55%
f.	Nenhum dos anteriores	7	5%

FIG. 9 Quadro com o resultado da questão 5 — Desenho, 2015 (do Autor)

Analisando os últimos dados por grupos de idades, foi ainda verificado que os jovens estavam divididos entre o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e respetivo Santuário e o Colégio Militar, sendo apurada a percentagem de 9% nos dois casos. Porém, para os adultos e idosos, o Antigo Convento permaneceu como o edifício mais representativo.

Nas questões do grupo (c) que insidiam diretamente sobre o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e, em particular, no corpo principal que incorporava as antigas cavalariças do Colégio Militar, foram apurados os resultados seguintes: na primeira questão constatou-se que 71% dos inquiridos já tinham entrado no corpo principal do Antigo Convento, essencialmente no átrio (80%) e no restaurante (80%) e, com menos frequência, no teatro (59%), no bar noturno (24%) e no Lar de terceira idade (18%). Estes resultados clarificaram que a maior parte dos inquiridos mantém uma ligação física com o edifício, em especial, com a zona de restauração. Na terceira questão deste grupo, foi ainda possível verificar que dos indivíduos que entraram no edifício, 77% fizeram-no entre 1 a 10 vezes durante o último ano (2015), 10% desses mesmos indivíduos entraram 10 a 30 vezes no mesmo período e 12% desse grupo entrou mais de 30 vezes, revelando a existência de contato frequente.

Na quarta pergunta, relativa à importância da preservação do edifício enquanto elemento histórico, foi constatado que 97% da totalidade dos inquiridos considerou necessária a sua preservação. E, ainda, através da quinta e última pergunta do grupo, foi apurado que 87% sentiria a sua falta enquanto elemento de identidade caso o edifício fosse demolido. Estes resultados dão maior ênfase aos resultados do grupo (b), acentuando a importância histórica do edifício em Carnide e a sua influência no sentido de identidade dos inquiridos (fig. 10).

Por último, a partir do grupo (d), foi apurado que os serviços disponibilizados atualmente pelo antigo Convento correspondem aos mais adequados ao local, visto que, o uso que tem hoje o edifício, foi a opção mais escolhida para uma possível remodelação funcional do mesmo, obtendo

49% da escolha total dos inquiridos, em detrimento dos 15% que optaram por um estabelecimento de ensino, 13% por um centro pastoral, 7% por um edifício hoteleiro e 4% por um centro comercial. Assim, depreendemos que os serviços atuais respondem às necessidades dos inquiridos, não existindo necessidade de alterá-los, mas, quando muito, melhorar alguns deles (fig. 11).

Conclusões do Questionário

Inicialmente foram apresentadas algumas conjeturas que serviram de base à matriz que sustentou o IE. Neste capítulo iremos verificar a sua veracidade, de modo a validarmos ou refutarmos a nossa teoria.

A primeira conjetura era: "o Convento de Nossa Senhora da Luz representa historicamente a freguesia de Carnide". A partir dos resultados da primeira questão do grupo (b) foi possível verificar que, embora existam outros edifícios com algum peso histórico local, o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz e respetivo Santuário correspondem ao edifício com maior representatividade histórica da freguesia. Logo, a conjetura (1) foi validada.

Observando os resultados da segunda questão do grupo (b), verificamos que a conjetura (2), "o Convento de Nossa Senhora da Luz participa no sentido de identidade dos indivíduos", também foi validada, pois, na mesma linha de resultados da primeira questão deste grupo, foi apurado que o Antigo Convento constitui a primeira imagem mental que os inquiridos associam à freguesia. Por conseguinte, este dado indica que a imagem do Antigo Convento está presente na memória e, consequentemente, na vida dos indivíduos.

		Totais	Perc.
6.	**Já entrou no corpo principal do antigo Convento?**		
a.	sim	106	71%
b.	não	44	29%
7.	**Se entrou, quais os espaços que explorou?**		
a.	Restaurante	85	57%
b.	Teatro	63	42%
c.	Bar Noturno	25	17%
d.	Lar de terceira idade	19	13%
e.	Átrio	85	57%
8.	**Se entrou, quantas vezes o fez no último ano?**		
a.	1 a 10 vezes	82	55%
b.	10 a 30 vezes	11	7%
c.	30<	13	9%
9.	**Considera que este edifício deve ser preservado enquanto elemento histórico local?**		
a.	Sim	145	97%
b.	Não	5	3%
10.	**Se fosse demolido, sentiria a sua falta enquanto elemento de identidade local?**		
a.	Sim	131	87%
b.	Não	19	13%

FIG. 10 Quadro com os resultados das questões 6, 7, 8, 9, 10
Quadro, 2015 (do Autor)

		Totais	Perc.
11.	**Se tivesse oportunidade de remodelar o edifício e de lhe atribuir novos serviços locais, quais escolheria?**		
a.	Manteria as atuais	73	49%
b.	Hotelaria	10	7%
c.	Ensino	22	15%
d.	Centro Comercial	6	4%
e.	Centro Pastoral associado à igreja	19	13%
f.	Outro	19	13%

FIG. 11 Quadro com o resultado da questão 11 — Desenho, 2015 (do Autor)

Os resultados das questões do grupo (c) deram ainda mais força à validação das conjeturas (1) e (2), reforçando a importância histórica e identitária conferida pelos inquiridos a todo o conjunto do Antigo Convento.

Por fim, a conjetura (3): "os serviços atuais do corpo principal do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz constituem os mais adequados ao local". De acordo com os resultados da questão do grupo (c), foi possível verificar que a maioria dos inquiridos visitou o corpo principal do antigo Convento e que, em grande parte dos casos, usufruiu de vários dos seus serviços, revelando, assim, a existência de uma relação direta entre indivíduos e edificado. Além disso, foi também apurado que o maior número de inquiridos entrou nesse edifício entre 1 a 10 vezes no último ano, procurando essencialmente o restaurante, denunciando uma relação de proximidade com o mesmo. Estes resultados acabam por reforçar os resultados do grupo (d), em que a maior parte dos inquiridos considera que os serviços disponibilizados pelo corpo principal do Antigo Convento correspondem aos mais adequados às necessidades da população envolvente. Assim, a conjetura (3) é validada à semelhança das anteriores.

Portanto, a teoria de que o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz continua a ser um ponto de referência histórico no lugar de Carnide, participando no sentido de identidade dos indivíduos, atraindo-os e sendo, por essa razão, um exemplo de arquitetura a preservar, torna-se verdade, pelo menos até que se encontrem vestígios de falsidade que a refutem.

Considerações Finais

Este trabalho permitiu constatar que, apesar de o terramoto de 1755 ter arrasado grande parte do Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz, não conseguiu influenciar o papel histórico e identitário do edifício em relação ao local e à população. No entanto, a sua força geradora de cidade que levou até Carnide artesãos e peregrinos, contribuindo para o seu desenvolvimento urbano, esmoreceu.

A evolução exponencial que se fez sentir no decorrer da segunda metade do século XX conferiu uma nova imagem à paisagem urbana naquele local. O edificado irrompeu sem critério, absorvendo toda a zona antiga de Carnide e criando um problema de cosedura entre malhas novas e antigas que ainda hoje persiste. Tendo em conta que a cidade continua a crescer e que o corpo principal do Antigo Convento corresponde a património ainda não classificado, mesmo estando identificado como um bem com valor patrimonial relevante,[11] o edifício torna-se apetecível para a realização de intervenções que possam vir a comprometer a sua integridade.

Com vista a comprovar que o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz deve ser um exemplo de arquitetura a preservar na íntegra, tanto pela importância histórica, como pela influência que exerce no sentido de identidade da população, atraindo-a até si, foi realizado um inquérito exploratório que possibilitou a verificação desta teoria. Ou seja, clarificou que o Antigo Convento continua a ser um ponto de referência histórico e identitário para a população, impondo a sua imagem não apenas na cidade, mas também na memória dos que nela habitam.

[11] Plano de Pormenor e Salvaguarda de Carnide/Luz que integrava o Plano Diretor Municipal de 1994.

Em suma, apesar de não ter a monumentalidade e a força geradora de outros tempos, o Antigo Convento de Nossa Senhora da Luz deve ser preservado e protegido, pois constitui uma referência histórica e identitária que influencia diretamente a vida do homem contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Pedro M. 2010. *Eupalinos Revisitado, diálogo anacrónico em torno do ser da arquitectura*. In Luiz Gazzaneo (org.) — *Da Baixa Pombalina a Brasília, Património e Historicidade*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ.

ABREU, Pedro M. 2013. *A Ideia de Habitação*. In Atas 2º Congresso Internacional de Habitação no espaço Lusófono, 1º CCRSEEL (LNEC, 13 a 15 de Março 2013). Lisboa: LNEC.

ARAÚJO, António de Sousa. 1977. *O Santuário da Luz, glória de Carnide*. Braga: Editora Pax.

ARAÚJO, António de Sousa. 2001. *Vida Cristã em Carnide no período áureo do Santuário da Luz, 1600-1740.* Lisboa: Separata de Itinerarium, Ano XLVII, nº170, Maio-Agosto.

ATAÍDE, Marta. 2016. *Convento e Hospital de Nossa Srª da Luz*. Lisboa: Várzea da Rainha Impressores.

BANHA, Inês. 2012. "Carnide poderá ter sido celeiro abastecedor da cidade de Lisboa". *Jornal Diário de Notícias*. 8 Dez: 21.

CONSIGLIERI, Carlos. Ribeiro, Filomena. Vargas, José. Abel, Marília. 1993. *Pelas Freguesias de Lisboa, o Termo de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Educação.

CRIPPA, Maria Antonietta. 1998. *La dimora tradizionale del Trentino in Ivo Bonapace (a cura di)*. Dimore rurali della tradizione del Trentino. Trento: Luni Editrice.

ELIADE, Mircea. 2012. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes.

FRIAS, Hilda Moreira de. 1994. *A arquitetura régia em Carnide/Luz*. Lisboa: Livros Horizonte.

GONÇALVES, Estrela. Fernandes, Mário. Castiço, João. Inácio, Carlos. Ollero, Rodrigo. 1992. *Carnide-Luz. Velho Núcleo Urbano,* Gabinete técnico Local de Carnide, Luz e Paço do Lumiar. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

HEIDEGGER, M. 2001. *Building Dwelling Thinking*. Bauen wohnen denken, 1951. In Heidegger, M., *Poetry, Language and Thought*. New York: Harper Collins.

INÁCIO, Carlos. Gonçalves, Estela. Pimentel, Gisela. 2012. "Reflexões sobre a História do núcleo periférico de Carnide", *Telheiras. Cadernos Culturais*. II série, 6: 35-50.

LEVINAS, Emmanuel. 1988. *Totalidade e Infinito (A Morada)*. Lisboa: Edições 70.

PEREIRA, Luiz Gonzaga. Silva, Augusto Vieira da. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

POPPER, Karl. 2008, *Conjectures and Refutations*. London & New York: Routledge.

SALTA, Ana. 1997. *Reabilitação do Núcleo Histórico de Carnide-Luz*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

SILVA, Augusto Vieira da. 1943. *As Freguesias de Lisboa.* Lisboa: Publicações Culturais da Camara municipal de Lisboa.

VARIA

288

THE CASE OF THE "DISSOLVED MONASTERIES" IN GREECE HISTORICAL FACTS AND CURRENT DEVELOPMENTS
THEODOSIOS TSIVOLAS

294

OBRA MAIS PALACIANA QUE SACRA. HISTÓRIA, ARQUITETURA...
TIAGO BORGES LOURENÇO, RITA MÉGRE HÉLIA SILVA

308

CONVENTO DO BOM SUCESSO (1639-2016?): PARA UMA MUSEOGRAFIA DO SAGRADO...
SOFIA FERREIRA RODRIGUES

THE CASE OF THE "DISSOLVED MONASTERIES" IN GREECE HISTORICAL FACTS AND CURRENT DEVELOPMENTS

THEODOSIOS TSIVOLAS
Attorney at Law, LL.M., Ph.D. (National University of Athens)
tsivolaslaw@gmail.com

ABSTRACT

During the early 19th century, nearly three quarters of the monastic edifices located within the Greek territory, many of which had been established during the Byzantine era, were abolished by the Bavarian Regency under the Reign of King Otto (1833-1863). Due to this process of radical secularization, the number of operational monasteries left in the country was dramatically reduced, whereas all the rest were abandoned and became known, since then, as the "Dissolved Monasteries". Many of these deserted and disfunctioned edifices remain nowadays valuable heritage assets; they survive near or even within the contemporary urban landscape, mainly as sites of 'archaeological' or 'historical' importance. However, after the promulgation of the Regulation No 229/2011 by the Holy Synod of the Orthodox Church, and in light of the constitutional and legislative protection regarding the preservation of religious cultural environment in Greece, an endeavor began towards the restoration of the 'sacred character' of these monastic establishments.

KEYWORDS
GREECE | DISSOLVED MONASTERIES | HERITAGE LAW | SACREDNESS

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

The conditions before the establishment of the Greek State

As it is well known, one of the most important aspects of the Byzantine society was the institution of Greek Orthodox monasticism. Especially from the 9th century on, a vast network of monasteries was created throughout the Byzantine Empire (Talbot 1987). This was indeed the great era of monastic prosperity in the Eastern part of Europe: new buildings were continually being founded, endowed with vast properties and protected by imperial privileges. Thus, large amounts of land came to be owned by the monasteries, which were more numerous in the Greek territory than in any other part of the Balkans (Konidaris 1948, 89 f.).

Although the exact number of the monastic edifices established during that time remains impossible to estimate, a telling example would be that of the city of Constantinople alone, where, by the early 12th century, according to the medieval Jewish traveler Benjamin of Tudela, there were as many Orthodox monasteries, as there were days in the year (Runciman 1985, 43). In any case, on the basis of the evidence provided by the *Typika*, i.e. a series of regulatory texts written between the 9th and 12th centuries by the respective abbots (*hegoumenoi*) or the founders (*ktetores*) of each monastery, an elaborate system of monastic management had been created throughout the Empire, with the main aim of safeguarding the unimpeded maintenance of these sacred edifices (Konidaris 2003; Smyrlis 2002).

Nevertheless, during the last period of Byzantine history, especially from the 13th century on, the monasteries become fewer and poorer. In addition, under the Ottoman Rule, that followed the Turkish conquest of Constantinople in 1453, several monasteries in Greece disappeared and many lost their endowments. In addition, the Greek war of independence that burst out during the early 19th century, destroyed the majority of the monastic structures and dispersed the monks of the remaining establishments (Finlay 1861: 319). A great many of these edifices, though having escaped total devastation, were severely plundered or burned. In fact, several cases exist where the monasteries become actual battlegrounds, and, therefore, their subsequent restoration and repopulation required immense resources (Frary 2015, 118).

The dissolution Decrees of the Bavarian Regency

Following the Greek war of independence (during the early 19th century), one of the most significant chapters in the history of the birth of the modern Greek State, was the abolition of the majority of the monasteries already existing within the Greek territory. This process, which led to the abolition of nearly three quarters of the monastic institutions located within the nascent State of Greece, was decreed by the Bavarian Regency during the Reign of King Otto (1833-1863) and was intertwined with the unilateral declaration of independency by the Greek Orthodox Church. Indeed, the abolition was connected *prima facie* to the declaration of the Autocephalous (Independent) Greek Church in 1833: many monasteries were directly linked to the Greek-Orthodox Patriarchate of Constantinople, which was thought to compromise their position within the newly formed Greek State. Allegations of corruption and malpractice in monasteries were also used to bring their downfall (Troianos and Demakopoulou 1999, 68 f.).

More precisely, pursuant to the *Royal Decree* of September 25/October 7 1833, entitled "regarding the Monasteries within the Kingdom", all the monastic institutions which had less than six monks or their edifices had been completely destroyed, were suppressed, whereas by the *Royal Decree* of February 25/ March 9 1834, all convents, except three (each belonging to one of the three geographical sections of Greece at that time, i.e. Peloponnesus, Roumeli and the Islands) were dissolved (Kokkinis 1976, 223-233; Troianos and Demakopoulou 1999, 81-83). In essence, this controversial policy of suppressing the monasteries, was related to the anxiety of the newly appointed Bavarian Government to obtain the bulk of the Church's property, by closing down convents and confiscating their possessions. Thus, the number of suppressed monasteries totaled 412 and the Regency was able to receive considerable land and property, whereas the remaining monasteries were made liable to taxation from both the local and national governments (Frazee 1969, 120).

From the aforementioned confiscations, a fund (*Ekklisiastikon Tameion*) was established to help support the larger (remaining) monasteries, churches and public education. Still, in principle, the appropriation of monastic properties was largely unsuccessful in terms of benefit to the economy (Panagiotakos 1951, 26 f.; McGrew 1985). Indeed, the original recommendation of the Holy Synod, that the monastic assets be used for the maintenance of the clergy and the advancement of education, proved far from practicable. The fact remains, however, that, as a result of the aforementioned dissolution scheme, approximately over four hundred monastic establishments were closed down, their properties were confiscated and the relevant monastic orders were dissolved accordingly. Eventually, due to this process of radical secularization, the total number of operational Monasteries left in the country, was reduced to eighty-two; all the rest were abandoned and became known, ever since, as the "Dissolved Monasteries".

The current legal status of the Dissolved Monasteries

According to the relevant archives of the *Hellenic Public Real Estate Corporation*, the majority of the "Dissolved Monasteries" were left to decay, unoccupied and abandoned, subject to trespassing and continuous abuses of property rights often by neighboring farmers etc. Nevertheless, many of these deserted and disfunctioned edifices, albeit in poor condition or ruined after they have been looted or plundered over the years, remain nowadays valuable heritage assets; they survive near or even within the contemporary urban landscape, mainly as sites of 'archaeological' or 'historical' importance. This cultural status is currently defined in *Law* No 3028/2002 *'*on the Protection of Antiquities and Cultural Heritage in General',[1] that replaced a complex sequence of amendments to earlier pieces of legislation dating from 1932.

It should be noted that this particular *Law* regulates *in globo* the fundamental aspects of religious cultural heritage "from ancient times up to present day" (Art. 1 § 1) and defines which elements constitute the spectrum of 'religious cultural heritage'. On the basis of the relevant provisions, the concept of religious cultural heritage encompasses immovable religious monuments and sites (as well as their surroundings), regardless of denominational origin or tradition (Art. 2). Particularly in relation to monuments,

[1] Law 3028/2002, published in *Government Gazette* issue A 153/28.6.2002; supplemented by Law 3658/2008 'measures on the protection of cultural goods' published in *Government Gazette* issue A 70/22.4.2008.

within the ambit of the legislative protection fall *ex lege* all religious objects, moveable and immovable, dating before A.D. 1453, and all immovable religious monuments dating before A.D. 1830 (thus, the majority of the remaining dissolved monastic edifices).

Moreover, among the foundamental protective measures established by the aforementioned *Law*, also in relation to the "Dissolved Monasteries", are the prohibition of any activity that may result directly or indirectly in the destruction, damage or disfigurement of such an ancient edifice, as well as the prior authorization by the Minister of Culture for the establisment or operation of any industrial, handicraft or commercial enterprise, the installation of telecommunications or other structures, the execution of any kind of technical or other work as well as of any building activity in the vicinity of such a monument. However, apart from the measures of physical preservation and conservation, the notion of 'protection' encompasses also the identification, research, documentation, access, and social, aesthetic and educational valorisation of these specific elements of religious cultural heritage.

In addition, in terms of ownership and possesion, according to the *Statutory Charter* of the Autocephalous Orthodox Church of Greece (*Law* No 590/1977), all the remaining "Dissolved Monasteries", belong again, after several decades of legal discourse, to the Church, and, in particular, to the Dioceses (which constitute autonomous legal persons of public law) within which they are situated (Papageorgiou 2008). However, pursuant to the aforementioned *Law* No 3028/2002, the Church (and, to be precise, each Diocese), albeit the legitimate owner of such immovable heritage assets, has still a duty to co-operate with the competent State authorities and follow their instructions regarding the preservation, enhancement and protection of these monuments, thus assuming the corresponding liability for their overall safety and maintenance (Tsivolas 2014, 151).

Religious and Cultural prospects

Notwithstanding the above, having not been utilized for their original (religious) function for almost two centuries, the "Dissolved Monasteries" seem to constitute nowadays mere tourist attractions with no obvious 'sacred' or 'holy' significance whatsoever. Neverthless, in light of the relevant legislation in force regarding the preservation of the religious antiquities located within the country (primarily the provisions of the aforementioned *Law* No 3028/2002), the Holy Synod of the Greek Orthodox Church issued in 2011 a quite significant *Regulation.* This particular legal norm, which was issued on the basis of Art. 43 § 2 of the Greek Constitution and the associated provisions of the Church's Statutory Charter (Konidaris 2015, xiii f., 324 f.), reflects, in essence, the strenuous effort of the Church towards the emergence and restoration of the religious character of the "Dissolved Monasteries", as an integral part of their overall cultural connotation.

More precisely, the Ecclesiastical *Regulation* No 229/2011, which was published in the Official Government Gazette[2] and was entitled "Regarding the protection of the Dissolved Holy Monasteries and the Ecclesiastical Monuments", came as a response to the "need for establishing a regulatory framework in relation to the preservation of the sacred and monumental character of the Dissolved Monasteries of the Greek Orthodox Church [...] also in view of their long-term

[2] *Government Gazette* issue A 253/2.12.2011.

abandonment and plunder and their occasional desecration" (Preamble). Therefore, according to the same legal norm, "each competent Bishop has the legal power and duty to enchance and afford protection against any third party, in relation to the sacred character of the edifices (churches and their surroundings) of the Dissolved Monasteries located within his Diocese. Likewise, he also protects all the ecclesiastical monuments located in his Diocese, pursuant to the provisions of Law 3028/2002" (Art. 3 § 5). In the same vein, the *Regulation* allows for the possibility of the Disolved Monasteries to re-open (to be "re-established" according the relevant wording of Art. 3), by also providing the necessary framework for the creation of a thorough *Property Record* (comprising all real estate details, Art. 2 §§ 2-3), as well as a relevant ecclesiasctical *Register*, in which all related monuments shall be enlisted (Art. 3 § 6).

It should be noted that the *Regulation's* specific reference to the 'sacred character' of the aforementioned establishments, which constitute the tangible cultural products of Orthodox monasticism within the Greek territory, corresponds to the ecclesiastical notion of *res sacrae* (Tsivolas 2013, 103 f.) The latter reflect the respective religious traditions from which they stem, and, at the same time, incorporate the specific ideas, beliefs and theological doctrines, with which they have been historically associated. Therefore, due to their religious background, they form their unique 'religious character' as a permanent trait and indelible attribute of their cultural status, regardless of whether they are 'devoid' of their original function. Furthermore, since they are identified and venerated in accordance with the norms of their respective religious community, they fall *prima facie* within the autonomous sphere of the Church's internal affairs. This crucial religious sphere enchances our 'secular' approach of all related monument protection laws and building planning regulations. In other words, to say that these monasteries constitute 'sacred' sites is not simply to describe them as strictly defined pieces of land or just locate them in a certain position in the landscape: "What is known as a sacred site carries with it a whole range of rules and regulations regarding people's behaviour in relation to it, and implies a set of beliefs to do with the non-empirical world [...]" (Carmichael et al. 1998, 3).

In this rationale, the protection provided by the aforementioned *Regulation*, correlates, not only to the protection afforded by Art. 24 of the Greek Constitution in relation to the sustainability of the religious cultural environment in Greece (Tsivolas 2013, 264 f.), but also to Art. 13 of the Constitution regarding the freedom of religion (Konidaris 2011, 23 f.). In fact, according to the Hellenic Council of State (*Symvoulion Epikrateias*), the preservation of the 'religious cultural environment' entails also the preservation of the feature of 'sacredness', the latter being incorporated in the various cultural elements of this sheltered environment. Indeed, according to the relevant case-law,[3] any intervention near a monastic monument shall, in principle, aim at protecting it and demonstrating its importance; it shall be attempted in view of the specific characteristics and nature of the monument, prohibiting interventions and actions incompatible with the intended use of the monument. Consequently, this protection includes the space needed for the emergence of a monastic edifice as a combined (historical, aesthetic and functional) 'religious module'.

[3] *See* indicatively Decisions No. 245/1997; 2596/1998; 2284/2000; 3610/2002.

Notwithstanding the above, it shoud be emphasized that the prospective 're-establishment' of the 'Dissolved Monasteries', pursuant to the relevant provisions of the aforementioned *Regulation*, should also take into consideration the guidelines, that have been already set by the *Verona Charter* 'on the Use of Ancient Places of Performance'.[4] Particularly in relation to the proper use of ancient sacred places, such as the monasteries in question, the *Charter* emphasizes the concept of 'sustainable functionality'. This concept of 'enhancing the sites by using them', is actually motivated by the objective "to preserve a store of scientific information, manage the monuments in the perspective of development and, where circumstances permit, infuse ancient sites once more with their full role of places of artistic creation, shared enjoyment and emotion". Besides, as far as these cultural elements constitute part of the overall architectural environment of European religious cultural significance, according to the Council of Europe's *Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe* (which has been duly ratified in Greece via *Law* No 2039/1992),[5] each Party undertakes to foster "the use of protected properties in the light of the needs of contemporary life; the adaptation when appropriate of old buildings for new uses" (Art. 10). The said provision is quite similar to the wording of the Council's *Resolution 916 (1989) on Redundant Religious Buildings*, that requires the preservation and protection of redundant religious buildings "through their sensitive adaptation to new uses".[6] According to the *Resolution*, which should be interpreted in the light of the aforementioned *Convention*, when a building consecrated for worship, is no longer viable as such, efforts should be made to ensure a future use, whether religious or cultural, "as far as possible compatible with the original intention of its construction".

BIBLIOGRAPHY

CARMICHAEL David, HUBERT, Jane, REEVES, Brian. 1998. *Sacred Sites, Sacred Places*, Routledge.

FINLAY, George. 1861. *History of the Greek Revolution*, London: William Blackwood & Sons.

FRARY, Lucien. 2015. Russia and the Making of Modern Greek Identity, 1821-1844. Oxford University Press.

FRAZEE, Charles. 1969. *The Orthodox Church and Independent Greece 1821-1852*, Cambridge at the University Press.

KOKKINIS, Spyridon. 1976. *Monasteries of Greece.* Athens: Estia Publications.

KONIDARIS, Gerasimos. 1948. *The Greek Church as a civilizing force in the history of the Balkans*. Athens.

KONIDARIS, Ioannis. 2003. *Legal aspects of the Monastic Typika*. Athens: Ant. N. Sakkoulas Editions.

KONIDARIS, Ioannis. 2011. *A manual of Ecclesiastical Law*, 2nd edition, Athens — Thessaloniki: Sakkoulas Publications.

KONIDARIS, Ioannis. 2015. *The Regulations of the Greek Orthodox Church*, 2nd editions, Athens — Thessaloniki: Sakkoulas Publications.

MCGREW, William. 1985. *Land and Revolution in Modern Greece, 1800-81. The Transition in the Tenure and Exploitation of Land from Ottoman Rule to Independence,* Kent State University Press.

PANAGIOTAKOS, Panagiotis. 1951. *The current system of Church Law in Greece*. Vol. IV, Thessaloniki: Pournaras Publications.

PAPAGEORGIOU, Theodoros. 2008. "The fortune of the Dissolved Monasteries", Nomokanonika 1/2008: 43-72.

RUNCIMAN, Steven. 1985. *The Great Church in Captivity: A study of the Patriarchate of Constantinople from the eve of the Turkish conquest to the Greek war of independence.* Cambridge University Press.

SMYRLIS, Konstantinos. 2002. "The management of monastic estates. The evidence of the Typika". Dumbarton Oaks Papers, Vol. 56: 245–61.

TALBOT, Alice Mary. 1987. "An Introduction to Byzantine Monasticism". Illinois Classical Studies. Vol. 12: 229-241.

TSIVOLAS, Theodosios. 2014. *Law and Religious Cultural Heritage in Europe*, Heidelberg: Springer Verlag.

TROIANOS, Spyridon, DEMAKOPOULOU Charikleia. 1999. *Church and State. Their relationship during the Nineteenth Century (1833-1802)*. Athens — Komotene: Ant. N. Sakkoulas Publications.

[4] The Charter was adopted at the International Colloquy of Verona (Italy) in August 1997

[5] Published in *Government Gazette* issue A 61/13.4.1992.

[6] *See* the relevant provisions of the *Resolution* online at: http://assembly.coe.int.

OBRA MAIS PALACIANA QUE SACRA

HISTÓRIA, ARQUITETURA E (NOVA) IMAGEM URBANA DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA DE LISBOA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

TIAGO BORGES LOURENÇO
Instituto de História da Arte, FCSH, NOVA
tborgeslourenco@gmail.com

RITA MÉGRE
CML / DMC / Departamento de Património Cultural
ana.megre@cm-lisboa.pt

HÉLIA SILVA
CML / DMC / Departamento de Património Cultural
helia.silva@cm-lisboa.pt

RESUMO

Após uma suposta fugaz presença em Portugal no reinado de D. João III, em 1717 a Ordem dos Mínimos consegue autorização para fundar um hospício em Lisboa, numas casas à Pampulha cedidas pela Real Fazenda para o efeito. O direto envolvimento régio a partir de 1753 possibilitou a elevação do hospício a convento, o financiamento da construção da igreja e a ampliação do espaço conventual por via da compra de umas casas próximas às primitivas, profundamente alteradas a partir de 1767.
Com base em documentação gráfica e documental inédita, e numa altura em que se aproxima o terceiro centenário da fundação do cenóbio, o presente artigo procura ilustrar as principais características arquitetónicas do Convento de São Francisco de Paula de Lisboa e a nova imagem urbana resultante das profundas alterações que ocorreram na segunda metade do século XIX, já depois da sua supressão.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA | ARQUITETURA CONVENTUAL | LISBOA | ORDEM DOS MÍNIMOS | IMAGEM URBANA

ABSTRACT

After a brief stay in Portugal during the reign of John III, in 1717 the Order of Minims is granted permission to create a religious house at Pampulha, gifted by the Royal House. In 1753 Queen Mariana Vitória financed the new church, enabling the expansion plans for the convent in nearby houses, culminating in its renovation in 1767.
As the convent celebrates its third century, using extensive research this article aims to document Lisbon's Convent of São Francisco de Paula's architecture and its transformation from a place of worship into a mansion.

KEYWORDS
SÃO FRANCISCO DE PAULA CONVENT | CONVENTUAL ARCHITECTURE | LISBON | ORDER OF MINIMS

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

"A casa do lado do léste é a obra moderna do convento, continuada e acabada agora segundo o risco primitivo, isto é, exteriormente, pois que o architecto, attendendo mais á munificencia da real fundadora, do que á pobreza e regra apertada dos religiosos minimos, edificava-lhes um palacio em vez de convento." (Barbosa 1863, 78)

O Hospício de São Francisco de Paula de Lisboa (1717-1752)

Após uma suposta fugaz presença em Portugal no reinado de D. João III,[1] altura em que terá chegado a fundar um pequeno hospício às Fangas da Farinha,[2] a Ordem dos Mínimos[3] regressa a Lisboa em 1710 com a chegada do frade espanhol Ascêncio Vaquero à cidade. "Apesar de ser um simples leigo, logrou conquistar, com o seu excelente trato e edificante vida, a simpatia da côrte e dos fidalgos de Lisboa. Tinha entrada franca no Paço, podendo-se dizer que se tornou o enfermeiro da Real Família. [...] É compreensível que tão relevantes préstimos despertassem, em D. João V, o desejo de possuir no Reino outros religiosos da mesma Ordem" (Pécantet 1957, 419), pelo que a 13 de julho de 1717 concedeu a Ascêncio licença para fundar um hospício na cidade. (Fig. 1)

Para o efeito, o monarca ordenou à Fazenda Real que cedesse umas casas à Pampulha, por esta *sequestradas* a Francisco João Lamberto (Bossio 1779, 584) defronte do Convento de São João de Deus, tendo ficado as despesas de acomodação a cargo de D. António Luís de Sousa, 2.º Marquês de Minas.[4] O Hospício de São Francisco de Paula tornava-se assim o penúltimo cenóbio a instalar-se no eixo Madragoa-Calvário,[5] importante zona de implantação de casas religiosas desde a época medieval.

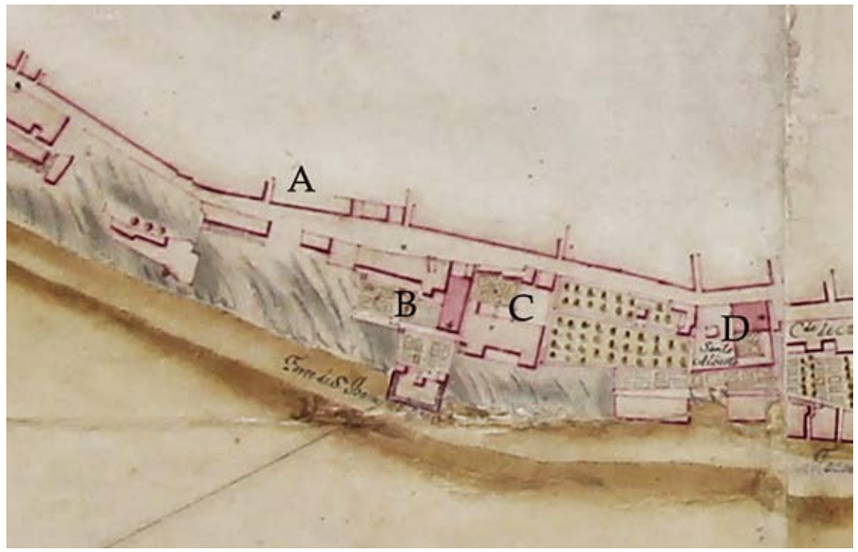


FIG. 1 Hospício de São Francisco de Paula (A); Convento de São João de Deus (B); Palácio do Conde d'Óbidos (C); Convento de Santo Alberto (D). *Planta Topográphica da Marinha das Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental..., 1727.* Museu de Lisboa.

Do edificado inicial pouco se conhece, sabendo-se que aí foi construída uma ermida *com porta para a rua* (autorizada pelo Patriarca de Lisboa a 23 de março de 1719), demolida na sequência das obras de construção da nova igreja iniciadas em 1743. Devido à falta de verbas,[6] ao longo da década seguinte os progressos construtivos deste novo templo foram pouco expressivos, pelo que em 1753 apenas o espaço correspondente à capela-mor estava construído.

Terá sido a falta de um patrono "o principal motivo que impossibilitou a existência de um convento da Ordem, em Portugal, na primeira metade do século XVIII. A mendicância

* A investigação deste artigo foi efetuada no âmbito do projeto Lx Conventos - *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX* (PTDC/CPC-HAT/4703/2012).

[1] Apoiando-se na tese de J. Augusto Ferreira, Teresa Sequeira Santos defende que a "mítica ascendência quinhentista na fundação dos Mínimos em Portugal [se terá devido a uma confusão entre os] Mínimos de São Francisco de Paula [e a] ordem franciscana reformada, ou seja, os Capuchos ou «mínimos» de S. Francisco" (Santos 1996, 44). No entanto, essa suposta presença da Ordem dos Mínimos no século XVI é referida no alvará régio de 1753, adiante aludido no texto.

[2] No mesmo local onde, no século XVII, os padres agostinhos descalços fundariam o Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora de Lisboa.

[3] Fundada em Itália por São Francisco de Paula no decorrer da segunda metade do século XV.

[4] Com quem Ascêncio vem para Portugal e em cuja casa se aloja nos anos subsequentes.

[5] Fundado em 1745, o Convento de Nossa Senhora das Necessidades foi a derradeira casa religiosa a implantar-se neste eixo (cf. Projeto LxConventos: http://lxconventos.cm-lisboa.pt).

[6] A fim de angariar fundos para a construção do novo templo, e após autorização régia de D. João V, em 1746 Frei Luis de São Francisco foi enviado ao Brasil ("para o Rio de Janeiro, e daly para as Minas") para pedir esmolas (ANTT, Chancelaria de D. João V, Livro 111, Fol. 284-284v e ANTT, Chancelaria de D. João V, Livro 118, Fol. 250v - originalmente publicados por Santos 1996, vol.II, XVII-XVIII e XXI-XXII). Para o mesmo efeito, em 1748 o monarca autoriza "que no Campo Pequeno possam celebrar, por três dias, o combate de touros, applicando-se o rendimento ao culto de S. Francisco de Paula" (Oliveira 1906, 41).

como forma de sobrevivência colocava os Mínimos na estreita dependência dos devotos ou na de eventuais mecenas. Entre a missão assistencial junto de pobres e enfermos, o culto prestado ao santo por uma irmandade de «aristocratas» e o mecenato régio, claramente só o último levaria a melhor, numa Lisboa repleta de institutos religiosos. Ora, a iniciativa joanina estava claramente orientada para outros projectos" (Santos 1996, 46-47), pelo que só o início do reinado de D. José permitiu a reversão dessa realidade.

Ainda assim, em 1751 e devido ao "aperto em que por falta da persiza acomodação viv[ia]m os seus religiozos padecendo continuas duenças e algumas mortais [, a comunidade] [...] rezolveo a cuidar na extenção do edeficio, ajustando a compra de humas cazas contiguas [ao hospício, propriedade] de [...] Francisco Vieyra Carneiro [meirinho da corte] e sua Irmam D. Vicençia [Aranha, viúva do capitão Luis Gomes de Azevedo]"[7] pelo valor de 750 mil réis. No entanto, este processo não se revelou totalmente linear em virtude de as casas serem "[prazo] enfatiota ao Real Mosteiro de Santos da hordem de São Thiago, com o foro de quatrocentos reis por anno e laudemio de quarenta".[8] Assim, para a efetivação da compra, a 12 de dezembro de 1751 o Prelado Corretor da comunidade precisou de fazer uma petição à Condessa de Pombeiro, Comendadeira da referida casa religiosa, pedindo-lhe licença "não so, para poderem comprar as sobreditas cazas e incluhirem-nas no seu Convento pelo grande aperto em que estavam mas, tambem [para que] subrrogasse o foro pela importançia de tres laudemios, ficando o dito foro [...] reduzido a cençu de outocentos reis em cada hum anno."[9]

Após a autorização, a aquisição pôde finalmente ser concretizada com a assinatura, a 16 de fevereiro de 1752, do contrato da compra de "huma propriedade de cazas com seu quintal, sita na Rua Direita das Janellas Verdes, misticas e pegadas ao referido Convento de S. Francisco de Paula com quem parte de huma parte."[10] A 21 de fevereiro seguinte a comunidade tomou posse das casas, dia em que simbolicamente "o Reverendo Padre Frei Francisco Martins Coelho, Corretor do Convento de S. Francisco de Paula [...] abrio e fechou as portas e janellas, pos as mãos pellas paredes, e no quintal cortou ramos de arvores e botou terra para dar e, finalmente, fez todos os mais actos e serviços nas costumadas, com os quais disse avia o dito Convento e religiozos delles, presentes e futuros, pormetidos e convertidos na posse da dita propriedade de cazas."[11]

Um Convento (mais) na *Estrada para Belém* (1753-1834)

"Em agradecimento das melhoras da Serenissima Princeza da Beira, que esteve nos braços da morte desconfiada dos Medicos" (BOSSIO, 1779, 586), a partir de 1753 verifica-se um envolvimento direto de D. Mariana Vitória[12] na vida da comunidade, provocando uma profunda inflexão na realidade até então vivida. Tal facto concretizou-se, logo nesse ano, na elevação do hospício a convento (a 30 de julho desse ano[13]) e, a partir de 1754, no financiamento das obras da igreja e da compra de novas casas destinadas ao aumento do convento.[14]

Contando com Inácio de Oliveira Bernardes como arquiteto e pintor, logo a partir desse ano as obras de construção do templo progridem a um ritmo elevado, concluindo-se em cerca de uma década. No seu estudo sobre a Igreja de São Francisco de Paula, Teresa Sequeira Santos traça pormenorizadamente todo o processo

[7] ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Petição. Lisboa, 1751, dezembro 12.

[8] ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16.

[9] ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16.

[10] Estas casas tinham sido originalmente compradas por João Vieyra Carneiro (pai de Francisco Vieyra Carneiro e Vicencia Aranha) aos religiosos do Convento de São João de Deus em escritura de 29 de agosto de 1707 (ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16).

[11] ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Posse. Lisboa, 1752, fevereiro 21.

[12] Que se encontra sepultada na capela-mor da igreja do convento desde a sua morte em 1781.

[13] AML, Livro de Cordeamentos de 1760-1789, Fol. 240-246. Este alvará permite também aos religiosos Mínimos a fundação de outros cenóbios em Portugal. "Tal privilégio poderá indiciar que talvez se tivesse efectivado por esta data a transformação do ramo português da Ordem em província autónoma face à sua congénere castelhana, facto que sabemos ser já consumado em 1764, segundo o testemunho de Baptista de Castro" (Carreira e Fontes 2010, 223).

[14] "Atendendo a Rainha Nossa Senhora, que Deus Guarde, ao grande aperto e opressão com que os Religiozos do dito convento se achão por cauza de não terem comodos sufiçientes honde vivão, como tambem a carençia da Igreja sufiçiente honde os ditos Religiozos pudecem celebrar os officios devinos ao seu Santo Patriarca ser patente aos devotos, lhe fez a dita Senhora, por sua Real Clemencia, a esmola de mandar continuar com as obras da dita sua Igreja, que se achavão á annos paradas, por não terem os ditos religiozos com que pudeçem suprir as despesas das ditas obras, alem do que fora a mesma Senhora servida mandar tambem por sua Real Piedade, se continuasse nas obras da extenção do dito Convento, tudo á custa da sua Real fazenda e que desta se lhe desse toda a despesa da compra das dittas cazas." (ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Escritura. Lisboa, 1754, agosto 28).

construtivo (Santos 1996, vol. II, XXXI-LXXXV): depois de abertos todos os alicerces em 1754, em virtude do terramoto do ano seguinte os trabalhos sofrem uma prolongada paragem até agosto de 1756. Daí em diante a construção decorre com celeridade, pelo que em apenas dois anos a obra de alvenaria estaria já praticamente concluída, encontrando-se a quase totalidade da construção executada no final da década. Até 1765 terão decorrido sobretudo obras de acabamento no edifício que coincidiram com a execução dos trabalhos decorativos, de entre os quais as pinturas de Giovanni Berardi e Vieira Lusitano. Na fachada do templo[15] ["uma mini enciclopédia de apontamentos formais do Seicento romano" (Santos 1996, 68)] encontram-se alguns elementos de arquitetura palaciana, nomeadamente o janelão ao centro e a escada inclusa, ainda que no último caso tal se deva a uma tentativa de vencer o desnível do terreno e, simultaneamente, de proporcionar o alinhamento da fachada com a rua e assim providenciar uma melhor integração no tecido urbano.[16]

Apesar da sua localização relativamente periférica, o desenvolvimento construtivo do Convento de São Francisco de Paula seguiu o modo de implantação da maioria das casas religiosas do casco antigo da cidade, sucessivamente feito à custa da compra, absorção e transformação de edifícios pré-existentes em áreas já urbanizadas, característica que impedia a adição de cercas de grandes dimensões.

O crescente número de religiosos Mínimos[17] realçava a parca dimensão do edifício conventual, motivo pelo qual, a 28 de agosto de 1754, foi assinada com Roza Maria da Piedade (viúva do Desembargador António da Cunha Silveira e à época a residir na Vila de Santa Cruz da Graciosa, Açores) a escritura de "humas propriedades de cazas[18] [(originalmente sem qualquer ligação direta às do cenóbio)] que se achavão juntas e unidas com seus quintais e cisterna e mais pertenças, sitas [...] na Rua Direita das Janelas Verdes [...], os quais pertençem do Sul com a dita Rua [...], do Norte, com quintal das mesmas cazas e, o dito quintal, com a Rua do Olival [...], do Nascente com travessa que fica de fronte do Convento dos Padres de S. João de Deus e vai para a dita Rua do Olival do poente passam com a [...] Igreja de S. Francisco de Paula e pertençem mais por suas devidas confrontaçoens com quem devão partir, de cujas cazas fora senhor e posuhidor seu cunhado o Padre Francisco Gil da Silveira, presbitero do habito de S. Pedro, que as comprou a João Baptista Valles e sua molher D. Theodora Antonia Caetana da Silva Cotrim, por escritura lavarada nesta [...] aos quatro de Abril do anno de mil setecentos e trinta e sete"[19]. Através deste documento é também possível perceber que a venda se efetivou devido ao facto de "se hirem as ditas cazas damnificando em perjuizo da sobredita [dona] e dos seus referidos filhos pela grande ruina em que se achavão proximas de virem ao chão."[20] A venda foi efetivada por três contos e oitocentos mil reis, integral e imediatamente pagos pela rainha.

Após a compra foi "desmancha[do] o [seu] interior para fazer accomodaçoens para os [...] Religiozos [...] [aí se tendo feito] huma Igreja interina [...] e tambem no interior se fez casa de Noviciados [...] servindo para os Estudos" (Bossio 1779, 587) no início do último terço de setecentos.

Com esta aquisição a comunidade passou a ser proprietária da totalidade do quarteirão[21] (Figs. 2 e 3) onde

15 Para dados sobre a arquitetura, decoração e iconografia interior da igreja, consultar Santos 1996, 78-105.

16 Para esse efeito, a 26 de outubro requerem cordeamento e a cedência de seis palmos da rua, o que resulta num ligeiro avanço da fachada da igreja relativamente aos edifícios contíguos: "Diz o Padre Frei Francisco de Paula Bossio vigario geral e mais Religiosos do Convento de S. Francisco de Paula desta Corte que elles supplicantes estão fabrincando huã nova Igreja [...] e como na Rua do Seu destricto se lhe faz percizo tomarem o espaço de seis palmos para melhor commodidade da sua edificação, com o que se não motiva deformidade ou impedimento na dita Rua, por ser esta a Largura de Sessenta e dous palmos, e antes os ditos seis que pertendem, he o Recto estrocimento das Cazas proximas, alem de como as Igrejas são o melhor ornato das cidades, se lhe permite para a fabrica dellas, tudo, de que das suas Ruas necessitarem" (AML, Livro de Cordeamentos 1753-1755, Fol. 215-216).

17 25 sacerdotes e 11 irmãos leigos em 1753. AML, Livro de Cordeamentos 1760-1789, Fol. 242.

18 "Ficão juntas e pegadas a mesma nova Igreja, as quaes tem-se ajustado comprar aos herdeiros do Padre Francisco Gil da Silveira por se fazerem persiza para a obra da referida Igreja, e pela execução deste convento e acomodação dos religiozos nelle assistentes." À semelhança das cedidas em 1717 e das adquiridas em 1752, nestas casas existiam dois prazos foreiros pagos ao Real Mosteiro de Santos. (ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Lisboa, 1754, agosto 7).

19 ANTT, Cartórios Notariais de Lisboa, 2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Escritura. Lisboa, 1754, agosto 28.

20 Idem.

o convento se implantava, situação que se manteria até à sua supressão e respetiva tomada de posse dos seus bens pela Fazenda Nacional.

Tendo sido uma das casas religiosas *mais bem livradas* da cidade (Castro 1758, 423), o terramoto de novembro seguinte causou poucos danos nos edifícios e na igreja então em construção.

A 6 de março de 1767, o "Vigário Geral e mais Religiozos do Real Convento de São Francisco de Paula" [...] [requereram um cordeamento ao Senado de Lisboa com o objetivo de] reedificar, e augmentar o dito Convento para a sua perciza accommodação [...] manda[ndo] reform[á-lo] [...] pelos seus antigos alicerces sem exceder couza alguã para o publico."[22] Ainda que o documento não clarifique a exata dimensão da intervenção, tudo parece apontar para que corresponda à grande campanha de obras que altera profundamente a casa do Noviciado,[23] transformando-o "[n]um edificio com grande pezo nas suas Cantarias pois todas as escadas que dão serventia a seu pavimento são todas de pedra de cantaria escudada com suas abobedas seus alizares nas mesmas de cantaria com suas molduras."[24] (Fig. 4) Esta descrição da opulência interior em tudo se coaduna com o sumptuoso tratamento das cantarias da fachada principal (uma das mais ricamente ornamentadas da Lisboa da segunda metade de setecentos), pelo que é passível de admitir resultarem ambas da mesma campanha de obras.

Contemporaneamente encontrar-se-iam em execução os derradeiros trabalhos na fachada da igreja, benzida ainda por concluir a 29 de julho de 1765 pelo Arcebispo de Lacedemónia, D. José Dantas Barboza. Materializando-se na

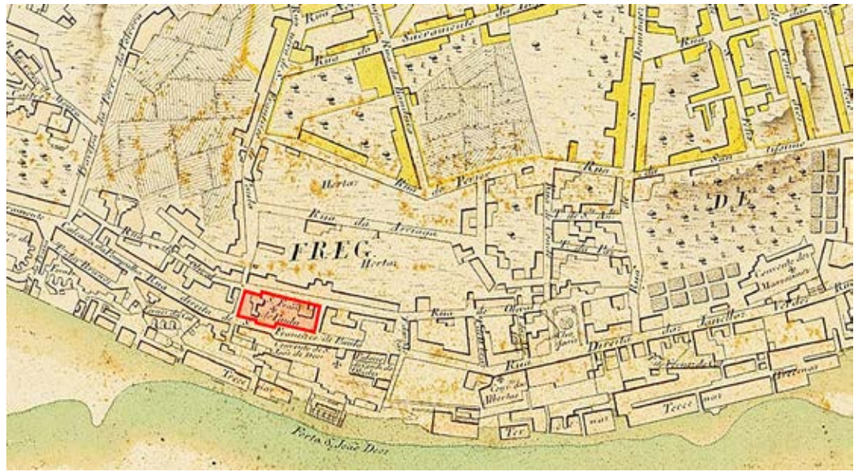


FIG. 2 Planta de localização do quarteirão do Convento de São Francisco de Paula. *Carta topografica da cidade de Lisboa: e bairro de Belem até á bateria do Bom Sucesso.* Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direção de Infra-Estruturas do Exército.



FIG. 3 Identificação dos volumes do Convento de São Francisco de Paula. 1 — Hospício (cf. nota de rodapé 30); 2 — Igreja; 3 — Noviciado/Convento; 4 e 5 — Outras propriedades (arrendadas). Desenho sobre cartografia atual em http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/

construção das duas torres e do frontão numa linguagem arquitetónica e decorativa mais rica do que a dos restantes elementos da fachada, esta intervenção foi dirigida por Giacomo Azzolini,[25] arquiteto italiano que havia vindo para Portugal em 1752 "convidado pelo [Giovanni Galli] Bibiena, para o ajudar a riscar no Theatro Regio" (Machado 1823,190) e que dirigiu as obras do Seminário de Coimbra até 1766, altura em que retorna a Lisboa. Desconhece-se o exato momento da intervenção de Azzolini na igreja, admitindo-se que a mesma tenha ocorrido entre o seu regresso de Coimbra e 1767/1769, data que Augusto Vieira da Silva propõe para a execução da *Vista Panorâmica de Lisboa dos*

[21] Correspondendo de forma integral ao quarteirão compreendido pela Rua Direita de São Francisco de Paula (atual Rua Presidente Arriaga), Rua do Olival, Rua Nova de São Francisco de Paula (antiga Travessa de São Francisco de Paula e atual Rua Ribeiro Sanches) e Travessa de São João de Deus.

[22] AML, Livro de Cordeamentos 1760-1789, Fol. 237-239v.

[23] Ainda que ao longo dos anos tenha tido outras funcionalidades, no restante texto as casas adquiridas em 1754 para ampliação do convento designar-se-ão como "Noviciado".

[24] ANTT, Inventário de Extinção do Convento de São Francisco de Paula de Lisboa. Ministério das Finanças, Convento de São Francisco de Paula de Lisboa, Caixa 2233, Fol. 253-254.
A imponente escadaria de pedra, é o principal elemento que subsistiu até à atualidade. *Mais palaciana que sacra*, apresenta um desenho e elementos arquitetónicos que reportam para a escadaria do Palácio das Necessidades.

[25] Desconhecem-se os motivos que terão levado à substituição do arquiteto (provavelmente a requisição da sua presença noutra obra régia) e à escolha de Azzolini para a conclusão dos trabalhos.



FIG. 4 Escadas. Hélia Silva, 2016

fins do século XVIII, na qual ambas as torres da igreja se encontram já representadas (Silva 1960, 174-175).

A coincidência cronológica e algumas similaridades plásticas entre esta campanha de obras da igreja e a do edifício do Noviciado parecem apontar para a possibilidade de o mestre italiano ser o autor do risco de ambos, hipótese já aventada por Hélder Carita (Carita 2015, 294). No entanto, e contrariamente à da igreja, a intervenção neste último terá ficado incompleta como parecem indiciar o mais modesto tratamento dos três vãos direitos, a falta de simetria do conjunto e, principalmente, a alusão feita em 1834 às *cazas por acabar* no interior do edifício.[26] (Fig. 13)

A supressão do cenóbio e uma nova imagem urbana: do sacro ao palaciano (pós 1834)

Em finais de 1833, meses antes da publicação do decreto que extinguiu todas as casas religiosas masculinas (mosteiros, conventos, hospícios e colégios) das ordens regulares, tiveram início os procedimentos relativos às primeiras supressões.[27] O processo relativo ao Convento de São Francisco de Paula foi determinado por Portaria Régia de 07 de dezembro de 1833,[28] tendo o inventário dos seus bens sido realizado entre 16 de dezembro e 15 de fevereiro seguinte. Segundo informações constantes deste e dos livros de arruamentos da freguesia de Santos-o-Velho da

[26] ANTT, Inventário de Extinção..., Fol. 254.

[27] Até à publicação do decreto de 30 de maio de 1834 a supervisão dos procedimentos competia à Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares. Por portaria régia era nomeado um juíz supressor (geralmente um pároco) para coordenar as várias diligências que antecediam e determinavam a extinção de qualquer casa religiosa: a inquirição de 3 testemunhas sobre o interesse da sua manutenção para a religião e para o estado, e a indicação do número de religiosos que formavam a comunidade. Se houvesse menos de 12 religiosos avançava-se para a realização do inventário geral de bens (objetos do culto divino, preciosos e do comum, mobília, livraria, cartório, dívidas ativas e passivas, encargos pios, prédios rústicos e urbanos, etc.). Depois de determinada a supressão formal, a Fazenda Nacional tomava posse do edifício e da cerca e procedia-se à avaliação dos bens previamente inventariados. A partir de 30 maio de 1834, todas as casas religiosas ainda ativas ou com o processo de supressão por concluir foram imediatamente extintas. A tomada de posse pela Fazenda Nacional e o subsequente processo de inventário e avaliação dos respetivos bens foi, no caso de Lisboa, supervisionado pela Prefeitura da Estremadura e dirigido pelos provedores dos seis distritos da capital.

[28] ANTT, Inventário de Extinção..., Fol. 19-20.

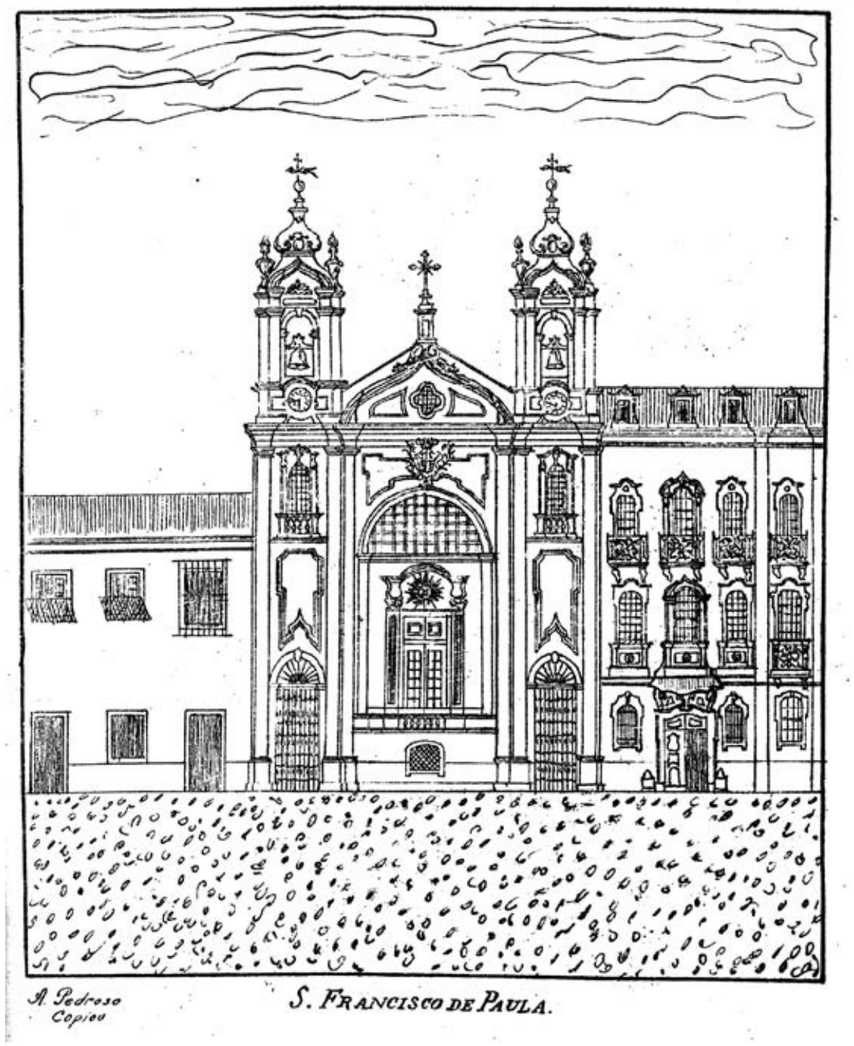


FIG. 5 *S. Francisco de Paula*. Desenho de Gonzaga Pereira (Pereira 1927, 172A)

Décima da Cidade, o cenóbio possuía mais de uma dezena de propriedades, divididas em "cazas", "barracas" e "fornos", a grande maioria arrendada e inserida no quarteirão do convento ou dispersa pela Rua do Olival.[29]

O edifício do hospício teria três pavimentos, com lojas e primeiro andar arrendados, e o segundo integralmente ocupado pelo dormitório dos religiosos, aí existindo um mirante voltado ao rio. Uma planta do andar superior, de meados do século XIX (Fig. 6), denuncia a manutenção parcial de algumas das primitivas estruturas construtivas das casas cedidas ou adquiridas entre 1717 e 1752.[30] No entanto, a bem conseguida unificação espacial dos diversos edifícios resultou numa construção única de irregular desenho em L, na qual os múltiplos aposentos se dispunham em torno de um corredor e se abriam à rua ou ao grande saguão situado entre o edifício e a igreja. Uma passagem existente por detrás da capela-mor do templo fazia a ligação entre os dois núcleos conventuais.

A 27 de junho de 1854, o então cônsul sueco na cidade e futuro Barão de São Jorge, Carl Adolf Kantzow (1789-1867), arremata em hasta pública este edifício[31] por uma quantia particularmente baixa (651 mil réis)[32], na condição de "primeiro cortar a parte do predio necessaria para alargar a [...] Travessa de S. Francisco de Paula [...] de forma que fique com 30 palmos de largura, e a reedificar o mesmo predio dentro do menor prazo possivel"[33] (Fig. 6). Devido a esta cirúrgica intervenção urbanística de alargamento da travessa[34] pouco ou nada terá sido aproveitado da construção primitiva, o que parece confirmar-se pelo prospeto da nova edificação aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa a 16 de abril de 1855 (Fig. 7), no qual não surge representado qualquer elemento do antigo hospício. Resultando num edifício de três pisos com escada central iluminada por um lanternim, presumivelmente com um fogo por andar,[35] o projeto foi cumprido quase na íntegra; excetuam-se as ligeiras alterações no trabalho de cantaria dos vãos e a não construção da torre isenta com janelas neogóticas, projetada numa linguagem muito distinta da mais contida estética do restante edifício. Peça arquitetónica de grande singularidade e o elemento mais marcante do projeto, este volume corresponderia provavelmente a um mirante.[36]

Embora plenamente integrado na imagem urbana da Rua de São Francisco de Paula em termos de volumetria, composição arquitetónica e métrica, este novo edifício

[29] Os autos de posse destas propriedades por parte da Fazenda Nacional foram assinados a 16 de julho de 1834 (ANTT, Inventário de Extinção..., Fol. 209-214).

[30] O edifício do hospício era composto pela unificação de três construções (cf. Fig.3): a cedida em 1717 para o hospício primitivo (1A), voltada para a Travessa de São Francisco de Paula; uma segunda construção com frente para a Rua de São Francisco de Paula, comprada em 1752 (1C); e uma terceira, de menores dimensões e voltada à Rua do Olival, que corresponderia a uma cavalariça (1B).

[31] Pelo menos desde fevereiro de 1852 que Kantzow já aí residia, numa primeira fase provavelmente como arrendatário do espaço (ANTT, 3.º Cartório de Lisboa, Livro de Notas, Cx 201, Liv. 965. Escritura, 5 fevereiro de 1852).

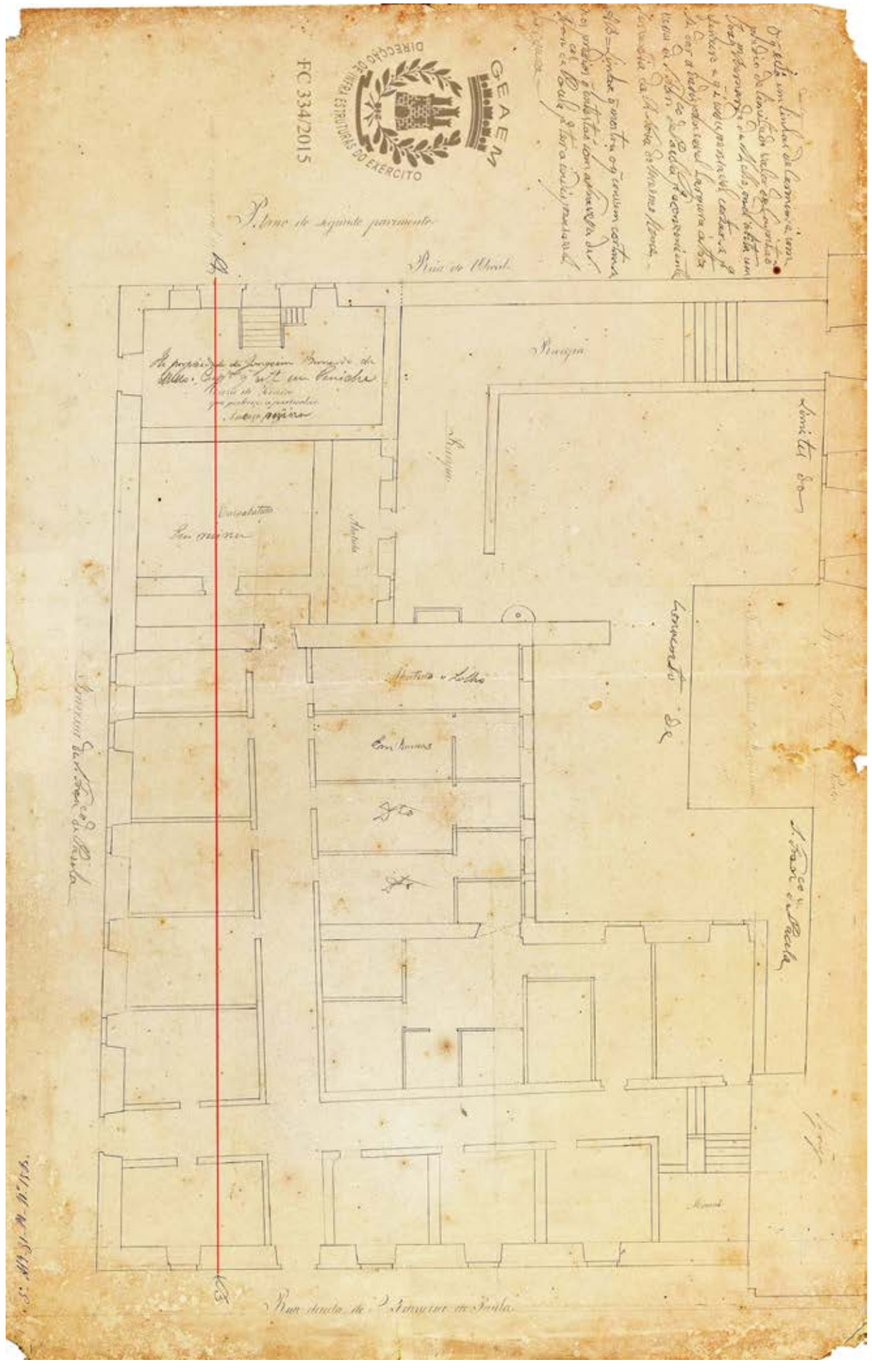
[32] Em 1834 o mesmo edifício havia sido avaliado em mais do dobro - 1:600$350 (ANTT, Inventário de Extinção..., Fol. 241). Esta diferença parece ser justificada pelo facto de o comprador se ver na contingência de demolir o edifício e de construir um novo a suas expensas.

[23] ANTT, Ministério das Finanças, Liv. 517.

[34] Este alargamento estaria a ser planeado há alguns anos, uma vez que os edifícios haviam já sido "pedid[o]s pela Câmara Municipal de Lisboa para demolir. Mandou-se consultar o tribunal pela Portaria da Fazenda de 21 de Julho de 1849. Processo n.º 5496" (ANTT, Processos Relativos à Extinção dos Institutos Religiosos Masculinos, Instrumentos de Descrição, L-559-2, 351).

[35] Cf. com a planta existente em AML, Obra n.º 3669, Proc. 27714/DSC/PG/1944, 6.

[36] Apesar da aparente estranha posição no conjunto (desenhado para ser implantado do lado oposto à vista que dela se pretendia usufruir), a posição deste mirante permitiria um amplo panorama sobre o Tejo. Em seu lugar foi construído um volume de modestas dimensões onde se instalaram as cocheiras do edifício. A respeito deste tipo de linguagem e tipologia arquitetónica, escreve José-Augusto França que "por esses anos [c.1845] já vimos começarem a espalhar-se por Lisboa e pelo Porto as janelas de moldura em arco ogival abertas em fachadas sem mais ornatos. Pelos anos 50, sobretudo, este elemento modesto recebeu o apoio de um outro: o mirante, que se erguia, fora de qualquer explicação que não seja meramente pragmática, ao alto de algumas moradias particulares, e que podia ser delineado num estilo vagamente gótico." (França 1966, 377). Como exemplo, raro em Lisboa, de uma construção de desenho e linguagem estilística semelhente, destaca-se o mirante do número 167 da Rua do Salitre.



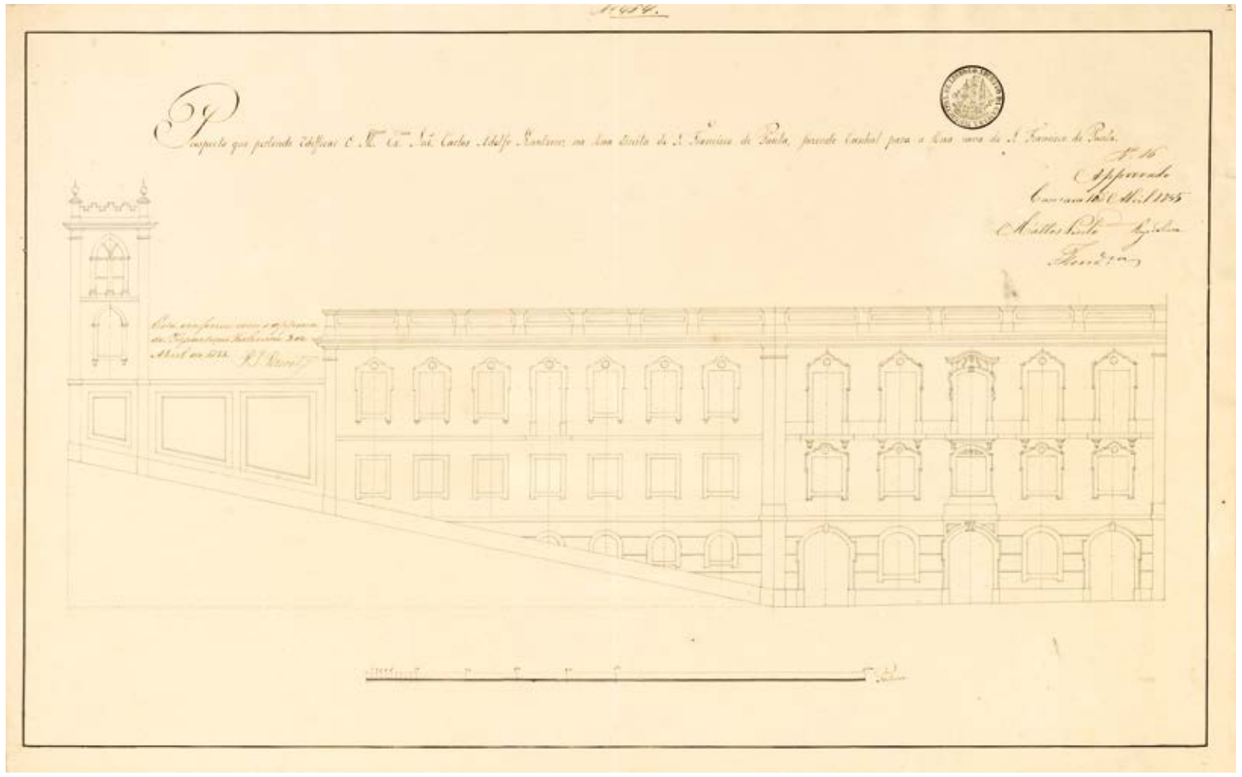




FIG. 6 *Planta do segundo pavimento do Convento de São Francisco de Paula em Lisboa* [com a marcação da zona a demolir], [c.1850-1854]. Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército.

FIG. 7 *Prospeto que Carlos Adolfo Hantzon* [sic] *pretende edificar na rua Direita de S. Francisco de Paula, fazendo cunhal para a rua Nova de S. Francisco de Paula*, 1855. Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo Histórico.

FIG. 8 Construção de 1855 erigida no local do Hospício de São Francisco de Paula. José Vicente, 2016.





FIGS. 9 E 10 Gradeamentos (pormenor). José Vicente, 2016.

apresenta características decorativas particulares que o distinguem dos circundantes. [37]

O desenho da cantaria das janelas parece inspirar-se diretamente em elementos do coroamento da igreja e nos vãos setecentistas mais simples do edifício do noviciado, dos quais copia fielmente o recorte. Destaca-se também a complexa composição dos gradeamentos de ferro das varandas do piso superior (um dos melhores trabalhos do género em Lisboa), com a exótica colocação de bustos nas quinas dos corrimãos (Fig. 12) e a repetição de duas figuras de inspiração renascentista dispostas no centro do gradeamento (Figs. 9 e 10).[38]

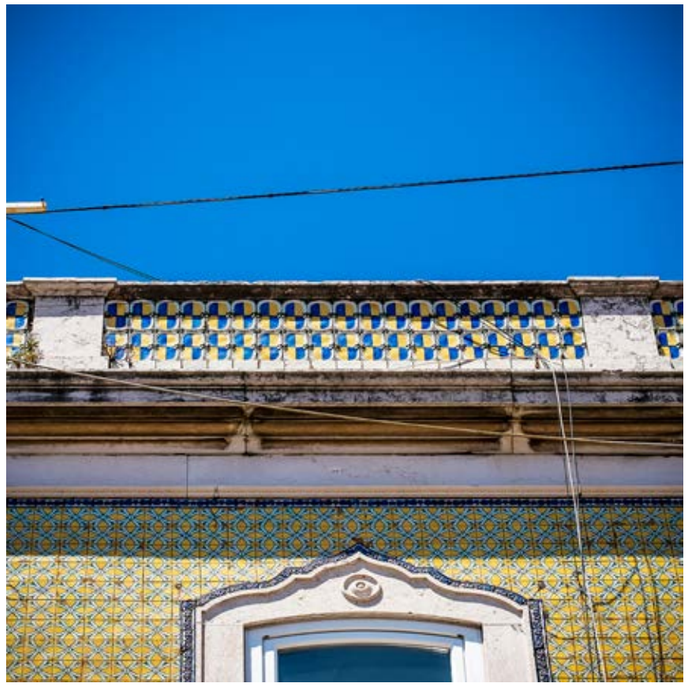
No entanto, o seu elemento decorativo diferenciador reside na fachada azulejada, provavelmente uma das primeiras na rua. Os dois registos superiores foram forrados por azulejo de padrão estampilhado, com representação de elementos vegetalistas em tons de amarelo e verde; na platibanda foram aplicados azulejos em faiança relevados, em tons amarelo e azul formando composição axadrezada; a envolver as cantarias de todos os vãos foi aplicado um friso relevado em faiança, em tons azul-cobalto (Figs. 11 e 12) — numa configuração que, apesar de rara, pode ser encontrada noutros edifícios da cidade (nomeadamente no "Palácio" do Beau Séjour e num prédio em Alcântara).[39] Nem o prospeto nem o desenho publicado em 1863 no *Archivo Pittoresco* (Fig. 16) representam a fachada do edifício já azulejada, o que parece indiciar uma alteração posterior à sua construção, possivelmente no decorrer da década de 1860, altura em que os outros exemplos mencionados terão sido intervencionados.[40]

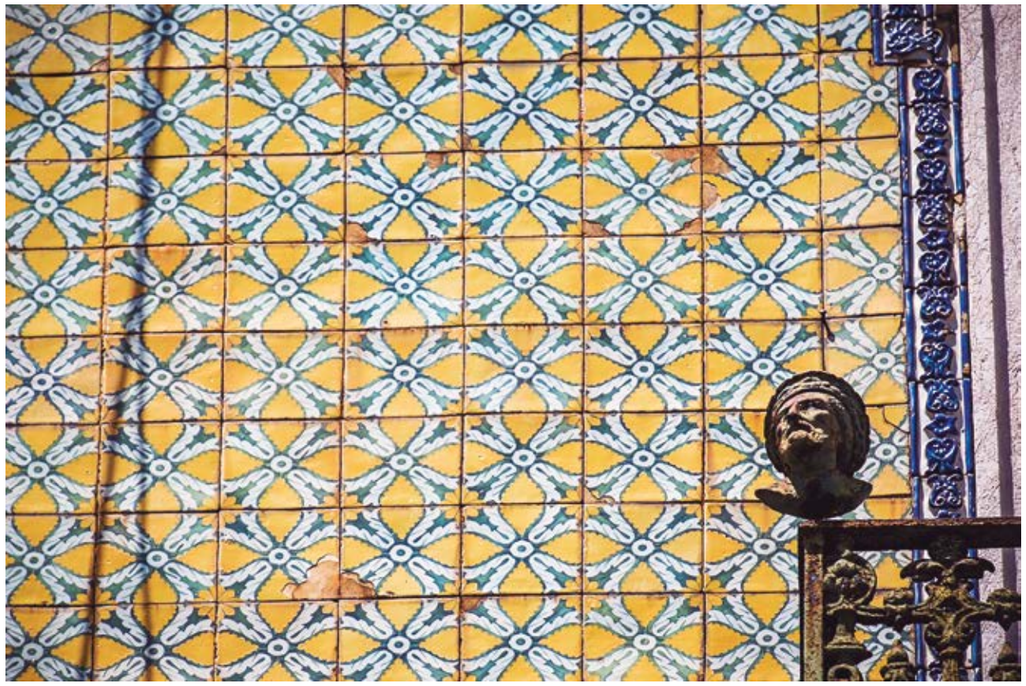
[37] Ao longo do século XX e XXI o edifício manteve maioritariamente a função residencial, embora aí se tenha instalado em 1944 o Instituto Geográfico e Cadastral (AML, Obra n.º 3669).

[38] Contrariamente à colocação dos bustos nos corrimãos (que parece ser um dado particularmente raro ou mesmo único em Lisboa) é relativamente fácil encontrar gradeamentos iguais em prédios burgueses ou palacetes, como o número 34-38 da Rua Cecílio de Sousa (Silva 1997, 506-507), dois edifícios da Avenida da Liberdade (números 12 e 65-67), o número 118-120 da Rua do Salitre, o número 58-70 da Rua de São Lázaro e o número 47 da Praça dos Restauradores (neste caso sem inclusão dos medalhões).

[39] A sua decoração azulejar (de execução da Fábrica Roseira) encontra paralelos na da fachada do "Palácio" do Beau Séjour (friso e platibanda) e no número 41-45 da Rua do Prior do Crato (que apresenta a exata conjugação de elementos, padrões e paleta - à exceção do friso que não é relevado). Tal como no caso das cantarias e gradeamentos, por circundar o tema principal do presente artigo optou-se por não se aprofundar a ligação decorativa entre estes três edifícios nem o estudo da decoração azulejar, particularmente intrigante pela escolha dos elementos e paleta utilizada. Para mais informações, consultar Domingues 2009, 360-367 e Mimoso et al. 2015, 81-90.

[40] Não foi possível apurar a data exata da intervenção decorativa azulejar nem o seu contexto. No entanto, a escolha da decoração aplicada (que leva Ana Margarida Portela Domingues a referir-se à platibanda como "própria para fachadas de prédios cujos proprietários fossem mais excêntricos ou se inserissem no estereótipo do "brasileiro" de torna-viagem." Domingues 2009, 361) pode pressupor que a intervenção possa já ter sido feita por outro proprietário, admitindo-se assim que Kantzow tenha vendido entretanto o edifício ou que este tenha sido alienado após a sua morte, em 1867; no entanto, a falta de dados concretos neste particular impede a confirmação desta teoria.





FIGS. 11 E 12 Fachada (pormenores). José Vicente, 2016.

Do lado oposto da igreja, o edifício do Noviciado apresentava uma fachada com "sete vaos de Frente de dois pavimentos com sua Trapeira com serventia para o Telhado [...] [, de frente com] cento e quinze palmos, de fundo cento e sincoenta entrando as groçuras das paredes, e tendo o primeiro pavimento quinze cazas, e huma porta de serventia para hum pateo com suas leterinas [e] o segundo pavimento com as mesmas cazas."[41]

A 30 de novembro de 1833, meses antes da supressão do convento, o Ministério da Guerra solicita a cedência deste edifício para aí instalar a repartição do Comissariado do Exército, pedido autorizado a 24 de dezembro seguinte.[42]

Cerca de um ano após a tomada de posse de todas as propriedades do convento por parte da Fazenda Nacional, a 21 de julho de 1835 cinco delas (de entre os quais a totalidade dos lotes a nascente da igreja[43]) são arrematadas por diferentes compradores, tendo o edifício do noviciado sido adquirido por João de Deus da Cunha[44] por oito contos e duzentos mil réis.[45] No decorrer da presente investigação não foi possível compreender em que momento ou contexto os três lotes a nascente da igreja passaram para a posse de um único proprietário; no entanto, a sua situação ter-se-á mantido inalterada durante cerca de um quarto de século, visto que só a 30 de abril de 1861 deu entrada na Câmara Municipal da cidade um "prospecto de accrescentamento" do antigo edifício do noviciado, aprovado a 13 de maio seguinte "com a condição de serem as agoas dos telhados encanadas para as manilhas dos despejos internos das Casas ou para a cisterna da mesma" (Fig. 14).

Este pedido foi submetido por "Maria Livia Ferrari Schindler authorizada por seu marido Gaspar Schindler", duas distintas figuras da sociedade portuguesa coeva: Maria Lívia (1828-1910) era descendente de Francisco Ferrari, grande capitalista italiano; Gaspar Schindler (1821-1901) [que Bulhão Pato descreve como "um bello moço na estatura e distincto no porte. Cabêllos louro-fulvo anelados e longos á moda do tempo; caçador e cavalleiro" (Pato 1907, 410)] dedicou grande parte da sua vida à diplomacia, tendo sido cônsul e agente comercial do grão-ducado alemão de Mecklemburgo-Schwerin em Lisboa. Na sequência do regicídio de fevereiro de 1908 passaram a viver no palácio a segunda filha do casal, Maria Lívia Ferrari Schindler (1858-1950) e o seu marido João Franco (1855-1929), um dos principais políticos dos derradeiros anos do reinado de D. Carlos e que aí residiu no decorrer das últimas duas décadas da sua vida[46], constituindo-se assim como uma das mais notáveis figuras a habitarem o *Palácio Schindler*, como então era conhecido.[47]

41 ANTT, Inventário de extinção..., Fol. 253-254.

42 Idem, Fol. 53 e 57.

43 João Ferreira da Cunha Basto arrematou em hasta pública o número 76 da Rua de S. Francisco de Paula e respetiva fábrica, fornos e serventias por um conto e 210 mil réis (antes da extinção encontravam-se arrendadas a José Gomes de Mello, que aí residia com a família e em cujas lojas tinha uma fábrica de pão; em janeiro de 1834 foram avaliadas por 600 mil réis); José Manuel de Puga arrematou uma propriedade de casas na Rua do Olival 40-41 por 290 mil réis (ANTT, Ministério das Finanças, Livro. 482, Fol. 22-24).

44 Entre julho e setembro de 1835, João de Deus da Cunha adquiriu cerca de uma dezena de propriedades espalhadas pela cidade que tinham pertencido a extintas casas religiosas de Lisboa, para tal gastando um total de cerca de 75 contos de réis (ANTT, Ministério das Finanças, Livros. 482 e 493, Fol. 4), provavelmente com objetivo de lucrar com uma futura revenda.
Idêntica situação ocorre contemporaneamente com o referido João Ferreira da Cunha Basto que, entre outras propriedades, adquire uma das parcelas em que o Convento de Santíssima Trindade de Lisboa é dividido após a sua supressão (ANTT, Ministério das Finanças, Livro 482).

45 Valor que corresponde quase integralmente à avaliação feita em janeiro de 1834 - 8:119$50 (ANTT, Inventário de Extinção..., Fol. 191).

46 Cf. "João Franco e as Casas que Habitou em Lisboa..." in *Diário de Notícias*,13 de agosto de 1945.

47 A propósito de João Franco, Rui Ramos esmiuça as privilegiadas ligações da família Ferrari Schindler na sociedade de final de oitocentos: "em 1887 casara com Lívia Ferrari Schindler, descendente de famílias de negociantes estrangeiros estabelecidos em Lisboa, entre os quais o grande capitalista italiano Francisco Ferrari (falecido em 1853). Este matrimónio deu-lhe entrada na boa sociedade lisboeta, nesse meio de aristocratas e negociantes enriquecidos que prosperou sobretudo na década de 1880, quando Lisboa se deixou deslumbrar



FIG. 13 Igreja e Convento de S. Francisco de Paula — Lisboa. Amédée de Lemaire-Ternante, 1858. Centro Português de Fotografia

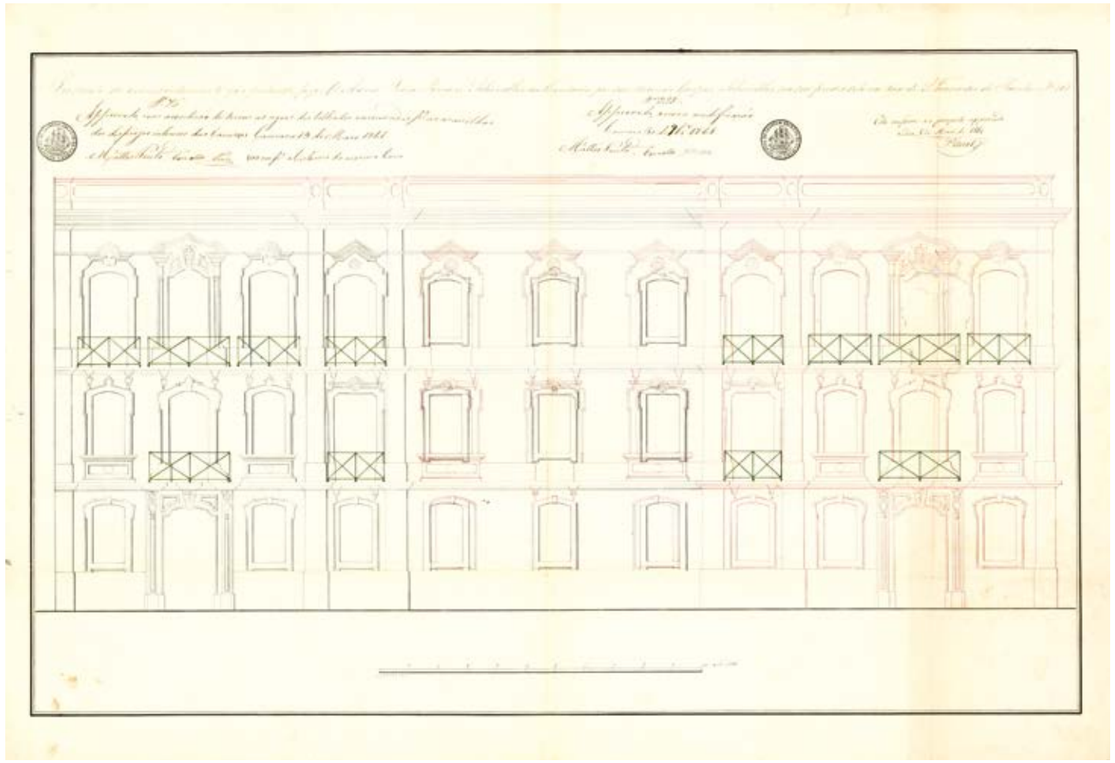


FIG. 14 *Prospeto do prédio que Maria Livia Ferrari Schindler, autorizada pelo seu marido Gaspar Schindler, pretende acrescentar na rua de S. Francisco de Paula, n.º 108*, 1861. Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo Histórico.

O desenho deste prospeto permite compreender que, aquando da sua elaboração, o edifício tinha três pisos e outros tantos panos, com molduras profusamente decoradas nos pisos superiores dos dois panos esquerdos, por oposição ao direito (mais largo) onde pontuavam janelas com cantarias de desenho simples em todos os andares. As alterações propostas pressupunham a construção de um novo volume[48] que, replicando o corpo da esquerda, simultaneamente introduzia simetria e uniformização à fachada *rocaille*. O (agora) corpo central deveria manter o seu caráter mais modesto, apesar da intenção na regularização dos vãos e substituição da cantaria pré-existente[49] por outra de desenho mais complexo e aproximada à dos vãos laterais.

Não obstante a singularidade da execução (ainda que parcial) de uma fachada com elementos *rocaille* em plena segunda metade do século XIX, esta intervenção segue os preceitos da esmagadora maioria dos contemporâneos planos de *acrescentamento* de edifícios na cidade, na forma como se limita a mimetizar os elementos pré-existentes para obter um conjunto harmónico. Longe, portanto, de qualquer arreigado ideal romântico.[50]

Assim, esta campanha de obras (cujo autor se desconhece, não sendo no entanto de excluir que se possa tratar de trabalho de cenógrafo[51]) teve como principais méritos a manutenção integral da riquíssima fachada setecentista e o incremento de uma marcada presença urbana que a construção original nunca havia alcançado devido à sua menor escala, esmagada pela imponente fachada da igreja contígua. (Re)inventando assim, na segunda metade do século XIX, um majestoso palácio *rocaille*, irrepreensível ao nível da métrica e da decoração da fachada. (Fig. 15)

pelo novos-ricos e redescobriu o gosto do sangue azul. O casamento fê-lo, por exemplo, cunhado do conde de Carnide, grande proprietário, diplomata e par do reino. Tornou-o também parente do visconde de Silva Carvalho, par do reino e neto do célebre líder vintista José da Silva Carvalho. Por outro lado, o casamento pô-lo, a prazo, no caminho de uma enorme fortuna, a dos marqueses de Pallavicini de Grimaldi, banqueiros genoveses aparentados com os Ferrari. Em 1898, através da mulher, Franco foi um dos dois herdeiros de Alexandre, marquês de Pallavicini de Grimaldi" (Ramos 2001, 748).
Após a morte de João Franco o edifício manteve a sua função residencial, conservando-se na posse dos descendentes dos Ferrari Schindler grande parte do século XX. Nesse período foram poucas as alterações nele feitas, destacando-se o projeto de 1954 (da autoria de António Lino) de abertura de vãos no remate do corpo principal (AML, Obra n.º 13764).

[48] Para o efeito seria demolida a propriedade do convento, contígua ao noviciado (originalmente adquirida em 1835 por João Ferreira da Cunha Basto) e com entrada pela Rua Direita de São Francisco de Paula. Tratava-se de uma construção de primeiro andar, com lojas no piso térreo.

[49] Numa opção não contemplada pelo prospeto, o corpo central tornou-se mais elaborado com a substituição de janelas de peitoril por janelas de sacada no piso superior e no vão central do piso intermédio.

[50] A par da inclusão de uma platibanda oitocentista a todo o comprimento da fachada, a visita ao interior do edifício do noviciado permitiu confirmar esta ideia. No novo corpo resultante da intervenção de 1861 identifica-se uma métrica, decoração e tipologia em conformidade com as construções coevas, nomeadamente na entrada, caixa de escadas (em madeira com corrimão de ferro) e na abertura de um corredor central em ambos os andares (respeitando e mantendo as duas salas do segundo andar com decoração parietal provavelmente executada no período compreendido entre 1835-1861). Trata-se, portanto, de um edifício cujo interior refletia, ao contrário da fachada, o gosto da sua época.

[51] Não tendo sido possível apurar a identidade do autor do risco de nenhum dos edifícios, pelo estatuto social, riqueza e influência dos proprietários, é provável que a encomenda possa ter sido feita a um dos principais arquitetos da época. No entanto, devido às características de algumas das soluções

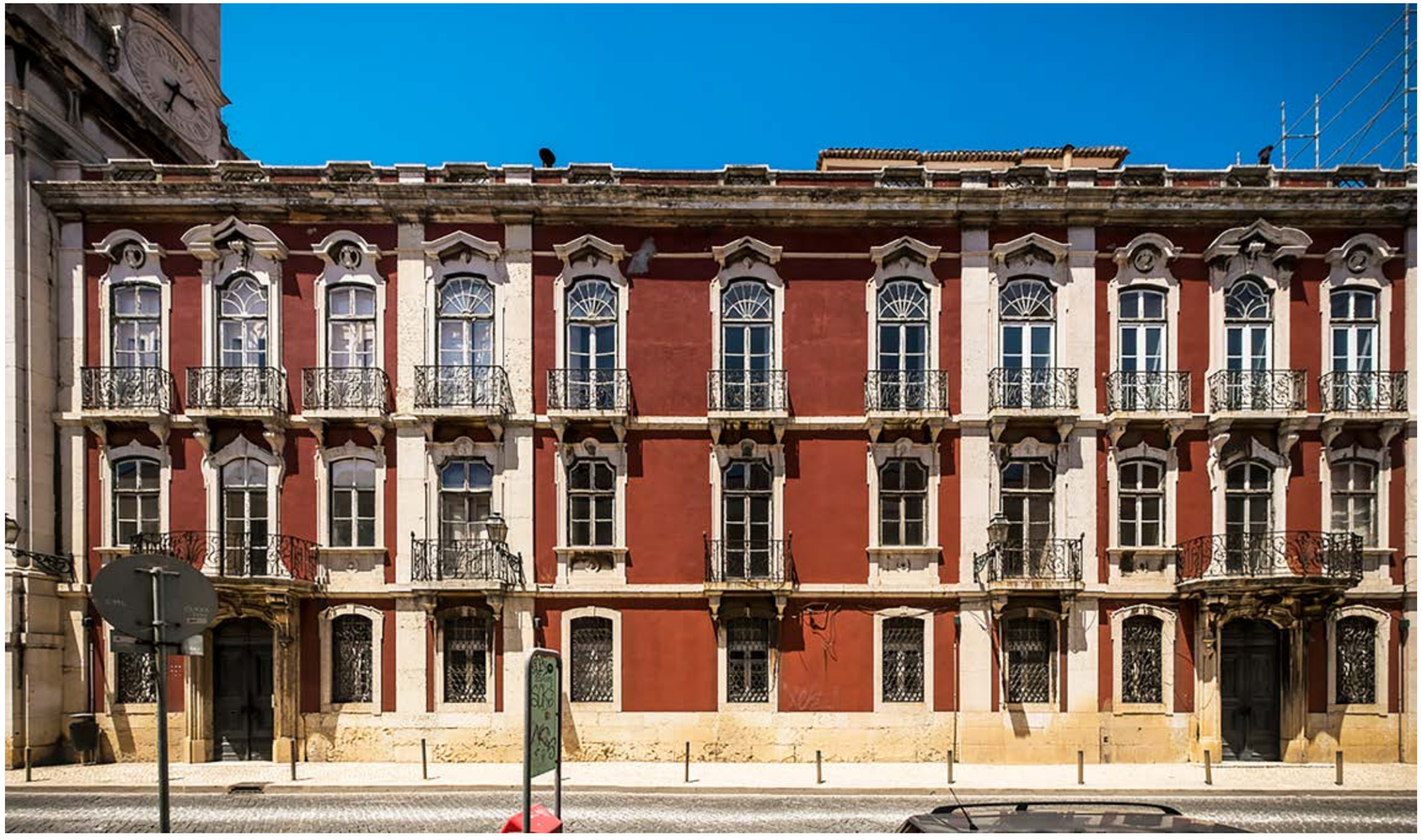


FIG. 15 Edifício do antigo Noviciado do Convento de S. Francisco de Paula após ampliação de 1861. José Vicente, 2016.

Notas Finais

A extinção das casas religiosas foi fundamental para a definição da nova imagem urbana da cidade de Lisboa que se começou a concretizar na segunda metade do século XIX. A disponibilização de uma área urbanizável imensa constituída pelos edifícios e cercas conventuais determinou as linhas de desenvolvimento dos grandes planos de expansão de Ressano Garcia, permitiu a concretização de pontuais remates / ligações viárias na cidade[52] e possibilitou também a refuncionalização e reformulação de alguns dos seus edifícios.

Implantado na Rua Direita de São Francisco de Paula, local de residência de figuras da alta sociedade portuguesas e/ou de ascendência e cultura estrangeira (não inocentemente Eça de Queiroz aí instala os *Maias,* [n]*aquela doce quietação de subúrbio adormecido ao sol...*), após a supressão do Convento de São Francisco de Paula, o seu edifício ter-se-á constituído num apetecível objeto de desejo, o que se refletiu na sua venda a um particular logo no ano seguinte (assim se tornando num dos poucos conventos lisboetas que, depois da sua supressão, não foi reaproveitado para equipamento público ou cedido a instituições). Esta operação e a campanha de obras ocorrida cerca de um quarto de século depois, não só permitiram a sua salvaguarda como lhe acrescentaram uma escala, enquadramento e presença urbana que verdadeiramente nunca havia tido enquanto casa religiosa, numa ilusória intervenção que passa despercebida à maioria dos que diariamente por ele passam e que com ele convivem. Mais uma das muitas pouco conhecidas subtilezas de Lisboa...

arquitetónicas e decorativas que ambos os edifícios evidenciam, não é de excluir que possam ter sido concebidos por um cenógrafo de profissão, provavelmente um dos estrangeiros que vieram para Lisboa trabalhar nas óperas régias mas que rapidamente enveredaram pela arquitetura, tendo projetado para a alta burguesia alguns dos mais interessantes e singulares exemplares de habitação uni e plurifamiliar da segunda metade de oitocentos. De entre eles destacam-se os italianos Giuseppe Cinatti (1808-1879) e Achille Rambois (1810-1882), que trabalharam em conjunto durante cerca de quatro décadas (Leal 1996).

[52] De que é exemplo o alargamento da Rua Nova de São Francisco de Paula, apenas possível com a demolição de parte do convento.





FIG. 16 *Egreja de S. Francisco de Paula.* (Barbosa 1863, 78).

FIG. 17 *Rua Presidente Arriaga, antiga rua de São Francisco de Paula*. Joshua Benoliel, 1908, Arquivo Municipal de Lisboa/Núcleo Fotográfico, JBN001320

A enorme riqueza histórica, arquitetónica e decorativa dos edifícios aqui apresentados coloca interrogações que perspetivam diversas vias de estudo, algumas das quais não foram aqui aprofundadas por não ser esse o objetivo do artigo. No entanto, com ele fica particularmente vincada a necessidade do desenvolvimento das questões autorais e do estudo comparado dos interiores e das artes decorativas, com os necessários cruzamentos com outras construções contemporâneas.

Nota

Todos os documentos referentes à compra das casas em 1751 e 1754 citados ao longo do texto foram originalmente publicados em Santos 1996, vol. II.

Agradecimentos

Rosário Salema de Carvalho por toda a ajuda prestada no estudo dos azulejos do edificio. Joaquim Lima Santos, Margarida Oliveira e Rodrigo Machado Soares pela disponibilidade em permitir a visita ao edifício do antigo noviciado.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS OU NÃO PUBLICADAS

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Décima da Cidade, livro de arruamentos de 1833, DC1087AR.

Arquivo Municipal de Lisboa

Livro de Cordeamentos de 1760-1789.

Obra n.º 3669.

Obra n.º 13764.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cartórios Notariais de Lisboa,

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Petição. Lisboa, 1751, dezembro 12.

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16.

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16.

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Escritura. Lisboa, 1752, fevereiro 16

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 1, Livro 5. Posse. Lisboa, 1752, fevereiro 21.

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Escritura. Lisboa, 1754, agosto 28.

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Lisboa, 1754, agosto 7

2.º Cartório de Lisboa, Caixa 2, 1757, Livro 9. Escritura. Lisboa, 1754, agosto 28

3.º Cartório de Lisboa, Caixa 201, 1852, Livro 965. Escritura. Lisboa, 1852, fevereiro 5

Chancelaria de D. João V, Livro 111 e Livro 118

Inventário de extinção do Convento de São Francisco de Paula de Lisboa. Ministério das Finanças, Convento de São Francisco de Paula de Lisboa, Cx. 2233 (http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4695671)

Ministério das Finanças, Livro 482, 493, 517

Processos Relativos à Extinção dos Institutos Religiosos Masculinos, Instrumentos de Descrição, 1941, L-559-2

FONTES IMPRESSAS

BARBOSA, J. Vilhena. 1863. "Egreja de S. Francisco de Paula" in *Archivo Pittoresco,* tomo VI, *n.º 10*, Lisboa: Castro, Irmão & Cª.

BOSSIO, Fr. Francisco de Paula. 1779. *Vida do Gloriozo Patriarca S. Francisco de Paula, Fundador da Penitente Ordem dos Minimos*, Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

CARITA, Hélder. 2015. *A Casa Senhorial em Portugal. Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamento*. Lisboa: Leya.

CARREIRA, Paula Cristina Ferreira da Costa e FONTES, João Luís Inglês. 2010. "Mínimos". In FRANCO, José Eduardo (dir.) *Dicionário Histórico das Ordens Institutos Religiosos e outras Formas de Vida Consagrada Católica em Portugal*. Lisboa: Gradiva.

CARVALHO, Rosário Salema de (coord.) "Fachadas Oitocentistas em Lisboa" in *Repertório Fotográfico e Documental da Cerâmica Arquitectónica Portuguesa* — não publicado.

CASTRO, João Bautista de. 1758. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno, tomo III*, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

COLLECÇÃO de Contas da Commissão Interina da Junta do Crédito Público até 10 de Setembro de 1836. Mapa de todos os bens nacionais vendidos na Comissão Interina do Crédito Público desde 1 de Julho a 31 de Dezembro de 1835.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela. 2009. "A Ornamentação Cerâmica na Arquitectura do Romantismo em Portugal", tese de doutoramento em História da Arte, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FRANÇA, José-Augusto. 1966. *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa: Bertrand.

JOÃO Franco e as Casas que Habitou em Lisboa... in *Diário de Notícias,* 13 de agosto de 1945.

LEAL, Joana Esteves da Cunha. 1996. *Giuseppe Cinatti (1808-1879): Percurso e Obra*, dissertação de mestrado em História da Arte, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

MACHADO, Cyrillo Volkmar. 1823. *Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architecto, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.

MILHEIRO, Ana Vaz. 1997. "O Gótico e os Sistemas de Desenho Presentes na Arquitectura Oitocentistas — Produções Teóricas Europeias e a Recensão Portuguesa Manifesta na Obra Escrita de Possidónio da Silva", dissertação de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

MIMOSO, José Manuel et al. 2015. "No Caminho do Oriente... um catálogo da produção de azulejos da Fábrica Roseira circa 1870" in *GlazeArch2015 — Internationl Conference Glazed Ceramics in Architectural Heritage.* Lisboa: LNEC: 81-90.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. 1906. *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tomo XV. Lisboa: Typographia Universal.

PATO, Bulhão. 1907. *Memórias — volume III*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.

PÉCANTET, Julião. 1957. "S. Francisco de Paula e a sua Projeção Lisboeta" in *Brotéria, vol. LXV, n.º 5*, Lisboa.

PEREIRA, Luiz Gonzaga. 1927. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

RAMOS, Rui. 2001. "João Franco: uma educação liberal (1884-1897)" in *Análise Social, vol. XXXVI (Outono) n.º 160*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SANTOS, Teresa Sequeira. 1996. *A Igreja de S. Francisco de Paula: o encomendante, os artistas e a obra*, dissertação de mestrado em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

SILVA, Augusto Vieira da. 1960. *Dispersos, Volume II*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, Raquel Henriques da. 1997. *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, tese de doutoramento em História da Arte. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FONTES GRÁFICAS

Arquivo Municipal de Lisboa

Prospeto que Carlos Adolfo Hantzon pretende edificar na rua Direita de S. Francisco de Paula, fazendo cunhal para a rua Nova de S. Francisco de Paula. PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/1460.

Prospeto do prédio que Maria Livia Ferrari Schindler, autorizada pelo seu marido Gaspar Schindler, pretende acrescentar na rua de S. Francisco de Paula, n.º 108., PT/AMLSB/CMLSB/AGER-E/08/0690

Rua Presidente Arriaga, antiga rua de São Francisco de Paula. Joshua Benoliel, 1908, JBN001320

Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército

Carta topografica da cidade de Lisboa : e bairro de Belem até á bateria do Bom Sucesso / levantada pellos officiaes do Real Corpo de Engenheiros Luis Antonio de Mello, Capitão e os primeiros Tenentes João Pedro Duarte Pereira e João Damasceno da Cunha Pinto., 2305-2-16-22.

Planta das ruas adjacentes ao Convento de S. Francisco de Paula, 2523-2-22-3.

Planta do segundo pavimento do Convento de São Francisco de Paula em Lisboa, 2527-2-22-31.

Centro Português de Fotografia

Igreja e Convento de S. Francisco de Paula — Lisboa. Amédée de Lemaire-Ternante, 1858. PT/CPF/CNF-CALVB/0038/000063 (http://digitarq.cpf.arquivos.pt/viewer?id=88566)

Museu de Lisboa

Planta Topográphica da Marinha das Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental desde o Forte de S. Joseph de Riba-Mar té o Convento do Grilo feito no ano de 1727. — Escala 300 braças - [s.l.: s.n., s.d.]. 452 x 90 cm., MC. DES. 1403.

WEBSITES

Lisboa Interactiva: *http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/*

Projeto LxConventos: *http://lxconventos.cm-lisboa.pt/*

CONVENTO DO BOM SUCESSO (1639-2016?): PARA UMA MUSEOGRAFIA DO SAGRADO

SOFIA FERREIRA RODRIGUES
COLÉGIO DO BOM SUCESSO
csr.rodrigues@sapo.pt

RESUMO

O Convento do Bom Sucesso (1639-2016?) está a terminar o seu tempo como habitação de uma comunidade de religiosas dominicanas irlandesas.
As irmãs, assim como a Congregação irlandesa a que pertencem, o Saint Mary's Dominican Convent Cabra, Dublin, já expressaram a sua vontade para a criação de um Museu que englobe os diversos espaços conventuais.
Este artigo pretende estruturar uma proposta museológica para o espaço que tenha em conta por um lado a história do convento, entendido enquanto comunidade religiosa e enquanto edifício, e o discurso contemporâneo sobre o que pode ser um museu.

PALAVRAS-CHAVE
CONVENTO DO BOM SUCESSO | MUSEOGRAFIA DO SAGRADO | CONVENTOS | MUSEOLOGIA

ABSTRACT

For the Convent of Bom Sucesso (1639-2016?), its time as the home of a community of Irish Dominicans nuns is coming to an end.
The sisters, as well as the Irish congregation to which they belong, the Saint Mary's Dominican Convent Cabra, Dublin, have already expressed their willingness for the creation of a Museum that incorporates the various convent spaces.
This article aims to set out a museological proposal for the space that takes into account the history of the convent, as well as its significance as a religious community and as a building, and the contemporary debate on what a museum can be.

KEYWORDS
CONVENT OF BOM SUCESSO | MUSEOGRAPHY OF THE SACRED | CONVENTS | MUSEOLOGY

INDEX
EDITORIAL
DOSSIER
PRINT

1. O enquadramento teórico

Para a abertura, como museu, de um edifício conventual barroco do século XVII, considerou-se necessário construir um enquadramento teórico que tem por base dois pressupostos:[1] primeiro, o carácter contemporâneo de uma colecção não é suficiente para definir um museu como contemporâneo, mas essa definição advém, antes, da sua metodologia e do seu discurso; segundo, um museu não é um espaço neutro gerador de consenso, mas antes uma instituição que questiona o seu papel na sociedade em que se inscreve. Nesse sentido, parte da consideração de que um museu, qualquer que seja o período cronológico da sua colecção, é um lugar de construção de uma compreensão actualizada de um património físico e intelectual, e, neste caso, também transcendente.

Do primeiro pressuposto, tomou-se o conceito de contemporaneidade dialéctica, que entende a presença e diálogo de vários tempos no momento presente, articulando-se como uma temporalidade estratigráfica. O que implicou deslocar a premissa, "my argument is that museums with a historical collection have become the most fruitful testing ground for a non-presentist, multi-temporal contemporaneity. This is a direct contrast to the commonplace assumption that the privileged site of contemporary art is the globalized biennal" (Bishop 2013, 23), até uma colecção de arte antiga.[2]

2. Breve história do Convento

O Convento do Bom Sucesso foi fundado em 1639 entre sonhos proféticos e visões, como é comum acontecer nestes desígnios, e planeados esforços políticos e diplomáticos entre Portugal, então sob o domínio filipino, e a Irlanda, na altura palco de perseguições religiosas.



FIG. 1 «O Convento do Bom Sucesso fica situado na Rua Bartolomeu Dias n.º 53, num pátio que tem à esquerda o convento e ao fundo a igreja. Está separado da rua por um alto muro» in *Dicionário da História de Lisboa* (fotografia de Arqº António Alfarroba, 2015)

A propriedade em Belém onde se irá instalar era residência de Verão de uma família nobre portuguesa, cujos varões tinham morrido respectivamente na batalha de Alcácer Quibir e na batalha de Alcântara, e, por isso, os primeiros anos, considerados até ao início do século XVIII, foram de construção e transformação da quinta em convento de clausura (fig. 1).

A partir deste tempo fundador, a história da comunidade vai atravessar uma cronologia que cruza a história da cidade de Lisboa e a do país, sendo de destacar a continuidade da sua permanência no local durante o processo de extinção das ordens religiosas em Portugal, sob os argumentos de as freiras serem estrangeiras, e a promessa de a abertura de

[1] Estes argumentos encontram-se desenvolvidos nos textos de Claire Bishop, *Radical museology or what´s contemporary in museums of contemporary art?* e de Borja-Villel, *El museo interpelado*.

[2] O termo colecção será utilizado para designar o conjunto do Convento, comunidade religiosa e edifício, nas suas dimensões de espaço arquitectónico, histórico, artístico e sagrado, entendido enquanto museu.

uma escola. Esta natureza estrangeira da congregação vai fixar-se nos anos da República, por ficar estabelecido que não podiam ser admitidas portuguesas como postulantes, e depois freiras, no convento.

Finalmente, nos anos 2000, assiste-se ao progressivo envelhecimento e diminuição do número de religiosas. Hoje vivem quatro irmãs no convento (*sisters*, como continuam a ser nomeadas).

3. O edifício do Convento

O edifício do Convento do Bom Sucesso surge mencionado pela primeira vez na historiografia da arte na obra de George Kubler, *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes*:

> **"Só duas igrejas de planta centralizada precedem Santa Engrácia no século XVII em Portugal. A mais antiga fica em Belém: é Nossa Senhora do Bom Sucesso, construída para as freiras dominicanas irlandesas e iniciada a partir de 1626 [?][3] na propriedade da Condessa de Atalaia. É um octógono com cúpula rodeado por seis baixas capelas intercomunicantes. A capela-mor fica em frente de um coro de dois andares no eixo oeste-este. O altar-mor é como um *échafaud* flamengo, contendo pinturas e estátuas e com trono em prata de Salomão sob uma profunda arcada" (Kubler 1988, 160).**

A chave para a questão da planta centralizada na arquitectura da igreja do Convento do Bom Sucesso vai ser encontrada na tese de Paulo Varela Gomes, *Arquitectura, religião e política no século XVII: a planta centralizada*:

> **"A igreja do Convento do Bom Sucesso é uma das mais correctas obras da história da arquitectura portuguesa e a sua influência tipológica foi determinante em toda a segunda metade do século XVII." (Gomes 2001, 126)**

O Bom Sucesso com a sua igreja em planta octogonal regular, resulta num espaço oval que converge para o altar-mor, o que cruza as alterações espaciais introduzidas pelo Concílio de Trento com a devoção da ordem dominicana ao culto do Santíssimo Sacramento, pois a presença real de Cristo durante a celebração da eucaristia já tinha sido afirmada por São Tomás de Aquino.

Igreja e sacrário apresentam uma planta centralizada, aquela traduzindo a doutrina da Reforma Católica e preceitos dominicanos, este assumindo a forma que se julgava ser a do Santo Sepulcro (figs. 2 e 3).

O sacrário tornou-se a principal razão da própria arquitectura das igrejas. Esta peça de ourivesaria sacra traduz de forma visível o imperativo doutrinário e litúrgico da glorificação da eucaristia[4] e a sua exposição transforma o altar-mor no ponto culminante do espaço arquitectónico.

Neste sentido, é ao importante pintor barroco português Bento Coelho da Silveira que vai ser atribuída a tarefa de pintar os cobres que integram o trabalho de ourivesaria do sacrário do Bom Sucesso.[5] Estes doze pequenos óleos sobre cobre representam alguns passos do livro do Cântico dos Cânticos num cenário bucólico, em que damas figuram em cenas campestres. A escolha do tema na igreja de uma comunidade religiosa feminina remete para o enquadramento nupcial do poema bíblico, onde o amor do Rei Salomão pela sua noiva Sulamita encarna

[3] A interrogação é minha, pois creio ser posterior o início da construção da igreja: "(...) em 1645, lançara-se a primeira pedra do Mosteiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Pedrouços (...)", in MOURA, Carlos, coord. – *História da Arte em Portugal: o limiar do barroco*. 176.

[4] A riqueza dos sacrários no século XVII que conjugam a riqueza ornamental das igrejas com as normas tridentinas é referida por Carlos Moura na *História da Arte em Portugal: o limiar do barroco*. 153.

[5] A data da obra pode ser situada no final dos anos de 1660 com a provável colaboração de aprendizes. *Dicionário da arte barroca em Portugal*. 451-452.





alegoricamente o amor divino pela Igreja e pelos crentes como foi interpretado desde São João da Cruz, mas no conjunto ecoam, de algum modo, as palavras de Malraux para a pintura religiosa do século XVII: «Assim como o gótico tardio figurara um vasto mistério, esta pintura representava uma vasta ópera. As suas santas não eram totalmente santas nem totalmente mulheres. Haviam-se tornado actrizes» (Malraux 2011, 21) (fig. 4).

As histórias da arte sobre o barroco situam, cronologicamente, o seu início na segunda metade do século XVII e vão redefinir a sua elaboração, remetendo para o conceito de *obra de arte total*. Os espaços são assim entendidos numa união das várias formas artísticas, como a talha dourada, o azulejo e a pintura, reforçadas pelo apelo sensorial da música, dos sermões, do aroma do incenso, e é a arquitectura que conduz a um cenário de esplendor, que, no caso do barroco católico, traduz, como já foi referido, os dogmas iconográficos do Concílio de Trento.

Este conceito de *obra de arte total* vai entrar em diálogo com o entendimento feito sobre o termo colecção no futuro Museu do Convento do Bom Sucesso. Por colecção, designa-se o conjunto do Convento nas suas dimensões de espaço arquitectónico, histórico, artístico e sagrado, o que implica pensar a exposição de várias perspectivas, ponto de cruzamento entre o conteúdo (objecto), o contentor (espaço) e o espectador. O discurso museográfico que fundamenta esta escolha embora tome como referência o sagrado, não o encerra num ponto de vista fixo e central, mas antes aponta para um universo de relações que partem da identidade do lugar para uma série de encontros com outras áreas de produção artística e com diversas vertentes de conhecimento.

FIG. 2 Altar-mor/sacrário (fotografia de Arqº António Alfarroba, 2015)

FIG. 3 Panorama de Jerusalém. Escola Flamenga, c. 1517. Pintura sobre madeira de carvalho. 200 x 200 cm. Museu Nacional do Azulejo 1 Pint. (Créditos fotográficos: Museu Nacional do Azulejo. DGPC/Arquivo de Documentação Fotográfica. José Pessoa, 1991)





FIG. 4 Óleo sobre cobre de Bento Coelho da Silveira (fotografia de Arqº Ricardo Martinho, 2016)

FIG. 5 Grade do Coro Alto (fotografia de Arqº António Alfarroba, 2015)

4. Para uma museografia do sagrado[6]

> **"Museums are a collective expression of what we consider important in culture, and offer a space to reflect and debate our values; without reflection, there can be no movement forward" (Bishop 2013, 62).**

Partir desta ideia sobre o que deve ser um museu implica inferir que o cristianismo, de rito católico romano, é uma expressão importante na cultura contemporânea e que há lugar para uma reflexão sobre o seu significado no contexto museológico.

Se é verdade que a leitura de obras da esfera da arte sacra se revela complexa, porque entretanto muitas das acepções que lhes estão na origem se tornaram estranhas às referências culturais contemporâneas, também se entende que a dimensão religiosa não tem de ficar confinada à lógica da antiguidade anacrónica, ou ao domínio do incompreensível.

"Iremos aos mosteiros como se ia no século XVIII a um gabinete de curiosidades?" (Monjas Dominicanas do Lumiar 2008, 15) é uma pergunta que neste enquadramento faz todo o sentido, mas que, ao lançar a interrogação, de alguma forma, para o âmbito do museu, pode, aqui, ser trabalhada e, por isso, se começa esta proposta tomando os diferentes espaços do convento e o seu significado para a comunidade religiosa que nele habitava.

O tempo da clausura, terminado na década de 1950, pode ser evocado, quer em elementos arquitectónicos que se mantêm, destacando-se algumas das grades de separação entre religiosas e assembleia, quer no quotidiano das irmãs, afigurando-se esta como umas das questões com alcance pertinente a serem consideradas no discurso do museu. A clausura com o seu carisma de comunidade que habita no *Grande Silêncio*[7] constrói-se, na contemporaneidade, como um objecto sem porquê, no tempo da duração contemplativa, entendida como reflexiva, o que pode ser percepcionado como um campo de debate e de interrogações artísticas (fig. 5).

Um convento de clausura, entendido como um lugar de permanência, projecta o significado dos espaços para o transcendente, e é precisamente aí que os elementos encontram o seu lugar na habitação religiosa. A arquitectura monástica feminina cruza e interliga as diferentes zonas que

[6] O que aqui fica escrito é um estudo sem quaisquer limitações de ordem prática. Este entendimento sobre o futuro museu não foi apresentado à Congregação e não tem, por isso, qualquer vínculo institucional.

[7] Referência ao título do documentário de 2005, do realizador Philip Gröning, que retrata a vida dos monges da Grande Chartreuse, perto de Grenoble e que, na altura, para além das sessões no Doclisboa, (2006) chegou a ter estreia comercial, contribuindo para algum debate cultural em torno de temas como o silêncio e a contemplação.

a constituem e que, para o propósito de uma musealização, importa salientar.

A igreja seguramente não será objecto de desafectação, pois abre todos os dias para a eucaristia e é, também, utilizada para diversas celebrações da comunidade escolar, mas com a passagem para o museu, poderá receber intervenções artísticas, visitas guiadas ao conjunto, ou orientadas a determinados objectos artísticos ou de significado histórico e litúrgico. As visitas podem abranger várias temáticas, desde a arquitectura, à história da arte e à história, passando pela hagiografia e pela literatura.

Todo o altar-mor com a sua decoração que combina embutidos de pedra colorida e mármore, onde se encontram as figuras de fundador da Ordem dos Pregadores e São Tomás de Aquino em diálogo com santos franciscanos,[8] São Francisco e Santo António, encimadas por um crucifixo cénico, colocado ao nível do coro alto, oferece uma interessante leitura barroca de um quadro hagiográfico medieval.

Os restantes altares são em talha, desde logo, o altar dedicado à Nossa Senhora do Bom Sucesso. Esta imagem deu nome ao convento e terá sido oferecida à fundadora Dona Iria de Brito por um peregrino misterioso.[9] O Menino Jesus que a acompanha foi encontrado «milagrosamente» na praia junto ao convento e ambos possuem um extenso guarda-roupa oferecido, sobretudo, por agradecimento ligado a partos, de que a Nossa Senhora é protectora. O altar dedicado a São Patrício padroeiro da Irlanda, local de origem da comunidade e a colecção de algumas relíquias também podem ser pontos para as visitas.

Os coros, alto e baixo, pelo seu enquadramento artístico e por constituírem os lugares, por excelência, do quotidiano das monjas, constituem espaços expositivos privilegiados. De notar o carácter de espaço interdito que o coro alto foi assumindo em todo o conjunto de edifício do convento. Raramente é aberto e somente visitado com autorização, continuando, por isso, a ser um espaço inacessível.

O coro alto, embora esteja situado de frente para o altar, por estar num plano mais elevado não tem qualquer visibilidade para o sacrário. O espaço mais habitado pelas religiosas ao longo da sua jornada diária e onde se reza a Liturgia das Horas composta de "Salmos e de outros textos bíblicos, e também de leituras dos Padres e dos mestres espirituais", o que marca o ritmo diário da vivência espiritual, "transfigura o tempo de cada dia" (*Catecismo da Igreja Católica: compêndio*. nº 243), assumirá o sentido de ser um espaço invisível. É o local do silêncio e da contemplação, cápsula de *obra de arte total*, constituída pelo cadeiral de altos espaldares integrado na arquitectura, pelas paredes cobertas de pinturas, pelo tecto e os tímpanos revestidos de motivos florais e de iconografia dominicana[10] e pelos altares em talha (fig. 6).

O coro baixo era onde as monjas permaneciam durante a celebração da eucaristia. Num edifício conventual, a organização da «igreja de fora» coloca questões complexas à «igreja de dentro» que é o coro, ou melhor os coros, o alto e o baixo (uso a designação de igrejas de Paulo Varela Gomes), desde logo o problema da visibilidade do altar para as freiras de clausura, já que o sacrário tem de estar colocado *in publica Ecclesia*.

As intervenções nos coros terão necessariamente de convocar todos estes aspectos de utilização e de significado

[8] A ordem dominicana e a franciscana são, por tradição, consideradas ordens irmãs. De raiz mendicante, os seus fundadores foram contemporâneos e ter-se-ão reconhecido, sem nunca se terem visto antes.

[9] É difícil não fazer a associação a *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, até porque D. Manuel de Sousa Coutinho, de nome religioso Frei Luís de Sousa, em quem a peça é livremente inspirada, foi frade dominicano e escritor de obras hagiográficas, em que se destaca a contribuição para a grande *História de São Domingos*, onde o Convento do Bom Sucesso surge referido.

[10] O motivo da entrega do rosário, feita por Nossa Senhora a São Domingos, é quase omnipresente nos espaços religiosos dominicanos, pois é atribuído ao fundador da Ordem a fixação do modo de rezar o terço.



FIG. 6 Coro alto. Ao fundo, no lado direito da grade, altar em talha com as figuras de São Domingos e São Tomás de Aquino (fotografia de Arqº António Alfarroba, 2015)

num equilíbrio entre conceitos como o de silêncio/palavra e de visibilidade/invisibilidade, em exposições pensadas como uma atmosfera ou uma cenografia que convidem à imersividade da *obra de arte total*.

O refeitório ainda mantém a sua função e estrutura originais, sendo de destacar os azulejos que revestem as paredes. Apresenta-se como uma mesa ritualizada, onde a comunidade tomava as refeições em silêncio ouvindo leituras feitas do púlpito de vária ordem, bíblicas, das constituições da Ordem, da vida de santos. De resto, a oratória sacra desempenhava um importante papel no período barroco como um aspecto característico na vida espiritual e cultural do tempo. O estilo dos sermões podia assumir uma grande teatralidade e duração, o que chegou a provocar aceso

debate entre os sacerdotes.[11] Novamente, aqui, importa este duplo significado, real e sagrado, para a proposta museográfica.

O claustro, jardim terreno, mas Paraíso Celeste, está «contaminado» pela vivência escolar com salas de aula e refeitórios em seu redor, e, embora também se tenha pensado a sua integração no museu, o horário das visitas terá de ser pensado e, eventualmente, limitado aos fins-de-semana.

Ainda a sala do capítulo, onde a comunidade se reunia para debater as mais diversas questões e para eleger as diferentes funções dentro da comunidade, poderá continuar a ser lugar de debates, conferências e cursos, a terem lugar como programação paralela às exposições ou funcionando de forma autónoma com temáticas específicas.

O locutório, ou melhor, a sua designação, na qualidade de espaço que permitia o contacto entre o mundo da clausura e o exterior, parece ser o local indicado para colocar a bilheteira, o bengaleiro e a loja.

Finalmente, alguns objectos históricos ou artísticos como a «roda», dispositivo utilizado para entregas ou envio de todo o género de bens, alguns quadros e peças de mobiliário, também serão objecto de integração museológica e de discurso expositivo.

A proposta para uma museografia do sagrado no Museu do Convento do Bom Sucesso parte, antes de mais, de uma intenção de aprofundamento e interpretação dos diversos níveis de leitura que a colecção pode propor, e quer colocar-se no ponto de tensão entre algumas questões construídas a partir das suas características definidoras.

Um convento habita no contraditório. Edifício terrestre, atirado para um tempo primeiro, o do jardim no Éden, para o presente, habitação humana, para o transitório, cemitério das monjas, e projectado para o transcendente, é como que um espaço suspenso, onde outros planos que não os que lhe foram atribuídos irão, necessariamente, alterar o significado de todo o conjunto.

Estabelece-se, assim, uma tensão entre privado e público, num museu que pretende mostrar espaços pensados desde a sua origem, e durante um longo período, vividos como privados. Um dos pontos que daqui decorre é a questão do horário e do acesso do público a determinados locais. O horário pode não seguir a lógica habitual de terça a domingo, das 10h às 18h, mas antes concentrar-se em torno do fim-de-semana, já que alguns pontos, como o claustro, só durante esse tempo têm possibilidade de visita. Ao domingo pode abrir só depois da celebração da eucaristia, no caso de esta se manter. Por outro lado, pode pensar-se em visitas, por marcação, em horário nocturno ou pelas primeiras horas da manhã, quando a exposição remeta para o ritmo diário das monjas e assim as justifique.

Outra possibilidade de tensão situa-se entre a contemplação e a transformação, o que recai sobre o discurso expositivo e a relação com o público. Um ambiente conventual, para quem o visita, constitui uma experiência de fruição, associada ao silêncio de um determinado tempo que é o da demora, mas aí permanecer retira o outro aspecto da proposta do museu, que é o da reflexão, do debate e das interrogações sobre o sentido mais profundo e transformador da vivência de uma comunidade religiosa. A exposição, além da necessária relação individual que cada visitante estabelece com as peças, procurará caminhos nas obras que expandam o horizonte de possibilidades para a experiência colectiva.

O programa do Museu do Convento do Bom Sucesso, livremente inspirado no calendário litúrgico que propõe um "ritmo ordenador"[12] do tempo, organizado em etapas de três anos, Ano A, B e C,[13] pretende estabelecer uma relação

[11] Entre os defensores de uma linha mais estritamente apostólica de acordo com as leituras bíblicas, destaca-se Padre António Vieira que afirma: "Assim como há Lexicon para o grego e Calepino para o latim, assim é necessário haver um vocabulário do púlpito". *Bento Coelho, 1620-1708, e a cultura do seu tempo*. 129.

[12] O termo é de Byung-Chul, que, na introdução da obra *O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*, contrapõe o ritmo ordenador à dispersão temporal: "A vida não se enquadra numa estrutura ordenada nem se guia por quaisquer coordenadas que engendrem uma duração".

[13] Este calendário litúrgico foi estabelecido pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) para proporcionar um conhecimento mais profundo dos textos bíblicos entre os leigos, que ao tempo era muito reduzido, até pela vigência do uso do latim nas celebrações. Deste modo, em três anos, os textos da eucaristia dominical passam por quase todo o Novo Testamento e por partes significativas do Antigo Testamento. No Ano A lê-se o Evangelho de Mateus, no B o de Marcos e no C o de Lucas. O Evangelho de João é lido de forma intercalada entre os três, sobretudo em tempos de preparação e festa como a quaresma e a Páscoa.

entre a exposição permanente e a temporária nos diferentes espaços do convento. Assim, a exposição temporária, articulada com a permanente terá uma duração anual,[14] entendida, depois, num período mais extenso que se fechará a cada três anos, porque cada uma delas apontará, de algum modo, para a seguinte ou para anterior, em momentos que incitem o espectador a construir o seu «museu imaginário» do Convento do Bom Sucesso.

5. Reflexões finais

O Convento do Bom Sucesso (1639-2016?) vive a sua última etapa como morada de uma comunidade religiosa dominicana. Esta reflexão foi construída em torno deste momento da história do Convento e desenvolveu-se no âmbito da sua inscrição como espaço museológico no património cultural da cidade e, neste contexto de transformação, inicia um outro entendimento sobre o local, feito da sua memória, mas também do que poderá ser a produção de um discurso curatorial articulado com o novo sentido que a instituição quer assumir.

O lugar de um novo museu lança questões em diversos sentidos. Neste artigo, escolhi trabalhar a do discurso museográfico, articulando-o com vida espiritual de um convento, no que se denominou uma museografia do sagrado.

Esta proposição parte de duas perspectivas, a de que um museu também pode ser um local de reflexão sobre o papel do cristianismo, e de que o corte entre a Arte e a Igreja, desferido nas primeiras vanguardas artísticas e consolidado a partir de então, foi seriamente prejudicial para a elaboração de propostas artísticas consistentes dentro da esfera das instituições eclesiásticas.

À incapacidade demonstrada pela Igreja de manter um diálogo aberto e produtivo com a arte contemporânea, sucedem-se hoje, algumas colaborações, ainda pontuais, entre os dois campos. É nesse plano que o Museu do Convento do Bom Sucesso se pretende situar.

[14] A duração de um ano para uma exposição temporária também comunga da ideia de Claire Bishop de que a sedimentação da cultura e do conhecimento é feita num processo lento: "authentic culture operates within a slower time frame than the accelerated abstractions of finance capital", in *Radical museology or what´s contemporary in museums of contemporary art?* 62.

BIBLIOGRAFIA

BARKER, Emma, ed. 1999. *Contemporary cultures of display*. Yale: Yale University Press.

BENTO Coelho, 1620-1708, e a cultura do seu tempo. 1998. Lisboa: Ministério da Cultura. (Catálogo da exposição no Palácio da Ajuda. 1998)

BISHOP, Claire. 2013. *Radical museology or what´s contemporary in museums of contemporary art?* London: Koenig Books.

BORJA-VILLEL, Manuel J. - *El museo interpelado*.
URL: http://www.macba.cat/PDFs/borja_villel_colleccio_cas.pdf

CATECISMO da Igreja Católica: compêndio. 2005. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

COUTINHO, Bárbara e TOSTÕES, Ana. A exposição como «obra de arte total»: o MUDE como caso de estudo. *Midas* [online], 4/2014, posto online no dia 16 de Fevereiro 2015, consultado no dia 26 de Maio de 2016. URL: https://midas.revues.org/694

GOMES, Paulo Varela. 2001. *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

HAN, Byung-Chul. 2016. *O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Lisboa: Relógio D´Água.

KUBLER, George. 1988. *A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes, 1521-1706*. Lisboa: Veja.

MALRAUX, André. 2011. *O museu imaginário*. Lisboa: Edições 70.

MCCABE, Honor O.P. 2007. *A light undimmed: the story of the Convent of Our Lady of Bom Sucesso. Lisbon, 1639 to 2006*. Dublin: Dominican Publications.

MONJAS Dominicanas do Lumiar, coord. 2008. *Monjas Dominicanas: presença arte e património em Lisboa*. Lisboa: Alêtheia.

MORLEY, Simon, ed. 2010. *Documents of contemporary art: the sublime*. London: Whitechapel Gallery.

MOURA, Carlos, coord. 1986. *História da Arte em Portugal: o limiar do barroco*. Lisboa: Alfa.

PEREIRA, José Fernandes, dir. 1989. *Dicionário da arte barroca em Portugal*. Lisboa: Presença.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, dir. 1994. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados.

VALE, Paulo Pires do. 2007. "Uma fenda no mundo. Do espiritual na arte contemporânea (I); O sagrado e a obscuridade (II); A morte de Deus e depois: niilismo e mística (III)." Comunicação na Semana de Estudos de Teologia, UCP. Lisboa: Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura. URL: http://www.snpcultura.org/vol_uma_fenda_no_mundo_do_espiritual_na_arte_contemporanea_1.html

NOTÍCIAS

EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA “CONVENTOS DE LISBOA — PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES”

Esta exposição itinerante, enquadrada no âmbito do projeto LxConventos, prevê percorrer espaços de antigas casas religiosas de Lisboa. Reúne uma seleção de fotografias de alguns dos espaços conventuais visitados no âmbito do projeto e está organizada em áreas temáticas representativas das arquiteturas, vivências e ocupações. Inicialmente exibida entre 2 a 21 de julho de 2016 no antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa (Convento das Bernardas, no espaço do Museu da Marioneta), entre janeiro e abril de 2017 poderá ser visitada junto à sacristia do antigo Colégio de Santo Antão-o-Novo, atual Hospital de S. José.

Partindo da perspetiva do fotógrafo José Vicente, esta exposição pretende mostrar a singularidade, a qualidade arquitetónica, o peso histórico e as múltiplas vivências dos antigos conventos de Lisboa. Peças fundamentais da imagem e identidade da cidade, ainda que muitas vezes invisíveis ao olhar.

Deste modo procura-se dar a conhecer os antigos espaços conventuais da cidade, suscitar interesse por este vastíssimo património arquitetónico, muito do qual se encontra desocupado e em condições de degradação lamentável, assim como contribuir para a consciencialização da forma como tem sido ocupado e para a necessidade da sua preservação. O conhecimento e divulgação deste património contribuem para sensibilizar a sociedade civil, proprietários e decisores públicos para a importância da sua proteção. Só assim é possível assegurar o legado desta prestigiosa herança patrimonial. Usada e vivida, como as arquiteturas devem ser.





Exposição de fotografia “conventos de lisboa — permanências e metamorfoses” © CML | SG | DMC



















IGREJA, Convento de Santa Marta | Hospital de Santa Marta. Rua de Santa Marta
© CML | DMC | DPC | José Vicente 2014

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA